



**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

**MENSAGEM
À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**YEDA RORATO CRUSIUS
GOVERNADORA**

**PORTO ALEGRE
2010**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADORA DO ESTADO
Yeda Rorato Crusius

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Paulo Afonso Girardi Feijó

CHEFE DA CASA CIVIL
Otomar Oleques Vivian

CHEFE DA CASA MILITAR
Cel. João Batista Gil

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Eliana Soledade Graeff Martins

SECRETÁRIA-GERAL DE GOVERNO
Ana Pellini

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Mateus Affonso Bandeira

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
José Alberto Wenzel

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA
Rogério Ortiz Porto

SECRETÁRIO DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
Francisco de Assis Cardoso Luçardo

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA COPA DO MUNDO 2014
Paulo Odone Chaves de Araújo Ribeiro

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Fernando Luís Schüler

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Ricardo Englert

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
Elói Francisco Pedroso Guimarães

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS
José Carlos Breda

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Gen. Edson de Oliveira Goularte

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Ervino Deon

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, ESPORTE E LAZER
José Francisco Soares Sperotto

SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA
Mônica Leal Markusons

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Osmar Gasparini Terra

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Antonio Berfran Acosta Rosado

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
João Carlos Fagundes Machado

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
Daniel de Moraes Andrade

SECRETÁRIO DE ESTADO DA HABITAÇÃO, SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
Marco Aurélio Soares Alba

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Márcio Della Valle Biolchi

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Artur Lorentz

APRESENTAÇÃO

A presente Mensagem obedece ao disposto no artigo 82, inciso IX, da Constituição Estadual. Para dar atendimento a esse comando, dirijo-me a essa egrégia Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a fim de transmitir aos nobres Deputados, à Mesa Diretora e a todos os gaúchos, aos quais tenho a honra de servir como Chefe do Poder Executivo, as informações sobre o desempenho econômico do Estado, a situação das finanças públicas, a execução orçamentária e as principais ações e planos governamentais.

Desde o primeiro dia de nosso governo, fomos incansáveis no enfrentamento dos graves problemas estruturais que, há tantas décadas, vinham afligindo o Estado. Ao final de 2008, comunicamos à sociedade gaúcha que havíamos alcançado o tão sonhado Déficit Zero. Um marco significativo para essa conquista foi o entendimento de que todos perdiam com o desequilíbrio das finanças, sendo que era preciso, em benefício do bem-estar do povo gaúcho, fortalecer o espírito de cooperação e de harmonia entre todos os Poderes do Estado para eliminar o problema do déficit. Esse fortalecimento aconteceu desde 2007, mediante uma relação inovadora estabelecida na casa do povo, a Assembleia Legislativa, quando os representantes dos demais Poderes pactuaram com o Poder Executivo o compromisso com o Déficit Zero, aceitando a mesma taxa de crescimento para as despesas de pessoal, custeio e investimento.

O equilíbrio que promovemos nas finanças públicas foi o maior e o mais rápido já realizado no Rio Grande do Sul, mas não foi sem desgaste político. Contudo, ao virar a página do descontrole orçamentário, vislumbrou-se uma nova fase para o Estado. Nossa missão é continuarmos vigilantes e trabalharmos coletivamente pelo cumprimento do dever de bem governar, com responsabilidade fiscal e gestão focada em resultados para o cidadão.

Nas últimas quatro décadas, mesmo com as contas públicas tendo apresentado desequilíbrios orçamentários continuados, não houve

falta de recursos para o pagamento de despesas básicas porque os governos recorreram ao endividamento público, ao financiamento da própria inflação, à venda de patrimônio público e ao caixa único e depósitos judiciais, entre outras receitas extraordinárias.

Porém, constatou-se que ter déficit significava não ter recursos para garantir melhor qualidade nos serviços de educação, de saúde e de segurança, significava não ter recursos suficientes para investir em infraestrutura e no pagamento em dia do funcionalismo. E, também, não ter recursos para honrar precatórios e para pagar fornecedores em dia. Viu-se, também, que a autonomia do Estado na determinação de seus próprios caminhos ficou demasiadamente comprometida, e os governos, sem meios suficientes para programarem políticas públicas em nível adequado.

Mesmo que se tenha uma economia pujante, é certo que esta não se mantém indefinidamente quando o Estado fica impedido de ser o indutor do desenvolvimento, pela incapacidade de investir e de patrocinar o bem-estar social. Este Estado, que detém os melhores indicadores de qualidade de vida e de educação, tem o dever de melhorar sua posição frente ao cenário nacional. É uma questão de honra para o povo gaúcho.

Desde 2007, buscou-se a melhoria dos indicadores fiscais a partir de dezenas de ações no campo da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal, sempre com o objetivo de ampliar e modernizar os fins humanos, sociais e de infraestrutura.

É importante retomar o cenário fiscal no primeiro ano de nosso Governo, quando o déficit orçamentário inicial previsto era de R\$ 2,4 bilhões. As razões para isso decorriam da redução das alíquotas do ICMS de combustíveis, energia e telecomunicações, que viria a provocar, somente naquele ano, uma perda de mais de R\$ 700 milhões; e da elevação de, aproximadamente, R\$ 1,0 bilhão no gasto anual com pessoal, decorrente de aumentos concedidos no passado e de decisões judiciais. Apesar de todos esses fatores, após o encerramento daquele exercício, houve déficit financeiro, mas o resultado primário foi o maior já registrado nas últimas quatro décadas, de R\$ 954 milhões, e o resultado orçamentário foi positivo em R\$ 623 milhões.

Um dos fatos mais significativos em 2007, que oportunizou o aludido resultado orçamentário, foi a abertura de capital do BANRISUL, sem, contudo, o Estado do Rio Grande do Sul perder o controle acionário. Com a subscrição de novas ações (operação que rendeu R\$ 2,1 bilhões), o banco foi capitalizado em R\$ 800 milhões, e o Estado, com a alienação de parte do capital, aportou R\$ 1,3 bilhão ao seu caixa.

Nesse mesmo ano, em nome da transparência e da boa gestão, o Governo estadual tomou iniciativas inovadoras, dentre outras, adotou-se a publicação do Relatório de Execução Orçamentária. Assim, as metas de resultado primário definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) são bimestralmente avaliadas. Conforme determina a Lei Complementar Federal

nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ao final de um bimestre, verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO, os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública promoverão, nos trinta dias subsequentes, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira. Na ocorrência dessa hipótese, o Poder Executivo apurará o montante e informará, a cada um dos Poderes e Órgãos, os valores a serem contingenciados das respectivas dotações.

Na primeira proposta orçamentária enviada por este Governo e aprovada por essa Casa Legislativa, a do ano de 2008, o déficit previsto estava na casa de R\$ 1,3 bilhão. Ao cabo daquele ano, verificou-se superávit orçamentário de R\$ 443 milhões e superávit primário de R\$ 2,151 bilhões. Esses resultados, que não foram afetados por qualquer receita extraordinária, são os maiores até então registrados na história deste Estado. O resultado primário foi suficiente para pagar todo o serviço da dívida, feito inédito, até então.

Ainda em 2008, outra importante ação, que marca a gestão deste Governo de forma significativa, foi a assinatura do contrato de US\$ 1,1 bilhão, firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial (BIRD), com o aval da União, o maior empréstimo já concedido pela instituição a um ente subnacional. Desse montante, US\$ 650 milhões foram liberados, na data da contratação, e o restante o será no presente exercício de 2010. O financiamento visou unicamente a reestruturar parte da dívida extralimite (55% do total), aquela não contratada junto ao Governo Federal, prevendo uma redução em desembolso de juros, para os próximos 30 anos, da ordem de R\$ 600 milhões. Já de imediato, sentem-se os efeitos com menores parcelas mensais, devido ao alargamento de prazo e redução de encargos.

Assim, nesse mesmo ano de 2008, pela primeira vez desde a edição da Lei da Responsabilidade Fiscal, o Estado conseguiu enquadrar-se no limite de endividamento em relação à Receita Corrente Líquida. E, como somatório de todas as ações no campo da gestão orçamentária, patrimonial, financeira, fiscal e administrativa, realizadas nos dois primeiros anos do meu mandato, conquistamos o Déficit Zero.

Na esfera produtiva, os anos de 2007 e 2008 foram positivos, ocorrendo significativa expansão econômica. Em 2007, a economia gaúcha cresceu espetaculares 6,5% e, em 2008, cresceu 3,9%. Porém, em 2009, seu desempenho foi afetado pelos efeitos da crise econômica internacional. O setor industrial e exportador gaúcho foi duramente atingido e, conforme projeção da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, o PIB gaúcho teve crescimento negativo de -0,8%. Mesmo assim, buscaram-se bons resultados no lado da arrecadação, através do combate à sonegação, da cobrança judicial e da modernização dos sistemas administrativos de arrecadação tributária. No lado do gasto, buscou-se

adequar a execução dos programas à realidade do fluxo de receitas com o objetivo de manter o Déficit Zero.

Em 2009, trabalhou-se com o equilíbrio orçamentário e com uma meta de resultado primário de R\$ 1,820 bilhão. Mesmo em um ano de forte crise econômica, o resultado primário foi de R\$ 1,628 bilhão. Já o resultado orçamentário consolidado foi positivo de R\$ 10,4 milhões. Estes resultados foram alcançados pela determinação da atual gestão em buscar o equilíbrio das contas públicas e atestam a consolidação do processo de ajuste fiscal. Destaca-se, igualmente, o fato de que as contas do Poder Executivo não apresentaram déficit.

Não obstante, em nome da avaliação pública e da transparência, e atendendo ao disposto na Lei 11.075/98, que instituiu o Código Estadual de Qualidade dos Serviços Públicos, convém ressaltar que a população entendeu que esses resultados fiscais e os investimentos realizados melhoram a qualidade desses serviços. A população já percebe que o ajuste fiscal, a recuperação dos investimentos e a modernização da gestão, com ênfase nos resultados da ação governamental, estão permitindo entregar mais e melhores serviços públicos.

O resultado fiscal de 2009, no contexto da crise econômica, é demonstração inequívoca da consistência do Déficit Zero. Convém recordar que, no último período de crise econômica ocorrido no Rio Grande do Sul, em 2005, só foi possível garantir certa regularidade nas finanças públicas através de um aumento de alíquotas de ICMS. Agora, com o dever de casa feito na colocação das finanças em dia, o setor público gaúcho conseguiu passar pela maior crise econômica desde a grande recessão do século passado sem necessidade de recorrer a aumento de imposto para honrar seus compromissos. Sem dúvida, isso representa uma mudança estrutural significativa para o Rio Grande do Sul.

A partir de 2008, houve uma reversão positiva da capacidade de investimento. Em 2009, mesmo em meio à crise econômica, foi possível sustentar o nível de investimentos e se conseguiu manter a máquina estatal em plena capacidade produtiva. Mas é reconhecido que a capacidade de direcionar recursos para investimento, tanto pelo caixa do Tesouro como pelas estatais gaúchas, ainda é insuficiente para sanar todos os gargalos e os elos faltantes da cadeia social e do sistema de infraestrutura e de logística deste Estado

O Rio Grande do Sul foi constituído sobre uma ampla e qualificada rede de serviços públicos, referência no Brasil. Não foi sem alto custo dotar o Estado de uma base sólida em seu sistema educacional e nas demais demandas sociais e de infraestrutura. Por isso, hoje se despende mais de 50% do gasto total de pessoal com inativos, o maior comprometimento dentre os estados brasileiros. Também, pesa para as nossas finanças o desembolso mensal de 12% da Receita Corrente Líquida, a título de pagamento do serviço da dívida.

Ainda, ressalva-se o fato de que o Rio Grande do Sul é um estado meridional, distanciado dos maiores centros econômicos produtores e consumidores do País. Para manter a competitividade da economia gaúcha, os sucessivos governos fizeram uso da renúncia fiscal do ICMS, em favor da maior capacidade de investimentos produtivos em solo gaúcho, no afã de gerar empregos, renda e desenvolvimento. Caso não fossem concedidos incentivos às indústrias para aqui permanecerem, ou se instalarem, ou se expandirem, os investimentos rumariam para outros entes federativos, por conta da guerra fiscal. Por isso, e pelo seu perfil vinculado ao agronegócio, a carga tributária do RS (relação ICMS/PIB) é uma das mais baixas dentre os estados federados.

Garantir os recursos para o provimento das despesas com pessoal inativo significa cumprir um compromisso com aqueles que, no passado, ajudaram na construção das bases do desenvolvimento gaúcho. Garantir os recursos para as despesas com pessoal ativo, apoiar o setor produtivo com incentivos fiscais, quando necessários, e resguardar o realismo e o equilíbrio orçamentário é uma questão de responsabilidade e, acima de tudo, um dever para com o desenvolvimento presente e futuro do nosso Rio Grande.

Mas não devemos deixar de reconhecer que honrar todos esses compromissos implica em restrições para elevar de forma mais expressiva os investimentos públicos, cujas demandas são crescentes. Por isso, precisamos avançar em soluções inovadoras, como é o caso do programa de Parcerias Público-Privadas, que estamos empreendendo para alavancar investimentos em setores importantes para o nosso desenvolvimento, como, por exemplo, segurança e infraestrutura.

Outro passo significativo é avançar na modernização do setor público. Precisamos priorizar políticas que valorizem o serviço público pelo mérito e pelo desempenho no atendimento das demandas da sociedade e, também, valorizar os servidores públicos das categorias até então mais sacrificadas – a dos professores e dos policiais civis e militares. Neste ano, essa Casa apreciará vários Projetos de Lei, referentes aos interesses de diversas carreiras de Estado. Temos a certeza de que, com diálogo e com comprometimento de todos, chegaremos a um consenso, buscando dar o reconhecimento devido a esses servidores públicos.

Nesse sentido, convém lembrar que já foram pagas três de quatro parcelas relativas a aumentos de vencimentos concedidos há mais de uma década, apesar de não honrados pelos governos anteriores. A última parcela será efetivada em março deste ano, representando a todos os quadros incremento entre 19% e 33%. Nunca foram pagas tantas Requisições de Pequeno Valor e sentenças judiciais como em 2009. Ademais, voltou-se a pagar valores substanciais de precatórios a aposentados e pensionistas, restabelecendo o justo direito desses cidadãos.

Estamos iniciando 2010 com as finanças em dia e ótimas perspectivas no ambiente produtivo. Com a amenização da crise

internacional e com a economia gaúcha voltando a crescer acima da média nacional, haverá efetivamente uma quantidade maior de recursos a serem aplicados nos programas estruturantes, que estamos executando para melhorar a qualidade de vida da população gaúcha e a competitividade da nossa economia.

É de suma importância dizer que, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, os Poderes e Órgãos constituídos deste Estado firmaram acordo prévio com o Poder Executivo para o reajustamento de seus orçamentos, no que tange às despesas com pessoal e com o custeio, sendo todos partícipes ativos e compromissados com a manutenção do equilíbrio das finanças públicas. Assim, as dotações consignadas na peça orçamentária estão em consonância com o objetivo maior do Estado, remetendo-nos para um aumento gradual da capacidade de investimento e avanço na prestação de melhores serviços públicos.

O Orçamento de 2010, apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa, tem o compromisso renovado de fechar as contas sem déficit, com forte gerência sobre os gastos e com grande esforço de arrecadação. Para isso, conta-se com a colaboração dos Poderes e Órgãos deste Estado, no sentido de que sejam corresponsáveis pela conquista do equilíbrio orçamentário, visto que, tão importante quanto atingi-lo é preservá-lo, para esta e para as futuras gerações.

O quadro é de rigoroso controle das contas públicas. Assim, desde 2007, quando cumpriu pela primeira vez com todas as seis metas do Programa Reestruturação e Ajuste Fiscal, exigidas pelo Governo Federal, a trajetória da execução orçamentária para 2010 também será cumprida com a conjugação de esforços de todos.

Ressalva-se importante o fato de que a peça orçamentária de 2010 atingiu o maior grau de identificação geográfica do gasto público, atendendo, assim, pela primeira vez, o quesito constitucional da regionalização, transformando o orçamento estadual em um verdadeiro instrumento da democracia, no qual as alocações financeiras são não só transparentes como discutidas por todos. Todas as regiões do Estado, de agora em diante, finalmente sabem o quanto contribuem com recursos públicos para formação do orçamento como dispõem, também, de quanto e em que forma irão recebê-los. Através do Orçamento Público, por fim, pode-se saber o número de servidores alocados por região e por função de estado, bem como o gasto necessário para manter as atividades. A regionalização na profundidade em que a estamos apresentando, é pioneira no País. Nenhum estado da federação dispõe a seus cidadãos o nível de informação que oferecemos. É, sem sombra de dúvida, o maior avanço de controle dos cidadãos sobre o quê e onde o Governo aplica os recursos derivados dos tributos.

Neste último ano de meu mandato, estamos seguindo em frente com todo vigor e entusiasmo, reafirmando nosso compromisso com a

prática de uma política fiscal responsável, que está permitindo recuperar gradualmente a capacidade de investimento para fomentar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e prestar mais e melhores serviços ao povo gaúcho. Sabemos que plantamos a semente em terra fértil. Não temos qualquer dúvida de que colheremos bons frutos, pois não há crise que possa travancar a determinação e a capacidade da gente rio-grandense de superar os obstáculos. Somos partícipes do ideal de serenidade, de reconstrução, de seriedade com a coisa pública, de justiça e de harmonia entre todos os Poderes e Órgãos.

Por fim, transmito à Presidência de nossa Assembleia Legislativa, à Mesa Diretora, aos nossos nobres Deputados e ao Povo deste Rio Grande os votos de um bom trabalho e de renovado sucesso neste ano de 2010.

Yeda Rorato Crusius

Governadora do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	A ECONOMIA GAÚCHA EM 2009	15
2	AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	51
3	AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO.....	97
	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	101
	INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E SISTEMAS LOGÍSTICOS	101
	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AGRONEGÓCIO.....	114
	IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA	123
	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	126
	MEIO AMBIENTE	131
	TURISMO, ESPORTE E LAZER	139
	CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	143
	DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	154
	EDUCAÇÃO	154
	SAÚDE	169
	JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	180
	HABITAÇÃO E SANEAMENTO	194
	SEGURANÇA	203
	CULTURA	210
	POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO.....	218
	FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA.....	221
	ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	221
	PLANEJAMENTO E GESTÃO	232
	SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO	241
	SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA DO MUNDO 2014.....	243
	TRANSPARÊNCIA E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA	245
	OBRAS PÚBLICAS	246
	CASA MILITAR E DEFESA CIVIL	248
	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	253
	DEFESA DO ESTADO.....	256
	ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS.....	260
4	A REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2009	271
	ANEXOS	315

1 A ECONOMIA GAÚCHA EM 2009

1 A ECONOMIA GAÚCHA EM 2009¹

1.1 PANORAMA ECONÔMICO EM 2009

A atividade econômica em 2009 transcorreu sob a imensa sombra projetada pela crise mundial iniciada nos Estados Unidos em 2007, com os problemas crescentes, apresentados pelos empréstimos de alto risco do mercado imobiliário, os chamados *subprime*. Após uma sucessão de episódios traumáticos no mercado financeiro, a crise mostrou sua dimensão por inteiro em setembro de 2008, com a intervenção do governo americano em Freddie Mac e Fannie Mae, instituições que garantiam 3/4 das hipotecas do País. No mesmo mês, a falência do Banco Lehman Brothers provocou a maior queda das Bolsas americanas desde os atentados de 11 de setembro de 2001.

A ruptura do sistema financeiro, rapidamente, alastrou-se para a esfera produtiva, com enorme repercussão no mercado de trabalho que, de uma taxa média de 4% de desemprego, saltou para 7,6% em janeiro de 2009. Ao mesmo tempo, dada a magnitude e o grau de internacionalização da economia americana, o movimento recessivo gestado nos EUA logo adquiriu uma dimensão global, afetando fortemente os países da Zona do Euro.

Vários analistas, com boa dose de razão, têm insistido em apontar semelhanças entre os acontecimentos atuais e os que marcaram o *crash* da Bolsa em 1929. O que é indiscutível, porém, é que, no que se refere às diferenças, existe um grande contraste entre a inércia que caracterizou a ação estatal ao final dos anos 20 e a pronta e consistente intervenção realizada pelas autoridades monetárias dos mais diversos países na fase atual. Com efeito, diante de um constrangedor silêncio, da antes barulhenta ortodoxia neoliberal, o FED (*Federal Reserve System*) e os principais bancos centrais do mundo injetaram somas astronômicas para socorrer o mercado financeiro e garantir um mínimo de liquidez na economia. Aliás, o auxílio do Governo Americano a uma empresa privada do

¹ Análise elaborada com informações disponíveis até novembro de 2009.

porte da General Motors mostra, por si só, como a “mão visível” do Estado foi fundamental para que a recessão não adquirisse proporções muito maiores.

Outro aspecto que diferencia a crise atual das anteriores, em particular as que marcaram os anos 90, reside no fato de que agora os países de economia mais avançada registraram um impacto bem superior ao que se verificou nas economias emergentes.

Estudos econômicos e financeiros - perspectivas da economia mundial
FMI - outubro de 2009

Resumo do produto mundial¹
(Variação percentual anual)

	Média 1991-2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2014
Mundo	3,1	2,3	2,9	3,6	4,9	4,5	5,1	5,2	3,0	-1,1	3,1	4,5
Economias Avançadas	2,8	1,4	1,7	1,9	3,2	2,6	3,0	2,7	0,6	-3,4	1,3	2,4
Estados Unidos	3,4	1,1	1,8	2,5	3,6	3,1	2,7	2,1	0,4	-2,7	1,5	2,1
Zona do Euro	...	1,9	0,9	0,8	2,2	1,7	2,9	2,7	0,7	-4,2	0,3	2,1
Japão	1,2	0,2	0,3	1,4	2,7	1,9	2,0	2,3	-0,7	-5,4	1,7	1,8
Outras economias avançadas ²	3,5	1,8	3,2	2,5	4,1	3,4	3,9	3,8	1,2	-2,7	2,1	3,4
Economias emergentes e em desenvolvimento	3,6	3,8	4,8	6,2	7,5	7,1	7,9	8,3	6,0	1,7	5,1	6,6

Fonte: FMI.

¹ PIB real.

² “Outras economias avançadas” se refere às economias avançadas excluindo Estados Unidos, os países da zona do Euro e Japão.

Como pode ser visto nas informações disponibilizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), as chamadas Economias Emergentes e em desenvolvimento já vinham apresentando, na primeira década deste século, taxas de crescimento do PIB bem superiores às da economia mundial e às da economia americana. E, ainda que registrando uma sensível retração em seu ritmo de crescimento, o conjunto desses países logra manter uma estimativa de taxa de 6,0% em 2008 e de 1,7% em 2009. Em contrapartida, as Economias Avançadas, os EUA, a Zona do Euro e o Japão apresentaram, em 2008, estimativas de crescimento abaixo de 1% e de, respectivamente, -3,4%; -2,7%; -4,2% e -5,4% em 2009.

No caso do Brasil, ainda que, inicialmente, as autoridades econômicas tivessem tentado afastar qualquer possibilidade de contágio da economia brasileira com os efeitos da crise mundial, rapidamente começou a ser evidenciado que, com maior ou menor intensidade, nenhum país estaria imune à recessão mundial. Isso se tornou ainda mais claro quando a empresa Sadia anunciou perdas de R\$ 760 milhões com operações no mercado financeiro, procedimento logo seguido pela empresa Aracruz, que assumiu prejuízo de R\$ 1,95 com esse tipo de operações.

A retração na esfera produtiva pode ser bem visualizada na evolução trimestral do PIB brasileiro, que vinha crescendo a taxas superiores a 6%, nos três primeiros trimestres de 2008, e caiu para 1,3%, nos últimos três meses daquele ano.

Abandonando a sua inicial posição defensiva, o Ministério da Fazenda anunciou uma série de medidas no sentido de evitar que os problemas financeiros pudessem refletir-se de forma mais intensa na economia brasileira. Dentre estas, vale destacar o aumento do limite de dedução de compulsórios, a disponibilização de R\$ 24 bilhões destinados, exclusivamente, à compra de carteira de bancos menores, e a ampliação da linha de crédito para as exportações em R\$ 5 bilhões. Outra decisão importante foi a venda de dólar no mercado à vista como forma de reduzir a cotação da moeda americana, prática que não havia sido mais adotada desde 2003. Ainda no propósito de impulsionar o nível da atividade econômica, o Governo, através dos bancos públicos, buscou assegurar um nível adequado de crédito ao consumo, bem como implementou reduções e isenções de impostos, como foi o caso do IPI para a produção automobilística e parte da chamada linha branca.

O resultado mais expressivo desse conjunto de ações ocorreu na rápida recuperação do emprego que, ao fim de 2009, praticamente retornou aos patamares em que se encontrava antes da crise. Ao mesmo tempo, a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE registrou que o rendimento médio dos trabalhadores atingiu, em novembro, o seu melhor nível desde 2002. Esses dados apresentam forte assimetria com os da economia americana, que registrou, em outubro do corrente ano, uma taxa de desemprego de 10,2%, a mais elevada desde abril de 1983.

Não há dúvida de que a resistência da economia brasileira ao naufrágio da economia mundial está alicerçada, em grande parte, no fato de que, desde 2002, o Brasil, favorecido pela rápida expansão da economia mundial, obteve sucessivos superávits comerciais que possibilitaram a eliminação das restrições externas que constriam o crescimento do País. Ao mesmo tempo, é inegável que o Brasil, ao longo dos últimos anos, tem aproveitado a conjuntura favorável para fortalecer o seu sistema financeiro e melhorar, sobremaneira, todos os fundamentos de seu setor econômico.

Mas é difícil que algum analista possa discordar da afirmação de que o mercado interno tenha se constituído em elemento primordial no enfrentamento das condições adversas do panorama mundial. Primeiramente, porque é indiscutível a importância do mercado interno de um País que gera um PIB de, aproximadamente, U\$ 1,6 bi. Em segundo lugar, pelo fato de que, mesmo que de forma tímida, tem ocorrido uma melhoria no segmento de renda mais baixa da população. Em terceiro lugar, pelo fato de, conforme mencionado anteriormente, se ter assegurado, via políticas públicas, um canal para o financiamento da produção e de crédito ao consumidor.

Não é propósito desta breve síntese do panorama econômico fazer uma avaliação mais precisa das condições que possam assegurar a maior ou menor dinamicidade da recuperação econômica das diversas áreas que compõem a economia mundial. Cabe, porém, chamar a atenção para o fato de que, mesmo sendo alentador o registro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) da saída da recessão no terceiro trimestre de 2009, das principais economias industrializadas, a situação econômica continua altamente instável. Países importantes como a

Espanha e Grã-Bretanha permanecem apresentando taxas negativas, ainda que próximas de zero. Já os EUA, após queda de 0,2% no segundo trimestre, registraram crescimento de 0,9% entre julho e setembro.

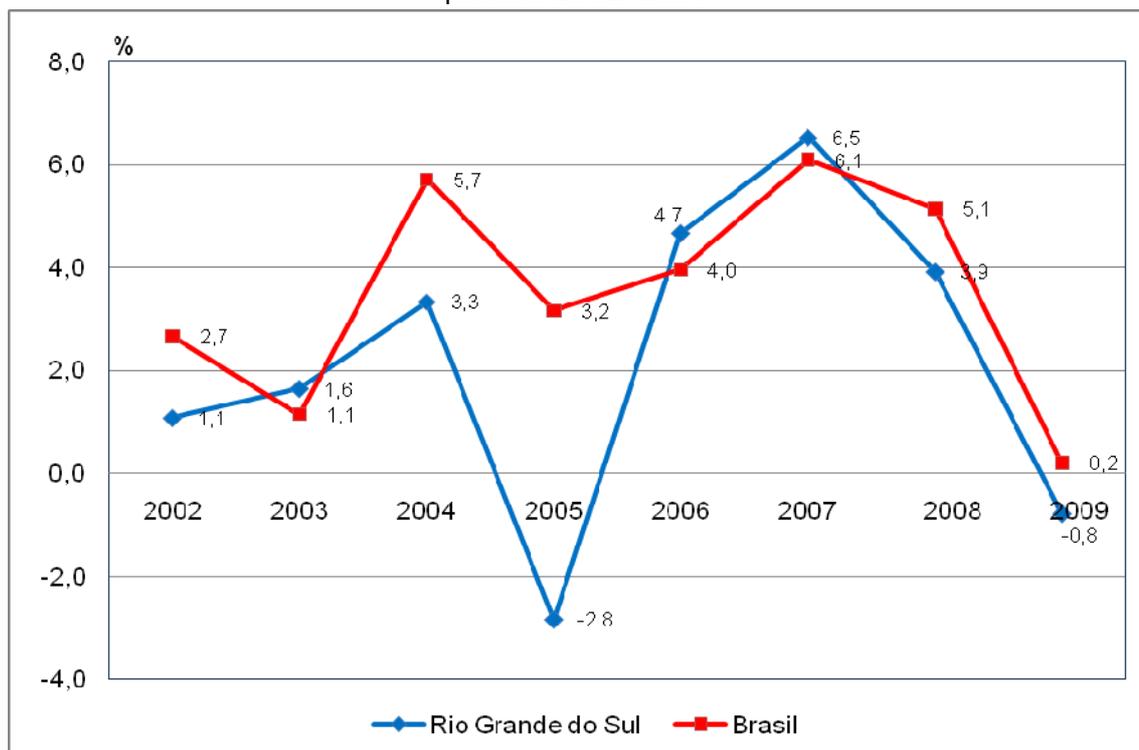
Assim, mesmo na presença de dados positivos, organismos internacionais como o FMI e a OCDE advertem que a economia mundial continua sendo altamente “vulnerável”.

Nesse quadro parece bastante confortável a posição do Brasil para 2010. Afinal, segundo diversos organismos econômicos, o crescimento projetado do PIB deve situar-se na ordem de 5%, apresenta uma taxa de inflação controlada e encerra 2009 com Reservas de, aproximadamente, US\$ 240 bilhões. Essa visão otimista do cenário nacional para 2010 não elimina, porém, vários obstáculos que aparecem no horizonte próximo. Entre eles estão, evidentemente, aqueles derivados da incerteza dos rumos da economia mundial. O fato de a própria OCDE apontar que a dívida pública das 30 economias mais avançadas do mundo alcançará, no próximo ano, o patamar simbólico de 100% de seu PIB oferece, por si só, a dimensão das dificuldades que circunscrevem a retomada do crescimento econômico e as restrições que por certo irão ocorrer no mercado interno. Nesse contexto, será de suma importância que o Governo busque ajustar uma taxa cambial que não venha a pôr em risco a própria sobrevivência do parque industrial do País. Ao mesmo tempo, é preciso ter presente que o Governo não poderá abrir mão, indefinidamente, de receitas sob o risco de comprometer as contas públicas e a manutenção dos investimentos necessários ao crescimento. E terá que, necessariamente, retomar os repasses para os municípios que arcaram, de maneira compulsória, com boa parte da diminuição de receita ocorrida com a crise e as desonerações tributárias.

1.2 A ECONOMIA GAÚCHA EM 2009

Segundo as estimativas preliminares divulgadas pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), o PIB do Rio Grande do Sul apresentou uma retração de 0,8% em 2009. Esse é o segundo resultado negativo da economia estadual no período 2002-2009, como pode ser visualizado no Gráfico a seguir.

Taxa de crescimento do PIB no Rio Grande do Sul e no Brasil no período 2002–2009



Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social; IBGE; BACEN.

Como o Banco Central estima uma taxa de 0,2% para o PIB brasileiro, é interessante notar que, após apresentar crescimento superior ao do Brasil em 2006 e 2007, o Estado registra, pelo segundo ano consecutivo, uma taxa inferior à do País.

Apesar do dado negativo do PIB, o balanço de 2009 não chega a ser muito traumático, tendo em vista que várias projeções realizadas no primeiro semestre apontavam para uma queda de 7% na atividade produtiva estadual.

Em larga medida, essas previsões pessimistas estavam alicerçadas na percepção de a economia gaúcha apresentar uma maior sensibilidade aos efeitos da crise mundial, devido ao fato de o Rio Grande do Sul ser um Estado com elevado grau de abertura para o comércio externo. Assim, seria de se esperar que a recessão do mercado externo fosse constituir-se em uma restrição muito forte para um dos principais vetores da dinâmica econômica do Estado. Adicionalmente, embora os EUA venham perdendo participação como destino das exportações rio-grandenses, aquele País ainda se constituía, em 2008, no principal mercado para os produtos gaúchos, equivalendo a aproximadamente 13% do total exportado.

Como a economia americana foi uma das mais atingidas pela crise, era previsível que a repercussão nas vendas externas do Estado tomaria grandes proporções. Com efeito, em novembro de 2009, o comércio do Rio Grande do Sul com os EUA registrou uma redução de 51%.

Como consequência dessas circunstâncias, as exportações totais do Estado, entre janeiro e novembro de 2009, apontaram para uma redução de 21,8%.

Outra preocupação com o desempenho da economia gaúcha residia na possibilidade de que, mais uma vez, as adversidades climáticas pudessem trazer prejuízos para a produção primária do Estado. Nesse caso, porém, as previsões não se confirmaram, em boa parte pelo ótimo desempenho da produção animal. Assim, a atividade agropecuária logrou um crescimento do VAB de 1,2%, recuperando-se da má performance do ano anterior, quando teve uma queda de 5,9%.

Taxa de crescimento do VAB, por setor de atividade e do PIB do Rio Grande do Sul – 2008 – 2009

Discriminação	Taxa de crescimento (%)	
	Rio Grande do Sul	Brasil
Agropecuária	1,2	-4,3
Indústria	-5,3	-5,0
Extrativa mineral	0,7	-0,5
Transformação	-9,3	-6,0
Construção Civil	6,7	-6,6
Produção e distribuição de eletríc., gás e água	3,0	-2,0
Serviços	0,9	2,8
Comércio	-2,3	-1,3
Transporte, armazenagem e correio	-0,3	-1,9
Administração, saúde e educação públicas	2,3	3,3
Demais serviços	2,1	4,8
VAB	-0,8	0,2
PIB	-0,8	0,2

Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

BACEN - Relatório de Inflação - dez/09.

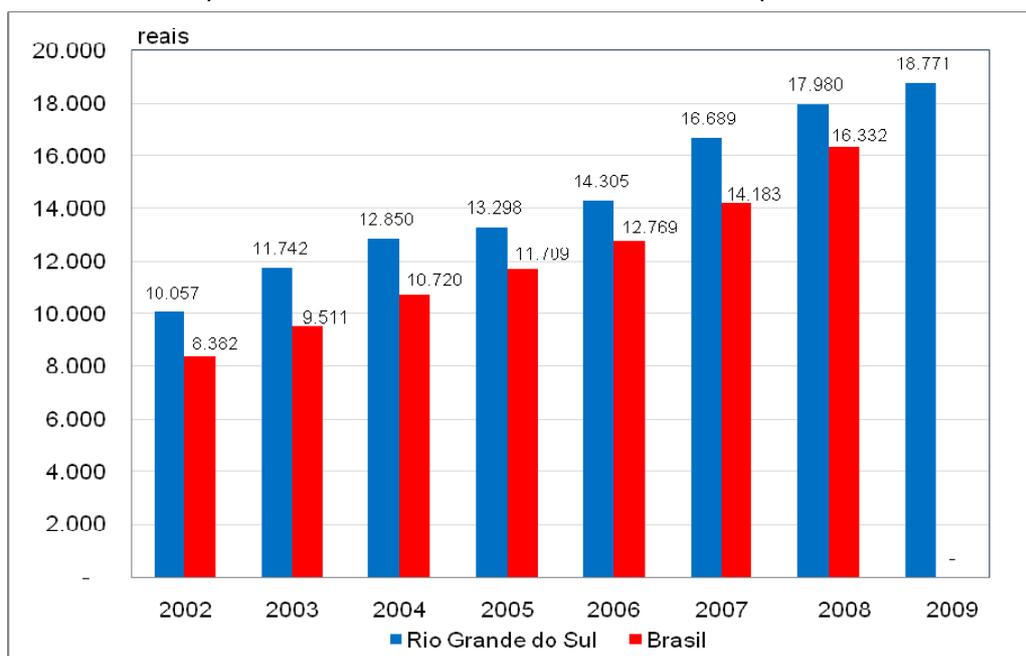
Nota: Estimativas preliminares.

A indústria, entretanto, repercutiu duramente os efeitos da conjuntura internacional, passando de uma expansão de 5,2%, em 2008, para uma taxa negativa de 5,3% em 2009. Particularmente, a Indústria de Transformação, que havia registrado um incremento de 4,1% em 2008, retraiu sua taxa para -9,3%.

Por sua vez, o setor Serviços, que representa 61,23% na geração do PIB gaúcho, apresentou também um desempenho bastante modesto, com uma taxa de 0,9%, em que se destaca, negativamente, o Comércio que, de uma taxa de 8,1% em 2008, passou para uma retração de -2,3% em 2009.

Fruto desse desempenho, o Rio Grande do Sul encerra o ano com um PIB estimado em R\$ 203 bilhões e um PIB *per capita* da ordem de R\$18,8 mil. Para 2010, as perspectivas são bem mais promissoras.

PIB Per Capita no Rio Grande do Sul e no Brasil no período 2002/09



Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social; IBGE; BACEN.

No *front* externo, a economia mundial emite alguns sinais de recuperação, embora a situação dos EUA ainda seja bastante delicada. Tal fato representa não só uma maior dinamicidade das exportações gaúchas, como a retomada de investimentos que foram suspensos, como os programados no setor de silvicultura e celulose. No ambiente interno, como já foi descrito, todas as projeções apontam para uma retomada do crescimento. E, no que tange a suas condições endógenas, o Rio Grande do Sul registra, no segundo semestre, uma sensível melhora em praticamente todos os seus indicadores.

1.2.1 Agropecuária Gaúcha

Durante o ano de 2009², a produção agrícola do Estado do Rio Grande do Sul teve um desempenho aquém do esperado. Das 14 culturas de maior volume produzido no Estado, oito tiveram redução na sua produção. No caso do milho, a variação climática tem sido um dos responsáveis por esse desempenho. Já no caso do feijão, o preço também influencia nas variações da área plantada, apresentando aumento com relação a 2008 devido ao preço atrativo. Quanto à soja, não houve mudanças expressivas na área e na produção, dada à relativa constância nos preços.

² Dados do mês de novembro de 2009. Fonte: Levantamento Sistemático da Produção – IBGE.

Produção, área plantada e produtividade dos principais produtos da lavoura gaúcha

	Produção (t)			Área Plantada (ha)			Produtividade (t/ha)		
	2008	2009	Variação	2008	2009	Variação	2008	2009	Variação
Arroz	7.371.467	7.912.676	7,34%	1.071.513	1.109.519	3,55%	5,30	7,13	34,57%
Banana	118.850	121.370	2,12%	12.212	12.402	1,56%	9,73	9,79	0,56%
Batata-inglesa	385.443	378.109	-1,90%	23.785	23.204	-2,44%	16,21	16,29	0,55%
Cana-de-açúcar	1.428.473	1.255.614	-12,10%	37.700	37.365	-0,89%	37,89	33,60	-11,31%
Cebola	145.127	171.826	18,40%	10.140	10.798	6,49%	14,31	15,91	11,18%
Feijão	102.376	125.300	22,39%	98.500	116.900	18,68%	1,04	1,07	3,13%
Fumo	445.568	443.842	-0,39%	216.196	221.862	2,62%	2,06	2,00	-2,93%
Laranja	335.258	324.603	-3,18%	29.632	29.593	-0,13%	11,31	10,97	-3,05%
Maçã	514.717	556.556	8,13%	17.119	16.958	-0,94%	30,07	32,82	9,16%
Mandioca	1.339.732	1.281.719	-4,33%	89.371	87.860	-1,69%	14,99	14,59	-2,68%
Milho	5.322.052	4.249.000	-20,16%	1.391.000	1.388.500	-0,18%	4,97	3,06	-38,39%
Soja	7.773.324	7.913.000	1,80%	3.834.000	3.822.600	-0,30%	2,03	2,07	2,10%
Trigo	2.058.215	1.707.660	-17,03%	980.300	853.660	-12,92%	2,10	2,00	-4,72%
Uva	776.027	737.363	-4,98%	49.819	50.415	1,20%	15,58	14,63	-6,11%

Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

Fazendo-se uma análise do desempenho individual das culturas mais importantes do Rio Grande do Sul, tanto temporárias quanto permanentes, é possível perceber que a cultura do feijão apresentou expressivo aumento na produção. A área plantada teve acréscimo de mais de 18%, passando de 98,5 mil hectares para 116,9 mil hectares, e a produção subiu em 22,39%, retomando, em parte, o bom desempenho de 2007. Essa expansão na produção deve-se à alta no preço do produto na época do plantio, ocasionada pelo mau desempenho da safra de 2008 (devido a condições climáticas ruins) e pela elevação, por parte do Governo Federal, do preço mínimo em 65% no ano de 2008.

Outro desempenho que chama a atenção é o do cultivo da cebola. O aumento de 18,4% na produção deve-se mais ao crescimento da produtividade (que subiu 11,18% de 2008 para 2009) do que à ampliação na área plantada (que foi de 6,49%). Houve dois fatores que influenciaram no aumento da produção da cebola. O primeiro deles foi o preço, que esteve atrativo ao produtor nos últimos dois anos, e o segundo refere-se à adoção de variedades híbridas mais produtivas, isto é, que aceitam maior densidade de plantas por hectare.

A maçã exibiu uma safra positiva em 2009. Apesar da redução na área cultivada, a produção aumentou em mais de 8% graças ao rigor do inverno. Contudo, as exportações da fruta diminuíram em relação ao ano de 2008, em função da crise internacional. Assim, com uma safra maior, os preços da maçã permaneceram baixos durante o ano, remunerando mal o produtor.

No caso do arroz, os bons preços, até o início de 2009, influenciaram o acréscimo na área plantada (aumento de 3,55%), o que ajudou na elevação da produção em 7,34%. Contudo, a ampliação do rendimento das lavouras foi o maior responsável pela expansão na produção: houve um aumento de 34,5% de 2008 para 2009. Aqui, cabe destacar o importante papel no Projeto 10 do IRGA, que busca a elevação da produtividade através de um manejo mais adequado da lavoura, como a semeadura mais cedo, melhor drenagem da área e adoção de sistemas de cultivos menos dependentes de condições climáticas e meteorológicas.

Dentre as culturas com desempenho negativo, ressalta-se o milho, que vem sucessivamente com quebras nas safras. O recuo na produção foi de 20,16%, de 2008 para 2009 e, se relacionada com 2007, essa cultura foi reduzida em 40%. Essa diminuição na produção foi devida, principalmente, à quebra ocasionada pela estiagem ocorrida no Rio Grande do Sul no período de safra. Cabe destacar, ainda, que o preço do milho vem apresentando tendência de queda desde 2008, o que agrava ainda mais a situação financeira dos produtores.

O trigo exibiu o segundo pior desempenho em relação a 2008. A produção recuou mais de 17%, sendo que a área plantada foi reduzida em, aproximadamente, 12%. Com essa redução, os valores da produção de trigo voltam aos patamares de 2007. Convém frisar que houve esse recuo na produção em função da baixa nos preços nos mercados interno e externo desde agosto de 2008. Além disso, existem grandes estoques de trigo no Brasil, há dificuldades em se encontrar compradores para o produto estocado, e os custos de produção para a safra de 2009 aumentaram.

A cana-de-açúcar teve forte queda na sua produção (de -12,1%). A área plantada foi reduzida em menos de 1%, contudo, a produtividade diminuiu em mais de 11%, passando de 37,89 t/ha plantado, em 2008, para 33,6 t/ha em 2009. Essa redução na produtividade e, conseqüentemente, na produção, ocorreu em função da estiagem e das geadas que atingiram as lavouras de cana-de-açúcar do Estado.

A produção de uva também sofreu com a instabilidade climática. Quando da brotação e floração das videiras, houve excesso de chuva, o que diminuiu a produtividade dos parreirais em mais de 6%, levando a produção para 737.363 toneladas. Segundo o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), essa menor produção pode ser positiva para o produtor, uma vez que tende a diminuir os estoques de vinho no Brasil e, assim, elevar o preço.

Fazendo-se uma rápida análise para a safra de grãos de 2010 do Rio Grande do Sul³, há a expectativa, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), de que haja uma recuperação da cultura do milho: a área plantada deve ser reduzida em aproximadamente 9%, passando para 1,25 milhão de hectares – reflexo da quebra da safra anterior. Contudo, a produção deve aumentar em quase 13% em relação a 2009, uma vez que não há previsão de estiagem para a safra de 2010.

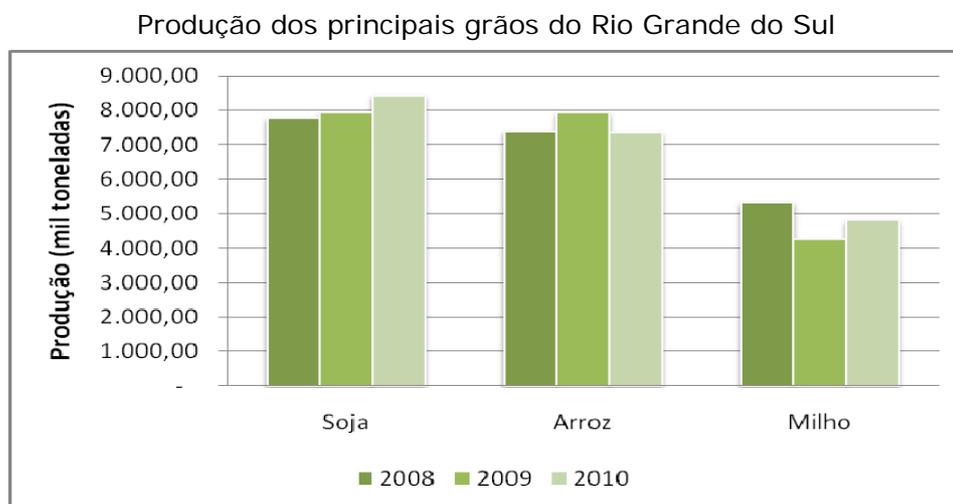
³ Os valores se referem ao Levantamento da Intenção de Plantio de novembro de 2009, não tendo sido considerados os impactos das chuvas do final desse ano e início de 2010.

O feijão terá, em 2010, um desempenho muito próximo ao da safra de 2009. A área plantada está em torno de 114,4 mil hectares, e a produção, em 124,6 mil toneladas. Essa estabilização deve-se à redução no preço pago ao produtor durante a comercialização da safra de 2009 – dado o grande volume do grão.

No caso do arroz, há uma tendência de estagnação da área plantada, especialmente pela falta de novas áreas apropriadas para o cultivo. A produção deve diminuir em, aproximadamente, 7%, não perdendo a sua qualidade, tendo em vista as boas cultivares usadas e o pacote tecnológico adotado.

Por fim, a soja terá pequenos aumentos na área plantada e na produção, sendo esperados pouco mais de 4 milhões de hectares plantados e 8,4 milhões de toneladas colhidas. Há a expectativa de rentabilidade positiva, mas menor do que aquela da safra de 2009. Cabe também ressaltar que os preços devem ser mantidos na média histórica, uma vez que as safras dos Estados Unidos e Argentina, além da nacional, devem ser boas, mas os estoques mundiais de soja estão baixos, e o seu consumo vem aumentando mundialmente.

O gráfico abaixo mostra o desempenho do cultivo de grãos no Rio Grande do Sul nos anos de 2008 e 2009 e a previsão da safra de 2010.



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção e CONAB – Intenção de Plantio para a Safra 2009/2010 (Terceiro Levantamento).

Analisando-se a pecuária do Rio Grande do Sul em 2009, observa-se que mesmo esse tendo sido um ano de crise financeira internacional, o desempenho das criações de bovinos, suínos e frangos foram muito próximos aos de 2008⁴.

⁴ Dados de janeiro e setembro de 2008 e 2009.
Fonte: Pesquisa Trimestral de Abate de Animais – IBGE.

Número de animais abatidos no Rio Grande do Sul		
Animais	2008	2009
Bovinos	1.036.097	1.076.050
Suínos	589.199.426	558.239.357
Frangos	5.187.529	5.278.730

Fonte: IBGE – Pesquisa Trimestral de Abate de Animais.

A produção de gado bovino, analisada através da quantidade de cabeças abatidas, esteve com desempenho pior que o de 2008 em apenas três meses, esboçando, no terceiro trimestre de 2009, crescimento de quase 10%. No acumulado do ano, o abate de bovinos cresceu 3,9% em relação ao mesmo período de 2008.

O abate de suínos aumentou 1,8% no ano – esse pequeno crescimento é devido, especialmente, à baixa no preço ao produtor durante todo o ano de 2009. Apesar dos incentivos dados pelo Governo gaúcho, como a isenção de ICMS para a carne *in natura* comercializada dentro do Rio Grande do Sul e para os suínos vendidos fora do Estado, os produtores reduziram o número de matrizes em uma tentativa de aumentar o preço do produto.

No caso da produção de frangos, essa decresceu 5,3% com relação ao mesmo período de 2008. O primeiro trimestre de 2009 foi o pior para a avicultura gaúcha, os abates foram reduzidos em mais de 11%. A causa para tal ocorrência foi a queda nas exportações, influenciada pela crise internacional e pela Gripe A.

Apesar dos resultados da agropecuária gaúcha, no ano de 2009, não terem tido o desempenho esperado, ainda assim o PIB do setor cresceu em 1,2% no Rio Grande do Sul. Cabe destacar que essa foi a atividade produtiva que mais cresceu em 2009, ajudando a reduzir a dimensão do desempenho negativo do PIB estadual. Ressalta-se, ainda, que o financiamento com recursos próprios do Bannisul para as atividades rurais e o incentivo a pequenas e médias empresas, através do SIMPLES Gaúcho, foram importantes para o alcance desse resultado.

1.2.2 Indústria Gaúcha em 2009

A indústria gaúcha apresentou um resultado fortemente negativo em 2009. O setor, com uma participação de 27,54% no Valor Acrescentado Bruto (VAB), recuou 5,3% no período, sendo o segmento da economia mais afetado pela crise mundial. Esse resultado deve-se, fundamentalmente, à redução acentuada na indústria de transformação, que declinou 9,3% em relação a 2008. Já os demais subsectores da indústria, diferentemente da

economia brasileira⁵, alcançaram taxas positivas. Em 2009, avançaram no Rio Grande do Sul a construção civil (6,7%), a produção e distribuição de eletricidade, gás e água (3,0%) e a indústria extrativa mineral (0,7%).

Destaca-se, na Tabela a seguir, que 11 das 14 atividades da indústria de transformação gaúcha tiveram decréscimos, comparativamente a 2008. Considerando o desempenho geral do setor, isto é, queda de -9,3%, 07 dos 14 setores apresentaram um resultado bem abaixo dessa taxa. As atividades que mais declinaram no período foram: máquinas e equipamentos (-31,8%), metalurgia básica (-28,2%), veículos automotores (-24,5%), calçados e artigos de couro (-23,3%), produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos (-19,6), borracha e plástico (-19,4%) e edição, impressão e reprodução de gravações (-10,4%).

Na contramão da crise, observa-se que atividades de refino de petróleo e álcool, com um crescimento de 15,9%, e bebidas, com um acréscimo de 3,5%, obtiveram importantes avanços, após quedas expressivas de 6,4% e 7,8% em 2008, respectivamente. Além desses segmentos, as atividades relacionadas com celulose, papel e produtos de papel também apresentaram resultados positivos em 2009, com um avanço 6,6%, garantindo a continuidade de crescimento dessa atividade iniciada em 2008.

Taxa de crescimento da produção da indústria de transformação,
por atividade, do Rio Grande do Sul — 2008-2009

Atividades	2008	2009 ⁽¹⁾
Alimentos	7,7	-5,7
Bebidas	-7,8	3,5
Borracha e plástico	1,6	-19,4
Calçados e artigos de couro	-7,7	-23,3
Celulose, papel e produtos de papel	5,3	6,6
Edição, impressão e reprodução de gravações	0,8	-10,4
Fumo	-7,6	-1,3
Máquinas e equipamentos	22,1	-31,8
Metalurgia básica	2,3	-28,2
Mobiliário	4,7	-3,4
Produtos químicos	-7,1	-0,6
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	4,9	-19,6
Refino de petróleo e álcool	-6,4	15,9
Veículos automotores	12,1	-24,5

Fonte: IBGE.

⁽¹⁾ Taxa acumulada até outubro/2009.

⁵ **Resultados da economia brasileira em 2009:** construção civil (-6,6%), produção e distribuição de eletricidade, gás e água (-2,2%) e indústria extrativa mineral, apresentou um pequeno acréscimo (-0,5%).

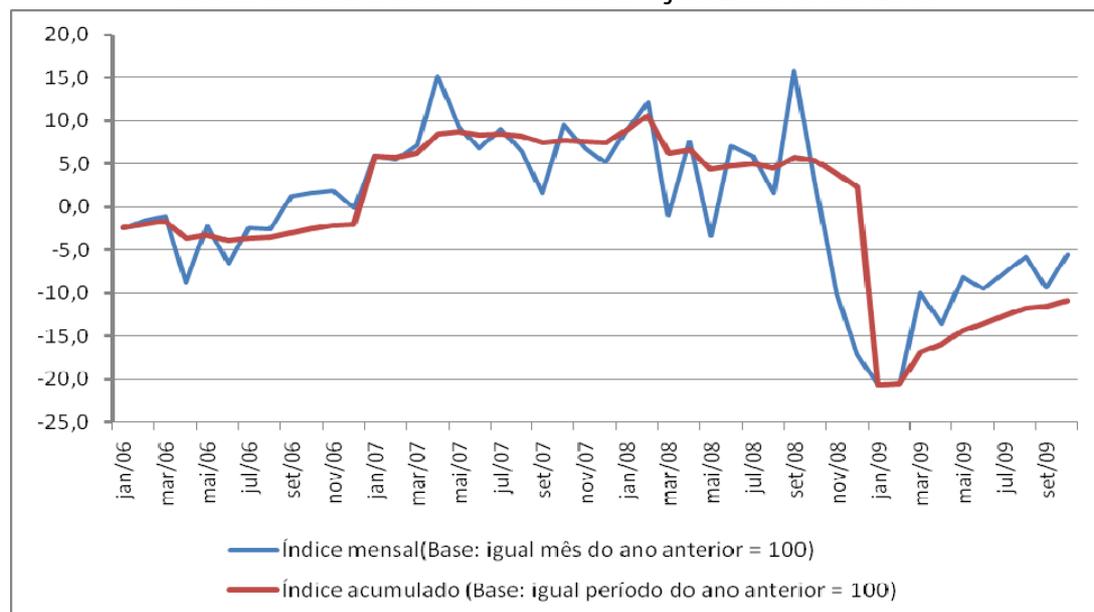
Por meio da análise da variação da produção física da Pesquisa Industrial Mensal – (PIM-PF/IBGE), contata-se, conforme o gráfico abaixo, que a queda maior na indústria de transformação foi sentida mais intensamente na passagem de outubro para novembro de 2008, estendendo-se nos meses subsequentes até fevereiro de 2009. No confronto com os meses iguais do ano anterior, a redução de novembro de 2008 foi de -10,20%, seguida de dezembro, janeiro e fevereiro de 2009, que tiveram quedas significativas de -17,1%, -20,7% e -20,5%, respectivamente. Observa-se, também, que a indústria de transformação gaúcha iniciou o ano de 2008 em um ritmo bastante acelerado, o que acaba agravando qualquer comparação com o começo do ano de 2009.

No caso específico da indústria de máquinas e equipamentos, que obteve uma redução de 31,81%, no acumulado ano, o resultado reflete fundamentalmente o comportamento do setor de máquinas e equipamentos agrícolas. Em 2007 e 2008, esse segmento experimentou uma expressiva recuperação, fruto da boa safra de grãos e, conseqüentemente, da capitalização dos produtores. Ademais, a relativa abundância de crédito, somada a expectativas de grande empresas frente à ampliação da cultura da cana-de-açúcar e silvicultura, da área plantada de grãos e da introdução de tecnologias de ponta, permitiram a sustentação da ampliação do setor até 2008. Entretanto, a crise mundial, que reduziu a oferta de crédito e os preços das *commodities*, aliada aos problemas climáticos, fizeram mudar radicalmente o quadro, sendo os primeiros sinais sentidos nos dois últimos meses de 2008 e primeiros meses de 2009.

Já o segmento de veículos automotores, que apresentou também resultados expressivos em 2007 e 2008, sofreu uma redução de 24,51% no acumulado do ano. Destaca-se o segmento ônibus, caminhões, carrocerias e implementos rodoviários, categoria mais importante da indústria automobilística gaúcha. Além da forte retração da atividade econômica, esses segmentos também apresentaram dificuldades devido ao atraso do programa de financiamento à aquisição de caminhões, à diminuição da demanda por ônibus urbanos e às indefinições quanto à prorrogação das concessões das linhas interestaduais no Brasil.

Ademais, cabe destacar, também, a forte influência das exportações gaúchas no resultado da indústria gaúcha em 2009. Uma das atividades mais afetadas pela crise mundial foi justamente o segmento de veículos automotores, com reduções significativas nas exportações de -45,90%. Já o segmento de máquinas e equipamentos guarda também uma importante correlação com a queda da produção industrial gaúcha. No período, houve uma queda de -42,80% do total exportado, fundamentalmente em função da queda acentuada do comércio de tratores.

Produção Industrial/RS
Índice mensal e índice acumulado – jan 2006 a out 2009



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – Regional. Série com Ajuste Sazonal.

Por fim, verifica-se, a partir do terceiro semestre de 2009, uma importante redução no ritmo da queda. Nas séries livres dos efeitos sazonais, a indústria em geral, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF/IBGE), apresenta taxas positivas de crescimento comparativamente aos meses imediatamente anteriores no ano de 2009: julho (1,2%), agosto (1,9%), setembro (0,4%), outubro (0,8%), com um acúmulo de 6,0% nesse período. Estima-se que essa recuperação, ainda que lenta, da economia gaúcha e brasileira, pode ser creditada fundamentalmente aos ajustes de estoques, à redução de impostos, à melhoria na facilidade de crédito e à substituição de alguns produtos importados por nacionais, que se verificou ao longo do ano de 2009. Fatores como melhoria do mercado interno, no comércio internacional e a base de comparação relativamente baixa de 2009, levam a crer na retomada da atividade da indústria gaúcha em 2010.

1.2.3 Setor de Serviços

Os serviços no Rio Grande do Sul, com uma participação de 61,23% no Valor Acrescentado Bruto (VAB), apresentaram um pequeno acréscimo de 0,9% em 2009. Esse resultado pode ser creditado ao fraco desempenho das atividades de comércio (-2,3%) e transportes (-0,3%), uma vez que a Administração Pública e o conjunto dos demais serviços cresceram, no período, 2,3% e 2,1%, respectivamente. Destaca-se que uma retração do comércio não era verificada desde 2005, ano da última grande estiagem no Estado.

Taxa de crescimento do VAB dos Serviços do Rio Grande do Sul - 2008-09

Discriminação	2008-09 (%)	
	2008	2009
Serviços	4,9	0,9
Comércio	8,1	-2,3
Transportes e armazenagem	6,2	-0,3
Administração Pública	2,6	2,3
Demais serviços	4,2	2,1

Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

Nota: Estimativas preliminares.

A análise do Índice de Vendas do Comércio (IVC), divulgado pela FEE, permite uma melhor compreensão do desempenho do comércio estadual em 2009 com relação a 2005. Como resultado da crise mundial, o volume de vendas do primeiro semestre de 2009 decaiu 3,0%. Já em 2005, com as adversidades climáticas, a redução para o mesmo período foi maior, isto é, cerca de -6,7%, sendo que a redução do comércio atacadista (-12,4%) e, em especial, do comércio atacadista de matérias-primas agropecuárias (-29,2%), foi determinante para esse resultado.

Variação de volume de vendas no comércio no RS do 1º semestre de 2005 a 2009 (%)

Atividade Econômica	2005 a 2009					Variação de set-out 2009
	2005	2006	2007	2008	2009	
Comércio	-6,7	0,0	6,4	6,2	-3,0	7,9
Comércio Varejista	-1,2	0,8	4,6	6,1	-4,7	7,0
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,4	8,4	2,0	-1,3	-1,6	8,4
Combustíveis e lubrificantes	-7,6	-6,9	3,8	8,9	4,5	11,6
Veículos, motocicletas, partes, peças e acessórios	0,5	-0,4	8,9	16,9	-4,8	-1,1
Materiais de construção	-2,9	-3,0	3,6	4,0	-13,9	10,0
Tecidos, vestuário e calçados	-4,7	-5,1	2,4	-1,3	-13,4	16,4
Móveis e eletrodomésticos	-7,0	-1,4	7,0	9,8	-5,5	1,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	-1,6	4,8	4,9	1,4	-0,2	6,3
Equipamentos e material p/escritório, informática e comunicação	7,9	22,2	13,4	29,7	-3,6	11,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-5,2	-8,6	-17,6	0,7	-15,3	1,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-4,2	-0,8	7,9	8,5	-14,8	9,8
Comércio Atacadista	-12,4	-0,9	8,4	6,3	-1,3	8,8
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,1	3,5	7,7	-0,4	1,4	5,0
Combustíveis	-17,4	-13,9	7,9	9,5	-6,2	9,9
Veículos, motocicletas, partes, peças e acessórios	-1,7	-1,1	12,5	17,7	13,5	1,6
Material de construção, madeira, ferragens e ferramentas	-9,0	1,6	5,5	10,6	-19,7	7,4
Artigos de uso pessoal e doméstico	-4,5	3,1	14,7	12,9	-6,1	4,3
Produtos intermediários industriais	-5,3	-0,5	5,7	-5,8	-16,4	10,3
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-14,4	3,5	15,6	26,3	-11,5	9,9
Matérias-primas agropecuárias	-29,2	23,9	5,4	3,0	13,4	20,1
Mercadorias em geral (Outros)	-6,8	-1,1	10,9	4,4	-3,7	6,4

Fonte: IVC-RS – Convênio FEE e Fecomércio-RS

Diferentemente de 2005, a queda no comércio atacadista, no primeiro semestre de 2009, não foi tão intensa (-1,3%). Isso porque, em 2009, as vendas de veículos, motocicletas, partes, peças e acessórios (13,5%) e as matérias-primas agropecuárias (13,4%) evitaram uma diminuição maior do comércio no atacado. Contudo, foram verificadas quedas elevadas nos segmentos de material de construção, madeira, ferragens e ferramentas (-19,7%), produtos intermediários industriais (-16,4%) e máquinas, aparelhos e equipamentos (-11,5%), sendo esses dois últimos resultado da retração no setor industrial gaúcho.

Já no comércio varejista, a redução de 4,7% no primeiro semestre de 2009 foi a maior verificada desde 2004, ano em que a série começou a ser produzida. Todos os segmentos, com exceção dos combustíveis e lubrificantes (4,5%), sofreram decréscimos. Destacam-se as quedas acentuadas dos segmentos de livros, jornais, revistas e papelaria (-15,3%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-14,8%), materiais de construção (-13,9%) e tecidos, vestuário e calçados (-13,4%).

Entretanto, apesar dos resultados negativos até junho, verifica-se o início da recuperação no segundo semestre do ano. A variação de outubro de 2009, em comparação com o mês anterior, indica um crescimento de 7,9% no comércio gaúcho. Para o comércio varejista, mais atingido pela crise internacional, os dados de outubro de 2008 revelam um acréscimo de 7,0% em relação a setembro, com destaque para as vendas de tecidos, vestuário e calçados (16,4%), combustíveis e lubrificantes (11,6%) e materiais de construção (10,0%). Assim, com os últimos resultados disponibilizados, constata-se que o setor de serviços no Rio Grande Sul já apresenta uma trajetória de crescimento nos meses finais de 2009, sugerindo que, no ano de 2010, a economia gaúcha apresentará uma importante recuperação.

1.2.4 Comércio Exterior

1.2.4.1 Exportações

A crise econômica mundial afetou fortemente as exportações do Rio Grande do Sul em 2009. A quebra da tendência ocorreu da passagem de setembro para outubro de 2008, quando as exportações começaram a perder força, afetadas pela acentuada queda no volume e pela expressiva desaceleração nos preços. De janeiro a novembro de 2009⁶, na comparação com igual período do ano anterior, as exportações apresentaram um decréscimo de 21,8%, atingindo o valor de US\$ 13,4 bilhões.

A variação negativa de 21,8% do Estado é, contudo, melhor que o resultado obtido para a economia brasileira, cuja redução no período foi de 25,7%. Isso porque o Rio Grande do Sul apresenta, em sua pauta

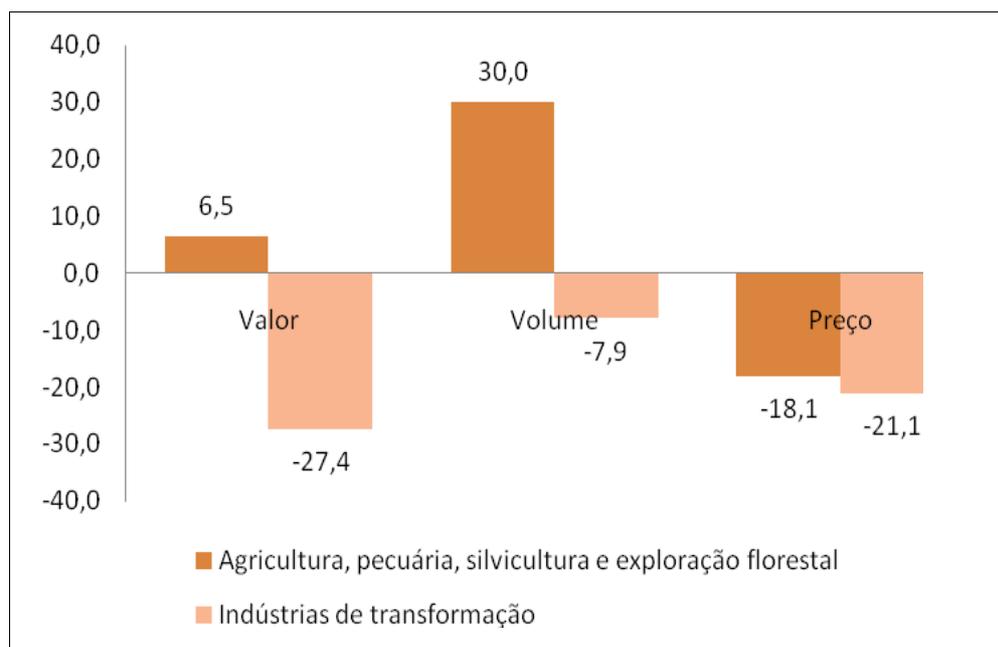
⁶ As informações disponíveis até o momento da conclusão deste texto englobam o período janeiro a novembro de 2009, motivo pelo qual as comparações e análises tiveram como referência períodos encerrados em novembro de cada ano.

exportadora, uma maior participação de produtos de menor valor agregado, como é o caso das *commodities* agrícolas. Diante da crise internacional, esses tiveram uma redução inferior àqueles produtos dos ramos industriais de valor agregado e com maior intensidade tecnológica. De uma maneira geral, os países que sofreram menos com a crise, como o caso da China, são justamente os que demandaram mais esses produtos. Soma-se a isso, o caso específico da soja. Ao contrário do milho, essa oleaginosa não possui concorrência de outra *commodity* agrícola no que se refere ao teor proteico, possibilitando que a demanda desse produto continuasse alta ao longo do período.

Quanto à redução significativa do comércio com o exterior no ano de 2009, destaca-se justamente a dificuldade enfrentada pelos ramos da indústria de transformação gaúcha frente à crise econômica mundial. O setor, que possui uma participação de 80,7% do total das exportações, apresentou um decréscimo no valor embarcado na ordem de US\$ 4,08 bilhões, em decorrência das reduções de preços (-21,1%) e de volume físico exportado (-7,9%).

Já o setor agropecuário, pelas razões explicadas acima, obteve alguns resultados positivos no ano de 2009. Com uma participação de 16% do total das exportações, o setor apresentou um crescimento no valor exportado de US\$ 131,2 milhões, em relação a janeiro a novembro de 2008. A variação positiva do valor exportado (6,5%) deve-se ao crescimento substancial do volume (30%) comparativamente ao mesmo período de 2008, uma vez que a crise internacional afetou os preços do setor (-18,1%).

Variação de valor, volume e preço das exportações, segundo os setores de atividade, do Rio Grande do Sul — jan-nov/09



Fonte: FEE/Secretaria do Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Quanto aos produtos de maior participação nas exportações gaúchas, na análise segundo os capítulos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) constata-se uma redução dos valores exportados em 11 dos 14 produtos. Com destaque para 08 segmentos, que obtiveram uma taxa de crescimento negativa bem acima da média do período, isto é, -21,85%: carnes e miudezas, comestíveis (-27,87%); cereais (-44,14%); gorduras e óleos animais ou vegetais (-54,57%); produtos químicos orgânicos (-39,48%); peles e couros (-42,21%); calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes (-31,26%); reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes (-42,80%); e, veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (-45,90%).

O segmento das carnes, que perfaz 11,43% na pauta de exportação do RS, apresentou um decréscimo de US\$ 592 milhões no valor exportado. Esse resultado fez com que o setor perdesse o primeiro lugar no *ranking* da pauta exportadora em 2009, sendo reposicionado em terceiro, atrás do fumo e das oleaginosas (soja). Essa redução deve-se, fundamentalmente, à queda dos valores exportados da carne suína⁷ (-31,37%) e congelados de galos e galinhas⁸ (-22,93%).

No caso dos cereais, houve uma diminuição do setor na ordem de US\$ 249 milhões. Tal redução resulta da queda acentuada do valor exportado do milho⁹, de cerca de 67,31%, e trigo¹⁰, na ordem de 76,41%, fruto da quebra das duas safras no Rio Grande do Sul. Já nos segmentos de gorduras e óleos, a redução foi de US\$ 348 milhões, em 2009, em função da diminuição de 54,54% no valor exportado do óleo de soja¹¹ bruto. Estima-se que a opção pela exportação da soja em grãos seja a explicação para a queda expressiva da exportação do óleo de soja.

Os setores de calçados e de produtos químicos orgânicos também apresentaram desempenho negativo no período, com uma diminuição do comércio de US\$ 347 milhões e de US\$ 205 milhões, respectivamente. No caso do setor calçadista, com uma participação de 5,69% das exportações gaúchas em 2009, esse comportamento tem se verificado nos últimos anos e reflete um ajuste estrutural de elevação da qualidade dos produtos, em face da concorrência com os calçados chineses, principalmente pelo mercado norte-americano.

Já o segmento de peles e couro, que representa 2,07% do montante, apresentou um decréscimo de US\$ 202 milhões. Apesar do maior direcionamento para a produção e exportação de couros semiacabados e acabados nos últimos dez anos, e, fundamentalmente, dos elevados

⁷ NCM 0203.29.00 - Outras Carnes de Suíno, Congeladas

⁸ NCM 0207.12.00 - Carnes de galos/galinhas, n/cortadas em pedaços, congel. e 02071400 - Pedaços e miudezas, comest.de galos/galinhas,congelados

⁹ NCM 1005.10.00 - Milho para semeadura e 10059010 - Milho em grão, exceto para semeadura

¹⁰ NCM 1001.90.90 - Trigo (exc. trigo duro ou p/semeadura), e trigo c/centeio

¹¹ NCM 1507.10.00 - Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado

investimentos em tecnologia e qualidade para a indústria do mobiliário e a automotiva, o setor ainda é bastante dependente das vendas externas do produto no estado inicial. Essa dependência afetou o desempenho do setor desde os primeiros meses de 2008 e estendeu-se para 2009, com o declínio da demanda mundial de couro e as dificuldades encontradas pelos exportadores para a formalização de contratos de adiantamento de contrato de câmbio (ACC).

Outros dois segmentos relevantes: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e veículos automóveis e tratores, com uma participação de 4,49% e 4,88%, respectivamente, obtiveram, também, resultados negativos. O setor de máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos comercializou US\$ 450 milhões a menos do que no mesmo período do ano anterior. Esse resultado pode ser creditado, em boa parte, à diminuição das exportações de todo o tipo de máquinas e, em especial, do valor exportado das Ceifeiras Debulhadoras¹², que decaiu 67,85% no período de análise. Já no setor de veículos automóveis e tratores, a diminuição em US\$ 555 milhões resulta da queda do valor comercializado de tratores¹³ em 37,04%; de carrocerias para veículos automotores¹⁴ em 50,91%; e, de partes e acessórios para tratores e veículos automotores¹⁵, que decaiu 43,03%.

Por fim, os destaques positivos no ano de 2009 foram as exportações de fumo (tabaco) e de oleaginosas (soja). Esses produtos ficaram em primeiro e segundo lugar no conjunto de produtos exportados pelo Rio Grande do Sul. Destaca-se que o fumo, com um acréscimo de 10,52% e uma variação positiva de US\$ 192 milhões no valor exportado, beneficiou-se do aumento da demanda e dos preços internacionais. Já a soja obteve um acréscimo de 20,11% no valor exportado, o que equivale a um aumento de US\$ 326 milhões comparativamente a 2008. Entretanto, diferentemente do fumo, a demanda mundial foi o fator determinante para o aumento no valor das exportações, uma vez que o volume produzido elevou-se 38,8%, enquanto que os preços caíram 13,5%. Ressalta-se que 78% da soja exportada do Rio Grande do Sul teve como destino a China.

¹² NCM 8433.51.00 - Ceifeiras-Debulhadoras

¹³ NCM 8701.90.90 - Outros tratores

¹⁴ NCM 8707.90.90 - Carrocerias p/veic. automov. Transp > = 10 pessoas ou p/carga

¹⁵ NCM 8708.99.90 - Outras partes e acess. p/ tratores e veículos automóveis

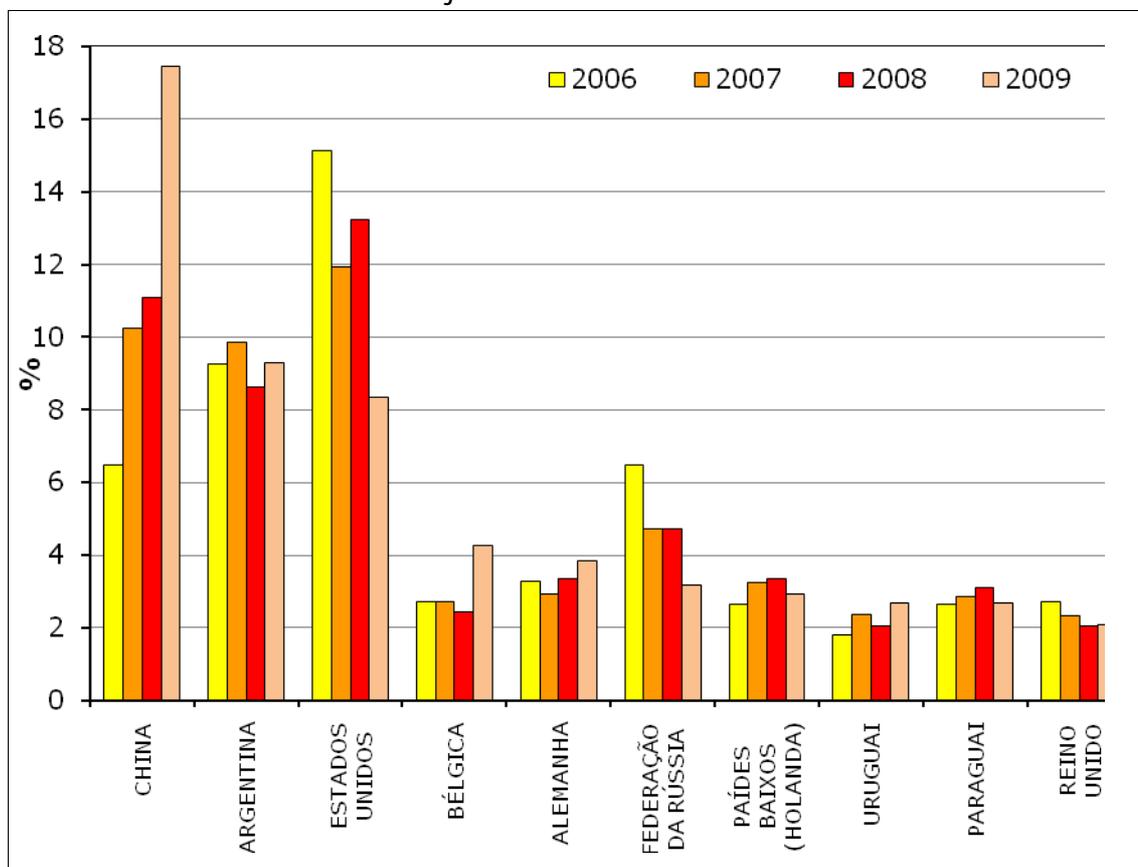
Exportações do Rio Grande do Sul jan-nov/2008-2009, segundo a NCM

Descrição simplificada dos principais capítulos da NCM	US\$ FOB janeiro a novembro		Variação em US\$	Participação % - 2009
	2008	2009		
Fumo (tabaco)	1.834.240.067	2.027.158.571	192.918.504	15,12
Sementes e frutos oleaginosos e grãos, sementes e frutos diversos	1.613.815.299	1.939.774.809	325.959.510	14,47
Carnes	2.123.950.050	1.531.994.671	-591.955.379	11,43
Combustíveis minerais	478.666.239	881.140.951	402.474.712	6,57
Calçados	1.110.144.369	763.146.088	-346.998.281	5,69
Plásticos e suas obras	769.742.150	737.628.922	-32.113.228	5,50
Resíduos das indústrias alimentares	670.182.637	661.562.026	-8.620.611	4,94
Veículos automóveis, tratores e suas partes	1.210.141.167	654.656.714	-555.484.453	4,88
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes	1.052.805.842	602.219.393	-450.586.449	4,49
Cereais	565.069.755	315.673.743	-249.396.012	2,35
Produtos químicos orgânicos	518.562.069	313.832.564	-204.729.505	2,34
Gorduras e óleos animais ou vegetais	638.392.438	290.034.317	-348.358.121	2,16
Peles e couros	479.045.912	276.833.797	-202.212.115	2,07
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	310.871.565	271.171.229	-39.700.336	2,02
Outros	3.767.105.533	2.137.588.535	-1.629.516.998	15,95
Total	17.142.735.092	13.404.416.330	-3.738.318.762	100,00

Fonte: MDIC/Sistema AliceWeb.

Quanto aos principais destinos das exportações, verificam-se algumas alterações no *ranking* dos principais países. A China, que em 2007 e 2008 era o segundo mercado das exportações gaúchas, ultrapassou o mercado norte-americano, ficando em primeiro lugar em 2009, com um aumento de participação de 11,07% (2008) para 17,47% (2009). Destaca-se que o aumento da participação do mercado chinês como comprador dos produtos gaúchos deve-se ao crescimento de 23,4% no valor das exportações para esse país em 2009, em detrimento de mercados expressivos, que apresentaram quedas significativas, como Estados Unidos (-50,7%), a Rússia (-47,4%) e a Argentina (-16,0%). Cumpre ressaltar que o comportamento e a participação dos principais destinos das exportações gaúchas, em 2009, são resultados fortemente influenciados pela crise econômica mundial. Soma-se a isso, o fato da China ter demandado grande quantidade da produção de soja do Rio Grande do Sul. Esse produto representou 64,58% do montante total das exportações daquele país.

Principais destinos das exportações do Rio Grande do Sul
jan-nov/2006-2009

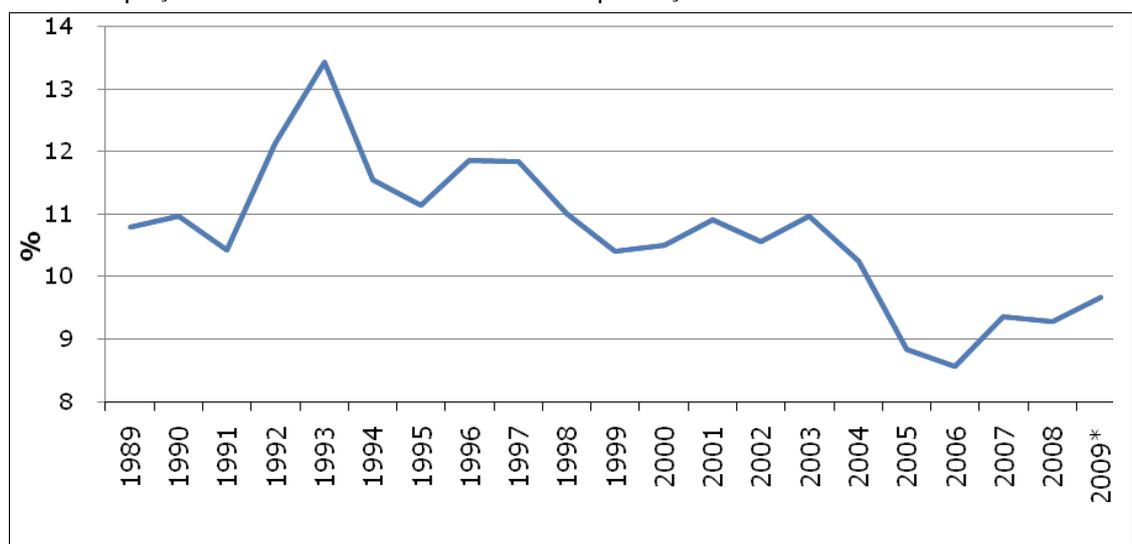


Fonte: MDIC/AliceWeb

Destaca-se, ainda, que o resultado das exportações gaúchas (US\$ 13,4 bilhões) está próximo ao patamar de 2007, ano em que as vendas externas estaduais aumentaram 27,7%, saltando de US\$ 10,8 bilhões, em 2006, para US\$ 13,6 bilhões (período de janeiro-novembro). O resultado de 2009 garantiu uma participação do Rio Grande do Sul de 9,68% no total das exportações brasileiras, abaixo apenas de São Paulo (27,6%) e Minas Gerais (12,8%). É interessante observar que, com esse resultado, o Rio Grande do Sul voltou a ganhar, em 2009, a posição de terceiro lugar no *ranking* dos estados exportadores, ultrapassando o Estado do Rio de Janeiro, que havia assumido essa posição em 2008.

Considerando um período mais longo, a manutenção da fatia exportadora gaúcha pode indicar a reversão de uma tendência decrescente, que se acentuou a partir de 2004 e atingiu seu ponto mais baixo em 2006, com 8,6% do total nacional. Mesmo assim, ressalta-se que o Rio Grande do Sul ainda está longe de alcançar níveis de participação nas exportações brasileiras compatíveis com o verificado no período anterior a 1993, quando o Estado respondeu por cerca de 12% do total das vendas externas do País.

Participação do Rio Grande do Sul nas exportações brasileiras 1989 a nov/2009



Fonte: MDIC/AliceWeb.

*2009 de janeiro a novembro.

Ao final, o que ressalta da análise das exportações gaúchas, em 2009, é um resultado influenciado por uma conjuntura de crise econômica internacional, com forte impacto sobre as exportações das economias brasileira e gaúcha, principalmente, dos ramos industriais. Está claro que a forte retração da demanda externa foi um dos mecanismos mais importantes na transmissão da crise para a economia gaúcha e do Brasil.

É de se assinalar, também, que os principais reflexos da crise foram sentidos por meio da diminuição das linhas de financiamento de crédito externo e interno, além da diminuição do fluxo de capitais vindos do exterior, dificultando o financiamento da atividade exportadora no Brasil e no Rio Grande do Sul. Adicionalmente, a depreciação cambial, que ocorreu subitamente no período, agravou ainda mais os problemas financeiros de algumas empresas que assumiram posições arriscadas, na expectativa de manutenção da trajetória de apreciação do câmbio.

Apesar do resultado negativo de 2009, pode-se levantar hipótese de eventual reversão da trajetória do comportamento do comércio mundial ao longo de 2010. Isso porque, já se torna visível a recuperação moderada, tanto da economia americana como da europeia. Além disso, constata-se a volta do crescimento, de forma lenta, do comércio mundial a partir do terceiro trimestre de 2009.

1.2.4.2 Importações

De um modo geral, as importações do Rio Grande do Sul tiveram uma queda acentuada no ano de 2009. No período analisado, o valor das importações do Estado foi reduzido em cerca de 30% em relação a 2008, voltando a valores próximos aos de 2007. Em 2009, o Rio Grande do Sul

importou US\$ 8,4 bilhões conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Com relação aos outros estados da Federação, o Rio Grande do Sul diminuiu sua participação no total importado: em 2008, era o segundo maior importador do País e, em 2009, passou para a quarta posição, atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, respectivamente. Contudo, a distância que separa o Rio Grande do Sul do Paraná é de 0,12 ponto percentual, sendo assim, o Estado gaúcho ainda pode ultrapassar o paranaense no último mês de 2009, que não consta nessa análise.

As importações gaúchas continuaram com tendência à diversificação: 66 dos 96 grupos de produtos aumentaram sua participação. Apesar de existir essa tendência, as compras ainda se concentram em quatro grupos de produtos, representando mais de 73% do total adquirido em outros países. São eles: combustíveis minerais¹⁶, veículos automóveis¹⁷, máquinas¹⁸ e adubos¹⁹.

Os combustíveis minerais representam 35,9% das importações do Rio Grande do Sul. Esse grupo tem maior participação dos óleos brutos de petróleo, que perfazem 75,6% daquele montante, e das naftas para petroquímica, totalizando 23,3% do total. A participação dos combustíveis minerais foi reduzida pela desvalorização do Dólar frente ao Real e em virtude da redução da quantidade importada. Os óleos brutos de petróleo que o Rio Grande do Sul importa são provenientes, principalmente, da Nigéria e da Argélia, já as naftas vêm em sua maior parte da Argentina.

Com participação de 18,5%, o grupo dos veículos automóveis é formado por veículos com motor diesel para carga de até cinco toneladas, que representam 41% desse total. Automóveis com motor a explosão com cilindros de até 1.000 cm³, participam com 11,2%. Entre as origens desses produtos está a Argentina como principal fornecedora dos veículos automóveis das duas classificações.

O grupo das máquinas manteve a sua participação (o aumento foi pequeno: de 10,22% para 10,29%), no entanto, o valor despendido e o volume importado diminuíram. Esse grupo tem pequenas participações de uma grande quantidade de categorias. As prensas para fabricação de painéis de partículas é o produto que tem maior representatividade - perfaz 6,86% do montante importado. Essas prensas são produzidas, em sua grande parte, na Alemanha.

O último grupo de maior expressão das importações é o dos adubos ou fertilizantes. A quantidade importada e o valor gasto nessa operação foram reduzidos em 2009, fazendo com que a participação desse grupo, no total do Estado, caísse: em 2009, foi de 8,71%. Nesse grupo, os produtos de maior expressão são os cloretos de potássio, representado

¹⁶ NCM 27: Combustíveis minerais, óleos minerais, etc., ceras minerais.

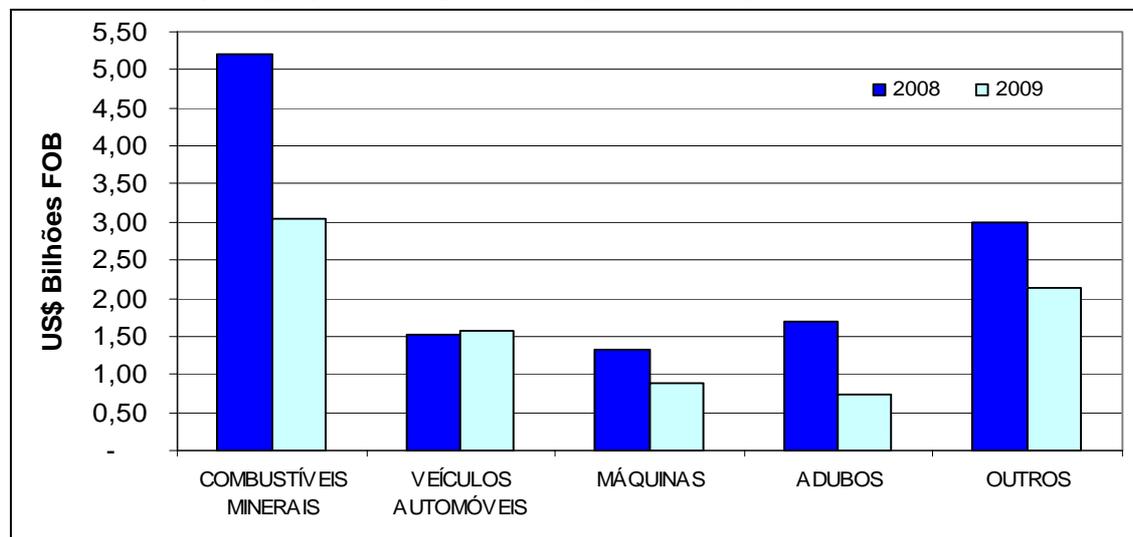
¹⁷ NCM 87: Veículos automóveis, tratores, etc., suas partes/acessórios.

¹⁸ NCM 84: Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos.

¹⁹ NCM 31: Adubos ou fertilizantes.

31% do total, cujas origens principais são Rússia, Alemanha e Belarus; a ureia com teor de nitrogênio maior que 45% em peso, no total de 23,1%, com origens de maior importância na Argentina e no Egito; e, o diidrogênio-ortofosfato de amônio, inclusive misturas hidrogenadas, com 9,2%, originado no Marrocos e nos Estados Unidos.

Principais grupos de importações gaúchas de jan-nov/2008 e 2009



Fonte: MDIC/AliceWeb.

O Gráfico acima mostra o desempenho dos principais grupos de produtos importados pelo Rio Grande do Sul no período analisado. Na classificação Outros, estão incluídos todos os grupos que têm participação de pelo menos 0,1% na pauta das importações. Assim, entram nesse conjunto produtos como os químicos orgânicos, borrachas, plásticos, aparelhos e materiais elétricos e cereais.

Cabe destacar que nem sempre é positiva a redução das importações, especialmente quando se trata de produtos importados essenciais para a produção de outros bens e aqueles que não são produzidos no Estado. O cenário das importações apresentado está num contexto de crise financeira mundial, em que a capitalização dos produtores locais está reduzida. Assim, mesmo o câmbio estando favorável às importações, estas não tiveram um desempenho de grande monta como em 2008.

1.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO RIO GRANDE DO SUL

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE), divulgado anualmente pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é um indicador sintético, elaborado aos moldes do conhecido Índice

de Desenvolvimento Humano (IDH). Sua elaboração resulta de um amplo conjunto de indicadores, agrupados em quatro grandes blocos: Educação, Renda, Saneamento e Domicílios e Saúde²⁰. Pela abrangência das variáveis socioeconômicas que compõem o IDESE, sua utilização permite a classificação de três estágios de desenvolvimento: baixo desenvolvimento (de zero até 0,499); médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799); e, alto desenvolvimento (acima de 0,800 até 1,000).

A série do IDESE passou a ser disponibilizada a partir do ano 2000, utilizando como principais insumos as informações do Censo Demográfico de 2000, da Contagem Populacional de 2007 e a nova série do PIB, calculada com nova metodologia a partir de 2002. A apresentação dessas informações para as nove Regiões Funcionais de Planejamento e para os 28 COREDEs, que hoje se constituem nos principais recortes regionais para fins de planejamento no Rio Grande do Sul, permite uma boa visualização do comportamento do desenvolvimento socioeconômico no território sul-rio-grandense no período recente²¹.

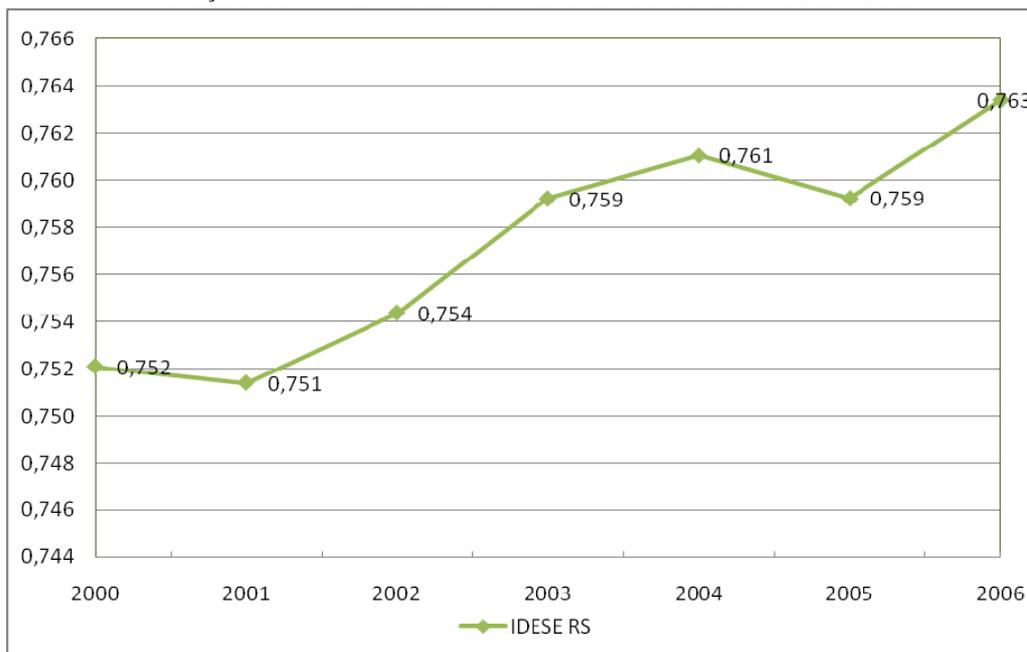
1.3.1 A evolução do IDESE estadual no período 2000-2006

Com base nesse indicador, o desenvolvimento socioeconômico do Estado caracteriza-se como sendo de nível médio. Tal fato ocorre para todo o período, podendo ser percebida uma nítida tendência de crescimento do índice, que se aproxima, gradativamente, dos patamares de alto desenvolvimento socioeconômico, ainda que com uma interrupção de pequena intensidade em 2001 e 2005. O índice passou de 0,752, em 2000, para 0,763 em 2006, maior valor de todo o período, conforme indica o gráfico.

²⁰ O Bloco Domicílio e Saneamento analisa a proporção de domicílios abastecidos com água tratada, proporção de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial e média de moradores por município. O Bloco Educação é composto pela taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade, taxa de evasão no ensino fundamental, taxa de reprovação no ensino fundamental e taxa de atendimento no ensino médio. No Bloco Saúde, são utilizados o percentual de crianças nascidas com pouco peso, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos e a expectativa de vida ao nascer. O Bloco Renda é calculado pelo PIB *per capita* e pelo Valor Acrescentado Bruto (VAB) *per capita do comércio, alojamento e alimentação*.

²¹ Usualmente, o IDESE é disponibilizado para o Estado, municípios, COREDEs, meso e microrregiões. A utilização dessa informação por Região Funcional de Planejamento somente foi possível pela tabulação especial realizada pelo Núcleo de Indicadores Sociais da FEE.

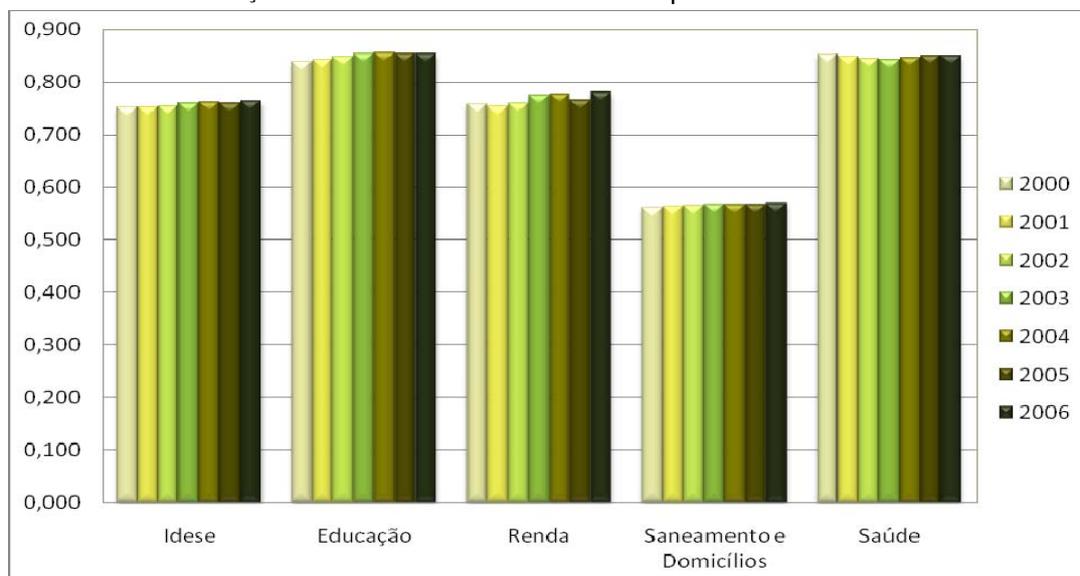
Evolução do IDESE total no Rio Grande do Sul 2000-2006



Fonte: FEE.

Como pode ser constatado no Gráfico a seguir, o IDESE estadual é influenciado pelo bom desempenho dos Blocos de Saúde e de Educação. Logo, não deixa de ser preocupante constatar que o índice da saúde, mesmo com a sensível recuperação registrada em 2004 e 2005, não consegue recuperar o nível apresentado em 2000, tendo apresentado um novo declínio no ano de 2006. O Bloco de Educação, que apresentava em todo período uma trajetória ascendente, sofre uma pequena retração em 2005, retomando o crescimento em 2006.

Evolução do IDESE total e blocos no período 2000-2006



Fonte: FEE.

Especial atenção merece o Bloco Renda, que havia interrompido, em 2005, uma sequência positiva de crescimento de três anos, tendo em conta a crise que marcou a economia mundial e gaúcha. Em 2006, o Bloco apresentou uma expressiva recuperação na trajetória de crescimento, passando de 0,766 para 0,781, refletindo melhorias no padrão de renda em curso no País que, em grande medida, resultam da valorização do salário mínimo e das políticas públicas.

O Bloco de Saneamento e Domicílios é, sem dúvida, aquele no qual o Rio Grande do Sul apresenta a situação mais delicada, pois, além de se situar muito próximo do patamar de baixo desenvolvimento, registra um nível de crescimento bastante insatisfatório. O fraco desempenho do Bloco influencia de forma decisiva o índice global, mantendo-o em níveis intermediários. Convém assinalar que, entre os indicadores que compõem o Bloco Domicílio e Saneamento, está a proporção de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial, que é influenciado negativamente pela não inclusão da solução da fossa séptica, satisfatoriamente utilizada nas áreas rurais e nos pequenos municípios do Estado.

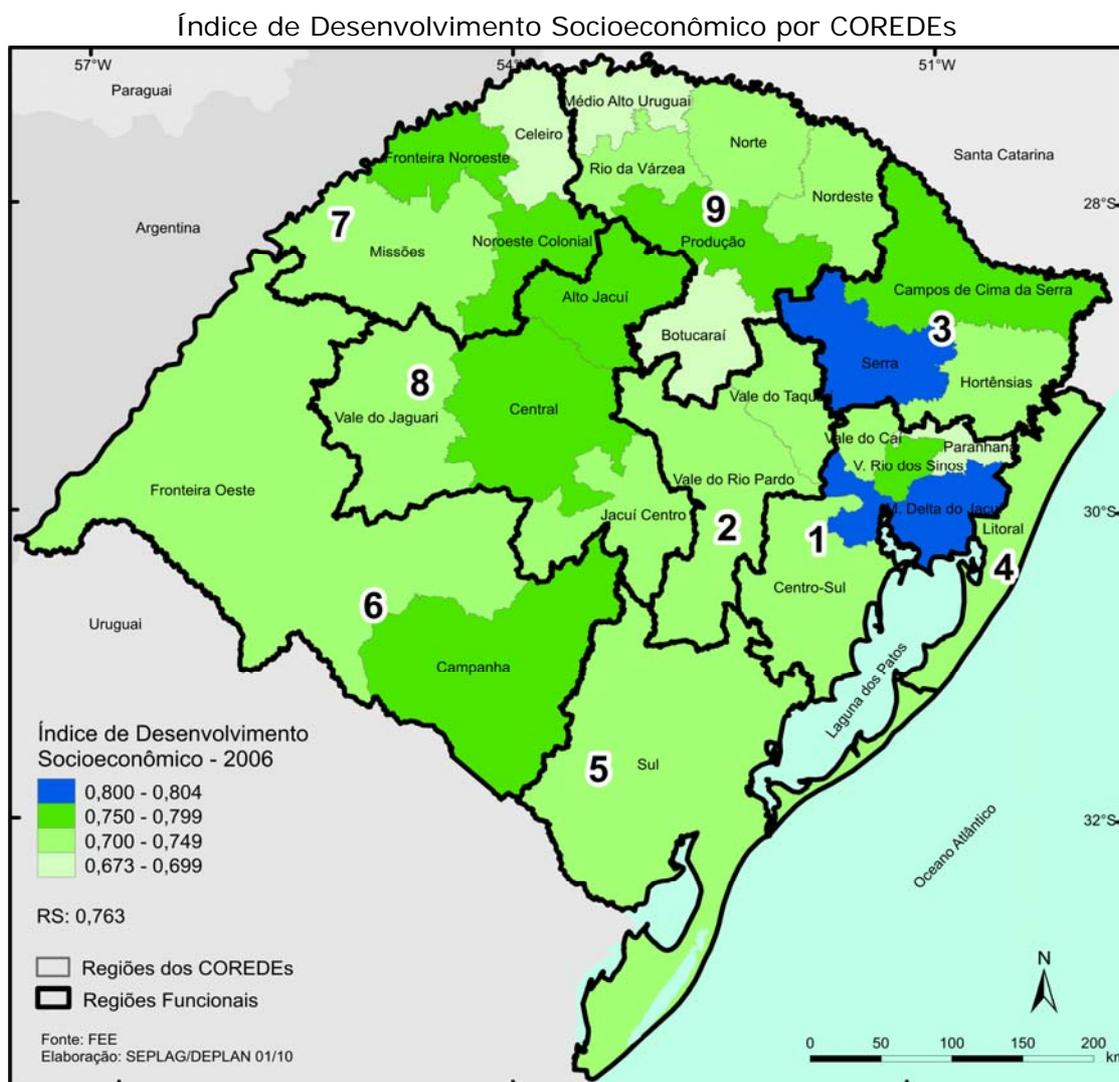
1.3.2 Distribuição territorial do desenvolvimento socioeconômico: o IDESE segundo as Regiões Funcionais de Planejamento, COREDEs e municípios

Considerando as nove Regiões Funcionais de Planejamento, a Região Funcional 3, com o IDESE de 0,793, em 2006, ocupa a melhor posição no *ranking* das nove regiões que compõem o Estado. Ainda que a posição dessa região seja de destaque em todos os quatro blocos que integram o IDESE, o seu grande diferencial ocorre por conta da sua boa performance nos Blocos de Renda e de Saneamento e Domicílios. Aliás, uma observação que se impõe é a de que existe uma acentuada convergência, positiva, nos indicadores de saúde e educação para todas as regiões funcionais. Vale dizer, que a boa posição do Rio Grande do Sul, nessas duas áreas, também se verifica no plano da distribuição territorial.

Outro aspecto a ser ressaltado é que, entre os três Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) que compõem a Região Funcional 3, encontra-se o da Serra que, juntamente com o Metropolitano Delta do Jacuí, pertencente à Região Funcional 1, constituem os dois únicos COREDEs que apresentam IDESE acima de 0,800, considerado de alto desenvolvimento. Vale registrar que na Região Funcional 3 se encontra o município de Caxias do Sul, que é o município com melhor IDESE do Estado, com 0,840, e o único que, nos últimos seis anos, apresenta alto desenvolvimento nos quatro blocos do índice.

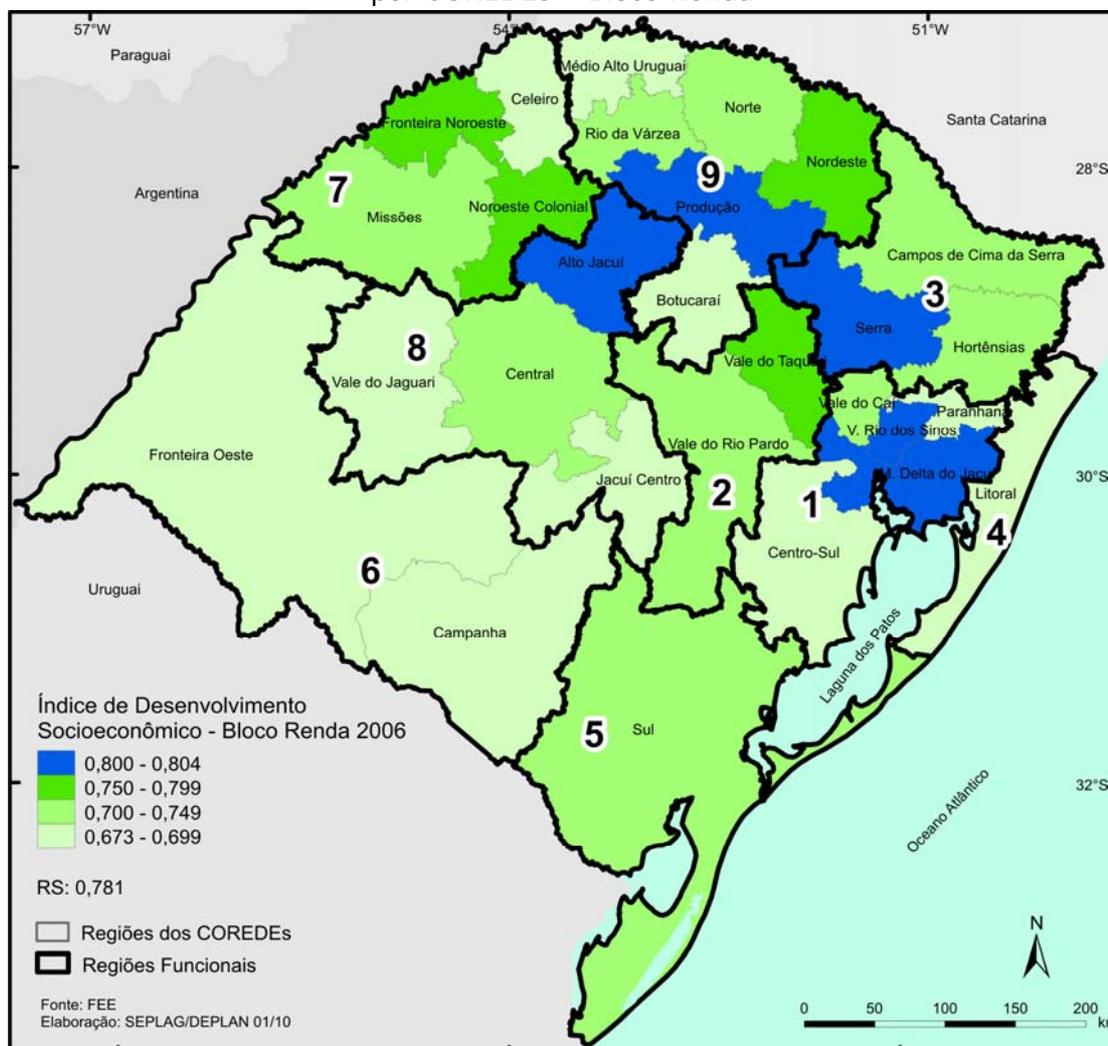
A Região Funcional 1 ocupa a segunda posição na relação das regiões com melhor desenvolvimento econômico e social. Uma das características dessa Região é que os cinco COREDEs que a integram

possuem mais de um município incluído na Região Metropolitana que, de um modo geral, exerce forte polarização sobre toda essa porção territorial. É significativo, também, que essa Região abriga os cinco municípios que ocupam a lista do segundo ao sexto lugar no *ranking* estadual, quais sejam, Porto Alegre, Esteio, Canoas, Cachoeirinha e Campo Bom.



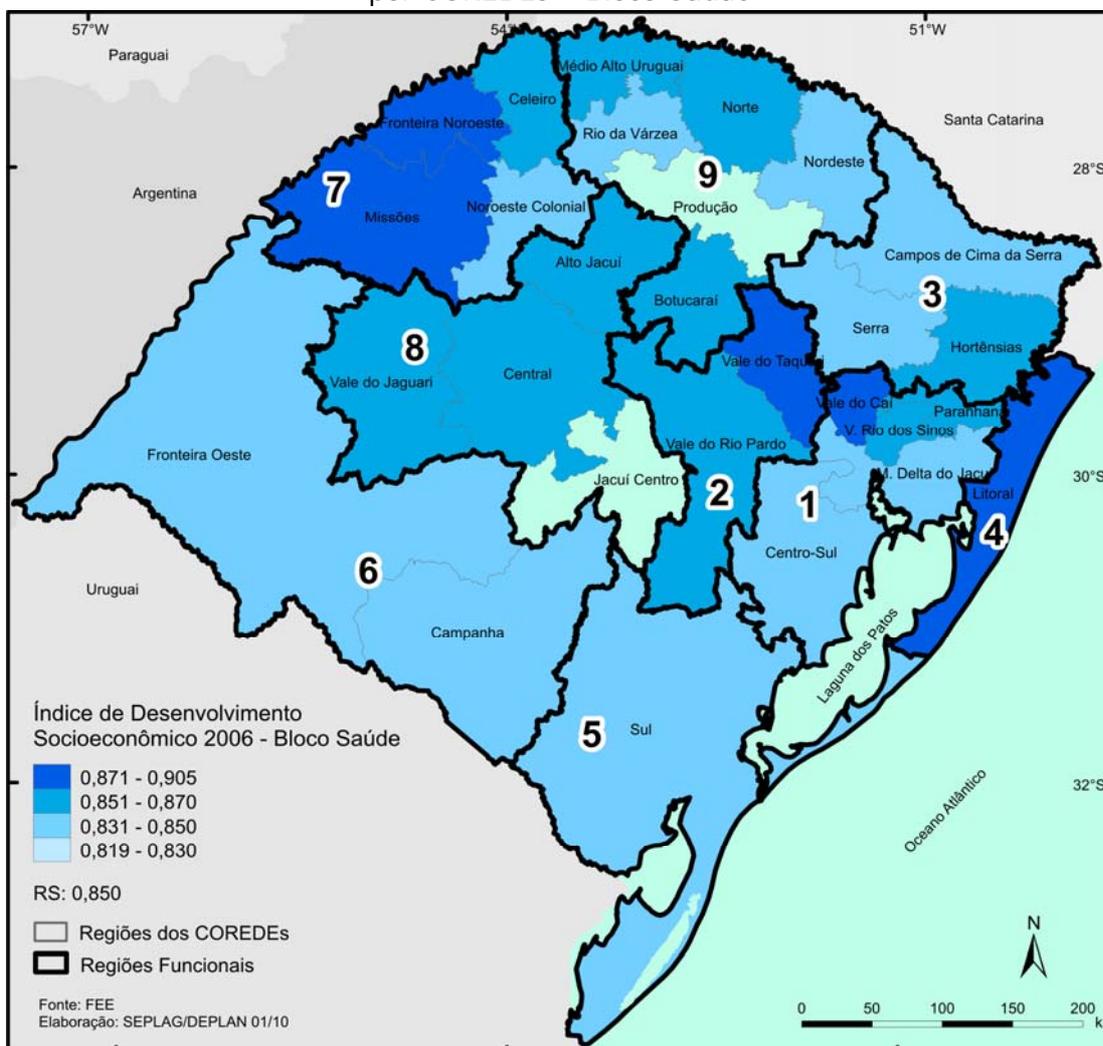
As Regiões Funcionais 8 e 6 encontram-se em posição intermediária no desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, segundo o IDESE, com ligeira vantagem para a primeira nos blocos de renda e saúde. Já a Região Funcional 6 apresenta como registro positivo o crescimento, ao longo de toda a série, no seu índice de saneamento e domicílios. Os maiores índices estão nos COREDEs Central, 0,762, e Campanha, 0,763, com destaque para os municípios de Santa Maria e Bagé.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
por COREDEs – Bloco Renda



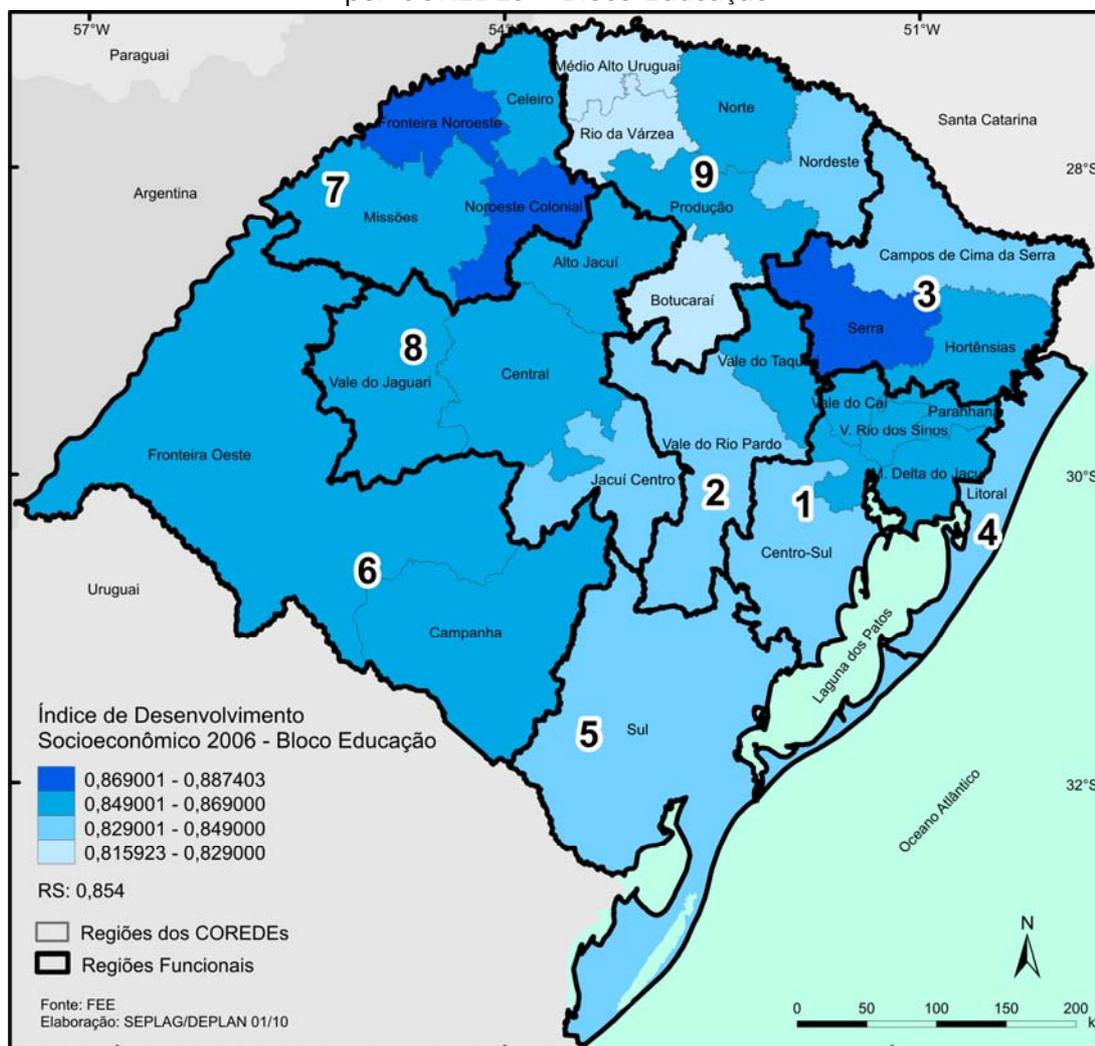
O Bloco Saúde é o que apresenta o melhor desempenho, com índices de alto desenvolvimento em todas as regiões. A Região Funcional 4, que corresponde ao COREDE Litoral, possui os valores mais elevados, seguida pela Região Funcional 7, com destaque para os COREDEs Missões e Fronteira Noroeste, e pela Região Funcional 2, onde se evidencia o Conselho Regional do Vale do Taquari. Convém observar que o índice apresenta bom desempenho também nas regiões que apresentam alto contingente populacional que, devido à estrutura e complexidade do sistema de saúde, atendem públicos provindos de todos os municípios gaúchos.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico por COREDEs – Bloco Saúde



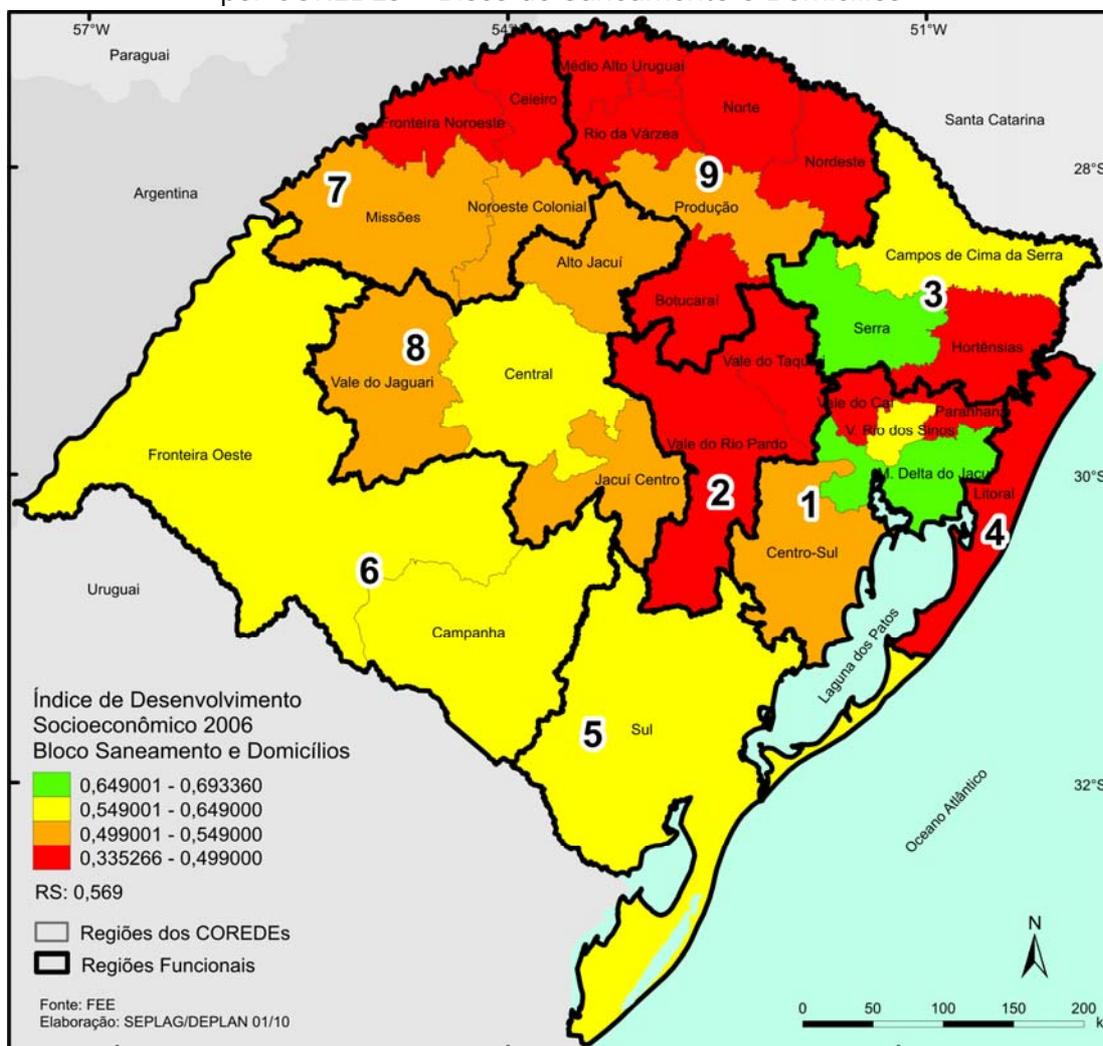
O Bloco Educação, a exemplo do Bloco Saúde, apresenta alto desenvolvimento em todas as regiões do Estado, destacando-se os COREDEs Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Serra. O Bloco retomou a tendência de crescimento apresentada desde 2000, que havia sido interrompida em 2005 e, juntamente com o Bloco Saúde, colabora expressivamente para o bom desempenho do índice global.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
por COREDEs – Bloco Educação



As Regiões Funcionais 2, 4, 9 e 7 têm em comum o fato de todas apresentarem o Bloco de Saneamento e Domicílios com índices abaixo de 0,500, ou seja, de baixo desenvolvimento. De forma geral, essas são regiões com maior população na zona rural e presença de pequenos municípios, apresentando, portanto, localidades nas quais a fossa séptica é um recurso largamente utilizado. Essa situação também pode ser observada em relação aos COREDEs Médio Alto Uruguai, Celeiro, Alto da Serra do Botucaraí, Vale do Rio Pardo, Rio da Várzea, Litoral, Vale do Taquari, Norte, Nordeste e Fronteira Noroeste, que possuem o indicador de saneamento considerado baixo. Fora dessas Regiões Funcionais estão, ainda, os COREDEs Hortênsias, Vale do Caí e Paranhana Encosta da Serra, que se somam aos demais, influenciando significativamente na composição do índice global, conforme a Figura que segue.

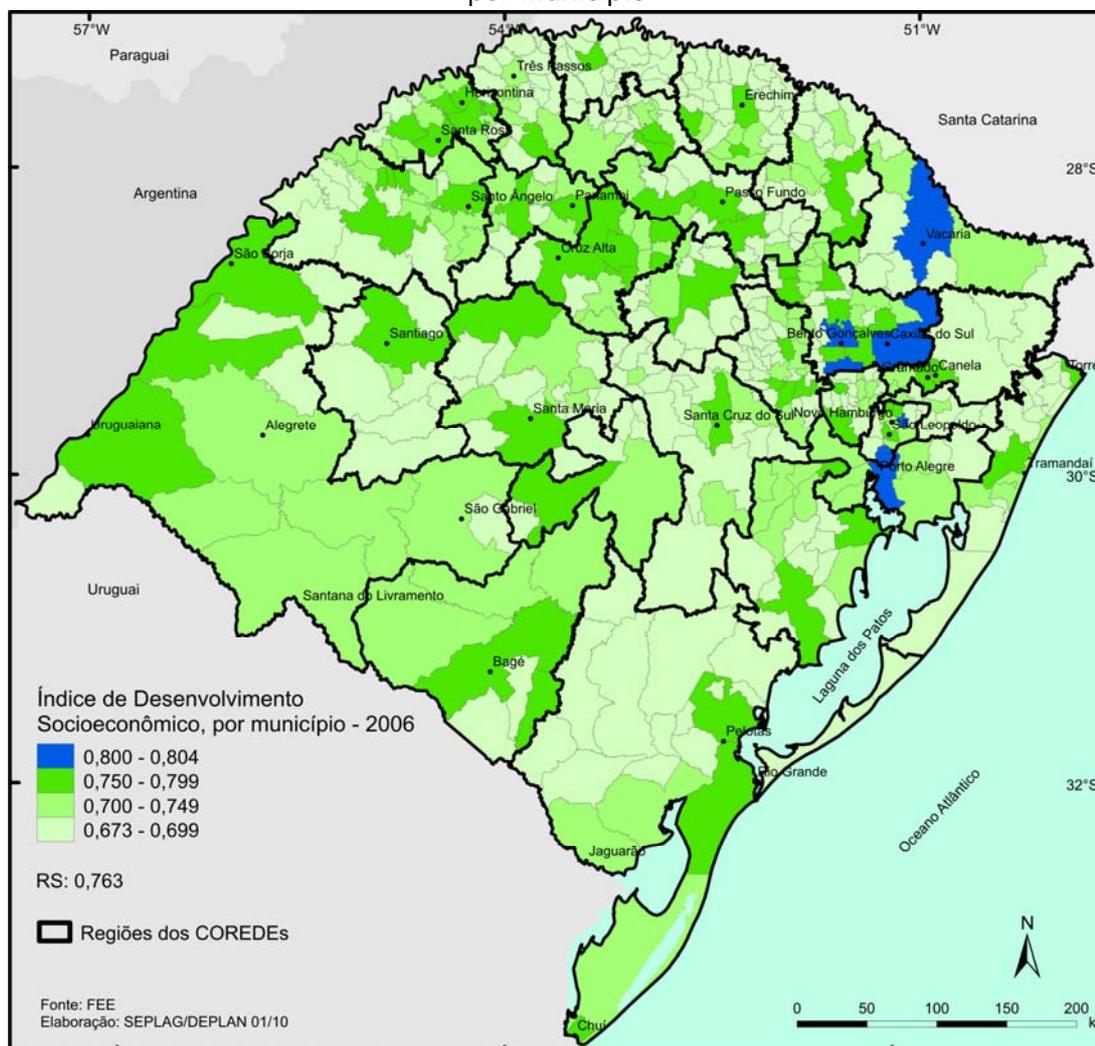
Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
por COREDEs – Bloco de Saneamento e Domicílios



No que tange à Região Funcional 4, composta pelo COREDE Litoral, esse é um problema bastante preocupante, pois esse COREDE apresenta, nos meses de verão, elevados contingentes populacionais. Como já foi assinalado, é animador constatar que, mesmo em regiões onde é mais acentuada a presença de população rural, os índices de educação e saúde atingem níveis de bom desenvolvimento, não muito diferenciados de regiões com elevada concentração populacional.

No que concerne à distribuição municipal, cabe evidenciar que, em 2006, todos os municípios considerados como de alto desenvolvimento socioeconômico estavam situados no eixo de desenvolvimento do Nordeste Gaúcho. Com IDESE superior a 0,803, estavam, por ordem decrescente, os municípios de Caxias do Sul, Porto Alegre, Esteio, Canoas, Vacaria, Cachoeirinha, Campo Bom, Bento Gonçalves e Carlos Barbosa. No interior do Estado, o município que mais se aproxima a esses índices é Ijuí, com IDESE de 0,799, destacando-se ainda Cerro Largo, Sarandi e Santa Maria.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
por Município



Observa-se, ainda, que o IDESE é mais elevado na maioria dos municípios que se constituem em polos tradicionais da estrutura urbana gaúcha, como é o caso de Ijuí, Santa Maria, Erechim, Passo Fundo, Santa Rosa, Rio Grande, Bagé, Santa Cruz do Sul, Pelotas e Uruguaiana, dentre outros. A presença de índices mais elevados em comparação ao grande número de pequenos municípios se deve aos bons indicadores dos Blocos de Saúde e Educação e, principalmente, ao fraco desempenho do Bloco de Domicílio e Saneamento nos pequenos municípios.

As Tabelas a seguir detalham os dados do IDESE Total e Blocos, do ano de 2006, por Região Funcional e COREDES.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico 2006, por Região Funcional

Região	Idese	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde
REGIÃO FUNCIONAL 1	0,786	0,855	0,821	0,618	0,851
REGIÃO FUNCIONAL 2	0,719	0,843	0,758	0,415	0,860
REGIÃO FUNCIONAL 3	0,793	0,872	0,789	0,662	0,847
REGIÃO FUNCIONAL 4	0,715	0,841	0,698	0,438	0,883
REGIÃO FUNCIONAL 5	0,737	0,839	0,702	0,579	0,830
REGIÃO FUNCIONAL 6	0,748	0,854	0,690	0,603	0,844
REGIÃO FUNCIONAL 7	0,741	0,870	0,745	0,477	0,872
REGIÃO FUNCIONAL 8	0,751	0,853	0,741	0,560	0,851
REGIÃO FUNCIONAL 9	0,728	0,847	0,761	0,460	0,845

Fonte: FEE.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico 2006, por COREDE

Região	Idese	Educação	Renda	Saneamento e Domicílios	Saúde
Alto da Serra do Botucaraí	0,683	0,816	0,697	0,358	0,862
Alto Jacuí	0,769	0,868	0,822	0,520	0,868
Campanha	0,753	0,857	0,685	0,637	0,834
Campos de Cima da Serra	0,769	0,836	0,749	0,645	0,848
Celeiro	0,693	0,855	0,694	0,357	0,866
Central	0,762	0,852	0,737	0,608	0,853
Centro Sul	0,722	0,834	0,683	0,529	0,842
Fronteira Noroeste	0,753	0,887	0,749	0,485	0,892
Fronteira Oeste	0,745	0,853	0,692	0,589	0,847
Hortênsias	0,733	0,863	0,724	0,479	0,866
Jacuí Centro	0,715	0,837	0,677	0,527	0,819
Litoral	0,715	0,841	0,698	0,438	0,883
Médio Alto Uruguai	0,673	0,825	0,666	0,335	0,867
Metropolitano do Delta do Jacuí	0,804	0,859	0,830	0,683	0,844
Missões	0,744	0,854	0,725	0,520	0,877
Nordeste	0,730	0,846	0,759	0,482	0,833
Noroeste Colonial	0,758	0,886	0,793	0,508	0,845
Norte	0,733	0,860	0,738	0,479	0,854
Paranhana Encosta da Serra	0,698	0,849	0,661	0,415	0,865
Produção	0,763	0,864	0,815	0,546	0,827
Rio da Várzea	0,705	0,829	0,737	0,410	0,844
Serra	0,804	0,878	0,801	0,693	0,844
Sul	0,737	0,839	0,702	0,579	0,830
Vale do Caí	0,736	0,857	0,739	0,443	0,905
Vale do Jaguarí	0,719	0,856	0,652	0,503	0,864
Vale do Rio dos Sinos	0,777	0,851	0,843	0,560	0,855
Vale do Rio Pardo	0,706	0,830	0,746	0,397	0,851
Vale do Taquari	0,735	0,860	0,771	0,438	0,871

Fonte: FEE.

Classificação: <0,499 Baixo desenvolvimento
 0,5–0,799 Médio desenvolvimento
 >0,800 Alto desenvolvimento



***2 AS FINANÇAS PÚBLICAS NO
RIO GRANDE DO SUL***

2 FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL

2.1 Quadro Geral das Finanças Públicas e de sua Evolução

As finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul caracterizaram-se pelo constante desequilíbrio orçamentário, há, pelo menos, quatro décadas. Essa situação agravou-se, nos anos recentes, a partir da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, pela impossibilidade de o Tesouro Estadual recorrer às fontes tradicionais de financiamento utilizadas ao longo do tempo. Em 2008, fruto de enorme esforço político-administrativo, iniciado em 2007, as finanças estaduais passaram a trilhar o caminho do equilíbrio orçamentário. Os resultados alcançados, a partir de 2007, indicam a robustez das políticas fiscais adotadas e marcam uma inflexão positiva das contas do Erário com a manutenção de uma política fiscal, mesmo em um período adverso como o que enfrentamos recentemente.

Conforme pode ser verificado nas prestações de contas do Executivo estadual à Assembleia Legislativa, a partir da década de cinquenta, do século passado, a preocupação principal transcrita nas Mensagens²² foi o desequilíbrio dos orçamentos anuais. O quadro não se alterou até 2007. Em todo esse período, gastou-se mais do que se arrecadou. Os déficits recorrentes implicaram em uma deterioração gradual, acumulando um estoque de dívida fundada (dívida total de longo prazo), hoje próxima dos R\$ 40 bilhões, em torno a 20% do PIB gaúcho.

Em 2001, com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficou vedado ao Estado contrair novos financiamentos, enquanto a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida (RCL) estivesse maior do que duas vezes. Então, para fazer frente aos compromissos de sustentabilidade da máquina pública, algumas das alternativas dos últimos governos foram diminuir investimentos, atrasar o pagamento a fornecedores, não pagar os aumentos de pessoal das Leis Britto²³, não

²² <http://www.seplag.rs.gov.br/index.asp>, em Transparência SEPLAG/Documentação Mensagens.

²³ Leis Britto: Leis nº 10.395/1995 e 10.420/1995, que versavam sobre reajuste de salário dos servidores do Poder Executivo, a partir do ano de 1996. Contudo, somente algumas das parcelas previstas foram implementadas nos contracheques, ficando pendentes de pagamento diferenças entre 19% e 33%. Esses percentuais estão sendo honrados em quatro

pagar precatórios, antecipar receitas tributárias e usar recursos do caixa único e dos depósitos judiciais.

Contabilizando-se os precatórios não pagos, os saques do caixa único e dos depósitos judiciais e o esqueleto das Leis Brito, o montante desse passivo gira em torno a R\$ 20 bilhões. No tocante aos precatórios, cujos pagamentos estavam suspensos desde 1999, geraram-se pendências de quase R\$ 5,0 bilhões; do caixa único e dos depósitos judiciais foram sacados R\$ 4,6 bilhões; e da dívida decorrente das Leis Brito (entre Requisições de Pequeno Valor, decisões judiciais e precatórios pendentes de pagamento) obtêm-se, aproximadamente, R\$ 10,0 bilhões brutos.

Observe-se que, desde 1994, o 13º salário do funcionalismo estadual vinha sendo honrado com antecipações de ICMS e IPVA do exercício seguinte, ou através da venda de ativos, ou de repasses extraordinários de recursos da União. Mais recentemente, desde 2004, com empréstimos junto ao BANRISUL. Porém, em 2008 e 2009, o 13º foi totalmente pago com recursos ordinários. Entre 2004 e 2007, somente para pagar o 13º salário em dia, utilizou-se R\$ 1,4 bilhão em empréstimos (em valores nominais), sendo desembolsados, aproximadamente, R\$ 150 milhões a título de juros para pagamento desses empréstimos.

A partir de 2008, os fornecedores voltaram a ser pagos em dia, e a decisão governamental de pagar as Leis Britto estancou um volume expressivo de ações judiciais. A última parcela a ser incorporada nos contracheques dos servidores do Poder Executivo será em março de 2010. As parcelas anteriores foram apropriadas em agosto de 2008 e em março e agosto de 2009.

Também se destaca o fato de que, na última década, os investimentos tiveram gradativa redução, mesmo com o uso do caixa único²⁴ e depósitos judiciais. A partir do governo Olívio Dutra até 2007, os investimentos em relação à Receita Corrente Líquida tiveram trajetória descendente, sendo que, em 2007, ocorreu a menor proporção já registrada. Já em 2008 e 2009, houve um crescimento, executado somente com recursos próprios.

Para se ter uma idéia da evolução das finanças do Estado, é necessário analisar o comportamento do resultado primário, orçamentário e financeiro. O **resultado primário**²⁵ da Administração Pública consolidada do Estado do RS evoluiu da seguinte maneira: em valores nominais

parcelas: a primeira em ago/2008; a segunda em mar/2009; a terceira em ago/2009; e, a última parcela será paga em mar/2010.

²⁴ Caixa Único: Conta em que são reunidos todos os ativos financeiros líquidos do Estado, independentemente de natureza legal e fonte de recursos.

²⁵ Resultado Primário: é o resultado que decorre da diferença entre as receitas e despesas não-financeiras (não considera os juros recebidos e já corridos). Consideram-se como despesas financeiras aquelas que não pressionam ou aumentam o endividamento líquido do Governo em termos de resultado primário no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam para o ente da Federação um direito junto ao setor privado interno e/ou externo, tais como concessão de empréstimos e financiamentos, aquisição de títulos de crédito e representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas e pagamento de juros e amortização. Fonte: Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001.

positivos, R\$ 36 milhões em 2004; R\$ 572 milhões em 2005; e, R\$ 455 milhões em 2006. Porém, a partir de 2007, o resultado primário passou para R\$ 954 milhões. Em 2008, saltou para R\$ 2,151 bilhões – o maior da história –, suficiente para liquidar todo o serviço da dívida alocado no ano, de R\$ 2,149 bilhões. Em 2009, o resultado primário alcançou R\$ 1,628 bilhão.

Quando se analisam as contas do Estado, o indicador mais importante é o da evolução do **resultado orçamentário**²⁶. Em valores nominais, no ano de 2004, este foi negativo em R\$ 920 milhões; em 2005, negativo em R\$ 918 milhões; e, em 2006, negativo em R\$ 900 milhões. Nos anos de 2007, 2008 e 2009, em função da nova orientação da política fiscal, o resultado primário foi positivo, respectivamente, em R\$ 623 milhões, em R\$ 443 milhões e R\$ 10 milhões. Entre 2004 e 2006, o resultado orçamentário ficou, em média, negativo em torno de R\$ 910 milhões. Entre 2007 e 2009, em média e, em três anos consecutivos, ficou positivo em R\$ 359 milhões, fato inédito em quase meio século de finanças públicas estaduais.

Saliente-se que, em uma série desde 1971, o resultado orçamentário foi positivo nos exercícios de 1978, 1989, 1997 e 1998, além de 2007 e 2008. Em 1997 e 1998, houve superávit devido aos recursos oriundos das privatizações. O valor expressivo, em 2007, de R\$ 623,2 milhões, ocorreu em função do aporte ao caixa do Tesouro Estadual, de R\$ 1,287 bilhão, fruto de operação de alienação acionária do BANRISUL. Esse montante teve, originalmente, destinação para os fins específicos das Leis nºs 12.763/07 (Fundo de Equilíbrio Previdenciário – FE-PREV) e 12.764/07 (Fundo de Garantia Previdenciária Pública Estadual – FG-PREV). Ademais, foram obtidos recursos extraordinários junto ao Governo Federal, em dezembro de 2007, de R\$ 210 milhões.

Em 2008, as receitas arrecadadas foram suficientes para pagar todos os empenhos efetivados nesse ano, resultando, ainda, em um saldo orçamentário positivo, de R\$ 443 milhões, que foi canalizado para pagar dívidas de exercícios anteriores. É importante mencionar que, nesse ano, não existiram receitas extraordinárias inflando o resultado, com o que, pode-se dizer, foi o maior ocorrido na história recente das finanças do Estado.

Levando-se em conta a grave crise financeira e econômica que assolou a totalidade do mercado internacional, com forte queda dos repasses federais, o Estado do RS fechou o ano de 2009: (i) pagando o 13º salário em dia; (ii) não utilizando recursos do caixa único e depósitos judiciais; (iii) pagando fornecedores em dia; bem como, (iv) honrando grandes volumes de precatórios, decisões judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Com tudo isso, ainda obteve superávit orçamentário de R\$ 10 milhões. Para 2010, com a recuperação da economia gaúcha e com o incremento da arrecadação tributária, as contas deverão permanecer

²⁶ Resultado Orçamentário: é o resultado da conta da execução orçamentária, tomando-se por base as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, estas da competência originária de um determinado exercício financeiro.

equilibradas e com maiores recursos nas despesas de capital, conforme nos aponta o orçamento estadual.

Outro mecanismo para se verificar a saúde das contas do Estado do RS é o **resultado financeiro**. A Situação Líquida Financeira Ajustada da Administração Direta, em valores atualizados pelo IGP-DI, ao final de 1998, estava negativa em R\$ 2,3 bilhões; ao final de 2006, saltava para R\$ 5,5 bilhões negativos. A partir de 2007, teve início uma reversão positiva desse indicador. Em 2009, fechou em R\$ 4,2 bilhões negativos.

O principal motivo pelo qual a situação financeira se deteriorou, entre 1999 até 2007, foi o uso do caixa único e dos recursos provenientes dos depósitos judiciais que, se por um lado garantiram liquidez para o pagamento das contas mais prementes, por outro geraram um passivo a ser liquidado. Até o ano de 2008, já foram sacados R\$ 4,64 bilhões. Desde 1999, somente em 2003, 2008 e 2009, não houve saques nessas contas. Ressalva-se que, em 2008, houve devolução para o fundo de R\$ 100 milhões.

O **Índice de Liquidez Corrente**²⁷, em 1998, era de 1,15 (para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo havia R\$ 1,15 no caixa). Em 2005 e 2006, esse índice despencou para 0,13. Ao final de 2009, já aponta franca recuperação, apresentando 0,46 (para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo havia R\$ 0,46 no caixa).

Cumprir destacar o fato de que o Estado, em 2008, pela primeira vez, conseguiu adequar-se ao nível de endividamento (**Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida**) proposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2,39 vezes a RCL. A equação ficou em 2,34 vezes a RCL. Em 2009, houve evolução na melhora desse indicador, sendo que o comprometimento sobre a RCL alcançou 2,20 vezes, bem abaixo do limite máximo de endividamento permitido pela LRF, de 2,34 vezes.

Ao se fazer uma análise sintética da evolução recente das finanças estaduais, no primeiro ano do Governo Yeda, em 2007, a situação ficou bastante tensa, devido à rejeição de Projeto de Lei enviado para a Assembleia Legislativa do Plano de Recuperação do Estado, que previa a prorrogação da Lei, vigente entre abril de 2005 e dezembro de 2006, a qual havia aumentado as alíquotas de ICMS sobre alguns produtos e serviços seletivos, como energia, combustíveis e comunicações, significando a perda de receita, na ordem de R\$ 700 milhões anuais.

Outro fator que ocasionou preocupação, nesse ano, foi o aumento salarial concedido aos servidores ativos e inativos pelo governo anterior, representando acréscimo na folha de R\$ 1,0 bilhão anual. Porém, ainda em 2007, uma importante ação marcou a gestão de forma significativa, a operação de alienação de ações do BANRISUL (IPO – *Initial Public Offering* – Oferta Pública Inicial), de R\$ 2,1 bilhões. Om isso, R\$ 800 milhões foram direcionados para a capitalização do banco, e R\$ 1,3 bilhão, originalmente canalizado para a constituição de dois fundos previdenciários.

²⁷ Índice de Liquidez Corrente: Ativo Financeiro sobre o Passivo Financeiro.

Em 2008, devido ao esforço de arrecadação, aliado à austeridade do gasto e ao excelente desempenho da economia gaúcha, as contas do Estado tornaram-se sustentáveis e equilibradas. Nesse ano, outro fato marcante para a administração foi o contrato de empréstimo firmado entre o Estado do RS e o Banco Mundial (BIRD), com o aval da União, de US\$ 1,1 bilhão. Essa operação objetivou reestruturar parte da dívida extralimite²⁸, prevendo uma redução em desembolso de juros e encargos, nos próximos 30 anos, da ordem de R\$ 600 milhões.

Os expressivos resultados alcançados entre 2007 e 2009, apontam para uma gestão qualificada das finanças públicas. O maior desafio continua sendo manter o equilíbrio das contas de forma consistente e duradoura, objetivando recuperar gradativamente a capacidade de investimento do Estado, direcionando maior quantidade de recursos para as demandas mais reprimidas do setor de infraestrutura e de logística, tão importantes para a dinamização e competitividade dos sistemas produtivos da economia gaúcha, sem se descuidar das áreas de educação, de saúde e de segurança.

O ano de 2010 começa com as contas em dia e previsão de boa recuperação econômica. Assim, acredita-se que as condições serão melhores que as de 2009. O objetivo é a valorização do servidor e a integração do Estado através do orçamento regionalizado, democratizando a aplicação de um volume maior de recursos em todas as áreas.

2.2 Financiamento do Déficit Público ao Longo do Tempo

Para fazer frente às crescentes demandas das famílias gaúchas, o Estado necessita de constante financiamento. Como já reiterado, as contas públicas apresentaram déficits fiscais expressivos e recorrentes, durante várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos com endividamento apoiado por operações de crédito ou pela emissão de títulos públicos. Em outras oportunidades, com o financiamento inflacionário. Já no período mais recente, recorreu-se às privatizações, às antecipações de receitas tributárias, ao atraso no pagamento de fornecedores e de precatórios, bem como ao financiamento interno no âmbito do caixa único e ao uso fiscal dos recursos dos depósitos judiciais.

Com votação ao final de 2004, e vigência de lei a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos selecionados. Houve, também, parcelamentos de vencimentos e empréstimos para o pagamento do 13º salário para parte de servidores do Poder Executivo.

²⁸Dívida Extralimite: É a parcela da dívida do Estado que não está securitizada junto ao Governo Federal, composta por contratos ou obrigações (financiamentos internacionais, títulos mobiliários e o PROES), que não foram objeto de contratualização junto à União, feita em 1998 (Lei nº 9.496/1997). A operação com o Banco Mundial, de R\$ 1,3 bilhão, envolveu 55% da dívida extralimite.

Note-se que, em 2008, o Estado não recorreu a nenhum dos expedientes acima elencados. Pagou o 13º salário de 2007 (em torno de R\$ 450 milhões, em seis parcelas, entre maio e outubro de 2008), honrou com recursos próprios o 13º salário de todos os servidores, administrou fornecedores com atrasos de mais de um ano, pagando-os integralmente em dia, não utilizou recursos do caixa único (houve a devolução de R\$ 100 milhões ao fundo) e ainda começou a honrar precatórios, cujo pagamento estava suspenso desde 1999.

Em 2009, mesmo com a forte crise internacional que repercutiu fortemente nas finanças públicas deste País, o Estado do RS manteve o pagamento de fornecedores em dia, pagou salários pontualmente, honrou o 13º salário na data legal, pagou volume substantivo de precatórios, de Requisições de Pequeno Valor e de sentenças judiciais. Mesmo assim, ao final do ano, as contas encontravam-se equilibradas. A Tabela abaixo mostra, de forma sucinta, como foi enfrentado o déficit fiscal pelos diversos governos ao longo do tempo.

Principais formas de enfrentamento do déficit público pelos diversos governos

Período	Governo	Enfrentamento do déficit
1971-1974	TRICHES	Endividamento
1975-1978	GUAZELLI	Endividamento
1979-1982	AMARAL	Endividamento e Inflação
1983-1986	JAIR	Débitos de Tesouraria e Inflação
1987-1990	SIMON	Inflação
1991-1994	COLLARES	Inflação
1995-1998	BRITTO	Venda de Ativos
1999-2002	OLÍVIO	Saques do caixa único, menor volume de investimentos, venda de ativos, antecipação de impostos, atrasos com fornecedores e precatórios e não pagamento das Leis Britto
2003-2006	RIGOTTO	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atrasos com fornecedores e precatórios, antecipação de impostos, menor volume de investimentos, parcelamento do 13º salário junto ao BANRISUL, aumento de tributos e não pagamento das Leis Britto
2007	YEDA CRUSIUS	Caixa único, antecipação de parte do IPVA, parcelamento do 13º e de salários, redução do gasto em custeio e em investimento e o não pagamento das Leis Brito
2008 e 2009	YEDA CRUSIUS	Contas em dia com o uso de recursos próprios

Fonte: Balanço do Estado do RS (CAGE) e Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

É importante ressaltar o fato de que, entre 1971 e 2007, apesar do uso de um variado conjunto de fontes de financiamento, como acima se descreveu, não se conseguiu atingir o equilíbrio entre receitas e despesas, nem tampouco estancar o baixo volume de investimento dos últimos governos.

2.3 Evolução de Indicadores das Contas Públicas

Adiante se destaca, de forma mais analítica, a evolução de alguns indicadores contábeis, no intuito de mostrar a situação das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

A Tabela a seguir lista os Resultados Primário e Orçamentário, conforme a fórmula estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, entre

os anos de 1971 e 2009. Constata-se a frequência de resultados negativos, que tanto impactaram as decisões do gestor público. Pode-se, ainda, verificar o impacto dos resultados primários e orçamentários sobre o PIB estadual.

Em 2009, o resultado primário foi de R\$ 1,628 bilhão, e o orçamentário, de R\$ 10 milhões. Não se computando as receitas extraordinárias, que inflaram o resultado em 1997, 1998 e 2007, os resultados alcançados em 2008 (primário, de R\$ 2,151 bilhões; e orçamentário, de R\$ 443 milhões) foram os maiores da série desde 1971.

Resultados Primário e Orçamentário

Ano	Resultado Primário IGP-DI Médio	Resultado Orçamentário IGP-DI Médio	% Resultado Primário sobre PIB do RS	Resultado Orçamentário sobre o PIB do RS
1971	-40.887.362	-126.718.852	(0,06%)	(0,19%)
1972	-264.152.516	-230.679.381	(0,36%)	(0,32%)
1973	-495.990.372	-429.340.506	(0,50%)	(0,44%)
1974	-936.323.208	-373.687.841	(0,86%)	(0,34%)
1975	-1.224.922.831	-634.676.575	(1,02%)	(0,53%)
1976	-1.398.152.480	-1.382.773.965	(1,05%)	(1,04%)
1977	-26.227.430	-493.896.627	(0,02%)	(0,35%)
1978	-603.383.460	233.417.753	(0,41%)	0,16%
1979	-1.001.865.200	-421.201.204	(0,65%)	(0,27%)
1980	-589.775.746	-496.095.645	(0,35%)	(0,30%)
1981	-1.272.685.910	-520.727.489	(0,82%)	(0,34%)
1982	-1.705.425.395	-1.334.953.179	(1,12%)	(0,87%)
1983	-1.624.517.638	-5.231.174.159	(0,98%)	(3,17%)
1984	-1.283.897.669	-2.244.440.666	(0,78%)	(1,36%)
1985	-2.148.366.231	-8.712.133.253	(1,25%)	(5,09%)
1986	-1.550.869.734	-2.551.169.255	(0,85%)	(1,40%)
1987	-846.858.398	-932.374.988	(0,43%)	(0,48%)
1988	-1.313.740.389	-739.400.573	(0,59%)	(0,33%)
1989	-3.916.999.508	325.289.313	(1,40%)	0,12%
1990	-3.275.874.969	-1.050.872.603	(1,71%)	(0,55%)
1991	-407.674.097	-400.456.481	(0,23%)	(0,22%)
1992	-4.264.375.068	-998.595.859	(1,94%)	(0,45%)
1993	-3.144.787.533	-438.969.532	(1,12%)	(0,16%)
1994	-831.910.564	-746.254.298	(0,38%)	(0,34%)
1995	-645.458.858	-1.488.861.398	(0,36%)	(0,82%)
1996	-2.115.584.391	-83.933.541	(1,10%)	(0,04%)
1997	-1.447.678.542	1.581.858.363	(0,74%)	0,81%
1998	-3.773.346.075	1.015.838.189	(1,98%)	0,53%
1999	-996.933.559	-2.011.796.935	(0,54%)	(1,10%)
2000	-900.786.963	-1.327.073.787	(0,49%)	(0,73%)
2001	-570.849.926	-1.311.302.004	(0,31%)	(0,77%)
2002	-110.428.848	-650.279.754	(0,06%)	(0,36%)
2003	-138.356.462	-531.307.518	(0,08%)	(0,31%)
2004	45.716.156	-1.168.608.953	0,03%	(0,67%)
2005	685.648.486	-1.100.558.867	0,40%	(0,64%)
2006	535.581.881	-1.059.859.447	0,29%	(0,57%)
2007	1.070.093.424	698.803.697	0,54%	0,35%
2008	2.168.733.824	446.347.047	1,12%	0,23%
2009	1.627.527.142	10.391.969	0,80%	0,01%

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

Nota 1: Os valores estão atualizados pelo IGP-DI médio de dezembro de 2009.

Nota 2: O PILcf que originou a série do PIBcf, entre 1960 e 1969, foi ajustado pela diferença média entre os valores das duas séries, nos anos de 1970 e 1973, isto é, foi multiplicado por 1,32.

Nota 3: O valor do PIB, entre 1960 e 1969, foi obtido a partir da série do PILcf multiplicado pela média da diferença entre o PILcf e o PIBcf dos anos 1970 e 1976 (1,04532607567074).

Nota 4: A partir de 1985, nova série do PIB.

Convém salientar que, entre 1971 e 1983, o Resultado Primário refere-se à Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias. A partir de 1984, é atinente à Administração Pública Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do resultado primário foi feito segundo o critério atual, conforme a Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do Balanço Geral do Estado do RS, publicados pela CAGE.

Convém mencionar que o Resultado Primário menor que o Orçamentário, verificado em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas financeiras na cobertura de despesas correntes, ou seja, o Estado financiou suas despesas correntes (pessoal e custeio) com operações de crédito e com a alienação de bens (despesas de capital).

Outro importante indicador da saúde das finanças do Estado é o Resultado Financeiro. Merece atenção a Situação Líquida Financeira Real (Ativo Financeiro menos o Passivo Financeiro) e a Situação Líquida Financeira Real Ajustada (Situação Líquida Financeira Real menos o Passivo Potencial menos as dívidas pendentes de registro menos o cancelamento de registro e menos outras dívidas identificadas).

A Tabela seguinte mostra que, entre 1998 e 2009, a Situação Líquida Financeira Real, em valores nominais, passou de R\$ 212 milhões positivos para R\$ 2.357 milhões negativos. A Situação Líquida Financeira Real Ajustada, atualizada pelo IGP-DI de 31/12/2009, passou de R\$ 2,29 bilhões negativos, em 1998, para R\$ 4,2 bilhões negativos, em 2009. Mesmo assim, nota-se melhora significativa, em 2007 a 2009, frente a 2005.

Com relação ao Índice de Liquidez Corrente (ILC), que é o Ativo Financeiro sobre o Passivo Financeiro, em 1998, a cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado possuía em caixa R\$ 1,15. Em 2005 e 2006, para cada R\$ 1,00 de dívida, possuía somente R\$ 0,13 no caixa. Em 2009, o índice alcançou 0,46, produzindo um resultado mais confortável nesse indicador, já a partir de 2007.

Evolução do Patrimônio Financeiro - Administração Direta - R\$ milhões

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Ativo Financeiro	1.618	730	779	803	612	624	619	422	491	1.823	2.298	1.981
Passivo Financeiro	1.406	1.285	1.896	2.476	2.140	2.146	2.873	3.305	3.888	4.497	4.574	4.338
Situação Líquida Financeira Real	212	-555	-1.117	-1.673	-1.528	-1.522	-2.254	-2.883	-3.398	-2.674	-2.275	-2.357
(-) Situação Líquida Financeira Potencial	-1.048	-1.065	-967	-1.335	-1.049	-1.228	-1.023	-960	-1.379	-3.077	-3.046	-2.947
(+) Lei 12.763/07 - Fundo de Equilíbrio Previdenciário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.118	1.068	964
(+) Lei 12.764/07 - Fundo de Garantia Previdenciária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	132	149	163
(-) Situação Líquida Financeira Potencial Ajustada	-1.048	-1.065	-967	-1.335	-1.049	-1.228	-1.023	-960	-1.379	-1.827	-1.829	-1.820
(-) Dívidas Pendentes de Registro	0	0	0	0	-673	-585	-495	-272	0	0	0	0
(-) Cancelamento de Registro	0	0	0	0	-169	-301	-120	-171	0	0	0	0
(-) Outras Dívidas Identificadas	0	0	0	0	-370	0	0	0	0	0	0	0
Situação Líquida Financeira Real Ajustada (Nominal)	-836	-1.620	-2.084	-3.008	-3.788	-3.637	-3.893	-4.285	-4.777	-4.501	-4.104	-4.177
Situação Líquida Financeira Real Ajustada (IGP-DI 31/12/2009)	-2.285	-3.687	-4.320	-5.648	-5.641	-5.031	-4.803	-5.160	-5.543	-4.846	-4.046	-4.177
Índice de Liquidez Corrente	1,15	0,57	0,41	0,32	0,29	0,29	0,22	0,13	0,13	0,41	0,50	0,46

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS/CAGE.

2.4 Receitas Públicas

A Tabela abaixo mostra a evolução das receitas orçamentárias consolidadas do RS, atualizada pelo IGP-DI, a partir de 2000.

Receitas Orçamentárias Consolidadas do Estado – Em R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receita Tributária	13.879.360	14.995.502	14.425.975	14.084.475	13.957.903	15.234.576	15.996.805	16.047.087	17.342.688	17.788.036
ICMS	11.790.711	12.685.706	12.338.592	12.005.956	11.934.604	13.142.549	13.675.075	13.516.951	14.734.624	14.676.377
IPVA	816.573	1.018.765	813.854	839.319	764.840	820.609	908.517	979.714	1.033.544	1.468.466
Receita de Contribuições	1.208.144	1.142.612	1.112.689	977.036	1.104.672	1.131.815	1.197.387	1.259.043	1.185.574	1.272.733
Receita Patrimonial	396.691	331.387	414.182	473.453	246.680	310.420	461.574	351.030	539.626	668.850
Receita Agropecuária	1.525	3.470	866	997	904	689	866	917	992	601
Receita Industrial	4.579	6.989	4.366	3.857	7.270	3.247	2.407	866	433	242
Receita de Serviços	243.350	274.728	244.110	227.303	209.204	208.489	194.810	200.652	211.982	226.435
Transferências Correntes	3.791.237	3.690.983	4.086.902	3.354.064	3.694.469	4.002.622	4.431.268	4.682.145	5.124.114	5.261.681
Outras Receitas Correntes	644.602	741.625	1.839.055	1.707.042	740.504	727.069	536.260	645.788	601.612	837.234
Deduções da Receita Corrente	0	0	0	-2.113.823	-2.058.995	-1.762.884	-1.789.680	-2.011.676	-2.440.007	-2.707.660
Receitas Correntes sem Intraorçamentárias	20.169.488	21.187.296	22.128.144	18.714.404	17.902.612	19.856.044	21.031.698	21.175.851	22.567.015	23.348.151
Operações de Crédito	631.719	246.099	235.394	392.587	293.397	152.863	35.230	0	1.172.260	0
Alienação de Bens	920.078	585.699	318.095	182.746	216.466	35.168	269.345	1.468.479	4.352	30.355
Amortização Empréstimos	106.607	57.545	40.120	6.785	13.165	14.834	61.579	38.692	25.101	16.838
Transferências de Capital	410.526	353.500	355.876	16.521	34.896	21.705	30.092	36.044	88.203	191.147
Receitas de Capital	2.068.930	1.242.842	949.485	598.639	557.924	224.570	396.247	1.543.215	1.289.915	238.341
Receitas Totais sem Intraorçamentárias	22.238.418	22.430.139	23.077.629	19.313.044	18.460.536	20.080.614	21.427.945	22.719.066	23.856.930	23.586.491

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS/Sistema Cubo.

Nota: Os valores estão atualizados pelo IGP-DI.

As receitas tributárias são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro Estadual, seguidas pelas transferências constitucionais e legais advindas da União. Em 2005, as **receitas tributárias** (ICMS, IPVA, IRRF e Taxas) apresentaram um excelente desempenho (9,2%, em termos reais pelo IGP-DI, em relação a 2004), em função da majoração das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica, telecomunicações e combustíveis.

Em 2008, essas receitas voltaram a ter intenso movimento de alta, com crescimento real de 8,1%. Em 2009, mesmo em plena crise econômica internacional, em relação a 2008, cresceram 2,6%. No período entre 2000 e 2009, as receitas tributárias tiveram crescimento real, pelo IGP-DI, de 28,2%, enquanto as transferências constitucionais da União ao Estado apresentaram crescimento real de 20,3% (desconsideraram-se as transferências do SUS).

Outro ponto relevante é o fato de que as operações de crédito, que já foram muito utilizadas no passado para a cobertura do déficit de caixa, hoje estão praticamente inviabilizadas, tendo em vista as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo fato de o Estado apresentar o índice maior do que duas vezes a relação Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida.

2.4.1 ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual. Esse imposto, em relação ao grupo das receitas tributárias, representou, em 2000, 92,2% do total arrecadado; em 2008, 86,7%; e em, 2009, 84,5%, como demonstra a Tabela a seguir. O ICMS concentra-se, notadamente, nas áreas de combustível, energia elétrica, telecomunicações, bem como de bebidas e cigarros. No período considerado, o peso do ICMS caiu gradativamente, dando lugar ao IPVA, este com forte crescimento nos últimos anos (79,8% real, pelo IGP-DI, entre 2000 e 2009).

Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária - em valores nominais - R\$ milhões

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
ICMS Total Arrecadado	5.646,8	6.706,4	7.441,5	8.988,8	9.637,9	11.382,9	11.813,3	12.257,7	14.825,2	15.086,7
Receita Tributária	6.126,4	7.330,7	8.016,1	10.084,2	10.946,2	12.636,5	13.501,9	14.239,7	17.099,4	17.859,1
% ICMS / Receita Tributária	92,2	91,5	92,8	89,1	88,0	90,1	87,5	86,1	86,7	84,5

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela abaixo mostra a evolução do ICMS. Verifica-se que a arrecadação cresceu 276,5%, em termos nominais, passando de R\$ 4.006,7 milhões, em 1997, para R\$ 15.086,7 milhões, em 2009. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de 32,6%. Na comparação de 2009 com 2008, o crescimento nominal do ICMS foi de 1,8% e pelo IGP-DI, ficou estável. O fraco desempenho da arrecadação de ICMS, em 2009 frente a 2008, deveu-se, fundamentalmente, à crise internacional, repercutindo sensivelmente na economia nacional e estadual.

Evolução da Arrecadação do ICMS Total - R\$ milhões

Ano	Arrecadação nominal	Varição nominal sobre ano anterior	Arrecadação pelo IGP-DI	Varição pelo IGP-DI sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
1997	4.006,7	-	11.336,4	-	5,8
1998	4.232,1	5,6	11.522,8	1,6	6,0
1999	4.659,5	10,1	11.387,6	-1,2	6,2
2000	5.646,8	21,2	12.127,9	6,5	6,6
2001	6.706,3	18,8	13.058,4	7,7	7,1
2002	7.441,5	11,0	12.729,1	-2,5	7,1
2003	8.988,8	20,8	12.556,0	-1,4	7,2
2004	9.637,9	7,2	12.288,9	-2,1	7,0
2005	11.382,7	18,1	13.724,7	11,7	7,9
2006	11.813,3	3,8	13.997,3	2,0	7,5
2007	12.257,7	3,8	13.812,0	-1,3	6,9
2008	14.825,2	20,9	15.028,4	8,8	7,7
2009	15.086,7	1,8	15.028,7	0,0	7,4
% 2009 / 1997	276,5	-	32,6	-	-

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: Os PIBs de 2008 e de 2009 são estimativas preliminares.

A arrecadação do ICMS total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, que representou 5,8%, em 1997, cresceu para 7,9% do PIB, em 2005. Em 2009, alcançou 7,4% do PIB gaúcho. A média do período considerado (entre 1997 e 2009) é de 7,0%.

Da série desde 1997, os anos de 2005 e 2008, tiveram os maiores aumentos reais. O grande salto da arrecadação desse imposto, em 2005, foi em função do aumento de alíquotas sobre alguns produtos e serviços seletivos, que se estendeu até 31 de dezembro de 2006. Nesse ano, o PIB do RS teve queda de 2,8%, pelo efeito da forte estiagem, que causou depressão no campo e no agronegócio gaúcho, enquanto o PIB brasileiro cresceu 3,2%. Já o crescimento da arrecadação, em 2008, ocorreu por conta de esforço fiscal e de crescimento econômico.

O RS mantém-se, há vários anos, na quarta posição entre os estados brasileiros com maior arrecadação nominal de ICMS, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Contudo, comparando o ICMS arrecadado com o PIB estadual, o RS ainda tem uma das menores cargas tributárias, tendo em vista o alto impacto da desoneração sobre as exportações gaúchas, pela ampla base agroindustrial, e o fato de o Estado adotar políticas compensatórias de incentivos fiscais, viabilizando, assim, a opção pela permanência e pela atração de novos investimentos ao Estado.

Conforme dados obtidos do *site* do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) junto ao Ministério da Fazenda (www.fazenda.gov.br/confaz), a participação relativa da arrecadação do ICMS no RS em relação aos demais Estados brasileiros, foi de 6,9%, 6,5% e 6,7%, respectivamente, em 2006, em 2007 e em 2008.

O RS, por ser exportador líquido, deixa de arrecadar, por conta de imunidade constitucional, valor expressivo de ICMS, em razão da política de incentivo à exportação, o que, se por um lado gera renda e dinamismo à economia gaúcha além da geração divisas ao País, por outro lado, as desonerações tributárias pressionam o caixa estadual.

Neste sentido, a compensação aos Estados, decorrente da Lei Kandir recompõe somente parte mínima das perdas. Salienta-se que, em 2007, 2008 e 2009, foram ressarcidos ao Estado, respectivamente, R\$ 268,7 milhões, R\$ 320,5 milhões e R\$ 280,7 milhões. Contudo, as perdas nesses três anos, em média, foram de R\$ 1,5 bilhão anual. Desse total, 25% pertencem aos municípios.

A Tabela adiante mostra uma conta de fácil compreensão quanto a essas perdas. Tomou-se por base a perda de arrecadação com a imunidade de ICMS nas exportações de produtos industrializados, ao qual se aplicou uma alíquota hipotética de 10% de ICMS. Já se computando os valores ressarcidos pela União, foi obtida, ao final do cálculo, uma perda estimada de arrecadação de R\$ 1,51 bilhão, em 2007, de R\$ 1,67 bilhão, em 2008, e de R\$ 1,37 bilhão, em 2009.

Perda de ICMS sobre a exportação de produtos industrializados

Ano	Exportação de Industrializados US\$ 1.000	Dólar Médio	Valor das Perdas R\$ 1.000,00	Alíquota em Tese de 10%	Ressarcimento da Lei Kandir	Perdas de ICMS - em R\$		
						Estado	Municípios	Total
2007	9.119.493	1,95	17.783.011	1.778.301	268.724	1.132.183	377.394	1.509.577
2008	10.885.483	1,83	19.920.434	1.992.043	320.469	1.253.681	417.894	1.671.574
2009	8.253.196	2,00	16.506.392	1.650.639	280.718	1.027.441	342.480	1.369.921

Fontes de Dados Brutos: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

As duas tabelas seguintes mostram a posição do RS quanto ao ICMS tributo sobre o ICMS total e sobre o PIB de cada Estado. Não obstante o Rio Grande ocupar a quarta posição dentre os Estados, no tocante à arrecadação de ICMS, sua participação sobre o PIB estadual, é uma das mais baixas, ocupando a décima oitava posição dentre as 27 unidades da federação.

Essa posição se explica, pelos fatores já citados como: (i) perfil agroindustrial da economia gaúcha em cujos produtos incidem as menores alíquotas; (ii) perfil exportador do Estado cujas desonerações fiscais reduzem a arrecadação tributária; e, (iii) guerra fiscal, que obriga os governantes a rotineiramente abrirem mão de receita.

Participação percentual do ICMS tributo em relação ao ICMS arrecadado no País – em R\$ 1.000,00

Estados	2006			2007			2008		
	ICMS	% ICMS Total	Ranking	ICMS	% ICMS Total	Ranking	ICMS	% ICMS Total	Ranking
AC	348.497	0,21	25	384.139	0,21	25	436.804	0,20	25
AL	1.284.617	0,77	21	1.402.941	0,76	21	1.591.845	0,73	21
AM	3.348.677	2,01	13	3.704.650	2,01	13	4.607.483	2,11	13
AP	286.568	0,17	26	313.044	0,17	26	351.499	0,16	26
BA	7.691.673	4,63	6	8.361.537	4,54	6	9.558.039	4,38	6
CE	3.674.126	2,21	12	3.867.112	2,10	12	4.641.919	2,13	12
DF	3.939.691	2,37	10	4.143.668	2,25	11	4.730.173	2,17	11
ES	5.027.830	3,02	7	5.803.855	3,15	7	6.916.205	3,17	7
GO	4.522.539	2,72	9	5.311.182	2,88	9	6.342.450	2,91	8
MA	1.814.830	1,09	18	1.991.566	1,08	18	2.334.690	1,07	17
MG	16.662.216	10,02	2	18.972.268	10,30	2	22.541.992	10,34	2
MS	2.879.412	1,73	16	3.395.427	1,84	16	4.100.209	1,88	16
MT	3.138.316	1,89	15	3.463.491	1,88	15	4.114.347	1,89	15
PA	3.272.047	1,97	14	3.598.267	1,95	14	4.121.813	1,89	14
PB	1.521.427	0,92	19	1.668.620	0,91	19	1.916.477	0,88	19
PE	4.829.829	2,90	8	5.368.201	2,91	8	6.114.986	2,80	9
PI	1.071.811	0,64	23	883.215	0,48	23	1.060.435	0,49	23
PR	9.215.119	5,54	5	10.057.294	5,46	5	11.696.065	5,37	5
RJ	16.067.514	9,66	3	17.213.679	9,35	3	19.599.269	8,99	3
RN	1.912.787	1,15	17	2.006.605	1,09	17	2.260.376	1,04	18
RO	1.311.918	0,79	20	1.422.601	0,77	20	1.665.396	0,76	20
RR	217.301	0,13	27	273.124	0,15	27	299.888	0,14	27
RS	11.541.224	6,94	4	11.995.924	6,51	4	14.535.737	6,67	4
SC	3.840.598	2,31	11	5.047.708	2,74	10	5.821.565	2,67	10
SE	1.122.004	0,67	22	1.225.152	0,67	22	1.354.652	0,62	22
SP	55.025.502	33,09	1	61.542.891	33,41	1	74.394.503	34,12	1
TO	707.381	0,43	24	774.530	0,42	24	897.970	0,41	24
BRASIL	166.275.455	100,00	-	184.192.693	100,00	-	218.006.786	100,00	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (www.stn.fazenda.gov.br – Finanças Estaduais).

Essa vocação exportadora, se por um lado impulsiona e dinamiza a economia, por outro traz problemas de arrecadação. As grandes redes de serviços públicos gaúchos (educação, segurança e saúde) operam com custos menores do que no resto do País. A explicação é que não há arrecadação suficiente para remunerá-las. Por isso, o ajuste fiscal torna-se tão difícil de ser implementado.

Participação percentual do ICMS tributo e posição do RS em relação ao PIB estadual – em R\$ milhões

Estados	2004				2005				2006			
	ICMS	PIB	% ICMS / PIB	Ranking	ICMS	PIB	% ICMS / PIB	Ranking	ICMS	PIB	% ICMS / PIB	Ranking
AC	257	3.940	6,5	21	330	4.483	7,4	17	348	4.835	7,2	19
AL	950	12.891	7,4	13	1.093	14.139	7,7	12	1.285	15.753	8,2	9
AM	2.584	30.314	8,5	5	2.986	33.352	9,0	5	3.349	39.166	8,5	7
AP	184	3.846	4,8	26	240	4.361	5,5	26	287	5.260	5,4	25
BA	6.626	79.083	8,4	6	6.877	90.919	7,6	15	7.692	96.559	8,0	10
CE	2.930	36.866	7,9	9	3.097	40.935	7,6	14	3.674	46.310	7,9	11
DF	2.631	70.724	3,7	27	2.945	80.527	3,7	27	3.940	89.630	4,4	26
ES	3.670	40.217	9,1	3	4.536	47.223	9,6	2	5.028	52.782	9,5	3
GO	3.832	48.021	8,0	8	4.079	50.534	8,1	9	4.523	57.091	7,9	12
MA	1.184	21.605	5,5	24	1.455	25.335	5,7	25	1.815	28.621	6,3	22
MG	12.931	177.325	7,3	14	15.184	192.639	7,9	10	16.662	214.814	7,8	13
MS	2.118	21.105	10,0	1	2.427	21.651	11,2	1	2.879	24.355	11,8	1
MT	2.935	36.961	7,9	10	3.086	37.466	8,2	7	3.138	35.284	8,9	5
PA	2.371	35.563	6,7	20	2.802	39.121	7,2	19	3.272	44.376	7,4	16
PB	1.140	15.022	7,6	12	1.317	16.869	7,8	11	1.521	19.953	7,6	14
PE	3.628	44.011	8,2	7	4.278	49.922	8,6	6	4.830	55.505	8,7	6
PI	760	9.817	7,7	11	901	11.129	8,1	8	1.072	12.790	8,4	8
PR	7.764	122.434	6,3	23	8.707	126.677	6,9	21	9.215	136.681	6,7	21
RJ	14.259	222.945	6,4	22	14.648	247.018	5,9	23	16.068	275.363	5,8	24
RN	1.394	15.580	8,9	4	1.614	17.870	9,0	4	1.913	20.557	9,3	4
RO	1.049	11.260	9,3	2	1.231	12.884	9,6	3	1.312	13.110	10,0	2
RR	150	2.811	5,3	25	187	3.179	5,9	24	217	3.660	5,9	23
RS	9.361	137.831	6,8	18	10.901	144.218	7,6	16	11.541	156.883	7,4	18
SC	5.176	77.393	6,7	19	5.777	85.316	6,8	22	3.841	93.173	4,1	27
SE	880	12.167	7,2	15	1.021	13.427	7,6	13	1.122	15.126	7,4	15
SP	45.223	643.487	7,0	17	49.989	726.984	6,9	20	55.026	802.552	6,9	20
TO	595	8.278	7,2	16	659	9.061	7,3	18	707	9.607	7,4	17
BRASIL	136.580	1.941.497	7,0	-	152.368	2.147.239	7,1	-	166.275	2.369.796	7,0	-

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional - www.stn.fazenda.gov.br - Finanças Estaduais / IBGE - www.ibge.gov.br - Contas Regionais.

2.4.2 Transferências Constitucionais da União ao Estado do RS

No domínio tributário, as relações federativas encontram-se submetidas a grandes distorções, devido ao incremento da carga fiscal concentrar-se, exclusivamente, na esfera federal, com a institucionalização, ao longo do tempo, de diversas contribuições sociais (CPMF, CIDE, PIS/PASEP, COFINS e CSLL), que não foram repartidas com os demais entes federativos²⁹. A Tabela a seguir demonstra a evolução de arrecadação

²⁹ À exceção da CIDE, que, após anos de reivindicação, foi partilhada aos estados e municípios, em percentuais muito reduzidos. Em 2008 e 2009, houve queda de repasse, por conta de política do Governo Federal quanto aos preços dos combustíveis.

pela União e pelo Estado do RS, tomando-se como base 100 o ano de 1998. Entre 1998 e 2008, enquanto as receitas tributárias da União cresceram 273,5% em valores nominais, e as contribuições sociais acumularam aumento de 307,3%, as transferências correntes da União ao Estado cresceram 193,7%. Nesse mesmo período, a arrecadação de ICMS cresceu 250,3%. Mesmo com o fim da CPMF, em 2008, as contribuições mais do que triplicaram no período.

Arrecadações da União e do Estado – em valores nominais – Ano de 1998 de base 100

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Receita Tributária da União	100,0	110,0	115,9	134,9	158,9	169,6	189,5	228,4	249,6	294,0	373,5
Contribuições Sociais da União	100,0	121,3	149,0	171,9	206,4	241,1	292,3	330,5	342,1	389,0	407,3
Transferências Correntes ao RS	100,0	100,8	121,5	130,9	164,2	138,6	167,3	192,0	217,8	241,9	293,7
Arrecadação de ICMS Total	100,0	110,1	133,4	158,5	175,8	212,4	227,7	269,0	279,1	289,6	350,3

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS (Sistema Cubo) e STN – www.stn-fazenda.gov.br.

Fica evidenciada a tese de que a União busca aumento de arrecadação via contribuições sociais. Desse modo, constitucionalmente, não é obrigada a repartir com os demais entes federativos o produto dessa tributação. Com o fim da CPMF, a União compensou parte das perdas com grande aumento do IOF sobre operações financeiras e de crédito.

A mesma tendência é demonstrada na Tabela abaixo, na qual se pode verificar que as principais transferências constitucionais da União ao Estado, em relação ao PIB estadual, apresentaram, ao longo do tempo, um significativo recuo percentual. Com efeito, em 2000, as transferências da União representavam 1,09% do PIB do RS, enquanto que, em 2009, diminuíram para 0,83% do PIB. A diferença de 0,26 pontos percentuais do PIB gaúcho, somente em 2009, representou uma perda estimada de receitas na ordem de R\$ 528 milhões (R\$ 202,955 bilhões de PIB de 2009 x 0,26%).

Transferências constitucionais da União ao Estado do RS em relação ao PIB gaúcho – Em valores nominais - R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Cota-Parte do FPE	286.873	337.596	417.803	511.344	563.644	705.429	780.711	904.439	1.105.764	1.065.736
Cota-Parte do FPE-FUNDEF	50.625	59.576	73.730	0	0	0	0	0	0	0
Cota-Parte do IPI Exportação	255.243	270.315	264.593	292.623	310.233	351.577	371.140	391.548	432.034	334.855
Cota-Parte do IPI Exportação – FUNDEF	45.043	47.703	46.693	0	0	0	0	0	0	0
Transferências Financeiras LC 87/96	247.772	229.334	253.100	319.591	256.134	256.134	146.900	146.900	146.900	146.900
Transferências LC 87/9 – FUNDEF	43.628	40.471	44.665	0	0	0	0	0	0	0
Auxílio Financeiro-Exportação	0	0	0	0	50.713	81.583	152.694	121.824	173.569	133.818
TOTAL	929.183	984.995	1.100.584	1.123.557	1.180.723	1.394.723	1.451.445	1.564.711	1.858.267	1.681.308
PIB do RS	85.137.543	94.084.498	105.487.000	124.551.000	137.831.000	144.218.000	156.827.000	176.615.000	192.886.000	202.955.000
% Transferência da União / PIB RS	1,09	1,05	1,04	0,90	0,86	0,97	0,93	0,89	0,96	0,83

Fonte de Dados Brutos: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela a seguir ilustra a evolução da carga tributária brasileira, entre 1991 e 2008. Em 1991, era de 25,2% do PIB brasileiro, já, em 2008, alcançava 35,8% do PIB. As receitas totais do Governo Federal, no período considerado, cresceram 10,1 p.p., passando de 14,6%, em 1991, para 24,7%, em 2008. As receitas líquidas do Governo Federal, que representavam 11,9% do PIB em 1991, chegaram a 20,1% do PIB em 2008.

Percentual da carga tributária líquida disponível – 1991/2008

Entes Federativos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2008-1991
Carga Tributária Nacional	26,9	26,9	27,4	27,6	29,0	30,5	31,3	32,4	32,0	32,7	33,7	34,2	34,7	35,8	10,6 pp
Receita Total do Governo Federal	16,8	16,1	16,9	18,7	19,7	19,9	20,8	21,7	21,0	21,6	22,7	23,4	23,8	24,7	10,1 pp
(-) Transfências Estados e Municípios	2,6	2,5	2,6	2,9	3,3	3,4	3,6	3,8	3,6	3,5	3,9	3,9	4,0	4,6	1,9 pp
Receita Líquida do Governo Federal	14,2	13,6	14,3	15,8	16,4	16,5	17,2	17,9	17,4	18,1	18,8	19,5	19,8	20,1	8,2 pp

Fonte: Secretaria da Receita Federal – www.receita.fazenda.gov.br.

Em 2005, segundo a Secretaria da Receita Federal, a participação da União na carga tributária nacional disponível era de 57,9%, restando 25,7% para os estados e 16,4% para os municípios. Apesar da enorme carga tributária, muito concentrada nas mãos do Governo Central, o nível de investimentos foi reduzido ao longo dos anos. Entre 1991 e 1994, aplicou-se 1,2% do PIB brasileiro. Entre 2003 e 2006, os investimentos caíram para 0,6%. No biênio 2007-2008, o percentual liquidado foi de 0,37% do PIB brasileiro. Ressalva-se o fato de que o superávit primário cobriu 40% dos juros gerados, entre 1997 e 2002, e pouco mais da metade, entre 2003 e 2008. Em 2008, foi atípico, pagando 87% dos juros nele gerados (R\$ 81,9 bilhões). Um montante de 2,4% do PIB está sendo somado ao estoque da dívida, em média, a cada ano.

2.4.3 Balança comercial gaúcha e brasileira

A Tabela a seguir traz a evolução dos valores relativos ao comércio exterior. Nota-se brusca interrupção de crescimento, em 2009, na pauta das exportações e importações, tanto nacional como do Estado do RS, motivada pela crise financeira e econômica internacional.

Em 2009 em relação a 2008, o Brasil exportou menos 22,7% e importou menos 26,2%. Os principais destinos das exportações brasileiras, em 2009, foram a China, Estados Unidos e Argentina. Em 2009 em relação a 2008, o RS exportou menos 17,0% e importou menos 34,8%, ampliando seu saldo comercial. Os principais destinos das exportações gaúchas, em 2009, foram a China, Argentina e Estados Unidos. Os principais países exportadores ao RS foram a Argentina, Nigéria e Argélia.

Evolução da balança comercial – US\$ 1.000,00

Ano	Exportação				Importação				Saldo Comercial	
	RS	%	Brasil	%	RS	%	Brasil	%	RS	Brasil
1996	5.663.640	-	47.746.728	-	3.361.241	-	53.345.767	-	2.302.399	-5.599.039
1997	6.270.130	10,7	52.982.726	11,0	3.725.029	10,8	59.747.227	12,0	2.545.101	-6.764.501
1998	5.628.516	-10,2	51.139.862	-3,5	4.331.713	16,3	57.763.476	-3,3	1.296.803	-6.623.614
1999	4.998.905	-11,2	48.012.790	-6,1	3.283.286	-24,2	49.301.558	-14,6	1.715.619	-1.288.768
2000	5.783.109	15,7	55.118.920	14,8	4.023.839	22,6	55.850.663	13,3	1.759.270	-731.743
2001	6.352.008	9,8	58.286.593	5,7	4.050.152	0,7	55.601.758	-0,4	2.301.856	2.684.835
2002	6.383.693	0,5	60.438.653	3,7	3.531.485	-12,8	47.242.654	-15,0	2.852.208	13.195.999
2003	8.027.483	25,7	73.203.222	21,1	4.190.797	18,7	48.325.567	2,3	3.836.686	24.877.655
2004	9.902.184	23,4	96.677.497	32,1	5.290.653	26,2	62.835.616	30,0	4.611.531	33.841.881
2005	10.475.704	5,8	118.529.184	22,6	6.692.191	26,5	73.600.376	17,1	3.783.513	44.928.808
2006	11.802.079	12,7	137.807.470	16,3	7.949.208	18,8	91.350.841	24,1	3.852.871	46.456.629
2007	15.017.674	27,2	160.649.073	16,6	10.168.245	27,9	120.617.446	32,0	4.849.429	40.031.627
2008	18.351.627	22,2	197.942.443	23,2	14.524.823	42,8	172.984.768	43,4	3.826.804	24.957.675
2009	15.236.113	-17,0	152.994.743	-22,7	9.471.411	-34,8	127.647.333	-26,2	5.764.702	25.347.410

Fonte de Dados Brutos: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Em 2009, o RS foi o terceiro Estado que mais exportou (US\$ 15,2 bilhões, com participação de 9,96%), após São Paulo (US\$ 42,5 bilhões, com participação de 27,8%) e Minas Gerais (US\$ 19,5 bilhões, com participação de 12,8%). O RS continua sendo o maior exportador *per capita* do Brasil e responsável por 22,% do saldo comercial obtido pelo País.

O PIB do RS, em 2009, segundo estimativas preliminares da FEE/RS, aponta para -0,8%, principalmente em função do baixo desempenho do setor exportador. Enquanto que o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária e o dos Serviços tiveram crescimento, respectivamente, de 1,2% e 0,9%, enquanto que o VAB da Indústria teve redução de 5,3%.

A política de incentivos fiscais, sobretudo ao setor pecuário, notadamente no caso da produção leiteira, foi responsável por parcela significativa do crescimento do VAB da agropecuária.

Do mesmo modo, como veremos adiante, os investimentos da Administração Direta, mantidos em patamar idêntico ao de 2008, somados aos investimentos das empresas estatais, contribuíram para que a queda do PIB gaúcho não fosse ainda maior. Sem esses investimentos, a queda do PIB poderia chegar a 1,5%.

2.4.4 Considerações finais

Para a conjugação de esforços em manter o equilíbrio orçamentário, necessário se faz o aprimoramento de várias ações no âmbito da Receita Pública, com o objetivo de aumentar a arrecadação. Dentre elas, destacam-se:

- Programa de Crescimento Incentivado (Cresce RS), para estimular setores econômicos do Estado com a redução de alíquotas setoriais.
- Projeto Estruturante Receita para Crescer, com ações de gerenciamento matricial da receita, de programa de avaliação do contribuinte e de ações de melhoria da estrutura de desenvolvimento de novos sistemas, entre outras.
- Ampliação do controle na fronteira com Santa Catarina, permitindo a cobrança de 5% do ICMS relativo ao diferencial existente entre as aquisições interestaduais.
- Instituição da substituição tributária para novos produtos, ampliando o controle da administração tributária.
- Busca de novos mecanismos para a recuperação da dívida ativa.
- Ampliação da utilização da Nota Fiscal Eletrônica.
- Modernização da gestão tributária visando à intensificação do controle para a redução da sonegação fiscal.

2.5 Grandes Agregados do Grupo da Despesa Pública

Para uma visão mais analítica da situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública).

Com o objetivo de aprimorar e facilitar a análise das despesas públicas, a Secretaria do Planejamento e Gestão do RS apresenta uma nova forma de **cálculo da Receita Corrente Líquida, a ser chamada de Receita Corrente Líquida “Econômica” (RCLe)**, que servirá de parâmetro de comparação em relação aos diversos agregados da despesa. Esse modelo identifica a parte da receita corrente que, efetivamente, pertence ao Estado, conforme demonstra a Tabela adiante. A introdução desse conceito tem por objetivo evitar distorções que, pela via legal, vêm se apresentando nos demonstrativos das contas públicas e que hoje se encontram sob questionamento no Supremo Tribunal Federal, por manifestação do Conselho Nacional de Justiça.

Assim, quando se refere à RCL, trata-se do cálculo da Receita Corrente Líquida apresentado pela Contadoria Geral do Estado (CAGE/RS) e divulgado no Balanço Geral do Estado, avalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que busca obedecer às necessidades da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 53, I, com as deduções, entre outras, por exemplo, das

contribuições sociais do servidor, da anulação dos restos a pagar e do imposto de renda retido dos servidores.

Já quando se refere à Receita Corrente Líquida Econômica, identifica-se por RCL. A RCL traz deduzidas das receitas correntes as transferências intraorçamentárias, que são uma dupla contagem contábil; o valor líquido do FUNDEF/FUNDEB (acrescido das transferências recebidas e deduzidas das despesas); e as transferências legais e constitucionais aos municípios. Assim, ao se comparar os diversos grupos da despesa, tem-se a real dimensão da evolução da variação percentual. Para se fazer o fechamento da receita total consolidada do Estado (receitas correntes e de capital), basta adicionar à Receita Corrente Líquida Econômica, as transferências intraorçamentárias, as transferências aos municípios, a dedução para o FUNDEF/FUNDEB e as receitas de capital.

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Econômica (RCL) – em R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas Correntes	8.780.668	10.214.392	11.867.895	13.595.925	14.223.357	16.637.681	17.952.343	19.482.121	23.133.392	28.326.851
(-) Transferências Intraorçamentárias	0	0	0	182.739	189.069	167.912	189.633	678.711	879.633	4.887.443
(-) Transferências aos Municípios	1.838.198	2.227.055	2.398.882	2.355.948	2.458.405	3.316.560	3.473.864	3.638.888	4.361.111	4.629.453
Receita Corrente Líquida Econômica – RCL	6.942.470	7.987.337	9.469.013	11.057.238	11.575.883	13.153.209	14.288.846	15.164.522	17.892.648	18.809.955

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

2.5.1 Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

A Tabela adiante mostra a evolução das matrículas de pessoal do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2008. Em 1999, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 51,3% do total e 1,8% da população gaúcha. Já em 2008, os ativos perfaziam 51,1% do total e 1,8% da população. Note-se, ainda, que, entre 1999 e 2008, enquanto a população do Rio Grande do Sul cresceu 6,3%, as matrículas do pessoal ativo do Estado cresceram 3,9% e o número de inativos cresceu 12,8%. O número global de matrículas cresceu 4,1%, em 2008 em relação a 1999.

Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

Órgãos	Matrículas	1999	2002	2004	2006	2008	2008-1999	% 2008 / 1999
Administração Direta	Ativos	156.453	174.248	177.046	173.389	161.843	5.390	3,4
	Inativos	106.263	110.968	116.137	118.860	125.627	19.364	18,2
	Pensionistas	1.995	1.812	1.656	1.512	1.301	-694	-34,8
	Total	264.711	287.028	294.839	293.761	288.771	24.060	9,1
Fundações	Ativos	4.913	5.177	5.415	5.585	5.082	169	3,4
Autarquias	Ativos	4.404	4.337	3.888	3.785	3.363	-1.041	-23,6
	Inativos	6.502	6.107	5.768	5.393	5.204	-1.298	-20,0
	Pensionistas	55.537	48.948	48.995	49.531	48.804	-6.733	-12,1
	Total	66.443	59.392	58.651	58.709	57.371	-9.072	-13,7
Sociedade Economia Mista	Ativos	19.049	20.050	20.457	21.183	21.685	2.636	13,8
	Inativos	5.296	3.729	3.329	2.817	2.337	-2.959	-55,9
	Pensionistas	155	150	169	177	181	26	16,8
	Total	24.500	23.929	23.955	24.177	24.203	-297	-1,2

Órgãos	Matrículas	1999	2002	2004	2006	2008	2008-1999	% 2008 / 1999
GERAL	Ativos	184.819	203.812	206.806	203.942	191.973	7.154	3,9
	Inativos	118.061	120.804	125.234	127.070	133.168	15.107	12,8
	Pensionistas	57.687	50.910	50.820	51.220	50.286	-7.401	-12,8
	Total	360.567	375.526	382.860	382.232	375.427	14.860	4,1
População do Estado do RS		10.089.899	10.317.987	10.433.449	10.536.009	10.727.937	638.038	6,3
% de Matrículas sobre a População do RS		3,6	3,6	3,7	3,6	3,5	-	-
% de Ativos sobre a População do RS		1,8	2,0	2,0	1,9	1,8	-	-

Nota: Os dados populacionais foram retirados da FEE/RS.

Fontes: SEFAZ (www.sefaz.rs.gov.br) / Finanças Estaduais / Documentos / Boletim Informativo de Pessoal e IBGE.

A Tabela a seguir mostra a evolução das despesas empenhadas com pessoal ativo e inativo, entre 1996 e 2009. Em 2000, as despesas com inativos (aposentados e pensionistas) ultrapassaram as do pessoal ativo. Ressalta-se o fato de que, entre os Estados da Federação, o Rio Grande do Sul é o que mais gasta com inativos, em relação às despesas com pessoal.

Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada

Especificação	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
% Ativos (Civil e Militar) - Elementos 11 e 12	57,2	55,1	54,9	54,5	49,5	49,8	50,3	49,8	49,5	49,1	48,7	47,8	47,0	46,4
% Inativos (Aposentados e Pensionistas) - Elementos 01 e 03	42,8	44,9	45,1	45,5	50,5	50,2	49,7	50,2	50,5	50,9	51,3	52,2	53,0	53,6

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Tomando-se por base a despesa empenhada vinculada diretamente ao gasto com pessoal ativo civil (elemento da despesa 11) e militar (elemento da despesa 12), com pessoal inativo (elemento da despesa 01) e com pensionistas (elemento da despesa 03), em 1996, gastava-se 57,2% com pessoal ativo e 42,8% com inativo. Já em 2009, empenhou-se 46,4% do gasto de pessoal com ativos e 53,6% com aposentados e pensionistas.

Esses percentuais representam um dos principais desafios de política de ajuste fiscal. Na Secretaria da Educação, em 1993, havia 42.489 matrículas de inativos e, em 2008, o número saltou para 81.901 matrículas, um aumento de 92,8%, em 16 anos, uma média de, aproximadamente, 2.500 matrículas a cada ano. A legislação recente torna um pouco mais rigorosa as condições de aposentadoria, contribuindo para a redução do desajuste, contudo, surtindo efeitos somente no longo prazo.

A Tabela a seguir mostra a evolução das despesas empenhadas consolidadas com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, entre os anos de 2000 e 2009, em relação à RCL. Verifica-se que, em 2000, gastou-se 75,2% da RCL, em 2009, o gasto com o grupo de pessoal ficou em 64,4% da RCL.

Nota-se que o indicador que avalia o gasto de "Pessoal e Encargos Sociais" em relação à RCL, em 2007, ficou acima ao de 2006. Entretanto, isso ocorreu mais em função da não prorrogação das alíquotas do ICMS de combustíveis, energia e telecomunicações, que comprometeu o

crescimento da RCLe, do que devido ao crescimento do gasto com Pessoal e Encargos Sociais. Contudo, os menores valores observados para a relação entre despesas de Pessoal e Encargos Sociais e RCLe, desde 2000, ocorreram em 2008 e 2009, demonstrando um efetivo processo de ajuste nesse indicador.

Percentual das Despesas Empenhadas Consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais em Relação à RCLe

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
% do Grupo de Pessoal e Encargos sobre a RCLe	75,2	73,7	72,5	67,8	67,7	64,9	66,9	67,1	61,2	64,4

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Para fazer o cálculo do grupo Pessoal e Encargos Sociais tomou-se por base o valor empenhado, deduzindo-se as despesas intraorçamentárias (dupla contagem) e, em 2009, incluindo-se aposentados, pensionistas e precatórios do IPERGS, do grupo Outras Despesas Correntes que, nos anos anteriores, já figuravam no grupo de pessoal.

No que tange ao gasto com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, sob a óptica de sua distribuição entre os Poderes do Estado, conclui-se que, à luz das evidências constantes das duas próximas tabelas, coube ao Poder Executivo, no período considerado, o maior esforço de contenção da despesa e de ajuste fiscal.

A Tabela a seguir mostra as despesas empenhadas totais do grupo de pessoal, por Poder e Órgão, entre 2000 e 2009, em relação à RCLe. Ressalva-se que houve a exclusão das transferências intraorçamentárias do cálculo.

Despesas Empenhadas de Pessoal e Encargos Sociais, por Poder e Órgão, em valores nominais

Poderes / Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Indireta	753.880	939.283	1.193.667	1.416.084	1.437.601	1.535.060	1.769.455	1.710.710	1.821.684	1.902.883
Ministério Público	141.508	171.120	214.506	273.357	310.014	364.654	398.503	414.567	435.362	466.729
Poder Executivo	3.665.800	3.974.553	4.474.280	4.713.636	4.856.352	5.204.722	5.783.974	6.408.669	6.900.775	7.885.128
Poder Judiciário	464.702	544.282	676.173	769.919	899.543	1.041.028	1.161.249	1.201.805	1.317.433	1.362.969
Poder Legislativo	198.316	260.396	306.968	323.242	327.612	396.154	444.248	434.543	474.239	489.144
Gasto Total de Pessoal	5.224.206	5.889.633	6.865.594	7.496.237	7.831.123	8.541.619	9.557.428	10.170.293	10.949.493	12.106.853
RCL Econômica	6.942.470	7.987.337	9.469.013	11.057.238	11.575.883	13.153.209	14.288.846	15.164.522	17.892.648	18.809.955
% Gasto de Pessoal / RCLe	75,2	73,7	72,5	67,8	67,7	64,9	66,9	67,1	61,2	64,4

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela adiante reflete os valores da tabela anterior, demonstrando a evolução do percentual gasto pelos Poderes com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais em relação à Receita Corrente Líquida Econômica, tomando-se como base 100 o ano de 2000.

Entre 2000 e 2009, o Ministério Público teve um crescimento de 21,7% acima da variação da RCLe; o Poder Judiciário, de 8,3%. Já a Administração Indireta, o Poder Executivo e o Poder Legislativo decresceram em relação à variação da RCLe, respectivamente, 6,8%, 20,6% e 9,0%.

Despesas Empenhadas de Pessoal dos Poderes em relação à RCLe – Ano 2000 com base 100

Poderes / Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Indireta	100,0	108,3	116,1	117,9	114,4	107,5	114,0	103,9	93,8	93,2
Ministério Público	100,0	105,1	111,1	121,3	131,4	136,0	136,8	134,1	119,4	121,7
Poder Executivo	100,0	94,2	89,5	80,7	79,5	74,9	76,7	80,0	73,0	79,4
Poder Judiciário	100,0	101,8	106,7	104,0	116,1	118,2	121,4	118,4	110,0	108,3
Poder Legislativo	100,0	114,1	113,5	102,3	99,1	105,4	108,8	100,3	92,8	91,0
Total	100,0	98,0	96,4	90,1	89,9	86,3	88,9	89,1	81,3	85,5

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Um problema crucial das finanças públicas é a elasticidade de algumas funções públicas que, há vários anos, está superior à de outras e da própria receita pública. Notadamente, as funções Judiciária e Essencial à Justiça têm elasticidade muito superior às demais do Estado. A consequência é o avanço dessas despesas em detrimento das demais na distribuição do bolo orçamentário.

2.5.2 Serviço com a Dívida Pública

A Tabela adiante mostra o histórico da evolução da dívida pública estadual fundada consolidada (dívida interna e externa com vencimento de longo prazo), no período compreendido entre o final do governo Peracchi (1971) até 2009 (terceiro ano do mandato do Governo Yeda Crusius). Em valores reais pelo IGP-DI, entre 1971 e junho de 2009, a dívida cresceu 26,9 vezes.

Estoque da Dívida Fundada Interna e Externa – em R\$ milhões

Governo	Final de Governo	Dívida atualizada pelo IGP-DI	Referência	Variação Percentual	% dívida / PIB
Peracchi	1971	1.372	1,0	-	2,2
Triches	1974	3.005	2,2	119,0	3,0
Guazelli	1978	5.500	4,0	83,1	4,2
Amaral	1982	9.851	7,2	79,1	8,4
Jair	1986	13.674	10,0	38,7	8,3
Simon	1990	13.694	10,0	0,2	15,5
Collares	1994	16.903	12,3	23,4	14,1
Britto (2)	1998	37.581	27,4	122,2	19,0
Olívio	2002	37.482	27,3	-0,3	23,6
Rigotto	2006	36.875	26,9	-1,6	20,4
Yeda Crusius	2009	36.963	26,9	0,2	18,2

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS / Secretaria da Fazenda do RS.

Nota (1): A variável "estoque da dívida" foi corrigida pelo IGP-DI anual até dez/09.

Nota (2): Inclui a Operação PROES no BANRISUL, de R\$ 6,93 bilhões (corrigida pelo IGP-DI até dez/09).

Nota (3): Inclui a Operação de empréstimo, efetuada em 2008, junto ao Banco Mundial, de R\$ 1,19 bilhão.

Nota (4): O estoque refere-se à dívida externa e à interna contratada junto ao Governo Federal, representando, aproximadamente, 96% do total.

Sublinhe-se que, ao final do Governo Olívio (2002), o estoque da dívida fundada estava em 23,6% do PIB gaúcho. Caiu para 20,4%, ao final do Governo Rigotto (2006) e decresceu para 18,2% do PIB, ao final do terceiro ano do governo Yeda Crusius (2009), mesmo adicionando ao estoque da dívida o valor de R\$ 1,19 bilhão, ocorrido em 2008, equivalente a US\$ 600 milhões, a título de empréstimo junto ao Banco Mundial, que não estava computado nesse montante, considerada extralimite.

A Tabela a seguir mostra que a Dívida Consolidada Líquida, em 2001, era 2,73 vezes a Receita Corrente Líquida. Saltou para 2,95 vezes a RCL, em 2002. Em 2006 e 2007, decresceu para 2,54 vezes. Ao final de 2008, a relação cedeu fortemente para 2,34 vezes a RCL. Ressalta-se o fato de que, em 2008, pela primeira vez, o Estado do RS enquadrou-se no limite de endividamento proposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2,39 vezes a RCL. Ao final de 2009, a relação estava em 2,20 vezes, bem abaixo do limite máximo fixado pela LRF para o ano, de 2,34 vezes a RCL.

Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes	2,34 vezes	2,20 vezes
Limite de Endividamento	-	2,68 vezes	2,63 vezes	2,58 vezes	2,53 vezes	2,48 vezes	2,44 vezes	2,39 vezes	2,34 vezes

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do RS/CAGE.

Se o tamanho do valor do estoque total da dívida do Estado de longo prazo de, aproximadamente, R\$ 40 bilhões (dívida intra e extralimite), já atesta um lado da gravidade do problema, o outro, não menos importante, é o volume significativo de desembolso mensal. Em 2006, foi empenhado R\$ 1,78 bilhão a título de serviço da dívida; em 2007, R\$ 1,83 bilhão; em 2008, R\$ 2,15 bilhões; e, em 2009, R\$ 2,11 bilhões.

Cabe uma analogia: entre 2006 e 2009, o serviço da dívida consumiu R\$ 7,87 bilhões, montante maior do que 3 vezes o que foi investido pelo Estado (R\$ 2,39 bilhões), nesse mesmo período, o que é inadmissível, tendo em vista as carências latentes nas diversas áreas, principalmente saúde, educação, segurança e infraestrutura.

A Tabela adiante apresenta a evolução do estoque da dívida, a partir de 2000, em relação ao PIB do RS, que declinou a partir de 2002. Nesse ano, a dívida representava 23,3 do PIB gaúcho e, em 2009, foi de 18,2% do PIB, o menor percentual da série.

Estoque da Dívida Fundada Interna e Externa do Estado em relação ao PIB gaúcho - R\$ 1.000,00

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Dívida Interna	16.601.567	18.892.745	23.110.688	25.148.846	27.603.012	29.095.416	30.837.838	33.067.694	35.784.251	35.302.367
Dívida Externa	738.775	942.221	1.491.045	1.316.382	1.301.043	1.121.521	944.626	698.529	2.342.608	1.680.815
Total de Dívida	17.340.342	19.834.966	24.601.733	26.465.228	28.904.055	30.216.937	31.782.464	33.766.223	38.126.859	36.963.182
PIB do RS	85.137.543	94.084.498	105.487.000	124.551.000	137.831.000	144.218.000	156.827.000	176.615.000	192.886.000	202.955.000
% Dívida S/ PIB	20,4	21,1	23,3	21,2	21,0	21,0	20,3	19,1	19,8	18,2

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: O PIB do RS de 2009, divulgado pela FEE/RS, é ainda preliminar.

A próxima Tabela mostra os valores empenhados para o pagamento do serviço da dívida pública. Em 2002, comprometeu-se 12,3% da RCLe com o serviço da dívida. Em 2009, 11,2% da RCLe. No período entre 2000 e 2009, despendeu-se com o serviço da dívida, em média, o equivalente a 12,3% da RCLe e 16,1% da Receita Líquida Real (RLR)³⁰.

Valores empenhados do serviço da dívida em relação à RCLe e RLR - R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Serviço da Dívida	853.201	973.717	1.198.814	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	3.182.584	2.112.321
(-) Operação Externa com o BIRD	0	0	0	0	0	0	0	0	1.192.010	0
Serviço da Dívida Ajustada	853.201	973.717	1.198.814	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.990.574	2.112.321
Receita Corrente Líquida "Econômica"	6.942.470	7.987.337	9.469.013	11.057.238	11.575.883	13.153.209	14.288.846	15.164.522	17.892.648	18.809.955
Receita Líquida Real – RLR	5.542.419	6.349.442	7.307.079	8.251.493	8.622.683	9.952.821	10.917.190	11.411.117	13.534.810	14.076.386
% Serviço Dívida Ajustada / RCLe	12,3	12,2	12,7	12,9	12,6	13,0	12,4	12,1	11,1	11,2
% Serviço da Dívida Ajustada / RLR	15,4	15,3	16,4	17,3	16,9	17,2	16,3	16,0	14,7	15,0

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Nota: Em 2008, foi excluído R\$ 1,192 bilhão do serviço dívida, referente à operação de crédito junto ao Banco Mundial.

As bases do indexador contratado junto ao Governo Federal³¹, na atualização mensal do estoque da dívida, são o IGP-DI mais juros de 6% ao ano ou a taxa SELIC, esta utilizada somente caso haja atraso no pagamento mensal.

³⁰ A **Receita Líquida Real** corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se as transferências do FUNDEF, as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS.

³¹ Segundo Santos (2007), o contrato de renegociação da dívida apresenta um desequilíbrio econômico-financeiro, justificando a revisão de suas cláusulas. Para ele, os resíduos estão impedindo que o saldo devedor da dívida decresça. O crescimento excessivo do IGP-DI, provocado pelas maxidesvalorizações cambiais ocorridas em 1999 e em 2002, decorrentes da política econômica do Governo Federal, não estava previsto quando do acordo em 1998. Ocorreram, então, circunstâncias estranhas às existentes quando da assinatura do contrato, que foram provocadas por um dos contratantes, em prejuízo do outro, portanto, um caso típico de *desequilíbrio econômico-financeiro*. Uma das premissas básicas do acordo da dívida era reduzir a relação dívida/receita, o que não está ocorrendo, exatamente por esse fato. Então, a concessão de um desconto no estoque da dívida pela União, com vistas a atingir esse objetivo, torna-se imperativa. Isso não ofende o acordo, pelo contrário, é exatamente o que fará com que as partes cumpram o que foi ajustado.

É importante observar que, em 2008, o IGP-DI acumulou alta de 9,10%. Ao se adicionar os juros de 6% ao ano, o comprometimento perfaz mais de 15% ao ano. Quando da negociação da dívida com a União, em 1998, uma taxa de 6% ao ano talvez não parecesse tão alta, contudo, para a conjuntura atual, entende-se como demasiadamente pesada, pois o pagamento mensal serve, tão-somente, para amortizar os juros, somando-se ao estoque todo o IGP-DI acumulado.

Isso não ocorreu em 2009, pelo fato de que houve deflação desse indexador (menos 1,43%), feito inédito desde 1947, quando o IGP-DI foi criado, resultando em um forte alívio no estoque da dívida interna e externa. Ao final de 2008, o estoque era de R\$ 38,127 bilhões e, em 2009, havia baixado para 36,963 bilhões, uma diminuição no estoque da dívida de R\$ 1,164 bilhão.

Adiante, faz-se uma explanação acerca da dívida pública estadual com o Governo Federal. Através da renegociação de estados e municípios com a União (Lei nº 9.496/97), definiu-se o limite para o pagamento do serviço da dívida intralimite como porcentagem da Receita Líquida Real (RLR). Quando o serviço da dívida ultrapassa esse limite, a diferença, chamada de resíduo³², é agregada ao estoque da dívida pública a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato (no caso gaúcho, em março de 2028). Além disso, com relação às renegociações anteriores das dívidas dos estados (Leis nº 7.976/1989 e nº 8.727/1993), o cálculo é feito abatendo do limite percentual da RLR, servindo para reduzir a prestação devida (calculada pela Tabela Price) e para acumular parcelas de resíduos.

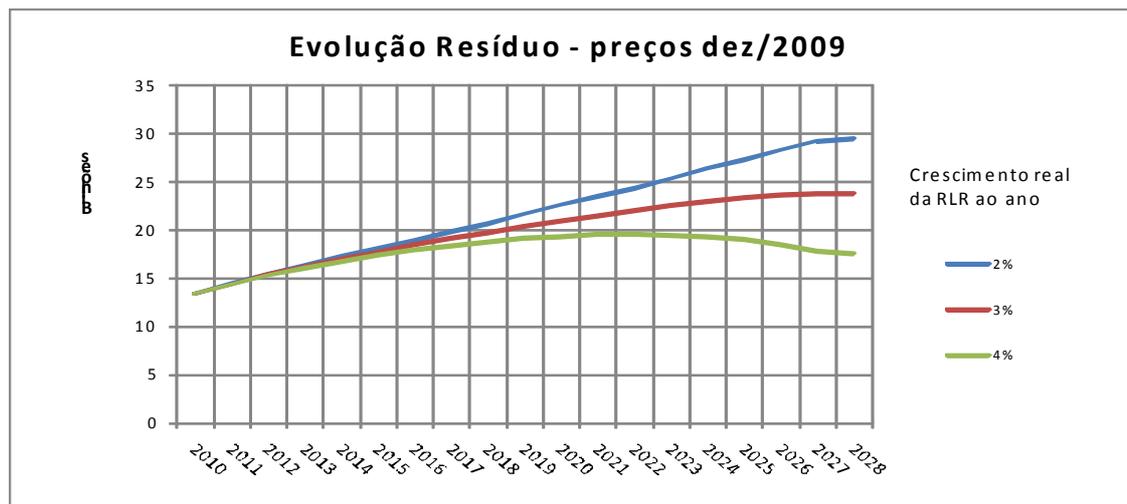
A acumulação desse resíduo gera duas situações: (i) a capitalização de parte de juros devidos e não pagos. Isso se dá porque o pagamento da prestação mensal desse contrato pode ser inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; (ii) o saldo devedor é crescente, capitalizando juros mensais devidos e não pagos incidentes sobre o próprio saldo.

Nos últimos anos, o serviço da dívida tem sido superior a esse limite, e o excesso foi incorporado ao estoque. Isso justifica o porquê do crescimento expressivo do estoque da dívida, mesmo em um cenário de ausência de operações de crédito, pós-2001. A capitalização de juros não pagos é fonte significativa para o aumento da dívida. Isso significa que, a partir de 2002, os resultados primários positivos foram insuficientes para garantir o pagamento dos juros devidos, calculados na sistemática definida pelo contrato firmado com amparo da Lei nº 9.496/97. No ano de 2008, com o crescimento expressivo das receitas do Estado, o resultado primário cobriu integralmente o serviço da dívida. O aumento da arrecadação implicou no maior pagamento da prestação da dívida da Lei nº 9.496/97 e, apesar desse pagamento ainda não ser suficiente para arcar com toda prestação desse contrato, contribuiu para que o valor do juro não pago transferido para o resíduo diminuísse.

³² Os resíduos são as parcelas das prestações mensais que excedem o limite da RLR e que serão pagos em 120 prestações mensais, após 30 anos, nas mesmas condições contratuais.

O Gráfico a seguir faz a projeção com base em três cenários para o crescimento real da RLR a preços constantes. Estima-se que o saldo do resíduo atingirá R\$ 24 bilhões (com cenário de crescimento real anual da RLR de 3% a preços constantes de dezembro de 2009), e o percentual de compromisso com o pagamento dessa dívida atingirá 15% da RLR após o “refinanciamento” do saldo residual.

Projeção do resíduo da dívida do contrato da Lei nº 9.496/97
para o RS – 2007-2028



Cabe destacar que os juros reais dos títulos do Governo Federal tiveram uma queda substancial nos últimos anos e encontram-se atualmente em torno de 6,5% ao ano. Como o contrato da Lei nº 9.496/1997 estabelece encargos de juros de 6% ao ano, um declínio dos juros reais nos próximos anos pode gerar uma oportunidade para os Estados estabelecerem alterações nas regras contratuais relativas aos encargos desse contrato.

2.5.2.1 Programa RS: Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento

O contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial, denominado *RS: Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento*, de US\$ 1,1 bilhão (US\$ 650 milhões já liberados e US\$ 450 milhões a serem liberados no primeiro semestre de 2010), tem por objetivo único a reestruturação de parte da dívida extralimite, que é composta por contratos ou obrigações (financiamentos internacionais, títulos mobiliários e PROES) que não foram objeto de securitização junto à União, feita em 1998 (Lei nº 9.496/1997).

Com a reestruturação de mais da metade dessa dívida extralimite (55% do total), quitam-se contratos cujos encargos são maiores que os vigentes, resultando em vantagem imediata. Assim, melhora-se o perfil da

dívida, suaviza-se o fluxo de pagamento, além de ganho financeiro na redução de seu valor presente. O prazo de amortização é de 30 anos, através de desembolsos mensais, quitando-se por completo em 2038. A operação trará uma economia total de, aproximadamente, R\$ 600 milhões.

A parte já liberada dos recursos desse financiamento ao Estado foi repassada diretamente pelo Banco Mundial aos credores do Estado. O custo da operação paga em dólar é equivalente à taxa *Libor* (a taxa na data da contratação estava em 3,19% ao ano; no início de 2010, está em menos de 0,40% ao ano) mais o *spread* de 0,12% sobre a parcela a pagar. O contrato ainda prevê a aplicação de mecanismos de proteção da moeda, eliminando, em parte, o risco da variação cambial. O empréstimo veio substituir dívidas atreladas à taxa SELIC ou à taxa de 6% ao ano mais o IGP-DI.

A reestruturação da dívida extralimite fará o comprometimento sobre a Receita Líquida Real cair para 2,6%, até 2012. Dessa data em diante, 1,2% da RLR. A reestruturação proporcionará economia financeira que poderá ser canalizada para investimentos na área social e em infraestrutura. Para operacionalizar o financiamento, houve a aprovação unânime pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Senado Federal, com o aval da União. A operação de reestruturação de parte da dívida extralimite feita ao Estado pelo BIRD foi a primeira dessa modalidade e o maior empréstimo já feito pelo BIRD a um ente subnacional.

O financiamento para a reestruturação da dívida gaúcha foi concedido porque o Estado melhorou seus indicadores orçamentários, patrimoniais e financeiros. É o reconhecimento e a confiança do Banco Mundial depositados ao Estado do Rio Grande do Sul. Foi o primeiro passo para se pensar no novo equacionamento da dívida dos estados e municípios com o Governo Federal, em níveis mais vantajosos do que os atuais.

2.5.3 Aplicação de Recursos em Investimentos Amplos

As dificuldades fiscais pesam fortemente sobre a capacidade de investimento do Estado. Nos últimos nove governos, houve uma queda gradual dos investimentos, gerando consideráveis repercussões sobre a prestação de serviços básicos na saúde, segurança e educação, além de afetar sobremaneira a infraestrutura de transporte e de logística.

A próxima Tabela mostra a evolução das despesas de capital em relação à RCL e ao PIB do RS, desde o governo Triches. Este investiu 29,7% da RCL e 1,9% do PIB, enquanto os governos recentes de Britto, Olívio, Rigotto e Yeda (2007/2008) aplicaram, em média, respectivamente, 16,7%, 10,6%, 6,0% e 3,5% da RCL e 1,5%, 0,7%, 0,5% e 0,3% do PIB.

Investimentos amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho

Governos	Triches	Guazelli	Amaral	Jair	Simon	Collares	Brito	Olívio	Rigotto	Yeda (2007/2009)
% Investimentos / RCL	29,7	29,1	27,6	19,1	20,5	13,1	16,7	10,6	6,0	3,5
% Investimentos / PIB RS	1,9	1,6	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	0,7	0,5	0,3

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS – CAGE e FEE/RS.

A crise internacional, que afetou o Brasil a partir do último trimestre de 2008, perpassando todo o ano de 2009, prejudicou significativamente o desempenho da arrecadação do Estado, contribuindo fortemente para que não se alcançasse a meta de investimento proposta na Lei Orçamentária de 2009.

Porém, em 2010, com a retomada da atividade econômica, prevê-se melhora substancial na capacidade de implementação de políticas públicas, em níveis superiores aos verificados em 2007, 2008 e 2009. A Tabela a seguir demonstra os investimentos efetivados em relação à RCL, desde o ano de 2000.

Como pode se verificar, a compressão dos recursos em investimentos tem sido recorrente nos últimos governos. É importante frisar que o volume alocado para investimentos, pelo atual governo, foi realizado de forma sustentável, isto é, através de recursos próprios, sem geração de déficit orçamentário. O ajuste nas contas públicas permitiu ao Estado retomar gradativamente a capacidade de investimentos, ainda em 2008.

Investimentos amplos empenhados em relação à RCL - R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Investimentos Amplos	822.901	621.956	465.488	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899
(-) Participação em Constituição (rubrica 6501)	180.565	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos Amplos Ajustados	642.336	621.956	465.488	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899
Receita Corrente Líquida "Econômica"	6.942.470	7.987.337	9.469.013	11.057.238	11.575.883	13.153.209	14.288.846	15.164.522	17.892.648	18.809.955
% Investimentos / RCL	9,3	7,8	4,9	7,0	5,7	4,7	4,6	2,6	3,7	3,5

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Nota 1: Os investimentos amplos englobam também o grupo de inversões financeiras.

Nota 2: Em 2000, foram excluídos R\$ 180,6 milhões do grupo "Inversões Financeiras", da rubrica 6501 (Participação em Constituição ou aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras), por não representar aplicação efetiva de recurso.

Além de ampliar as intenções de investimento, o Estado também está lançando mão de Parcerias Público-Privadas para atender a vários projetos, nas áreas de Transporte (construção de uma rodovia alternativa à BR-116, de Porto Alegre até Novo Hamburgo) e Segurança Pública (construção de presídios), permitindo, assim, complementaridade aos investimentos da Administração Direta. Do mesmo modo, através das empresas estatais, o Estado contribui para a ampliação dos investimentos públicos.

A Tabela a seguir mostra o impacto dos investimentos da administração pública direta, indireta e estatais, calculado a partir da Matriz Insumo-Produto, para um investimento de R\$ 2,84 bilhões, valor este dotado na peça orçamentária de 2010. Cumpridos os investimentos, o

impacto direto e indireto sobre o emprego no Estado alcançará 100.290 novos postos de trabalho, incremento de 1,68% sobre o total dos postos de trabalho. Do mesmo modo, haverá acréscimo de 1,32% sobre o PIB estadual.

Impacto dos investimentos no PIB gaúcho e nos novos postos de trabalho

Especificação	Números	Repercussão na Economia Gaúcha
Investimentos Consolidados	R\$ 2,84 Bilhões	1,32% Sobre o PIB Gaúcho
Geração de Trabalho	100.290 Novos Postos	1,68% sobre os Postos de Trabalho

Fonte de Dados Brutos: Matriz de Insumo-Produto da FEE/RS. Elaboração – SEPLAG/RS

A Tabela abaixo mostra a distribuição do emprego por faixa de renda.

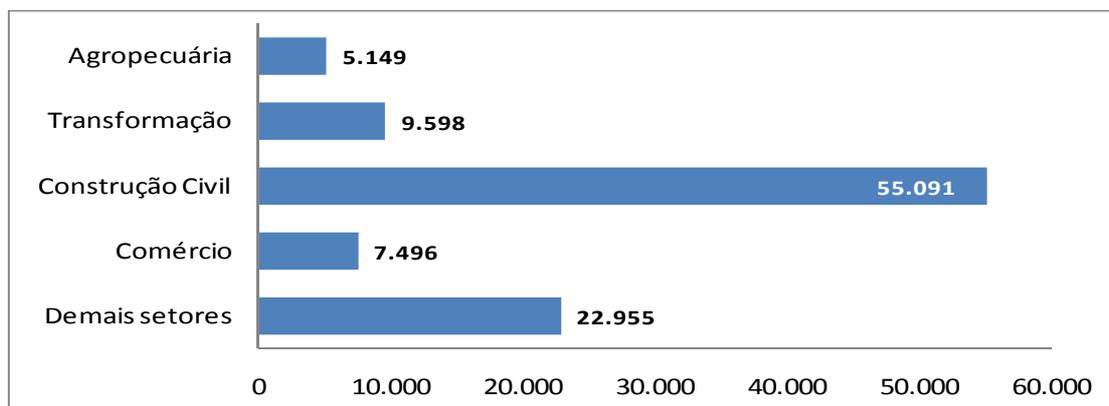
Distribuição do emprego por faixa de renda

Classes de Renda	Emprego	Estrutura
Até ½ salário mínimo	5.382	5,4%
De ½ a 1 salário mínimo	14.633	14,6%
De 1 a 2 salários mínimos	37.718	37,6%
De 2 a 3 salários mínimos	19.539	19,5%
De 3 a 5 salários mínimos	12.565	12,5%
De 5 a 10 salários mínimos	6.019	6,0%
De 10 a 20 salários mínimos	2.521	2,5%
Mais de 20 salários mínimos	1.913	1,9%
Total	100.290	100,0%

Fonte de Dados Brutos: Matriz de Insumo-Produto da FEE/RS. Elaboração: SEPLAG/RS.

O principal impacto do emprego será nas faixas de mais baixa renda e concentrado da construção civil (54,9%), conforme mostra o Gráfico adiante:

Impacto do emprego nos diversos setores econômicos



Fonte de Dados Brutos: Matriz de Insumo-Produto da FEE/RS. Elaboração: SEPLAG/RS

2.5.4 Gastos com Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, os gastos com manutenção e custeio da máquina pública, os serviços prestados à população na área da saúde, educação e segurança, as transferências legais e constitucionais aos Municípios e a Gestão Plena do SUS. A partir de 2009, o grupo conta com os valores apropriados a título de aposentadorias e pensões do Poder Executivo mais precatórios do IPERGS.

Para fins de comparação, o grupo “Outras Despesas Correntes” foi ajustado com a exclusão das transferências intraorçamentárias, das transferências aos municípios e das despesas com aposentadoria, pensões e precatórios.

A Tabela seguinte mostra a evolução dos gastos do grupo Outras Despesas Correntes por Poder e Órgão, comparando-se com a RCL. Observa-se que, em 2005, comprometia-se 25,8% da RCL e, em 2009, baixou significativamente para 22,1% da RCL. Convém destacar que essa redução é resultado da racionalização dos gastos e maior eficiência na gestão dos recursos públicos, sendo alcançada sem deterioração da qualidade da prestação de serviços.

Além disso, outro aspecto relevante é que a relação entre as Outras Despesas Corrente e a RCL manteve-se relativamente estável entre 2008 e 2009, período em que não houve déficit orçamentário. Tudo isto é fruto da manutenção de medidas de forte austeridade fiscal que o atual Governo vem implementando desde 2007.

Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos – em valores nominais empenhados - R\$ 1.000,00

Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Indireta	681.433	761.427	782.324	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546	1.232.149	1.308.010	1.451.828
Ministério Público	9.351	13.527	19.404	27.532	32.024	34.761	38.401	48.940	44.533	55.004
Poder Executivo	2.524.647	3.028.659	3.161.176	3.603.955	4.357.616	5.408.680	5.669.904	5.658.212	6.762.360	12.423.055
(-) Distribuição aos Municípios	1.838.197	2.227.055	2.398.882	2.355.947	2.458.405	3.316.561	3.473.864	3.638.888	4.361.111	4.629.453
(+) Despesas Não Empenhadas (1)	0	0	392.416	0	0	0	0	0	0	0
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.381.032
Poder Executivo Ajustado	686.450	801.604	1.154.710	1.248.008	1.899.211	2.092.119	2.196.040	2.019.324	2.401.249	2.412.570
Poder Judiciário	50.371	60.922	78.936	105.883	106.544	120.223	142.775	138.495	161.933	190.837
Poder Legislativo	39.997	44.404	47.902	53.008	58.915	66.177	63.585	58.436	50.727	53.127
Total	1.467.602	1.681.883	2.083.276	2.179.258	2.984.402	3.387.007	3.530.347	3.497.344	3.966.452	4.163.366
RCL "Econômica"	6.942.470	7.987.337	9.469.013	11.057.238	11.575.883	13.153.209	14.288.846	15.164.522	17.892.648	18.809.955
% Total Gasto / RCL	21,1	21,1	22,0	19,7	25,8	25,8	24,7	23,1	22,2	22,1

Fonte dos Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA (1): Em 2002, houve compromissos assumidos sem empenho (R\$ 330,1 milhões) e despesas não empenhadas pagas por “Responsáveis” (R\$ 62,3 milhões), totalizando **R\$ 392,4 milhões**, conforme Relatório e Parecer das Contas do Governo do Estado - Exercício de 2002 - do TCE/RS, à fl. 101.

Tendo como base 100 o ano de 2000, a Tabela seguinte mostra a evolução dos gastos.

**Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos em
relação à RCLe – Ano 2000 com base 100**

Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Indireta Ajustada	100,0	97,1	84,2	68,6	78,1	83,2	77,7	82,8	74,5	78,6
Ministério Público	100,0	125,7	152,1	184,9	205,4	196,2	199,5	239,6	184,8	217,1
Poder Executivo Ajustado	100,0	101,5	123,3	114,1	165,9	160,9	155,4	134,7	135,7	129,7
Poder Judiciário	100,0	105,1	114,9	132,0	126,9	126,0	137,7	125,9	124,7	139,8
Poder Legislativo	100,0	96,5	87,8	83,2	88,3	87,3	77,2	66,9	49,2	49,0
Total	100,0	99,6	104,1	93,2	122,0	121,8	116,9	109,1	104,9	104,7

Fonte dos Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

O salto de comprometimento do grupo “Outras Despesas Correntes” em relação à RCLe, a partir de 2004, deve-se ao fato da inclusão na contabilidade do Estado dos repasses federais, referente aos recursos do Sistema Único de Saúde (Gestão Plena do SUS), que deverão ser transferidos aos Municípios, portanto, não sendo despesa executada pelo Estado.

Caso a tabela anterior fosse ajustada com a exclusão dos valores da Gestão Plena do SUS, o novo comprometimento do grupo “Outras Despesas Correntes”, em 2000, seria de 21,1% da RCLe e, em 2009, baixaria para 19,1% da RCLe, um decréscimo de 2,0% da RCLe. Novamente, é importante ressaltar que a redução da relação entre “Outras Despesas Correntes” e RCLe foi alcançada principalmente através de medidas de racionalização do gasto, não comprometendo o nível e a qualidade da prestação de serviços à população.

Comprometimento das “Outras Despesas Correntes” em relação à RCLe, caso se excluísse os valores da Gestão Plena do SUS

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
“Outras Despesas Correntes” Ajustadas com a exclusão do gasto com a Gestão Plena do SUS	21,1	21,1	22,0	19,5	23,2	23,3	22,2	20,6	19,6	19,1

Fonte dos Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

2.6 Sistema Previdenciário Estadual

A principal variável de desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está no déficit previdenciário. Ao longo do tempo, não se buscaram formas de financiar os atuais aposentados e pensionistas. A equação atuarial do regime previdenciário do Estado está difícil de ser alcançada, mesmo no longuíssimo prazo. Devido às fontes insuficientes para a cobertura do custeio dos atuais inativos e pensionistas, o caixa do Tesouro é acionado mensalmente para cobrir o déficit previdenciário.

2.6.1 Déficit Atuarial Previdenciário

A Tabela seguinte mostra que a proporção entre a contribuição patronal e a de pessoal é de dois para um. Mostra, ainda, que o déficit com as aposentadorias, reformas e pensões, em 2000, atingiu R\$ 2,235 bilhões e, em 2009, já alcançava R\$ 3,881 bilhões, crescimento nominal de 73,7% em dez anos. Em 2000, as contribuições totais (pessoal e patronal) cobriram somente 7,6% do gasto previdenciário, já em 2009, 33,0%.

Déficit Previdenciário – Em valores empenhados – Em R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Aposentadorias e Reformas (Elemento 01)	2.001.197	2.161.925	2.374.183	2.705.536	2.874.897	3.091.420	3.413.305	3.751.310	4.067.817	4.496.261
Pensões (Elemento 03)	418.294	501.150	607.061	715.074	793.838	921.208	1.040.601	1.114.678	1.161.486	1.297.046
Total Gasto de Aposentadorias e Pensões (A)	2.419.491	2.663.075	2.981.244	3.420.610	3.668.735	4.012.628	4.453.906	4.865.988	5.229.303	5.793.307
Contribuições Previdenciárias dos Servidores	61.574	51.384	57.056	331.027	422.609	471.233	537.931	602.190	607.094	637.539
Contribuição Patronal (2 x Contr. servidores)	123.148	102.768	114.112	662.053	845.218	942.467	1.075.861	1.204.379	1.214.187	1.275.079
Total das Contribuições dos Servidores e da Patronal (B)	184.722	154.152	171.168	993.080	1.267.827	1.413.700	1.613.792	1.806.569	1.821.281	1.912.618
Déficit Previdenciário (B - A)	-2.234.769	-2.508.923	-2.810.076	-2.427.530	-2.400.908	-2.598.928	-2.840.114	-3.059.419	-3.408.022	-3.880.689
% das Contribuições sobre o Gasto Total (% B / A)	7,6	5,8	5,7	29,0	34,6	35,2	36,2	37,1	34,8	33,0

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS/ Sistema Cubo.

Nota: Os gastos com aposentadorias, reformas e pensões referem-se aos Elementos 01 e 03 (despesas com vencimentos).

A Tabela seguinte traz uma previsão feita pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), acerca da evolução do déficit previdenciário com as aposentadorias, reformas e pensões (despesa total), partindo de um resultado negativo de R\$ 4,81 bilhões, em 2010, e alcançando um déficit de R\$ 3,57 bilhões, em 2040; acumulando déficit, entre 2010 e 2040, em valores nominais, de R\$ 158,2 bilhões. Caso fossem mantidas as condições atuais, somente ao final deste século, vislumbra-se o equilíbrio previdenciário.

Previsão de Déficit Previdenciário

Ano	Receita Total	Despesa Total	Saldo
2010	1.362.712.005,50	6.168.068.119,22	-4.805.356.113,72
2011	1.322.016.276,07	6.263.483.361,11	-4.941.467.085,05
2012	1.280.907.873,70	6.355.492.408,92	-5.074.584.535,22
2013	1.240.385.464,63	6.449.818.698,69	-5.209.433.234,06
2014	1.199.461.161,52	6.529.782.726,50	-5.330.321.564,98
2015	1.159.967.157,88	6.588.084.688,70	-5.428.117.530,82
2016	1.119.957.674,61	6.630.064.195,64	-5.510.106.521,03
2017	1.079.959.354,59	6.661.587.576,68	-5.581.628.222,09
2018	1.041.022.013,75	6.674.281.788,85	-5.633.259.775,09
2019	1.003.155.357,02	6.672.450.795,08	-5.669.295.438,06
2020	964.855.450,95	6.659.846.114,71	-5.694.990.663,76
2021	927.597.519,90	6.631.370.932,69	-5.703.773.412,79
2022	889.627.573,42	6.592.555.204,55	-5.702.927.631,12
2023	852.039.088,65	6.544.980.076,49	-5.692.940.987,83

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – 2010

Ano	Receita Total	Despesa Total	Saldo
2024	814.889.157,71	6.481.103.851,59	-5.666.214.693,88
2025	777.140.938,69	6.406.267.279,32	-5.629.126.340,63
2026	739.476.836,65	6.318.200.419,58	-5.578.723.582,94
2027	702.854.682,37	6.218.530.215,82	-5.515.675.533,45
2028	666.136.981,49	6.102.964.641,98	-5.436.827.660,50
2029	629.512.968,70	5.977.791.831,59	-5.348.278.862,89
2030	594.449.397,95	5.829.643.182,84	-5.235.193.784,89
2031	559.973.294,71	5.671.313.933,54	-5.111.340.638,83
2032	526.874.828,63	5.497.319.772,30	-4.970.444.943,68
2033	495.053.628,07	5.315.673.736,00	-4.820.620.107,93
2034	465.284.170,47	5.120.953.071,75	-4.655.668.901,28
2035	435.902.899,26	4.924.127.591,40	-4.488.224.692,14
2036	408.237.865,63	4.718.186.975,08	-4.309.949.109,45
2037	381.114.859,93	4.513.401.991,70	-4.132.287.131,77
2038	355.013.069,57	4.304.518.892,71	-3.949.505.823,14
2039	330.482.442,70	4.092.642.976,29	-3.762.160.533,59
2040	306.986.121,02	3.878.515.555,12	-3.571.529.434,11
2041	284.870.974,44	3.664.931.503,72	-3.380.060.529,28
2042	263.920.942,24	3.451.846.427,91	-3.187.925.485,68
2043	243.701.403,74	3.241.395.072,49	-2.997.693.668,75
2044	224.675.554,92	3.031.150.280,56	-2.806.474.725,64
2045	206.406.629,88	2.825.955.346,54	-2.619.548.716,66
2046	187.934.846,26	2.628.368.611,87	-2.440.433.765,60
2047	170.799.714,76	2.435.079.321,89	-2.264.279.607,13
2048	155.472.442,47	2.245.284.475,81	-2.089.812.033,34
2049	141.056.712,21	2.062.617.593,92	-1.921.560.881,71
2050	127.482.506,48	1.887.998.381,71	-1.760.515.875,23
2051	114.754.319,07	1.721.717.035,57	-1.606.962.716,50
2052	102.864.359,03	1.563.974.429,76	-1.461.110.070,73
2053	91.804.066,34	1.414.888.758,95	-1.323.084.692,61
2054	81.558.230,35	1.274.520.382,49	-1.192.962.152,14
2055	72.105.966,43	1.142.876.187,99	-1.070.770.221,56
2056	63.421.936,68	1.019.913.840,75	-956.491.904,07
2057	55.477.529,15	905.546.867,16	-850.069.338,01
2058	48.241.748,84	799.649.431,68	-751.407.682,84
2059	41.682.334,50	702.060.427,87	-660.378.093,37
2060	35.766.277,34	612.586.418,76	-576.820.141,41
2061	30.460.381,72	531.003.327,89	-500.542.946,18
2062	25.730.997,48	457.055.424,30	-431.324.426,83
2063	21.544.825,91	390.458.970,31	-368.914.144,40
2064	17.867.828,77	330.899.604,22	-313.031.775,45
2065	14.666.012,52	278.034.897,23	-263.368.884,71
2066	11.903.958,45	231.492.455,80	-219.588.497,35
2067	9.546.546,29	190.875.907,63	-181.329.361,34
2068	7.557.656,16	155.766.391,23	-148.208.735,07
2069	5.900.640,29	125.725.659,67	-119.825.019,39
2070	4.539.499,26	100.304.318,69	-95.764.819,43
2071	3.438.080,42	79.044.546,91	-75.606.466,49
2072	2.561.119,04	61.486.649,23	-58.925.530,19
2073	1.874.817,06	47.178.907,04	-45.304.089,98
2074	1.347.654,25	35.683.956,94	-34.336.302,70
2075	950.570,45	26.585.690,78	-25.635.120,34
2076	657.782,63	19.497.798,86	-18.840.016,23

Ano	Receita Total	Despesa Total	Saldo
2077	446.373,89	14.065.633,51	-13.619.259,62
2078	297.215,58	9.973.231,04	-9.676.015,45
2079	194.364,16	6.945.927,19	-6.751.563,03
2080	125.107,12	4.748.358,77	-4.623.251,65
2081	79.519,30	3.183.237,36	-3.103.718,06
2082	50.147,75	2.090.814,32	-2.040.666,57
2083	31.591,99	1.344.295,59	-1.312.703,60

Fonte: Instituto de Previdência do Estado do RS (IPERGS).

2.6.2 Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS)

A Constituição Federal lançou as bases da reforma da previdência no serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 estabelece que, ao servidor titular de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, é assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos, inativos e pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. O parágrafo 20, do referido artigo, veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

Por outro lado, a Lei Federal nº 9.717/1998 definiu os principais requisitos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), dentre os quais se destacam o financiamento mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas; a escrituração contábil baseada em plano de contas específico; e, a existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro. Estabelece, igualmente, que o descumprimento das disposições pode implicar em suspensão das transferências voluntárias de recursos da União, assim como impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

Com a finalidade de adequar-se aos dispositivos normativos, o Estado editou a Lei Complementar nº 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o RPPS. Assim, a contribuição mensal dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários, enquanto a parcela dos inativos e pensionistas, também fixada em 11%, atinge apenas o que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Em relação à parcela patronal, o artigo 2º da referida Lei Complementar fixou a transferência do Estado no dobro da contribuição de seus servidores (22%). Também, autorizou, em seu artigo 3º, o repasse pelo Tesouro de eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes. Entretanto, a implementação dos procedimentos orçamentários e contábeis para constituição do RPPS/RS não

se viabilizou pela ausência de lei específica que disciplinasse a estrutura e gerenciamento do referido regime.

A edição da Lei nº 12.909/08 avançou em direção à instalação efetiva do RPPS/RS, uma vez que supriu as lacunas existentes em termos de definição da forma de funcionamento do regime previdenciário, bem como da especificação do Instituto de Previdência do Estado do RS como seu gestor único. Em decorrência, a Lei nº 13.021/08 (LDO 2009) disciplinou os aspectos orçamentários relativos ao RPPS/RS.

Assim, foram estabelecidos procedimentos para o registro das contribuições patronais e para a insuficiência financeira, bem como definidas unidades orçamentárias específicas para centralizar o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais. A partir da LOA 2009, incorporam-se alterações significativas na forma de registro das operações orçamentárias relativas ao pagamento de inativos e pensionistas do Estado. Inicialmente, convém salientar que essas alterações circunscrevem-se à órbita dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual. Os orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público ainda são apresentados na forma anterior, isto é, registrando, nos respectivos órgãos de origem, as dotações destinadas ao pagamento dos inativos, e sem discriminar os valores correspondentes às contribuições patronais e eventuais insuficiências previstas na LC nº 12.065/04.

Assim, na proposta orçamentária dos órgãos e entidades do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual, para o exercício de 2010, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para o RPPS e para cobrir insuficiências financeiras decorrentes da diferença entre receitas das contribuições e despesas totais com o pagamento de inativos e pensionistas. De outro lado, as respectivas receitas de contribuições e as despesas totais com benefícios previdenciários são lançadas no orçamento do Órgão IPE-Previdência, efetuando uma consolidação geral das contas previdenciárias do Poder Executivo e da Defensoria Pública. Essa alteração na sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS provoca um aumento significativo das operações intraorçamentárias.

2.7 Considerações Finais

2.7.1 Rigidez Orçamentária

As contas públicas nacionais e estaduais sofrem de enorme restrição derivada da rigidez imposta pelo conjunto de vinculações constitucionais e de obrigações legais. Particularmente, o Estado do RS é penalizado em função de regras que diferem do conjunto da Federação. Essas normas causam efeitos e sobreposições sobre o erário estadual, que não foram devidamente mensurados, fazendo com que o governante não possa cumpri-las, mesmo que quisesse, sem resultar em significativo desequilíbrio orçamentário.

O problema é que a Constituição Federal, a Estadual e um conjunto de leis posteriores estabeleceram vinculações e obrigações legais que, mesmo sob as mais justas e corretas intenções e aspirações, acabaram fazendo com que a soma das despesas ultrapasse as receitas.

A Tabela adiante demonstra, de forma bem clara e sucinta que, em 2009, caso se cumprisse somente a vinculação com educação (35% da Constituição Estadual, não os 25% da Constituição Federal), o resultado orçamentário apresentaria um déficit de 1,05 bilhão (em 2009, gastou-se em educação 27,67 da Receita Líquida de Impostos e Transferências).

Demonstrativo de Vinculações – Em valores nominais – Em R\$ 1.000,00

Especificação	2009
Receitas Orçamentárias Totais – A	28.565.477
Despesas Orçamentárias Totais – B	28.555.085
Resultado Orçamentário de 2009 - (C = A - B)	10.392
Diferença do Cumprimento da Execução Integral em Educação, de 7,33% da RLIT - D	1.064.517
(+) Execução integral em Educação de 35% da Receita Líquida de Impostos e Transferências	5.082.960
(-) Executado em Educação o equivalente a 27,67% da RLIT	4.018.443
Resultado Orçamentário de 2009, caso a Constituição Estadual fosse cumprida (E = C - D)	-1.054.125

Fonte de Dados Brutos: SEFAZ/RS / Elaboração: SEPLAG/RS.

Em 2009, caso se cumprisse todos os gastos constitucionais (de 35% da RLIT para a educação; de 12% da RLIT para a saúde, sem a inclusão dos gastos da CORSAN; de 1,5% da Receita Líquida de Impostos Próprios – RLIP – para a pesquisa científica e tecnológica; e, de 0,5% da RLIP para o ensino superior comunitário), o resultado orçamentário seria deficitário em mais de R\$ 2,3 bilhões.

Ressalva-se que a proposta orçamentária e a própria execução, para serem equilibradas, nesse quadro institucional-legal, sempre irão ferir algum dispositivo constitucional. Isso ocorre pelo fato de que, subindo a arrecadação de receitas, as despesas crescem na mesma proporção, pois são percentuais vinculados da receita. Assim, sem outros artifícios, os governos ou cumprem plenamente a legislação estabelecida ou, obrigatoriamente, geram déficit.

Esse problema ainda não foi devidamente compreendido por todos os envolvidos no processo orçamentário. Sua solução passa por alteração das normas vigentes, desvinculando o orçamento, o que não é uma tarefa fácil, tendo em vista o conjunto de interesses envolvidos.

2.7.2 Demais conclusões

As duas Tabelas adiante mostram a evolução dos valores totais empenhados nos diversos grupos da despesa em relação à RCL, entre 2000 e 2009. No período considerado, sempre se empenhou mais do que a variação da RCL, exceto em 2008, que foi de 98,2% da RCL. Em 2000, o

total de despesas foi de 117,9% da variação da RCLe. Em 2009, a equação ficou em 101,2% da RCLe. Tanto em 2007 e 2009, não houve déficit orçamentário, pelo fato de que as receitas totais foram maiores do que as despesas totais.

O grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, que representava, em 2000, 75,2% da RCLe, declinou para 64,4% da RCLe, em 2009. O grupo “Outras Despesas Correntes”, que representava, em 2000, 21,1% da RCLe, em 2009, baixou para 19,1% da RCLe, caso se exclua da conta os repasse para o SUS. O grupo “Investimentos Amplos”, que representava, em 2000, 9,3% da RCLe, caiu fortemente sua proporção para 3,5% da RCLe, em 2009. Por fim, o grupo “Serviço da Dívida”, que representava, em 2000, 12,3% da RCLe, em 2009, foi de 11,2% da RCLe.

Ao se tomar o ano 2000, como base 100, verifica-se que houve um grande esforço do Poder Público de equalizar o déficit orçamentário, chegando ao equilíbrio entre o que se empenha e o que se arrecada. No geral do grupo da despesa, houve um enxugamento de gasto na ordem de 14,1% em relação à variação da RCLe, entre 2000 e 2009.

Valores empenhados nominais nos diversos grupos da despesa - R\$ 1.000,00

GRUPO DA DESPESA	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pessoal e Encargos Sociais Sem Intraorçamentária	5.224.206	5.889.633	6.865.594	7.496.237	7.831.123	8.541.619	9.557.428	10.170.293	10.949.493	6.725.821
(+) Aposentadorias/Pensões/Precatórios IPERGS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.381.032
Pessoal e Encargos Sociais Ajustado	5.224.206	5.889.633	6.865.594	7.496.237	7.831.123	8.541.619	9.557.428	10.170.293	10.949.493	12.106.853
Outras Despesas Correntes	3.305.799	3.908.938	4.089.742	4.535.205	5.442.807	6.703.568	7.004.211	7.136.232	8.327.563	14.173.851
(-) Distribuição de Receitas aos Municípios	1.838.197	2.227.055	2.398.882	2.355.947	2.458.405	3.316.561	3.473.864	3.638.888	4.361.111	4.629.453
(+) Despesas Não Empenhadas (Fl. 101 -TCE/RS)	0	0	392.416	0	0	0	0	0	0	0
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.381.032
Outras Despesas Correntes Ajustadas	1.467.602	1.681.883	2.083.276	2.179.258	2.984.402	3.387.007	3.530.347	3.497.344	3.966.452	4.163.366
Investimentos Amplos	822.901	621.956	465.488	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899
(-) Participação em Constituição (rubrica 6501)	180.565	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos Amplos Ajustados	642.336	621.956	465.488	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899
Serviço da Dívida	853.201	973.717	1.198.814	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	3.182.584	2.112.321
(-) Operação Externa com o BIRD	0	0	0	0	0	0	0	0	1.192.010	0
Serviço da Dívida Ajustada	853.201	973.717	1.198.814	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.990.574	2.112.321
Total do Grupo de Despesas Sem Ajuste	10.206.107	11.394.244	12.619.638	14.227.398	15.391.164	17.574.858	19.001.474	19.537.446	23.120.441	23.673.892
Total do Grupo de Despesas Ajustado (A)	8.187.345	9.167.189	10.613.172	11.871.451	12.932.759	14.258.297	15.527.610	15.898.558	17.567.320	19.044.439
Receitas Corrente Líquida Econômica (B)	6.942.470	7.987.337	9.469.013	11.057.238	11.575.883	13.153.209	14.288.846	15.164.522	17.892.648	18.809.955
% Grupo De Despesas Ajustadas / RCLe (A / B)	117,9	114,8	112,1	107,4	111,7	108,4	108,7	104,8	98,2	101,2

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do RS / Sistema Cubo.

Percentuais empenhados em relação à RCLe – Ano 2000 com base 100

Grupo da Despesa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pessoal e Encargos Sociais Ajustado	100,0	98,0	96,4	90,1	89,9	86,3	88,9	89,1	81,3	85,5
Outras Despesas Correntes Ajustadas	100,0	99,6	104,1	93,2	122,0	121,8	116,9	109,1	104,9	104,7
Investimentos Amplos	100,0	84,2	53,1	75,5	61,5	50,6	50,3	28,5	39,9	38,0
Serviço da Dívida Ajustada	100,0	99,2	103,0	104,8	102,6	106,1	101,1	98,2	90,5	91,4
Total do Grupo de Despesas Ajustado	100,0	97,3	95,0	91,0	94,7	91,9	92,1	88,9	83,3	85,9

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

O superávit orçamentário alcançado, em 2008 e 2009, sem a inclusão de receitas extraordinárias, foi algo inédito para as contas do Estado. Contudo, há um enorme passivo financeiro, formado ao longo de vários governos, como por exemplo, os precatórios não pagos desde 1999 (em torno de R\$ 5 bilhões); os aumentos relativos às “Leis Britto” (passivo bruto já alcança R\$ 10 bilhões); as retiradas do caixa único e dos depósitos judiciais (R\$ 4,6 bilhões). Ademais, faz-se necessária a retomada de investimentos públicos, que estão fortemente reprimidos, principalmente, nas áreas social e de infraestrutura.

A Tabela seguinte mostra a evolução dos Restos a Pagar nos últimos cinco governos. Denota-se forte controle de “Restos a Pagar” no governo Yeda Crusius, em comparação aos governos anteriores.

Evolução de Restos a Pagar em governos recentes – em valores nominais

Especificação	1997 Governo Colares	1998 Governo Brito	2002 Governo Olívio	2006 Governo Rigotto	2009 Governo Yeda
Restos a Pagar Processados	169.068.884	367.579.143	512.218.007	1.414.272.209	776.345.593
Restos a Pagar Não Processados	80.961.819	475.397.915	778.967.540	284.008.665	459.968.600
Total	250.030.702	842.977.057	1.291.185.548	1.698.280.875	1.236.314.193
Acréscimo Nominal	-	592.946.355	448.208.490	407.095.327	-461.966.682
Variação Percentual	-	237,1	53,2	31,5	-27,2

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – Balancete Sintético.

Não se afigura fácil a missão de administrar as finanças do Estado do Rio Grande do Sul. A margem de atuação discricionária do governo limita-se, quase que exclusivamente, às despesas de manutenção e custeio, já que os investimentos estão em patamares reduzidos. Não se pode contar com linhas de operações de crédito porque o Estado está acima do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por isso, o Estado deve continuar, em 2010, a aprofundar os esforços em um conjunto eficaz de medidas, que já deram bons resultados, nos primeiros três anos do atual governo, através da inserção de várias ações no contexto da receita e da despesa. Com relação à receita, a impulsão ao crescimento e ao dinamismo da economia gaúcha rumo a uma maior diversificação de sua matriz produtiva com ganhos no valor agregado, inclusive na propagação de substituição de importação; e esforço de arrecadação, traduzido em um melhor controle setorial da receita de ICMS, ampliando a “substituição tributária” e a “nota fiscal eletrônica”.

Contudo, faz-se ainda necessário corrigir distorções, como (i) a repartição justa dos tributos da União, através de um novo pacto federativo; (ii) o ressarcimento justo, pela União, das perdas ocasionadas pela Lei Kandir aos estados exportadores; e, (iii) a implementação da reforma tributária, sem prejuízo no fluxo de arrecadação, que ponha fim à guerra fiscal entre os Estados.

As despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”, que representavam 75,2% da RCLe em 2000, caíram significativamente para 64,4% da RCLe em 2009. Mesmo com esse ajuste, o Estado está resgatando passivos das políticas salariais das Leis 10.395/95 e 10.420/95, precatórios pendentes desde o final da década passada e, ainda, enviou Projetos de Lei à Assembleia Legislativa para a valorização de diversas carreiras do Serviço Público Estadual.

A renegociação de parte da dívida extralimite, através de operação de crédito junto ao Banco Mundial, fez com que o Estado tivesse um menor dispêndio de seu serviço da dívida, ainda em 2008. Observa-se que, em 2000, comprometia-se 12,3% da RCLe para pagar juros, encargos e amortização da dívida. Em 2009, baixou para 11,2% da RCLe.

Quanto ao gasto com a manutenção e custeio da máquina pública, o Governo vem buscando reduzir custos com a racionalização de processos. Prova disso é que, excluindo a “Gestão Plena do SUS”, em 2000, gastou-se 21,1% da RCLe e, em 2009, 19,1% da RCLe. Vale ressaltar que, pagando em dia os fornecedores, estes oferecem preços e condições mais favoráveis. Com isso, o Governo tem demonstrado que é possível fazer muito mais com menos e melhorar a qualidade dos serviços públicos. É preciso dar continuidade ao esforço em curso, sempre no sentido de ajustar os gastos discricionários com o ingresso de receitas.

No campo da receita, o Governo conseguiu elevar e manter o nível de arrecadação através de medidas de aumento da eficiência da administração tributária e combate a evasão fiscal. No campo do controle da despesa, o Governo realizou enorme esforço fiscal no sentido de controlar e racionalizar os gastos, esforço compartilhado por todos os Poderes e Órgãos. O déficit zero foi alcançado por meio dessas ações e, assim, vislumbrou-se uma nova fase para as finanças estaduais. Essa fase reflete uma mudança estrutural significativa na qualidade das finanças públicas, caracterizada pela conquista do equilíbrio orçamentário e pela retomada gradativa e sustentável do nível dos investimentos públicos. Assim, o Estado cumpre seu papel fundamental, que é financiar políticas públicas que permitem aumentar o bem-estar social de todos os gaúchos.

2.8 Lei Orçamentária de 2010 (LOA 2010)

A Lei do Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul de 2010, aprovada por essa Assembleia Legislativa, foi montada com base nas previsões constantes do Plano Plurianual 2008-2011 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2010. Na LDO, projetou-se um crescimento para a economia gaúcha, em 2010, de 4,5%, o mesmo percentual previsto em relação ao desempenho da economia nacional. A estimativa de inflação desse ano, pelo IPCA, foi fixada em 4,5%.

2.8.1 Estimativa da Receita Pública para 2010

A Tabela abaixo mostra os principais agregados da receita pública, previstos no orçamento de 2010. Excluindo as receitas intraorçamentárias, de R\$ 5,2 bilhões, estima-se um montante de arrecadação ajustada de R\$ 27,7 bilhões, 12,8% maior do que a de 2009. Quanto ao ICMS Total (com a inclusão de multas, juros e dívida ativa), principal tributo estadual, estima-se para 2010 uma arrecadação, de R\$ 17,0 bilhões, 7,5% superior à de 2009. Para as receitas de capital, projeta-se um montante de R\$ 1,47 bilhão, estando prevista operação de crédito junto ao Banco Mundial, de R\$ 1,01 bilhão.

Principais Agregados de Receita da Administração Pública Consolidada – PLOA 2010

AGREGADOS DA RECEITA	LOA 2009	PLOA 2010	PLOA 2010 - LOA 2009	%PLOA 2010 / LOA 2009
Receitas Correntes	28.362.626.659	31.460.183.077	3.097.556.418	10,9
1.1 ICMS Total	15.835.366.002	17.017.876.088	1.182.510.086	7,5
1.2 IPVA Total	1.305.223.000	1.570.320.061	265.097.061	20,3
1.3 Imposto de Renda na Fonte	860.340.213	929.157.846	68.817.633	8,0
1.4 Contribuições	1.405.242.735	1.415.006.671	9.763.936	0,7
1.5 Patrimonial	641.410.977	624.935.623	-16.475.354	-2,6
1.6 Fundo de Participação Do Estado	1.224.866.000	1.256.036.770	31.170.770	2,5
1.7 IPI-Exportação	513.670.000	455.396.694	-58.273.306	-11,3
1.8 CIDE	102.849.000	96.976.100	-5.872.900	-5,7
1.9 LC 87/96 (Lei Kandir) e auxílio financeiro à exportação	320.469.338	415.091.906	94.622.568	29,5
1.10 FUNDEB - Fundo da Educação	2.599.418.498	2.756.274.788	156.856.290	6,0
1.11 Demais Receitas Correntes	2.403.069.688	2.807.869.023	404.799.335	16,8
1.12 Receitas Correntes Intraorçamentária	4.023.293.646	5.199.007.592	1.175.713.946	29,2
1.13 Deduções para o Fundo da Educação	-2.872.592.438	-3.083.766.086	-211.173.648	7,4
Receita de Capital	248.717.264	1.471.250.955	1.222.533.691	491,5
2.1 Operações de Crédito	11.500.000	1.048.500.000	1.037.000.000	9.017,4
2.2 Transferências de Capital	186.282.564	368.326.570	182.044.006	97,7
2.3 Demais Receitas de Capital	237.217.264	54.424.385	-182.792.879	-77,1
Total Geral da Receita com Transferência Intraorçamentária	28.611.343.923	32.931.434.032	4.320.090.109	15,1
Total Geral da Receita sem Transferência Intraorçamentária	24.588.050.277	27.732.426.440	3.144.376.163	12,8

Fonte: LOA 2009 e SEPLAG/RS - PLOA 2010.

2.8.2 Fixação da Despesa Pública para 2010

A Tabela a seguir mostra os principais agregados da despesa dotada para o ano de 2010. Prevê-se, excluindo as despesas intraorçamentárias, um gasto total ajustado de R\$ 27,7 bilhões, 12,8% maior do que o previsto para 2009. A previsão das despesas com Pessoal e Encargos Sociais Ajustado é de R\$ 12,5 bilhões. O gasto com Outras Despesas Correntes Ajustadas alcança R\$ 10,1 bilhões. Destacam-se as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, de R\$ 5,2 bilhões. O Serviço da Dívida, de R\$ 3,3 bilhões (R\$ 1,0 bilhão é alocado para a

amortização de dívidas com recursos do Banco Mundial), os Investimentos Amplos, de R\$ 1,6 bilhão e a Reserva de contingência, de R\$ 0,2 bilhão.

Principais Agregados da Despesa da Administração Pública Consolidada para 2010

Agregado da Despesa	LOA 2009	PLOA 2010	PLOA 2010 - LOA 2009	% PLOA 2010 / LOA 2009
Pessoal e Encargos Sociais sem Transferências Intraorçamentárias	10.988.192.474	12.145.812.441	1.157.619.967	10,5
(-) Transferências Intraorçamentárias	4.019.220.147	5.185.168.657	1.165.948.510	29,0
(+) Aposentados e Pensionistas do Poder Executivo (Grupo ODC - Elementos 01 e 03)	4.314.623.502	5.339.403.802	1.024.780.300	23,8
(+) Precatórios Judiciais (Grupo ODC - Elemento 91 - Órgão 40)	139.030.585	181.929.018	42.898.433	30,9
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	11.422.626.414	12.481.976.604	1.059.350.190	9,3
Outras Despesas Correntes	13.988.427.742	15.664.318.910	1.675.891.168	12,0
(-) Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	4.767.084.879	5.179.294.814	412.209.935	8,6
(-) Aposentados e Pensionistas do Poder Executivo (Elementos 01 e 03)	4.314.623.502	5.339.403.802	1.024.780.300	23,8
(-) Precatórios Judiciais (Grupo ODC - Elemento 91 - Órgão 40)	139.030.585	181.929.018	42.898.433	30,9
(-) Transferências Intraorçamentárias	4.073.500	13.838.934	9.765.434	239,7
Demais "Outras Despesas Correntes"	4.763.615.276	4.949.852.342	186.237.066	3,9
Outras Despesas Correntes Ajustadas	9.530.700.155	10.129.147.156	598.447.001	6,3
Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida)	2.141.660.757	3.297.742.030	1.156.081.273	54,0
Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)	1.263.212.951	1.624.559.601	361.346.650	28,6
Reserva de Contingência	229.850.000	199.001.050	-30.848.950	-13,4
Transferências Intraorçamentárias	4.023.293.647	5.199.007.591	1.175.713.944	29,2
Total da Despesa Dotada com Transferências Intraorçamentárias	28.611.343.924	32.931.434.032	4.320.090.108	15,1
Total da Despesa Dotada sem Transferências Intraorçamentárias	24.588.050.276	27.732.426.441	3.144.376.165	12,8

Fonte: LOA 2009 e SEPLAG/RS PLOA 2010.

Nota: Na LOA 2010, no serviço da dívida, foram incluídos R\$ 1.012,5 milhões de empréstimo junto ao Banco Mundial, sem o qual o percentual de crescimento seria de 6,7%.

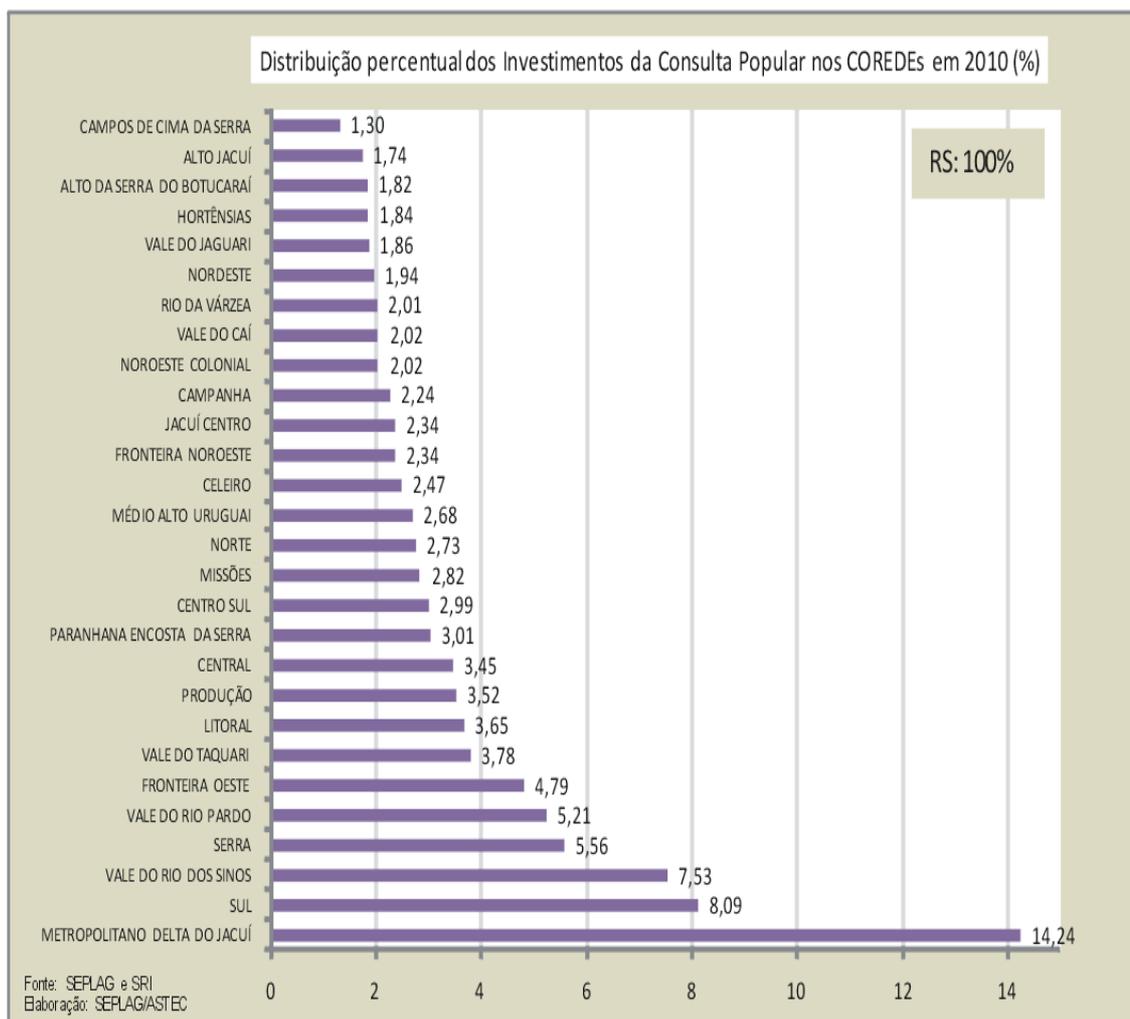
2.8.3 Recursos da Consulta Popular

Os recursos da Consulta Popular, mais do que dobraram em 2010, passando dos R\$ 50 milhões, de 2009, para R\$ 115 milhões. A Consulta Popular realizada em 2009, que é a base para o orçamento de 2010, teve um aumento de 99% no número de participantes comparado com a votação de 2008, com um total de 950.077 votantes.

Além da parcela definida pela votação, de R\$ 115 milhões, está prevista, também, conforme autorização contida na Lei nº 13.213, de 05 de agosto de 2009 (LDO 2010), que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2010, a suplementação de mais R\$ 47,5 milhões, visando ao atendimento de demandas ainda não executadas, definidas em processos anteriores.

O Gráfico adiante demonstra as regiões onde serão aplicados os recursos da Consulta Popular. Ressalva-se que, se o comparativo for feito sobre valores *per capita*, os COREDEs com menores Índices de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) receberão maiores volumes de recursos.

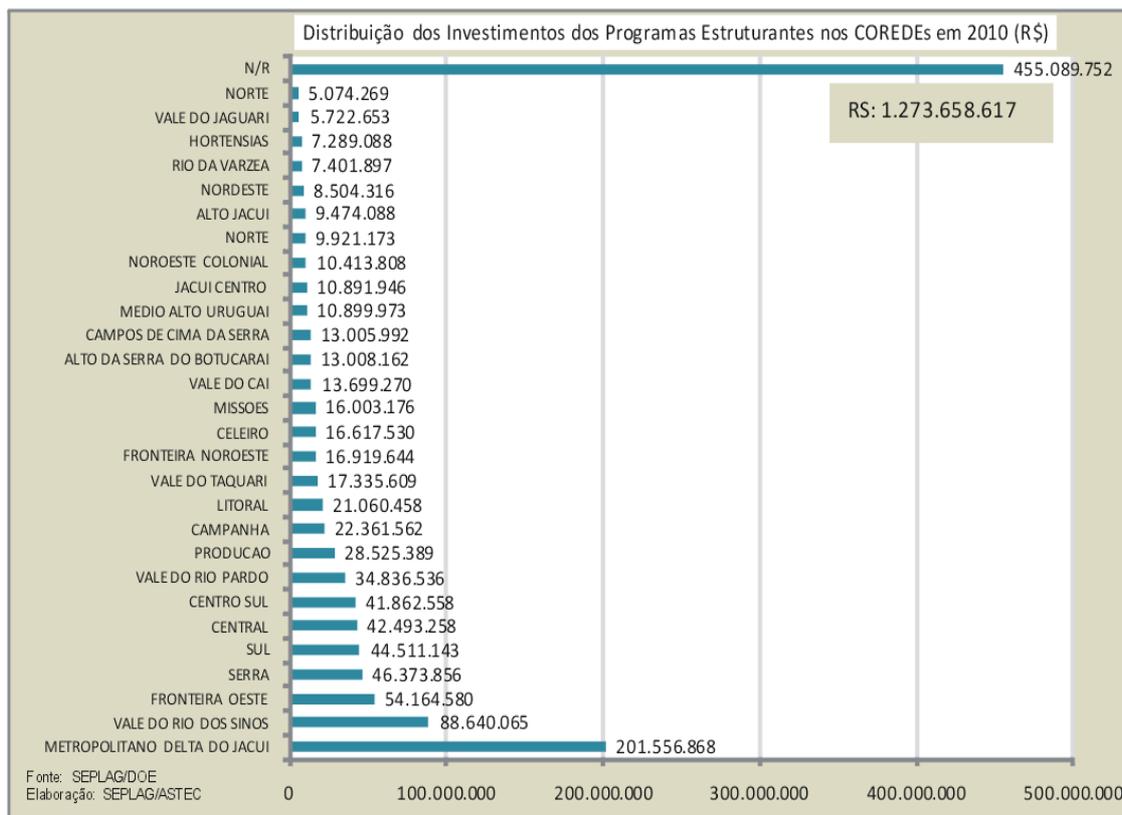
Recursos alocados da Consulta Popular para 2009 por COREDE – R\$ 1.000,00



2.8.4 Recursos dos Programas Estruturantes

Os Programas Estruturantes correspondem a um conjunto de projetos, que imprimem a marca do atual governo. No orçamento de 2010, prevê-se a alocação de R\$ 1,273 bilhão (R\$ 347 milhões em ODC e R\$ 926 milhões em investimentos). O Gráfico a seguir demonstra os valores dotados para os diversos programas estruturantes.

Valores dotados em Outras Despesas Correntes e Investimentos para os Programas Estruturantes na PLOA 2010



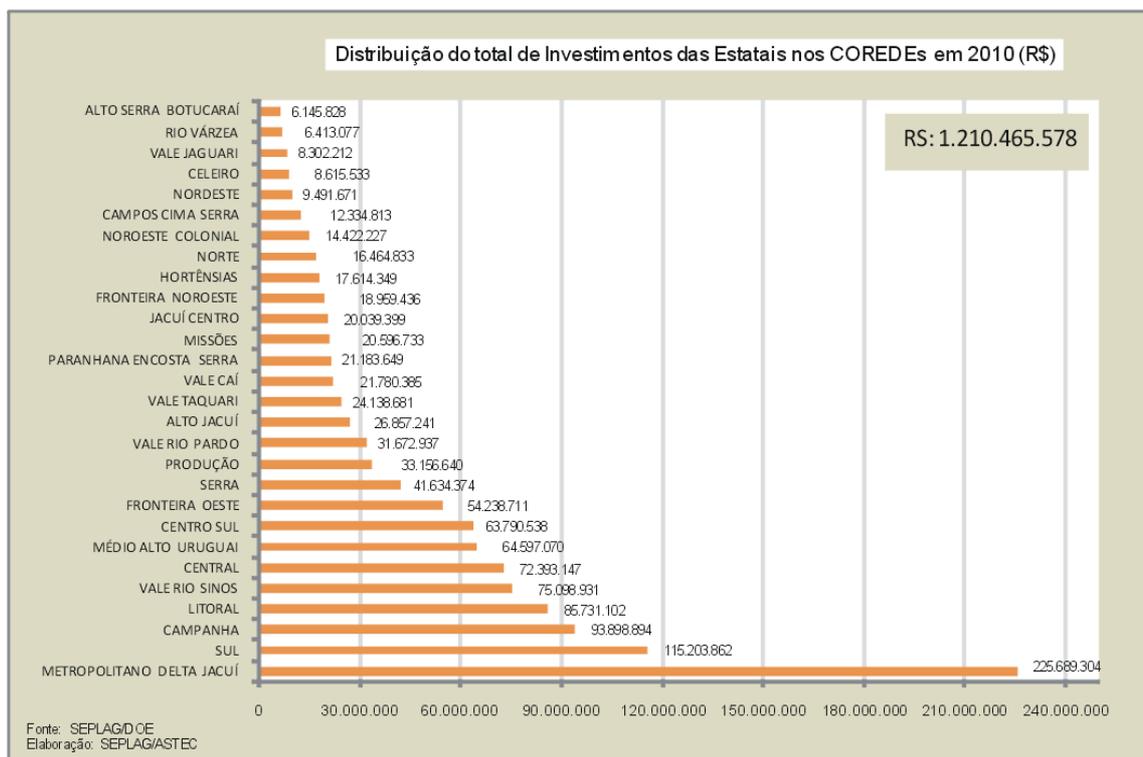
2.8.5 Recursos de Investimentos das Empresas Estatais

O orçamento de investimento das Empresas Públicas do Rio Grande do Sul (nas quais o Estado detém a totalidade do capital social) e das Sociedades de Economia Mista (nas quais o Estado detém a maioria das ações com direito a voto) acompanha o orçamento da Administração Pública Estadual Direta, suas Autarquias e Fundações.

Para 2010, projetam-se investimentos na ordem de R\$ 1,21 bilhão, assim distribuídos: CORSAN (R\$ 438,9 milhões); CEEE GT (R\$ 250,0 milhões); BANRISUL (R\$ 245,5 milhões); CEEE (R\$ 163,0 milhões); CRM (R\$ 65,3 milhões); SULGÁS (R\$ 26,4 milhões); PROCERGS (R\$ 13,5 milhões); CAIXA-RS (R\$ 3,2 milhões); CORAG (R\$ 2,5 milhões); BAGERS (R\$ 0,8 milhão); CIEL (R\$ 0,7 milhão); CEASA (R\$ 0,6 milhão); e, BANRISERV (R\$ 0,1 milhão).

Regionalmente, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí receberá a maior fatia dos investimentos, com R\$ 225,7 milhões, seguido pelo COREDE Sul, com R\$ 115,2 milhões e pelo COREDE Campanha, com R\$ 93,9 milhões, conforme se demonstra no Gráfico a seguir.

Investimentos das empresas estatais por COREDE



Fonte: SEPLAG/RS – PLOA 2010

Pela ótica econômica (em uma estimativa sobre a Matriz Insumo-Produto), somente os investimentos das estatais previstos para 2010, de R\$ 1,21 bilhão, terão significativa influência anticíclica, pois trarão um incremento nada desprezível de 0,58% no PIB estadual, acompanhado da criação de, pelo menos, 40.000 novos empregos, entre diretos e indiretos, impactando na produção em mais de R\$ 2,0 bilhões.

3 AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO

AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO

O início do Governo Yeda Crusius foi marcado por duas fortes dificuldades. A primeira, de caráter estrutural, era dada pela ocorrência de crônicos déficits fiscais que comprimiam a melhoria e a ampliação dos serviços públicos e a capacidade de investimentos do Estado, pondo em risco a competitividade da economia gaúcha. A segunda dificuldade decorria dos prejuízos ocasionados pela quebra de safra de grãos provocada pela grande seca de 2004/2005.

A necessidade de fazer frente aos problemas de curto prazo, sem descurar de uma visão de futuro, levou o Governo a uma ação caracterizada como *duplo planejamento*, em que a estratégia de médio e longo prazo passou a orientar o enfrentamento das questões mais imediatas. Objetivamente, esse conceito traduziu-se na construção de uma Agenda Estratégica, que buscou dar conta, de maneira articulada, de dois objetivos básicos. A necessidade, premente, de promover o saneamento das finanças estaduais como forma de recolocar o Estado como indutor do desenvolvimento econômico e social e, ao mesmo tempo, promover, através da parceria com diversos agentes sociais, um processo de desenvolvimento sustentável para o Rio Grande do Sul.

A partir desses pressupostos, foram construídas as Diretrizes Estratégicas do Estado, que refletem as trinta e duas prioridades do Governo. Dessas, dez referem-se ao Eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável, dezesseis, ao Eixo de Desenvolvimento Social e seis, ao de Finanças e Gestão Pública.

Essas grandes diretrizes orientaram o Plano Plurianual para o período 2008-2011. Em sua essência, o PPA 2008-2011 apresentou duas significativas inovações. Primeiramente, tem-se o seu direcionamento para a solução de problemas e para a exequibilidade dos mesmos, tendo em vista a vinculação das soluções e a realidade fiscal do Estado. Em segundo lugar, ressalta a adoção, pioneira em um documento desse tipo, de um olhar direcionado para a questão dos desequilíbrios regionais. Com isso, foi possível a elaboração dos Cadernos de Regionalização, discutidos e validados com ampla participação dos segmentos sociais mais representativos das nove Regiões de Planejamento do Estado e, na sequência, a própria regionalização do Orçamento.

Dentro do conjunto de iniciativas tomadas pelo Governo, é importante referir, também, a formulação dos Programas Estruturantes, os

quais envolvem cerca de 60 projetos associados e que, por meio de um intenso gerenciamento, emprestaram um caráter sistêmico à ação estatal.

O alcance de uma melhora substancial na situação fiscal do Estado e a firme determinação de racionalizar e otimizar a utilização dos recursos através de um intenso processo de gestão, permitiram que o Governo novamente voltasse a investir em infraestrutura e melhoria dos serviços oferecidos à população.

As realizações e resultados apresentados a seguir refletem o grande esforço empreendido pelos diversos Órgãos que compõem a estrutura administrativa do Estado do Rio Grande do Sul, buscando chegar, em um horizonte próximo, a uma sociedade mais desenvolvida e socialmente mais equilibrada.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

As ações realizadas no âmbito do eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável foram orientadas por dois vetores: superação dos gargalos que inibem o processo de crescimento econômico, como a questão da infraestrutura de transportes, energia, entre outras; e, sustentação e potencialização das vantagens comparativas, as quais possibilitam ao Estado capitalizar as oportunidades que se apresentam para a economia gaúcha na atual conjuntura econômica. Portanto, em grande medida, as ações empreendidas em 2009, apresentadas a seguir, visam melhorar os fatores sistêmicos da competitividade da economia gaúcha, preservando as condições ambientais.

INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E SISTEMAS LOGÍSTICOS

As ações desenvolvidas na área de infraestrutura e logística no Rio Grande do Sul são atribuições da **Secretaria da Infraestrutura e Logística (SEINFRA)**, da qual fazem parte as seguintes vinculadas: **Companhia Estadual de Distribuição de Energia (CEEE-D)**; **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT)**; **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS)**; **Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM)**; **Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)**; **Departamento Aeroportuário (DAI)**; **Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH)** e **Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG)**.

No que tange à **geração de energia elétrica**, os investimentos em 2009 foram direcionados aos seguintes projetos:

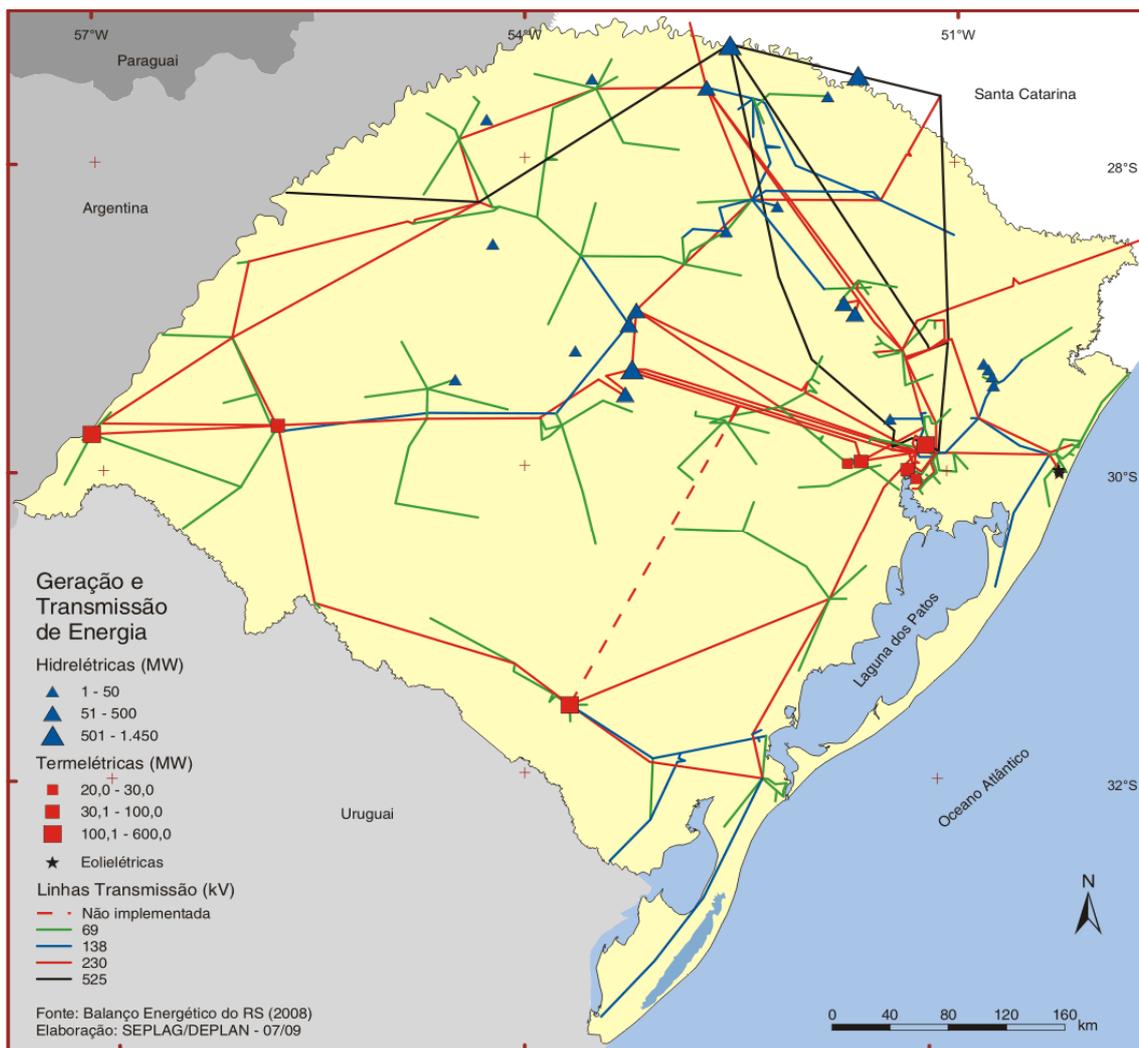
- **UHE Foz do Chapecó** – A construção da Usina Hidrelétrica (UHE) teve andamento em 2009, com previsão de operação comercial da primeira unidade geradora em maio de 2010. Construída por um consórcio integrado pelas empresas CPFL Geração, Furnas e CEEE-GT e com investimentos totais de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões, a usina terá uma potência instalada de 885 MW, dos quais 9% correspondem à participação da empresa gaúcha.
- **Ampliação da PCH Ijuizinho** – Em 2009, foi concluída a elaboração do Projeto Básico da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ijuizinho II. Os estudos indicam uma usina de 15 MW no mesmo local da PCH Ijuizinho, que opera desde 1950 com potência de 1 MW.

- **Ampliação da PCH Bugres** – A PCH Bugres, com 11,12 MW de potência, em operação desde 1952, utiliza como tomada d'água a Barragem do Salto, localizada no Rio Santa Cruz. Com objetivo de utilizar toda a vazão do túnel para geração em Bugres, as obras de ampliação da usina viabilizarão uma potência adicional de cerca de 8,2 MW, com acréscimo de uma unidade geradora. A contratação e construção estão previstas para 2010-2011, tão logo a obra seja autorizada pela ANEEL.
- **Recuperação da barragem e ampliação da PCH Ernestina** – Com 3,7 MW de potência efetiva e 3,6 MW de energia assegurada, a PCH Ernestina é o primeiro aproveitamento implantado no rio Jacuí, operando desde 1957. A barragem está sendo reforçada estruturalmente para continuar operando com segurança. As obras de restauração da barragem foram realizadas no decorrer de 2009, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2010. Em 2009, foi contratado o projeto básico de ampliação dessa usina, para uma potência instalada de 10 MW com 6,9 MW de energia assegurada.
- **Contratação de projetos de ampliação das PCHs de Forquilha, Guarita e Santa Rosa** – Com intuito de utilizar o excedente hídrico para geração de energia, foi contratada a elaboração dos Projetos de Ampliação das PCHs Forquilha, Guarita e Santa Rosa.

Ainda na área de geração de energia elétrica, foram desenvolvidas ações para modernização e manutenção do parque gerador da CEEE-GT, dentre as quais se destacam:

- Implantação do *Software* de Gestão da Operação e Manutenção (SIGOM), nos sistemas Salto e Jacuí.
- Substituição Sistema de Regulação de Tensão para a Usina de Itaúba.
- Reforma do Transformador Elevador (139 MVA) do Grupo 1 da UHE Itaúba.
- Modernização do sistema de regulação de velocidade da PCH Santa Rosa (2009-2010).
- Recuperação das turbinas e modernização do sistema de controle das comportas das unidades geradoras 1 e 2 da UHE Passo Real (2009-2010).
- Implantação de novo sistema de telecomunicações entre usinas e PCHs do Sistema Jacuí, visando aumentar a confiabilidade e permitir melhorias tecnológicas nos processos.
- Modernização da unidade 3 da PCH Capigui.

Geração e Transmissão de Energia no RS



Foram desenvolvidas ações voltadas à qualificação das instalações sob o enfoque ambiental. A Usina de Canastra, pertencente ao Sistema Salto, obteve certificação ISO 1400, estando em andamento o Sistema de Gestão Ambiental nas usinas Passo do Inferno e Toca, do Sistema Salto, e na Usina de Passo Real, do Sistema Jacuí (2009-2010). A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) participou do Programa de Educação Ambiental (PEAC) que, a partir de março de 2009, foi executado em escolas de 14 municípios do entorno dos reservatórios das usinas, totalizando 1.794 alunos abrangidos pelas atividades.

Quanto à segurança patrimonial e ambiental, está sendo firmado Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Meio Ambiente, com a interveniência da FEPAM, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, a CEEE-GT, e a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), com o objetivo de integrar esforços para potencializar e otimizar a defesa ambiental, tendo como principal instrumento o Plano de Uso e Ocupação do Solo do Entorno dos Reservatórios da CEEE-GT.

Na área de **transmissão de energia elétrica**, a CEEE-GT investiu, em 2009, cerca de R\$ 36 milhões em obras de expansão da capacidade e de melhoria das condições de operação do sistema. Merecem destaque as seguintes obras concluídas em 2009:

- Instalação dos 1º e 2º transformadores de 230/69 kV – 83 MVA, na Subestação (SE) Porto Alegre 8.
- Construção da Linha de Transmissão Gravataí 2 – Porto Alegre 8.
- Ampliação da Subestação Porto Alegre 10, com a instalação do 2º transformador de 230/69 kV – 83 MVA.
- Instalação do 2º transformador de 230/69 kV – 83 MVA na Subestação Camaquã.
- Instalação do 2º transformador de 230/69 kV – 83 MVA na Subestação São Borja 2.

Além dessas, encontram-se em andamento as seguintes obras de transmissão no Rio Grande do Sul:

- Recapitação da Linha de Transmissão (LT) 230 kV Passo Real – Tapera 2, com a substituição dos cabos condutores e inserção de 21 estruturas metálicas, o que permitirá o aumento da capacidade de transporte de energia da linha, que tem uma extensão de 54 km.
- LT 230 kV Ramal Santa Cruz 1 – Construção do 2º Circuito com 18 km de extensão.
- LT 230 kV Ramal Lajeado 2 – Construção de extensão de linha com 13,5 km de extensão.
- LT 230 kV Ramal Gravataí 3 – Construção do 1º e 2º Circuitos.
- Ampliação da Subestação Bagé 2, com a instalação do 2º transformador de 230/69 kV de 50 MVA.
- Adequação da Subestação Gravataí 3, com a construção de 2 módulos de entrada de linha, com investimento de R\$ 3,6 milhões.
- Ampliação da Subestação Garibaldi, com a instalação do 2º transformador de 83 MVA – 230/69 – 13,8kV e adequação das demais instalações.
- Ampliação da Subestação Guaíba 2, com a instalação do 2º transformador de 50 MVA – 230/69 kV e adequação das demais instalações. Na sequência, estão sendo realizadas as demais obras de adequação da SE.

- SE São Borja 2 – Instalação definitiva do 2º transformador 69/23 kV – 25 MVA e conexões associadas.
- Livramento 2 – Instalação do 2º Transformador 230/69 kV – 50 MVA e adequação da Subestação (disjuntores e seccionadoras).
- Porto Alegre 9 – Instalação do 2º Banco de Transformadores de 3 x 55 MVA em 230/69 kV.
- Ampliação da Subestação Polo Petroquímico – Instalação do 2º transformador de 50 MVA em 230/69 kV com os respectivos módulos de conexão associados.
- Adequação da Subestação Presidente Médici – Substituição do barramento de 230 kV e ampliação para instalação do módulo de entrada da LT 230 kV Presidente Médici – Santa Cruz 1 (prevista para nov/2009). A obra terá um investimento de R\$ 4,5 milhões.
- Ampliação da Subestação Maçambará – Instalação do 2º transformador de 83 MVA em 230/69 kV e módulos de conexão associados, remanejo de módulos de LT e módulo de interligação dos barramentos, bem como adequação dos barramentos de 230 kV e de 69 kV. Instalação definitiva do 2º Transformador de 25 MVA em 69/23 kV com respectivos módulos de conexão associados e adequações no setor de 23 kV.
- Ampliação da Subestação Campo Bom – Instalação do 3º transformador de 83 MVA em 230/69 kV com os respectivos módulos de conexão associados e instalação do 2º Transformador de 50 MVA em 230/23 kV com respectivos módulos de conexão associados, e instalação de um módulo de LT em 230 kV.
- Adequação da Subestação Scharlau – Adequação dos Setores de 138 kV, 69 kV e de 23 kV. Remanejo de Linhas de Transmissão em 230 kV e 138 kV e Instalação do 2º transformador de 37,5 MVA em 138/23 kV com módulos de conexão associados.
- Adequação da Subestação Guarita – Adequação do Setor de 230 kV, com a implantação de dois módulos de entrada de Linha, dois módulos de conexão ao transformador e um módulo de interligação de barramentos.

A CEEE-GT criou, em associação com uma empresa privada, uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), a qual tem por finalidade construir, operar e explorar a Linha de Transmissão (LT) subterrânea Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4, operada em 230 kV, com 11 km de extensão. Essa obra garantirá maior confiabilidade ao atendimento de carga à região de Porto Alegre, permitindo que a Subestação Porto Alegre 4 seja suprida por duas

fontes de alimentação, uma do sistema da SE Gravataí 2 – Porto Alegre 6 – Porto Alegre 4 e outra do sistema SE Nova Santa Rita – Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4.

A **distribuição de energia elétrica**, a cargo da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), é a área de atuação que atende aos consumidores finais. No ano de 2009, a CEEE-D desenvolveu importantes esforços que visam à qualificação dos serviços prestados, com a melhoria dos fatores que mais influenciam a relação da empresa com seus clientes.

Foram realizadas cerca de 5,6 mil obras. Dessas, 115 referem-se a obras em alimentadores, incluindo expansão, troca de condutores e melhorias nas redes troncais de 13,8 ou 23 kV, beneficiando 218 mil consumidores na área de concessão da CEEE-D.

Outras 1.323 obras beneficiaram mais de 96 mil consumidores, com a correção do mau estado físico de estruturas e componentes do sistema de distribuição. Foram favorecidos 58,3 mil consumidores com melhoramento de circuitos de baixa tensão, que aumentaram a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Quanto à universalização do acesso à energia elétrica, destaque-se que 51,9 mil gaúchos passaram a ter acesso ao consumo de energia elétrica e, com isso, à melhoria da qualidade de suas vidas.

Além disso, o Estado participou com recursos da ordem de R\$ 20 milhões nas ações de universalização do acesso à energia elétrica, integrantes do Programa Luz Para Todos.

Participação do Estado – universalização do acesso à energia elétrica

Concessionária Cooperativa	Participação do Estado – R\$	Localidades beneficiadas
AES-SUL	7,5 milhões	Agudo, Alegrete, Caçapava, Cacequi, Cachoeira do Sul, Encantado, Formigueiro, Itaqui, Ivorá, Maçambará, Rio Pardo, Santana do Livramento, Sapiranga, Santa Maria, São Leopoldo, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana e Venâncio Aires
CEEE-D	5 milhões	Amaral Ferrador, Arroio Grande, Bagé, Barão do Triunfo, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Chувиска, Cristal, Dom Feliciano, Encruzilhada do Sul, Hulha Negra, Mariana Pimentel, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Pedras Altas, Pelotas, Santa Vitória do Palmar, Santo Antônio da Patrulha, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tapes, Tavares, Três Cachoeiras e Viamão
RGE	3,5 milhões	Paim Filho, Sananduva e São João da Urtiga
UHENPAL	200 mil	Arroio do Só e São João da Urtiga
Eletrocar	16 mil	Carazinho
CERTAJA	717 mil	Rio Pardo, Vale Verde, Passo do Sobrado e Santa Cruz do Sul
CERTHIL	268 mil	Dr. Mauricio Cardoso, Horizontina e Independência
CRERAL	122 mil	Centenário, Getúlio Vargas e Sananduva

Concessionária Cooperativa	Participação do Estado – R\$	Localidades beneficiadas
CERFOX	440 mil	Anta Gorda, Arvorezinha, Barros Cassal, Coqueiro Baixo, Fontoura Xavier, Itapuca, Montauri, Nova Bréscia e Putinga
CRELUZ	248 mil	Alpestre, Coronel Bicaco, Frederico Westphalen, Jaboticaba, Miraguaí, Novo Barreiro, Pinheirinho do Vale e Rodeio Bonito
COOPERLUZ	156 mil	Cândido Godói e Porto Vera Cruz
COOPERNORTE	108 mil	Viamão
CERMISSÕES	489 mil	Caibaté, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, Joia, Santo Ângelo, São Luis Gonzaga, São Miguel das Missões, Vitória das Missões, Bossoroca e Coronel Barros
COPREL	690 mil	Ibirubá, Saldanha Marinho, Santa Bárbara do Sul, Colorado, Panambi, Pejuçara, Marau, Camargo, Tapejara, Ibiaçá, Charrua e Ciriaco
CERTEL	317 mil	Capitão, Canudos do Vale e Boqueirão do Leão
COSEL	120 mil	Assentamento Padre Réus e Encruzilhada do Sul

Fonte: CEEE.

No setor de subtransmissão, estão em execução diversas obras destinadas a atender cargas específicas de empreendimentos localizados e a expandir e aperfeiçoar o fornecimento de energia elétrica na área de concessão da CEEE-D. Merecem especial destaque as seguintes iniciativas:

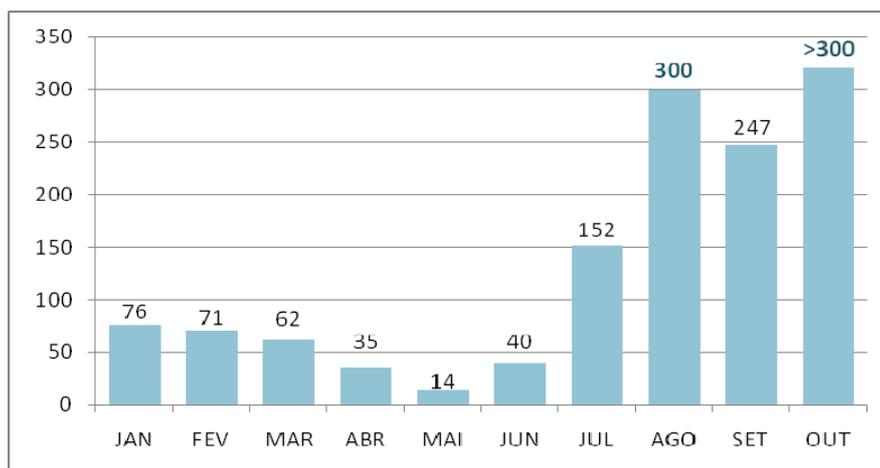
- A nova travessia Rio Grande-São José do Norte, com implantação de linha de transmissão de 69 kV dotada de cabos subterrâneos e subaquáticos. Essa obra substituirá a travessia aérea existente e permitirá a operação sem obstáculos tanto do Porto do Rio Grande quanto dos demais empreendimentos sediados naquele local, atendendo de forma permanente às demandas de São José do Norte.
- Nova subestação e nova linha de transmissão para melhoria da confiabilidade na cidade de São Lourenço do Sul.
- Ampliação da Subestação Porto Alegre 3, com a instalação de novo transformador de 50 MVA, que possibilitará um melhor gerenciamento da distribuição em Porto Alegre, aliviando a carga atendida pela Subestação Porto Alegre 10.

A **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS)** investiu mais de R\$ 17 milhões para ampliar a rede e melhorar a infraestrutura de distribuição de gás natural para atender os novos clientes e criar condições favoráveis ao atendimento de futuros consumidores. Nesse período, o crescimento da malha de dutos da SULGÁS foi de aproximadamente 13,4 km, o que propiciou o aumento da extensão da rede canalizada de distribuição do gás natural no Estado para 477 km. A SULGÁS atende, com gás boliviano, 17 municípios localizados entre a Região Metropolitana e a Serra e, com o gás argentino, o município de Uruguaiana, cujo fornecimento está suspenso devido à crise no setor energético da Argentina.

Em 2009, além dos municípios atendidos pela rede canalizada, a SULGÁS iniciou o atendimento a Campo Bom, Três Coroas, Sapiranga, Viamão e Distrito de Tainhas, em São Francisco de Paula, na modalidade Gás Natural Comprimido (GNC). Com esses, são 16 os municípios atendidos nessa modalidade, o que propicia o atendimento de mercado de gás mesmo sem as redes canalizadas. Com essas ações, a SULGÁS está atendendo 855 clientes, sendo 95 indústrias, 43 estabelecimentos comerciais, 70 postos de GNV e 576 economias residenciais.

Outra ação importante desenvolvida pela SULGÁS diz respeito ao Programa GNV: Sinal Verde para a Economia, que cria uma série de incentivos para a conversão de veículos automotores para o consumo do gás natural. O Programa consiste em ações promocionais para conversão, política de preço competitiva e linhas de financiamento destinadas às empresas convertedoras e seus respectivos clientes – pessoas físicas ou jurídicas. Implantado em 1º de julho de 2009, o Programa impactou positivamente a opção pelo gás natural em veículos automotores, em especial nas frotas comerciais, como demonstra o gráfico a seguir:

Conversões de veículos automotores, em 2009



Fonte: Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

A **Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM)**, durante o ano de 2009, deu continuidade aos projetos de ampliação da mina de Candiota, cuja conclusão é fundamental para a entrada em operação da Fase C da Usina Termelétrica de Candiota, prevista para junho de 2010. Além disso, merece destaque a produção de carvão no ano de 2009:

Produção de Carvão em 2009

Tipo de carvão	Mina	Produção (t)
CE 4200	Leão	54.531
CE 5500	Leão	71.268
CE 3300	Candiota	1.086.137

Fonte: CRM.

Nas ações do **Departamento Aeroportuário (DAI)**, em 2009, foi dado andamento ao processo já iniciado de qualificação e modernização dos aeroportos estaduais. Merecem menção as seguintes iniciativas:

- **Aeroporto Regional de Caxias do Sul** – Foram licitados a reforma e ampliação do terminal de passageiros, que passará dos atuais 1.820 m² para 2.400 m²; a sinalização vertical luminosa com painéis de acrílico; e, o estudo com imagens de satélite das áreas com potencial para implantar o novo Aeroporto da Região Nordeste.
- **Aeroporto Regional de Passo Fundo** – Cercamento da área operacional (277 m) e do marcador da direção de vento. Elaborado projeto para a adequação do terminal de passageiros para a instalação da esteira de bagagem (em processo licitatório). Contratada a aquisição do carro de combate a incêndio.
- **Aeroporto Regional de Santo Ângelo** – Elaborado o Projeto Executivo para restauração e reforço do pavimento da pista de pouso/decolagem; licitada a reforma do terminal de passageiros com área de 328 m²; e, instalada sinalização vertical luminosa.
- **Aeroporto Regional de Rio Grande** – Construído muro de proteção do entorno do sítio aeroportuário, com placas de concreto, no total de 6.280 m; e, contratada elaboração do projeto executivo de implantação da sinalização vertical luminosa e projetos para a implantação da seção contra incêndio com 183 m² de área coberta.
- **Aeroporto de Vacaria** – Contratada a obra de terraplenagem, pavimentação, drenagem e sinalização horizontal da implantação do aeroporto, que terá pista de pouso/decolagem de 2.020 m x 30 m, *taxiway* de 235 m x 25 m e pátio de aeronaves com 130 m x 97 m. Assinado convênio com a Prefeitura Municipal para supervisão das obras.
- **Aeroporto de Erechim** – Contratada a obra de restauração do pavimento da pista de pouso e decolagem com 1.280 m x 30 m, *taxiway* com 65 m x 15 m e pátio de aeronaves com área de 6.354 m². Assinado Convênio com a Prefeitura Municipal para obras de reforma no Terminal de Passageiros com 340 m².
- **Aeroporto de Santa Rosa** – Elaborado o projeto e lançada a licitação para conclusão do cercamento da área operacional com 1.080 m.
- **Aeroporto de Santiago** – Continuidade das obras de pavimentação, terraplanagem e drenagem da pista de pouso e

decolagem com 1.240 m x 23 m de *taxiway* e pátio de aeronaves.

- **Aeródromo de São Sepé** – Executadas as obras de reforma do terminal de passageiros, cercamento e sinalização diurna, em convênio com a Prefeitura Municipal.
- **Aeródromo de Cachoeira do Sul** - Elaborado o projeto executivo de restauração e ampliação do pavimento da pista de pouso e decolagem.
- **Aeroporto de Ijuí** – Realizada licitação para o cercamento da área operacional (1.200 m) e construção do terminal de passageiros com área de 169 m².

Foi firmado Convênio de Cooperação com a *United States Trade and Development Agency* (USTDA), no valor de U\$ 630 mil, sem ônus para o Rio Grande do Sul, com vistas à realização de estudos e implementação de ações voltadas à ampliação e melhoria do Sistema Aeroportuário do Estado, com ênfase para melhoria das condições de segurança e maior inserção do transporte aéreo no Estado.

A **Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH)** desenvolveu um conjunto de ações de recuperação e de melhoria das condições de operação do sistema hidroviário gaúcho, com vistas a ampliar o uso desse modal no transporte da produção nas regiões onde ele se mostra viável. Nesse sentido, foram realizados os serviços de dragagem, sinalização náutica e melhoria das condições de segurança, com a implantação do Sistema de Segurança Pública Portuária (ISPS-Code) do Porto de Porto Alegre. Merecem destaque:

- Dragagem do Canal do Leitão, no Lago Guaíba, na hidrovia de acesso ao Porto de Porto Alegre.
- Dragagem de desassoreamento do canal de navegação da Foz do Rio dos Sinos, com draga e pessoal próprio da SPH.
- Dragagem do canal de navegação Furadinho, para acesso ao Terminal Santa Clara, do III Polo Petroquímico, com draga e pessoal próprio da SPH.
- Levantamentos topo-hidrográficos, com batimetria, de reconhecimento dos canais hidroviários, entre Triunfo e Cachoeira do Sul; acesso aos portos de Porto Alegre e Pelotas, no Delta do Jacuí, Lago Guaíba e Laguna dos Patos.
- Licenciamento para dragagem do Canal Miguel da Cunha, em Rio Grande.
- Manutenção da sinalização náutica, do balizamento de hidrovias de acesso aos portos de Porto Alegre e Pelotas, no Delta do Jacuí, Lago Guaíba e Laguna dos Patos, para garantir os índices de eficácia oficiais, exigidos pela Marinha, com a

recuperação de aproximadamente 200 sinais, incluindo boias-cegas, luminosas e faroletes.

- Reparação naval da frota própria do Estaleiro Naval de Triunfo, que inclui 03 dragas, 06 rebocadores e um navio balizador em atividade, nos serviços de levantamentos topo-hidrográficos e dragagem das hidrovias.
- Aquisição de 163 boias de polietileno e lanternas compactas com *leds* para a sinalização da hidrovia do Jacuí, no trecho entre Porto Alegre e Cachoeira do Sul.

O **Porto do Rio Grande** é o principal ponto de multimodalidade do Estado. Para manter a sua posição de referência, transformando-se em *Hub Port* (porto concentrador de cargas), estão sendo realizadas várias melhorias que irão habilitar o Porto para captar, concentrar e tratar cargas oriundas do Estado e da Bacia do Prata. Merece destaque o contrato de dragagem continuada (5 anos) para manutenção do calado na bacia de evolução e no Porto Novo. Dos R\$ 77 milhões previstos, até o momento, foram investidos R\$ 30 milhões na manutenção das condições técnicas e operativas do Porto Novo (31 pés) e no Superporto (40 pés), com calado adequado e sinalização compatível. Além disso, o calado deverá ser aprofundado de 14 para 18 pés, na entrada do Porto, obra a ser executada em parceria com o Governo Federal; serão reformados armazéns e guindastes no Porto Novo; e, será realizada a dragagem do canal de travessia entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte .

O Porto Rio-Grandino, considerado um dos mais importantes para o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro, deu, em agosto de 2009, o principal passo para sua transformação, com o início da dragagem de aprofundamento do seu canal de acesso. Os trabalhos, com previsão de conclusão para abril de 2010, propiciarão um aumento da profundidade do porto gaúcho de 14 para 18 metros. A draga responsável pelo serviço é a maior em operação na América Latina. A obra conta com investimento de R\$ 196 milhões, sendo R\$ 147,5 milhões por parte do Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e R\$ 48,5 milhões por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Com a conclusão do aprofundamento do canal de acesso, o Porto do Rio Grande será um dos portos mais profundos do MERCOSUL. Com isso, os grandes navios (pós-panamax), que já operam no município gaúcho e que atualmente não utilizam sua capacidade máxima de carga devido ao baixo calado, poderão completar sua carga, reduzindo significativamente os custos de frete. Além disso, com um calado maior, o porto terá condições de habilitar-se para captar, concentrar e movimentar cargas oriundas da Bacia do Prata, como grãos da Argentina, Paraguai e Bolívia; minério do Mato Grosso do Sul e da Bolívia; madeira do Uruguai e, ainda, contêineres da Argentina, Uruguai e Paraguai.

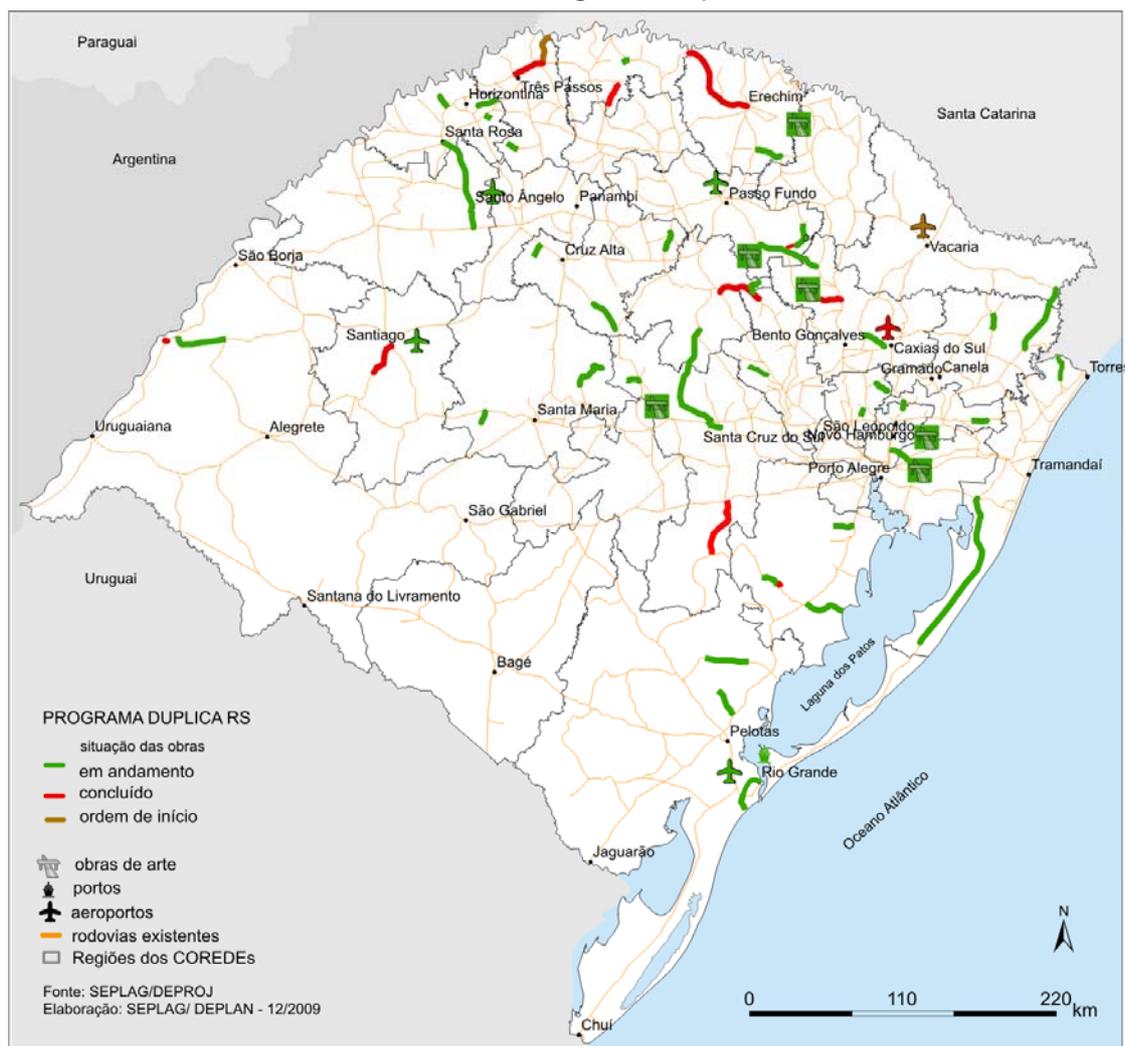
Soma-se a isso a execução da dragagem de manutenção continuada do Porto do Rio Grande. O contrato, que contempla um prazo de

cinco anos, garantirá segurança à navegação, fortalecendo a imagem do porto rio-grandino no comércio internacional.

Através das ações do **Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)**, em 2009, foram aplicados R\$ 120 milhões em ações de conservação e manutenção de rodovias, o que inclui conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada, terraplenagem, sinalização horizontal e vertical, drenagem, obras de arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação de faixas de domínio, além de melhoramentos de trevos e travessias urbanas.

O **Programa Estruturante Duplica RS** foi desenvolvido tendo como objetivo transformar o sistema de infraestrutura logística do RS, com o envolvimento dos setores público e privado. Nos três primeiros anos de Governo, várias ações foram desenvolvidas ou estão em andamento nos diferentes modais de transportes, visando garantir a competitividade da produção gaúcha no mercado brasileiro e a segurança no deslocamento das pessoas, conforme mapa a seguir.

Realizações do Programa Duplica RS



Em construção de rodovias, o Estado investiu R\$ 158 milhões no exercício de 2009, com destaque para as obras de construção da RS-471, entre Herveiras e Santa Cruz do Sul, e de duplicação da RS-118, entre Sapucaia do Sul e Viamão; da RS-734, que liga o Balneário Cassino à BR-392; e da RS-509, em Santa Maria. Entre as obras de construção de rodovias, é de grande importância o esforço para propiciar ligação asfáltica a todos os municípios do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, foram despendidos, em 2009, R\$ 41 milhões, propiciando a conclusão dos acessos asfálticos dos municípios de Fagundes Varela, Jaboticaba, Pinhal, Chувиска, Casca, São Domingos do Sul, Ibarama e Sobradinho. Além disso, encontram-se em execução os acessos a outros 21 municípios.

AÇÕES PARA 2010

Programas	Ações
Geração de Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> • Atingir taxa de disponibilidade de geração hidrelétrica de 96% • Expansão da geração de energia elétrica, elevando a potência instalada para 1.208 MW
Transmissão de Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> • Manter o sistema de transmissão de modo que a Energia Interrompida na Transmissão não exceda a 0,0111%
Distribuição de Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> • Operar, manter e expandir o sistema de distribuição na área de concessão da CEEE-D, de modo a obter os seguintes indicadores: <ul style="list-style-type: none"> ▪ DEC (horas de interrupção por consumidor) não superior a 25,4 ▪ FEC (número de interrupções por consumidor) não superior a 18,5 ▪ Energia interrompida na subtransmissão não superior a 0,0211%
Oferta de Gás Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Operar, manter e expandir o sistema de distribuição de gás natural, de modo a obter os seguintes indicadores: <ul style="list-style-type: none"> ▪ DEG (duração de interrupção de GN) não superior a 2 ▪ FEC (frequência de interrupção de GN) não superior a 0,1 ▪ TAC (tempo de atendimento a cliente) não superior a 3
Ampliação da Produção de Carvão Mineral	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de 1,65 milhão de toneladas de carvão 3300/3500 kcal/kg, na mina de Candiota
Aeroportos do Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e/ou reforma de 07 aeroportos • Manutenção e modernização de 09 aeroportos do Estado
Construção de Rodovias	<ul style="list-style-type: none"> • Obras de construção de 380 km de rodovias, incluindo ampliação de capacidade e acessos municipais
Conservação e Manutenção de Rodovias	<ul style="list-style-type: none"> • Operações de conservação e manutenção em 2.200 km de rodovias estaduais
Operação do Sistema Rodoviário Estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização de contratos de concessão de rodovias • Fiscalização de excesso de peso e cargas de produtos perigosos • Realização de ações de fiscalização (controle da velocidade e cumprimento das regras de trânsito), prevenção e educação, para redução de acidentes • Fiscalização de linhas de transporte coletivo intermunicipal de passageiros de longo curso

Programas	Ações
Portos Interiores e Hidrovias	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção dos canais de navegação, com 418 mil m³ de dragagem • Ampliação da sinalização náutica, com a instalação de 100 novos equipamentos
Porto do Rio Grande – Portal Logístico do MERCOSUL	<ul style="list-style-type: none"> • Dragagem dos canais de acesso e bacia de evolução do Porto do Rio Grande (800 mil m³) • Modernização e adaptação da infraestrutura no Porto Novo do Rio Grande • Gestão ambiental - Manutenção da Licença de Operação do Porto

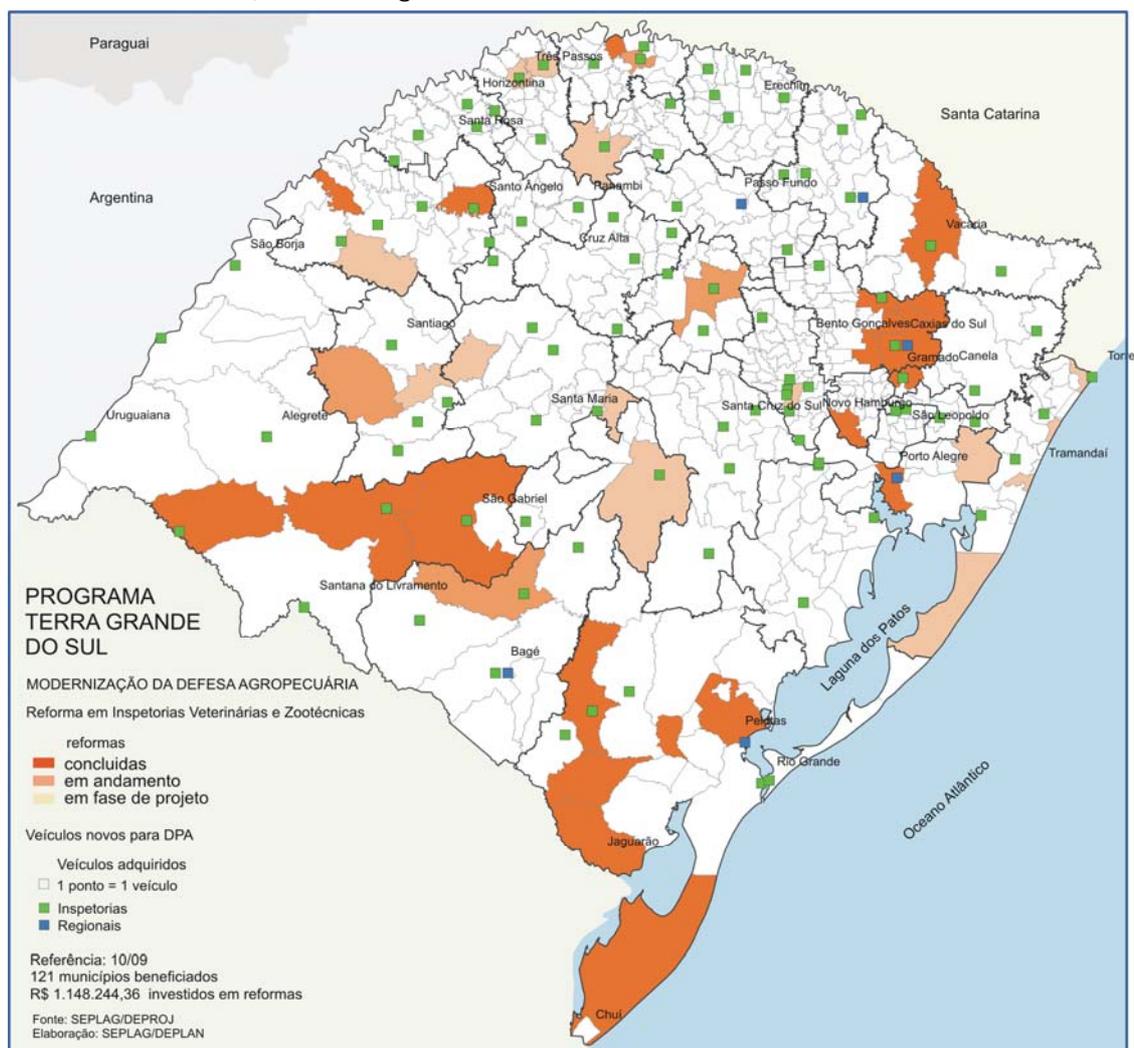
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AGRONEGÓCIO

As ações desenvolvidas no setor do agronegócio são competência da **Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio (SEAPPA)** e de suas entidades vinculadas, a **Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)**, as **Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS)** e o **Instituto Riograndense do Arroz (IRGA)**, bem como da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica de Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito de Assistência Rural (EMATER/RS-ASCAR), executora do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O ano de 2009 foi marcado pela consolidação das iniciativas surgidas nos dois primeiros anos de Governo, desenvolvidas para aumentar a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio gaúcho. Foram priorizadas iniciativas que visam aumentar a produtividade dos processos e estimular a agregação de valor dos produtos, em especial daqueles destinados a exportações, enfatizando a certificação da qualidade de produtos e o controle da sanidade animal e vegetal. Na área da agricultura familiar, as ações são direcionadas à disseminação da boa governança aos produtores rurais, a fim de assegurar-lhes a preservação da renda.

O **Programa Estruturante Terra Grande do Sul** constitui-se na principal estratégia do Governo para o setor agrícola. Com um conjunto de medidas práticas criadas pelo Governo do Estado e desenvolvidas pela Secretaria, estruturadas através de dois grandes projetos, vem trazendo resultados positivos aos produtores, indústria, varejo e consumidores.

Ações do Programa Estruturante Terra Grande do Sul



O **Projeto Modernização da Defesa Agropecuária** busca garantir uma melhoria considerável nos serviços prestados pela Secretaria da Agricultura. Nesse sentido, em 2009, foram obtidos os seguintes avanços:

- A recuperação e modernização das bases físicas dos serviços de defesa sanitária no interior do Estado, estando em curso as reformas de Inspeções Veterinárias e Zootécnicas (IVZs), sendo 19 obras realizadas em 2009, com investimento de mais de R\$ 9,3 milhões.
- Está sendo realizada a renovação da frota, tendo sido adquiridos e entregues 151 veículos novos em 2009, com investimento de aproximadamente R\$ 3,8 milhões.
- Promove-se, ainda, o reforço do quadro de técnicos do serviço de fiscalização, tendo sido admitidos 26 médicos veterinários em 2009.

Já com o **Projeto Certificação e Rastreabilidade de Produtos Agropecuários**, a Secretaria busca cumprir os desafios de viabilizar a preservação de mercados e a abertura de novas oportunidades em âmbito internacional para os produtos do agronegócio gaúcho, fornecendo garantia de qualidade e adequação às exigências dos mercados internacionais e de dar sustentabilidade à produção. No ano de 2009, foram realizadas 72 auditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV (ERAS), com um efetivo de rebanho de 48.798 bovinos.

Na área da Defesa Fitossanitária, já são 200 mil hectares de culturas em processo de certificação fitossanitária e sob auditoria da SEAPPA.

O **Programa Desenvolvimento do Agronegócio Gaúcho**, tendo como principal foco o controle da sanidade animal e vegetal, buscou com suas ações a melhora das condições de produção e circulação de animais e dos produtos de origem animal e vegetal.

No que se refere à vacinação contra aftosa, em 2009 foram realizadas três etapas, visando à adequação ao calendário nacional, tendo sido vacinados 30,2 milhões de animais. Para 280 mil pequenos criadores enquadráveis no PRONAF, foram distribuídas gratuitamente 9,7 milhões de doses de vacinas contra aftosa, no valor de R\$ 10,4 milhões.

No controle da circulação de animais e de produtos de origem vegetal, foram emitidas 550 mil guias de trânsito animal (GTAs) para 75 milhões de animais movimentados, emitidas 48 mil permissões de trânsito vegetal (PTVs), realizadas 150 barreiras sanitárias e inspecionados 12 mil veículos. Também foram realizadas barreiras de fiscalização nas estradas do litoral gaúcho para o controle do transporte de produtos alimentícios, com a verificação da procedência e o controle de qualidade.

Com a promoção do aumento do abate sob inspeção sanitária oficial, que atingiu 17 milhões de cabeças em 2009, foi obtido incremento na arrecadação de ICMS em relação a períodos anteriores.

Cabe destacar que um dos principais instrumentos para todas essas ações, o **Sistema de Defesa Agropecuária (SDA)**, está sendo desenvolvido em conjunto com a PROCERGS, e foi premiado no CONIP 2009, dentro da categoria Administração Pública Eficiente e Eficaz – Aplicações Voltadas para o Cidadão. O SDA é uma solução que dá suporte às complexas operações de manejo e rastreamento dos rebanhos e das lavouras sob certificação sanitária. Um dos principais diferenciais é a blindagem sanitária, que possibilita a imediata identificação de riscos de contaminação do rebanho. No ano de 2009, o SDA realizou novos avanços, tais como: emissões *on line* das certificações fitossanitárias; elaboração *on line*, pelos responsáveis técnicos, dos cadastros fitossanitários de origem das unidades de produção; e, elaboração *on line*, pelos responsáveis técnicos, dos cadastros fitossanitários de origem das unidades consolidadoras, entendidas como tais as beneficiadoras, as processadoras e as embaladoras de produtos de origem vegetal certificados.

Visando prover o Estado de pessoal habilitado para atendimento das demandas do novo ambiente competitivo, a SEAPPA promoveu, em 2009, mais dois Cursos de Habilitação de Responsáveis Técnicos. Desses cursos, resultaram habilitados para atuarem como responsáveis técnicos 49 engenheiros agrônomos, o que eleva para 270 o número de habilitados no Estado para certificação de produtos de origem vegetal, todos na atual administração.

Em 2009, prosseguindo na integração com o Setor Vitivinícola do Estado, conforme a Lei Estadual nº 12.743, de 05/07/2007, já foram repassados ao Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN) R\$ 3,5 milhões, a serem utilizados em 2010 em promoção e divulgação dos vinhos e derivados da uva e do vinho no cenário nacional, bem como permitindo a manutenção do Cadastro Vitivinícola e do Laboratório de Referência em Enologia (LAREN). Em 2009, o LAREN realizou 1.700 análises de amostras e 8 mil determinações laboratoriais. Foram alocados, ainda, ao setor, mais R\$ 400 mil, com recursos do FUNDOVITIS, para promoção do consumo de suco de uva.

No que se refere às ações de fomento ao agronegócio, cabe destacar o **Programa Agregar RS – Carnes**, através do qual é feita a concessão de crédito presumido para frigoríficos, de acordo com o Decreto nº 41.620, de 20/05/2002. No ano de 2009, 87 empresas obtiveram o benefício, e o montante de créditos concedidos atingiu R\$ 43 milhões. Outro programa de benefícios fiscais, o PRÓ-PRODUTIVIDADE, que concede benefícios a produtores de suínos integrados, para apropriação no decorrer de oito anos, Lei nº 9.675/1992, homologou 26 projetos em 2009, concedendo R\$ 8 milhões em benefícios.

A EXPOINTER de 2009 teve 2,2 mil expositores, mais de 5 mil animais expostos e recebeu 420 mil visitantes. Tecnicamente, constitui-se em uma mostra de grande qualidade, tanto no que se refere a animais como a máquinas. A comercialização atingiu o montante de R\$ 805,32 milhões, 110% a mais que a anterior. A comercialização de máquinas agrícolas atingiu R\$ 795 milhões; a de animais, R\$ 8,39 milhões; a agricultura familiar, 1,03 milhões; e, o artesanato, R\$ 0,9 milhões, verificando-se o crescimento de máquinas agrícolas e da agricultura familiar e redução de animais e de artesanato.

Como forma de fomentar o desenvolvimento de novas atividades no agronegócio gaúcho ou de reestruturar atividades já existentes, a SEAPPA vem apoiando a formação de **Arranjos Produtivos Locais (APLs)**. Atendendo demandas municipais encaminhadas através da Consulta Popular, em 2009 foram destinados R\$ 500 mil para 32 municípios gaúchos implementarem Arranjos Produtivos para o Leite, através de convênios e dentro do projeto de desenvolvimento da bacia leiteira. A verba do Estado foi dividida entre os municípios, tocando a cada um R\$ 15.625,00. Cada Prefeitura entrou com contrapartida de R\$ 4,27 mil. Um outro setor, ainda incipiente, mas com interessantes perspectivas para nosso Estado é o das culturas ligadas à bioenergia. A SEAPPA, através da EMATER, vem participando da realização de testes de campo, através de 30 arranjos produtivos em apoio às culturas da canola, girassol, mamona,

tungue, pinhão-manso, amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, sorgo sacarino e mandioca, em parceria com instituições de pesquisa (EMBRAPA E FEPAGRO), usinas (Bsbios, Oleoplan e Olfar), produtores rurais e suas organizações, bem como outras instituições. Essas APLs vem se desenvolvendo de modo gradual e contínuo, tendo apresentado boa evolução no ano agrícola 2008/2009 e confirmado sua continuidade para o ano agrícola 2009/2010.

O **Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar** promove a aplicação de políticas públicas e a criação de alternativas de desenvolvimento local para a inserção da agricultura familiar e desenvolvimento econômico e social, com ganhos de eficiência, capacidade produtiva, renda e qualidade de vida.

Uma das principais linhas de ação é a realização de obras em propriedades ou comunidades, visando melhorar as condições de infraestrutura. Além de sua ação própria, a SEAPPA celebra convênios de Cessão de Uso, através dos quais mantém cedidas 806 máquinas para 284 Prefeituras Municipais, cabendo a estas a execução dos serviços. Em 2009, 8.411 obras de tamanhos variados foram executadas por essas duas estruturas: 836 açudes foram construídos, 109 poços artesianos foram perfurados, 270 vias de acesso (estradas rurais) foram construídas ou melhoradas e 7.196 pequenas obras de terraplanagem, limpeza de entulhos e limpeza de canais foram realizadas.

O **Programa Troca-Troca de Sementes**, em 2009, beneficiou 200 mil pequenos produtores, fornecendo 7,82 milhões de kg de sementes de milho, com subsídio de R\$ 31,4 milhões. Ainda no Troca-Troca, ocorreu substancial ampliação de distribuição de sementes de forrageiras, estratégicas para dar suporte à expansão da produção de leite em curso no Estado, atingindo a 28.400 produtores, fornecendo 1,13 milhão de kg no valor de R\$ 1,6 milhão.

O **Programa RS Rural** visa o desenvolvimento de projetos integrados de desenvolvimento sustentável que propiciem geração de renda, manejo dos recursos naturais e infraestrutura social básica para comunidades indígenas e quilombolas e agricultores familiares. Em 2009, o RS Rural conveniou a execução de 40 projetos de Segurança Alimentar Indígena, a serem executados pela EMATER e pela UNIJUI, no montante de R\$ 500 mil, beneficiando 3.644 famílias (16.786 indígenas) de 32 municípios gaúchos. O RS Rural atuou ainda junto ao público de idosos rurais, dentro do **Projeto Estruturante RS Amigo do Idoso**, aplicando recursos no montante de R\$ 7.362,82 na realização de oficinas para esse público, tendo sido atingidos 460 idosos em 15 municípios.

Na área de **Pesca e Aquicultura** foram desenvolvidas articulações com as organizações de produtores, em especial com a Federação das Colônias de Pescadores, com as próprias colônias e com o Movimento dos Pescadores Artesanais; com outras secretarias, órgãos e serviços da administração estadual, como a Defesa Sanitária Animal, Fiscalização Ambiental e a Assistência Técnica e Extensão Rural, bem como

com os órgãos setoriais nacionais, em especial com o também novo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

O **Programa Estadual de Agroindústria** visa estimular o desenvolvimento da agroindústria familiar, buscando a agregação de valor e a geração de renda na agricultura familiar. Desenvolve sua ação de fomento através de palestras, participações em reuniões, seminários e eventos, participações em exposições e feiras. Em 2009, participou montando estande do Programa em 22 exposições e feiras em todo o interior gaúcho. Também realizou 10 palestras em eventos destinados à promoção da agroindústria familiar. Participou, ainda, de Reunião do Comitê de Apoio ao Desenvolvimento de Agroindústrias da Região Sul, realizado em julho, em Pelotas. Outra realização importante foi a aquisição de uma câmara fria para o Balcão da Agroindústria Familiar, na CEASA/RS, com aporte de recursos no valor de R\$ 23 mil.

O **Programa de Desenvolvimento Agrário** tem por objetivo viabilizar e operacionalizar os assentamentos, reassentamentos, indenizações e crédito fundiário, efetivando as titulações e contribuindo com a interiorização do desenvolvimento econômico e social. Em 2009, 12 famílias, desalojadas devido à demarcação da reserva indígena da Serrinha, receberam indenizações no montante de R\$ 794 mil. Outras 32 famílias desalojadas devido à demarcação da mesma reserva foram reassentadas no município Giruá, em área de 449,81 ha adquirida pelo Estado, pelo valor de R\$ 5,9 milhões. Em outra linha de ação, foi realizado o assentamento de 210 agricultores, em assentamentos já existentes, através do processo de regularização de lotes. Na linha de viabilização dos assentamentos, foram elaborados 46 projetos de licenciamento ambiental.

O **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)** busca catalisar a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, empreendendo a educação, o apoio e a divulgação de tecnologias que possibilitem obter maior produção e sustentabilidade socioambiental. A SEAPPA, através de convênio e plano de trabalho, repassa recursos à EMATER/ASCAR para a execução do Programa.

O serviço de extensão rural gaúcho é modelo no País, com responsabilidade de orientar o uso de tecnologias nas mais diversas áreas, voltadas tanto para a melhoria no desempenho das lavouras e criações, como para saneamento básico e ambiental, tendo um importante papel na viabilização do acesso da população rural aos programas e políticas públicas de todos os níveis (municipal, estadual e federal). O público-alvo das ações é diversificado, predominando os agricultores familiares (292 mil famílias em 2009), mas atuando também com públicos especiais como quilombolas (3.181 famílias), pescadores artesanais (10.496 famílias), indígenas (9.083 famílias), assentados (13.168 famílias) e outros segmentos do setor primário gaúcho. No total, foram mais de 546 mil pessoas envolvidas nas ações da EMATER em 2009. Os escritórios municipais estão presentes em 485 municípios do Estado.

Outra ação importante do Programa de ATER é a qualificação profissional de seu público. A EMATER/ASCAR opera 10 centros de

treinamento, dotados de alojamentos, refeitórios, salas de aula e unidades didáticas, pelos quais passaram 1.540 pessoas em 2009, recebendo treinamento teórico-prático de qualidade em diversas áreas, compreendendo tecnologia agropecuária, gestão rural, processamento de alimentos, artesanato e outros. Também são desenvolvidas atividades de capacitação nas próprias comunidades rurais, em atividades definidas participativamente com os grupos locais.

Outro ponto de destaque é a capacidade da EMATER na operacionalização de programas de larga abrangência e com prazos definidos. Um exemplo disso é a recente mobilização para atender a demanda de produtores familiares interessados em acessar o **Programa Mais Alimentos**, que abriu linha de financiamento para aquisição, com desconto, de tratores, motocultivadores, máquinas e implementos agrícolas para agricultores familiares, com prazo de até 10 anos, carência de três anos, encargos de 2% ao ano e limite de R\$ 100 mil por família. Através de uma ação planejada e articulada, a EMATER-ASCAR, de julho de 2008 a junho de 2009, elaborou 9.700 projetos, num total de R\$ 546 milhões, sendo 63% referentes à aquisição de tratores. Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em todo o Brasil, serão contratadas 20 mil operações de investimentos da linha PRONAF Mais Alimentos, num total R\$ 1 bilhão. Segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), o RS é responsável pela contratação de 49% dos financiamentos de tratores de todo o País.

O **Programa Segurança Alimentar na Produção, no Armazenamento e no Abastecimento** visa qualificar os produtos de origem animal e vegetal e as condições de comercialização das safras por meio da prestação de serviços qualificados para o abastecimento dos centros urbanos e para a estocagem de produtos perecíveis. As ações do Programa são consideradas prioritárias para receber suporte governamental especial através do Projeto Certificação e Rastreabilidade de Produtos Agropecuários do Programa Estruturante Terra Grande do Sul. Os técnicos da SEAPPA auditaram 72 propriedades ERAS em 2009, com um rebanho de 48.798 cabeças de bovinos.

O Serviço de Classificação e Certificação executado pela EMATER/RS tem um importante papel no controle de qualidade do produto gaúcho, visando maior competitividade dos produtos e segurança alimentar para a sociedade. No ano de 2009, classificou 8.752.178 toneladas de produtos vegetais, sendo 34,6% em operações de importação e exportação. A EMATER/RS vem, ainda, se empenhando na utilização do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (SISBOV), por estabelecimentos rurais gaúchos, incentivando-os a adotarem o processo da rastreabilidade. A EMATER/RS é uma das entidades certificadoras credenciadas para operacionalizar o SISBOV, programa instituído pelo Governo Federal que busca maior controle sanitário para oferecer segurança alimentar ao consumidor, tendo cadastrado, em 2009, 19.500 animais.

A área de pesquisa do **Instituto Riograndense do Arroz (IRGA)** está centrada na Estação Experimental do Arroz (EEA) em Cachoeirinha. A Divisão de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) atua no gerenciamento e supervisão das ações relacionadas à difusão de tecnologia, através de 40 Escritórios Regionais e Núcleos de Assistência Técnica e Extensão Rural (NATE). No ano de 2009, o IRGA realizou o lançamento de uma nova cultivar, a IRGA 425. A cultivar IRGA 424, lançada anteriormente e que apresenta bom desempenho no campo, na indústria e no mercado consumidor, vem tendo forte expansão em sua área cultivada. Na produção de sementes, o IRGA, em 2009, produziu e comercializou 393,6 sacos de semente genética, em Cachoeirinha, e 10.606,8 sacos de semente básica, em Cachoeirinha e Uruguaiana, esta última destinada aos produtores de semente certificada. No que se refere à difusão de tecnologia para a cultura do arroz, em 2009, o IRGA realizou 20 dias de campo, 56 palestras técnicas, 38 roteiros técnicos, 92 cursos de capacitação e participou de 20 eventos setoriais.

O setor de orizicultura, um dos setores mais tecnificados e estáveis do agronegócio gaúcho, tem no IRGA um dos seus pilares para o constante avanço tecnológico. A produtividade da lavoura cresce continuamente, e a média das três últimas safras é superior a sete toneladas/hectare, tendo atingido 7,2 t/ha em 2009. Esses bons resultados são atribuídos ao **Programa Arroz RS**, com uma série de projetos como o Projeto 10, o uso da tecnologia *Clearfield* e o lançamento de novas cultivares. Tanto a área plantada quanto o rendimento estão aumentando. Sendo assim, a produção de arroz gaúcho atingiu a mais de oito milhões de toneladas. O RS, hoje, é responsável por 38% da área cultivada e por 62% da produção nacional do cereal.

A **Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)** é responsável pela presença do Governo do Estado na área de armazenamento. No ano de 2009, os armazéns graneleiros de 21 filiais da Companhia receberam 516 mil toneladas de grãos, entre arroz, cevada, milho, soja e trigo. Seus dois frigoríficos, em Capão do Leão e Caxias do Sul, receberam 14.400 toneladas de carne e 695 toneladas de frutas. Entre as principais ações desenvolvidas para melhorar a capacidade operacional da Companhia, está a reativação do Terminal Portuário da CESA em Rio Grande, visando atender pleito da cadeia produtiva do arroz e viabilizando a exportação desse produto por via marítima. Após sua reativação, essa unidade já recebeu 147 mil toneladas de arroz para exportação, carregadas em 14 navios.

Para melhor atender o produtor rural, a CESA está realizando investimentos que melhorem a capacidade operacional nas unidades de Rio Grande, Camaquã, Caxias do Sul e Cachoeira do Sul.

Um dos principais atos administrativos da CESA, no ano de 2009, foi a repactuação da dívida com o Governo Federal e municípios, permitindo a obtenção da Certidão Negativa de Débito (CND) para tributos, contribuição social e FGTS. Isso permitiu o credenciamento da CESA junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), possibilitando o armazenamento de produtos de estoques federais nas diversas unidades da

Companhia, beneficiando os produtores rurais do Rio Grande do Sul. Nas dívidas municipais, foram regularizadas as situações com Garibaldi, Caxias do Sul, Bagé, Erechim, Cachoeira do Sul, Santa Vitória do Palmar e Porto Alegre.

A **Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CEASA/RS)** é responsável pela organização do mercado atacadista de hortigranjeiros no Estado. Na Central, ocorre a comercialização de 35% de todas as frutas e hortaliças consumidas no Rio Grande do Sul, havendo um trânsito diário de 20 mil pessoas e 10 mil veículos. Em 2009, foram comercializadas, na Central, 414 mil toneladas de hortigranjeiros, sendo 172 mil toneladas originárias do Estado do Rio Grande do Sul, de 125 diferentes municípios. Nesse período, a CEASA alcançou elevados índices de ocupação em suas instalações, sendo de 88% no Galpão dos Produtores e de 95% no Galpão dos Permanentes. Visando conservar e melhorar as instalações da Central, foram investidos R\$ 282 mil em obras de infraestrutura em 2009.

A principal inovação da CEASA, no período, foi a construção de sua Central de Caixas, com investimentos de R\$ 5 milhões em parceria com a iniciativa privada, uma ação pioneira que tem por objetivo principal a segurança alimentar dos consumidores. As quase 500 mil toneladas de hortigranjeiros comercializadas anualmente por atacadistas e produtores serão movimentadas com o uso de embalagens plásticas retornáveis e higienizáveis. Deixarão de ser gastos R\$ 12 milhões/ano com reposição de caixas de madeira. Ao mesmo tempo, diminuirão as perdas e desperdício de alimentos, até então de 30%, devido ao manuseio e transporte inapropriados. Ao implantar a Central de Caixas, o Estado cumpre instrução normativa da SARC/ANVISA/INMETRO. O projeto determina a higienização de todas as caixas retornáveis. A utilização de embalagens de madeira e papelão terão uso único, sem possibilidade de reaproveitamento.

Em outro enfoque da segurança alimentar, cabe destacar a ação da CEASA/RS no Programa Social Coma Bem, arrecadando excedentes de comercialização e distribuindo-os para 228 instituições assistenciais cadastradas. No ano de 2009, arrecadou e distribuiu 80 mil kg de alimentos por mês, beneficiando 30 mil pessoas carentes.

Com relação à **Consulta Popular**, parte das demandas recai sobre temas agrícolas operacionalizadas pela SEAPPA. No ano de 2009, foram apoiados 347 projetos votados em todas as regiões do Estado. Os principais projetos apoiados foram: Armazenagem d'Água em Açudes, Arranjo Produtivo para o Leite, Conservação de Estradas, Implantação de Pomares, Patrulha Agrícola, Perfuração de Poços e Geração de Renda.

AÇÕES PARA 2010

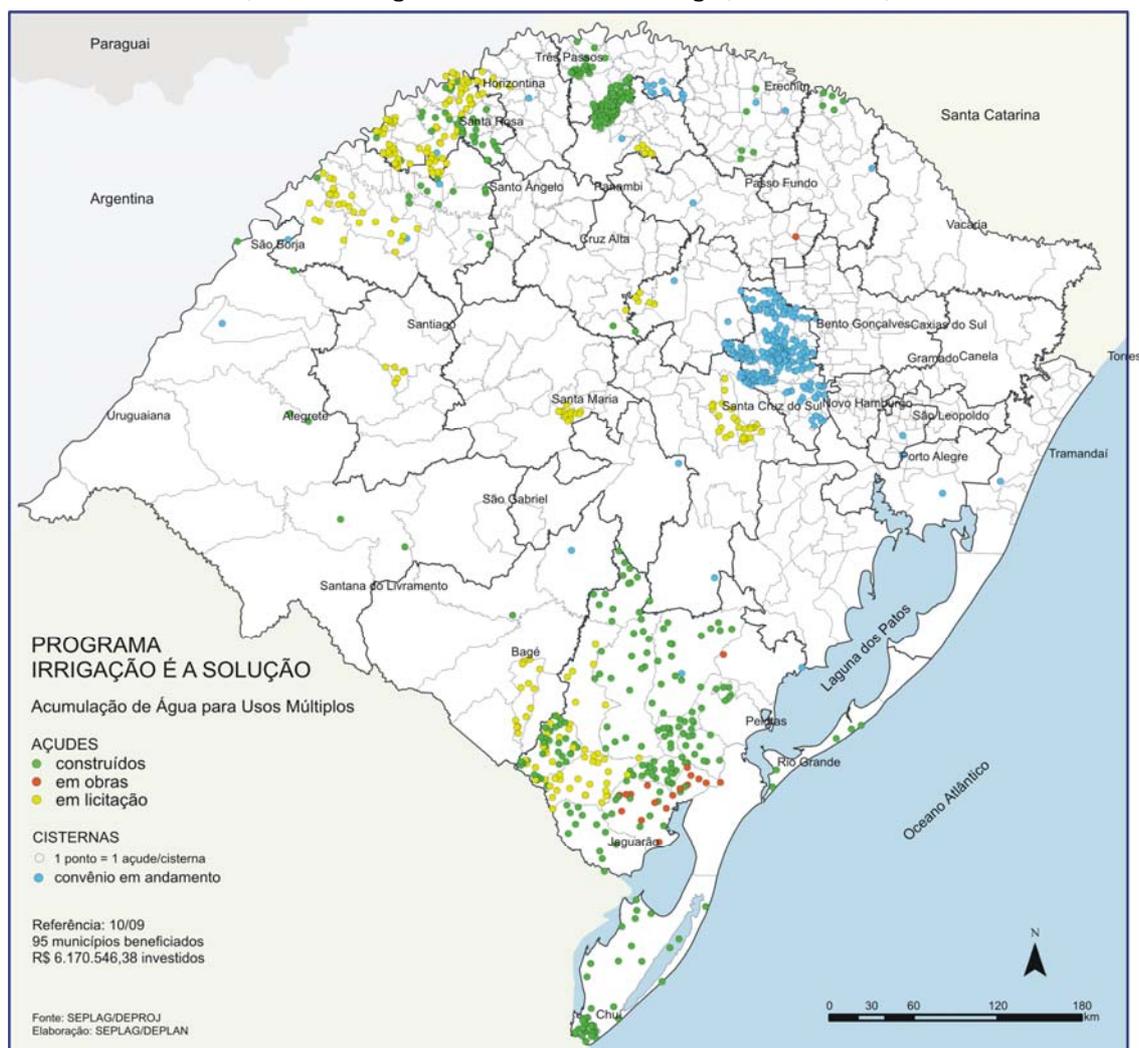
Programas	Ações
Assistência Técnica e Extensão Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica e extensão rural, beneficiando cerca de 261,5 mil famílias de agricultores, de assentados, de indígenas, de pescadores e de quilombolas
Desenvolvimento Agrário	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilização do acesso à terra, aquisição de imóveis e disponibilização de crédito fundiário, beneficiando duas mil famílias
Desenvolvimento da agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento à agricultura familiar, através da mecanização associativa rural, perfuração de poços tubulares comunitários, conservação de vias de acesso rurais, financiamento à agroindústria e capacitação de agricultores • Distribuição de sementes através do Troca-Troca
Desenvolvimento do Agronegócio Gaúcho	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa agropecuária, através de fiscalizações e vistorias em propriedades, aquisição de 5 milhões de doses de vacinas e atendimento a sistemas agroindustriais • Fomento ao agronegócio e apoio a setores estratégicos • Fomento às culturas ligadas à bioenergia • Arroz RS (Comercialização de sementes, lançamento de cultivares e assistência técnica a produtores)
Segurança Alimentar na Produção, no Armazenamento e no Abastecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento à certificação e à rastreabilidade de produtos

IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

A **Secretaria Extraordinária da Irrigação e Usos Múltiplos da Água (SIUMA)** é responsável pela política de irrigação e usos múltiplos da água do Rio Grande do Sul. Dentro dessa política estão: a elaboração de projetos de irrigação, drenagem e controle de enchentes; o inventário e recuperação dos mananciais naturais para fins de usos múltiplos da água; a sistematização e elaboração de planos diretores de desenvolvimento sustentável de bacias; e, o planejamento dos usos múltiplos da água e a programação das intervenções estruturais vinculadas aos usos múltiplos da água e à regularização das vazões – tudo em consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

No **Programa Estadual de Irrigação**, inserido no **Programa Estruturante Irrigação é a Solução**, a SIUMA, em parceria com a EMATER-RS/ASCAR, capacitou 14.501 agricultores em 339 municípios, visando induzir a população rural a utilizar métodos atualizados de manejo da água e proteção do solo, para aumentar a produtividade e reduzir os riscos da atividade agrícola.

Ações do Programa Estruturante Irrigação é a Solução



Objetivando a reserva de água da chuva em microaçudes para a irrigação e em cisternas para o uso com avicultura, suinocultura e gado leiteiro, ainda em parceria com a EMATER-RS/ASCAR, foram elaborados 460 projetos de cisternas em 63 municípios e 1.469 projetos de microaçudes em 126 municípios.

Quanto à execução, foram construídos 389 microaçudes em 42 municípios, executados por empresas contratadas pela Secretaria, através de convênios com prefeituras ou convênios resultantes de demandas da Consulta Popular. Em relação às cisternas, 269 estão sendo entregues a agricultores, todas construídas por meio de convênios com as prefeituras em 18 municípios. Ainda foram lançados 378 editais para a construção de cisternas em 41 municípios e microaçudes em 22 municípios.

A SIUMA firmou convênio com a Secretaria de Educação e EMATER-RS/ASCAR para a construção de cisternas em 23 Escolas Técnicas Agrícolas mantidas pelo Estado, visando criar nos alunos referenciais para a reserva de água, uma vez que eles serão propagadores de ações que, de forma simples e objetiva, qualificam a vida na área rural.

Cabe destacar que os municípios de Porto Alegre, Lajeado, Alegrete e Santa Rosa receberam seminários de incentivo à pastagem irrigada para a produção de carne e leite, realizados em parceria entre a SIUMA, EMBRAPA e COTRIJUÍ.

Estão em andamento duas obras de grande porte para a acumulação de água e a viabilização de irrigação no sul do Rio Grande do Sul: a **Barragem do Arroio Jaguari** e a **Barragem do Arroio Taquarembó**. Ambas as obras estão sendo executadas dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, em uma parceria entre Ministério da Integração Nacional e Governo do Estado do Rio Grande do Sul. No ano de 2009, foram investidos R\$ 6,5 milhões de recursos do Governo Federal na Barragem do Arroio Jaguari e R\$ 2,88 milhões na Barragem do Arroio Taquarembó, sendo que, desses, R\$ 2,84 milhões foram provenientes do Governo Federal e R\$ 38,5 mil do Governo do Estado.

A Barragem do Arroio Taquarembó, localizada na divisa dos municípios de Dom Pedrito e Lavras do Sul, beneficiará 35 mil hectares com um volume de 117 milhões de m³ de água. Já a Barragem do Arroio Jaguari, localizada na divisão dos municípios de São Gabriel e Lavras do Sul, terá volume de 159 milhões de m³ e beneficiará 45 mil hectares. Em 2009, foram executados 38% das obras da Barragem do Arroio Jaguari e 18% das da Barragem do Arroio Taquarembó.

No ano de 2009, a SIUMA realizou a tomada de preço para a análise, revisão e elaboração dos projetos básicos de diversas barragens. No quadro a seguir, estão relacionadas as barragens com suas respectivas capacidades de armazenamento de água, segundo a bacia hidrográfica a que pertencem.

Barragens – Projetos em Planejamento

Bacia Hidrográfica	Barragem	Capacidade (em m ³)
Rio Santa Maria	Arroio Capão	51,9 milhões
	Arroio Jacaré	33,7 milhões
	Arroio Saicã	14 milhões
	Arroio Saicãozinho	71,8 milhões
	Sanga do Areial	59,1 milhões
	Arroio Lajeado	a definir
	Arroio Silva	a definir
	Arroio Santa Maria-Chico	a definir
	Rio do Passo da Ferraria	146,09 milhões
	Arroio Upacaraí	a definir
	Arroio Vacaiquá	a definir
	Pontas do Rio Upamaroti	a definir
	Sanga do Cursinho	a definir
	Arroio Capivaras	a definir
	Arroio Upamaroti	a definir

Bacia Hidrográfica	Barragem	Capacidade (em m ³)
Rio Quaraí	Arroio Guarupá	322 milhões
	Arroio Quaraí	97,75 milhões
	Arroio Capivari	20 milhões
	Arroio Caibaté	26 milhões
	Arroio Quaraí-Mirim	41 milhões
Rio dos Sinos	Rio do Monjolo	113,9 milhões
	Rio da Ilha	127 milhões
	Arroio da Areia	75,1 milhões
	Rio Rolante	47,8 milhões
Rio Jaguari	Arroio Jaguari	a definir
	Arroio Jaguarzinho	a definir
Rio Toropi	Rio Toropi	a definir
	Rio Guassupi	a definir

Fonte: SIUMA.

Ainda em 2009, foi realizada a Tomada de Preços para a análise ambiental estratégica de obras de infraestrutura hídrica (barragens e seus sistemas de distribuição) nas bacias dos rios Santa Maria, Quaraí, dos Sinos, Jaguari e Toropi.

AÇÕES PARA 2010

Programas	Ações
Programa Estadual de Irrigação	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de agricultores em manejo de água e proteção dos solos • Construção das Barragens dos Arroios Jaguari e Taquarembó • Reservação de água unifamiliar, com a construção de 1000 cisternas e 147 açudes
Usos Múltiplos da Água	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação de mananciais naturais para fins de usos múltiplos da água • Plano de desenvolvimento sustentável da bacia da Metade Norte do Estado

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)** tem como função promover o desenvolvimento econômico descentralizado, integrado e sustentável, de forma a gerar melhoria na qualidade de vida, preservando e incentivando as riquezas e as potencialidades regionais. Fazem parte de sua estrutura, como instituições vinculadas, a **CAIXARS**, agência responsável pelo fomento econômico e social, e a **Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCERGS)**.

A SEDAI tem orientado suas ações para dar cumprimento às diretrizes estratégicas do Governo no âmbito do **Programa Estruturante Mais Trabalho, Mais Futuro**, definidas através do eixo denominado Desenvolvimento Econômico Sustentável: mais e melhores empregos para os gaúchos, onde se destaca a **atração de investimentos** nos setores portadores de futuro. Os setores priorizados foram o de alta tecnologia, como tecnologia da informação e comunicação, alimentos e biomedicina; Polo Naval; bioenergia (etanol, eólico, biodiesel); e, madeira. Foi firmado convênio para criação de banco de dados, capacitação internacional e atração de investidores para o segmento de alta tecnologia, no qual se inclui uma proposta de Programa de Competências Setoriais, que visa contribuir também para a elaboração de uma política pública de fortalecimento setorial. Concluído o estudo Desenvolvimento e Consolidação do Polo Naval e *Offshore* do Rio Grande, o qual mostra que, em 15 anos, os segmentos ligados à atividade naval do Rio Grande deverão movimentar cerca de US\$ 26 bilhões em bens e serviços e gerar mais de 700 mil novos empregos.

Cabe destacar a conclusão do Plano Diretor para a recuperação da área do Cais Mauá, com investimentos previstos de R\$ 500 milhões para a execução do projeto. O Projeto de Lei que estabelece o regime urbanístico da área foi objeto de audiência pública, encontrando-se em apreciação pela Câmara Municipal de Porto Alegre para posterior lançamento de edital de licitação internacional.

Em 2009, o Conselho Diretor do FUNDOPEM aprovou 22 projetos, com investimentos de R\$ 351,2 milhões e geração de 1.921 empregos diretos. Dentre eles ressaltam-se:

- **Setor Automotivo** – Anúncio da expansão da fábrica da General Motors, em Gravataí, com investimento de R\$ 2 bilhões e a geração de 1 mil empregos diretos e 7 mil indiretos.
- **Polo Naval** – Localizado no município de Rio Grande, destacam-se os investimentos de R\$ 1 bilhão da WTorre no Dique Seco, significando a criação de 2.920 empregos; de R\$ 962 milhões do Consórcio QUIP para a construção da Plataforma P53, com criação de 2.500 empregos; de R\$ 10 milhões da QUIP/AS (P-63), com 1.500 empregos; e, os investimentos da Norberto Odebrecht e BrasFELS, para a construção de parte dos módulos e finalização da montagem de Cascos de Plataformas de Produção e Estocagem de Petróleo de Gás Natural, no montante de R\$ 155 e R\$ 180 milhões, respectivamente, com um total de 5.000 empregos diretos; e a Metasa, com investimento de R\$ 6,5 milhões e geração de 50 empregos.
- **Setor metalmeccânico** – Estão sendo investidos R\$ 41,7 milhões pela Fundimisa, em Santo Ângelo, com a geração de 156 empregos.

- **Setor de bioenergia** – Destacam-se os investimentos da Braskem, no município de Triunfo, no valor de R\$ 500 milhões, e a criação de 1.500 empregos para a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar; os investimentos da Noroeste Bioenergética (etanol), no montante de R\$ 250 milhões, em São Luiz Gonzaga, com 2.000 empregos; a Pilecco Nobre Alimentos, com investimento de R\$ 70 milhões e 315 empregos, destinados à implantação de uma central termoelétrica movida a combustível biomassa e extração de sílica de casca de arroz, no município de Alegrete; a Granol, no município de Cachoeira do Sul, com investimento de R\$ 34 milhões e 50 empregos para a produção de biodiesel; e, a Camera Agroalimentos, em Ijuí, com investimento de R\$ 30 milhões e 200 empregos, também para a produção de biodiesel, utilizando como matéria-prima óleos vegetais e gorduras animais.
- **Setor de madeira, floresta e indústria** – Aquisição, pelo grupo chileno CMPC, da empresa Fibria, a qual passa a denominar-se CMPC Celulose Rio-Grandense, tendo sido confirmado o investimento previsto para a expansão da fábrica localizada no município de Guaíba, no valor de R\$ 4,9 bilhões, e geração de 1.250 empregos.
- **Setor de alimentos** – Estão sendo investidos R\$ 67 milhões na planta de leite em pó da Perdigão, em Três de Maio, com 130 empregos; R\$ 34 milhões de investimento da Laticínios Bom Gosto, em Tapejara, com criação de 123 empregos; R\$ 16 milhões da Empresa Mais Frango, em Miraguaí, com 1.008 empregos; R\$ 14 milhões da Cooperativa de Sucos Monte Vêneto, em Veranópolis, com 116 empregos; e investimento superior a R\$ 10 milhões da Alimentos Comodoro, com a geração de 212 empregos, para abate e cortes de frango em Boa Vista do Sul.
- **Setor fumageiro** – Inauguração do Parque Gráfico da Souza Cruz, em Cachoeirinha, com investimento de R\$ 150 milhões e 250 novos empregos.
- **Segmento coureiro-calçadista** – A Calçados Beira-Rio está investindo R\$ 41 milhões em oito municípios, com a geração de 240 novos empregos; a Calçados Ramarim, no município de Feliz, investe R\$ 11 milhões, criando 400 postos de trabalho; e a Boxflex Componentes para Calçados realiza investimentos de R\$ 9,9 milhões, em Campo Bom, com 26 empregos.
- **Setor de alta tecnologia** – A empresa indiana HCL, líder mundial em tecnologia da informação, anuncia a sua instalação em São Leopoldo, para o desenvolvimento de *software*, com a geração inicial de 100 empregos.

Cabe destacar as **Missões Internacionais** que foram realizadas em 2009 com o objetivo de atrair novos empreendimentos para o Estado:

- **Canadá** – Missão Governamental e Empresarial com o objetivo de atrair investimentos para o Estado.
- **Índia e Emirados Árabes** – Missão Governamental com o objetivo de atrair investimentos na área de Tecnologia da Informação na Índia e discutir, junto ao Centro de Negócios da ApexBrasil, em Dubai, estratégias de apoio às empresas gaúchas que se relacionam com os Emirados Árabes.
- **Marrocos** – Missão Governamental com o objetivo de atrair investimentos na área do agronegócio.
- **Emirados Árabes Unidos e Israel** – Missão Governamental, Institucional e Empresarial com o objetivo de realizar intercâmbio comercial e atrair investimentos na área de Tecnologia da Informação (TI), compreendendo a participação na feira internacional GITEX – 2009 (tecnologia da informação, *software* e comunicação) e em encontros empresariais, institucionais e governamentais.

Os **setores tradicionais** da economia gaúcha também estão contemplados no Programa Estruturante **Mais Trabalho, Mais Futuro** através do Projeto Inovação, que objetiva incentivar a agregação de valor tecnológico e de novas práticas de gestão, por meio do apoio aos processos de inovação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e da implantação de Redes de Cooperação.

Em 2009, foram constituídas 52 **Redes de Cooperação** e assistidas 148, com 4.150 empresas associadas, gerando 47.780 empregos diretos. Foram apoiados 11 projetos. Ainda, foi realizado o acompanhamento dos **Arranjos Produtivos Locais (APLs)** referentes aos setores de automação e controle, moveleiro, conservas, coureiro-calçadista, têxtil e confecções, vitivinícola e ovinocultura de corte. Além disso, foram apoiadas 215 empresas gaúchas em 15 feiras nacionais e internacionais de promoção comercial e realizados 416 atendimentos através da Sala do Exportador.

A indução e o financiamento do desenvolvimento social, econômico e ambiental do Rio Grande do Sul são os eixos norteadores das ações da **Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento (CAIXARS)**. Seus produtos e programas fomentam a modernização e competitividade das atividades produtivas tradicionais, a inovação de produtos ou processos industriais, a implantação de novas economias e a modernização da infraestrutura administrativa social e econômica dos municípios, sempre com objetivo de gerar mais emprego e renda e, conseqüentemente, aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano do Estado (IDH).

Em decorrência dessa orientação estratégica, a atuação institucional da CAIXARS está caracterizada pela permanente parceria com o setor produtivo privado e com as administrações municipais, bem como com as universidades e entidades de pesquisa e fomento técnico, buscando a construção de soluções financeiras para as demandas específicas de cada projeto.

A aderência das ações da CAIXARS com o aumento do IDH do Estado pode ser materializada na operacionalização de produtos e programas de longo prazo voltados para a:

- Modernização de setores tradicionais da produção – Armazenagem certificada, irrigação, agricultura de precisão, eficientização energética e indústrias em geral, como metal mecânica, móveis e calçadista.
- Dinamização das economias regionais e locais – Financiamentos para as prefeituras municipais em ações de infraestrutura, saneamento, equipamentos e modernização administrativa, micros e pequenos negócios.
- Estímulo a setores portadores de futuro e introdução de novas economias: energias renováveis (eólica, hídrica, biodiesel e etanol), alta tecnologia (TI, alimentos e biomedicina), madeira (móveis, celulose e papel), construção naval (plataformas de petróleo e navios) e fruticultura sem sementes.

Cabe, de modo especial, salientar que o esforço conjunto e a atuação pró-ativa da CAIXARS possibilitaram que, em 2009, fosse ultrapassada a meta operacional para liberações de operações de crédito, quando foi superado o patamar de R\$ 321,3 milhões em repasses de recursos para os diversos programas de fomento operacionalizados pela Instituição. O quadro a seguir apresenta o valor e o número de operações da CAIXARS em 2009, por tipo de operação.

CAIXA RS - Valor e número de operações liberadas – 2009

Em R\$ milhões

Especificação	Agrofomento	Fomento Empresarial	Fomento Municipal	Fomento Social	Total
Valor	78,4	283,6	18,8	0,5	381,3
Operações	401	254	186	218	1.059

Fonte: CAIXA RS.

No que tange à modernização da **Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCERGS)**, várias ações foram implementadas, tais como a redução para 24 horas do prazo de registro de requerimento de empresário; a redução do prazo de fornecimento de certidões; a ampliação do horário de atendimento ao público em 2 horas; o requerimento de empresário e certidões pela internet; a liberação da Certidão Simplificada *on line*; a liberação de consultas gratuitas de nomes de empresas.

Destaca-se, também, a criação do Balcão de Atendimento, o qual concentra todos os atendimentos telefônicos, por e-mails e presenciais, agilizando a resolução das dúvidas dos usuários; a reativação da Ouvidoria; o novo *website*; a criação de *Newsletter* com periodicidade quinzenal; a renovação do parque de informática, com a aquisição de 130 microcomputadores; a informatização dos escritórios regionais; a descentralização dos Escritórios Regionais dos municípios de Cachoeira do Sul, Camaquã e Farroupilha, possibilitando a análise de processos relativos à constituição de firmas individuais; o lançamento do Plano de Ação da JUCERGS, visando à reorganização do seu processo operacional e o lançamento do documento para o Microempreendedor Individual (MEI).

AÇÕES PARA 2010

Programas	Ações
Articulação e Apoio aos Setores Produtivos	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais • Apoio ao desenvolvimento de projetos setoriais e/ou estratégicos (Polo Naval, Madeira RS) • Implantação e desenvolvimento de espaços industriais • Apoio a iniciativas municipais (áreas industriais) • Atração de investimentos (apoio a novos projetos de investimentos) • Atração de setores produtores de alta tecnologia – Mais Trabalho, Mais Futuro
Fomento Empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização da JUCERGS • Realização de Capacitação Empresarial • Constituição de 40 novas Redes de Cooperação
Assuntos Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da integração e cooperação internacional • Fomento ao comércio internacional • Agenda de negócios internacionais, venda de oportunidades e potencialidades de negócios do RS
Fomento à Estruturação Competitiva da Economia do RS	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento para energia, exportações, setores portadores de futuro, reestruturação de economias regionais e modernização de setores tradicionais
Financiamento ao Desenvolvimento Empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento à indústria, comércio e serviços e agropecuária

MEIO AMBIENTE

As ações do Governo do Estado na área ambiental são coordenadas pela **Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)**, da qual fazem parte as vinculadas **Fundação Zoobotânica (FZB)** e **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM)**. Destaca-se como propósito do Governo, na área ambiental, o desenvolvimento de métodos de gestão capazes de integrar as diversas atividades de atuação como o licenciamento ambiental, a outorga do uso das águas e o licenciamento florestal. Tais ações resultam em maior agilidade no atendimento das demandas, beneficiando a realização de

empreendimentos no Estado, sem, contudo, gerar perdas para a qualidade do meio ambiente.

Nesse sentido, após ter zerado o estoque com mais de 12 mil processos de licenciamento, em um esforço empreendido em 2007 e 2008, no ano de 2009, a **FEPAM** implementou um conjunto de mudanças estruturais que permitiram procedimentos mais ágeis na concessão de licenciamentos ambientais, com prazos e procedimentos otimizados. A Fundação está conseguindo obedecer aos prazos legais para a concessão das licenças: seis meses para licenciamento ordinário e um ano para aqueles que necessitam de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Até o mês de outubro, a FEPAM concedeu um total de 10.829 licenças ambientais, além de 734 com porte excepcional e 15 com EIA/RIMA. Destacam-se, entre os licenciamentos ambientais, a licença para a Rodovia do Parque, na Região Metropolitana de Porto Alegre, a termelétrica a gás natural em Rio Grande e as barragens de usos múltiplos na área da campanha, nos arroios Jaguari e Taquarembó. Além disso, a FEPAM concedeu licenças ambientais com eficácia para empreendimentos que interferem na matriz energética do País, tais como o licenciamento de parques eólicos nas regiões da Campanha e no Litoral, além do licenciamento ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas distribuídas no Estado.

Do mesmo modo, também foi registrada agilidade no monitoramento da qualidade da água, com 5.197 análises executadas em balneabilidade, evento e rede básica. Nas análises laboratoriais, a FEPAM emitiu 1.685 laudos.

Além da qualificação dos procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito dos órgãos estaduais e da eficiência das análises, diversas providências foram tomadas no sentido da **municipalização da gestão e do licenciamento ambiental**. Em sua política de municipalização, o Governo ampliou para 238 o número de municípios habilitados pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) e outros 92 encontram-se com processo tramitando na SEMA. Outras importantes ações foram realizadas no que diz respeito ao fortalecimento da ação municipal: pactuação de três convênios de delegação de competência firmados entre a FEPAM e municípios habilitados (Canoas, Santana do Livramento e Uruguaiiana), três cursos de capacitação, com o apoio técnico da FEPAM, nas regiões polarizadas por Santa Maria, Osório e Porto Alegre e dois cursos para os dirigentes, atingindo 270 gestores de 178 municípios, realizados pela SEMA.

Ainda, registra-se a continuidade das ações do Governo para a instalação dos **Balcões de Licenciamento Ambiental Unificado** em diversas regiões do Estado. O Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado tem como objetivos a descentralização da prestação de serviços institucionais da FEPAM e SEMA e a unificação das licenças a serem concedidas pela FEPAM – localização e operação de atividades potencialmente poluidoras; pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP/SEMA) – corte e transporte de vegetação; e pelo Departamento de Recursos Hídricos (DRH/SEMA) – outorga de água, em

uma unidade administrativa unificada. No ano de 2009, novas regiões foram beneficiadas pelo serviço, com a instalação dos balcões de Santa Maria, para atender a região central do Estado e de Santa Rosa, para a região do planalto oeste. Os balcões implantados, em 2009, somam-se aos balcões de Alegrete para atender a região da Campanha; o de Tramandaí, para atender a região do Litoral; e, o de Santa Cruz do Sul, para a região do Vale do Rio Pardo.

Foi criado, também, no ano de 2009, o Balcão Setorial da FETAG para atender uma antiga reivindicação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS). A iniciativa permitiu que a entidade implementasse o Cadastro Florestal, facilitando os procedimentos para o pequeno produtor junto ao Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP). Também com a FETAG, a SEMA e FEPAM editaram portaria que estabelece rito especial para o licenciamento ambiental das propriedades com até quatro módulos rurais, com assistência técnica da EMATER. O produtor poderá optar por um licenciamento da propriedade, recebendo uma certidão de regularidade ambiental, a qual permitirá que ele desenvolva determinadas atividades, sem a necessidade de solicitação de licenciamentos individuais por atividade.

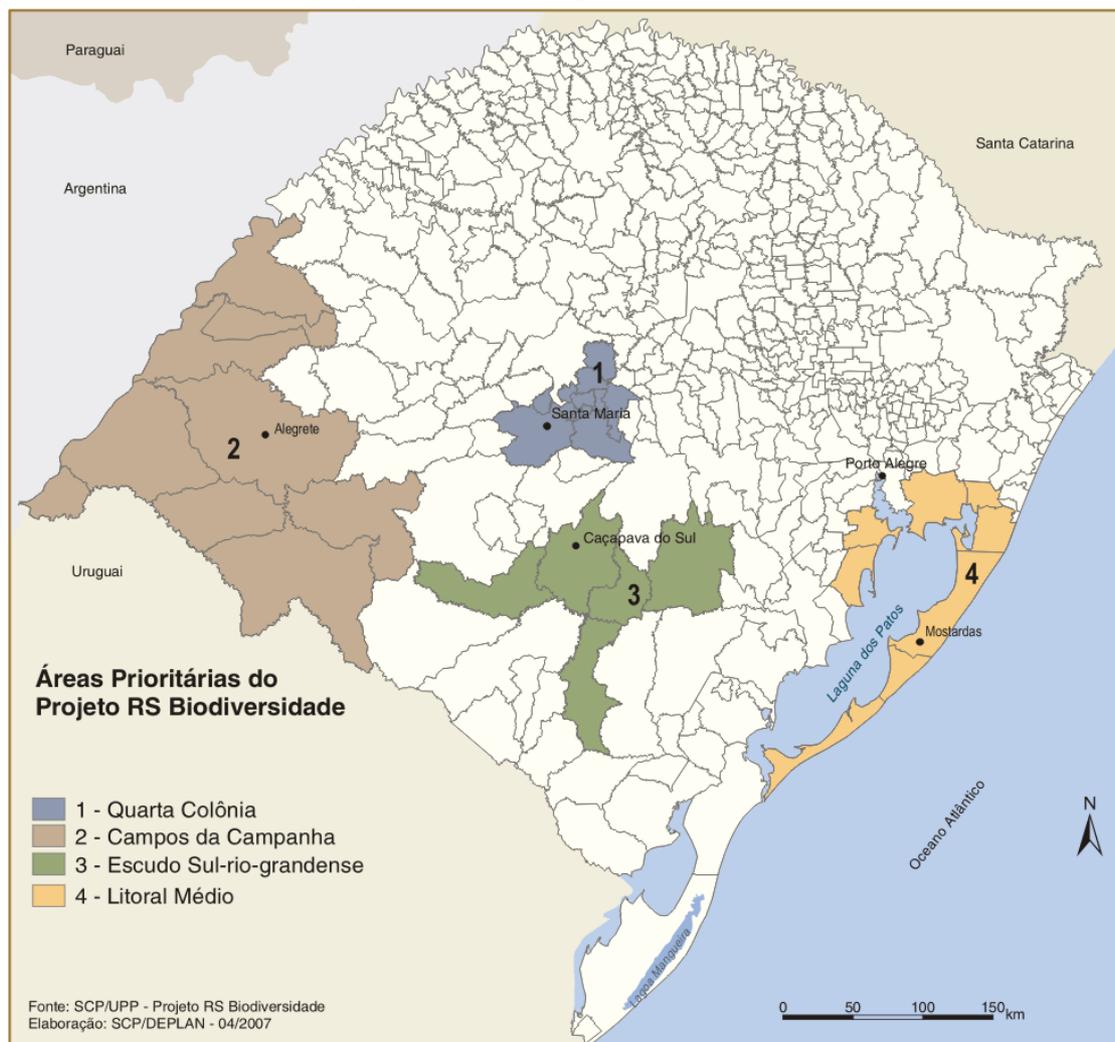
Na área de **proteção florestal**, a SEMA, através das agências florestais/DEFAP, desenvolveu o projeto de restauração da Mata Ciliar, com a reintrodução da araucária e de árvores nobres, para recompor o estado natural dos biomas. Destacam-se, também, as ações de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), corredores ecológicos e reservas legais, em mais de 115 municípios das diferentes Bacias Hidrográficas. Além dessas iniciativas, a SEMA estabeleceu novas parcerias para o reflorestamento com espécies da flora nativa: Projeto Água Limpa, com o repasse de 130 mil mudas de árvores e o Projeto Árvore é Vida, com a Federação das Mulheres de Negócios (*Federation of Business and Professional Women – BPW*), que prevê o plantio de um milhão de árvores até abril de 2010. Na região do Alto Jacuí, já foram plantadas 300 mil mudas.

No âmbito das ações de gestão, proteção e manejo sustentável das **Unidades de Conservação (UCs)**, o Projeto de Conservação da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul investiu mais de R\$ 3,1 milhões em 2009, obtendo importantes resultados: conclusão da primeira etapa do Monitoramento do Impacto na Vegetação da Área de Abrangência do Projeto Mata Atlântica; conclusão do Portal do Sistema de Geoprocessamento da Mata Atlântica (SIGMA); elaboração do plano de manejo de proteção ambiental da APA Rota do Sol; inauguração de uma sede ambiental conjunta do Governo do Estado em São Francisco de Paula, integrando Unidades de Conservação, DEFAP e Comando Ambiental da Brigada Militar; e, aquisição de 10 camionetes 4x4, uma motocicleta para o Comando Ambiental da Brigada Militar e equipamentos de infraestrutura. O projeto Mata Atlântica também destinou recursos para regularização fundiária, tendo adquirido três terrenos no Parque Estadual de Itapeva; área de 239,2 ha no Parque Estadual do Tainhas; e, 207,1 ha na Estação Ecológica Estadual Aratinga, no valor de R\$ 861,3 mil. Destaca-se ainda

que, em abril de 2009, a SEMA passou a integrar o Conselho Consultivo do Pacto pela Recuperação da Mata Atlântica, junto com outros 15 estados. O convite ocorreu em função do trabalho desenvolvido pela Secretaria no Projeto de Conservação da Mata Atlântica, cooperação financeira Brasil-Alemanha e o KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau – Banco de Crédito para a Reconstrução e o Desenvolvimento).

Além dessas iniciativas, o Governo do Estado autorizou, no ano de 2009, o investimento de R\$ 16 milhões em todas as 23 Unidades de Conservação, o que melhorará a infraestrutura desses locais, os espaços para pesquisa e educação ambiental. Ainda, está prevista a implementação de planos de manejo, que serão contratados para UC, ficando estabelecidas as diretrizes para a conservação dessas áreas em um período mínimo de cinco anos. Uma das ênfases da SEMA é qualificar as Unidades de Conservação para que desenvolvam o turismo e lazer naquelas que são abertas à visitação. Para isso, os gestores das UCs estão recebendo capacitação.

Áreas prioritárias do Projeto RS Biodiversidade



No âmbito da proteção florestal, merece destaque o **Projeto RS Biodiversidade**, que visa proteger e recuperar a biodiversidade em

propriedades rurais inseridas no Bioma Pampa. Em novembro de 2009, o Banco Mundial autorizou o convênio com o Governo do Estado, a fim de implementar o Projeto. O convênio, que será assinado em março de 2010, prevê aporte de US\$ 5 milhões do Fundo Global para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility* – GEF) e US\$ 6,1 milhões do Governo do Estado, sendo a SEMA responsável pelo gerenciamento do Projeto. O RS Biodiversidade prevê a execução de ações de conservação para garantir a riqueza de espécies e ecossistemas e reduzir as ameaças existentes sobre a biodiversidade nos 135 municípios que compõem o Bioma Pampa.

Na área de **proteção dos recursos hídricos**, o Governo liberou, em maio de 2009, R\$ 4 milhões para a conclusão do Plano Estadual de Recursos Hídricos, para os Planos de Bacias e para o levantamento da disponibilidade hídrica do Rio Grande do Sul. O Conselho de Recursos Hídricos (CRH) aprovou também resolução que estabelece regramento para o uso adequado das águas subterrâneas, a fim de evitar o consumo de água tratada para usos como lavagem de carros, jardinagem, lavanderias, caldeiras, entre outros. Assim, a indústria, a agricultura familiar e a área de serviços serão beneficiadas e a água nobre, fluoretada e clorada ficará destinada ao consumo humano. Outra ação importante para a área de recursos hídricos foi a publicação da portaria que trata da regularização dos microaçudes. Com a medida, o usuário, legalizado, poderá acessar linhas de crédito para financiar atividades que envolvam a açudagem. A medida possibilita também que o DRH/ SEMA realize levantamento hídrico de todas as regiões, referentes à açudagem.

Cumprido ressaltar o esforço do Governo gaúcho em dar condições de atendimento às demandas da sociedade, através da contratação de servidores concursados. O Governo autorizou a contratação de 66 novos servidores para a FEPAM, sendo 20 agentes administrativos, 02 agentes operacionais e 44 técnicos ambientais. Para a SEMA, no ano de 2009, foi autorizada a contratação de 60 guarda-parques, 60 técnicos ambientais e 14 agentes administrativos.

Para aumentar a consciência ambiental da população gaúcha, a SEMA apostou, no ano de 2009, nas atividades de **educação ambiental**, para formar multiplicadores capazes de repassar informações e difundir as boas práticas ambientais. Assim, a Secretaria divulgou o tema ambiental no Verão Legal, na EXPOINTER, nas edições da Rua da Cidadania, ministrou palestras em escolas, em associações de bairro, nos Comitês de Bacias, além de integrar projetos e ações de educação ambiental em outras instituições públicas, tendo atingido mais de 35 mil pessoas, além dos eventos realizados em espaços públicos.

Foi desenvolvido, no ano de 2009, no âmbito do programa Pró-Mar-de-Dentro, o Projeto Responsabilidade Ambiental: Mudando Conceitos e Atitudes. O Projeto é resultado da Consulta Popular, em demanda aprovada pelo COREDE Litoral, e desenvolve ações socioeducativas voltadas ao reconhecimento dos recursos ambientais pelas comunidades envolvidas, ao consumo consciente, à geração de renda, à preservação dos ecossistemas e à gestão ambiental local. No ano de 2009, foram realizados cinco cursos nos municípios-sede Torres, Balneário Pinhal, Osório, Maquiné e Mostardas

e 16 oficinas, atingindo os municípios da Região Hidrográfica Litorânea. Nos cursos, participaram 240 pessoas e nas oficinas, 320, totalizando 560 pessoas.

Ainda na área de educação ambiental, o **Programa de Educação Ambiental Compartilhado (PEAC)**, coordenado pela SEMA e SE, e que integra o **Programa Estruturante Nossas Cidades**, promoveu, no ano de 2009, quatro Encontros Regionais, alcançando 129 municípios, o que resultou na formação de 620 agentes preventivistas e na orientação da execução de projetos socioambientais. Em cada encontro foram apresentados 45 projetos, totalizando 180 projetos socioambientais, que encontram-se em execução ou em fase de implantação. Cabe destacar que, além da parceria entre o Governo do Estado e empresas públicas e privadas, que desenvolvem ações de gestão ambiental internas e voltadas para as comunidades nas quais estão inseridas, o PEAC também mantém interface com os Programas Escola Aberta para a Cidadania e Escola de Tempo Integral da SE e com o Programa Pró-Mar-Dentro da SEMA.

A **Fundação Zoobotânica (FZB)**, órgão vinculado à SEMA, divulgou também ações de educação ambiental para a população. Assim, nas atividades internas realizadas nos três órgãos executivos da FZB (Jardim Botânico, Museu de Ciências Naturais e Parque Zoológico), na área da educação ambiental, voltadas para professores e estudantes das redes públicas e privadas e para o público de visitantes em geral, foram atingidos, aproximadamente, 500 mil pessoas. Destas, 70 mil foram alunos que fizeram visitas orientadas, através do atendimento a cerca de 8 mil escolas. Destaque-se, também, o acréscimo em torno de 5,5% na visitação ao Parque Zoológico em relação a igual período em 2008. Além das visitas às salas de exposições do Museu de Ciências Naturais e ao Jardim Botânico e Parque Zoológico, e tendo como objetivo a popularização do conhecimento científico através de ações de educação ambiental, a FZB divulgou, no ano de 2009, a biodiversidade nativa do Estado – fauna, flora e ecossistemas associados – através da realização de exposições itinerantes em escolas, feiras e espaços públicos, como Rua da Cidadania e parques, além de promover oficinas e empréstimo de *kits* didáticos às escolas.

Salientam-se as ações da FZB para a ampliação e a manutenção da fauna e da flora, através da reprodução e conservação de espécies. Ao todo, foram produzidas 30.248 mudas no viveiro do Jardim Botânico para atender a demanda interna, sendo o excedente comercializado. Em relação ao Parque Zoológico, no ano de 2009, o plantel de animais elevou-se para 1.112, com o nascimento de 172 de espécies nativas do Rio Grande do Sul, a maioria ameaçadas de extinção.

Ressalta-se, também, no âmbito da FZB, o esforço na captação de recursos em montante superior a R\$ 2,1 milhões, para o financiamento de projetos de pesquisa para a proteção dos recursos ambientais do Estado. Nesse sentido, cabe destacar os seguintes projetos:

- Central de Coleções e Biblioteca do Museu de Ciências Naturais/FZBRS-FINEP.

- Ampliação e modernização das coleções científicas do Museu de Ciências Naturais – FINEP.
- Bioma Pampa: a fragmentação de habitat sobre comunidades de invertebrados em áreas de arenização no Rio Grande do Sul – CNPq.
- Vertebrados do Pleistoceno/Holoceno do Rio Grande do Sul: sistemática e inferências paleoambientais – CNPq.
- Estudo paleontológico dos mamíferos das cavernas do Parque Nacional de Ubajara, Ceará, Brasil – CNPq.
- Estudo integrado do Quaternário da Região Oeste do Rio Grande do Sul, Região Mesopotâmica e Pampeana da Argentina e Noroeste do Uruguai – Edital PROSUL – Apoio Financeiro a Atividades de Cooperação Internacional para a Execução de Projetos Conjuntos de C&T.

A FZB elaborou, no ano de 2009, Relatórios Científicos Integrados, em conjunto com outros órgãos do Estado do Rio Grande do Sul. Destacam-se os seguintes relatórios: diagnóstico do meio biótico e mapeamento de uma área da Secretaria da Segurança Pública, visando ao licenciamento ambiental para construção de estabelecimento penitenciário no município de Lajeado; laudo de cobertura vegetal e mapeamento das principais manchas de vegetação do Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique (CASE), Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), em Porto Alegre.

São destaque, ainda, as melhorias na infraestrutura implementadas pela FZB no Museu de Ciências Naturais, Jardim Botânico e Parque Zoológico:

- Implantação no Parque Zoológico de circuito interno com instalação de 43 câmeras, visando à melhoria no sistema de segurança do patrimônio e dos visitantes.
- Reforma no planejamento visual do Zoo, com placas informativas, educativas e de identificação de espécies do acervo do Parque.
- Instalação de placas no Arboreto do Jardim Botânico, visando à identificação das espécies e, por consequência, ao melhor entendimento do público visitante.
- Implantação do sistema de rede de fibra ótica para viabilidade da informatização dos diversos setores do Zoológico, gerando economia de consumo de papel e facilitando a comunicação entre os diversos setores e órgão da administração.
- Reformulação do plano diretor do Parque Zoológico, visando ao uso racional da área de visitação e incremento de benfeitorias.

- Ampliação da área de estacionamento, oferecendo novas alternativas aos visitantes, visando facilitar a vigilância e segurança dos mesmos, bem como garantir maior segurança patrimonial e pública.
- Destinação dos resíduos sólidos e líquidos gerados pelo Parque, com a remodelação das áreas e da gestão desses resíduos.
- Reativação dos poços artesianos visando proporcionar redução no consumo de água no Parque.
- Projeto de implantação da minifazenda de animais domésticos.
- Reativação do setor de répteis, proporcionando um atrativo importante para o público.
- Reativação do trenzinho infantil da década de 70, que esteve desativado nos últimos 15 anos.

AÇÕES PARA 2010

Programas	Ações
Gestão Ambiental Integrada	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à implementação de 07 Projetos Socioambientais • Realização de Fiscalizações Integradas • Ampliação para 255 municípios habilitados para o licenciamento do impacto local • Apoio à elaboração de Planos de Bacias Hidrográficas • Implementação da política Estadual de Educação Ambiental • Capacitação de 900 mulheres no Programa de Educação Ambiental Compartilhada (PEAC) e RS Mulher • Implementação da estrutura institucional do Sistema de Recursos hídricos do Estado • Apoio aos Planos Diretores das Regiões Hidrográficas
Proteção dos Recursos Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização para controle da contaminação de atividades agropecuárias • Execução de Projetos para o controle da contaminação decorrente das atividades agropecuárias • Implantação, manutenção e gestão de Áreas Protegidas • Manutenção de 20 estruturas no âmbito do projeto Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul • Apoio à Implantação de Áreas de Reserva Legal em Imóveis Rurais • Apoio a 25 projetos de restauração de mata ciliar e recuperação de áreas degradadas
Qualidade e Controle Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Criação e Implementação de Cadastro Técnico Estadual de Atividades Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais • Implantação de Sistema Estadual de informações em Recursos Hídricos • Recuperação das Instalações de Laboratório da FEPAM • Apoio a pesquisas de Gestão Ambiental

TURISMO, ESPORTE E LAZER

A **Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer (SETUR)** tem por missão promover o turismo com ênfase na infraestrutura e no turismo sustentável. Essa diretriz estratégica tem como desdobramentos: a priorização da provisão de infraestrutura turística – especialmente por meio de parcerias com o setor privado e com organismos internacionais – visando assegurar os investimentos necessários; a ênfase em iniciativas que demonstrem maior potencial de sustentabilidade e de respeito ao meio ambiente; e, a valorização de vocações regionais e especificidades culturais do Estado. A Secretaria tem como vinculada a **Fundação do Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)**.

A SETUR, em parceria com as prefeituras municipais e com as praças de pedágio, mantém em funcionamento 54 Centros de Informações Turísticas (CENINTURs), localizados nas fronteiras com os países vizinhos, nas principais estradas e nos atrativos turísticos gaúchos. Em cada um dos Centros, há um receptivo, onde os visitantes têm acesso às informações, mapas e materiais institucionais de promoção e divulgação turística. No período de janeiro a setembro de 2009, foram atendidos, no interior do Estado, um total de 508.289 turistas, sendo 231.399 estrangeiros e 276.890 brasileiros. Como segundo Estado do Brasil que mais recebe turistas estrangeiros, principalmente pelas entradas terrestres, no projeto **Caminhos do Turismo**, integrante do **Programa Estruturante Nossas Cidades**, uma das ações previstas é a implantação, até 2010, de seis novos Centros de Informações, nas regiões de fronteira.

Outra prioridade, estabelecida dentro do Projeto Caminhos do Turismo, foi a criação do Observatório do Turismo, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), para o gerenciamento de informações turísticas e estatísticas, de domínio público, que possibilitem a realização de consultas envolvendo dados econômicos, sociais e ambientais. Através desse trabalho, será possível criar um banco de dados do turismo no Estado, desenvolver análises sobre o potencial turístico, roteirizar novas alternativas de turismo regional, gerar e criar um portal de informações, apoiar a atração de novos investimentos e de projetos de turismo, apoiar as políticas públicas de turismo, bem como monitorar projetos e o desenvolvimento sustentável do turismo no RS.

Com o objetivo de facilitar o acesso do fluxo de visitantes aos atrativos, ampliar e melhorar a infraestrutura turística de cada região, o Projeto prevê o investimento, ainda em 2009, da sinalização turística nas regiões Central, Litoral Norte e Pampa Gaúcho.

Desde o início de 2007, foram investidos R\$ 4,34 milhões na promoção e divulgação dos atrativos turísticos de todas as regiões gaúchas, o que foi feito através da participação da SETUR com estandes em eventos regionais, nacionais e feiras internacionais, como da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), principal feira do segmento em Portugal, com a participação

de 50 países e 70 mil visitantes; da Feira Internacional de Turismo (FITUR), em Madri, com a presença de 170 países; da *International Tourism Bourse* (ITB), em Berlim; e, da Feira Internacional de Turismo (FIT), em Buenos Aires.

Para participação no 4º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, realizado em julho de 2009, no Anhembi, em São Paulo, e também em outubro, na ABAV, no Rio de Janeiro, a SETUR mobilizou representantes do turismo das 11 regiões turísticas gaúchas. Foram apresentados roteiros que vêm sendo trabalhados através do **Programa de Regionalização do Turismo**: Caminhos Temperados (Porto Alegre, Gramado e Bento Gonçalves); Caminho Farroupilha (Costa Doce e Pampa Gaúcho); Pedras e Águas que Encantam (Missões, Hidrominerais e Yucumã); e, Um Mosaico de Paisagens e Sentidos (Litoral Norte, Grande Porto Alegre e Serra Gaúcha).

Em 2009, foi disponibilizado de forma impressa, o calendário oficial de eventos do Rio Grande do Sul, com edições semestrais, que apresenta 861 eventos que incentivam o turismo no Estado. No *site* www.turismo.rs.gov.br, além do acesso a essas informações, podem ser realizadas pesquisas por segmento, roteiro, região ou município, facilitando a promoção e divulgação dos atrativos turísticos do Rio Grande do Sul.

A partir de 2008, após uma espera de 13 anos, os municípios gaúchos incluídos no Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS), através da intermediação do Governo do Estado, receberam mais de R\$ 12 milhões, como adiantamento de contrapartida do Ministério do Turismo referente à liberação de verbas do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), recurso destinado à execução de projetos de melhoria da infraestrutura turística.

Através de dois convênios firmados pela SETUR/RS com o Ministério do Turismo (MTUR), foram repassados R\$ 400 mil para aquisição de equipamentos destinados à implantação da Unidade de Coordenação de Projetos do PRODETUR no Estado, e também para a realização de uma revisão no PDITS (plano original elaborado em 2005).

Das demandas apresentadas pela Secretaria ao MTUR, como sugestões de emendas parlamentares de incentivo ao desenvolvimento turístico do Rio Grande do Sul para o Orçamento Geral da União, foram indicados R\$ 183 milhões para serem investidos em projetos apresentados pelos municípios para infraestrutura, eventos, qualificação e promoção turística.

Aguardado pelos integrantes do segmento turístico gaúcho há 12 anos, o projeto que institui o **Fundo de Desenvolvimento do Turismo do Estado**, apresentado pelo Executivo em 2007, foi aprovado com unanimidade pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governo do Estado, através da Lei nº 12.959. Dessa forma, o Rio Grande do Sul passou a ter um fundo constituído especificamente para garantir a sustentabilidade do turismo gaúcho e, a partir de agora, o Estado poderá estimular o financiamento de projetos na área. Em outubro de 2009, foi dada posse aos membros do Conselho Estadual de Turismo (CONETUR), para o

gerenciamento dos projetos do Fundo de Desenvolvimento do Turismo do Estado, com possibilidade de investimentos em qualificação, infraestrutura, promoção e divulgação, eventos e financiamento de projetos voltados para o desenvolvimento do turismo.

Através de convênio firmado entre o Governo do Estado e o Ministério do Turismo, foi criada a **Coordenação Regional de Serviços Turísticos**, que controla e fiscaliza os prestadores de serviços. Durante o ano de 2009, foram avaliados e revisados os documentos para emissão de 2.275 certificados, entre novos cadastros e renovações. Em média, mensalmente, 140 estabelecimentos são visitados *in loco* pela equipe operacional. Além da qualidade dos serviços, o resultado desse trabalho é reconhecido pelo Ministério, para o repasse de uma verba descentralizada, para investimento na promoção e divulgação nacional dos atrativos gaúchos.

Reconhecendo a necessidade de fortalecimento e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à proteção, bem como à divulgação das potencialidades turísticas de espaços nobres de lazer e pesquisas, a SETUR/RS e a Secretaria do Meio Ambiente firmaram parceria, unindo esforços para a elaboração de projetos direcionados a um melhor aproveitamento do potencial turístico e científico das 23 unidades de conservação do Estado do Rio Grande do Sul. Além da possibilidade de eventual captação de recursos para dar suficiência aos projetos, a ação tem o foco de favorecer condições, promovendo a educação e interpretação ambiental, bem como a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo, protegendo os recursos naturais necessários à manutenção da vida, valorizando comunidades locais, respeitando o seu conhecimento e sua cultura.

Após a instituição da **Lei do Turismo Rural**, aprovada pela Assembleia Legislativa, a SETUR organizou o **Grupo Gestor do Turismo Rural**, que assumiu a tarefa de fazer um planejamento estratégico para o setor até 2010. São aproximadamente 113 propriedades turísticas rurais e 45 roteiros, cadastrados na SETUR, à disposição para bem servir o visitante e, visando à divulgação e à comercialização desse segmento, está sendo reeditado o Guia de Turismo Rural do Rio Grande do Sul.

A SETUR está coordenando a constituição de um Comitê Gestor do **Turismo Cultural** com o objetivo de estruturar o segmento de Turismo Cultural e suas diversas tipologias: histórico-cultural; religiosa, gastronômica, mística e esotérica. Constituem ações prioritárias, em execução: assinatura de um termo de cooperação; reformulação da apresentação do segmento no site da SETUR; criação de logomarca; criação e produção de material de divulgação; e, elaboração de projeto para criação do Museu do Gaúcho do Brasil.

O Grupo Gestor conta com a participação de representantes das 11 Regiões Turísticas, da Secretaria de Estado da Cultura, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), do SENAC/RS, do SEBRAE/RS, da FECOMÉRCIO, da ABBTIR, da ABAJ, do Sindicato e Associação dos Guias de Turismo, do Conselho

Nacional de Turismo, de ONGs, de agências de turismo, da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre e de outras entidades representantes da sociedade civil.

A **Fundação do Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)** é a entidade responsável pelo fomento do desporto no Estado, desenvolvendo-o em seus diferentes níveis e proporcionando à comunidade gaúcha a participação e a integração em diversas atividades, apoiando o esporte de rendimento, de alto rendimento e de participação, com a realização dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul, incluindo os de Paradesportivos e os de Idosos.

Os recursos que essa Fundação tem para dar suporte necessário aos projetos na área de esporte e recreação são oriundos de percentual da arrecadação das loterias, os quais possibilitam firmar diversos convênios com prefeituras e entidades, assim como com Federações Esportivas em todo o Estado.

Esses recursos também beneficiam espaços para práticas esportivas dirigidos a toda comunidade do Rio Grande do Sul, com reformas e construções de ginásios e quadras poliesportivas que permitem inserir o esporte formal e não-formal. Recursos do Tesouro do Estado são utilizados para a conservação, manutenção e aquisição de material esportivo.

A Fundação tem buscado, junto ao Ministério do Esporte, recursos financeiros para ampliar o atendimento da demanda na área esportiva no Estado.

O projeto arquitetônico para a Reforma e Revitalização do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE) está em fase de aprovação pela Caixa Econômica Federal. O projeto prevê que o complexo esportivo receberá reformulação de acordo com as normas técnicas vigentes do Comitê Olímpico Brasileiro, tornando-se, assim, um polo para acolher todo e qualquer evento esportivo, tanto nacional como internacional, e proporcionar local adequado para o treinamento de atletas de elite e para utilização pela comunidade.

Encontra-se em fase de conclusão o processo licitatório para a implantação de projetos de cunho social, em parceria com o Ministério do Esporte, o **Programa de Esporte e Lazer na Cidade (PELC)** e o **Programa Segundo Tempo**, para beneficiar diretamente 20 mil jovens e adultos. O Segundo Tempo teve início em novembro de 2009 e atende crianças e adolescentes, de 7 a 17 anos, em 29 municípios: Alegrete, Alvorada, Arroio Grande, Bagé, Bento Gonçalves, Caçapava do Sul, Cacequi, Camaquã, Candiota, Canguçu, Cerrito, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Guaíba, Herval, Hulha Negra, Igrejinha, Lavras do Sul, Nova Petrópolis, Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Quaraí, Rio Pardo, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Francisco de Assis, São Pedro do Sul e Sapiranga.

Por meio de parcerias com federações esportivas e com atletas gaúchos com reconhecimento internacional, a FUNDERGS tem promovido a manutenção de escolinhas que propiciam o acesso de crianças em

atividades esportivas, visando oferecer oportunidades para a formação de novos atletas.

O Programa Estruturante **Nossas Cidades**, através do **Projeto Prefeitura Parceira**, contempla a **Ação Esporte e Lazer nas Comunidades**, na qual estão inseridos os **Programas Segundo Tempo** e **PELC**.

Já no projeto **Prevenção da Violência**, dentro do mesmo Programa Estruturante, foi planejada, para propiciar a inclusão social dos jovens através do esporte e lazer, a construção de 14 quadras poliesportivas em Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Esteio, Montenegro, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Torres. Em Alvorada, a quadra foi concluída, e nos demais municípios, os processos licitatórios estão sendo realizados, estando em fase de assinatura de contrato com as empresas vencedoras as licitações dos municípios de Passo Fundo e Santa Cruz.

Também no **Programa Estruturante Nossas Cidades**, o **Projeto Recomeçar** contempla ação, planejada pela FUNDERGS, para inserção social através do esporte, na qual os presidiários e seus familiares participam de atividades físicas e esportivas dentro das unidades prisionais.

AÇÕES PARA 2010

Programas	Ações
Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do produto turístico (elaboração de projetos de turismo) • Participação e apoio à realização de eventos • Fiscalização das empresas prestadoras de serviço turístico • Sinalização turística
Desenvolvimento do Desporto e do Lazer no RS	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de esportes e lazer para a comunidade, por meio de projetos como Esporte nos Presídios, Programa Segundo Tempo e Apoio a Práticas Esportivas

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

As ações do Governo do Estado na área Ciência e Tecnologia são coordenadas pela **Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT)**, da qual fazem parte as vinculadas **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)**, **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)**, **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** e **Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)**. Destaca-se como objetivo do Governo, na área de ciência e tecnologia, o fortalecimento do desenvolvimento científico e tecnológico do

Estado, perseguindo uma das estratégias motoras que é a de estimular a criação de um ambiente de inovação tecnológica e empreendedorismo no Rio Grande do Sul, com maior capacidade de impulsionar o processo de transformação da realidade em direção à visão de futuro de longo prazo.

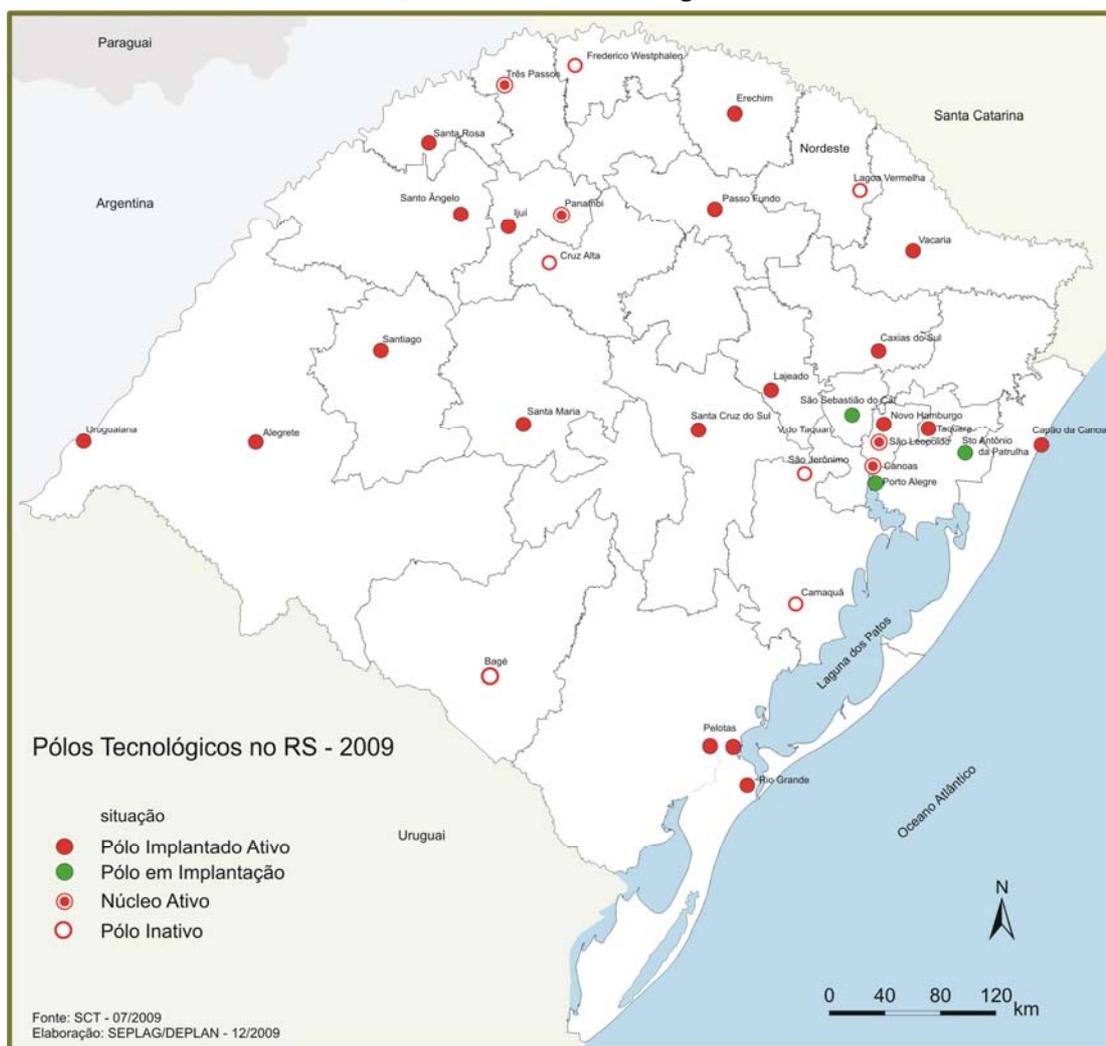
Em consonância com esse objetivo, a Secretaria da Ciência e Tecnologia desenvolveu, juntamente com setores acadêmicos e empresariais da Sociedade Gaúcha, o projeto da **Lei de Inovação Tecnológica**, que tem por objetivo estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo, para proporcionar autonomia tecnológica, capacitação, competitividade e, conseqüentemente, desenvolvimento industrial, social e de serviços. No dia 13 de julho de 2009, a Lei nº 13.196 foi sancionada pelo Executivo.

Dando continuidade a essa política, em novembro de 2009, foram assinados pelo Governo do Estado decretos que regulamentam a Lei Estadual de Inovação e a criação do Programa Pró-Inovação/RS. Em um primeiro momento, ficam regulamentados os capítulos VI e IX, referentes ao estímulo, à inovação e aos incentivos financeiros e fiscais para empresas. Já o **Programa Pró-Inovação/RS** reúne requisitos para o incentivo à inovação em produtos, processos e serviços, com a concessão de incentivos fiscais. A exemplo do FUNDOPEM/RS, que garante apoio fiscal para ampliação de parques industriais, as empresas gaúchas inovadoras terão incentivos para pesquisas científicas e tecnológicas que resultem em novos produtos. O Programa será constituído por comitês – técnico, para análise e aprovação de projetos; e, permanente, para definir políticas e diretrizes, entre outras prioridades.

A SCT, em conjunto com a Secretaria Estadual do Planejamento e Gestão (SEPLAG), constituiu grupo de trabalho para regulamentar o disposto no capítulo VII, da Lei de Inovação, a qual, em seu art. 25, criou o Projeto de Implantação de Parques Científicos e Tecnológicos. O objetivo é a expansão de investimentos em pesquisa científica e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico e a incorporação de novas tecnologias com instrumentos viabilizadores da ampliação de competitividade da economia gaúcha, com estímulo ao trabalho, negócios e renda.

Além da regulamentação da Lei de Inovação, o Governo do Estado publicou o Edital 01/2009 para apoio a projetos nas áreas de Biotecnologia, Bioenergia, Tecnologia da Informação e Comunicação e Nanotecnologia, no **âmbito do Projeto Polo Tecnológico Estadual, do Programa Estruturante Mais Trabalho Mais Futuro**.

Localização dos Polos Tecnológicos no RS



Entre a primeira e a segunda chamadas, foram aprovados 12 projetos nas áreas propostas, totalizando um investimento de mais de R\$ 2 milhões, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de Produtos e Processos Inovadores, desde que desenvolvidos em escala de bancada ou piloto e que contemplem o repasse para o setor produtivo. Esses projetos beneficiarão as regiões Central, Fronteira Noroeste, Metropolitana Delta do Jacuí, Norte, Produção, Paranhana Encosta da Serra, Serra, Vale do Jaguari, Vale do Caí, Vale do Rio Pardo e Vale dos Sinos. Abaixo, segue a lista de projetos e universidades executoras:

Convênios TR 01/2009 Polo Tecnológico Estadual

Instituição	Região	Projeto	Valor R\$
UCS	V. do Cai	Nanomateriais Aplicados a Elementos Filtrantes	199 mil
UNISC	V. Rio Pardo	Desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos associados à biossíntese de 1,3-betaglicano	200 mil

Instituição	Região	Projeto	Valor R\$
UCS	Serra	Qualificação da Vitivinicultura para a Região Serra do Rio Grande do Sul	199 mil
URI	Norte	Encapsulamento e Biodisponibilidade de Princípios Ativos em Nanopartículas de Biopolímeros Produzidas Através da Tecnologia Supercrítica	200 mil
UFSM	Central	Nanobiotecnologia e Engenharia da Produção: Subsídios para Implantação de empreendimentos de base tecnológica no Polo Tecnológico de Santa Maria	187 mil
FACCAT	Paranhana	Sistema para Capacitação em Melhores Práticas para Produção Agroindustrial Familiar Apoiado por Tecnologia da Informação	194 mil
URI	V. do Jaguari	Desenvolvimento e Implementação-Piloto de um SIG Municipal Corporativo para Apoio ao desenvolvimento Local e Regional Sustentável	139 mil
UNIJUI	F.Noroeste	Desenvolvimento e Aplicação de Cultivos Iniciadores no Processamento de Queijos	131 mil
FURG	Metropolitana	Desenvolvimento e Avaliação do Processo de Embolsamento de Resíduos Sólidos Urbanos	199 mil
FEEVALE	V. R dos Sinos	Avaliação de Derivados das Partes Aéreas da Acácia Negra na Cosmecêutica Capilar	128 mil
UPF	Produção	Produção de Malte e Extração de Malte de Cereais e Emprego em Produtos de Panificação	91 mil
UCS	Serra	Obtenção e Caracterização de Nanocompósitos Biodegradáveis de PHBV para Aplicação em Embalagens Plásticas	177 mil
TOTAL (financiamento do Estado)			2,044 milhões

Fonte: SCT.

Também em 2009, a Secretaria da Ciência e Tecnologia, deu continuidade aos pagamentos, iniciados no ano anterior, de 63 projetos, dos quais pelo menos 50 oriundos de **Consulta Popular**, que permaneciam em carteira desde 2004. Mais de R\$ 2,8 milhões beneficiaram demandas de 21 regiões nas áreas de biotecnologia, agroenergia, formação de recursos humanos, inovação em pecuária e saúde, gestão ambiental e tecnologia da informação e comunicação. Além disso, no âmbito dos Polos Tecnológicos, foi realizada a análise da viabilidade técnica dos projetos aprovados pela Consulta Popular/2009, beneficiando os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) das regiões Campos de Cima da Serra, Noroeste Colonial, Produção, Sul, Vale do Caí e Vale do Taquari, com um orçamento no valor total de R\$ 1,48 milhão. As Universidades Unidades Executoras desses projetos de pesquisa são as seguintes: UCS Serra, UNIJUÍ-Ijuí, UPF, UFPEL, UCS-Vale do Caí e UNIVATES.

Destaca-se a implantação do projeto Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Redes de Convergência, no âmbito do **Programa Estruturante Mais Trabalho, Mais Futuro**. Nesse sentido, foi implantada a **Rede Banda Larga de Telecomunicações**, em municípios-piloto,

através da utilização de múltiplas tecnologias tais como Fibras Ópticas, Rádio Wi-Fi, Rádio WiMax e PLC, para o Tráfego de Serviços Públicos Estaduais e Municipais. Em parceria com a CEEE, a PROCERGS e os municípios de Candiota, Piratini e Camaquã, a Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT) elaborou, ao longo de 2009, os projetos para essas três localidades. Com os municípios de Candiota e Piratini, a Secretaria assinou convênios para o repasse de R\$ 297 mil e R\$ 419 mil, respectivamente, para a execução dos projetos. Estes estão em fase de licitação para compra e instalação dos equipamentos. Serão atendidas 32 escolas, 02 hospitais, 09 postos de saúde e 04 pontos. Está prevista, também, a assinatura do convênio com Camaquã, que receberá recursos orçados em R\$ 607 mil.

Além da Rede Banda Larga de Telecomunicações, foi assinado **Protocolo de Intenções**, visando à conjugação de esforços e recursos para a elaboração do referido projeto de Tecnologia da Informação e Comunicação para a **Formação e Capacitação de RH na área da Segurança Pública**. O objetivo é criar uma rede virtual que oportunize novos meios tecnológicos para a formação e a capacitação continuada de recursos humanos na área de segurança pública e a divulgação à sociedade de informações atualizadas sobre ações de combate à criminalidade. São parceiros desse projeto a Secretaria da Ciência e Tecnologia, a Secretaria da Segurança Pública, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS).

Já no âmbito do **Programa Estruturante Saúde Perto de Você**, ressalta-se a implantação do Projeto de Telessaúde. Criado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES), Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT) e Fundação Universitária de Cardiologia (FUC), representa ação inovadora para a saúde pública gaúcha, que envolve recursos tecnológicos e de comunicação integrados, de acordo com os mais avançados conceitos na prática de telemedicina. O Telessaúde vai atender, à distância, pacientes com diagnóstico de infarto agudo e outras emergências cardiovasculares em localidades de difícil acesso no interior e que não dispõem de serviços de urgência no setor. Em novembro foi assinado, pelo Governo do Estado, um **protocolo de intenções** visando à implantação do **Sistema de Telecardiologia no Estado**, na mesma ocasião em que a SCT e a Fundação Universitária de Cardiologia (FUC) assinaram convênios referentes à execução de projetos de capacitação de recursos humanos para atuação no sistema. O Projeto Sistema de Cardiologia inclui atividades de teleassistência e tele-educação, prevendo atender 30 municípios, podendo ser ampliado para 90 até o final de 2011. Esses municípios receberão atendimento 24 horas de urgência e emergência cardiológica, através de uma Central de Atendimento Cardiológica, localizada no Instituto de Cardiologia em Porto Alegre, tudo via internet.

A SCT atuou na organização de seminários visando à difusão da Ciência e Tecnologia, sendo realizada, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTI), no mês de setembro de 2009, a 3ª edição do **Seminário de**

Tecnologias Estratégicas Brasil e Itália. O evento, que tinha por objetivo o intercâmbio de informações, a cooperação científica e tecnológica, o apoio às entidades científicas e tecnológicas na busca por parcerias e negócios e a transferência de informações e conhecimentos sobre oportunidades de projetos e estudos de interesse comum, reuniu autoridades e expoentes do cenário acadêmico e empresarial de ambas as nações na discussão de temas relevantes para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Foi realizada pela SCT a 2ª edição **da Semana Estadual da Ciência e Tecnologia**, em outubro de 2009, paralelamente à 6ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Foram parte da exposição os produtos tecnológicos e inovadores das universidades URINORTE, FURG, UFPEL, UNIJUÍ, URISANTIAGO, UFRGS, PUCRS, FACCAT e FEEVALE, além da Associação Gaúcha das Empresas de Tecnologia e Inovação (AGETI) e FEPAGRO.

Destaca-se a assinatura do **Acordo de Internacionalização da Rede Petro/RS**, entre SCT, FIERGS e SEBRAE. A primeira ação decorrente do Acordo foi a viabilização da participação de um grupo de 22 empresas do Estado do Rio Grande do Sul na *Hannover Fair*, feira realizada na Alemanha em abril de 2009. Dentre as ações da Rede Petro/RS estão também:

- **Instalação do Fórum Regional do Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo (PROMINP)** – Realizado em Porto Alegre, em julho de 2009. Programa instituído no âmbito nacional, visa estabelecer regras para fornecimento e capacitação da indústria nacional, ao segmento do petróleo, gás e energia. Na cidade de Porto Alegre, o foco é industrial. Na cidade de Rio Grande, o fórum tem foco na indústria naval. Esse fórum é composto por representantes da PETROBRAS, da academia, empresários e representantes do Governo do Estado.
- **Formação de novo grupo do Projeto de Adensamento da Cadeia Produtiva do Petróleo, Gás e Energia do RS** – Projeto de capacitação desenvolvido em parceria com a PETROBRAS e o SEBRAE-RS, que tem por objetivo a capacitação e a qualificação das pequenas e microempresas para o segmento de petróleo, gás e energia. Trata-se do 7º grupo. O Projeto teve início com 36 empresas e já capacitou mais de 200 desde 2002.
- **Participação na MERCOPAR/2009** – A SCT, por intermédio da REDE PETRO, oportuniza a participação de empresas na maior feira de contratação e subcontratação da América Latina. Em 2009, participaram do estande coletivo da REDE PETRO 10 empresas, entre elas quatro empresas incubadas na HESTIA, incubadora da UFRGS.
- **Integração da SCT no Comitê da Copa 2014** – A SCT passou a integrar o Comitê da Copa por intermédio da

apresentação de dois projetos. Um deles sobre a implantação de módulos de painéis solares nos estádios de futebol, buscando atender a ideia da "Copa Limpa" – projeto da PUCRS, Núcleo CB Solar em parceria com a Rede PETRO. Outro projeto diz respeito ao uso da tecnologia de informação para a criação de um sistema seguro de informações.

A **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)**, vinculada à SCT, prestou, no ano de 2009, **serviços de análises, testes, calibrações, inspeções e ensaios laboratoriais**, com a avaliação da qualidade e do desempenho de insumos, produtos, processos e resíduos industriais, contribuindo para o progresso do parque industrial gaúcho. A CIENTEC executou 11.005 laudos e 49.886 certificados (dados até outubro).

Verifica-se a **sustentabilidade financeira** da Instituição, sendo que os serviços prestados, até outubro de 2009, garantiram um retorno aos cofres da entidade de mais de R\$ 1,9 milhão. Destaca-se, também, a Lei nº 6.719/74, principal fonte de financiamento da CIENTEC e instrumento através do qual é garantida a qualidade das obras contratadas pelo Estado do RS, que assegurou, até outubro de 2009, depósitos para o Estado em valor superior a R\$ 3 milhões (38% superior ao ano de 2008).

Além dos serviços a empresas, a CIENTEC atuou na execução de serviços de avaliação estrutural em diversos **prédios públicos**. As entidades públicas que se beneficiaram dos serviços da Fundação são os seguintes: CEASA, FEPPS, Academia de Polícia e Arquivo Público. Ressalta-se a participação efetiva em obras de restauro de prédios públicos, entre eles, o prédio da Casa de Cultura Mário Quintana e a avaliação geológica do terreno das futuras instalações do Presídio de Lajeado.

A CIENTEC realizou, no ano de 2009, a manutenção e a ampliação do apoio logístico às **incubadoras** da Fundação e às empresas nelas instaladas, bem como a criação de infraestrutura composta por obras e serviços, de forma a atrair empresas intensivas em conhecimento e laboratórios, complementares aos da Fundação, de universidades da Região Metropolitana de Porto Alegre. Na Incubadora ITCientec foram incubadas 06 novas empresas no ano de 2009, ocupando as dependências da unidade da sede e também da unidade de Cachoeirinha. Saliencia-se a aprovação de novos projetos, com a participação da CIENTEC: **Projeto SIBRATEC – Redes de Laboratório, Projeto SIBRATEC, Projeto PETROBRAS e Projeto Combustor** e a participação em 07 redes nacionais nas áreas de eletro-eletrônica, saúde, combustíveis e instalações prediais. Além dessas ações, foi concedida em 28/07/2009 a **Patente de Invenção** (Carta Patente PI 0104077-4) pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, com o Bloco Intertravado para Construção, composição de bloco para construção e processo de produção de bloco intertravado.

Quanto às melhorias aos serviços prestados pela CIENTEC, destacam-se os esforços do Governo empreendidos para aumentar o número de servidores e qualificar a infraestrutura da Fundação. Em outubro, foi autorizada a realização de **concurso público** para reposição de servidores, em consonância com o Acordo de Resultados, passando a

CIENTEC a contar com 287 servidores. Ressalta-se a autorização do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa para a contratação emergencial de 17 servidores, objetivando o adequado atendimento às demandas da Lei nº 6.719/74. Em relação à infraestrutura, destaca-se a implantação e a operação do **Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITT)** da CIENTEC, dando atendimento à Lei de Inovação, que dispõe sobre o estímulo à valorização do conhecimento tecnológico e da atividade inventiva gerados na CIENTEC. O Núcleo destina-se a atender a legislação existente e tem como objetivo principal introduzir, estimular e fomentar a cultura de propriedade intelectual, visando a proteção do conhecimento inovador advindo da pesquisa.

É de se ressaltar, também, a permanente interação da CIENTEC com a SCT e demais órgãos da Administração Direta e Indireta. Através dessas relações conseguiu-se, por exemplo, o efetivo cumprimento da Lei nº 6.719/74 e consequentes incrementos de receitas e reduções nos depósitos judiciais. Além dessa interação, a CIENTEC mantém ações de aproximação à indústria, à universidade e à sociedade através da participação efetiva no Conselho de Inovação Tecnológica da FIERGS (CITEC), no Grupo de Trabalho Integração Universidade Empresa e em outros fóruns, como a Agenda 2020, e também através da efetiva participação no Conselho Deliberativo do CETA SENAI.

No que tange à **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (FAPERGS)**, em 2009, a Fundação manteve sua atividade de concessão de bolsas e auxílios à pesquisa. Foram liberados recursos mensais para pagamentos de Bolsa de Estágio Técnico, Bolsa de Iniciação Técnica, Bolsa Pesquisador Visitante e Bolsa Recém-Doutor. No total, foram concedidas 492 bolsas de Iniciação Científica. Ainda, foram destinados recursos ao Programa de Fomento à Pesquisa e ao Intercâmbio Científico e Tecnológico, com o apoio à execução dos seguintes programas: Casadinhos – 01 projeto; Apoio a pesquisas referentes ao sistema integrado Aquífero Guarani/Serra Geral – 14 projetos; Apoio a pesquisas em empresas – 42 projetos; e, Cooperação Internacional – 07 projetos.

Em relação à **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)**, a instituição desenvolveu projetos de pesquisa distribuídos nas seguintes áreas: Recursos Naturais e Qualidade Ambiental; Recursos Genéticos e Produção de Grãos; Sistema de Produção de Frutas e Hortaliças; Sistema de Produção Animal e Aquicultura e Pesca; Sanidade Animal; e, Projetos Especiais (Plantas Medicinais, Aromáticas e Ornamentais; Desenvolvimento Rural; e, Segurança Alimentar). O Governo do Estado também está ampliando o Instituto de Pesquisa Veterinária Desidério Finamor da FEPAGRO, com a construção de uma Unidade de Nível de Biossegurança 03 Agricultura (NB3A). Essa Unidade atuará dando suporte a ações de vigilância sanitária animal no sul do Brasil.

A **Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)**, passou a ser vinculada da Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT) a partir do Decreto nº 46.542, de 06 de agosto de 2009. A UERGS atuou, em 2009, na oferta de cursos tecnológicos de nível superior, articulados com o desenvolvimento socioeconômico regional e local, objetivando formar

recursos humanos capacitados para aplicar o conhecimento existente, transformando-o em soluções sociais e econômicas que contribuam, continuamente, para o desenvolvimento do Estado.

Em relação à **oferta de vagas**, para o ingresso no primeiro semestre de 2009, foram oferecidas 640 vagas em 14 Polos, nos seguintes cursos:

- Administração – Sistemas e Serviços de Saúde, em Porto Alegre
- Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, em Bento Gonçalves e Novo Hamburgo
- Pedagogia – Licenciatura, em Bagé
- Tecnologia em Agroindústria, em Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Encantado, Sananduva, Santana do Livramento e São Luiz Gonzaga
- Tecnologia em Gestão Ambiental, em Erechim e Tapes
- Tecnologia em Automação Industrial, em Novo Hamburgo
- Engenharia em Energia, em Novo Hamburgo
- Tecnologia em Agropecuária – Horticultura, em Santa Cruz do Sul
- Tecnologia em Agropecuária – Fruticultura, em Vacaria

Para ingresso no segundo semestre de 2009, foram oferecidas 500 vagas, sendo 480 delas destinadas a 06 cursos em 12 Polos, a saber:

- Tecnologia em Fruticultura, em Bagé e Erechim
- Tecnologia em Agropecuária Integrada, em Cachoeira do Sul, Vacaria e São Borja
- Pedagogia, em Cidreira, São Francisco de Paula e Cruz Alta
- Engenharia de Sistemas Digitais, em Guaíba
- Administração – Gestão Pública, em Porto Alegre
- Tecnologia em Agroindústria, em Ibirubá e Três Passos

Já em relação aos formandos, durante o ano de 2009, a UERGS formou, nos seus diferentes cursos e Polos, um total de 353 alunos.

Ressalta-se, no ano de 2009, a realização do **Curso de Formação de Alfabetizadores**. As atividades, com duração de 40 horas, aconteceram em Santa Cruz do Sul, e fazem parte do Programa Brasil Alfabetizado, sob a coordenação da Divisão de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria da Educação. Participaram 41 alunos das regiões de Santa Maria, Passa Sete, Segredo, Candelária, Pantano Grande, Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul.

No que tange aos **recursos humanos da UERGS**, foi autorizada, pelo Governo do Estado, a realização de concurso público para preenchimento de 62 vagas de docentes do Quadro Permanente. Dessas vagas, 25 são destinadas aos docentes dos quatro cursos de artes oferecidos em Montenegro, e as outras 37 serão reservadas para docentes adjuntos, assistentes e auxiliares, em todas as sete regiões onde a UERGS está instalada. Até outubro de 2009, foram divulgados 14 editais para a realização de concursos para professores, totalizando 39 vagas. A UERGS recebeu também autorização do Governo do Estado para a contratação de 11 funcionários aprovados no Concurso Público nº 01/2005, para preenchimento das seguintes vagas: Agente Administrativo (06); Motorista (02); Assessor em Biblioteconomia (01); Assessor Jurídico (01); e, Assessor em Finanças (01).

Já em relação às **Parcerias com Instituições Privadas e/ou Públicas**, a UERGS e FEPAGRO assinaram um convênio de cooperação para um estudo de caso sobre a produção orgânica de arroz irrigado no município de Tapes, envolvendo alunos e a comunidade, aumentando a inserção da UERGS no desenvolvimento local. Foi assinado no ano de 2009, um protocolo de intenções com a República Tcheca, através da **Universidade de Ciência da Vida de Praga**, visando intercâmbio de alunos e funcionários, realização de atividades conjuntas de pesquisa, participação em seminários e encontros acadêmicos e desenvolvimento da infraestrutura universitária. Além da Universidade de Praga, a UERGS assinou convênio com a **Universidade de Sevilha** para intercâmbios nas áreas da docência, pesquisa e cultura.

No âmbito das parcerias, destaca-se o convênio assinado com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), visando oportunizar **estágios curriculares** para alunos da Universidade nos departamentos da Secretaria. Caberá à UERGS, através das coordenações de seus respectivos cursos, efetuar a pré-seleção e o encaminhamento dos alunos para a Secretaria, que estabelecerá o local para o desenvolvimento do estágio, por intermédio do Termo de Compromisso específico a ser firmado com cada acadêmico. O convênio vigorará por cinco anos.

A UERGS firmou com a SCT um convênio para a realização de pesquisa. Através desse convênio, está sendo implantado o projeto **Otimização do Processo de Produção de Biodiesel** a partir da Transesterificação Catalisada por Lipases. O trabalho integra o Polo Tecnológico Estadual lançado pela Secretaria, dentro dos projetos estruturantes do Governo do Estado. A intenção é desenvolver microorganismos recombinantes para a produção de lipases e, assim, viabilizar a produção de biodiesel.

Em relação à pesquisa e à extensão, uma série de atividades foram desenvolvidas no ano de 2009. Dentre as atividades de pesquisa são destaques: Projeto de recuperação de áreas degradadas pelo uso intensivo e inadequado dos solos da bacia do Rio Dourado (Erechim); lançamento do livro *Igualdade nas Diferenças: os significados do "ser diferente" e suas repercussões na sociedade*, na versão em Braille; elaboração do Guia Ortográfico com Orientações sobre a Nova Ortografia da Língua Portuguesa

do Brasil e o Projeto MULTILAB II, que tem como objetivo a instalação de uma infraestrutura que viabilize a pesquisa em Tecnologia de Alimentos, uma das principais áreas de atuação do UERGS em Encantado. Quanto a este último, o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Obras Públicas (SOP), liberou investimento para a reforma do prédio onde o Polo da UERGS está instalado. As melhorias compreendem demolições, reformas de alvenarias, forros, pavimentações, revestimentos, esquadrias, instalações hidrossanitárias e instalações elétricas.

No que se refere às atividades de extensão, os destaques de 2009 são os seguintes: a 3ª edição do Curso de Atualização para Profissionais da Educação Infantil, o curso de extensão Abordagem de Ensino nas Artes Visuais e a Cartilha Soberania Alimentar na Agricultura Familiar, lançado na EXPOINTER em conjunto com a EMATER/RS-ASCAR e o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR).

Destaca-se a **avaliação positiva** da UERGS realizada pelo Ministério da Educação (MEC). A avaliação anual do MEC sobre as instituições de ensino superior brasileiras é composta por um Índice Geral de Cursos (IGC), que analisa a qualidade das universidades, centros universitários e faculdades. O conceito de graduação é calculado com base nos Conceitos Preliminares de Cursos (CPC) do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE); o conhecimento agregado pelo aluno; o corpo docente; a infraestrutura e a organização didático-pedagógica. Em uma escala de 1 a 5, a UERGS repetiu a nota 4 alcançada na avaliação de 2008.

AÇÕES PARA 2010

Programas	Ações
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria, Agropecuária e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à implantação e consolidação de 04 Parques Tecnológicos • Apoio a projetos nos Polos de Inovação Tecnológica • Apoio a 24 produtos ou processos inovadores desenvolvidos nos Polos Tecnológicos, Parques e Unidades Regionais • Apoio a Redes Tecnológicas: Saúde, Biotecnologia, Energia e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) • Prêmio de Incentivo à Inovação • Tecnologia Industrial Básica (TIB) – Calibrações e Medidas (emissão de laudos) • Modernização Tecnológica do Parque Industrial Gaúcho • Difusão, transferência e capacitação de Recursos Humanos para a Agropecuária • Modernização e reestruturação dos Laboratórios e Centros de Pesquisa da FEPAGRO • Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Agropecuária Gaúcha • Fomento à formação e à fixação de Recursos Humanos (1.010 bolsas de estudos concedidas)
Desenvolvimento da Educação Superior	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta, pela UERGS, de cursos de graduação por meio de parcerias e instituição da rede estadual de pesquisa

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A implementação de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades sociais, sempre esteve no horizonte das ações do Governo do Estado. Porém, devido aos sucessivos déficits orçamentários, os recursos existentes não eram suficientes para garantir a continuidade de um padrão de qualidade nos serviços. Após os dois primeiros anos de Governo, com o equilíbrio fiscal alcançado, foi possível retomar os investimentos na área social de forma a proporcionar mais qualidade de vida para os gaúchos.

As ações do eixo social realizadas em 2009, apresentadas a seguir, mostram, de forma detalhada, os principais programas e políticas sociais que o Governo está priorizando.

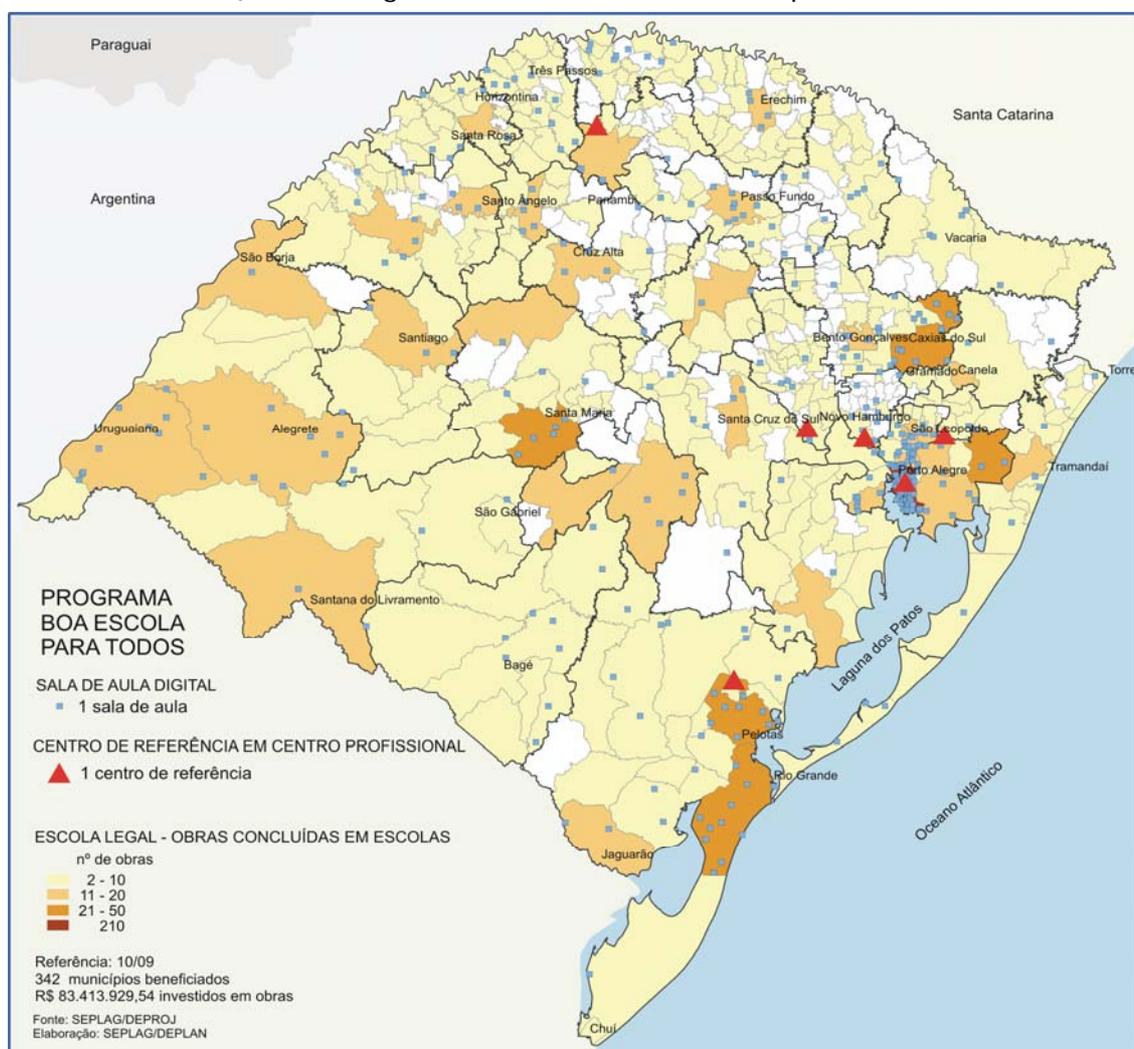
EDUCAÇÃO

A **Secretaria da Educação (SE)** é o órgão gestor da educação pública no Estado, contando com 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) sob sua coordenação direta. Dentro de sua estrutura, destaca-se também a **Superintendência do Ensino Profissional do Estado do Rio Grande do Sul (SUEPRO)**, responsável pelo gerenciamento da educação profissional da rede estadual. A SE tem como vinculada a **Fundação Escola Técnica Liberato Vieira Salzano da Cunha (FETLVSC)** voltada à educação profissional de nível técnico, que atende alunos provenientes de mais de 50 municípios do Rio Grande do Sul.

A meta da Secretaria é garantir a educação escolar de qualidade para todos os gaúchos. Por acreditar que essa meta só será atingida se for uma demanda efetiva da sociedade, desde 2007, a SE tem participado e promovido debates sobre a realidade da Educação no Estado. Uma das principais consequências dos debates foi a concepção do Programa Boa Escola para Todos, enquadrado entre os Programas Estruturantes do Governo, que tem como objetivo o de melhorar a qualidade da educação básica e expandir e qualificar a educação profissional no Estado. Dentro desses propósitos, em 2009, a Secretaria da Educação realizou estudos, tomou iniciativas e propôs procedimentos no sentido de melhorar a gestão e inovar metodologias e instrumentos para qualificar o atendimento prestado.

Integrando o **Programa Estruturante Boa Escola para Todos**, o **Projeto Sala de Aula Digital – Tecnologia da Informação nas Escolas Estaduais** tem como objetivos implantar a tecnologia da informação nas escolas estaduais como recurso pedagógico para a aprendizagem, proporcionar aos alunos ferramentas indispensáveis à sua inserção no mundo do trabalho e promover a inclusão digital de alunos e professores. Para isso, foi prevista a instalação da tecnologia da informação em mais 1.000 escolas estaduais que não dispunham desses equipamentos, tendo como meta instalar sala de aula digital em 250 escolas a cada semestre, entre 2009 e 2010. Até o final de outubro de 2009, 500 escolas estaduais da rede estadual de ensino foram beneficiadas com rede elétrica e lógica, mobiliário e condicionadores de ar, e 250 escolas receberam computadores, dentro dos objetivos do Projeto.

Ações do Programa Estruturante Boa Escola para Todos



Tendo presente a importância da qualificação dos recursos humanos para melhorar os índices de desempenho do processo ensino-aprendizagem, foram realizadas inúmeras ações dentro do **Projeto**

Professor Nota 10 – Valorização do Magistério, um dos projetos que integram o **Programa Estruturante Boa Escola para Todos**. Em 2009, até outubro, foram capacitados 9.690 professores, em encontros, seminários, cursos e oficinas realizados nos seguintes subprojetos: Escola em Tempo Integral e Escola Aberta; Programa de Educação Ambiental Compartilhado (PEAC); Escola Ativa; Escola Rural; Saber do Ensino Religioso; Cultura Gaúcha; Programa de Qualidade SESI; Educação Especial – Deficiência Visual; Educação Indígena; Programa Acelera Brasil e Se Liga; Projeto de Alfabetização Alfa e Beto, Circuito Campeão e GEEMPA; Educação Afro-Brasileira; PDE Escola; e, III Conferência Nacional Infanto-Juvenil para o Meio Ambiente.

Além das ações acima, outras foram desencadeadas, nos últimos anos, com o intuito de buscar elevar os índices do rendimento escolar na rede estadual. Iniciada em 2008, com a constituição de uma Comissão de 22 especialistas, formada por professores de várias instituições de educação superior do Estado e professores da rede estadual de ensino, aposentados ou em atividade, titulados nas várias áreas do conhecimento, foi entregue, em 2009, uma proposta de **Referencial Curricular para a Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul – Lições do Rio Grande**. Esse Referencial tem como objetivos: apresentar às escolas a proposta de referencial curricular indicando um norte para os seus planos de estudos e propostas pedagógicas; oferecer ao professor estratégias de intervenção pedagógica que favoreçam a construção de aprendizagens a partir do desenvolvimento das competências de leitura, produção de texto e resolução de problemas, aferidas pelo Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS); e, desenvolver programa de formação continuada para 21.400 professores dos componentes curriculares dos Ensinos Fundamental e Médio.

O material produzido no âmbito do *Lições do Rio Grande* compreende:

- Um conjunto de Cadernos de Referenciais Curriculares para as séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em quatro áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), Educação Física e Arte; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias – Biologia, Física e Química; e, Ciências Humanas e suas Tecnologias – História, Geografia, Sociologia e Filosofia.
- Cadernos do Aluno, organizados por séries (5^a e 6^a, 7^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e 1^o, 2^o e 3^o anos do Ensino Médio), contendo todas as áreas de conhecimento/disciplinas da série/ano, com atividades de aprendizagem nas quatro áreas de conhecimento e suas disciplinas, desenvolvendo competências e habilidades cognitivas.
- Cadernos do Professor, organizados por área de conhecimento/disciplina, com orientações para o

desenvolvimento de atividades do Caderno do Aluno, com subsídios teórico-metodológicos.

O Projeto está em andamento. O Programa de Formação Continuada, tendo como base todo o material disponibilizado, foi iniciado em novembro de 2009, prevendo duas fases presenciais (40 horas) e uma fase a distância (50 horas), com monitoria *on line* de formadores docentes de Instituições de Ensino Superior (IES). Abrange 21.400 professores, em duas etapas: a primeira, para 10.070 docentes das áreas de Linguagens e de Matemática; a segunda, para 11.330 docentes das áreas de Ciências da Natureza e de Ciências Humanas.

No tocante à avaliação da aprendizagem, estão em execução importantes ações. O **Projeto Alfabetização de Crianças de Seis e Sete Anos do Ensino Fundamental de Nove Anos** visa elevar o nível de alfabetização das crianças ao final do segundo ano do Ensino Fundamental e construir uma matriz de competências e habilidades cognitivas em leitura, escrita e matemática, começando com o processo de alfabetização de crianças aos seis anos de idade, para completá-lo, no máximo, no segundo ano, aos sete anos. Iniciado em 2007, como projeto-piloto, com crianças de seis anos, foi estendido, em 2008, para as crianças de sete anos no segundo ano e reiniciado com novas turmas de crianças de seis anos no primeiro ano. O projeto-piloto, financiado em 2007 com recursos da iniciativa privada e, em 2008 e 2009, com recursos do MEC, foi desenvolvido em turmas de escolas estaduais e municipais, distribuídas em todo o Estado. Em 2009, o projeto foi generalizado na rede estadual, na medida em que passou a ser oferecido a todas as turmas de primeiro ano da rede estadual de ensino frequentadas por crianças com seis anos (1.960 turmas, 42.495 alunos e 1.381 escolas).

Ainda considerando a prioridade de qualificar os índices de rendimento educacional no Estado, destaca-se a implantação do **Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS)**. Criado por lei em 2007, o SAERS é um dos projetos integrantes do **Programa Estruturante Boa Escola para Todos** e tem como objetivos: avaliar o desempenho dos alunos em relação ao desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas; reorientar as ações de formação continuada dos professores; divulgar as boas práticas de escolas com melhores resultados; identificar escolas com resultados insuficientes para apoio; e, desenvolver uma cultura de avaliação na educação gaúcha. Para isso, são aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática – leitura, escrita e resolução de problemas – aos alunos. Aos diretores, professores e alunos das unidades escolares é aplicado um questionário contextual para realizar um diagnóstico das escolas e das comunidades atendidas pelas mesmas, que permita identificar condições que têm grande influência sobre os resultados da aprendizagem. Após a realização das provas, as escolas recebem boletins com os resultados da avaliação dos alunos da escola, do município e do Estado. A avaliação tem sido aplicada em todas as escolas da rede estadual, sendo que algumas escolas municipais, federais e privadas também aderiram ao SAERS. Em 2009, verificou-se um incremento considerável de participação nas provas a serem realizadas.

Com o processo de avaliação em andamento, registra-se a adesão de 81 municípios (406 escolas), uma escola federal e 20 escolas privadas. Os resultados da avaliação de 2009 estarão disponíveis em março de 2010.

Além das ações de avaliação sob sua responsabilidade direta, a Secretaria da Educação coordena, bienalmente, o processo de aplicação das provas de Língua Portuguesa e Matemática em uma amostra de escolas públicas e privadas, nas turmas de 4^a e 8^a séries e 5^o e 9^o anos do Ensino Fundamental e 3^a série do Ensino Médio, de áreas urbanas e rurais do Rio Grande do Sul, no que respeita ao **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. Coordena, também, o processo de aplicação da **Prova Brasil**, com provas de Língua Portuguesa e Matemática, em todas as escolas públicas urbanas do Rio Grande do Sul, nas turmas de 4^a e 8^a séries e 5^o e 9^o anos do Ensino Fundamental com no mínimo 20 alunos nas séries avaliadas.

Meio imprescindível para oportunizar e facilitar o acesso escolar dos alunos da zona rural, o **transporte escolar** passou por algumas alterações em seu procedimento no período 2007/2008. No segundo semestre de 2007, o Governo do Estado e a Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMURS) negociaram a proposta do Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Rio Grande do Sul (PEATE/RS), aprovada na Assembleia Legislativa em janeiro de 2008, atendendo a histórica reivindicação dos municípios gaúchos. Segundo o PEATE/RS, os municípios assinam com o Governo do Estado um Termo de Adesão com validade de cinco anos, o qual pode ser renovado automaticamente por igual período se não houver manifestação contrária das partes, ou rescindido por uma das partes a qualquer momento, respeitado o ano letivo. Até outubro de 2009, o valor repassado aos municípios com essa finalidade foi de R\$ 42,5 milhões, para atendimento de 134.210 alunos da rede pública estadual – 81.395 alunos do ensino fundamental e 52.815, do ensino médio.

Visando, também, assegurar o acesso a todos os que desejam estudar, e atender a demanda onde não há mais vaga na rede estadual, o Estado vale-se das modalidades de **concessão de bolsas de estudo e de cedência de professores** junto a entidades privadas de ensino. A cedência de professores, através de convênios, beneficiou 109 escolas (101 escolas de Educação Especial, quatro escolas de Ensino Fundamental e quatro escolas de Ensino Médio), abrangendo um total de 1.678 alunos atendidos e 300 professores cedidos. Quanto à concessão de bolsas de estudo, registra-se, em 2009: na Educação Especial, 117 escolas conveniadas, contemplando 2.082 alunos, com um valor total a ser repassado às escolas de R\$ 7,47 milhões até dezembro de 2009; no Ensino Médio, 15 escolas conveniadas, beneficiando 853 alunos, com um total repassado de R\$ 1,2 milhão até o final do ano.

Dentro do mesmo objetivo de facilitar o acesso à educação, a Secretaria da Educação buscou efetivar a **reorganização da rede estadual de ensino**, aperfeiçoando o sistema de matrículas dos alunos do ensino fundamental, médio, normal e técnico e da educação de jovens e adultos para utilizar, da melhor forma possível, os recursos materiais e

humanos disponíveis. Em 2009, consolidou-se o sistema Matrícula na Escola Pública (MEP), que permite a inscrição de candidatos à vaga via internet. Foi iniciado projeto-piloto em três municípios onde a matrícula será feita *on line*. É de destacar, ainda, que o sistema Informatização nos Estabelecimentos de Ensino (INE) está sendo gradativamente aperfeiçoado para que, com base nos dados inseridos no sistema pelas escolas – referentes a rematrículas, inscrições e matrículas – seja permitido a Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) e Secretaria da Educação fazerem o gerenciamento de sua rede e acompanharem, em tempo real, cada momento do processo de atendimento da demanda do alunado no Rio Grande do Sul.

Outra medida adotada, visando o ajustamento de matrículas no Sistema Estadual de Ensino, foi a municipalização de 29 escolas estaduais no ano de 2009. Nesse caso, os municípios passaram a receber os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) correspondentes às matrículas por eles mantidas.

Com relação à situação da **matrícula inicial no sistema estadual de ensino**, por etapas e/ou modalidades de ensino, em 2009 – de acordo com dados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica – 2.507.212 matrículas iniciais foram efetivadas, sendo 1.204.004 em escolas estaduais; 16.545, em escolas federais; 953.736, em escolas municipais; e, 332.927, em escolas particulares. Considerando somente as **matrículas em escolas da rede estadual de ensino**: 177 matrículas em creches; 162.926, em Pré-Escola; 1.569.135, no Ensino Fundamental; 417.486, no Ensino Médio; 82.910, na Educação Profissional; 17.354, na Educação Especial; e, 161.103, na Educação de Jovens e Adultos.

Para a racionalização da oferta de **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**, a Secretaria da Educação realizou um levantamento sobre matrícula e frequência dos alunos nas escolas que oferecem EJA, tendo em vista o fato de que uma grande parte dos alunos matricula-se e, a seguir, abandona a escola, deixando ociosa a estrutura de espaço e de profissionais da educação alocados para essa modalidade de ensino. Com o objetivo de contemplar as reais necessidades das escolas, considerado o número de alunos efetivamente atendidos, a Secretaria da Educação identificou escolas que poderiam deixar de oferecer EJA e escolas-polo para receber alunos das escolas sem oferta de EJA. Essas informações foram disponibilizadas ao público por meio do *site* da Secretaria.

Quanto à **seleção, carreira e formação continuada dos professores**, diferentemente da forma anterior de funcionamento do Cadastro de Contratações Temporárias, o Decreto nº 45.754, de 2008, possibilitou à Secretaria da Educação contratar profissionais cadastrados em um município para atuarem em outro, desde que exista a necessidade, agilizando o provimento de pessoal. A não-aceitação de uma vaga por um candidato não o elimina do Cadastro, possibilitando sua contratação em outro momento para outra vaga. Assim, o Cadastro mantém-se válido por mais tempo, facilitando o provimento de pessoal das escolas. Além disso, foi informatizado o sistema de inscrição para Contratações Temporárias de Professores por meio da internet, com entrega presencial ou envio pelo

correio dos documentos, tornando o processo de inscrição mais ágil e transparente para os candidatos.

Para fortalecer uma política educacional que vise à melhoria da qualidade e a equidade no Sistema Estadual de Ensino, a Secretaria da Educação iniciou, no final de 2008, uma **Pesquisa do Nível Socioeconômico das Escolas Estaduais** junto aos alunos da rede estadual de ensino. A pesquisa tem por objetivo identificar o perfil socioeconômico das escolas segundo o nível socioeconômico das comunidades que as frequentam, de forma a atender a cada escola segundo sua realidade e necessidades no processo de distribuição de recursos e no estabelecimento de metas de melhoria do desempenho dos alunos. Para isso, foram coletadas informações das famílias dos alunos, ou do próprio aluno, quando maior de 18 anos, sobre: escolaridade dos pais ou responsáveis; renda familiar; e, ocupação dos pais ou responsáveis. A partir desses dados, foi construído o Nível Socioeconômico (NSE) de cada escola. Com esse indicador, associado ao tamanho da escola (número de alunos) e sua complexidade (níveis e modalidades de ensino oferecidos), as escolas foram classificadas em 35 tipos e quatro grupos: I – Baixo (Tipos 1 a 9) – 388 escolas; II – Médio-Baixo (Tipos 10 a 18) – 910 escolas; III – Médio-Alto (Tipos 19 a 27) – 950 escolas; IV – Alto (Tipos 20 a 35) – 376 escolas. Essa classificação, inédita no País, é base para a implementação de políticas de equidade na rede estadual de ensino e foi instituída no Estado pelo Decreto nº 46.580 (agosto de 2009).

Com vistas a qualificar a gestão do sistema estadual de ensino, a Secretaria da Educação tomou algumas importantes decisões de cunho administrativo nos dois últimos anos. Os critérios de distribuição dos recursos da **Autonomia Financeira das Escolas Estaduais**, ou seja, repasses mensais às escolas para custear despesas do cotidiano escolar no desenvolvimento do ensino e na execução de seus projetos pedagógicos, foram alterados a partir de agosto de 2008, com atualização do número de alunos matriculados – até então, eram ainda utilizados os dados de 2003 – e foram aperfeiçoados os critérios de repasse dos recursos. Os mesmos passaram a ser baseados nos dados da matrícula real, com composição de uma parcela fixa e outra variável considerando, também, o nível de ensino e a modalidade que a escola oferece. Ao mesmo tempo, o valor mensal repassado às escolas aumentou de R\$ 4,2 milhões para R\$ 5,3 milhões. Considerando-se a redução das matrículas na rede estadual, pelo decréscimo da população na idade escolar e a expansão da matrícula nas redes municipais, o valor da autonomia financeira, em 2008, aumentou de R\$ 3,99 para R\$ 4,18 por aluno, tendo sido beneficiadas 2.616 escolas.

Além disso, uma inovação deve ser ressaltada em 2009: a aplicação, pela primeira vez, dos resultados da pesquisa do nível socioeconômico das comunidades escolares no cálculo do repasse da autonomia financeira às escolas, permitindo um aumento diferenciado dos valores. Assim, a partir de agosto de 2009, o valor mensal da autonomia financeira devido a cada escola foi atualizado de acordo com a matrícula real do mês de junho de 2009 (Portaria 156/2009 da Secretaria da

Educação publicada no Diário Oficial do Estado) e aumentado segundo valores diferenciados previstos na classificação das escolas, como segue:

Repasse da autonomia financeira,
segundo o nível socioeconômico das escolas

Grupos de Escolas	Acréscimo (%)	Escolas (%)
I - Baixo	25%	15%
II – Médio-Baixo	18%	35%
III – Médio-Alto	12%	36%
IV - Alto	7%	14%

Fonte: Secretaria da Educação

Em 2009, o valor total do repasse mensal aumentou de R\$ 5,3 milhões para R\$ 5,8 milhões, com crescimento de R\$ 4,18 para R\$ 4,75 no valor médio por aluno.

Alguns projetos no sentido de reforçar a integração do aluno ao ambiente escolar e da escola à comunidade vêm tendo seguimento, dentro da programação da Secretaria da Educação. Esse é o caso, por exemplo, do **Projeto Escola Aberta para a Cidadania**. Em 2009, o Projeto está sendo desenvolvido em 107 escolas estaduais com recursos do Estado e em outras 50 escolas estaduais com repasse de recursos diretamente do Ministério da Educação.

Somam-se a isso os **Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS)**, realizados nas escolas da rede pública estadual, em sete modalidades de esportes, com o envolvimento da comunidade, propiciando, além da sociabilidade, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor dos alunos. Até outubro de 2009, participaram do JERGS 1.082 escolas (697 escolas estaduais, 381 escolas municipais e 05 escolas federais), abrangendo 227 municípios, com 103.057 alunos participantes.

No que respeita aos espaços escolares, o **Projeto Escola Legal – Manutenção e Ampliação de Espaços Escolares**, também integrante do **Programa Estruturante Boa Escola para Todos**, destina-se à manutenção, construção, adequação ou ampliação de escolas estaduais para assegurar as condições físicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades com boa qualidade, garantir acessibilidade a portadores de necessidades especiais e adequar a estrutura física das escolas à lei de prevenção de incêndios. Em 2009, até o final de outubro, haviam sido concluídas obras em 348 escolas.

Para desenvolver suas atribuições, além dos recursos oriundos do Tesouro do Estado, a Secretaria dispõe de outras fontes de recursos para aplicação na área de Educação, tais como o salário-educação, convênios e parcerias. Até outubro de 2009, ingressaram no Estado mais R\$ 156,9 milhões do **salário-educação**, para serem também aplicados em despesas com ensino.

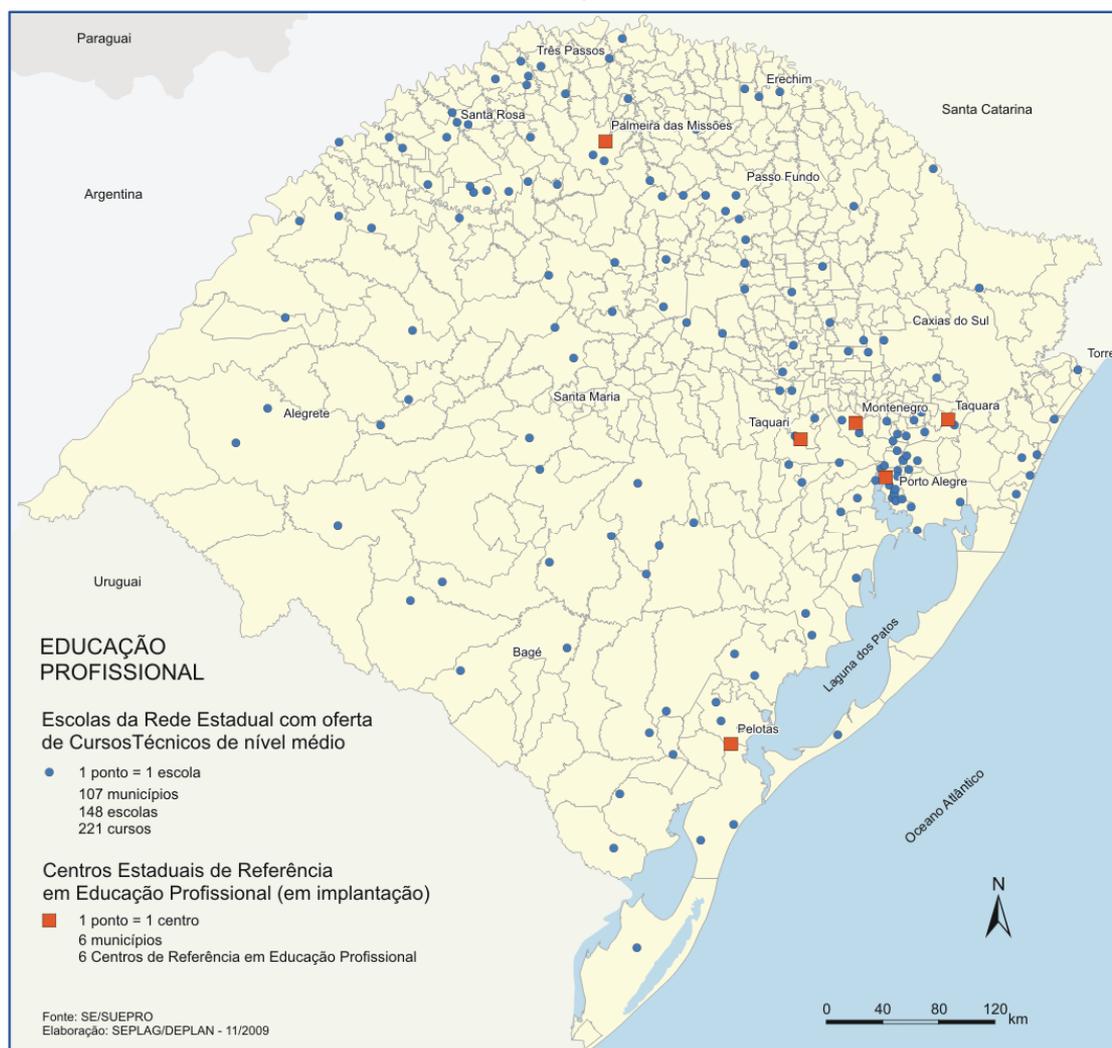
Através de **convênios** firmados ou executados em 2007 e 2008, a Secretaria da Educação recebeu R\$ 465 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) relativos a oito convênios firmados no final de 2006 para execução em 2007, bem como a convênios firmados nos exercícios de 2007 e 2008, para destinação à formação continuada de professores, à aquisição de mobiliários e equipamentos para as escolas e ao pagamento de pessoal. As ações decorrentes da aplicação desses recursos estão em execução.

Por meio de **parcerias** com a iniciativa privada, foram implementados os projetos: Jovem do Futuro e Parceiros da Educação, estes com duração prevista de três anos, Oficinas Digitais, além de obras e reformas em quadras e ginásios de esporte e recuperação de escolas estaduais. O Projeto-Piloto para Alfabetização de Crianças com Seis e Sete Anos de Ensino Fundamental de Nove Anos foi implementado com apoio de empresas privadas em 2007, passando a ser financiado pelo Ministério da Educação em 2008.

A Superintendência da Educação Profissional (SUEPRO), da Secretaria da Educação, responsável pela implementação das políticas estaduais voltadas para a expansão e qualificação da **Educação Profissional**, conta com 148 escolas que oferecem cursos técnicos de nível médio, localizadas em 107 municípios do Estado. Nessa rede, que possui uma matrícula de 32.340 alunos, são oferecidos 221 cursos, distribuídos nos três setores da economia, e que contemplam os 12 Eixos Tecnológicos previstos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos do Ministério da Educação.

Em consonância com o que prevê o Parecer CNE/CEB nº 16/99, do Conselho Nacional de Educação, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico: "A escola que oferece Educação Profissional deve constituir-se em centro de referência tecnológica nos campos em que atua e para a região onde se localiza". A SUEPRO busca diversificar a oferta de cursos técnicos e promover a aproximação da teoria com a prática por meio da pesquisa aplicada e atividades de extensão – que irão permitir uma maior aproximação entre a escola e a sociedade. Por outro lado, constatou-se a necessidade de ampliar o número de vagas, em função do atual atendimento de apenas 24,72 % da demanda, conforme amostragem feita no universo das 10 Centrais de Matrículas informatizadas no Estado. Assim, a SUEPRO propôs ao Conselho Estadual de Educação (CEED) a regulamentação de Centros Estaduais de Referência em Educação Profissional, que poderão oferecer cursos de formação profissional, em classes descentralizadas ou unidades autônomas criadas para essa finalidade, em qualquer uma das modalidades previstas na lei, atendendo demandas regionais, enquanto não houver condições que justifiquem o estabelecimento de uma nova escola ou unidade de Educação Profissional Técnica na localidade.

Escolas de Educação Profissional



Como uma das metas do **Programa Estruturante Boa Escola para Todos**, até o final de 2010, propõe-se a regulamentação de seis escolas técnicas em **Centros Estaduais de Referência em Educação Profissional**: Escola Técnica Estadual Celeste Gobbato em Palmeira das Missões – área de agropecuária; Escola Estadual Técnica João XXIII em Pelotas – área de gestão e serviços; Escola Estadual Técnica Monteiro Lobato em Taquara – área da indústria; Escola Técnica Estadual São João Batista em Montenegro – área de química; Instituto Estadual de Educação Pereira Coruja em Taquari – área de meio ambiente; e, Escola Estadual Técnica de Saúde no Hospital de Clínicas de Porto Alegre – área da saúde. Esses Centros atuarão como polos irradiadores do conhecimento tecnológico e da formação pedagógica.

Também dentro do **Programa Estruturante Boa Escola para Todos** e do **Projeto Educação Profissional como Indutora do Desenvolvimento**, foi desenvolvido o subprojeto *Capacitação de multiplicadores para a formação de professores em organização de Currículos por Competência*, por meio da qual foram capacitados professores de escolas técnicas e das Coordenadorias Regionais de

Educação (CREs) para ministrar os 14 Cursos Regionais de Capacitação em Currículo por Competências. Nesses cursos, foram capacitados 800 professores das escolas técnicas para a construção de novos referenciais curriculares e desenvolvimento, em suas práticas docentes, de competências para a laboralidade, de forma a habilitar os egressos dos cursos técnicos para o mundo do trabalho, constantemente em mutação. Para o encaminhamento de implementação da nova estrutura curricular por competências nas escolas técnicas da rede estadual, a SUEPRO desenvolveu ações de diálogo e assessoramento junto aos gestores dessas escolas e construiu parcerias com as CREs. Em 2009 foi, também, dada continuidade à interlocução com o Conselho Estadual de Educação, sobre a normatização das adequações dos planos de cursos técnicos ao Currículo por Competência, estabelecendo parcerias em ações que agilizem a autorização da oferta de ensino. Encontram-se em andamento, junto à PROCERGS, estudos e encaminhamentos para a implantação do Programa de Registro do Currículo por Competências.

Em relação a **convênios e parcerias**, em 2009, foram executadas ações vinculadas a dois Convênios originários de Emendas Parlamentares de 2007: Convênio 23/2007, relativo à aquisição de equipamentos de laboratório, informática e mobiliário e à realização de obras nas Escolas Pereira Coruja, EETA e João XXIII; e, Convênio 24/2007, também referente à aquisição de equipamentos para laboratórios, informática e mobiliário e realização de obras nas Escolas São João Batista, Zeno Pereira Luz, Celeste Gobbato, Clemente Keller e Fronteira Noroeste. A SUEPRO solicitou a prorrogação desses dois Convênios, para garantir a execução da totalidade das ações relativas a equipamentos e mobiliário, haja vista que, em algumas licitações, alguns bens não tiveram cotação.

Em 2008, foi iniciada a execução dos Convênios do Programa Brasil Profissionalizado, relativos à aquisição de equipamentos de laboratório, informática e mobiliário. Entretanto, como ocorreram algumas alterações no sistema de compras da CELIC, esses editais estão sendo cadastrados no Sistema LIC e ainda não se tem relatório das aquisições realizadas. Esse Programa também prevê a realização de obras de reforma e ampliação de infraestrutura física, já tendo sido encaminhados para a Secretaria de Obras, visando à atualização dos projetos e planilhas orçamentárias, os processos relativos às Escolas Dom João Becker, Frederico Guilherme Schmidt e Parobé (reforma) e Frederico Guilherme Schmidt e Monteiro Lobato (ampliação).

Através do **Projeto Emancipar**, em parceria com o Instituto UNIBANCO, com apoio da Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola (AGPTEA), foram atendidas, em 2009, as seguintes escolas: Colégio Estadual Três Mártires, de Palmeira das Missões, com o valor de R\$ 16,8 mil e 30 alunos participantes; Instituto Estadual de Educação São José, de São José do Norte, com o valor de R\$ 18,2 mil e 32 alunos participantes; Escola Estadual de Ensino Médio Cônego João Batista Sorg, de Carazinho, com o valor de R\$ 18,2 mil e 25 alunos participantes; Escola Estadual Técnica em Saúde no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, com o valor de R\$ 25,7 mil e 72 alunos participantes.

Valorizando o trabalho de pesquisa científica e tecnológica realizado em sala de aula, pelos alunos dos Cursos Técnicos, a SUEPRO ampliou, em 2009, uma ação já existente, a **Mostra das Escolas de Educação Profissional (MEP)**, dividindo o Estado em sete regiões onde passaram a ocorrer as Mostras. Foram criados os Núcleos Regionais da MEP, formados pelas 30 CREs. A cada ano, uma das Coordenadorias que compõem o Núcleo sedia a Mostra em sistema de rodízio. A ação objetiva contribuir com a melhoria da qualidade da Educação Profissional do Rio Grande do Sul, ao promover: a produção e a socialização do conhecimento adquirido através de seus cursos; a troca de informações entre os expositores, a integração das comunidades escolares, de diferentes regiões do Estado; e, a valorização da escola pública como espaço de descoberta e comunicação de novas tecnologias e geração de saberes.

Em 2009, foi realizada a 6ª edição das MEPs, nos meses de agosto e setembro, em Porto Alegre, Caxias do Sul, Erechim, Cruz Alta, Rio Grande, Ijuí e Palmeira das Missões, mobilizando centenas de Alunos Expositores e Professores Orientadores, que apresentaram seus projetos, além de visitas do público em geral. No ano, houve o envolvimento de 98 escolas, 73 municípios, 322 projetos foram apresentados, totalizando a participação de 903 alunos e 239 professores.

A partir de 2007, a SUEPRO passou a realizar cursos de capacitação pedagógica que envolveram mais de 300 docentes dos Cursos Técnicos do Estado. A capacitação oportunizou, já em 2007, que um número maior de professores trabalhasse com metodologia de pesquisa e elaboração de projetos, ocasionando um crescimento significativo de projetos de pesquisa científica e tecnológica nas Mostras das Escolas de Educação Profissional. Como forma de acolher os projetos mais bem classificados nessas Mostras, a SUEPRO desencadeou outra ação, a **Feira Estadual de Ciência e Tecnologia da Educação Profissional (FECITEP)**, e convidou outras instituições que oferecem Educação Profissional no Estado para se somarem à ação: Associação dos Dirigentes das Instituições Federais do Rio Grande do Sul (ADIFERS), Escolas da Universidade Luterana do Brasil (Escolas da ULBRA), Rede Sinodal de Educação, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/RS), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/RS) e Sindicato das Escolas Particulares de Ensino (SINEPE/RS). Com isso, as escolas das redes estadual e municipal passaram a compartilhar experiências, durante a Feira, com alunos das demais redes, em uma integração entre diferentes realidades. As outras instituições de ensino realizam seleções internas de seus projetos, através de ações específicas. Os projetos, mais bem classificados na FECITEP participam de outras feiras nacionais e internacionais, se forem bem classificados.

Em 2009, foi realizada a 3ª edição da FECITEP, na Instituição Evangélica de Novo Hamburgo, contando com a representação de 67 escolas e a participação de 297 alunos e 101 professores orientadores, em 101 projetos selecionados.

Destacam-se, ainda, dentre as atividades desenvolvidas pela SUEPRO em 2009:

- A capacitação de 150 professores em Fundamentos Teóricos da Organização e Desenvolvimento de Projetos, instrumentalizando-os para a utilização de estratégias de ensino-aprendizagem que correspondam às novas exigências do mundo do trabalho, desenvolvendo a autonomia intelectual, o pensamento crítico, a iniciativa e o espírito empreendedor nos alunos formados nas escolas técnicas estaduais.
- A avaliação das solicitações de oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada, ampliando a função social das escolas estaduais de Educação Profissional, atendendo demanda por qualificação e requalificação de servidores das escolas e trabalhadores das comunidades do seu entorno.
- A inserção das escolas técnicas da rede pública estadual, através de sistema informatizado do MEC, no Programa Brasil Profissionalizado, no qual se fez, juntamente com as equipes administrativas e pedagógicas dessas escolas, a apresentação das práticas pedagógicas desenvolvidas e a solicitação de equipamentos, laboratórios e obras visando atender as demandas das mesmas na qualificação de suas práticas.
- A aquisição, distribuição, registro *on line* e capacitação para o uso de *software* didático para os Cursos Técnicos em Contabilidade.
- A continuidade do Projeto de Geração de Renda Própria, no qual as escolas, aliando conhecimento teórico a resultados práticos, desenvolvem estratégias para gerar renda própria e auxiliar as escolas em suas necessidades.

Conforme postulado no Planejamento Estratégico 2008-2015 da Instituição, a **Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)** tem como finalidade ministrar o ensino técnico de nível médio e superior, visando ao preparo do indivíduo para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhe permitam vencer as dificuldades do meio, mercê de um trabalho especializado e produtivo.

No ano de 2009, a FETLSVC atendeu uma matrícula de 3.400 alunos. Foram mantidas as vagas para cursos técnicos integrados ao ensino médio, diurno, nas habilitações de técnico em Química, Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica. No noturno, foram oferecidos, na modalidade pós-médio, os cursos técnicos de Química, Mecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, Segurança do Trabalho, Automotivo e *Design*.

Uma área eleita como estratégica pela Instituição refere-se à integração com a sociedade regional, com a qual a FETLVSC está compromissada e ciente da importância dessa condição para o seu próprio crescimento. Nesse sentido, foram realizados diferentes projetos no ano, como o Curso de Complementação Pedagógica para Professores Leigos; Curso de Qualificação Inicial em Eletrotécnica; Curso de Aprendizagem

Industrial em Mecânica Automotiva; além de, na modalidade de extensão, o Curso em Automação e Controle. Outras atividades foram realizadas, dentre as quais as campanhas do agasalho, do quilo, da vacinação contra a febre amarela, do uso da água, da doação de sangue e da prevenção da *Influenza A*. Também aconteceu Projeto de Integração da 3ª Idade; "Calourada", doações dos alunos novos; e, Dia Mágico na Liberato, para crianças carentes. Ainda foram proferidas palestras para a comunidade, envolvendo os temas de saúde, comportamento e meio ambiente.

Quanto a **parcerias estratégicas**, foram firmados os seguintes convênios no ano: Projeto PROMOVE em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); e, Projeto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Arranjo Produtivo Local (APL) em Automação Industrial. Foi mantido o convênio firmado, em 2008, com empresas do ramo de Tecnologia da Informação de Novo Hamburgo e São Leopoldo, objetivando formar técnicos qualificados na área de desenvolvimento de *software* para *web*. Também foram executados projetos com as seguintes empresas e instituições, em parceria com a Associação de Pais e Mestres, objetivando a cooperação técnica e educacional na Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC), tanto em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de formação e treinamento profissional, quanto em cursos de extensão e estágios para professores e alunos: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Faculdade de Engenharia das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Instituto de Idiomas de Novo Hamburgo Yázigi, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (ASPEUR/FEEVALE), Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (IPA), Altus Sistema de Informática – São Leopoldo, PETROBRAS, Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), Centro Universitário Univates – Lageado, Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER) e Distribuidora Gaúcha de Energia-AES Sul.

Há alguns anos integrados à agenda da Fundação, de 26 a 31 de outubro, foram realizados a **24ª MOSTRATEC** e o **16º Seminário Internacional de Educação Tecnológica (SIET)**, nos pavilhões da FENAC de Novo Hamburgo, juntamente com o 1º Salão da Inovação. Participaram da Feira representantes de todos os estados brasileiros e de 22 países, reunindo 300 projetos de jovens cientistas com idade entre 14 e 21 anos. Como eventos paralelos, ocorreram a 2ª Robótica Educacional Liberato, com competições e demonstrações de robôs, o 11º Encontro Regional de Xadrez e o 15º Torneio de Xadrez MOSTRATEC. O 16º SIET teve como tema orientador, no ano, Pesquisa, Tecnologia e Inovação: Caminho para o Desenvolvimento da Sociedade, contando com a presença de vários painelistas e palestrantes. Mais de 25 mil visitantes passaram pelos pavilhões da Feira.

Em 2009, teve prosseguimento o **Projeto de Incubação Tecnológica Liberato (ITEL)**. Durante o ano, estiveram residentes 13 empresas. Dentre elas, quatro empresas vinculadas ao ensino, com projetos oriundos dos cursos da Fundação Liberato e UERGS, avaliados por banca e

seis empresas cujos projetos são oriundos da comunidade, igualmente avaliados por banca.

No que diz respeito à **Modernização da Gestão**, efetivaram-se ações e procedimentos de acordo com o estabelecido no Planejamento Desenvolvimento Estratégico 2008-2015 da Instituição. Também mereceu atenção a **capacitação dos servidores**. Em 2009, 38 servidores participaram de congressos, feiras, jornadas, ciclos, programas, seminários, olimpíadas e cursos de curta duração. Foi concedida a participação a 34 servidores em cursos regulares: graduação, especialização, mestrado e doutorado. Todos os servidores (258) foram cadastrados no sistema RHE.

No tocante à **modernização e qualificação do acervo bibliográfico e dos recursos e equipamentos didático-pedagógicos**, foram adquiridos 153 livros, entre técnicos e de literatura, para o acervo da biblioteca, atendendo as solicitações dos coordenadores dos diversos cursos. Foram adquiridos diversos equipamentos didáticos, também os laboratórios e oficinas dos cursos foram modernizados, com a aquisição de equipamentos específicos às áreas afins.

Quanto à meta de **implantação da Editora Liberato**, o processo encontra-se em fase de estruturação. Foi finalizado o Regimento Interno e demais ações legais para a sua realização. Questões de ordem prática estão em andamento.

AÇÕES PARA 2010

Programa	Ações
Garantia de Acesso e Melhoria da Qualidade da Educação Básica	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de 650 laboratórios de informática • Garantia de merenda nas escolas estaduais • Subsídio para aquisição de <i>notebooks</i> para 40 mil professores • <i>Auxílio para o transporte escolar, atendendo mais de 130 mil alunos dos ensinos fundamental e médio</i> • Alfabetização de adultos, beneficiando cerca de 6 mil alunos • Realização de obras de reforma, ampliação e qualificação dos espaços em mais de 800 escolas estaduais • Realização dos Jogos Escolares (JERGS), com o envolvimento de mais de 300 mil alunos
Educação Profissional como Indutora do Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de professores, gestores e trabalhadores • Aquisição, atualização e conservação de equipamentos e ampliação e conservação dos espaços físicos da Educação Profissional • Integração das redes que compõem a Educação Profissional e expansão da oferta de vagas (federal, estadual, particular e comunitária) • Gestão da Educação Profissional, apoiando escolas na geração de renda própria • Ampliação e manutenção da oferta de vagas na FETLSVC • Implantação, em 30 unidades de ensino profissional, de sistema de avaliação institucional, externa e de acompanhamento de egressos

SAÚDE

A **Secretaria Estadual da Saúde (SES)** e a **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)** são responsáveis pelo planejamento e execução da política de saúde do Estado, focalizada na manutenção dos bons indicadores já alcançados pelo Rio Grande do Sul frente às outras Unidades da Federação.

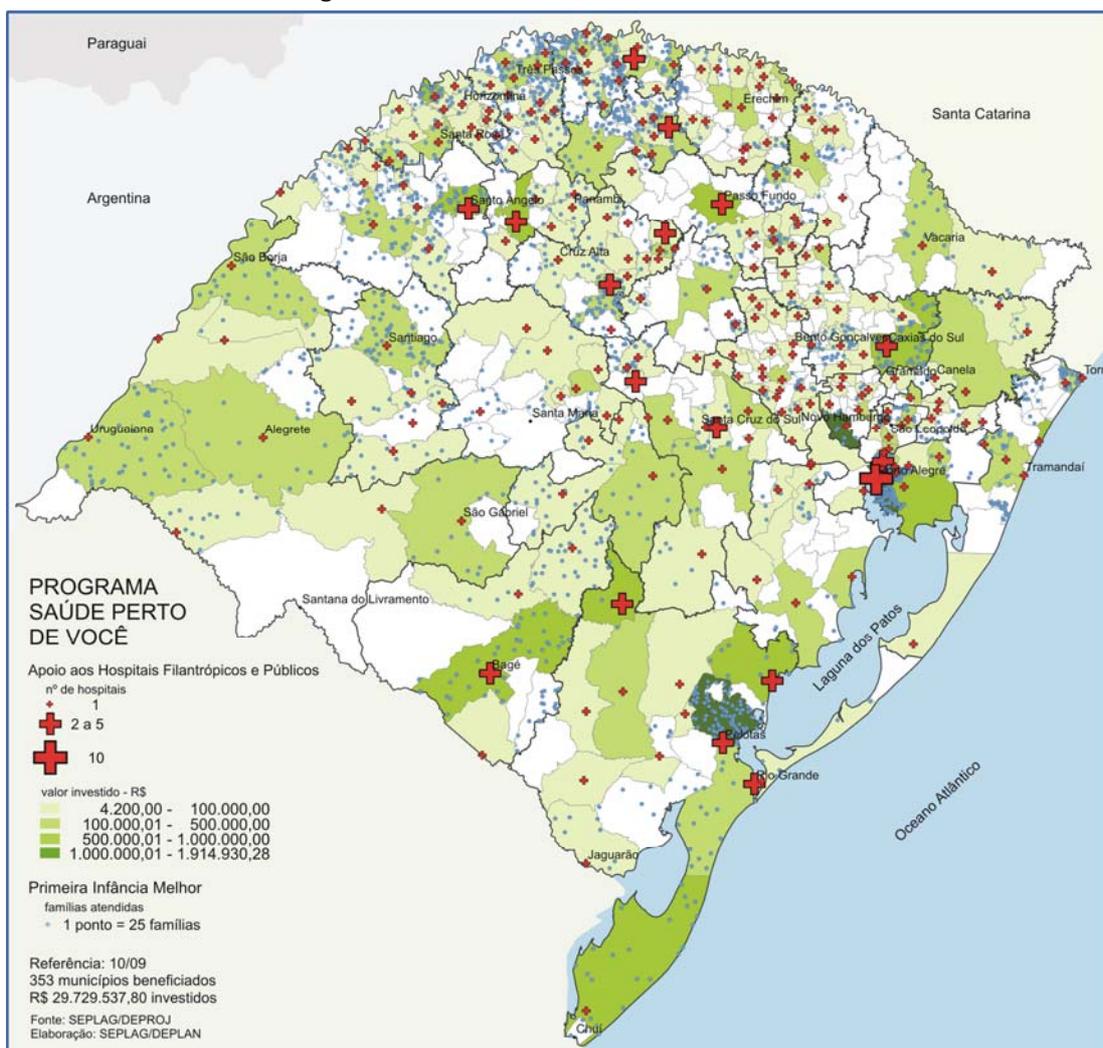
O coeficiente de mortalidade infantil é um dos mais importantes indicadores da área de saúde pois, além de informar a respeito dos níveis de saúde de uma população, sintetiza as condições de bem-estar social. Segundo a Organização das Nações Unidas, a mortalidade relaciona-se diretamente com o bem-estar humano, mostrando-se como indicador sensível do nível e da distribuição das condições de vida.

O Rio Grande do Sul vem apresentando o menor coeficiente de mortalidade infantil (CMI) do Brasil. Conforme a última estatística oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, o CMI do Estado foi de 13,1 óbitos por mil nascidos vivos. Dados preliminares do primeiro semestre de 2009 apontam para uma significativa queda no número absoluto de óbitos em relação a 2008.

A redução do CMI é resultado de ações bem definidas no **Programa Estruturante Saúde Perto de Você**, executadas por uma rede de serviços de saúde estruturada e organizada, com cobertura em todos os municípios do Estado, envolvendo os programas Viva a Criança, Primeira Infância Melhor (PIM) e Estratégia Saúde da Família.

As circunstâncias dos óbitos de crianças menores de um ano de idade vêm sendo monitoradas, possibilitando ao Estado tornar mais efetiva a prevenção e o acompanhamento das crianças em situação de risco e vulnerabilidade. Entre as estratégias implementadas para redução de óbitos infantis e maternos, destacam-se: a ampliação das Casas da Gestante; repasse de incentivos financeiros estaduais a hospitais de referência para gestação de alto risco; ampliação de unidades Mãe Canguru; ampliação de leitos de UTI Neonatal; qualificação, através de capacitação de recursos humanos, da atenção pré-natal e assistência à gestante por ocasião do parto e ao recém-nascido por ocasião do nascimento; monitoramento dos municípios considerados de risco por apresentarem número absoluto de óbitos superior a dez. Desde 2008 até setembro de 2009, foram implantadas Casas da Gestante em 49 Hospitais, abrangendo 229 leitos em Unidades de Obstetrícia. Até setembro de 2009, foram atendidas 1.862 gestantes com riscos potenciais nos leitos Casa da Gestante.

Programa Estruturante Saúde Perto de Você



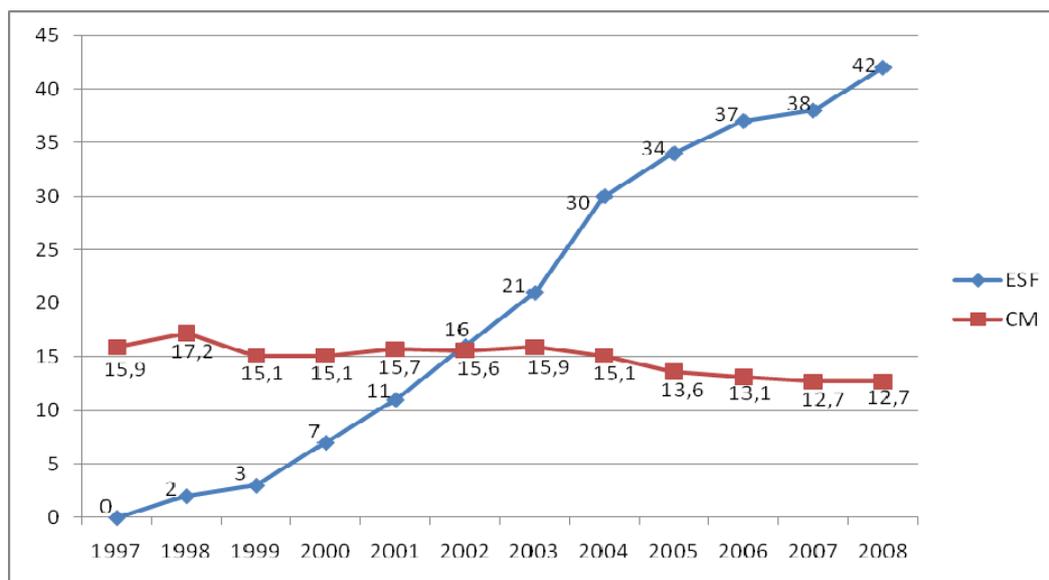
O **Programa Primeira Infância Melhor (PIM)** vem buscando a integração com as políticas de atenção básica para o desenvolvimento de ações de prevenção de agravos e promoção da qualidade de vida. Até novembro de 2009, foram atendidas 53.000 famílias e 6.360 gestantes. São 79.500 crianças de zero até seis anos beneficiadas pelo trabalho de 2.120 visitantes em 231 municípios do Estado. A redução da mortalidade infantil e dos índices de violência, ambos trabalhados pelo PIM, através dos visitantes, agentes que atuam nas próprias residências junto às famílias visando à promoção das habilidades das crianças, vem gerando mobilização junto às comunidades e à sociedade em geral.

O PIM teve uma ação satisfatória no que se refere ao alcance de metas e crescimento no número de atendimentos. Esse crescimento ocorreu em razão do bom desempenho das equipes técnicas e do esforço concentrado na forma de organização do acompanhamento das ações desenvolvidas, além da regularização da transferência do incentivo financeiro do PIM aos Municípios. Destaca-se o reajuste de 25% no valor do incentivo financeiro repassado aos municípios. O repasse mensal, que era

de R\$ 400,00, calculado pelo número de Visitadores, passou a ser de R\$ 500,00, a partir do mês de junho de 2009, conforme Portaria 206/2008.

Da mesma forma, o Estado continua investindo no aumento das **Equipes de Saúde da Família**, incluindo as de áreas indígenas. Atualmente estão implantadas 1.354 Equipes de Saúde da Família em 413 municípios, com cobertura de 42% da população, além de 641 Equipes de Saúde Bucal em 320 municípios e 7.875 Agentes Comunitários de Saúde em 439 municípios.

Evolução de cobertura da Estratégia Saúde da Família – ESF
X Coeficiente de Mortalidade Infantil – CMI



Fonte: SES.

O **Projeto de Prevenção da Violência (PPV)**, integrante do **Programa Estruturante Nossas Cidades**, constitui-se em uma inovação em políticas públicas e tem como objetivo prioritário a redução da violência no Rio Grande do Sul, através de ações articuladas e focadas nas comunidades com maiores índices de violência, em 50 municípios definidos como de atuação prioritária. Até o presente momento, 39 municípios, dos 50 com os maiores índices de morte por causas externas, aderiram ao PPV: Alegrete, Alvorada, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Camaquã, Candelária, Canguçu, Canoas, Carazinho, Caxias do Sul, Eldorado do Sul, Erechim, Esteio, Farroupilha, Ijuí, Lajeado, Montenegro, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, São Borja, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, Sapucaia do Sul, Soledade, Taquara, Torres, Venâncio Aires. Essa adesão representa 80% da meta estabelecida.

O PPV busca articular ações da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Primeira Infância Melhor (PIM), tendo em vista ampliar o número de equipes de Saúde da Família e de visitadores do PIM nas áreas mais violentas. Realiza diagnóstico em conjunto com a comunidade local e os

gestores municipais, para identificar locais prioritários e viabilizar a construção de Unidades Básicas de Saúde. Além disso, articula-se com a Política de Saúde Mental para qualificar a rede de atenção, fortalecendo ações intersetoriais, ampliando o número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e promovendo capacitação de profissionais que atuam em CAPS, Hospitais Gerais, Hospitais Psiquiátricos e Fazendas ou Comunidades Terapêuticas. Aproximadamente 2.500 pessoas já foram capacitadas, entre eventos e cursos correlatos à prevenção da violência. O PPV também atua em consonância com a Política Estadual de Enfrentamento à Epidemia do *Crack* e, em parceria com o Centro Estadual de Vigilância Sanitária (CEVS), agiliza as notificações por suspeita de violência.

Na rede de atenção à **Saúde Mental**, 14 novos CAPS foram implantados em 2009, dos quais: 05 CAPS AD, para atendimentos de usuários de álcool e outras drogas, nos municípios de Alegrete, Alvorada, Passo Fundo, São Borja e Venâncio Aires; 05 CAPS I nos municípios de Arroio Grande, Boa Vista do Cadeado, Montenegro, Rosário do Sul e Tenente Portela; 03 CAPS II nos municípios de Gravataí, Porto Alegre e Viamão; e 01 CAPS-i (Infanto-Juvenil) em Lajeado. Ainda foram disponibilizadas 130 vagas em 07 Comunidades Terapêuticas, que atendem também municípios do PPV em: Parobé (02 unidades), Caxias do Sul, Santo Ângelo, Rio Pardo, Santa Rosa e Palmeira das Missões. Até o final de 2009, serão disponibilizadas outras 221 vagas, a partir de novos convênios com mais 16 Comunidades Terapêuticas para tratamento de dependência química, totalizando 352 vagas em 23 Comunidades Terapêuticas conveniadas até dezembro de 2009, servindo como referências de atendimento no Estado.

Ainda na área de Saúde Mental, destaca-se a adesão de 85 hospitais gerais, sendo disponibilizados 574 novos leitos para a saúde mental, em especial, para o tratamento de usuários de *crack*. O RS possui atualmente 810 leitos psiquiátricos em hospitais psiquiátricos e 871 leitos em 188 hospitais gerais, além de leitos clínicos para álcool e drogas, o que faz com que o RS seja o Estado do Brasil com maior número de leitos para saúde mental em hospitais gerais.

Em ação conjunta entre a Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social e a Secretaria da Saúde do Estado, foi criado o **Programa RS-Socioeducativo Eixo I**, para as famílias de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto e recebem apoio através de equipes especiais de saúde. São privilegiadas abordagens preventivas através de visitas domiciliares e outras estratégias. Além disso, o Programa desenvolve ações para promover a reinserção dos adolescentes em suas famílias e comunidades, sensibilizar e conscientizar a sociedade para o acolhimento do adolescente em conflito com a lei e contribuir para a construção e execução dos programas da rede de atendimento aos adolescentes nos municípios. Os seguintes municípios foram beneficiados pelo Programa RS-Socioeducativo Eixo I em 2009: Alvorada, Bagé, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Esteio, Santa Cruz do Sul, Novo Hamburgo, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, São

Leopoldo, Sapucaia do Sul, Uruguaiana, Viamão e Erechim. Em 2010, Porto Alegre contará com mais sete equipes e novos municípios serão contemplados, entre eles Montenegro, Lajeado, Torres, Vacaria e Guaíba, cada um com uma equipe.

Através de um convênio da SES com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICA), e na mesma linha de atuação do RS-Socioeducativo, está sendo desenvolvido um programa que integra o Judiciário, o Ministério Público, 81 municípios da Comarca de Santo Ângelo e 40 municípios da Comarca de Santa Maria, atendendo 770 famílias no total.

Na **Assistência Farmacêutica**, foi estruturado e aperfeiçoado o sistema informatizado de gerenciamento da demanda por medicamentos excepcionais e especiais, tendo sido automatizada grande parte da rotina de compras e criada rotina de inventário eletrônico de estoques, possibilitando melhorias na gestão das compras, estoque e logística de medicamentos.

Destaca-se a melhoria nos serviços de processamento e cobrança das Autorizações para Procedimentos de Alto Custo/Complexidade (APACs). Na comparação do ano de 2009 com o de 2008, o ressarcimento parcial do Governo Federal pela dispensação de medicamentos excepcionais foi otimizado, gerando aumento de 24,42 % no valor desses recursos destinados a cofinanciar o Programa de Medicamentos Excepcionais. O aumento na obtenção de recursos federais resultou em um acréscimo de 19,11 % no número de pacientes atendidos, gerando significativa melhoria no atendimento e acesso da população.

Para ampliação da oferta de tratamento a usuários portadores de hepatite C, no primeiro semestre de 2009, foi criado um terceiro turno de atendimento no Centro de Aplicação e Monitorização de Medicamentos Injetáveis (CAMMI) junto ao Hospital Sanatório Partenon em Porto Alegre-RS. Ainda no que diz respeito à implementação da política de descentralização dos CAMMIs, foram inauguradas 02 novas unidades em Rio Grande e Caxias do Sul, em parceria com a Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e Secretaria Municipal de Saúde de Caxias do Sul, respectivamente.

Em outubro, foi lançado o Programa **Remédio em Casa para Idosos**, em uma parceria com os Correios, que visa garantir o acesso aos medicamentos de competência do Estado (Especiais e Excepcionais) com atendimento prioritário a domicílio aos pacientes com idade igual ou superior a 60 anos, conforme assegura o Estatuto do Idoso. O potencial de atendimento é de 25 mil usuários na primeira etapa do projeto.

Com relação ao processo de **Regionalização da Saúde**, as redes de serviços especializados estão constituídas por: 14 unidades de Cardiologia; 27 de Oncologia; 19 de Neurocirurgia; 19 unidades de Atenção em Traumatologia-Ortopedia; 70 serviços de Hemodiálise; 28 hospitais para Atenção a Gestantes de Alto Risco; 57 APAES (Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência Mental e Autismo); 7 unidades para Atenção à Pessoa com Deficiência Auditiva; 7 unidades para Atenção à Pessoa com Deficiência

Física; 31 unidades de Atenção em Oftalmologia; e, 04 unidades de Cirurgia Bariátrica para a assistência ao paciente portador de obesidade grave.

A SES está implementando a Triagem Auditiva Neonatal Universal (teste da orelhinha), através da doação de equipamentos adquiridos pelo Estado para 40 municípios do RS, com o objetivo de detecção precoce da surdez. Na Rede Estadual de Atenção à Deficiência Física, houve o ingresso de duas novas unidades, uma em alta complexidade, a Associação Canoense de Deficientes Físicos (ACADEF), e uma em média complexidade na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Na Rede Estadual de Atenção à Deficiência Visual estão sendo habilitadas duas Unidades: o Hospital Banco de Olhos de Porto Alegre e o Hospital São José de Giruá, possibilitando aos pacientes com deficiência visual e baixa visão um acolhimento pelo SUS que, há muito, vinha sendo buscado.

No Programa Saúde Perto de Você está inserida a Ação de Apoio aos Hospitais Vinculados ao SUS, que objetiva incentivar as instituições hospitalares com recursos financeiros estaduais para qualificar os serviços prestados e ampliar a oferta em áreas de maior carência assistencial. O Incentivo Básico é estendido a todos os hospitais contratualizados com a SES ou com o Gestor Municipal (no caso dos Municípios em Gestão Plena do Sistema). Os Incentivos Específicos são aqueles complementares atribuídos aos hospitais que cumprirem metas fixadas pelas Políticas Estaduais de Saúde, que visam ampliar o acesso regional em Saúde Mental, Gestante de Alto Risco, Traumato-Ortopedia, entre outros.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SALVAR/SAMU), através da Central de Regulação Estadual, ampliou o atendimento médico de urgências e emergências por telemedicina para 136 municípios. Foram reguladas, de janeiro a outubro de 2009, 250 mil chamadas para a Central 192. Considerando as Centrais de Regulação de Pelotas, Bagé, Caxias do Sul e a Central de Regulação Estadual, a cobertura de atendimento realizado pelo SAMU em todo Estado é de 59,6% da população, correspondendo a 6 milhões e 500 mil habitantes, aproximadamente. Em 2009, foram repassados aos municípios da Macrorregião Missioneira e Metropolitana (Litoral Sul e Litoral Norte) recursos para compra de equipamentos para ambulâncias e capacitados 185 profissionais da região Missioneira. Foram implantadas novas bases em Campo Bom (Macrorregião Metropolitana); Canguçu, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar e Rio Grande (Litoral Sul) e Santa Rosa, Horizontina, Três de Maio, Giruá, Tuparendi, Cruz Alta, Ijuí, Panambi, Santo Cristo, Três Passos, Cândido Godói e Santo Ângelo (Macrorregião Missioneira/Região Noroeste).

A **Central Estadual de Regulação** iniciou suas atividades em junho de 2008, com o objetivo de buscar a garantia do acesso aos leitos de UTI em gestão plena estadual e referências intermunicipais. As ações foram implantadas gradativamente, iniciando pela regulação de leitos de UTI neonatal e pediátrica, em consonância com a prioridade da Secretaria Estadual de Saúde de redução da mortalidade infantil. Até setembro de 2009, foram regulados 3.603 casos de internação em UTI neonatal, com percentual de resolução de 98,5%. As solicitações de leito em UTI pediátrica totalizaram 1.080 casos, e o percentual de resolução também foi

satisfatório (97%). A regulação do acesso aos leitos de UTI adulto iniciou parcialmente em outubro de 2008, sendo totalizada em março de 2009, com 2.831 casos atendidos até setembro. Em 2009, a Central investiu em estratégias de qualificação do processo, que permitem o monitoramento de resultados e planejamento das ações.

Quanto ao enfrentamento da epidemia de *Influenza A H1N1*, a Central Estadual de Regulação atuou em caráter emergencial, ampliando a capacidade instalada de assistência a pacientes graves, através da distribuição de equipamentos para UTI. O acesso a leitos de UTI foi garantido para a quase totalidade dos 170 pacientes encaminhados à Central, ressalvados os casos sem condições de transferência, além do acompanhamento e monitoramento do atendimento dos cerca de 870 casos de UTI (número não finalizado em função dos casos de dúvida diagnóstica) no Estado inteiro.

Foram nomeados pelo Concurso da SES 15 Médicos Reguladores e iniciada a obra de duplicação do Complexo de Regulação do Estado, sediada no Hospital Sanatório Partenon, onde estão situadas as Centrais de Regulação de Transplantes, de Regulação do SALVAR/SAMU e de Regulação de Leitos. O funcionamento da Central veio consolidar uma atividade de responsabilidade do Estado, possibilitando acesso efetivo a pacientes com risco à vida.

No que respeita à qualificação profissional para o fortalecimento da **Gestão da Saúde Pública**, ao longo de 2009, as ações da Escola Técnica do SUS (ETSUS) foram fortalecidas junto às Coordenadorias Regionais de Saúde, que contribuíram para a reorganização dos planos de ensino e elaboração de instrumentos de avaliação dos cursos de educação profissional aprovados nas Comissões de Integração Ensino-Serviço (CIES). Foi enviado para análise pelo Conselho Estadual de Educação o credenciamento e autorização dos Cursos de Técnico Agente Comunitário de Saúde, Técnico de Enfermagem, Técnico em Vigilância em Saúde e Técnico em Saúde Bucal. Foi concluído o curso de Auxiliar de Consultório Dentário, bem como o Curso de Cuidadores de Idosos.

Em abril de 2009, foram iniciadas duas turmas no Curso de Especialização em Direito Sanitário, com o total de 70 profissionais da saúde e operadores do direito, em articulação com a Escola do Ministério Público, Associação de Juízes do Rio Grande do Sul, Academia da Polícia Civil, Procuradoria-Geral do Estado do RS e Escola da Defensoria Pública do Estado do RS, em parceria com a UNISINOS.

O I Curso Binacional de Especialização em Saúde Pública foi lançado em outubro de 2009. É uma parceria entre a Escola de Saúde Pública (ESP), a Universidade da República do Uruguai e a UNISINOS. Visa contribuir para a qualificação de trabalhadores de saúde para atuação em acordo com as diretrizes dos respectivos Sistemas de Saúde, especialmente na região de fronteira. Estão sendo oferecidas 40 vagas, 20 para cada país, em uma iniciativa pioneira de integração das ações e serviços de saúde dos dois países.

No que tange às **Ações de Vigilância em Saúde**, destacam-se as de combate à dengue, à leishmaniose visceral, à febre amarela e à *Influenza A H1N1*.

O Estado está há quase dois anos sem registrar casos autóctones de dengue. No final de 2009, 55 municípios apresentavam focos do mosquito transmissor, todos sob controle. O Plano de Contingência Estadual, com especial atenção à Região Metropolitana de Porto Alegre e Regiões Norte e Missões, propõe planejamento de ações para evitar uma epidemia de dengue, cujos riscos aumentam com a proximidade do verão. Até setembro de 2009, foram repassados mais de R\$ 1,2 milhão, recursos do Tesouro, para 12 municípios infestados por *Aedes aegypti*, com índices de infestação maior que 1%, para o combate à doença.

Em 2008, com a notificação de casos de leishmaniose visceral na 12ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS), em São Borja, foram desencadeadas várias medidas de vigilância, bem como capacitação de trabalhadores e envolvimento da comunidade na prevenção da doença. O Estado, através do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS), destinou R\$ 250 mil à Prefeitura Municipal de São Borja, para construção do Canil Municipal. Outros municípios têm sido alvo de ações de vigilância e controle da doença, conforme vai se ampliando o quadro epidemiológico. As ações de controle e vigilância têm beneficiado os municípios da Fronteira Oeste do Estado, que compõem a 10ª, 12ª e 14ª CRS do Estado. Fora da região anteriormente citada, estão em investigação epidemiológica os municípios de Santa Cruz do Sul, Viamão, Encruzilhada do Sul e Santa Maria.

Em outubro de 2008, o Estado do Rio Grande do Sul detectou a circulação do vírus da febre amarela entre primatas não humanos (bugios), na região Noroeste do Estado. Posteriormente, as regiões Central, Nordeste e Metropolitana foram também afetadas. Em seis meses, observou-se a expansão da área atingida em cerca de 500 km.

Atualmente, são 293 municípios que compõem a área de vacinação contra a doença, e os dados preliminares demonstram que cerca de 3.598.629 pessoas já foram vacinadas. A prioridade tem sido a imunização da população que reside em área rural, na mata ou beira de rios. A SES continua monitorando as populações de bugios e, paralelamente, são realizadas capturas de mosquitos para identificação das espécies de vetores da Febre Amarela Silvestre para monitoramento e tentativa de isolamento viral. Ações de vacinação foram desencadeadas, e a vigilância de novas epizootias foi reforçada.

O Rio Grande do Sul vem enfrentando, de forma competente, desde abril de 2009, a questão da pandemia de *Influenza A H1N1*. No Estado, foram notificados 7.835 casos da doença e 204 óbitos. Para fazer frente ao problema, foi estruturado o *Gabinete de Crise da Influenza da SES/RS*, para coordenar as ações intra e intersetoriais necessárias e estabelecer um canal de informações, através da construção de uma rede com todos os órgãos envolvidos. Foi criado, também, o **Comitê Estadual de Enfrentamento da Pandemia de *Influenza A H1N1***, com a

participação de outras instituições além da SES/RS, como a Secretaria Estadual de Educação, a Defesa Civil, a ANVISA/Vigilância de Portos, Aeroportos e Fronteiras, a Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer, os Conselhos Regionais de Medicina e Enfermagem, a Associação de Secretários e Dirigentes da Saúde (ASSEDISA), Faculdades de Medicina, Hospitais de Referência, Sociedades Científicas locais (Infectologia, Terapia Intensiva, Gineco-Obstetrícia) e Secretarias Municipais de Saúde, entre outras.

Várias ações foram desenvolvidas, inclusive vigilância ativa de fronteiras e educação em saúde, de acordo com o Plano Estadual de Enfrentamento da Pandemia de *Influenza*. Foram realizadas capacitações e videoconferências para os técnicos das Coordenadorias Regionais de Saúde e Municípios, além da elaboração de dez protocolos para orientar e padronizar as ações desenvolvidas e um Boletim específico para *Influenza A H1N1*.

A organização e regulação do fluxo assistencial foram primordiais para o controle do problema. Foi efetuado repasse financeiro estadual aos municípios para o desenvolvimento do Programa Inverno Gaúcho, com participação de 500 unidades de saúde municipais atendendo em horário ampliado, até as 22 horas. Os exames de RX e de análises clínicas foram suplementados em 20% para dar suporte aos pacientes ambulatoriais. Houve habilitação emergencial de 153 novos leitos de UTI para atendimento dos pacientes graves suspeitos da doença. Foram locados pelo Estado, para reforço a 32 hospitais de referência, 100 respiradores, e efetivada a compra de 50 respiradores e 80 monitores cardíacos. Foi ampliado o número de internações por doenças respiratórias no RS para dar cobertura às necessidades de enfrentamento da Gripe A, totalizando 9.419 internações, por doenças respiratórias, a mais do que em 2008. Todas as medidas importaram em uma competente estratégia organizativa que salvou vidas e diminuiu os impactos da gripe sobre a população gaúcha.

Desde agosto de 2009, o diagnóstico laboratorial dos casos suspeitos de *Influenza A H1N1* foi descentralizado para a **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)**, através do Instituto de Pesquisas Biológicas/Laboratório Central do Estado (IPB-Lacen), não mais havendo a necessidade de transporte de amostras para a FIOCRUZ, no Rio de Janeiro, onde antes eram realizados os exames.

Em apoio às demandas judiciais de **investigação de paternidade e maternidade**, a FEPPS, através do Laboratório de Investigação de Paternidade, firmou convênio no ano de 2007 com o poder Judiciário e a Defensoria Pública do Estado para a realização desses testes. Além de promover uma economia de mais de 40% nos valores anteriormente pagos pelo Tesouro do Estado, foi possível reduzir substancialmente a fila de espera, que chegava a 16 meses, com coletas sendo feitas em oito municípios do RS. Na maioria desses municípios, a coleta é feita no mesmo dia da audiência de conciliação. Essa ação possibilita economia aos cofres públicos e a conquista da cidadania para milhares de crianças, que têm seus genitores identificados. Somente em 2009, até outubro, foram realizados 3.969 exames com faturamento

superior a R\$ 1,67 milhão, representando 100% do atendimento da demanda enviada.

O Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul (HEMORGS)

disponibiliza e garante o fornecimento de sangue e hemoderivados com qualidade aos leitos do Sistema Único de Saúde (SUS), de sua área de abrangência, além de ser o Coordenador da Hemorrede Pública Estadual, composta por seis Hemocentros Regionais (localizados nos municípios de Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Rosa, Pelotas, Alegrete e Santa Maria) e um Núcleo Hemoterápico (Cruz Alta). A Capacidade Operacional instalada nos Serviços Hemoterápicos Públicos do Estado é de 190.800 coletas/ano e, considerando os serviços que se encontram em fase de implantação, a capacidade instalada será de 291.600 coletas de sangue/ano. Equivale dizer que a capacidade instalada da Hemorrede Pública atinge um patamar de 2,8% da população gaúcha, superando sobremaneira a expectativa da Política Nacional de Sangue.

Atendimentos realizados no HEMORGS - jan/out 2009

Procedimento	Realizado
Doadores aptos	13.969
Bolsas coletadas	13.851
Bolsas fracionadas	17.242
Hemocomponentes produzidos	39.331
Hemocomponentes distribuídos	19.414
Atendimento a pacientes com coagulopatias	1.036
Coletas de medula	5.912

Fonte: FEPPS.

No âmbito da **Pesquisa e Diagnóstico em Saúde**, foram centrados esforços na capacitação de profissionais e aquisição de equipamentos e insumos laboratoriais em curto prazo, visando ao enfrentamento do novo subtipo viral de *Influenza A H1N1*. Isso permitiu a disponibilização da metodologia de Reação em Cadeia de Polimerase em Tempo Real/RT-PCR, atendendo ao preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como diagnóstico de referência para elucidação de casos suspeitos, tendo sido o IPB-LACEN/FEPPS um dos primeiros laboratórios do País a disponibilizar esse diagnóstico para a população.

Além disso, foi implantada a técnica de ELISA e a técnica de Imunofluorescência Indireta para Leshmaniose Visceral Canina com o objetivo de obter resultados mais rápidos em função da preconização de eliminação dos cães doentes.

Análises realizadas no IPB-LACEN - jan/out 2009

Procedimentos	Realizado
Dengue (por MacElisa)	148
Febre Amarela (MacElisa)	420
Vírus Respiratórios por imunofluorescência	5.002
H1 N1 por RT-PCR	1.508
Leishmaniose Visceral Canina	3.632
Identificação de vetores	Realizado
Dengue/Febre Amarela	49.942
Leishmaniose	3.086

Fonte: FEPPS.

AÇÕES PARA 2010

Programa	Ações
Assistência em Média e Alta Complexidade	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de redes regionalizadas de atenção à saúde • Implantação de 100 unidades SALVAR/SAMU para atendimento de urgência e emergência • Assistência complementar, com a implantação de unidades • Regulação assistencial, com a implantação de centrais de regulação • Doação de órgãos e transplantes • Construção do hospital regional • Recuperação e manutenção dos hospitais de pequeno porte no interior do Estado
Assistência Farmacêutica	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento de medicamentos excepcionais, especiais e de ações judiciais • Ampliação da capacidade produtiva do LAFERGS • Otimização da distribuição de medicamentos vendidos às Prefeituras
Atenção Integral à Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação da Estratégia de Saúde da Família, com a implementação e manutenção de cerca de 1.800 Equipes de Saúde habilitadas e mais de 7,5 mil Agentes Comunitários habilitados • Implantação de 40 Unidades Básicas de Saúde (UBS)
Implementação da Vigilância em Saúde	<p>Continuidade das ações de implementação da vigilância em saúde, com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de ações de vigilância epidemiológica e ambiental • Enfrentamento de eventos adversos (dengue, febre amarela, gripe A) • Implementação da rede de laboratórios de saúde pública • Otimização do sistema estadual de toxicovigilância
Pesquisa e Educação em Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de mais de 4.500 profissionais da área da saúde • Realização de pesquisas biotecnológicas em saúde e de vigilância ambulatorial • Desenvolvimento de medicamentos • Realização de diagnósticos de paternidade
Programa Estadual de Prevenção da Violência	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento a 50 municípios • Manutenção de 200 equipes de saúde da família habilitadas para atendimento em PPV
Primeira Infância Melhor	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento a mais de 65 mil famílias • Assessoramento a 265 municípios

Programa	Ações
	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e disponibilização as visitantes de mais de 600 bicicletas
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento a portadores de hemoglobinopatias e coagulopatias

JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

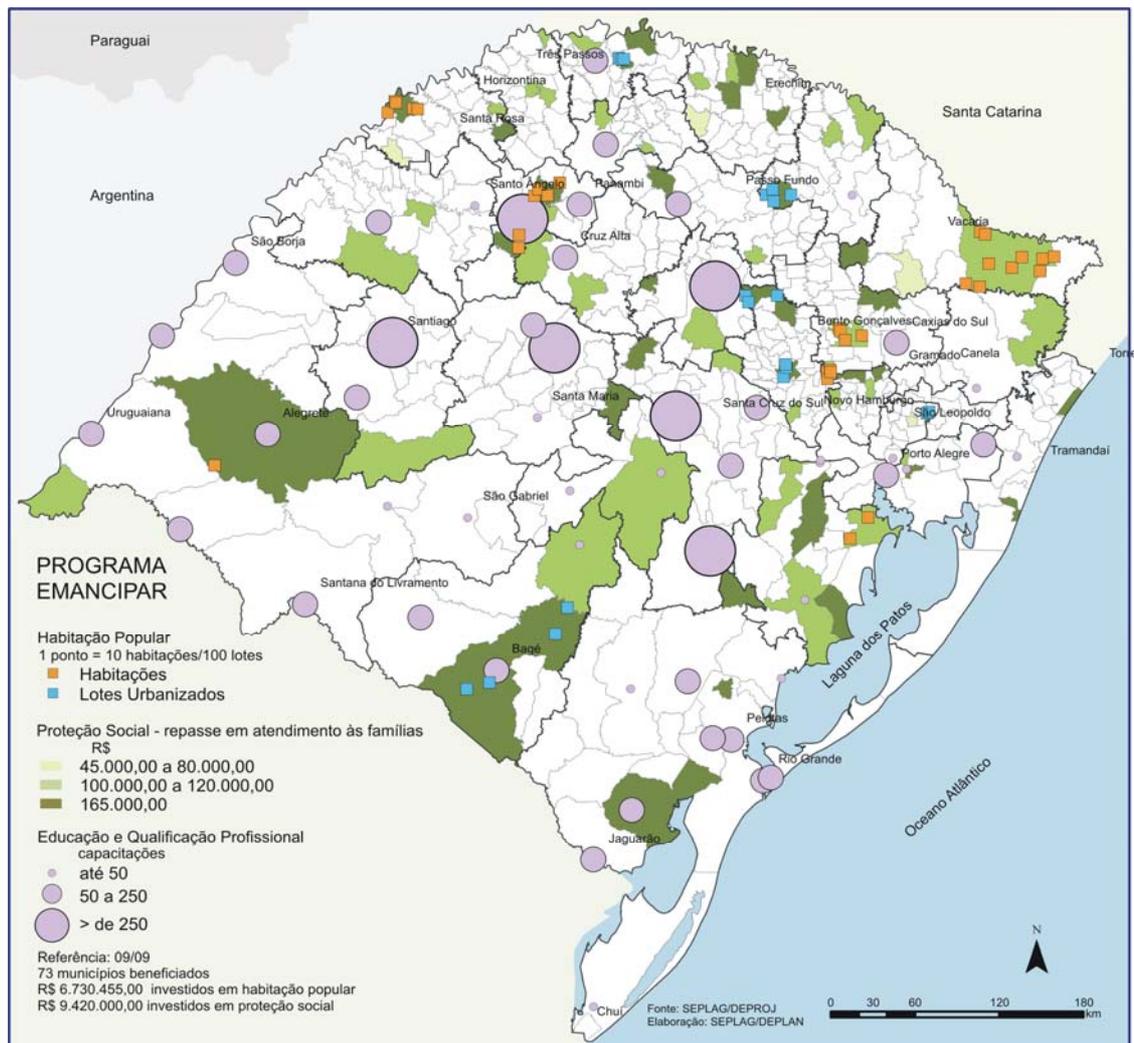
A Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social (SJDS)

é o órgão responsável pela articulação e execução das políticas sociais no Rio Grande do Sul. Atua na área dos direitos humanos, em suas diversas demandas, no fortalecimento do terceiro setor, na área da assistência social e no desenvolvimento local. Também é responsável pela política estadual de acesso ao mercado de trabalho, programas de qualificação profissional, saúde e segurança do trabalho, bem como geração de emprego e renda. Cabe à SJDS a implementação das ações estaduais de assistência social, baseada na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A Secretaria dá sustentação às demandas dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Mulher, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, dos Povos Indígenas, da Comunidade Negra, de Defesa do Consumidor, de Segurança Alimentar e de Assistência Social. Faz, ainda, o registro de entidades civis, indispensável à concessão da declaração de utilidade pública estadual e, por intermédio do PROCON, desenvolve diversas ações na defesa dos direitos do consumidor. A SJDS ainda desenvolve trabalhos para a ressocialização de crianças e adolescentes em conflito com a lei e em situação de vulnerabilidade social.

Tais competências são exercidas pela Secretaria e por suas instituições vinculadas, a saber: **Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)**; **Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE)**; **Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS)**; e, **Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiências e Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS)**.

O **Programa Estruturante Emancipar – Todo Mundo é Cidadão** caracteriza-se por ação integrada com as secretarias estaduais, prefeituras municipais, iniciativa privada e comunidades beneficiadas. Desenvolve-se através de uma abordagem inovadora com diagnóstico local e pactuação ativa com as comunidades. Integra ações de habitação popular, qualificação profissional e geração de renda, saúde, combate ao analfabetismo, empreendedorismo e microcrédito, cultura e segurança, com apoio de uma ampla rede de parceiros públicos e privados. O Programa já envolveu 74 municípios, beneficiando 20.131 famílias.

Realizações do Programa Estruturante Emancipar RS



O Programa Emancipar – Projeto Educação e Qualificação Profissional promove cursos de Alfabetização de Adultos e Capacitação Profissional, através de instituições voltadas para a área da aprendizagem em parceria com os municípios. Até o momento, foram beneficiados 50 municípios, com 5.835 pessoas capacitadas e 26 pessoas alfabetizadas.

O Programa Emancipar – Projeto Jovem Aprendiz objetiva proporcionar a formação técnica de jovens de baixa renda, através de cursos que atendam ao cumprimento da Lei da Aprendizagem. Até o momento, estão em andamento seis turmas de aprendizes, com um total de 164 alunos.

O Programa Emancipar – Projeto Proteção Social desenvolve ações de proteção social, através de orientação e apoio sociofamiliar, realizando reuniões e visitas domiciliares. Visa, também, ações socioeducativas com grupos de crianças e adolescentes, bem como grupos

de convivência com idosos. Nesse contexto, houve transferência de R\$ 4,3 milhões, atendendo 15.230 famílias, em 70 municípios.

O **Programa REDE RS CRIANÇA** visa mobilizar o Poder Público, a sociedade civil organizada, empresas e os cidadãos para doações ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tem o objetivo de financiar projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, adolescentes infratores e dependentes de substâncias psicoativas. No ano de 2009, já foram conveniadas 52 organizações, entre entidades e prefeituras, para o atendimento de 2.600 crianças e adolescentes.

O **Projeto Dependentes de Substâncias Psicoativas**, que fornece recursos para projetos sociais voltados ao desenvolvimento de ações de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes e aos dependentes de substâncias psicoativas, teve 46 projetos selecionados, sendo 24 de organizações privadas e 22 de prefeituras municipais, para o atendimento de 2.500 crianças e adolescentes.

O **Programa RS Socioeducativo** objetiva qualificar o atendimento socioeducativo no Estado, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, contribuindo para a redução da reincidência criminal e prevenção da violência. Desse modo, incentiva as medidas socioeducativas de meio aberto, como a liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade; amplia o número de Unidades de Semiliberdade; e, estabelece ações de apoio e acompanhamento de adolescentes egressos dos Centros de Atendimento da FASE.

Nas ações de inserção social, dirigidas aos adolescentes egressos da FASE, foram firmados convênios com as entidades Centro Educacional São João Calábria e Fundação Pão dos Pobres, no valor total de R\$ 1,4 milhão. Até o momento, estão em atendimento 84 adolescentes, de uma meta total prevista de 140. Foram desenvolvidas ações de apoio e acompanhamento de adolescentes egressos das medidas socioeducativas privativas de liberdade e atendimento multidisciplinar para apoio psicossocial e pedagógico. O apoio financeiro foi de R\$ 220,00 por adolescente inserido no Programa. Houve o encaminhamento de convênios para as regionais de Passo Fundo, Santa Maria, Novo Hamburgo e Caxias do Sul.

O convênio com a entidade social Instituto Pobres Servos da Divina Providência garantiu a aquisição de equipamentos, visando à montagem de oficinas de lanches rápidos; já o convênio com a Fundação O Pão dos Pobres assegurou manutenção de computadores. O público-alvo das oficinas são adolescentes que, embora com faixa etária condizente para a profissionalização, apresentam baixa escolaridade, o que impede sua inserção em cursos profissionalizantes .

A **Rede Parceria Social** é uma iniciativa conjunta da SJDS, organizações sociais e empresas, com o objetivo de realizar projetos em todo o Estado, abrangendo diversas áreas da assistência social e

beneficiando centenas de pessoas. Em 2009, foram classificados e estão em desenvolvimento 228 projetos sociais em 68 municípios, totalizando R\$ 4,9 milhões. A Parceiros Voluntários, organização integrante da Rede, já capacitou 138 pessoas, em sete turmas das 15 previstas, para representantes de cada Organização Não-Governamental (ONG).

O Programa Estadual de Apoio aos Conselhos Tutelares (RS Tutelar) visa, entre outros objetivos, oferecer qualificação profissional aos Conselheiros Tutelares, em primeiro ano de mandato, através de cursos com carga horária de 60 horas/aula. Até o momento, foram realizados 06 cursos, qualificando 257 conselheiros tutelares, de 94 municípios.

O Programa de Apoio e Promoção à Inclusão Social (PAIPS) – Lei da Solidariedade – apoia projetos de inclusão e promoção social, utilizando mecanismos de parceria e colaboração, integrando entidades sociais, empresas e administração pública estadual mediante concessão de incentivo fiscal.

Em 2009, foram cadastrados 22 novos projetos, totalizando o valor de R\$ 2,6 milhões, beneficiando os municípios de Santa Maria, Bagé, Pelotas, Sapucaia do Sul, Canoas, Gravataí, Charqueadas, Porto Alegre e São Sepé. Esses projetos atingirão pessoas portadoras de necessidades especiais, crianças e adolescentes, idosos, dependentes químicos, quilombolas e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs).

Foram lançados os Editais de Seleção de Projetos através dos editais nº 004/2009 – SJDS/Centro Infanto-Juvenil Zona Sul-Vila Cruzeiro POA e nº 008/2009 SJDS/Centro de Referência para Pessoa com Deficiência-Morretes, referentes ao conveniamento e contratualização com organizações sem fins lucrativos, para a prestação de serviços, por meio das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

O Centro Social da Vila Cruzeiro já tem edital para contratualização de OSCIP, e o número de crianças atendidas passará de 150 para 200 com a contratualização.

O Projeto Orquestra de Câmara Jovem do Rio Grande do Sul, gerido pela FAMURS e financiado pelo BANRISUL, em parceria com as Secretarias de Estado da Educação e da Cultura e Prefeitura de Porto Alegre, visa à formação de uma orquestra com jovens entre 10 e 14 anos de idade, de escolas públicas do município, pertencentes a famílias com renda de 01 até 03 salários mínimos. Atualmente, 45 jovens estão recebendo formação musical, teórica e prática, com carga horária de 240 horas.

A SJDS coordena a Política de Assistência Social no âmbito do Estado, sendo o elemento propulsor das medidas e mecanismos necessários para a construção dos pilares de sustentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos 496 municípios do Rio Grande do Sul, acompanhado pelo Conselho Estadual de Assistência Social, órgão deliberativo e fiscalizador da política.

O SUAS é destinado a pessoas e grupos que se encontram em vulnerabilidade e riscos, com serviços prestados através de ações de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Este último, desmembrado em Proteção Social Especial de Média Complexidade e de Alta Complexidade.

O Projeto Rede de Proteção Social desenvolve atividades de proteção a famílias, através de orientação e apoio sociofamiliar, realizando reuniões e visitas domiciliares. Promove, também, ações socioeducativas com grupos de crianças e adolescentes e de convivência com idosos. O valor liquidado do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) é de R\$ 3,7 milhões, para 312 municípios, atendendo 29.148 famílias.

A ação **Política Estadual do Idoso – RS Amigo do Idoso** tem por objetivo coletar, junto aos idosos, histórias vividas por eles e dar visibilidade à violência cometida contra essas pessoas. Para técnicos representantes dos 15 municípios da etapa inicial, foi realizado um Curso de Capacitação para desenvolvimento da metodologia da "contação de histórias". Participaram 25 pessoas, que farão a coleta de histórias junto aos idosos.

Com relação à violência, foi realizado um Seminário Estadual Desvelando a Violência contra as Pessoas Idosas, com 146 participantes de 76 municípios.

A ação **Apoio aos Conselhos de Direitos** coordena as atividades de apoio técnico e administrativo aos oito Conselhos de Direitos vinculados ao Departamento de Cidadania e Direitos Humanos/SJDS: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual do Idoso, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual dos Povos Indígenas, Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, Conselho Estadual dos Direitos do Consumidor e Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Nesse contexto, possibilitou a realização da VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação de 1.000 pessoas, dentre delegados e observadores.

O Centro de Referência Vânia Araújo Machado (CRM) atende mulheres que sofrem algum tipo de violência, seja física, verbal, sexual, psicológica, patrimonial ou moral. A finalidade é centralizar e agilizar a rede de assistência e auxílio a mulheres vitimizadas. Foram atendidas, até o momento, 151 mulheres, e realizados 282 atendimentos através da Escuta Lilás.

O Projeto RS Quilombola é uma iniciativa conjunta da SJDS, EMATER/RS e SULGÁS, que visa qualificar o atendimento às comunidades remanescentes de quilombos no Estado. O objetivo é contribuir para a redução das desigualdades sociais e o combate à pobreza. O projeto atende 767 famílias de 18 comunidades localizadas nos municípios de Tavares, Mostardas, Palmares, Canguçu, Lavras, Aceguá, São Gabriel, Nova Palma, Cachoeira do Sul, São Lourenço do Sul, Pelotas e Porto Alegre.

Dentro do Programa de Segurança Alimentar, houve a manutenção de Restaurantes Populares, a implantação de Cozinhas e Hortas Comunitárias e a Articulação da Política de Segurança Alimentar. Os Restaurantes Populares têm por finalidade o enfrentamento da fome e da desnutrição, permitindo o acesso contínuo da população de baixa renda à alimentação balanceada e de qualidade, com preço acessível. Atualmente, a ação está centrada na manutenção de convênio com o Restaurante Popular de Porto Alegre. Até outubro do presente ano, foram servidas 151.279 refeições.

Em relação às cozinhas comunitárias, o espaço proporciona a elaboração e o fornecimento de alimentação saudável e de baixo custo. São desenvolvidas atividades de educação alimentar e nutricional, bem como capacitação para geração de renda. Foi firmado convênio junto ao município de Charqueadas, com meta de atendimento a 55 famílias da comunidade Cruz de Malta.

O Programa Solidariedade A Nota é Minha – Assistência Social é uma ação de apoio às entidades sociais do RS para auxiliar no cumprimento de suas finalidades, através do repasse de recursos financeiros. O valor repassado foi de R\$ 3,3 milhões, beneficiando 384 entidades sociais em 147 municípios do RS.

O **PROCON/RS** caracteriza-se por um serviço de orientação e defesa do consumidor, através de atendimentos, consultas, cartas de investigação e reclamações. Também realiza a fiscalização de estabelecimentos, através de lavratura de autos de infração, notificação e apreensão de produtos. Promove apoio técnico e capacitação para agentes dos PROCONs municipais. Atualmente, o Estado contabiliza 60 PROCONs.

O PROCON Porto Alegre atendeu a 4.351 pessoas de 135 municípios do RS; instaurou 261 processos; fiscalizou 220 estabelecimentos; e, realizou 15 capacitações para 210 pessoas sobre noções básicas dos direitos do consumidor e sobre o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC). Cabe ressaltar que o SINDEC foi instalado em Alegrete, Cachoeirinha, Santa Vitória do Palmar e São Leopoldo.

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), vinculada à Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, possui 135 Agências da FGTAS/SINE, localizadas em 132 municípios, onde se desenvolvem ações de intermediação de mão-de-obra, orientação e encaminhamento do seguro-desemprego, informações sobre mercado de trabalho, atendimento ao trabalhador autônomo, emissão de Carteira do Trabalho e Previdência Social, qualificação social e profissional, cadastramento e apoio ao artesão. Desenvolve, também, ações sociais que visam à promoção da cidadania a partir de atividades voltadas para saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer em espaços sociais localizados em Porto Alegre e São Leopoldo. A Fundação ficou responsável pela gestão executiva do **Programa Estruturantes Emancipar** e pelo desenvolvimento do Programa Trabalho e Renda. No **Programa Mais Trabalho Mais Futuro**, desenvolve o Projeto Qualificação e Emprego, no

qual foi implementada a ação EMPREGA-RS – sistema eletrônico de intermediação de mão-de-obra.

Na **Ação Atendimento à Comunidade** no Vida Centro Humanístico e Parque de Recreação do Trabalhador, foram desenvolvidas atividades voltadas para saúde, educação, cultura, meio ambiente, recreação, lazer, esporte e trabalho, e a segmentos populacionais socialmente vulneráveis, com vistas à convivência de famílias, idosos, adultos, crianças e adolescentes. No Vida Centro Humanístico, foram realizados 59.104 atendimentos, e no Parque de Recreação do Trabalhador, em São Leopoldo, 158.160 atendimentos.

Dentro da **Ação Desenvolvimento do Artesanato como Fonte de Renda**, foram cadastrados 70.172 artesãos, em 445 municípios, sendo emitidas 2.566 novas Carteiras de Artesão. Houve a realização de cursos de capacitação e qualificação profissional em artesanato, a orientação para a organização sustentável do trabalho, para 250 artesãos, em Porto Alegre, e a promoção de dez eventos de comercialização de produtos artesanais. Esses eventos garantiram ao artesão o acesso à renda, em sete municípios e em quatro Estados. Além disso, cabe ressaltar a renovação de 6.143 cadastros e carteiras de artesão.

Nas Agências SINE do Estado, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social promove Feira do Artesanato e oficinas de técnicas artesanais

Em relação ao recebimento do **seguro-desemprego**, o atendimento foi feito a 312.975 trabalhadores (129 municípios). No caso do emprego formal, foram inseridos no mercado de trabalho 46.206 trabalhadores, a partir da intermediação empregador/empregado, da captação de vagas junto às empresas, da pré-seleção e encaminhamento dos candidatos (135 municípios). Houve, ainda, a emissão de 158.797 Carteiras do Trabalho e Previdência Social, em 87 municípios, e a realização de dez pesquisas sobre emprego e desemprego, em Porto Alegre e Região Metropolitana.

A FGTAS também promove a **intermediação de trabalhadores autônomos** junto a pessoas físicas, associações, sindicatos, profissionais liberais, empresas ou condomínios que podem solicitar, através do Centro do Trabalhador Autônomo (CTA), profissionais que atuam como eletricista, encanador, pintor, pedreiro, faxineira, jardineiro e garçom. Os trabalhadores autônomos cadastrados no CTA têm registro na prefeitura, contribuem para o INSS e participam de programas permanentes de qualificação e avaliação do seu trabalho. Os profissionais que prestam serviços temporários, 3.102 trabalhadores cadastrados no CTA, possuem referências e passam por avaliações e treinamento para aperfeiçoamento.

Existem CTAs em Porto Alegre, Cachoeirinha, Canoas, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul e São Leopoldo. Esses centros funcionam junto às unidades FGTAS/SINE das referidas cidades.

Há, ainda, a qualificação social e profissional, que, por meio da realização de cursos, atendeu as demandas das Comissões Municipais de

Emprego, qualificando 2.641 pessoas, em 33 municípios com maiores índices de desemprego e menores índices de desenvolvimento econômico e social do RS.

A **Ação Promoção do Desenvolvimento Social Sustentável** integra o **Programa Estruturante Emancipar – Todo Mundo é Cidadão**, viabilizando o desenvolvimento social sustentável de comunidades, a partir da articulação com municípios e recursos locais; a elaboração de diagnósticos das necessidades e potencialidades, gerando um projeto específico com objetivos e metas para sua execução. Nesse sentido, o nível de vulnerabilidade social de uma comunidade foi representado graficamente através de 74 Fotos Sociais em 74 municípios.

No Projeto Trabalho e Renda, foram cadastrados 3.060 trabalhadores desempregados ou subempregados em situação de vulnerabilidade social, moradores das comunidades eleitas pelo Programa Emancipar, e inseridos 226 trabalhadores no mercado de trabalho.

A **Ação Emprega Rio Grande (EMPREGA-RS)** está inserida no Programa Estruturante Mais Trabalho Mais Futuro. O EMPREGA-RS é um sistema gerenciado pela Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, através da FGTAS, que tem por objetivo oferecer aos trabalhadores e empregadores recursos e solução gratuita para intermediação de empregos através da internet. Até o momento, houve a inscrição de 11.729 candidatos e de 155 empregadores, assim como o cadastramento de 429 vagas e realização de 17 colocações no mercado de trabalho.

A **Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE)** executa as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

Na área administrativa, a Fundação adquiriu 17 veículos, com investimento total de R\$ 818,9 mil e promoveu reformas nos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE), a saber:

- Reforma das Unidades Socioeducativas – CASE Padre Cacique, Comunidade Socioeducativa, CASE POA I, CASE POA II, Sede Administrativa, rede elétrica do CASE Caxias do Sul, construção da passarela no CASE Passo Fundo, reforma de hidrossanitários e do atendimento especial do CASE Pelotas, com investimento total de R\$ 4,8 milhões.
- Encontram-se em fase de elaboração os projetos complementares (elétrico, hidrossanitário e estrutural) do CASEPOA III, com um investimento de R\$ 6,8 milhões.
- Projetos em fase de elaboração para assinaturas de convênios com o Governo Federal, para construção de anexos e reforma geral dos prédios do CASE Novo Hamburgo e CASE Santa Maria, com investimento de R\$ 2,2 milhões.
- Está em andamento o levantamento planialtimétrico georreferenciado e avaliação do imóvel de propriedade da

FASE, com área de 75 ha (Complexo Sede da Av. Padre Cacique e Vila Cruzeiro) para possível permuta e/ou venda.

A unidade de Novo Hamburgo atende a 109 jovens e adolescentes em conflito com a lei na faixa dos 13 aos 20 anos, em regime de internação.

Dentre as ações de qualificação profissional e cidadania, destaca-se a inauguração do Centro de Formação Permanente da FASE/RS, com recursos de R\$ 300 mil para aquisição de equipamentos e R\$ 240 mil para reforma do espaço, instalações elétricas e hidráulicas. Cabe destacar, ainda, a realização de 80 cursos de formação, voltados à gerência, equipe técnica, monitoria, administrativo e pessoal de apoio, atingindo cerca de 1.600 servidores.

Na área administrativa de pessoal, foi implantado novo sistema de gestão, em conjunto com a Secretaria da Fazenda e PROCERGS, com o objetivo de otimizar o trabalho desenvolvido, tornando os mecanismos de controle mais eficazes.

O acompanhamento da gestão contratual do benefício de vales-alimentação/refeição possibilitou seu correto fornecimento, conforme exigência legal e contratual, gerando com isso a maior satisfação dos servidores.

Além da implantação do sistema de bilhetagem eletrônica de vales-transporte – TEU e TRI – na Região Metropolitana, está sendo implementada uma nova forma de concessão dos vales-transporte para o interior do Estado, através da contratação de empresas prestadoras de serviço, beneficiando a Fundação com um sistema de controle mais eficiente.

Na área de saúde e relações do trabalho, foram realizadas as seguintes atividades: 150 atendimentos no Centro de Esporte e Recreação; 461 exames periódicos em Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas e Uruguaiana; cobertura vacinal (430 doses); e, 53 verificações de controle da pressão arterial.

Na área socioeducativa, destacam-se as seguintes realizações:

- Finalização do Projeto Pedagógico e Arquitetônico do CASE POA III.
- Elaboração do Programa de Atendimento do CASE POA III.
- Apresentação do Programa RS-Socioeducativo para todas as 10 regionais do Estado.
- Implementação do Programa RS-Socioeducativo, EIXO II – egressos na regional Porto Alegre, contemplando 87 jovens.

- Início da organização do Programa de Egressos nas regionais de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria.
- Reordenamento para a implantação da Semiliberdade em todas as regionais.
- Revisão do Programa de Atendimento de Semiliberdade.
- Elaboração do Projeto Pedagógico e Arquitetônico para a construção de Centro de Atendimento nas regionais de Santa Cruz, Osório e Canoas.
- Elaboração de proposta de readequação da distribuição de vagas, frente à superlotação e realinhamento dos programas de atendimento na regional Porto Alegre.
- Elaboração do Manual de Ações de Segurança.

A Fundação de Proteção Especial do RS (FPERGS), vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e do Desenvolvimento Social, criada em 2002, é voltada a crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, abandono, violência física e psicológica, negligência dos pais ou responsável.

No ano de 2009, foram atendidos 719 abrigados com medida de proteção, cuja média de atendimento mensal é de 580 abrigados. Nos quadros a seguir, pode-se observar o demonstrativo por idade da população abrigada, bem como a movimentação dessa população:

Demonstrativo por idade da população abrigada na FPERGS em 10/11/09

Local	0 a 2 anos	3 a 6 anos	7 a 11 anos	12 a 15 anos	16 a 18 anos	19 a 21 anos	Mais 21 anos	Total
Ipanema	14	11	27	26	15	3	1	97
M. Deus	12	1	13	17	10	1	4	58
Belém Novo	17	2	12	12	9	2	1	55
Z. Oeste	5	2	14	20	13	4	2	60
Intercap	7	3	12	11	9	4	6	52
Z. Norte	7	5	3	19	8	6	2	50
ACPN ¹	2	2	8	8	8	6	30	64
AJL ²	0	0	1	5	7	8	34	55
ANMR ³	0	0	0	2	6	7	50	65
AMSF ⁴	0	0	1	7	1	0	0	9
Total	64	26	91	127	86	41	130	565

Fonte: FPERGS.

Nota: ¹ – ACPN – Abrigo Cônego Paulo de Nadal.

² – AJL – Abrigo José Leandro.

³ – ANMR – Abrigo Behyta Martins Ramos.

⁴ – AMSF – Abrigo Marília Sanchotene Felice.

Demonstrativo de movimentação da população
atendida na FPERGS em 2009

Dados	Total
População residual - 31/12/08	546
Novos ingressos	125
População residual – 04/11/09	565
Pessoas atendidas	719
População atendida	956

Fonte: FPERGS.

Nota: **População residual** refere-se a crianças e adolescentes que permanecem no abrigo na data referenciada.

Pessoas atendidas refere-se à população residual do ano anterior mais os ingressos novos, retornos de desligamento e de evasões.

População atendida refere-se à população residual do ano anterior mais todas as entradas do ano seguinte.

Nas ações de inserção social e comunitária, destaca-se o término do Projeto Inserção Familiar e Comunitária de Adolescentes e Jovens Adultos em Processo de Desligamento, que visou efetivar os desligamentos dos abrigados participantes, através de cursos de preparação para o trabalho, apoio em alimentação, transporte, materiais pedagógicos, móveis e eletrodomésticos. Foram realizadas, também, ações de preparação para o mercado de trabalho e inclusão social em diversos programas e serviços públicos e privados com os quais a FPERGS mantém parcerias e termos de cooperação técnica.

A Coordenação de Apoio Estratégico e o Núcleo de Ingresso e Documentação coordenaram as ações de assessoria aos municípios que demandaram ingressos de crianças e adolescentes nos abrigos da FPERGS. Essas ações, em 2009, foram realizadas junto a diversos municípios.

Além disso, o Serviço de Nutrição ampliou o acompanhamento aos abrigados mediante controle de peso, altura e prescrição de dietas especiais, visando contribuir para a educação e/ou reeducação alimentar.

O Serviço de Supervisão Setorial realizou a reavaliação das prescrições médicas em conjunto com os servidores médicos, a fim de racionalizar as despesas referentes às aquisições de medicamentos.

No ano de 2009, a Assessoria Jurídica proporcionou apoio jurídico a 60 abrigados, bem como às equipes técnicas e direções dos abrigos, a fim de promover a defesa dos direitos constitucionais, mediante encaminhamentos para concessão de benefícios, petições, solicitando revisões de medidas, petições para tratamentos e internações.

No tocante à área administrativa, as medidas de racionalização de despesas tiveram continuidade, sem prejuízo da qualidade do serviço prestado, otimizando os recursos financeiros disponíveis. Desse modo, a FPERGS está realizando a aquisição dos produtos necessários ao atendimento à população atendida, através do sistema eletrônico disponibilizado pela Central de Compras.

No ano de 2009, foram adquiridos cinco veículos, sendo um adaptado para o transporte de cadeirantes. Essa medida proporcionou melhoria no atendimento, uma vez que a frota constituía-se basicamente de veículos doados e com muitos anos de uso.

Quanto às ações de reordenamento físico dos abrigos, merecem destaque a realização de obras nos Núcleos de Abrigos Residenciais (NAR):

- **NAR Ipanema** – Reforma do piso, pintura, substituição das aberturas, reparos na alvenaria e ampliação das cozinhas.
- **NAR Menino Deus** – Melhoria nas condições de segurança e reformas na cozinha, banheiro, corredor e dormitório.
- **NAR Belém Novo** – Substituição das portas internas e dos pisos.
- **NAR Zona Norte** – Ampliação das cozinhas, melhoria na segurança e substituição de janelas e colocação de grades.
- **Abrigo Nehyta Martins Ramos** – Retomada da construção de quatro novas unidades para o reordenamento institucional, a fim de proporcionar espaço físico adequado para até 12 abrigados em cada unidade.
- **Abrigo José Leandro** – Aquisição de materiais para reforma e melhorias no pátio para a realização de atividades ao ar livre.
- **Abrigo Cônego Paulo de Nadal** – Conclusão da primeira etapa da reforma do prédio para a melhoria da qualidade do atendimento prestado aos abrigados.
- **Centro Infanto-Juvenil Zona Sul** – Reforma de parte do espaço físico (refeitório, cozinha, salas de oficinas, secretaria e banheiros) mediante apoio financeiro do Consulado do Japão.
- **Zona Oeste** – Conclusão da reforma no telhado da sala de atividades, lavanderia, banheiro e churrasqueira.

Em 2009, a Fundação desenvolveu programa de qualidade de vida no trabalho, através da realização de palestras voltadas à área da saúde, bem como de eventos para capacitação dos servidores em sua área de atuação.

A base legal da **Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS)** enfatiza o caráter propositivo e articulador de políticas públicas inclusivas às pessoas com deficiência e com altas habilidades. Em 2009, a FADERS efetiva o reordenamento técnico-administrativo, substituindo escolas e centros de atendimento delimitados por tipologia de deficiência, por serviços

estruturados em áreas de atuação – saúde, educação, trabalho e assistência social.

A Fundação, em junho de 2009, encerrou as atividades de escolarização na Escola INTERCAP, após ter dado encaminhamento aos alunos, conforme suas condições, especificidades e domicílio, à Rede Municipal de Ensino Especial e Regular. Em relação à Escola de Ensino Médio para Surdos Professora Lilia Mazon, está em processo de transferência, a partir de 2010, para a Secretaria Estadual de Educação.

Os serviços educacionais, como o Serviço de Apoio e Formação em Educação, estão sendo progressivamente implantados para execução experimental, proporcionando a formulação de modelos e referências metodológicas, através do Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência (PcD) e à Pessoa com Alta Habilidade (PcAH) e da implantação de salas de recursos/multifuncionais.

Na mesma linha, as Oficinas de Preparação para o Trabalho se converteram em Serviço de Capacitação Profissional, com cursos de qualificação profissional e preparação para o trabalho na Escola de Aprendizagem Profissional. A Fundação prosseguirá prestando assessoramento técnico a empresas, visando à adaptação de postos de trabalho e supervisão dos estágios oferecidos às PcD através de termos de cooperação com órgãos públicos e privados.

Dentre as realizações da Fundação, em 2009, destacam-se:

- Assessoramento técnico a agentes sociais, entidades representativas, órgãos e gestores públicos, e à iniciativa privada, visando implantação e/ou implementação de serviços e/ou de recursos voltados às pessoas com deficiência e pessoas com altas habilidades.
- Assessoramento por canal eletrônico de informações, através do portal de acessibilidade.
- Atendimento direto à pessoa com deficiência e à pessoa com altas habilidades nas áreas da saúde, do trabalho, da educação e da assistência social.
- Acompanhamento da PcD/PcAH incluída na escola regular.
- Capacitação de agentes sociais para prestar atendimento às PcD/PcAH, incluindo o atendimento odontológico especializado.
- Supervisão de estágios curriculares realizados na própria Instituição.
- Atendimento da demanda por Passe Livre Intermunicipal, realizando as etapas de cadastramento, emissão e remessa da credencial por correio físico.

- Inserção da PcD e PcAH no mercado de trabalho na forma de estágios em órgãos públicos/empresas conveniados, mediante parceria com SINE/FGTAS.
- Promoção de acessibilidade à pessoa surda, através da tradução e interpretação para LIBRAS, e para a pessoa cega, pela transcrição para Sistema Braille e língua falada, mantendo e qualificando um Setor Braille na Biblioteca Pública Estadual.
- Realização de seminários técnicos, minicursos e salas temáticas, abordando aspectos da promoção de acessibilidade universal e da execução descentralizada de políticas públicas para PcD e PcAH.
- Promoção, organização e coordenação das Plenárias do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH.

No Programa RS Mulher, a Fundação apresentou o Projeto RS-Mulher/FADERS: Política para as Mulheres que Vivem a Deficiência, promovendo a acessibilidade universal à Lei Maria da Penha, mediante a transcrição do texto para o Sistema Braille, com distribuição de cópias para colocação nas Delegacias da Mulher.

Cabe ressaltar, também, o lançamento do Programa Altas Habilidades/Superdotação, que integra o Acordo de Resultados celebrado entre o Centro de Governo e a Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, tendo como ações básicas a promoção de Curso de Capacitação para Professores em Altas Habilidades/Superdotação e a publicação de Catálogo de Recursos para Atenção às Altas Habilidades na Região Metropolitana do Estado.

AÇÕES PARA 2010

Programa	Ações
Programa de Atenção à Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento socioeducativo para cerca de 1.250 jovens • Execução das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade, através do atendimento a 400 jovens • Atendimento de cerca de 2 mil adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo • Ações de geração de trabalho e renda para jovens
Atenção e Promoção à Família	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação da Política Estadual de Assistência Social • Atendimento a mais de 35 mil famílias na Rede de Proteção Social à Família • Qualificação profissional e social para mais de 25 mil trabalhadores • Intermediação de emprego formal no mercado de trabalho para mais de 70 mil trabalhadores • Desenvolvimento do artesanato como fonte de renda
Proteção aos Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação da Política de Direitos Humanos • Apoio a projetos para desenvolvimento e capacitação voltados aos direitos e defesa do consumidor • Municipalização dos PROCONS, abrangendo 75 municípios • Coordenação das ações relativas à Política Estadual do Idoso, Direitos das

Programa	Ações
	<p>Comunidades Indígenas, Garantia dos Direitos das Comunidades Negras, Afro-Descendentes e Quilombolas, Direitos da Criança e do Adolescente, Igualdade Racial e Proteção às Vítimas de Violência</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio a projetos de Atenção à Criança e ao Adolescente • Implantação de Centros de Referência Alimentar e Nutricional • Implantação de cozinhas, hortas comunitárias e Banco de Alimentos • Atendimento à Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades • Execução das Medidas de Proteção de Abrigo e de Apoio e Orientação Sociofamiliar • Capacitação de servidores no atendimento de portadores de psicopatologias abrigados na FPERGS • Inserção familiar e comunitária de adolescentes e jovens adultos em fase de desligamento da FPERGS
Terceiro Setor e Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de recursos humanos para atuação no Terceiro Setor • Estímulo ao crescimento, qualificação e profissionalização do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul • Manutenção do Programa <i>A Nota É Minha</i> • Implantação de OSCIPs

HABITAÇÃO E SANEAMENTO

A **Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano (SEHADUR)** formula, coordena e executa as políticas de habitação, saneamento e desenvolvimento urbano do Estado. A **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN)** e a **Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)** são suas vinculadas.

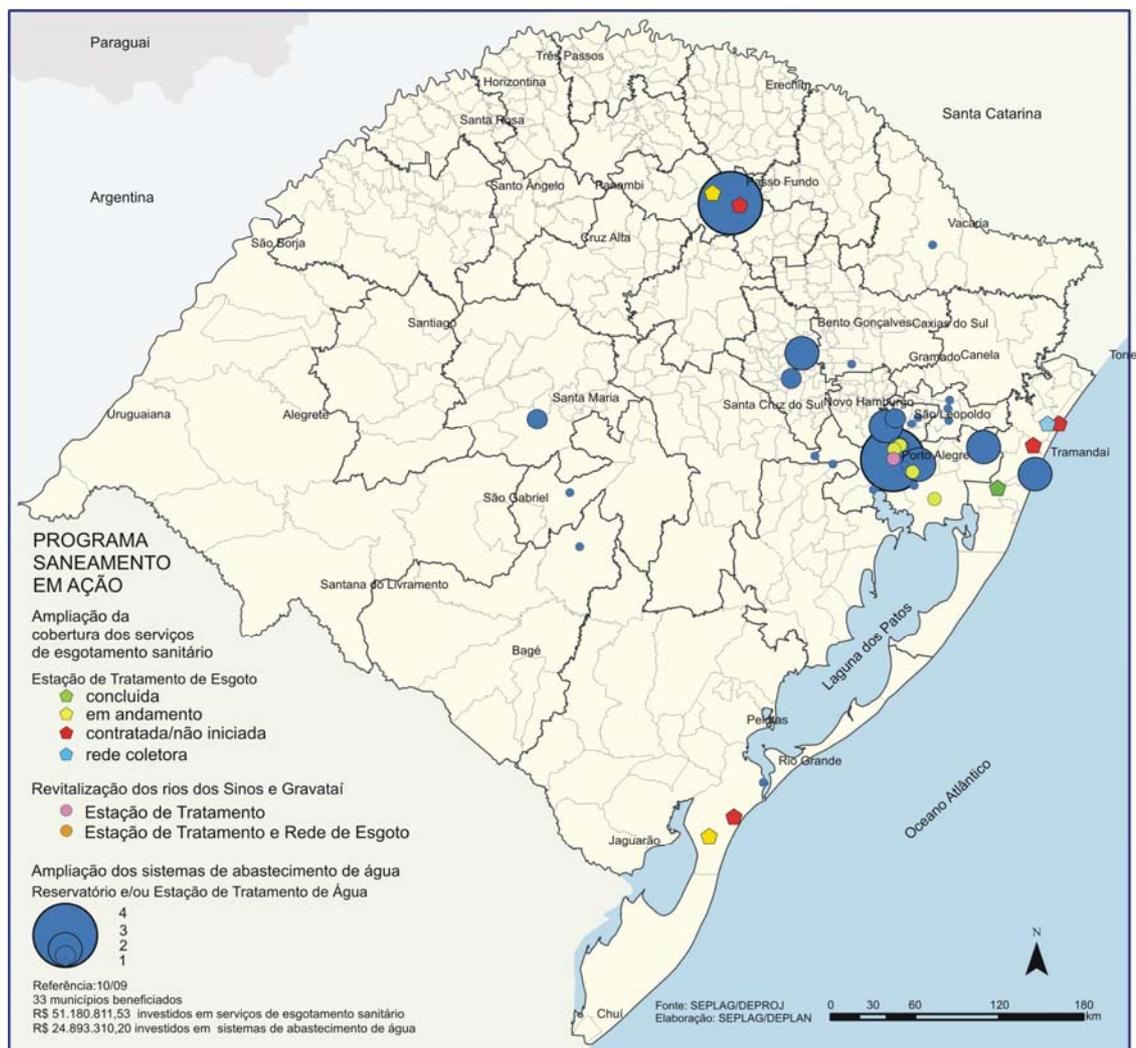
A METROPLAN é o órgão de gestão urbana do Governo do Estado e tem como objetivo promover o desenvolvimento integrado entre os municípios. Atua em áreas onde estão localizados cerca de 4,5 milhões de habitantes. Já a CORSAN é a empresa estadual de saneamento que atua em 346 localidades, abastecendo, atualmente, mais de dois terços da população gaúcha.

Os três órgãos desenvolvem o Programa Gaúcho de Saneamento, o de Desenvolvimento Urbano e Regional e o Programa Integrado de Habitação e Desenvolvimento Social e são responsáveis por ações dos **Programas Estruturantes Emancipar, Nossas Cidades e Saneamento em Ação**.

O **Programa Estruturante Saneamento em Ação**, que o Governo do Estado está implantando através da SEHADUR, tem por objetivo ampliar a cobertura dos serviços de saneamento (distribuição de água e

esgotamento sanitário) e encaminhar uma melhor situação institucional dos resíduos sólidos urbanos.

Realizações do Programa Estruturante Saneamento em Ação



A SEHADUR gerencia o Projeto Habitação Popular, que tem por objetivo promover condições de habitabilidade, nas moradias de famílias de baixa renda, por meio das seguintes ações: construção de unidades habitacionais, construção de módulos sanitários, urbanização de lotes (produção de lotes urbanizados e/ou complementação dos serviços de infraestrutura urbana).

No âmbito dos programas Nossas Cidades e Emancipar, o Governo do Estado, por meio da SEHADUR, assinou 59 convênios até novembro de 2009, o que vai gerar a produção de mais de 2,4 mil ações habitacionais (casas e módulos sanitários) com repasse de R\$ 6,3 milhões do Estado e contrapartida de R\$ 5,3 milhões dos municípios.

A **Política Estadual de Habitação** parte da concepção de habitabilidade, na qual a habitação não se restringe à casa, mas incorpora

também o direito à legalização fundiária, infraestrutura, saneamento, mobilidade e transporte coletivo e serviços urbanos e sociais. Os programas habitacionais da SEHADUR objetivam promover a produção de ações através de parcerias com municípios e cooperativas habitacionais, por meio dos seus próprios Programas ou em complementação aos programas do Governo Federal.

Em 2009, foi assinado o contrato para a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, com a empresa vencedora do processo de licitação conduzida pela Central de Licitações. Está previsto um investimento total de R\$ 337,9 mil, sendo R\$ 245,8 mil do Ministério das Cidades, através da Caixa Federal, e R\$ 92,1 mil do Governo do Estado. O prazo para execução dos trabalhos será de oito meses. Nesse período, a empresa e a SEHADUR promoverão uma série de encontros com entidades representativas da sociedade para fortalecer o projeto e, assim, atender os princípios fundamentais de uma política pública que contemplem o desenvolvimento, a sustentabilidade, o meio ambiente e a qualidade de vida da população.

O objetivo do Plano é formular estratégias de enfrentamento das necessidades habitacionais do Rio Grande do Sul. A partir disso, definir prioridades, recursos, meios, prazos e metas a serem atingidas no sentido de construir uma política habitacional forte e também habilitar o Estado a receber recursos do Fundo Nacional de Interesse Social (FINIS).

No intuito de ampliar os programas habitacionais do Governo e reduzir o déficit de moradias no Estado, foi sancionada a nova redação da legislação, reduzindo o percentual de contrapartida mínima, exigida dos municípios e cooperativas conveniados, de 50% do investimento total (ou 100% do valor de repasse), para 30% do valor de repasse do Estado por meio do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS). O Fundo integra o Programa de Produção de Ações Habitacionais (PAH), regulado pelo Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social. Os municípios vinham apresentando dificuldades para compor a contrapartida de acordo com o percentual mínimo estipulado pela redação anterior da lei, o que motivou a mudança.

Também foi promulgada a Lei que dispõe sobre o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, criando o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS) e o Conselho Gestor desse Fundo, integrado pelos diversos setores vinculados à questão habitacional. A promulgação dessa Lei representa um grande avanço na ordenação e na criação de mecanismos que possibilitem o enfrentamento do déficit de moradias existente no Estado. Cerca de 90% das famílias nessa situação têm renda de até cinco salários mínimos. A Lei anterior ainda estava presa ao modelo das COHABs e atribuía ao Estado um papel de execução direta, enquanto a atual realidade da construção para população de baixa renda exige uma parceria com o Governo Federal na busca de recursos e a execução por parte dos municípios, através de convênios.

Entre os principais avanços da nova Lei está o estabelecimento do BANRISUL como agente financeiro, o controle social através do Conselho

Gestor do FEHIS, formado por entidades que compõem o Conselho Estadual das Cidades, e a possibilidade de o Estado receber recursos diretamente do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Uma das primeiras iniciativas a partir da aprovação dessa Lei será a participação do BANRISUL no próximo leilão do Programa de Subsídio Habitacional (PSH) do Governo Federal, através do qual as instituições financeiras ligadas ao setor habitacional podem adquirir uma cota de subsídios habitacionais para distribuir entre municípios e cooperativas.

A SEHADUR atua em áreas públicas estaduais ou de prefeituras municipais ocupadas há mais de cinco anos ininterruptamente e em processo de **Regularização Fundiária**, em que a população a ser beneficiada tenha renda familiar abaixo de cinco salários mínimos, através de intervenção direta, assessoramento técnico aos municípios e por convênios.

O Governo do Estado assinou, em 2009, escritura doando uma área no bairro Camaquã à prefeitura de Porto Alegre, permitindo a construção de moradias, através da Caixa Econômica Federal. A área vai permitir a construção de 164 unidades habitacionais, através do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal.

Foi formalizada, em setembro de 2009, a doação de terrenos ao município de Santa Maria, beneficiando 25 mil moradores do loteamento Fazenda Nova Santa Marta. Com a regularização, promovida pelo Governo do Estado, a área de 254 hectares passa a pertencer às 5 mil famílias que ocupam o local. Aguardado há 17 anos, é o maior projeto de regularização fundiária da América Latina, permitindo o reassentamento de comunidades que vivem em áreas de risco. O espaço está avaliado em R\$ 23 milhões.

Quanto às demais ações de **Reassentamento**, a SEHADUR está trabalhando no projeto de duplicação da RS-118, com as ações de realocação de famílias que vivem na faixa de domínio da rodovia. Também foi constituído um Grupo de Trabalho, que tem como objetivo a realização de estudos e a proposição de soluções para as ocupações irregulares em áreas de redes de alta tensão, em situação de risco. Em relação ao projeto de extensão da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, o Grupo de Trabalho, que vem definindo as ações de ampliação, continua se reunindo e tratando das questões de reassentamento e regularização.

Destacam-se, em 2009: a execução de levantamentos topográficos cadastrais nos municípios de Porto Alegre e Gravataí (vilas João Pessoa, Clareu, Xará e Kaiser), totalizando 1.089 lotes; a regularização jurídica de 83 lotes até novembro; a elaboração de Estudos de Viabilidade Urbanística (EVU) de 1.033 lotes e sua aprovação nos órgãos municipais; aprovação de Projeto Urbanístico de 438 lotes nos órgãos municipais; elaboração de Projetos Complementares de 641 lotes; cadastro socioeconômico de 4.321 famílias; fiscalização de obras de convênios, que visam melhorias de infraestrutura em áreas elencadas no âmbito do

Programa Emancipar, nos municípios de: Arroio Grande, Julio de Castilhos, Quaraí, São Gabriel e São Sepé (1.297 lotes).

O Governo do Estado, acionista majoritário da **Companhia de Habitação Popular (COHAB)**, promoveu, em abril de 2009, a extinção definitiva da Companhia, que estava em processo de dissolução e liquidação desde 1995. Com a conclusão do processo, que durou 14 anos, o Estado economiza R\$ 14 milhões por ano. A partir de então, o Governo do Estado, através da SEHADUR, assumiu todos os bens, direitos e obrigações da Companhia, ficando responsável pela administração dos processos em andamento. A Lei autoriza o Poder Executivo a negociar, com incentivos, todos os imóveis incorporados ao Estado com a extinção da COHAB. Os contratos não-quitados terão redução no saldo devedor e/ou nas prestações em atraso de até 90%. Para os imóveis ocupados, que não possuem contrato de compra e venda, o benefício para a aquisição também será de até 90% em relação ao valor avaliado. O desconto será dado conforme avaliação de cada caso e vai beneficiar diretamente 8.455 mutuários em todo o Estado.

Além disso, outra Lei está permitindo a doação de áreas provenientes do acervo patrimonial da COHAB, nos municípios de Bagé, Carazinho, Caxias do Sul e Pelotas, para ações do programa Minha Casa, Minha Vida, possibilitando a construção de mais de cinco mil moradias com valores reduzidos à população com renda entre zero e três salários mínimos, já que o terreno é um item importante dos custos. Uma força-tarefa foi organizada pela Secretaria de Habitação para atender os mutuários da extinta COHAB.

Entre as principais atuações do Governo do Estado na área de **Saneamento** estão: perfuração de poços; implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água, esgotos sanitários e drenagem urbana; apoio aos pequenos municípios através da execução de projetos de saneamento básico; execução de planos regionais de saneamento (planos de saneamento de Bacia); execução do Plano Estadual de Saneamento; e, implantação do sistema de informações de saneamento.

O Programa de **Perfuração de Poços** tem como objetivo possibilitar às pequenas comunidades do interior do Estado, não abrangidas pela CORSAN, o abastecimento de água potável através da perfuração de poços tubulares profundos. Nos meses de janeiro a novembro de 2009, a SEHADUR, em convênio com a CORSAN, executou 116 poços profundos em 116 localidades do Estado, beneficiando 4.640 famílias com água potável. O investimento em poços, no ano de 2009, foi de R\$ 3,5 milhões.

Através do **Programa Gaúcho de Saneamento** são firmados convênios de saneamento para pequenas comunidades. Já foram firmados 18, e estão para serem firmados cerca de 40 convênios de Saneamento Básico (água, esgoto e drenagem). As redes de água estão sendo implantadas prioritariamente nos locais onde existem poços perfurados pela SEHADUR. No total serão investidos cerca de R\$ 1,5 milhão (orçamento 2009).

Com respeito à Consulta Popular, a SEHADUR está trabalhando com os municípios para firmar 54 Convênios na Área de Saneamento, com investimento previsto superior a R\$ 2,1 milhões.

Quanto à elaboração de projetos de Saneamento Básico para municípios do Estado com menos de 10.000 habitantes, foram contratados 06 projetos de abastecimento de água, 13 projetos de drenagem urbana, 32 projetos de esgotamento sanitário e 37 relatórios técnicos de viabilidade ambiental. Esse conjunto de projetos, levantamentos e estudos técnicos soma um investimento de R\$ 3 milhões.

Estão em andamento os procedimentos administrativos para a licitação os Planos de Bacia do Rio Taquari-Antas e Gravataí, englobando, respectivamente, 119 e 08 municípios.

Também está em processo de elaboração, através de contrato com a PROCERGS, o Sistema de Informações em Saneamento via *web*, que compilará as informações dos municípios e das empresas municipais e estadual de saneamento. O objetivo é a criação de um Sistema que será periodicamente atualizado. Os dados serão disponibilizados diretamente para consulta no site da SEHADUR.

Ser referência na qualidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Rio Grande do Sul e no Brasil, e promover o saneamento ambiental, com preço justo e excelência nos serviços, cumprindo o papel social da companhia, são a visão e a missão da **Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)**. Empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, criada há 44 anos e que, nesta gestão, vai chegar ao investimento inédito na ordem de R\$ 1,3 bilhão na ampliação dos sistemas de água e esgotos.

Os números dos sistemas operados pela Companhia Riograndense de Saneamento afirmam que o abastecimento de água está universalizado nos 325 municípios operados pela companhia no Estado. Desse total, 98% das populações urbanas contam com água tratada da CORSAN, cujo padrão de qualidade é reconhecido em todo o País. Ainda assim, a CORSAN continua perseguindo a qualificação dos seus serviços de água: em 2009, as redes de distribuição foram estendidas em 121 mil metros, e 42 reservatórios estão em execução. Além disso, duas novas Estações de Tratamento de Água (ETAs) serão construídas, uma em Santa Maria e outra em Três Coroas, enquanto que a ETA de Charqueadas – que também atende a São Jerônimo – será ampliada.

A aquisição e instalação de hidrômetros em todas as residências, promovendo a justiça tarifária, está em pleno andamento. Em 2009, foram colocados em operação 951.790 hidrômetros em diversas cidades do Estado. As redes de abastecimento de água foram estendidas em 950 mil metros, e outros 590 mil metros foram substituídos.

No que se refere ao esgotamento sanitário, uma crescente demanda de todas as comunidades do nosso Estado, o desafio de aumentar

o percentual de 13% da população atendidos com coleta e tratamento de esgotos, encontrados no início do Governo, para mais de 30% no final de 2010, está aos poucos sendo vencido com obras que chegarão a aproximadamente R\$ 600 milhões.

Em parceria com o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estão em andamento as obras de assentamento das seguintes redes coletoras: 74 mil metros em Canoas; 224 mil metros em Alvorada e Viamão; 248 mil metros em Esteio e Sapucaia do Sul; 157 mil metros em Passo Fundo; 91 mil metros em Guaíba; 43 mil metros em Capão da Canoa; 31 mil metros em Santa Cruz do Sul; 48 mil metros em Rio Grande; 34 mil metros em Osório; e, 07 mil metros em Torres.

No que se refere ao tratamento de esgotos, a CORSAN está concluindo as obras das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) de Passo Fundo, Santo Ângelo, Ijuí e Rio Grande, e estão em andamento a construção da ETEs de Alvorada, Esteio e Osório. Em andamento, ainda, as obras das ETEs de Torres, e sendo contratadas as empresas que vão realizar as estações de Guaíba e Capão da Canoa.

Na busca pela excelência dos seus serviços, a CORSAN continua a ser uma das empresas de saneamento com maior reconhecimento no Programa Nacional de Qualidade no Saneamento (PNQS), uma promoção da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), obtendo premiações as unidades de Saneamento de Canoas (Troféu Ouro Nível II) e Viamão, Troféu Bronze Nível I, e certificados com a distinção Compromisso com a Excelência Nível I, as unidades de Não-Me-Toque, Nova Petrópolis, Palmitinho e Taquara.

Em nível regional, a CORSAN esteve entre as empresas com maior premiação junto ao PGQP (Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade), obtendo troféu prata para o Sistema Integrado de Efluentes Líquidos do Polo Petroquímico e a Unidade de Saneamento de Canoas. Receberam Troféu Bronze as unidades de Cidreira, Lagoa Vermelha, Não-Me-Toque, Viamão e Palmitinho.

Atendendo a lei federal do saneamento, a empresa vem acelerando os seus processos de assinatura de contratos de programa de água e esgotos, substituindo os antigos contratos de concessão, a maioria deles da década de 70. Em 2009, 39 municípios, de um total de 116, já renovaram suas parcerias com o Governo do Estado e a SEHADUR, por meio da CORSAN, e outros vêm procurando a Companhia para firmar esses contratos, que promovem a gestão associada dos sistemas de água e esgotos.

O Governo do Estado e o Governo Federal assinaram, em setembro de 2009, o protocolo para financiamento de obras de água e esgotos no valor de R\$ 173,3 milhões. Os investimentos serão realizados nos sistemas de abastecimento de água de Bento Gonçalves, Carazinho, Rio Grande, Santa Cruz do Sul e Santiago. Na área do esgotamento sanitário, os recursos serão aplicados nas cidades de Alegrete, Bento Gonçalves,

Cachoeira do Sul, Glorinha, Gramado e Canela, Ijuí, Santa Cruz do Sul e Santa Rosa.

O investimento estimado da CORSAN, em 2009, foi de, aproximadamente, **R\$ 200 milhões** em Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Desenvolvimento Institucional (Empresarial, Comercial e Operacional), beneficiando em torno de **1,2 milhão** de pessoas.

Principais investimentos realizados¹ pela CORSAN em 2009

Localidade	Descrição	Prog	Realizado até 31.10.2009 (R\$)	Origem Recursos
Sapucaia do Sul	Rede coletora de esgoto sanitário, elevatória e linha de recalque - Lote II	ES	18.281.394,02	Financiados
Alvorada	Implantação da rede coletora de esgoto, elevatória, linha de recalque - Lote II e ETE	ES	17.120.451,09	Financiados
Canoas	Ampliação do SES - Rede coletora e aquisição de materiais	ES	15.607.088,83	Financiados
Alvorada	Aquisição de materiais para sistema integrado Alvorada - Viamão	ES	12.599.643,86	Financiados
Diversas Localidades	Aquisição de 415.645 hidrômetros	DC	11.229.565,26	Próprios
Esteio	Aquisição de materiais sistema integrado Esteio/Sapucaia	ES	6.775.781,96	Financiados
Passo Fundo	SES - Rede coletora, interceptores, emissários, ETE e ligações prediais	ES	6.090.162,42	Financiados
Osório	Execução dos coletores da EBE 01, EBE 01 e linha de recalque	ES	3.864.454,34	Financiados
Rio Grande	Adutora em ferro fundido dúctil DN 500	AA	3.089.473,70	Próprios
Capão da Canoa	SES - Rede coletora, interceptores, emissários, ETE e ligações prediais	ES	2.900.496,35	Financiados
Torres	SES - Rede coletora, interceptores, emissários, ETE e ligações prediais	ES	2.530.927,28	Financiados
Guaíba	Execução de redes coletoras, elevatórias, recalque e ETE	AA	2.177.412,00	Financiados
Osório	Execução da ETE	ES	1.943.558,80	Financiados
Santiago	Adutora de água bruta DN 500	AA	1.941.823,87	Próprios
Santa Cruz do Sul	SES - rede, interceptores e ligações prediais	ES	1.769.119,25	Financiados
São Gabriel	Ampliação da rede coletora de esgoto sanitário, ETE, EBE e emissário por recalque	ES	1.661.072,43	Financiados
Rio Grande	Rede coletora e coletor Tronco S4	ES	1.559.977,30	Financiados
Rio Grande	Interceptor sul e redes	ES	1.398.546,39	Financiados
Carazinho	Execução de ETE, EBE, recalque e redes coletoras e ramais do SES	ES	1.281.158,72	Financiados
Sapiranga	SAA - Reser apoiado 500 m ³ , rede de distribuição 8710 m e adutora 6510 m	AA	1.245.517,57	Financiados
Rio Grande	Execução da ETE Navegantes	ES	1.245.266,91	Financiados
Diversas Localidades	Aquisição de solução telemetria	DC	1.097.555,00	Próprios
Rio Grande	Execução de redes coletoras das bacias L3 e L4, linhas de recalque e EBES	ES	1.042.952,34	Financiados
Diversas Localidades	Aquisição de coletores de dados e impressoras portáteis para emissão simultânea de contas	DC	1.019.992,50	Próprios

LEGENDA

AA	Abastecimento de água	DE	Desenvolvimento empresarial
ES	Esgotamento sanitário	DO	Desenvolvimento operacional
DC	Desenvolvimento comercial		

Fonte: CORSAN.

¹ Investimentos concluídos ou em andamento.

Também foram perfurados **130 poços artesanais**, sendo 13 poços em localidades atendidas por rede de abastecimento da CORSAN e 117 poços em localidades não atendidas por redes de água, executados ou em andamento, com **950 km** de ampliação de redes de distribuição de água e **590 km** de substituição de redes. Em esgotamento sanitário foram **1.800 km** de ampliação de redes coletoras. Através de celebração de Contrato de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, foram renovados contratos com 39 municípios.

As obras da Avenida Baltazar de Oliveira Garcia – **Projeto Linha Rápida**, sob a coordenação da SEHADUR e execução da **METROPLAN**, foram concluídas e entregues em junho de 2009 à população de Porto Alegre e Região Metropolitana, concretizando uma antiga demanda da comunidade da Zona Norte de Porto Alegre. O Governo do Estado colocou como prioridade a finalização das obras, assumindo um projeto que iniciou em 1996 e estava com enormes dificuldades de finalização. A Nova Baltazar teve investimentos de R\$ 53 milhões. A avenida também contempla os moradores de Alvorada, beneficiando uma população que pode chegar a 500 mil pessoas que vivem na Zona Norte da Capital e no município vizinho.

Em 2009, foi consolidada a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica na Região Metropolitana de Porto Alegre, o “TEU Bilhete Metropolitano”, nas linhas sob gestão da METROPLAN, além das linhas municipais dos municípios de Viamão, Alvorada, Cachoeirinha, Canoas e Gravataí. A interoperabilidade, entre o sistema TEU e o TRI, implantado nas linhas urbanas do município de Porto Alegre, e que também está sendo implantado na TRENSURB, já está garantida tecnologicamente. Estão sendo estudadas adaptações necessárias em cada um dos sistemas, tendo em vista as regras de negócio discutidas e estabelecidas pelos Órgãos Gestores e empresas operadoras.

Com recursos do orçamento da METROPLAN e da Consulta Popular foram concluídas as seguintes obras:

- **Arroio do Padre** – Obra de Pavimentação em Blocos de Concreto na estrada AP 200-221, Núcleo Urbano Central, em uma área total de 1.780,36 m².
- **Arroio do Padre** – Obra de Pavimentação em Blocos de Concreto na estrada AP 300-474, Núcleo Urbano 3, em uma área total de 1.998 m².
- **Arroio Grande** – Obra de construção de um Galpão de Reciclagem de Lixo, com área de 1.500,00 m².
- **Cachoeirinha /Gravataí** – Projeto Final de Engenharia da 2ª pista da Avenida Marechal Rondon divisa dos municípios de Cachoeirinha e Gravataí, com uma extensão aproximada de 1,3 km.
- **Glorinha** – Obras de Pavimentação com bloquetes e rede de esgoto pluvial das ruas Hilário Nunes, extensão de 315 m;

Arlindo Ferrugem, extensão de 431 m; e, Francisco dos Santos, extensão de 197 m, totalizando 943 m de pista.

- **Guaíba** – Obras de Pavimentação Asfáltica das ruas Capitão Pedro Timóteo da Rosa, Alfredo Oliveira, Faustino Gomes, Maurício Borges e Mário Marques, em uma extensão total de 1.173 m de pista.
- **Sapiranga** – Obra de pavimentação asfáltica da Avenida 20 de Setembro, trecho entre a Rua Dalle Coutinho e a Rua Alagoas, em uma extensão de 300 m.

AÇÕES PARA 2010

Programa	Ações
Programa Gaúcho de Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação da Política Estadual de Saneamento • Perfuração de poços • Ampliação da cobertura dos serviços de saneamento básico nas bacias hidrográficas do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí, beneficiando 860 mil habitantes • Elaboração de estudos e projetos de saneamento ambiental para 56 municípios • Expansão e manutenção dos sistemas de abastecimento de água, beneficiando 100% da população urbana atendida com água tratada • Expansão e manutenção dos sistemas de esgoto sanitário para atender 40% dos municípios do Estado
Desenvolvimento Urbano e Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Ações integradas de infraestrutura urbana • Institucionalização do processo de planejamento e gestão territorial e da mobilidade urbana • Qualificação do sistema estadual de transporte metropolitano de passageiros (SETM)

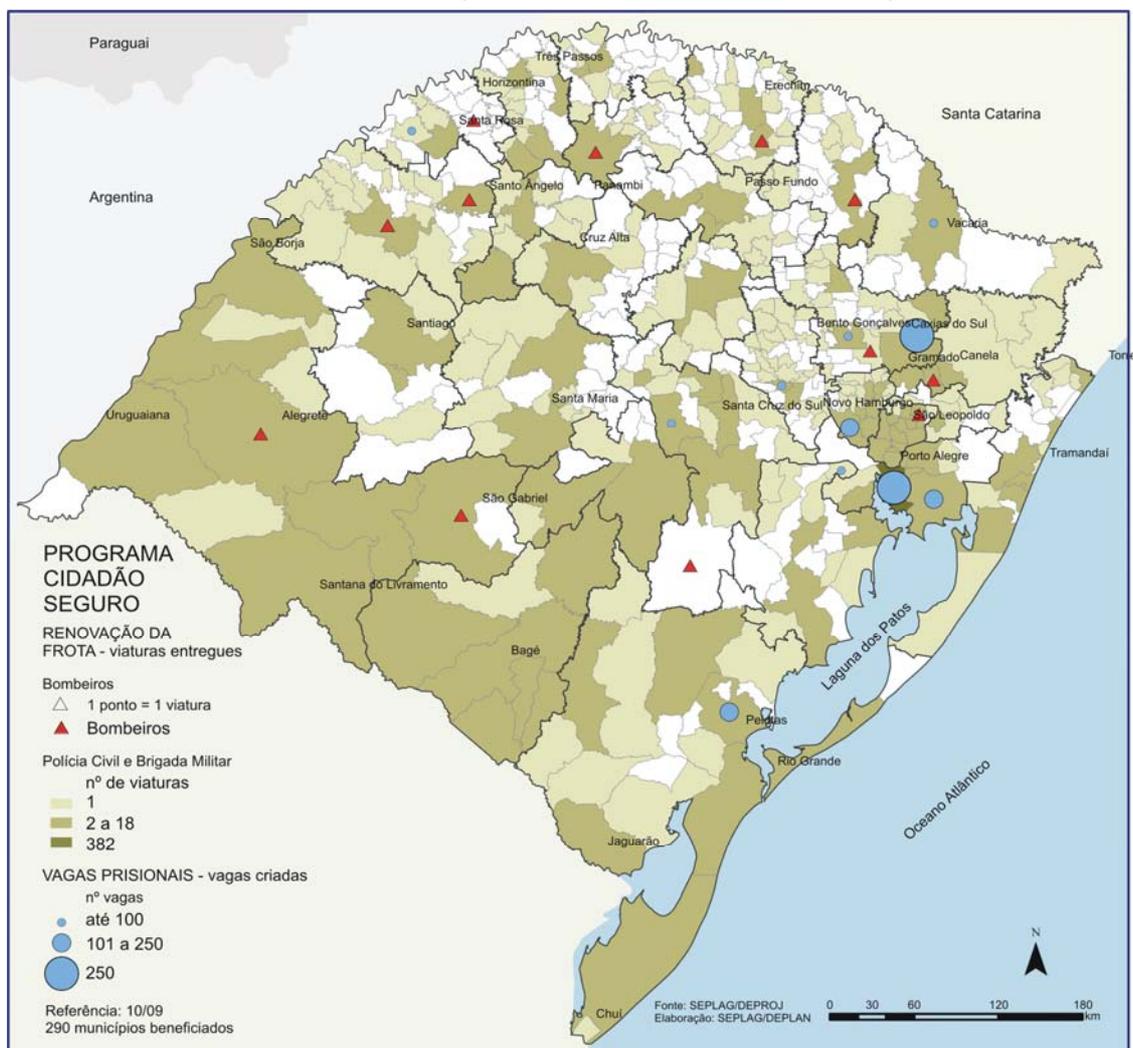
SEGURANÇA

A **Secretaria de Segurança Pública (SSP)** tem por objetivo assegurar aos cidadãos a garantia e o desfrute dos direitos básicos à vida, à integridade física, à liberdade, à propriedade pessoal e à inviolabilidade do domicílio. As diretrizes estabelecidas na Pasta norteiam as atividades desenvolvidas pelos órgãos vinculados, que são a **Brigada Militar (BM)**, **Polícia Civil (PC)**, **Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE)** e **Instituto Geral de Perícias (IGP)**. Também fazem parte da estrutura da SSP o **Corpo de Bombeiros** e o **Programa de Proteção às Testemunhas (PROTEGE)**.

O **Programa Estruturante Cidadão Seguro** é uma das prioridades estratégicas para a Segurança Pública. Nesse sentido, desde 2007, foram contratados e **nomeados 3.553 servidores** para a área, sendo 1.305 Soldados para a Brigada Militar, 1.089 Soldados Temporários

para a BM, 35 Delegados de Polícia Civil, 445 Escrivães/Inspetores para a Polícia Civil, 541 Servidores Penitenciários para a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e 138 Servidores Periciais para o Instituto-Geral de Perícias (IGP).

Realizações do Programa Estruturante Cidadão Seguro



Esse número cresceu para **7.385** com o ingresso, em 2009, de 3.832 novos PMs aprovados em Concurso Público, que se encontram em Curso de Formação. Há de se destacar, igualmente, que novos esforços estão em fase de operacionalização, o que reduzirá, ainda mais, a clara defasagem existente nas instituições, a saber: foram **convocados e se encontram em Curso 374 candidatos** aprovados em Concurso Público para a realização do Curso de Formação de Servidores Penitenciários da SUSEPE; está em andamento Concurso Público (em fase final) para o **preenchimento de 157 vagas de Delegados** de Polícia Civil e **500 Escrivães/Inspetores** para a Polícia Civil; e, foi autorizada a convocação para realização de Curso de Formação de 99 candidatos aprovados em concurso público do IGP.

Além disso, foram autorizadas as **contratações de 667 Salva-Vidas Civis Temporários**, para a Brigada Militar, e de mais 659 PM Temporários. Também foram contratados, em caráter emergencial, 210 Técnicos para a SUSEPE, na área da Psicologia, Direito e Assistência Social, visando otimizar o trabalho de ressocialização dos apenados, além de autorizada por lei a contratação de mais 82 Técnicos de Saúde destinados ao Instituto Psiquiátrico Forense.

Esses acréscimos de recursos humanos (não computados os Salva-Vidas Temporários), que totalizam **9.075 servidores** (fazendo parte do **Programa Estruturante Cidadão Seguro**), já empossados, em curso ou em processo seletivo, desde janeiro de 2007, representam, em algumas áreas, significativas reduções de claros e proporcionam uma otimização na prestação de serviços.

Dentro das diretrizes estratégicas do Governo do Estado para os recursos humanos da Segurança Pública, destinadas a proporcionar melhores condições de trabalho e uma maior autoestima, estão sendo **regularizadas as valorizações funcionais dos servidores**. Essas promoções representam um incentivo profissional e um incremento salarial, sendo que, no período 2007/2009, já foram efetivadas **5.420 promoções de servidores da Segurança Pública**, sendo: 3.371 na Brigada Militar, 875 na Polícia Civil (PC), 706 na SUSEPE e 468 no IGP.

Ressalte-se que, na SUSEPE, as promoções não aconteciam desde 2003 e, no IGP, há mais de dez anos. Hoje, salvo processos em apuração do IGP e PC, referentes ao primeiro semestre de 2009, as promoções de servidores da Segurança Pública estão rigorosamente atualizadas.

A questão da **renovação da frota** foi definida pelo Governo do Estado como uma das prioridades estratégicas, como forma de dar maiores e melhores condições para os servidores da Segurança Pública prestarem seus serviços às comunidades gaúchas, já que, pelo uso contínuo e pelo elevado tempo de existência, a frota exige constantes despesas para sua manutenção e conservação. A renovação vai diminuir essas despesas, pela substituição gradativa de veículos inservíveis ou com elevados custos de manutenção. O projeto de Renovação da Frota de Veículos, do **Programa Estruturante Cidadão Seguro**, objetiva, ainda, incorporar nas frotas da Brigada Militar, Polícia Civil, SUSEPE e IGP, até 2010, um mínimo de 2.000 veículos zero km, através de recursos do Tesouro do Estado, Convênios, Aquisições Diretas, etc. No total, já foram adquiridos **1.805 veículos 0 km**. Destes, 1.236 para a Brigada Militar, 474 para a Polícia Civil, 29 para o Instituto-Geral de Perícias, 56 para a SUSEPE e 10 para o Órgão Central, com alocação de recursos na ordem de R\$ 72,2 milhões. Já se encontram em serviço 1.039 veículos, estando os demais em fase de entrega pelos fabricantes. Esses veículos já incorporados foram destinados a **290 municípios**, para atendimento de uma população na ordem de **9.297.380 habitantes**, o que representa um **impacto na segurança de 58,4 % dos municípios gaúchos e em 87,8 % da população do RS**.

O Governo adquiriu para os segmentos da Segurança Pública, com recursos de convênios, próprios e do FESP, equipamentos na ordem de

R\$ 173,5 milhões. Com esses recursos, além das 1.805 viaturas incorporadas à frota dos órgãos, foram adquiridas 4.517 estações informatizadas de trabalho, 9.722 coletes balísticos, 97 etilômetros, 2.901 pistolas calibre .40, 443 armas longas/metralhadoras, 203 armas não-letais, 60 terminais de computadores para acoplamento em viaturas, além de ter sido contratada a instalação de 3.173 pontos de rede da Polícia Civil, o que vai possibilitar a integração dos órgãos na base de dados e melhoria no atendimento dos cidadãos.

Um novo sistema de informatização de dados, o Sistema de Polícia Judiciária (SPJ), está em fase de instalação em todas as Delegacias de Polícia do Estado, interligando-as.

Foram alocados recursos, ainda, para a conclusão da Linha de Tiro de Passo Fundo e o Canil da Brigada Militar em Porto Alegre, entre outros.

O Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública estabeleceu, como um de seus objetivos básicos, o aumento da sensação de segurança da comunidade rio-grandense, revertendo gradativamente a sensação de impunidade.

Foram definidos indicadores que permitem a mensuração e constante avaliação do processo de enfrentamento à atividade criminosa, entre eles o homicídio, latrocínio, furto e roubo de veículos e posse/tráfico de entorpecentes. Esses índices, que são disponibilizados com atualização diária no *site* da própria SSP – www.ssp.rs.gov.br/estatistica – apresentaram, até o mês de outubro de 2009, o **controle de 92,30% dos indicadores**, apesar do crescimento populacional natural da sociedade gaúcha. Tal índice somente pôde ser alcançado por meio de ações calcadas em critérios científicos, estabelecidos em coordenação pelas instituições vinculadas à SSP, baseados em dados estatísticos.

A partir dos projetos de **construções, ampliações e reformas dos presídios do Estado**, que fazem parte do **Programa Estruturante Cidadão Seguro**, foram criadas 76 vagas prisionais para o regime fechado, disponibilizadas no anexo feminino de Montenegro. Foram criadas, também, 220 vagas nos regimes semiaberto e aberto, distribuídas entre o Instituto Penal de Viamão (80), o Albergue Penal de Carazinho (64) e o Albergue na Penitenciária Modulada de Osório (76), o qual foi adaptado do Módulo da Brigada Militar. No total, **foram criadas em 2009, 296 vagas** nos três regimes.

Encontram-se **em andamento a criação de 604 vagas** por meio das obras de construção, com 336 para o regime fechado da Penitenciária de Santa Maria e, para o regime semiaberto, 268 vagas distribuídas nos seguintes estabelecimentos prisionais: Presídio de Novo Hamburgo (34), Albergues Penais de Charqueadas (78), de Caxias do Sul (78) e de Porto Alegre (78).

Cumprido destacar que, por meio de obras emergenciais, **serão recuperadas 204 vagas** em diversos estabelecimentos penitenciários do

Estado (Casa do Albergado Santos de Medeiros – 30; Presídio Estadual de Novo Hamburgo – 40; Presídio Estadual de São Leopoldo – 78; e, Presídio Estadual de Torres – 56).

Ainda em obras emergenciais, **estão sendo criadas 716 vagas** nos regimes fechado, semiaberto e aberto. O regime fechado totaliza 298 vagas (Penitenciária Modulada de Charqueadas – 52; Penitenciária Modulada de Osório – 142; Presídio Regional de Passo Fundo – 20; Presídio Regional de Rosário do Sul – 12; Presídio Regional de Santo Ângelo – 60; e, Penitenciária Estadual de Rio Grande – 12). Nos regimes semiaberto e aberto, estão sendo criadas emergencialmente 418 vagas (Penitenciária Modulada de Osório – 160; Albergue de Palmeira das Missões – 108; Presídio Regional de Passo Fundo – 102; Instituto Penal de Canoas – 30; e, Presídio Estadual de Bagé – 18).

Estão sendo **expedidas as ordens de início** das obras de construção da Penitenciária de Arroio dos Ratos (672), dos Albergues de Venâncio Aires (78) e Jacuí (108), de ampliação das Penitenciárias de Santa Maria (336) e de Montenegro (40 vagas femininas) e das Moduladas de Charqueadas (384) e de Montenegro (384), totalizando mais 2.002 vagas.

Em síntese, estão em geração (obras em andamento e com processo licitatório concluído) **mais 3.322 novas vagas, sendo 2.450 no regime fechado e 872 nos regimes semiaberto e aberto**. Em 2009, foi publicado o edital para a construção da Penitenciária de Passo Fundo (336). Está prevista para 2010 a publicação dos editais para Bento Gonçalves (336) e Guaíba (672). Ao todo, serão viabilizadas outras 1.344 novas vagas para o regime fechado. Por fim, insta salientar que estão sendo doados ao Estado terrenos que possibilitarão a construção de novos estabelecimentos penitenciários, com capacidade para 600 vagas no regime fechado, na Região Metropolitana e no Interior do Estado, contando com uma moderna concepção arquitetônica, desenvolvida com a participação de diversas Secretarias de Estado.

Com relação à prestação de serviços, é importante destacar:

- Com a finalidade de melhorar o atendimento no serviço de necropsia, **foram realizadas obras junto ao Departamento Médico Legal**, envolvendo recursos na ordem de R\$ 844 mil, com a criação do Serviço de Verificação de Óbitos, em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde. Também foi criada a Sala de Convivência de Familiares, visando reduzir o impacto desses momentos de perda; e modernização da Câmara Fria, para melhorar questões técnicas e de condições de trabalho.
- Durante a Operação Verão Legal RS 2007/2008 e 2008/2009, foi realizado o **Projeto Identificando no Verão Legal**, através do qual foram confeccionadas 836 carteiras de identidade. Também foi desenvolvido um projeto de ampliação da capacidade de atendimento do Tudo Fácil Centro, propiciando a melhoria na atenção a toda a população, bem como o pré-agendamento da

confeção de carteiras de identidade, o que permite o acesso mais rápido e fácil a todo o cidadão.

- Com a Lei Maria da Penha, a **Delegacia da Mulher de Porto Alegre**, que funciona há 20 anos, vem ampliando suas atividades e sendo modernizada, para melhor atender a mulher vítima de violência. Sua área foi acrescida de mais 200 m². Também foram instaladas as Delegacias para a Mulher de Erechim e inauguradas novas instalações para Delegacia para a Mulher de Canoas e Rio Grande. Cabe informar que estão em adiantados estudos a criação de Delegacia da Mulher nos municípios de Lajeado, Bento Gonçalves e no bairro Restinga, que atende 60% das ocorrências da Capital, além da Delegacia da Mulher de Viamão. Todas as Delegacias da Mulher participam constantemente de campanhas contra a violência doméstica, distribuindo material informativo e realizando diversas palestras por mês.
- Visando dar melhores condições de trabalho para os servidores da Segurança Pública e tornar mais eficaz a prestação de serviços às comunidades, **foram inauguradas as novas instalações** da Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento de Alvorada; as novas instalações do Comando Regional da BM do Vale do Taquari; os Postos Médico-Legais de Santa Cruz do Sul e de Itaquí; está sendo ultimada a conclusão dos Complexos da Polícia Civil em Passo Fundo e em São Borja; além da construção do Centro Clínico do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre; e, ampliações das Delegacias de Polícia dos municípios de Montenegro e Jaguari.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é uma iniciativa da Brigada Militar que visa à prevenção para estudantes do ensino fundamental e médio. Os principais objetivos desse Programa são as noções de cidadania, prevenção e/ou redução do uso de drogas e da violência entre crianças e adolescentes. Desde 01 de janeiro de 2007, mais de 198.000 crianças e adolescentes já passaram pelo programa (40.000 em 2009), que está presente em quase 300 municípios do RS, sendo considerado pelo Conselho Nacional Antidrogas como estratégico de prevenção primária ao consumo de drogas e violência por parte de crianças e adolescentes. Desde o início do Programa, em 1998, ele já foi aplicado em 452 cidades gaúchas, representando uma cobertura de 90,93% das comunidades, com atendimento de mais de 600 mil crianças e adolescentes alunos das redes pública e privada. Para o ano de 2010, a Brigada Militar possui como meta estratégica a qualificação de todos os seus instrutores, visando à implantação plena do PROERD para alunos do Ensino Médio, uma das maiores demandas recebidas da comunidade escolar e sociedade em geral.

Atualmente, o sistema de **monitoramento de vídeo em vias públicas** está em operação em mais de 30 dos maiores municípios do Estado tais como a própria Capital, Caxias do Sul, Santa Maria, Passo Fundo, Bento Gonçalves, São Leopoldo, entre outros, em parceria com os

Executivos Municipais. Hoje existem mais de três centenas de câmeras a serviço da Segurança Pública no Estado, perfazendo um total de 30 municípios com câmeras em operação ou em processo de aquisição e instalação. A intenção do Governo do Estado, no início de 2009, era dobrar o número de câmeras em Porto Alegre, ou seja, das atuais 51 para 102. Importante destacar que o sistema de monitoramento de Porto Alegre está integrado ao sistema de despacho de patrulhas do Centro Integrado de Operações da Segurança Pública (CIOSP). Ao ser gerada uma ocorrência através dos números de emergência (190, 193 e 197) e havendo uma câmera em um raio de 100 metros, será gerado um alerta automático pelo *software* de atendimento e emitido um despacho para o operador. Este direcionará a câmera para o local indicado no chamado, visando confirmar e apoiar a orientação no atendimento da ocorrência, bem como auxiliar na elucidação do fato observado. Dentre os aspectos positivos da utilização desse instrumento estão: diminuição de delitos nas áreas monitoradas; auxílio na localização de pessoas; suporte à segurança do policial; supervisão dos agentes; ampliação da visão policial no ambiente monitorado; possibilidade de localização de suspeitos; comprovação ou rejeição das afirmações de vítimas ou testemunhas. Além disso, as imagens produzidas servem como evidências elucidadoras de crimes.

Dentre as operações realizadas, até outubro de 2009, foram **fiscalizados mais de 10,4 milhões de veículos**, realizadas cerca de **273 mil inspeções em bares e casas noturnas**, inspecionados mais de **6.800 estabelecimentos de desmanches de veículos**, recapturados mais de **8.000 foragidos da Justiça**, recuperados mais de **25.500 veículos furtados/roubados** e realizada a **prisão de mais de 103 mil pessoas**.

Também foram apreendidas, através de ações proativas e investigatórias, cerca de **4,07 t de maconha**, **164 kg de cocaína** e **224 kg de crack**.

AÇÕES PARA 2010

Programa	Ações
Prevenção e Repressão à Criminalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Recomposição dos efetivos da Polícia Civil e da Brigada Militar • Recomposição do efetivo do Instituto Geral de Perícias • Renovação da frota da Polícia Civil, da Brigada Militar e do Instituto Geral de Perícias • Revitalização dos espaços físicos das delegacias, quartéis e do IGP • Construção de novas unidades para a Polícia Civil, a Brigada Militar e o Instituto Geral de Perícias
Escola de Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação de servidores da Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto Geral de Perícias, Superintendência dos Serviços Penitenciários e Órgão Central da Secretaria de Segurança Pública
Administração e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional	<ul style="list-style-type: none"> • Construção, ampliação, reforma e recuperação de 25 estabelecimentos penais, que propiciarão, uma vez concluídas, a geração de mais de 4 mil vagas prisionais • Recomposição do efetivo da SUSEPE • Renovação da frota de viaturas e modernização dos equipamentos da SUSEPE • Geração de cursos educacionais e profissionalizantes para presos

CULTURA

A **Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC)** é o órgão responsável pela política cultural no Estado, ao qual compete resgatar, fomentar, valorizar e preservar os valores culturais do povo gaúcho. São órgãos vinculados à SEDAC: a **Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão (FCP-RTV)**, da qual fazem parte a Televisão Educativa (TVE) e a Rádio FM Cultura; a **Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF)**; a **Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)**; e a **Fundação Theatro São Pedro (FTSP)**. Além dessas fundações, inúmeros museus, bibliotecas e institutos, centros culturais e teatros integram a estrutura da Secretaria.

Nos Programas Estruturantes do Governo do Estado, a Secretaria da Cultura é parceira dos programas de **Prevenção à Violência, RS Mulher** e **RS Amigo do Idoso**, dentro do **Programa Estruturante Nossas Cidades** e gerencia o **Projeto de Valorização das Pessoas**, dentro do **Programa Estruturante Emancipar**. No âmbito dessas atividades, a SEDAC esteve presente em 48 municípios gaúchos ao longo do ano, proporcionando diferentes ações culturais e atingindo um público aproximado de quase 10.000 pessoas oriundas de comunidades carentes, que tiveram acesso à cultura através de oficinas de fotografia, apresentações de teatro, sessões de cinema e postos de leitura.

Dentre as demais ações culturais desenvolvidas em 2009, a SEDAC permanece integrando projetos de outros órgãos estaduais com o objetivo de levar cultura à população. Nesse sentido, participou da Operação Verão Legal RS, do Governo do Estado, realizando shows musicais dentro do **Projeto Verão Sociocultural**. Foram percorridas 17 cidades entre praias do Litoral Norte, Sul e Costa Doce do Estado, além de Porto Alegre, nos meses de janeiro e fevereiro, oportunizando para veranistas, moradores e turistas shows de músicos do Rio Grande do Sul. O Projeto atingiu a um público total de cerca de 140 mil pessoas, tendo como patrocinadores o BANRISUL, Caixa RS, CEEE, SULGÁS e CORSAN.

Confirmando a parceria institucional da Secretaria da Cultura e da Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social para o **Projeto Orquestra de Câmara Jovem do Rio Grande do Sul**, o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa foi disponibilizado como sede das oficinas de musicalização para seleção dos candidatos à Orquestra. O Projeto, que visa promover a inclusão social de crianças e adolescentes por meio do poder transformador da música, tem também apoio da OSPA, Secretaria Estadual da Educação, Secretaria Municipal de Educação e FAMURS, com patrocínio do BANRISUL.

Para a realização da programação cultural da EXPOINTER 2009, as Secretarias de Estado da Cultura e da Agricultura assinaram termo de parceria, o que ampliou a possibilidade de participação de artistas,

proporcionou espaço para grupos do interior do Estado e diversificou a programação. O destaque ficou por conta dos shows de música regional de artistas gaúchos.

Desenvolvendo a **interiorização da cultura**, a SEDAC levou aos municípios, em 2009, o assessoramento dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas e Museus, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado e da Lei de Incentivo à Cultura.

No que diz respeito às ações internas que trouxeram impacto para a gestão estadual, concluiu-se, em agosto, o processo de mudança da SEDAC para o 19º andar do Centro Administrativo Francisco Ferrari (CAFF). Esse ato finalizou a primeira medida administrativa do Governo em relação à pasta quando, em janeiro de 2007, determinou-se a saída da sede da Secretaria do Solar Palmeiro, que gerava um gasto anual de meio milhão de reais em aluguéis.

Na **Lei Estadual de Incentivo à Cultura (LIC)**, as principais realizações de 2009 foram consequências das medidas tomadas pelo Governo do Estado e pela SEDAC ainda no ano anterior. Como resultados colhidos podem ser citados: a devolução de R\$ 570 mil aos cofres públicos, provenientes do trabalho da Força-Tarefa instaurada para analisar o estoque dos projetos que esperavam por análise da prestação de contas; e o envio e aprovação, pela Assembleia Legislativa, do Projeto de Lei Pró-Cultura, proveniente do Grupo de Trabalho que estudou os mecanismos de aprimoramento na LIC. O ano de 2009 foi de resultados positivos para a concretização do resgate da agilidade e da credibilidade do Sistema LIC, demonstrados em mais projetos homologados em menos tempo, na melhoria do atendimento do setor, e na confirmação do compromisso com o bom uso do dinheiro público. Como exemplos de projetos nesse sentido, foram concluídas, em 2009, através do financiamento da LIC, as restaurações do prédio da Estação da Cultura de Montenegro, etapa inaugurada em março de 2009, e da Casa de João Goulart, em São Borja, inaugurada em outubro, ambos conjuntos arquitetônicos tombados pelo Patrimônio Estadual.

Outro ponto forte do ano foi a realização, em setembro, de um Seminário para Capacitação de Produtores Culturais, visando sanar dúvidas, qualificar os produtores e orientar sobre a tramitação dos projetos culturais que buscam recursos através do Sistema de Financiamento Cultural do Estado. A necessidade foi constatada na própria gestão da LIC, pelo frequente recebimento de projetos em desacordo com os critérios estabelecidos para a correta e positiva tramitação. O Seminário contou com um público de 170 participantes, sendo 50% vindos do interior, e teve como ingresso a doação de um livro infantil.

Outra ação de destaque foi a celebração do convênio entre a Secretaria da Cultura e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a fim de que os prédios históricos que abrigam instituições culturais do Estado fossem contemplados no **Programa Monumenta** do Ministério da Cultura, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nesse sentido, foi recuperado o recurso para a restauração do Museu de

Comunicação Social através de um novo projeto elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). As obras iniciaram em setembro e abrangem a fachada externa do prédio, na esquina das ruas Andradas e Caldas Júnior, a cobertura, o subsolo, o mezanino, o térreo e o 3º andar, além das redes elétrica e pluvial.

Concomitantemente às obras de restauração, o **Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa** seguiu com as exposições abertas ao público, realizando, em agosto, a inauguração da Galeria de Bustos dos *Grandes Comunicadores do Século XX* e do painel *Memória do Radioteatro Gaúcho*. Ainda, o Museu homenageou seu diretor, Lauro Schirmer, jornalista falecido no mês de julho, dando seu nome ao auditório da Instituição. Na sequência, em setembro, também foi aberta a exposição *Charge – O Riso Irreverente da Imprensa*, em comemoração aos 35 anos do Museu, com o objetivo de resgatar nomes dos gaúchos que se destacaram na arte da charge.

A Associação dos Amigos do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa assinou com a Caixa Econômica Federal contrato de patrocínio para o projeto Pesquisa, Catalogação e Informatização do Acervo de Jornais. O projeto tem como finalidade a pesquisa e catalogação das informações relativas aos setecentos títulos de jornais, de 1808 a 1924, que compõem a coleção de jornais raros do Setor de Imprensa. Dessa forma, está sendo formado um banco de dados informatizado que viabilizará a criação de novos instrumentos de pesquisa: um inventário resumido e um inventário analítico.

Em 2009, foram recuperados vários espaços culturais da SEDAC, por meio de reformas e melhorias nas instalações. Durante os meses de janeiro e fevereiro, foram realizadas reformas importantes nos Teatros Bruno Kiefer e Carlos Carvalho da **Casa de Cultura Mario Quintana** (CCMQ), salas tradicionalmente utilizadas para espetáculos de grupos e artistas locais, iniciando a temporada 2009 em melhores condições para o público e para a classe artística. As obras foram realizadas com o apoio do BANRISUL, patrocinador oficial da Casa. A CCMQ comemorou seu aniversário de 19 anos permanecendo aberta ao público durante 36 horas, ininterruptamente. A programação recebeu o nome de *36 Horas Sem Parar*. O objetivo foi movimentar o centro cultural e atrair a visitação do público em horários inusitados, oferecendo uma programação intensa com diversas apresentações.

No mês de fevereiro de 2009, também foram realizadas melhorias importantes no **Teatro de Arena** de Porto Alegre, dentre elas a reparação do reboco, pintura e modernização do equipamento de luz. A obra foi possível graças a uma parceria entre a direção da Instituição, que buscou profissionais qualificados por preços bastante acessíveis, e a Associação de Amigos do Teatro de Arena, que patrocinou toda a obra.

Foi reformado o Centro Cenotécnico, instituição que funciona junto ao **Instituto Estadual de Artes Cênicas (IEACEN)**, para ensaios de grupos teatrais, confecção e abrigo de cenários e figurinos, com reparos em paredes e reforço estrutural, disponibilizando mais espaços para a dança e o

teatro. O IEACEN foi responsável pela Ação Teatro na Comunidade, que integra as ações do Projeto Valorização das Pessoas da SEDAC dentro do Estruturante Emancipar. A articulação com os municípios do interior e a aproximação destes com os grupos teatrais participantes mostrou-se muito produtiva, tendo sido apresentadas, de março até o momento, 32 peças em 29 comunidades atendidas.

Foram iniciadas em outubro, com o apoio da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), as obras no **Museu Júlio de Castilhos**, no intuito de restaurar a fachada da edificação sede da Instituição. A casa, tombada pelo IPHAE, foi construída em 1887 e possui um dos únicos exemplares de fachada em arenito do Estado. A obra deverá durar cerca de três meses, valorizando ainda mais o patrimônio histórico edificado dos gaúchos. Duas exposições de longa duração destacaram-se na programação do Museu Júlio de Castilhos em 2009, contribuindo para formar o público estimado de visitantes da Instituição, 24.000 pessoas. A exposição *20 anos da Constituição de 1988 - A Vez e a Voz do Povo* resultou de uma parceria do Museu Júlio de Castilhos com o Museu da República do Rio de Janeiro e a Fundação Ford. A exposição *Diga X: Retratos de Família* mostrou cenas do cotidiano familiar, desde o final do século XIX ao início do século XXI, com patrocínio do BANRISUL e apoio da Associação de Amigos do Museu.

Em fevereiro, a Secretaria da Cultura, através do **Instituto Estadual de Cinema (IECINE)**, anunciou os cinco premiados no 11º Prêmio IECINE de Curtas Metragens, efetivando, nesta gestão, mais uma edição do prêmio concedido pelo Governo do Estado desde 1986. Dos 57 projetos inscritos, foram cinco vencedores, e cada um receberá prêmio de R\$ 80 mil para curta metragem de aproximadamente 15 minutos, com finalização em película cinematográfica 35 mm.

Foi retomado, junto à Secretaria de Estado da Cultura, o Prêmio de Incentivo à Pesquisa Teatral. O Projeto teve seu valor reajustado, oferecendo aos pesquisadores cênicos o valor de R\$ 22 mil por semestre. O Edital foi aberto no segundo semestre de 2009. O Prêmio é destinado a projetos inéditos de pesquisa em Artes Cênicas, que resultem em uma produção especialmente criada para arena de três lados, a serem desenvolvidos no Teatro de Arena no 1º e 2º semestres de 2010.

Com a realização de seminários, palestras e cursos, sempre gratuitos e abertos à comunidade, abordando temas ligados à história, costumes e tradição, o **Memorial do RS** exerce a missão de divulgação da cultura gaúcha e da história em geral. Temas como *A questão indígena; 200 Anos da Criação das Primeiras Vilas do RS (1809); Africanidades: História, Arte e Cultura; Cultura Gaúcha: Guerras e Conflitos Políticos; Os 20 Anos da Queda do Muro de Berlim*, entre outros, foram oferecidos em 2009. Também, em 2009, foram lançados mais 12 Cadernos de História, distribuídos gratuitamente na sede do Memorial (cerca de 15.000 exemplares distribuídos este ano), assim como disponibilizados para *download* no *website*.

O Governo do Estado e a Secretaria da Cultura promoveram, no **Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS)**, a exposição *Arte na*

França 1860-1960: o Realismo, dentro das comemorações do Ano da França no Brasil. A exposição trouxe ao Rio Grande do Sul mais de cem obras-primas vindas da Coleção Berardo, de Lisboa; do *Fonds National d'Art Contemporain*, de Paris; do *Musée de Années Trente*, de Boulogne, França; *Fondation Alberto et Annette Giacometti*, França; do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, do Museu de Arte de São Paulo e do Museu Lasar Segall, além de obras de colecionadores particulares nacionais e internacionais. Durante os 48 dias de exibição, a exposição bateu recordes de público e de arrecadação de alimentos – cerca de 130 mil pessoas visitaram e 70 toneladas de doações foram recolhidas e repassadas ao Comitê de Ação Solidária do Gabinete da Governadora. O ingresso solidário consistia na doação de 1 kg de alimento ou de um agasalho.

No mês de outubro, o MARGS lançou o projeto de documentação para seu acervo, que conta com o financiamento da Caixa Econômica Federal. A iniciativa coloca o MARGS entre os primeiros museus a se adequarem às normas da lei federal que criou, em janeiro de 2009, o Estatuto Brasileiro de Museus. O projeto representa a implantação de uma política cultural inédita, que mostra a preocupação com o acervo e é um primeiro passo para a regulamentação do patrimônio do Museu de Arte do nosso Estado. A partir da documentação museológica, será possível a catalogação correta do acervo, realizada por técnicos especializados.

Na sala expositiva do **Museu de Arte Contemporânea**, com parceria do MARGS, ocorreu uma exposição em homenagem ao escultor Xico Stockinger, tendo portadores de deficiência como curadores e escolhendo as obras do escultor conforme sua particular sensibilidade e entendimento. Na Galeria Augusto Meyer, de outubro a dezembro, uma exposição do fotógrafo tcheco Jindrich Streit oportunizou parceria de realização juntamente com o Consulado-Geral da República Tcheca em São Paulo e o Instituto Moreira Salles.

Foi assinado, em agosto de 2009, um convênio entre a SEDAC e a Prefeitura de Taquara, para gestão compartilhada do **Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul**. A parceria busca revitalizar o local e estimular a visitação. O **Parque Histórico General Bento Gonçalves**, em Cristal, também passa por obras de recuperação.

O **Sistema Estadual de Museus (SEM)** realizou 06 oficinas de capacitação, reunindo 53 municípios em 2009, e 02 reuniões com as regiões museológicas do RS. O SEM é parceiro do MARGS no projeto de documentação museológica. Também desenvolve o Projeto Caminho dos Museus, em parceria com a Universidade Federal do RS (UFRGS), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC), com a realização de oficinas de capacitação e treinamento dos estudantes para o cadastramento dos museus gaúchos no Cadastro Nacional de Museus e no Sistema Estadual de Museus. O Projeto contempla, ainda, realização de pesquisa de campo para a edição do próximo Guia dos Museus do RS.

Como principais realizações do **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE)**, em 2009, destacam-se a

participação no processo de restauração da casa do ex-presidente João Goulart, em São Borja, inaugurada recentemente como Memorial Casa de João Goulart. Devem ser citados a realização do 1º Fórum Estadual do Patrimônio, em junho, em Porto Alegre, bem como a realização dos seminários *Desafio da Diversidade: Práticas Culturais e o Patrimônio Imaterial no Brasil*, em conjunto com IPHAN, em Caxias do Sul; e, *Preservação do Patrimônio Histórico*, em Santana do Livramento. Foram realizados levantamentos para as futuras obras do Mercado Público de Jaguarão, da Casa de Borges de Medeiros, em Caçapava do Sul, e das fachadas da Casa de Cultura Mário Quintana, em POA. Entre os processos de tombamentos abertos, em andamento ou concluídos, estão bens históricos nos seguintes municípios: Igreja de Itapuã, Viamão; Vila Rheigantz, Rio Grande; Granja de Pedras Altas, Pedras Altas; Mercado Público, Itaqui; capela Nossa senhora de Monte Bérico, Jaguari; e, Colégio Teresa Verzeri, Santo Ângelo. Em termos de publicação, o lançamento, em novembro, do livro *Paisagens do Sul*, de Carlos Delphim, sobre bens patrimoniais do RS, em parceria com o IPHAN.

No Dia do Livro, 23 de abril, iniciou-se a segunda fase da restauração do prédio histórico da **Biblioteca Pública do Estado (BPE)**, localizado na esquina da Rua Riachuelo. O patrocínio do BNDES viabilizou o projeto, beneficiado pelo Programa Monumenta, que permitirá o desenvolvimento de ações de recuperação nos próximos dois anos. A ocasião também marcou os 138 anos da BPE. A atual etapa, com custo estimado em R\$ 2 milhões, permitirá reparos na infraestrutura do prédio, instalações hidráulica, elétrica, recuperação de calçadas, fachada, aberturas, assim como todos os pisos de madeira. As pinturas murais passarão por obras de restauro no Salão Mourisco e Egípcio. Já a **Biblioteca Lucília Minssen** se destaca pelo permanente trabalho em projetos e programação para o público infanto-juvenil, professores e estudantes de literatura infanto-juvenil, atendendo 6.893 de interessados, de janeiro até o mês de outubro de 2009.

Sediado na Biblioteca Pública do Estado, o **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP)** é o responsável pela implantação e funcionamento das bibliotecas públicas dos municípios gaúchos, através do projeto Livro Aberto, uma parceria entre o Ministério da Cultura e governos estaduais e municipais. Concluiu-se 2009 com 520 bibliotecas integrantes do Sistema. Apenas dois municípios ainda não instalaram suas bibliotecas, e alguns municípios possuem mais de uma biblioteca pública. Ademais, o Sistema repassa livros para o acervo dessas instituições, oriundos de doações de editoras, de projetos culturais e de particulares. Somente em 2009, o SEBP entregou 431 *kits* para 296 municípios. Nos últimos três anos, foram criadas 103 novas bibliotecas.

No que se refere às fundações vinculadas à SEDAC, merecem destaque as realizações a seguir. As ações da **Fundação Cultural Piratini** foram direcionadas para dar maior competitividade à **TVE** e à **FM Cultura**. Para isso, buscou-se dar mais qualidade, variedade e visibilidade à programação, visando atrair mais audiência e também geração de receita, através de anunciantes (apoiadores culturais) públicos e privados, e

parcerias na produção de conteúdo. Os resultados são bastante estimulantes. Foi atingida uma marca histórica para a TVE: pela primeira vez, as produções locais passaram a dominar a programação. Em outubro de 2008, a programação da TVE correspondia a 37% do que ia ao ar. Já em outubro de 2009, esse percentual passou para 57%, chegando a 65% aos domingos.

A TVE viabilizou a instalação da nova antena, buscando a ampliação e melhoria da cobertura do canal 7 na capital e Região Metropolitana. Foram restaurados equipamentos de iluminação de estúdio que estavam sucateados. Esses equipamentos, de custo elevado, foram reintegrados ao serviço, viabilizando a execução de novos programas e cenários, além da restauração completa de um estúdio de gravação. Assim, a rádio passou a contar com dois estúdios, sendo que o estúdio novo passou a ser um dos mais modernos entre as emissoras do Rio Grande do Sul, após a aquisição de monitores de LCD. Um convênio com a Bienal do MERCOSUL 2009 fez da FM Cultura a emissora oficial do evento, com a cobertura das atividades e veiculação diária de um programa de 1 hora produzido pela organização da Bienal.

No complexo do Multipalco da **Fundação Theatro São Pedro**, foi inaugurada a Concha Acústica, mais conhecida como Espaço Vonpar, localizada na parte mais visível do Multipalco. Forma uma praça aberta ao público de 3,35 mil m², ao ar livre, com uma concha acústica de 380 m², restaurante com mesas internas e ao ar livre e um palco aberto para pequenas performances. Os diferentes eventos apresentados em 2009 somaram um público de 6.455 pessoas.

Na pauta de eventos artísticos e culturais do exercício de 2009 foram realizados, até novembro, 59 eventos com bilheteria para um público de 73.762 espectadores, objetivando o incentivo à cultura e proporcionando o entretenimento ao público em geral. Até o final do exercício, estão programados 20 eventos com bilheteria e entrada franca. Dentre esses pode ser elencado o projeto conhecido como *Musical PETROPAR*, patrocinado pela empresa de mesmo nome, que acontece no *Foyer* nobre do Theatro São Pedro, com periodicidade regular há mais de 20 anos, proporcionando lazer à comunidade e difundindo o trabalho de músicos gaúchos. No ano de 2009, foram 48 apresentações, com a presença estimada de mais de 8.000 espectadores.

As 10 apresentações do Projeto Concertos BANRISUL para Juventude foram prestigiadas por um público de 5.500 jovens. O projeto *Concertos Populares* com o patrocínio do grupo CEEE, apresentou 06 concertos dentro da temporada 2009. Cada espetáculo conta com a apresentação de artistas locais e nacionais acompanhados pela Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro, onde o ingresso é 1 kg de alimento não perecível e a arrecadação é revertida para instituições beneficentes de Porto Alegre. Além destes, foram realizados eventos promovidos ou apoiados por Órgãos vinculados ao Governo do Estado. Também pode ser citada a parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre para a realização de espetáculos do 16º Porto Alegre em Cena, no mês de setembro, no Theatro São Pedro.

Idealizado pela Associação Amigos do Theatro São Pedro, o Projeto *Fazendo Teatro – o Theatro São Pedro agora é das Crianças* foi inteiramente dedicado ao público infantil e teve como objetivo principal atender essa faixa etária de forma abrangente. Desenvolvido entre setembro e novembro de 2009, foi composto por oficinas, apresentação de espetáculos teatrais e bate-papos com escritores e educadores.

Em termos de publicações, a **Fundação Instituto de Tradição e Folclore (FIGTF)** teve participação no livro *Indumentária do Decênio Farroupilha*, em publicação possibilitada por projeto aprovado pela Lei Rouanet. O livro *Os Farroupilhas e Suas Façanhas* teve seu conteúdo elaborado por funcionários da FIGTF, e a impressão da edição de 1.000 exemplares correu por conta da Comissão Estadual dos Festejos Farroupilhas. A Fundação coordenou os Festejos Farroupilhas no Estado, incluindo a realização do espetáculo *Os Farroupilhas e suas Façanhas*, na noite de 19 de setembro e o desfile tradicional de Porto Alegre no dia 20 de setembro. Também em setembro, realizou o Seminário Internacional *Os Bastidores da Revolução Farroupilha*, no Espaço Cultural Erico Veríssimo, da CEEE, com a distribuição do livro *Tentativa de Independência do Estado do Rio Grande do Sul*.

Como destaque em divulgação e mídia, a FIGTF fez o lançamento oficial da Rádio *Web* do IGTF, durante o Acampamento Farroupilha; e, apresentou o folheto de divulgação da FIGTF, com informações sobre as atividades desenvolvidas e serviços disponibilizados.

Além disso, a Fundação se fez presente nos tradicionais eventos da cultura gaúcha em 2009, como no Acendimento da Chama Crioula 2009, em São Lourenço do Sul; na EXPOINTER 2009 e no Acampamento Farroupilha, ambos com atendimento em galpão; e na Feira do Livro de Porto Alegre – funcionamento de um galpão e sessão de autógrafos para o livro *Os Farroupilhas e Suas Façanhas*.

Na temporada de 2009, a **Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)** continuou a desenvolver suas atividades dentro de uma programação estabelecida, dividida nas séries: Concertos Oficiais; Concertos Especiais; Concertos na Comunidade; e Concertos Legais. Ainda, os Concertos da Série Natal em Santa Rosa, Rosário do Sul, Nova Petrópolis, Taquara, Gramado e Porto Alegre. Nos denominados Concertos Oficiais (12), destaca-se a presença de renomados solistas e regentes para a execução de obras sinfônicas expressivas, que colheram um público de 7.050 pessoas. Os Especiais (09) foram realizados no Hospital Psiquiátrico São Pedro, Anfiteatro Pôr-do-Sol, Feira do Livro, Tribunal de Contas do Estado, dentre outros, para um público de 7.031 pessoas. Nos Concertos na Comunidade (07) realizados nas Igrejas Nossa Senhora da Glória, São Pedro, Nossa Sra. de Lourdes, São Geraldo, São José do Murialdo, dentre outras, alcançou-se um público de 2.300 pessoas. Trata-se de projeto para alcançar todas as camadas sociais através da execução de sinfonias mais populares destinadas a um público que não frequenta salas de concertos. Os denominados Concertos Legais (04) destinam-se à rede de ensino fundamental do Estado, através dos quais o estudante toma conhecimento do funcionamento de uma orquestra sinfônica. Também podem ser

denominados de “concertos didáticos”, que a Fundação realiza de longa data. No total, 2.950 crianças assistiram os concertos.

No mês de agosto, a Prefeitura de Porto Alegre, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, entregou a licença prévia para a construção da nova sede da Sala Sinfônica da OSPA, atestando a aprovação à concepção e à localização do novo teatro, a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação. O projeto de lei do Executivo para a concessão de área destinada à construção do novo teatro foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal e debatido em audiência pública com a comunidade. A maquete do novo teatro foi apresentada no dia 8 de julho, no Palácio Piratini.

AÇÕES PARA 2010

Programa	Ações
Inclusão Social pela Ação Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Ações culturais voltadas à prevenção da violência • Desenvolvimento de ações culturais voltadas aos programas Emancipar, Recomeçar, RS Mulher e RS Amigo do Idoso • Realização de oficinas para a descentralização cultural, desenvolvimento cultural e geração de renda
Patrimônio Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação do acervo cultural e do patrimônio cultural • Continuidade da construção do Multipalco Theatro São Pedro • Desenvolvimento de ações para preservação do folclore e tradições gaúchas
Produção, Valorização e Difusão das Manifestações Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo a projetos e atividades culturais • Apoio à produção e à difusão cultural • Reestruturação e qualificação do parque técnico e da programação da TVE-RS e Rádio FM Cultura • Apresentações artísticas e culturais

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

A **Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM)**, integrante do Gabinete da Governadora, possui a incumbência de ser o órgão responsável pela articulação do recorte transversal de gênero nos programas prioritários de Governo.

Em 2009, a CEM articulou, com as prefeituras municipais, a criação de Coordenadorias Municipais da Mulher, contando atualmente com 94, um acréscimo de 39 em relação a 2008. Desse total, 67 integram o **Projeto Cidade Amiga da Mulher** vinculado ao **Programa Estruturante Nossas Cidades**, o qual prevê a certificação com o selo Cidade Amiga da Mulher aos municípios que realizam políticas públicas em prol das mulheres.

Baseado nos princípios de transversalidade de gênero e responsabilidade compartilhada, o Projeto desenvolve as seguintes atividades: a certificação dos municípios, formação de redes de parceria e sistema de monitoramento. O Governo do Estado, através da Coordenadoria, certificou, no decorrer de 2009, 35 municípios.

A Coordenadoria também monitorou ações junto às Secretarias que compõem o Plano RS Mulher, as quais contemplam 05 eixos constantes do Plano: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação, inclusiva e não-sexista; saúde das mulheres e direitos reprodutivos; mulheres no poder; e, enfrentamento à violência contra a mulher. Em relação a este último, a CEM encaminhou o projeto básico integral do Estado para o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, trazendo recursos federais na ordem de R\$ 3 milhões para os municípios gaúchos.

Em 2009, a CEM também coordenou o calendário de atividades referentes ao Dia Internacional da Mulher e o calendário estadual da Campanha dos 16 Dias de Ativismo, mobilizando secretarias, órgãos estaduais e movimentos de mulheres. A Coordenadoria levou esclarecimentos à população sobre a violência contra as mulheres e Lei Maria da Penha, através da confecção e distribuição da *Cartilha da Violência*.

Além disso, foi organizada mais uma edição do Troféu Ana Terra e o Troféu RS Mulher Farroupilha, este último firmando parceria com os movimentos tradicionalistas gaúchos.

Também foram realizadas a Exposição Itinerante RS Mulher e RS Mulher Farroupilha, nas quais é demonstrada a força da mulher no cenário do Estado. Foram oportunizados cursos de geração de renda às mulheres em situação de vulnerabilidade e comunidades carentes. Igualmente, foram organizados dois encontros das Coordenadoras Municipais da Mulher e capacitação de gênero para servidores públicos.

A CEM participou, ainda, de diversos eventos como Mulheres Negras em Movimento e 3ª Marcha Lésbica de Porto Alegre. O Espaço RS Mulher foi levado às Ruas da Cidadania e oferecida capacitação em geração de renda para a comunidade local. Durante a Feira do Livro, aconteceu sessão de autógrafos do livro *Prendas Gaúchas 39 Anos*.

A Coordenadoria integra os seguintes comitês: do Plano de Prevenção à Violência (PPV); de Enfrentamento à Feminização das DST/AIDS; do Câncer de Mama; de Colo de Útero; de Mortalidade Materna; de Tolerância Zero para a Mortalidade de Câncer de Mama (CTZ); e, o I Fórum Saúde da Mulher, com a entrega da Carta de Gramado.

Integrando as atividades do Verão Legal RS, a CEM participará com o RS Mulher no Verão 2010, no litoral gaúcho, com oficinas de geração de renda, esclarecimentos sobre a saúde da mulher e a Lei Maria da Penha.

Está previsto para 2010, também, o Festival de música nativista, e RS Mulher em Canto-2ª Edição, onde serão apresentadas composições selecionadas com o tema livre *Mulher e Lei Maria da Penha* exclusivamente por intérpretes femininas.

AÇÕES PARA 2010

A Coordenadoria Estadual da Mulher, no exercício de 2010, dará continuidade ao desenvolvimento de ações visando à implementação de políticas públicas para as mulheres do Estado.

A CEM deverá coordenar as ações integrantes no Plano RS Mulher, executadas pelas Secretarias da Justiça e Desenvolvimento Social; Saúde; Cultura; Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente; Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio; bem como pelas Fundações de Economia e Estatística; e de Desenvolvimento de Recursos Humanos; além da Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPD e PPAH.

FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA

Em três anos de gestão, o Governo do Estado cumpriu seu compromisso de equilibrar as contas públicas e aumentar o volume de investimentos no Estado. Depois de quase quatro décadas de sucessivos resultados orçamentários negativos, em 2008 o déficit das contas públicas foi zerado. Em 2009, mesmo com todos os efeitos da crise internacional, o Estado pôde reprogramar seus gastos porque o orçamento realista passou a ser uma peça de planejamento, cumprindo sua função.

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Sendo o órgão responsável pelas finanças do Estado do Rio Grande do Sul, a **Secretaria da Fazenda (SEFAZ)** arrecada os recursos provenientes de tributos estaduais, fiscaliza os contribuintes para garantir que estão recolhendo o tributo devido, distribui os recursos entre os diferentes órgãos públicos de acordo com o Orçamento Estadual, paga os fornecedores do Estado, contabiliza e controla para que não haja mau uso dos recursos pelos agentes públicos. Suas entidades vinculadas são o **Banco de Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)** e a **Companhia de Processamento de Dados do Estado (PROCERGS)**.

Uma das maiores dificuldades das finanças estaduais diz respeito à rigidez e ao tamanho da despesa compulsória do Estado (com Pessoal e Dívida) frente a sua receita. Para alterar esse quadro, várias ações foram desencadeadas a fim de conter a chamada “despesa discricionária”, aquela despesa de custeio sob gerência direta da administração, que crescia à média de 12% ao ano. A meta era ousada: estancar esse crescimento e ainda obter alguma redução. Em 2007, foi **reduzido o custeio da máquina pública** em R\$ 327 milhões e, em 2008, em mais R\$ 137 milhões, tendo acumulado uma redução de R\$ 464 milhões, comparativamente à base de 2006, que representava, em 2006, 9,7% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado. No ano de 2009, a meta de 6,5% da RCL foi atingida.

A **Reestruturação Organizacional e de Processos (ROP)** é um programa de trabalho, em parceria com o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP), para revisão de estruturas e processos de trabalho em órgãos pré-selecionados pelo grupo de decisão do Governo,

com vistas a identificar oportunidades de racionalização, economias e estabelecimento de metas.

Em 2009, foram acompanhados os planos de ação de nove frentes de trabalho iniciadas em 2007/2008: DETRAN/SARH, CELIC/SARH, IPERGS/SARH, IPE-Saúde/SARH, Medicamentos/SES-PGE, SUSEPE/SSP, DPP/SEFAZ, SEDUC e EMATER. Além disso, houve a inclusão de mais nove frentes de trabalho, com elaboração de diagnósticos, definição de premissas e elaboração dos reprojatos dos processos e/ou estrutura: PROCERGS, JUCERGS, DMEST-Perícia Médica, SEPLAG-Estrutura, SEPLAG-Captação de Recursos, SEFAZ-RPV, DDPE/SEFAZ, DRPE/SEFAZ-Cobrança e PGE-Defesas Judiciais.

Com a implantação do **Gerenciamento Matricial de Despesas (GMD)**, que é uma metodologia que analisa as principais despesas dos órgãos do Estado, obteve-se uma economia de R\$ 44,69 milhões em relação à base histórica de 2006, trazida a valor presente, na SEDUC, SES, Brigada Militar e SUSEPE. Nas rubricas corporativas, conseguiu-se economia de R\$ 6,3 milhões em manutenção de veículos, R\$ 6,0 milhões/ano na telefonia, com a instalação de interfaces para direcionar chamadas originadas de linhas fixas com destino a celulares e, até 2010, prevê-se a economia de R\$ 3,0 milhões nas escolas com a efficientização no uso da energia elétrica, devido à assinatura de contrato com as concessionárias.

Em 2009, foi implementada a metodologia da **Cota Base Zero** na Secretaria Estadual da Saúde (SES), tendo como principais resultados a integração com GMD (alteração de escopo), o monitoramento e avaliação de programas, o novo orçamento e a realização do II Seminário de Avaliação de Políticas Públicas e Qualidade do Gasto, em parceria com a Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Foram destinados, em 2009, R\$ 200 milhões para pagamento de **Precatórios e RPVs (Requisições de Pequeno Valor)**, valor 10 vezes superior à média dos últimos anos, o Governo do Estado começou a resgatar essa dívida histórica. Dentre outros, estão sendo pagos todos os chamados precatórios de pequeno valor (até 40 salários mínimos), pendentes desde 1999, que somam 4,2 mil e representam 15% do total dos precatórios devidos. Além disso, foi acordado o pagamento dos precatórios dos portuários, também pendente desde 1999, totalizando R\$ 43 milhões, negociados com um deságio de 34%. Cabe registrar, ainda, a implantação da Central de Conciliação de Precatórios, que permite a negociação direta de precatórios com os credores.

Também estão sendo honradas todas as RPVs originárias do passivo judicial gerado pelas Leis 10.395/95 e 10.420/95, que finalmente foi estancado pela Lei 12.961/08, a qual concedeu os reajustes a todos os servidores. Em 2009, foram pagos R\$ 90 milhões de RPVs.

Quanto à gestão, cabe salientar que, além da implantação do Sistema de Gerenciamento de Precatórios e RPVs, aumentando o controle e integração de dados, está sendo feito todo o reprojato do processo de pagamento das RPVs, tornando-o todo eletrônico, mais célere e seguro. Essa ação visa especialmente eliminar os sequestros judiciais nas contas do Estado, que geram prejuízo ao erário, já que estes ocorrem pelo seu valor

bruto, sem dedução do Imposto de Renda do servidor e da Previdência, que são receitas do Estado.

Em 2009, o Governo também pagou duas parcelas relativas às Leis 10.395/95 e 10.420/95, conforme previsto na Lei 12.961, de 14 de maio de 2008, uma em março e outra em agosto; a parcela inicial prevista na lei de 2008 foi paga naquele ano. Com o pagamento da quarta e última parcela, em março de 2010, haverá integralização de índices, que variam entre 19,9% e 33% de reajuste aos servidores, dependendo da categoria a que pertencem.

No tocante à **folha de pagamentos**, vários projetos foram desenvolvidos visando à integração, padronização, precisão, controle e segurança dos processos e das informações que possibilitaram um aumento de produtividade de pessoal, bem como a liberação das equipes para atividades gerenciais:

- **Projeto RHE (Sistema de Recursos Humanos do Estado)** – Implantação de fluxos de trabalho automatizados (*Workflow-RHE*), consolidação da implantação do RHE na Administração Indireta e implantação do RHE em outros poderes (em implantação na Assembleia Legislativa, Ministério Público e Tribunal de Justiça).
- **Projeto Sistema de Gerenciamento de Consignatários** – Desenvolvimento de projeto do novo Sistema de Gerenciamento de Consignatários e realização de pregão eletrônico.
- **Projeto da Solução para Guarda e Recuperação de Dados de Pessoal** – Desenvolvimento de projeto de um repositório para migrar, armazenar e consolidar integralmente as bases históricas das folhas de pagamento de pessoal e recuperá-las para atender as necessidades da gestão.
- **Projeto *Data Mining*** – Desenvolvimento de projeto para modelos de identificação de tendências e anomalias e realização de previsões, nas bases de dados da folha de pagamento, da execução do orçamento e da programação e execução financeira.
- **Atendimento de Processos na Divisão do Pagamento de Pessoal (DPP)** – A DPP é uma das frentes de trabalho de reestruturação organizacional e de processos (ROP) do **Projeto Estruturante Fazendo Mais com Menos**. Desde 2007, foram realizadas várias alterações em sistemas de informática, processos de trabalho e instalações físicas na Divisão. Em 2009 os resultados desse trabalho começaram a apresentar-se em relação ao atendimento de processos originários de demandas judiciais e requerimentos administrativos de servidores, reduzindo pela metade o número de processos. Além disso, nos atuais três grandes setores de atendimento a processos (chamados setores de demandas), verificou-se que

ingressavam 444 processos/dia e saíam 624 processos/dia, com um tempo médio de atendimento de um mês por processo.

Com o objetivo de reduzir o comprometimento da receita com o pagamento da **Dívida Pública**, várias ações foram implementadas, dentre as quais podemos destacar:

- Renegociação com o INSS, com a redução de percentual de 3,62% para 0,68%, referente à retenção no Fundo de Participação do Estado (FPE), do parcelamento da dívida, gerando uma economia estimada no desembolso anual de R\$ 36 milhões.
- Repactuação com o Banco Mundial, com a conversão da taxa de juros do empréstimo BIRD PRÓ-RURAL 2000, passando de uma taxa variável atrelada a uma cesta de moedas, que se situava em torno de 7%, para uma taxa fixa de 2,32%, o que proporcionou uma economia estimada de US\$ 3,5 milhões no pagamento de juros até maio de 2012, quando se encerra o contrato. A operação de reestruturação da dívida com o Banco Mundial trouxe redução de gastos para o Tesouro em 2009. Uma análise feita em setembro, um ano depois do início da operação, revelou que esta propiciou que pagamentos com taxa de 6% fossem feitos com taxas de 0,36% ao ano. Se a operação junto ao Banco Mundial não tivesse sido realizada, o Estado teria desembolsado, com o pagamento do serviço da dívida extralimite, entre setembro de 2008 e agosto de 2009, R\$ 285 milhões. Com a operação, o valor destinado a esse fim diminuiu para R\$ 46 milhões, representando uma economia de R\$ 239 milhões.

Em 2009, foi consolidada a implantação do sistema de informações de **Finanças Públicas do Estado (FPE)** em toda a Administração Pública Estadual, a qual produz aproximadamente 12 milhões de registros contábeis por ano, requerendo, por força de lei, gerência e procedimentos seguros. O FPE possibilita a agilidade, a segurança, a eficiência, a presteza, a confiabilidade e o controle de cada uma dessas operações. A primeira fase do FPE foi concluída com sucesso em 2009: o sistema está implantado em todo o Estado e em plena operação, de forma que todos os dados contábeis do RS são armazenados em um único banco de dados.

O **Sistema de Convênios** foi integrado ao FPE, permitindo automatizar o controle da execução física e financeira de 14 mil convênios em todas as suas etapas, evitando perdas de prazos e de recursos.

O Governo do Estado vem cumprindo o que determinam os artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, publicando bimestralmente o **Relatório de Execução Orçamentária**, o qual detalha as metas e a realização da Arrecadação, do Cronograma Mensal de Desembolso e do Resultado Primário. De acordo com a evolução do

resultado primário, são apontadas as necessidades de contingenciamento de despesas nos orçamentos de todos os órgãos e poderes.

Operando em fase de homologação no IPERGS, está o *software* denominado suíte de atendimento, que contempla, em sua versão inicial, os processos de concessão e renovação de pensões. Essa ferramenta, desenvolvida pela PROCERGS, é fruto do projeto de **reestruturação dos processos da Previdência**, coordenado pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), com colaboração da Diretoria Executiva, em especial da Diretoria de Previdência do Instituto.

Nessa primeira fase, em 75% dos casos, a habilitação das pensões passa a ser imediata, evitando a duração de até alguns meses, como antes ocorria. A suíte de atendimento, em um só local, permite a consulta de todas as informações do relacionamento dos segurados e beneficiados com o Instituto, tanto na capital quanto no interior. A ferramenta foi concebida para receber todos os processos de atendimento do IPERGS, permitindo, dessa forma, a sua evolução e a ampliação dos processos contemplados.

O **Portal da Transparência RS** foi lançado no dia 18 de agosto de 2009, com a parceria de todos os Poderes, e apresenta ao cidadão informações sobre a obtenção e a aplicação de recursos públicos estaduais, a partir da consolidação dos dados oriundos da execução orçamentária dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas.

Objetivando oferecer a todos aqueles que se responsabilizam, interferem ou se envolvem na gestão de recursos públicos, uma importante fonte de consulta e orientação com vistas a uma correta tomada de decisão, foi elaborado o **Manual de Gestor Público**. Entre os temas abordados pelo Manual estão: licitações e contratos administrativos e de pessoal, tomada de contas, princípios aplicáveis à Administração Pública, bens públicos, convênios, despesa e receita pública e orçamento público.

Para acompanhar o alcance das metas de combate à sonegação e aumento de arrecadação foi implantado o sistema de **gerenciamento matricial da receita** nas 14 Delegacias e 44 Agências da Receita Estadual com metas de fiscalização e auditorias para 14 setores.

Desde dezembro de 2007, o Rio Grande do Sul e o Estado de São Paulo firmaram Termo de Cooperação para ampliar a troca de informações tributárias. A partir de 2008, os segmentos de autopeças, rações *pet*, arroz beneficiado, celulares, colchões, perfumaria, cosméticos e higiene pessoal passaram a ser tributados por substituição tributária. Com a medida, o ICMS é tributado na indústria ou no atacado e não nos pontos-de-venda. Esse sistema de tributação garante um maior controle do fisco sobre a arrecadação. Um exemplo é o combustível, que tem o tributo recolhido na refinaria e não nos postos de combustível. Em 2009, novos setores estão sendo abrangidos pela **Substituição Tributária**, como sucos e bebidas não-alcoólicas. Outros 12 novos setores estão sendo incluídos através de protocolo assinado entre os governos do Rio Grande do Sul e São Paulo,

como material de construção, elétrico e ferramentas, vinhos e bebidas quentes, bicicletas, brinquedos, material de limpeza, produtos alimentícios e artefatos de uso doméstico, instrumentos musicais, artigos de papelaria e produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos. Essa inclusão dos novos setores deve gerar mais R\$ 200 milhões na arrecadação do Estado como resultado de combate à sonegação.

O Rio Grande do Sul é considerado o Estado pioneiro na emissão da **Nota Fiscal Eletrônica** em todo o País. Desde o início da obrigatoriedade, em abril de 2008, o Estado saltou de 20 para aproximadamente 40 mil empresas de diferentes segmentos econômicos que foram aderindo às obrigatoriedades ao longo de 2008 e 2009. A Nota Fiscal Eletrônica representa um grande marco à modernização da arrecadação do Estado. O mês de outubro de 2009 marca um importante passo nesse sentido, com a emissão de um milhão de Notas Fiscais Eletrônicas em um único dia.

Para identificar oportunidades de recuperação de receita, foi desenvolvido o Programa de Avaliação do Contribuinte – **PAC Inteligente**, que prevê o acompanhamento de 61 indicadores com base em 106 mil contribuintes.

Em 2009, foram entregues ao Ministério Público 370 autos de lançamentos com indícios de **crimes contra a ordem tributária**, totalizando R\$ 459,2 milhões. Esses autos correspondem a trabalhos de auditoria e verificação fiscal realizados pelas delegacias da Secretaria da Fazenda em diversas regiões do Estado.

No que se refere ao **combate à sonegação**, em 2009, a Secretaria da Fazenda realizou uma média de 6,3 mil autuações por mês, totalizando R\$ 624,4 milhões. Os planos de trabalho dos 14 grupos setoriais que acompanham os principais segmentos econômicos do Estado somaram R\$ 130 milhões em autuações, e as operações de fiscalização no comércio varejista chegaram a R\$ 47,5 milhões.

O **Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF)** vem mantendo uma média de 130 julgamentos mensais entre as duas Câmaras e o Pleno. O tempo médio de permanência dos recursos desde a entrada até a conclusão tem sido de 150 dias. Mensalmente, são emitidos e analisados relatórios detalhados, que propiciam o acompanhamento do estoque de processos e seu comportamento em comparação com o ano anterior. Os prazos regulamentares vêm sendo cumpridos pelos diversos órgãos desse Tribunal.

Em 2009, o Rio Grande do Sul e o Brasil enfrentaram uma das piores crises econômicas dos últimos 40 anos. Essa crise, de proporções internacionais, exigiu **medidas compensatórias** a setores em crise. Apesar de ter uma margem bem menor do que a União para implementar medidas compensatórias, o Rio Grande do Sul pôde apoiar diversos setores durante a crise, graças às melhorias nas suas contas públicas, como, por exemplo:

- Redução do ICMS para os medicamentos genéricos
- Ampliação de benefícios para o setor coureiro
- Liberação de créditos ao setor moveleiro
- Redução do ICMS do trigo
- Redução do ICMS do feijão
- Incentivo ao setor leiteiro
- Incentivo ao setor do biodiesel no Estado
- Implementação do Simples Gaúcho
- Apoio a 220 mil empresas com o Simples (Em abril de 2009, entrou em vigor a segunda etapa do Simples Gaúcho, com redução de alíquotas para milhares de empresas. Desde outubro de 2008, 209 mil micros e pequenas empresas gaúchas estão isentas de ICMS.)

O **Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)** desenvolve iniciativas na área do crédito em diversas modalidades, que vão do curto ao longo prazo, do produtivo ao do consumo, do operacional ao de fomento e desenvolvimento, entre outras.

O desempenho do **setor bancário** brasileiro foi afetado, especialmente nos primeiros três meses do ano, pelos desdobramentos da crise financeira mundial. A retração do nível de atividade e de renda refletiu no adimplemento das operações e em maior seletividade na concessão de financiamentos.

O **BANRISUL** enfrentou o período de crise financeira com prudência e responsabilidade. O segmento de pessoas físicas apresentou expansão consistente, especialmente por meio da aquisição de carteiras de crédito consignado. A gestão da inadimplência permitiu o controle dos indicadores em relação aos observados no início do ano. O Banco dispõe de liquidez e margem financeira para alavancar a carteira de crédito e se prepara para ganhar escala diante de expectativas favoráveis de crescimento econômico.

O **lucro líquido** do BANRISUL, de janeiro a setembro de 2009, foi de R\$ 356,8 milhões, 7,2% ou R\$ 24 milhões acima do resultado recorrente registrado no mesmo período de 2008. O resultado gerado, no acumulado de janeiro a setembro de 2009, corresponde a uma rentabilidade anualizada de 15,2% calculada sobre o patrimônio líquido médio. Em setembro de 2009, o patrimônio líquido alcançou R\$ 3.299,8 milhões, com crescimento de 11,1% sobre o saldo registrado em setembro de 2008.

Os **ativos consolidados** alcançaram, em setembro de 2009, R\$ 28.573,2 milhões, com incremento de 12,0% sobre setembro de 2008. O crescimento dos ativos, em 12 meses, decorre, especialmente, do

incremento das operações de tesouraria, face ao cenário de retração que predominou no período de aprofundamento da crise financeira mundial.

Os **recursos captados e administrados** atingiram saldo de R\$ 20.855,8 milhões em setembro de 2009, com crescimento nominal de 8,6% em relação à posição registrada em setembro de 2008 e de 3,4% sobre junho de 2009. Os depósitos alcançaram R\$ 15.462,3 milhões, em setembro de 2009, com expansão de 15,3% sobre setembro de 2008.

As **operações de crédito** do BANRISUL somaram R\$ 12.528,5 milhões, ao final de setembro de 2009, com expansão de 14,8% em relação ao ano anterior. A carteira comercial totalizou R\$ 9.331,9 milhões, com crescimento de 13,8% em doze meses e de 5,2% no final de 2009. As operações de crédito comercial com pessoas físicas somaram R\$ 5.136,6 milhões em 2009, com expansão de 35,5% comparativamente a setembro de 2008. As operações de crédito comercial com pessoas jurídicas totalizaram R\$ 4.195,3 milhões, com redução de 4,9% na comparação com setembro de 2008.

O **crédito consignado** próprio alcançou R\$ 2.570,9 milhões, 14,5% maior em relação ao mesmo mês de 2008. A concessão de créditos consignados somou R\$ 1.206,5 milhões, em nove meses, distribuídos em 255,9 mil operações. O saldo das aquisições de carteiras de crédito consignado de outras instituições financeiras, em setembro de 2009, totalizou R\$ 1.145,2 milhões.

Nas linhas de pessoa jurídica, destaca-se a **concessão de capital de giro** a hospitais, clínicas e laboratórios, que totalizou R\$ 24,5 milhões, de janeiro a setembro de 2009. Para a área da educação, abrangendo universidades e instituições de ensino, foram alocados R\$ 123 milhões no mesmo período.

As demais carteiras tiveram o seguinte desempenho em doze meses: **crédito rural** apresentou crescimento de R\$ 213,4 milhões e atingiu saldo de R\$ 936,2 milhões; operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e adiantamento de cambiais entregues (ACE) aumentaram R\$ 136,2 milhões, totalizando R\$ 514,6 milhões; crédito imobiliário cresceu R\$ 126,0 milhões, com saldo de R\$ 1.055,9 milhões; financiamento a longo prazo registrou incremento de R\$ 74,7 milhões, atingindo R\$ 478,9 milhões, e operações de arrendamento mercantil reduziram R\$ 5,8 milhões ou 5,6%, totalizando R\$ 98,2 milhões. As operações com o setor público atingiram saldo de R\$ 112,8 milhões.

Nos primeiros nove meses de 2009, foram contratadas 32,6 mil operações direcionadas ao **agronegócio**, totalizando a concessão de R\$ 559,2 milhões, com crescimento de 50,8% sobre o mesmo período de 2008. Do total concedido, R\$ 497,8 milhões foram direcionados ao custeio rural e R\$ 61,4 milhões a investimentos.

Por meio das linhas de **crédito imobiliário**, de janeiro a setembro de 2009, foram contratadas 4,7 mil operações, que

corresponderam à concessão de R\$ 303,8 milhões, volume 5,3% superior ao registrado no mesmo período de 2008

As linhas de **microcrédito**, que objetivam facilitar o acesso de micros, pequenas e médias empresas ao capital de giro, apresentaram concessão de R\$ 896,9 milhões, de janeiro a setembro de 2009, ou seja, R\$ 24,5 milhões inferior ao liberado no mesmo período de 2008. A linha que obteve melhor desempenho foi recebíveis BANRICOMPRAS, com aplicação de R\$ 303,4 milhões, volume 43,4% superior ao mesmo período do ano anterior. A maior redução ocorreu na linha PROMICRO, com saldo de R\$ 309,8 milhões, 30,4% menor em relação aos nove meses de 2008.

Diversas foram as medidas voltadas ao **incentivo ao setor privado**. Um dos mais significativos foi a confirmação da expansão física da fábrica da General Motors no Rio Grande do Sul, com investimento de R\$ 2 bilhões. Para a concretização do investimento, foi fundamental a nova situação financeira do Rio Grande do Sul e do Banco do Estado (BANRISUL), que é parceiro no investimento. Para viabilizar o empreendimento, o BANRISUL aportou recursos R\$ 344 milhões para o financiamento.

A **BANRISUL S.A. Administradora de Consórcios** encerrou o mês de setembro de 2009 com 19,9 mil cotas ativas e volume de crédito de R\$ 470 milhões. De janeiro a setembro de 2009, ocorreram 2,9 mil contemplações, com distribuição de R\$ 56,7 milhões na economia para aquisição de bens. O lucro líquido do período atingiu R\$ 8,3 milhões, 11,1% maior que o registrado nos primeiros nove meses do ano anterior.

A **BANRISUL S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio** intermediou R\$ 691,1 milhões no mercado de renda variável de janeiro a setembro de 2009. As operações efetuadas via *Home Broker* somaram R\$ 502,5 milhões, o que representa 72,7% do total de operações. O lucro líquido no período totalizou R\$ 4,4 milhões.

Entre os eventos relevantes ocorridos em 2009, destaca-se o estabelecimento de acordo de comercialização de produtos agrícolas firmado com o Instituto Brasil China, por ocasião da participação da Corretora na EXPOINTER.

A **BANRISUL Armazéns Gerais** atua no ramo de armazéns gerais e como Porto Seco, permissionária da Receita Federal, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias. A empresa ampliou a capacidade de armazenagem e movimentação, no Porto Seco, com a expansão de área coberta de 2985,65 m². O lucro líquido alcançou a cifra de R\$ 1,2 milhão no período de janeiro a setembro de 2009.

A **BANRISUL Serviços Ltda.**, administradora da marca Refeisol, opera na Região Sul do País nos segmentos de tíquete e cartão-refeição e alimentação, cartões combustível, presente, *private label* e benefício. Diariamente, mais de 240 mil usuários comprovam a eficiência dos serviços Refeisol, que conta com uma rede de cerca de 45 mil pontos credenciados.

O lucro líquido registrado, de janeiro a setembro de 2009, foi de R\$ 5,9 milhões, 3,4% superior ao mesmo período de 2008.

A **Companhia de Processamento de Dados do Estado (PROCERGS)** definiu, no Planejamento Estratégico, a implantação de um sistema de gestão que usa como norteador o Modelo de Excelência de Gestão (MEG) do Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ), referência de melhores práticas nos processos de gestão empresarial. Também foi adotado o Modelo de Gestão por Resultados, por meio do qual a empresa se compromete a atingir metas negociadas com o Governo através do Contrato de Gestão. Esse modelo também foi adotado internamente, com a implantação do Programa de Participação nos Resultados (PPR). Ainda no Planejamento Estratégico, foi ajustado o foco de atuação da PROCERGS: o atendimento à Administração Pública do RS. Dessa forma, a empresa concentrou seus recursos e esforços no desenvolvimento de soluções de Governo Eletrônico para a inovação e eficiência da administração pública estadual.

Seguindo o objetivo de “fazer mais com menos”, foram realizadas várias ações visando o corte de custos e o aumento na produtividade da Empresa. A maior parte dos ganhos de produtividade é repassada para o Governo na forma de redução dos preços dos serviços prestados. Como resultado desse esforço, a PROCERGS já reduziu seus preços em mais de 34% nos últimos dois anos, o que significa uma economia de recursos públicos na ordem de mais de R\$ 30 milhões até 2010.

Foi criado ainda o Índice de Inflação Interna para ampliar a competência gerencial na monitoria do custo de vida empresarial, base para definição de preços e manutenção do equilíbrio financeiro da Companhia.

A PROCERGS investiu R\$ 19 milhões em 2009 na expansão da sua capacidade instalada, bem como em modernização tecnológica, aumento da segurança da informação e racionalização dos ambientes operacionais.

Como resultado do ajuste fiscal, houve o crescimento geométrico do número de pontos de rede instalados no Estado. São 9.000 pontos de rede instalados em 2009, contra 1.075 em 2008, 541 em 2007 e 209 em 2006. É uma prova incontestável do impacto que o ajuste fiscal causou nos resultados empresariais.

Foi contratada, também, através de processo licitatório, uma fábrica de *software*, cujo objetivo é ampliar a capacidade produtiva da Companhia, aumentando em 20.000 pontos de função (métrica de desenvolvimento de *software*) o fôlego da empresa para atender as demandas do Estado.

Além de todos os investimentos, a PROCERGS passou por uma ampla reestruturação organizacional, agilizando o processo decisório da Empresa. Entre os vários resultados produzidos, esse trabalho garantiu uma economia de aproximadamente R\$ 165 mil ao ano para a Companhia, através da redução do número de diretorias e outros setores internos.

A empresa atuou intensamente, ainda, na melhoria dos processos de trabalho, com foco principalmente nos processos de Relacionamento com Clientes, Gestão de Demandas e de Segurança da Informação. Nessa última, adotou a ISO 27000 como referência de boas práticas e recolocou esse tema na pauta das grandes prioridades da Companhia.

Em decorrência do ajuste de foco, a PROCERGS deslocou mais profissionais para as áreas envolvidas com o desenvolvimento de soluções de governo eletrônico, ganhando em capacidade produtiva nas necessidades mais importantes do Estado.

Na área de tecnologia da informação, a evolução das ferramentas e o lançamento de novas soluções são constantes. A PROCERGS, ciente do seu desafio, investiu mais de R\$ 1 milhão no treinamento de seu quadro funcional, com ênfase no treinamento técnico e no desenvolvimento gerencial.

Concentrando sua atuação nas áreas prioritárias de Governo, a PROCERGS desenvolveu diversas soluções para suporte às ações e Programas Estruturantes do Governo do Estado dentre elas destacam-se:

- Expansão do sistema RHE (Recursos Humanos do Estado) para outros poderes através de convênio de uso com o Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa e Ministério Público do Estado.
- Modernização de Processos do IPERGS – Atualmente, é feito o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em modelos de predição e estatística. Com isso, o uso de folhas de papel foi reduzido em 1,53 milhão por ano, as regras de auditoria foram automatizadas e os custos com o armazenamento das notas de serviços reduzidos.
- Nota Fiscal Eletrônica (NFE) – Foi realizada a alteração da sistemática de emissão da nota fiscal em papel por nota fiscal de existência apenas eletrônica. Assim, houve a redução de 89% no custo unitário da nota (de R\$ 0,18 para R\$ 0,038), além da redução de custos de armazenamento, papel e impressão.
- Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE) – Foi concluída a implantação do sistema de controle da execução orçamentária em todos os órgãos do Estado.
- APAC 100% – Dispensação de Medicamentos – A PROCERGS trabalhou para a geração automática de informações sobre as dispensações de medicamentos e para a geração de informações gerenciais para tomada de decisão.
- Modernização da infraestrutura do Sistema de Inteligência de Segurança Pública – Está em estágio avançado, o Plano de Expansão de Informatização para todas as Delegacias do Estado, através da instalação de microcomputadores e acesso ao Sistema de Inteligência da Segurança Pública.

- Lançamento, em parceria com a SJDS, do Portal Emprega RS, sistema que tem por objetivo oferecer, aos trabalhadores e empregadores do Rio Grande do Sul, recurso e solução gratuita para intermediação de empregos. Por meio desse Sistema, todos os cidadãos residentes no Estado, independentemente de onde estiverem e das qualificações que tiverem, poderão inscrever-se gratuitamente em busca de vaga e candidatar-se às que estiverem de acordo com suas aspirações e perfil. Da mesma forma, todos os empresários, independentemente do tamanho da empresa, poderão ter acesso, também gratuitamente, a um amplo cadastro de trabalhadores dos mais diversos perfis para preencher suas necessidades de seleção e contratação de pessoal e de adequação às exigências de competitividade do mercado de trabalho.
- Modernização da Defesa Animal e Vegetal através do Sistema de Defesa Agropecuária (SDA), desenvolvido pela PROCERGS em parceria com a Secretaria da Agricultura, que tem por objetivo dar suporte aos processos de agronegócio do Estado. Esse sistema foi vencedor de dois prêmios nacionais de governo eletrônico em 2009. O SDA tem como finalidade dar suporte de TIC para as movimentações e sanidade animal, vacinações e diagnósticos de enfermidades realizados em propriedades, bem como informações de inspeção.
- Modernização da Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCERGS) – Foi implantado o novo site da Junta e informatizados 51 escritórios regionais. Com isso, há a disponibilização dos dados para os órgãos públicos pela internet, pesquisa de nome empresarial e Número de Inscrição no Registro de Empresas (NIRE) e emissão de certidões também via *web*. Ainda, foi remodelada a rede lógica e elétrica e digitalizados novos processos.

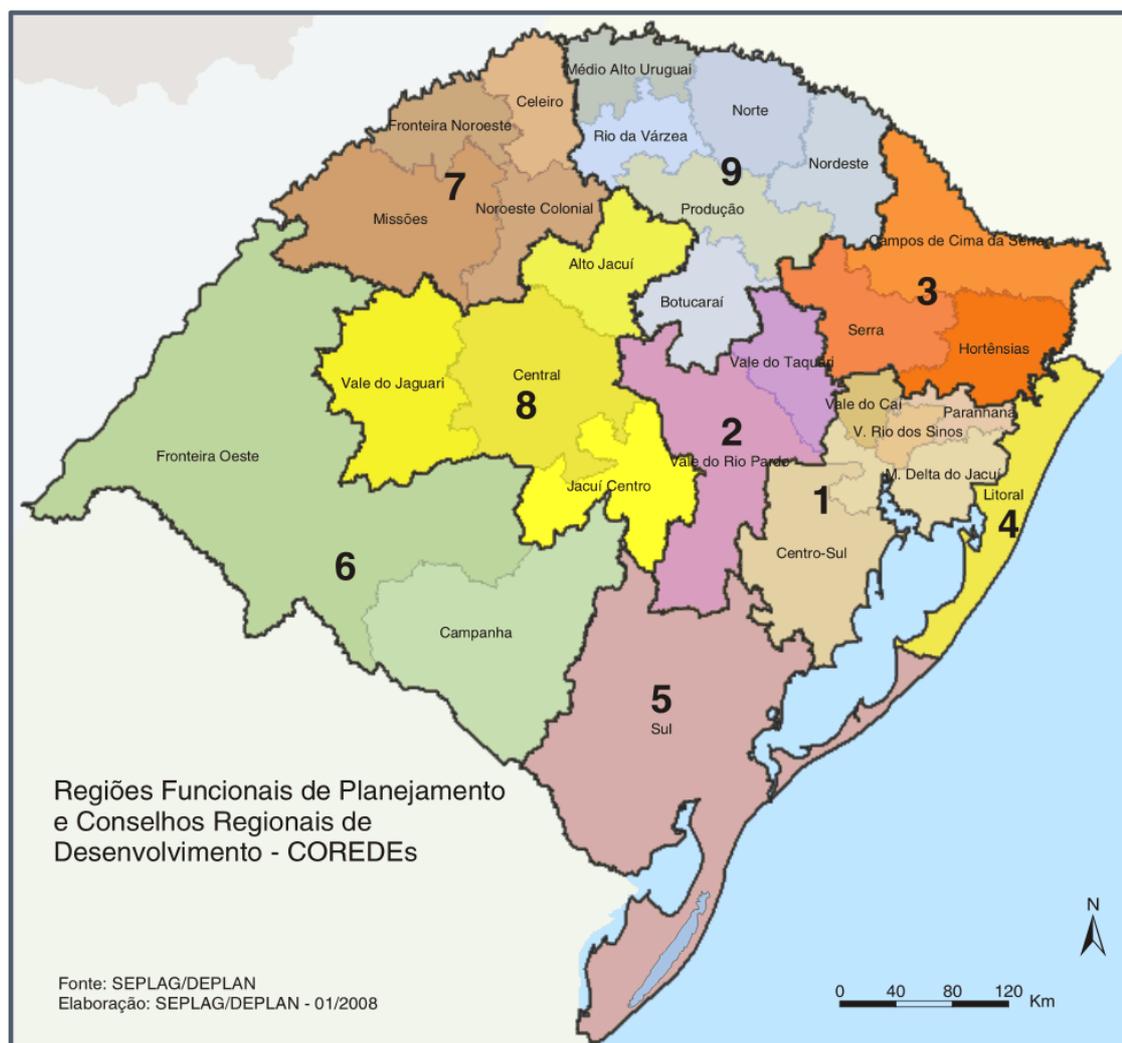
PLANEJAMENTO E GESTÃO

A **Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)** possui como principais competências a execução, a coordenação e o monitoramento do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual. Seus programas e ações são voltados à implementação de políticas transformadoras de gestão para fortalecer e otimizar a capacidade do Governo Estadual, com a promoção de mecanismos de avaliação de desempenho e de resultados na administração pública. Nesse sentido, as iniciativas vão desde o planejamento e o gerenciamento intensivo de projetos à captação de recursos e modernização da gestão pública. A **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel**

Heuser (FEE) e a **Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos e Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS)** são as instituições vinculadas à SEPLAG.

A elaboração do **Plano Plurianual (PPA) 2008-2011** apresentou avanços importantes em sua metodologia. Destacam-se o fortalecimento da base estratégica do Governo, a reorganização dos programas e ações, a prioridade no tratamento de questões transversais e a inovação no tratamento da regionalização, com a elaboração dos Cadernos de Regionalização. Os 242 programas e mais de mil ações propostos no PPA 2004-2007 foram reorganizados em 89 programas e 647 ações, de acordo com os problemas a serem enfrentados, facilitando a execução e as estratégias de gestão. Com isso, mais programas passaram a ter interface multissetorial e territorial, estimulando a construção de soluções de forma compartilhada e de acordo com os problemas existentes em cada região. A participação da sociedade no processo de elaboração do Plano foi ampliada e qualificada.

Mapa das Regiões Funcionais e dos COREDEs



A **regionalização do PPA** obteve destaque com a elaboração dos Cadernos de Regionalização, por Região Funcional de Planejamento, onde foi detalhada a abrangência territorial dos programas e/ou ações, de acordo com os indicadores e as necessidades de cada região. Os Cadernos foram apresentados em seminários nas 9 Regiões Funcionais de Planejamento, com ampla participação da sociedade.

Em 2009, a SEPLAG realizou o **acompanhamento e a avaliação do PPA**, exercício 2008. A avaliação da execução do PPA em 2008 abordou tópicos úteis para o processo de qualificação dos instrumentos de gestão à disposição do Governo do Estado, tais como:

- A evolução dos indicadores de resultado dos programas, dando ideia da incidência das ações do Governo sobre as situações-problema que os programas buscam resolver.
- A evolução na geração dos produtos das ações, demonstrando o esforço realizado na execução dos programas.
- A aderência entre a execução financeira e a execução física, permitindo a verificação da correta alocação dos recursos.
- O avanço da regionalização no registro da execução física das ações e da evolução dos indicadores.
- A adequação dos indicadores de programa para mensurar os seus resultados, dos produtos para medir a execução das ações e dos programas, como um todo, para enfrentar as situações-problema que os justificam.
- A identificação de fatores que podem estar influenciando na execução dos programas e ações, visando orientar decisões no sentido da obtenção de melhores resultados da ação governamental.

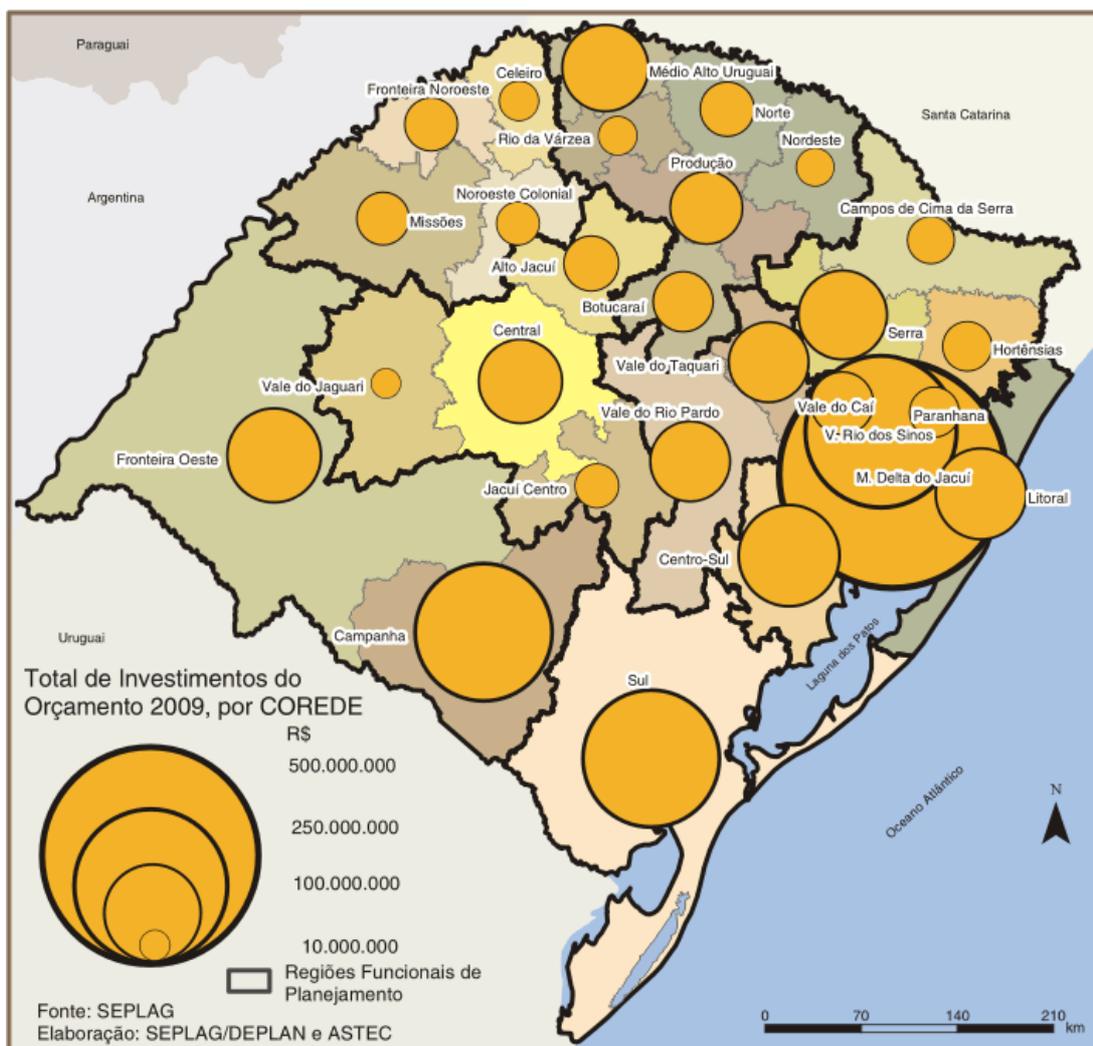
Das análises feitas, identificaram-se, também, recomendações para adequação dos programas do PPA 2008-2011, com vistas à elaboração do projeto de lei para sua revisão; bem como para adequação de procedimentos que propiciem ganhos de eficiência, eficácia e efetividade da ação estatal e lhe confirmam maior transparência.

No período entre junho e julho de 2009, foi realizada a **Segunda Revisão do PPA 2008-2011**. Dentre as mudanças, destacam-se as alterações que incorporaram aos programas do PPA novos objetivos, como é o caso da inclusão do Programa RS Copa 2014. Também foram incluídas ações que dão destaque a objetivos específicos e propiciam melhores condições de acompanhamento e avaliação da execução. Todas as alterações foram feitas com o cuidado de não excluir qualquer objetivo expresso nos programas do PPA 2008-2011, nem mesmo os produtos das ações originais.

O **Orçamento Estadual foi regionalizado** com base nos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Essa ação dá transparência ao destino dos recursos públicos, pois permite à sociedade saber onde os recursos orçamentários são aplicados. Em um momento de retomada dos investimentos do Governo Estadual, a regionalização contribui para dar foco às políticas públicas e ao planejamento governamental, servindo também de parâmetro para a avaliação da distribuição das ações das Secretarias de Estado e demais órgãos de atuação regional.

O Orçamento 2009 aportou, em investimentos para a área de Habitação e Saneamento, R\$ 397,7 milhões; para a Infraestrutura foram destinados R\$ 528 milhões e mais R\$ 91 milhões para a manutenção de estradas; no setor de Energia, os investimentos foram de R\$ 534 milhões; na área de Saúde, os investimentos totalizaram R\$ 101,3 milhões; em Educação, o Governo destinou R\$ 103,3 milhões; e, em Segurança, foram R\$ 218,6 milhões, conforme verificado no mapa abaixo.

Investimentos do Orçamento 2009

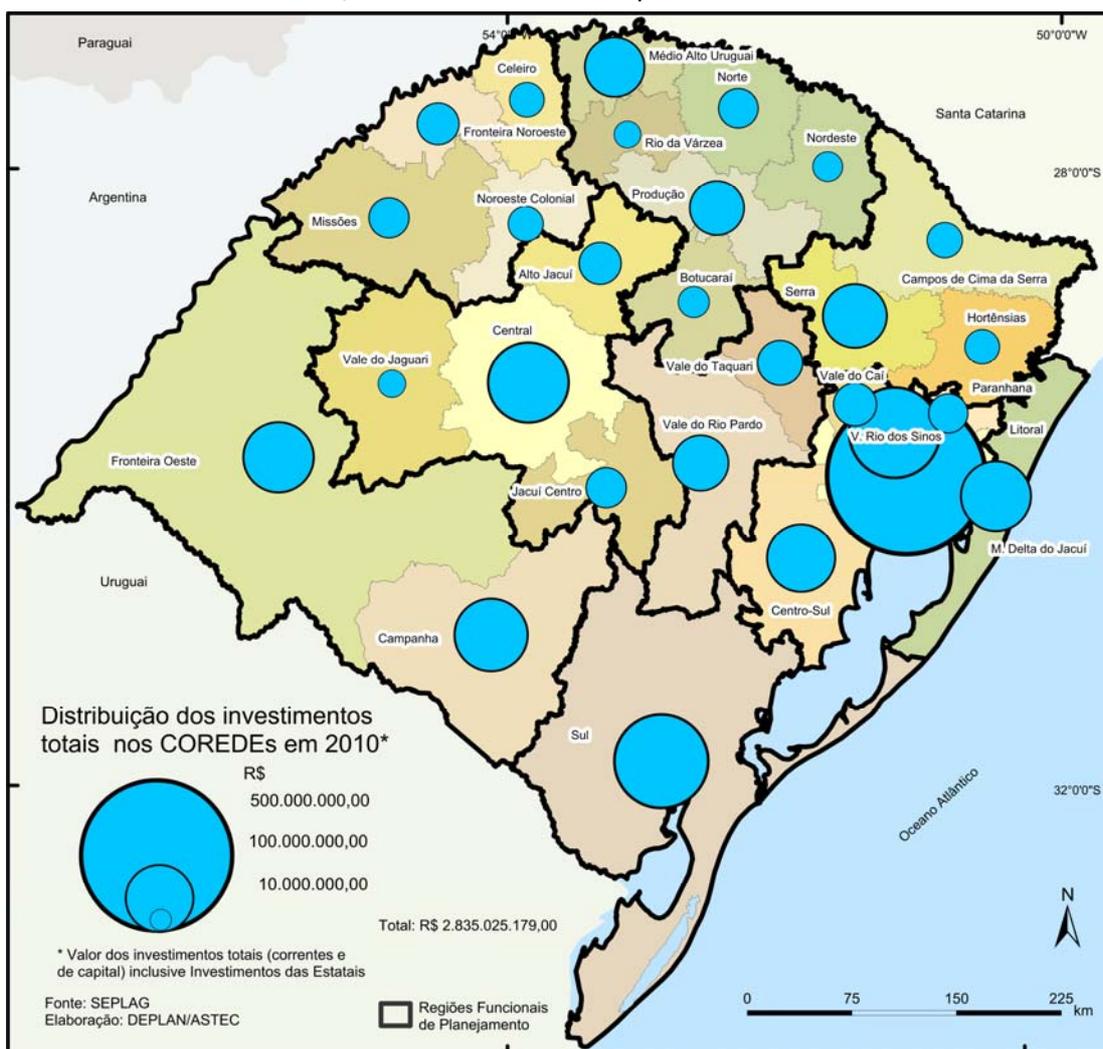


Em 2009 destaca-se a discussão da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2010 em Audiências Públicas promovidas pela Comissão de Finanças, Planejamento e Controle da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em nove cidades do Rio Grande do Sul (Rio Grande, Bagé, Bento Gonçalves, Passo Fundo, Santa Rosa, Lajeado, Santa Maria, Uruguaina e Porto Alegre), com a participação de 18 Deputados Estaduais e cerca de 400 lideranças locais, entre Vereadores, Secretários Municipais, COREDEs, Dirigentes de Partidos Políticos, Associações de Classe, entre outras.

Também devem ser mencionados os seguintes avanços:

- Quanto à regionalização, o **Orçamento 2010 tem 100% dos investimentos** e uma parcela significativa das despesas correntes finalísticas **distribuídos regionalmente**.
- A transparência do Orçamento 2010, que pode ser acessado através do *site* da SEPLAG, com informações disponíveis por Região e Município.

Distribuição dos Investimentos por COREDE - 2010



Com base nas prioridades e necessidades do Rio Grande do Sul, o Governo do Estado lançou os **Programas Estruturantes**, que, juntamente com outras iniciativas, direcionam e organizam as ações do Governo. Com metas e prazos definidos, os Programas Estruturantes atendem aos três eixos estabelecidos pelo Governo para retomar o crescimento do Rio Grande do Sul: Desenvolvimento Econômico Sustentável, Desenvolvimento Social e Finanças e Gestão Pública. São quatro programas no eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável – Terra Grande do Sul, Mais Trabalho Mais Futuro, Irrigação é a Solução e Duplica RS; três no eixo de Finanças e Gestão Pública – Nossas Cidades, Governo de Resultados e Ajuste Fiscal; e, cinco no eixo Desenvolvimento Social – Saúde Perto de Você, Emancipar: Todo Mundo é Cidadão, Boa Escola para Todos, Saneamento em Ação e Cidadão Seguro.

A carteira dos Programas Estruturantes contemplou, em 2009, **117 projetos/ações**.

Na Secretaria de Planejamento e Gestão foram feitas reuniões mensais de monitoramento intensivo dos projetos e, junto à Secretaria-Geral de Governo (SGG), realizaram-se mensalmente 12 reuniões de pré-câmaras, uma para cada programa. Dessas reuniões participam todos os gerentes de projetos dos respectivos programas, o coordenador executivo e o secretário adjunto.

A **transversalidade dos Programas Estruturantes** ultrapassa as fronteiras das Secretarias ou unidades, articulando ações entre a Administração Direta e Indireta, envolvendo 96 gerentes/responsáveis por ações.

Apesar dos reflexos da crise internacional no Estado em 2009, até o final de outubro, a execução orçamentária dos Programas foi 318% superior ao mesmo período do ano anterior. Na relação liberação/empenho, a eficiência de empenho de 2009 foi praticamente o dobro de 2008. Além disso, a média de empenho mensal de 2009 foi três vezes a média de empenho mensal de 2008.

O **Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio Grande do Sul (PPP/RS)** representa uma importante alternativa de relacionamento com a sociedade e potenciais parceiros privados.

Em 2008, o Governo deu início efetivo ao Programa PPP/RS, com base na Lei Estadual de PPPs, de 13 de janeiro de 2005, e na Resolução nº 01, que estabelece procedimentos gerais para registro, seleção e aprovação de Projeto Básico e Estudos de Viabilidade de empreendimentos. Para que sejam efetivadas as parcerias, foram publicados editais de chamamento público para a realização de estudos nas áreas de modais de transporte, saneamento básico (esgotamento sanitário e resíduos industriais), irrigação, administração de prédios públicos e segurança pública.

No ano de 2009, houve diversos avanços na implementação de Parcerias Público-Privadas no Rio Grande do Sul (PPPs). Entre janeiro e março de 2009, foram publicados no Diário Oficial do Estado os Editais de

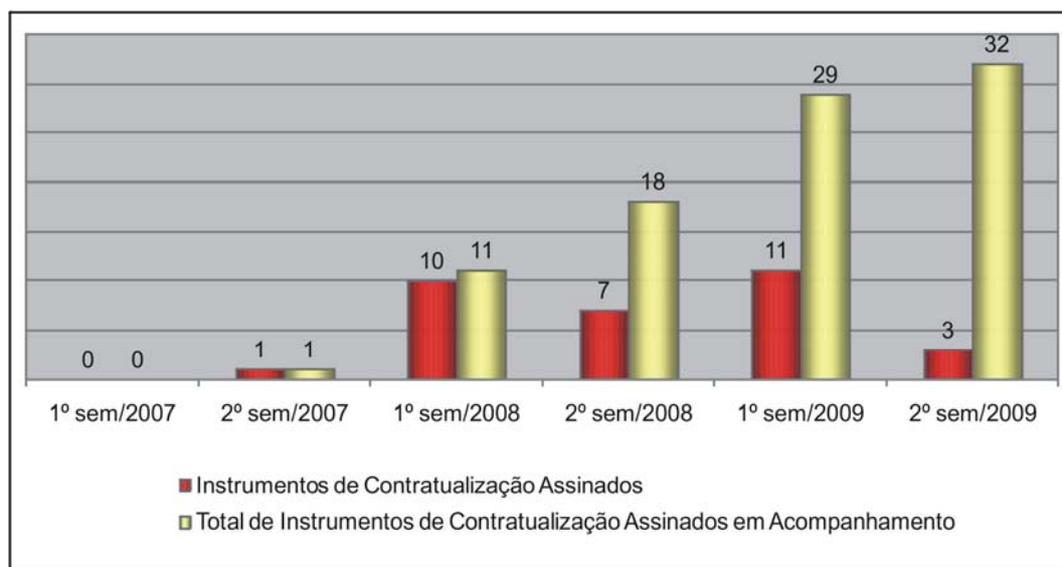
Chamamento Público das áreas de Saneamento (Esgotamento Sanitário e Resíduos Industriais), Irrigação, Administração de Prédios Públicos, Modais de Transportes e Segurança Pública. Como resultado, oito empresas foram autorizadas pelo Conselho Gestor das PPPs a elaborar estudos de viabilidade, que estão sendo avaliados por grupos técnicos formados por representantes das respectivas áreas.

Em 2009, foram realizados estudos e análises, aprovados pelo Conselho Gestor, de futuras Parcerias Público-Privadas, entre os quais destacam-se: Ligação Rodoviária na porção Leste da BR-116, incluindo a Via Leste e o Sistema Viário Lindeiro; Implantação e Operação de Complexo Prisional na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS; Implantação e gestão de Complexo Penal Integrado de Ressocialização na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS; Análise econômico-financeira, arquitetônica/ funcionalidade de infraestrutura do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), com fins de indicar soluções de melhorias externas e internas; Soluções para o tratamento do esgotamento sanitário e dos resíduos industriais no Estado do Rio Grande do Sul; Sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto na área de abrangência do Rio Gravataí e Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, englobando todo o potencial hídrico para proporcionar ao agricultor da região fartura de água.

O Projeto **Contratualização de Resultados**, coordenado pela SEPLAG, tem por objetivo melhorar a qualidade dos serviços públicos oferecidos à sociedade. São pactuadas obrigações e metas de desempenho que devem ser realizadas pelos signatários da contratualização. O desempenho dos órgãos contratantes é acompanhado e avaliado periodicamente, e são realizadas revisões com o objetivo de alcançar os melhores resultados possíveis.

Cada um dos doze Programas Estruturantes foi contratualizado através do Termo de Compromisso com Resultados (TCR).

Instrumentos de Contratualização



Fonte: SEPLAG.

Foram assinados **Contratos de Gestão com sete Empresas Estatais** sob controle acionário do Estado: Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA RS); Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE); Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG); Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN); Companhia Riograndense de Mineração (CRM); Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS); e, Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS).

No ano de 2009, foram assinados e acompanhados **13 Acordos de Resultados**, os quais são destinados às entidades da Administração Direta, Fundações e Autarquias. Os seguintes órgãos firmaram esses acordos: Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio; Secretaria da Saúde; Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social; Secretaria da Segurança Pública; Fundação de Ciência e Tecnologia; Departamento de Trânsito; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos; Fundação de Economia e Estatística; Fundação de Pesquisa Agropecuária; Fundação de Produção e Pesquisa em Saúde; Fundação Zoobotânica; e, Junta Comercial do Rio Grande do Sul.

O Comitê de **Governança Corporativa** das Empresas Estatais (CGCE) foi criado com a finalidade de assegurar boas práticas de gestão, transparência, equidade de tratamento e prestação de contas das empresas estatais. Em seu âmbito, no ano de 2009, foram realizadas diversas ações e emitidas várias orientações com vistas ao cumprimento de sua finalidade, dentre as quais se destacam:

- Estabelecimento de critérios e procedimentos para a indicação de diretores e de representantes do Estado nos conselhos de administração e fiscal das empresas estatais, com vistas à promoção da eficiência na gestão e à adoção das melhores práticas de governança corporativa nas empresas estatais.
- Avaliação Anual dos Contratos de Gestão das sete Empresas Estatais que possuem o instrumento pactuado.
- Definição das diretrizes e critérios para a pactuação de Termo Aditivo aos Contratos de Gestão das empresas CEEE, CORSAN, CORAG, SULGÁS, CRM e PROCERGS para o ano de 2010.

A **Rede TudoFácil** oferece um conjunto de serviços que compreendem o atendimento direto ao público e um catálogo de serviços em meio eletrônico, disponíveis no *site* www.tudofacil.rs.gov.br. No *site*, é possível acessar: emissão do alvará de folha corrida, atestado de antecedentes, certidões negativas, registro de ocorrência de perda ou furto de documentos, agendamento eletrônico da carteira de identidade, dentre outros. Desde seu lançamento, em novembro de 2005, o *site* já obteve mais de 4,6 milhões de acessos e, atualmente, disponibiliza 740 serviços públicos estaduais, federais, municipais e de utilidade pública. Atendendo demanda constatada em pesquisa, a SEPLAG firmou convênio com a Receita Federal para efetivação da inscrição gratuita e imediata no Cadastro de

Pessoas Físicas (CPF). Já foram produzidos mais de 32 mil novos CPFs desde o início de sua disponibilização, em outubro de 2008. Além disso, os serviços do TudoFácil têm sido requisitados em diversos eventos promovidos pelo Governo, como também por entidades externas, estando presente na EXPOINTER, Operação Verão Legal, Rua da Cidadania e escolas públicas estaduais.

O **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul** fornece informações socioeconômicas georreferenciadas e especializadas, estabelecendo comparações entre municípios, estados brasileiros e alguns países selecionados, constituindo-se em uma importante ferramenta de análise territorial, com grande relevância para a elaboração e monitoramento de políticas públicas. O *site* também tem sido largamente utilizado por pesquisadores, universidades e redes de ensino fundamental e médio, tornando-se material de referência para a elaboração de diagnósticos e para a análise regional.

Além dos mapas temáticos, o Atlas apresenta dados estatísticos, gráficos e tabelas, acompanhados por análises sobre a evolução das variáveis, oferecendo aos órgãos do Governo uma leitura espacial de sua área de atuação e contribuindo, dessa forma, para a concepção e aprimoramento das políticas públicas. Em sua estrutura, integra uma densa análise setorial com informações físicas, ambientais, populacionais, econômicas e sociais, bem como de infraestrutura, servindo de apoio para as áreas setoriais que necessitam de uma aproximação mais detalhada sobre a ocorrência espacial dos fenômenos.

O **Trilhas Gaúchas** é uma publicação da SEPLAG e apresenta uma série de informações, através de 58 indicadores de resultado, para aquelas que são consideradas as condições ideais de vida e de desenvolvimento para a população do Rio Grande do Sul. O **Estados Comparados** relaciona a utilização dos recursos públicos da Administração Direta à oferta de produtos e de serviços e aos resultados obtidos para a sociedade, nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal nos últimos anos, através da classificação funcional dos orçamentos estaduais. Os produtos estão disponíveis no *site* da Secretaria, que foi remodelado no ano de 2009.

A **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)** teve aprovados projetos de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), sendo um para Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Pesquisa da FEE, com recursos da ordem R\$ 138,5 mil, e outro para o Melhoramento da Infraestrutura Computacional da FEE, somando R\$ 162,6 mil. Além das publicações rotineiras, foram lançadas três importantes obras que subsidiam o processo de planejamento e desenvolvimento do Estado: Território, Economia e Sociedade – Transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre; Diagnóstico do Setor de Tecnologia da Informação no Rio Grande do Sul; e, Impactos dos Investimentos na Cadeia Florestal sobre a Economia do Rio Grande do Sul.

O **Portal da FEE** foi totalmente remodelado em 2009, atendendo às especificações de acessibilidade e navegabilidade. Com essa reestruturação, a velocidade de acesso ficou 30% mais rápida. O *site*

apresenta gráficos para indicadores conjunturais na página inicial, além de disponibilizar um relógio populacional. Foi desenvolvido um *subsíte* para organizar e administrar as revistas *Ensaio FEE* e *Indicadores Econômicos FEE*, iniciando-se, assim, o processo de editoração eletrônica. As mudanças buscam atender a uma demanda antiga no que tange à disponibilização de mapas que possibilitam a visualização espacial de dados e informações referentes ao RS, em diversas áreas temáticas como, por exemplo, territoriais, econômicas, sociais e ambientais.

Tendo em vista o compromisso da Instituição com a sociedade gaúcha, foi lançada a Página de Transparência da FEE no Portal da Transparência RS. A qualidade das informações prestadas fez com que a mesma fosse escolhida como modelo a ser seguido pelas demais instituições estaduais.

Além da produção técnica-científica, uma das atribuições da FEE refere-se à interpretação e divulgação dos diferentes temas da conjuntura socioeconômica. Como resultado dessa atividade, os pesquisadores da Fundação realizaram 943 intervenções na mídia estadual e nacional.

A Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) é uma autarquia com autonomia financeira, funcional e administrativa que tem como objetivo assegurar a prestação de serviços públicos delegados de forma adequada. As áreas de atuação da AGERGS, dentre outras, são: energia elétrica (convênio com a ANEEL); rodovias concedidas; travessias hidroviárias; transporte intermunicipal de passageiros; estações rodoviárias; e, saneamento. As ações da AGERGS se fazem principalmente através das fiscalizações, estudos técnicos e Audiências Públicas, tendo no Conselho Superior, estância máxima da Agência, órgão que delibera, determina e homologa os resultados daquelas ações.

As fiscalizações realizadas pela AGERGS na área de energia elétrica referiram-se aos níveis de tensão, ao acompanhamento do Programa de Universalização e ao acompanhamento na execução das obras de instalação das Pequenas Centrais Hidrelétricas. Na área de transporte, a AGERGS realizou vistorias regulatórias em companhias de transporte rodoviário intermunicipal e em travessias hidroviárias intermunicipais. Em relação aos polos de pedágio, foi feita vistoria no Polo de Gramado, em função dos deslizamentos das encostas por consequência das chuvas. No saneamento, foram feitas visitas técnicas em estações de tratamento da CORSAN.

SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO

A **Secretaria-Geral de Governo (SGG)** é órgão integrante da Governadoria do Estado, fazendo parte do Complexo Administrativo do Palácio Piratini. A ela compete: o assessoramento e apoio imediato ao

Governador do Estado e às unidades da Governadoria instaladas no Complexo Administrativo Palácio Piratini, em assuntos de natureza administrativa; a articulação das ações estratégicas dos órgãos e entidades da Administração Estadual, visando à uniformidade e eficiência na promoção de políticas públicas, em especial dos projetos estruturantes; a articulação e promoção da comunicação estratégica de Governo; a coordenação e assessoramento especial em assuntos que envolvam os diversos setores de atuação da Administração Estadual; a sistematização e coordenação de informações sobre a atuação da Administração Estadual; a supervisão e o acompanhamento da execução de programas e projetos afetos às áreas fins do Estado; a orientação e coordenação das atividades de publicidade e relações públicas do Governo do Estado; a execução das políticas de comunicação social do Governo do Estado; bem como a formulação, execução e acompanhamento do Plano Anual de Publicidade e Propaganda Governamental.

O gerenciamento intensivo de programas e projetos tem por objetivo a implementação de uma nova postura de gestão, focada em resultados, contribuindo assim para a melhoria dos níveis de eficácia, eficiência e efetividade da ação pública, que são objetivos desejados pelos cidadãos.

Para efetivar esse modelo, o Governo tem atuado com objetivo de expandir a interlocução e a integração entre as secretarias e garantir a divulgação dos resultados dos programas que estruturam o desenvolvimento do Estado. Nesse sentido, destaca-se a atuação da Secretaria Geral de Governo no gerenciamento dos Programas Estruturantes e sua ação para integrar as diversas ações de governo através das Câmaras Setoriais. Além desses, vários outros projetos são objeto de gerenciamento, organização e acompanhamento com vistas a obtenção de resultados mais concretos.

A Secretaria-Geral de Governo gerencia o **Portal dos Estruturantes**, que proporciona aos cidadãos dados sobre o andamento desses Programas. O Portal traz informações sobre o conjunto dos 12 Programas Estruturantes, seus respectivos projetos e ações, bem como notícias, oportunidades e seus indicadores de andamento. É também uma ferramenta de gerenciamento utilizada cotidianamente pelos gerentes responsáveis pelos programas, projetos e ações, além de acompanhar a execução das principais obras públicas e postar sugestões e críticas ao Governo.

As **Câmaras Setoriais** constituem-se em um espaço de coordenação da ação do Governo do Estado. Presididas pela Secretária-Geral de Governo e compostas pelos Secretários de Estado, pela Secretaria Executiva das Câmaras Setoriais e pelo Grupo Especial de Assessoramento, nelas são definidas as políticas públicas do Governo do Estado, sempre com enfoque na geração de resultados para os cidadãos gaúchos.

As Câmaras Setoriais têm atuado na discussão, definição e orientação das políticas, estratégias e diretrizes da administração estadual; na coordenação das ações de governo; na identificação das restrições à

execução dos programas governamentais, propondo medidas necessárias à sua viabilização; na deliberação sobre atos normativos relativos aos programas multissetoriais; na estruturação de grupos executivos para o cumprimento de suas determinações; na coordenação da articulação e integração dos programas e demais iniciativas nos diversos órgãos; e, na avaliação periódica dos resultados dos programas governamentais multissetoriais, determinando medidas para o seu aperfeiçoamento.

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA DO MUNDO 2014

A Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo 2014 (SECOPA), criada em julho de 2009, possui como atribuições o planejamento, a coordenação e a gestão das iniciativas dos órgãos e entidades da Administração Estadual e articulação com os Municípios, com os diversos setores econômicos e sociais e com a sociedade civil organizada, para viabilizar a realização da Copa do Mundo 2014.

O Projeto **Copa pelo Rio Grande** tem por objetivo geral promover a assistência técnica e apoio aos municípios. O esforço culmina no auxílio à captação de recursos; preparação de projetos específicos; recepção de visitantes e promoção do turismo regional; viabilização de espaços para festas da Copa (*Fan Fest*); melhoria da acessibilidade e mobilidade urbana; preparação e divulgação de portfólios municipais no exterior; planejamento de medidas preventivas de segurança e saúde; promoção de parcerias para capacitação profissional; estímulo ao voluntariado para receber os turistas; e, preparação do centro esportivo municipal.

O projeto foi recepcionado por vários municípios interessados em receber delegações esportivas para pré-temporada e treinos ou receber a massa de turistas que virão ao Rio Grande do Sul. Com isso, a SECOPA organizou eventos regionais para apresentação dessas oportunidades. Foram realizados doze eventos, nos municípios de Canela, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santo Antônio da Patrulha, Bento Gonçalves, Passo Fundo, Erechim, Pelotas, Novo Hamburgo, Barra do Ribeiro e Capão da Canoa.

O **Programa de Incentivo à Capacitação Profissional** visa fomentar investimentos em qualificação de recursos humanos no Estado, em especial junto aos setores de turismo, serviços (hoteleiro, gastronômico, segurança, transporte) e construção civil, em articulação com as redes já existentes nas áreas pública, privada e não-governamental.

Com esse propósito, a SECOPA está em tratativas com algumas entidades representativas de classes e setores, as quais manifestaram interesse em receber informações e, em um futuro próximo, serem colaboradores nesse contexto de capacitação profissional. Cabe citar

parceiros como FGTAS, SENAC, escolas de idiomas, universidades, Sindicato de Taxistas de Porto Alegre, Associação Brasileira de Hotéis, Bares e Restaurantes, dentre outros.

O **Programa de Formação de Voluntariado** tem por objeto mobilizar, sensibilizar e capacitar voluntários para integração às atividades relacionadas à Copa de 2014 e Copa das Confederações de 2013.

A formação de voluntariado visa capacitar equipes de jovens para trabalhar durante o evento e que, ao mesmo tempo, ao serem qualificados e capacitados, possam ser inseridos no mercado de trabalho. Isso contribuirá, sobretudo, para a profissionalização dos jovens em situação de vulnerabilidade. A SECOPA está estruturando esse Programa, a ser realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, universidades e a ONG Parceiros Voluntários.

Foram realizadas diversas missões pela Secretaria ao Rio de Janeiro e Brasília, nos meses de julho, agosto e setembro, junto ao Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho, Ministério do Turismo, Ministério dos Esportes, ELETROBRÁS, BNDES, BID e Caixa Econômica Federal, quando foram tratados assuntos de interesse da COPA 2014.

A SECOPA passou a assessorar os municípios e os organismos estaduais para obter recursos voltados à construção de quadras esportivas e aquisição de materiais esportivos e projetos de Centros de Treinamento (através da Lei de Incentivo ao Esporte, ou financiamento, casos de Capão da Canoa, Canela e Santa Maria).

A SECOPA vem realizando a formatação de um modelo de **portfólio regional**, a ser produzido com objetivo de atrair delegações e turistas ao Rio Grande do Sul, destacando os atrativos de cada região, como cultura típica, belezas naturais e estrutura esportiva. Esse portfólio multilíngue será utilizado para a divulgação, em 2010, na África do Sul, junto às delegações participantes do torneio, autoridades e mídia em geral, dos municípios e regiões do Rio Grande do Sul com potencial para receber tais delegações.

O meio ambiente foi contemplado no projeto denominado **COPA VERDE**, em que serão promovidas atividades voltadas à elaboração de políticas públicas, que se comprometam com a preservação ambiental, não somente na época da Copa, mas que perdurem pós-evento.

Nesse contexto, a SECOPA, em parceria com a ELETROBRÁS, vem apresentando aos municípios o Programa PROCEL, que objetiva um conjunto de políticas para efficientização da utilização de energia elétrica, tanto pelo setor privado como por entes públicos, escolas, monumentos e praças públicas, sinalização semaforizada e parques esportivos. Assim, procurando apresentar em detalhes aos municípios esses programas, a Secretaria realizou, em Porto Alegre, o Seminário de Captação de Recursos para Programas Energéticos – Programas Públicos de Eficiência Energética.

Ainda com vista à busca de **alternativas energéticas** a SECOPA, juntamente com a Secretária da Ciência e Tecnologia, a CEEE e a PUC, examina a opção de energia solar fotovoltaica para os estádios Beira-Rio e Arena do Grêmio. Com o mesmo objetivo foi realizada reunião com as empresas do ramo.

A Secretaria participa no grupo de trabalho com a Secretaria Estadual de Habitação Saneamento e Desenvolvimento Urbano (SEHADUR), Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) e INFRAERO para a **ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho**. Paralelamente, tem articulado, com as autoridades competentes, a viabilização dos recursos financeiros para as desapropriações necessárias. Também são estudadas melhorias, modernizações e ampliações nos aeroportos de Passo Fundo, Caxias do Sul, Rio Grande, Santo Ângelo e Região das Hortênsias.

Em parceria com a CEEE, a SECOPA buscou, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a obtenção de **recursos financeiros no valor de R\$ 300 milhões**, que objetivam a construção e/ou ampliação de onze subestações, implantação de rede de distribuição e construção ou ampliação de oito linhas de transmissão. Atualmente, a Secretaria está prestando assessoramento à equipe técnica da CEEE para a elaboração da Carta-Consulta, que deverá ser encaminhada ao BID.

Com a vinda da imprensa internacional de forma maciça ao Estado, além da necessária comunicação em todas as formas de mídia com o resto do mundo, o Rio Grande do Sul deverá possibilitar a comunicação sem falhas nos sistemas. Os turistas também deverão ter a possibilidade de encontrar informações dos mais variados temas, de forma eletrônica, em diversos pontos turísticos e receptivos, por isso a SECOPA, juntamente com a Secretaria de Ciência e Tecnologia e a PROCERGS, está estruturando um **Programa de TI para a Copa**.

TRANSPARÊNCIA E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA

Por iniciativa do Governo do Estado, foi criada a **Secretaria da Transparência e da Proibidade Administrativa**. Criada pela Lei nº 13.115, de 23 de dezembro de 2008, tem por atribuições articular o controle e promover a transparência nos assuntos pertinentes à defesa do patrimônio público, da moralidade, da impessoalidade, da eficiência e da publicidade, dos atos da Administração Pública e de seus agentes, com vista à prevenção e ao combate à improbidade e às demais formas de irregularidades e delitos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado, bem como ao incremento da transparência da gestão pública estadual. Uma das iniciativas mais significativas, ainda em fase de desenvolvimento, é a criação de *site* na internet para divulgar, em tempo real, as providências adotadas com relação aos expedientes instaurados no âmbito da Secretaria.

Entre as principais ações desenvolvidas em 2009, destaca-se a criação do Portal da Transparência; a abertura de procedimentos administrativos, a participação em procedimento e sindicâncias instauradas por outras secretarias; a participação em audiências públicas na Assembleia Legislativa.

A criação do Portal da Transparência, cujo desenvolvimento ocorreu através de reuniões das quais participaram os representantes de outros Poderes – Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público – levou à realização de palestras, em conjunto com a Controladoria-Geral do Estado, tendo por público os órgãos do Governo, Secretarias e vinculadas, com o objetivo de incluir seus *sites* no Portal da Transparência.

Com relação à realização de procedimentos administrativos, noventa expedientes foram originados na Secretaria, também houve a participação em sindicâncias e em quarenta procedimentos administrativos instaurados por outras Secretarias. Houve, ainda, atendimento às informações solicitadas pelo Poder Legislativo, bem como a participação em audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado e participação em reuniões com representantes de outras Secretarias e vinculadas.

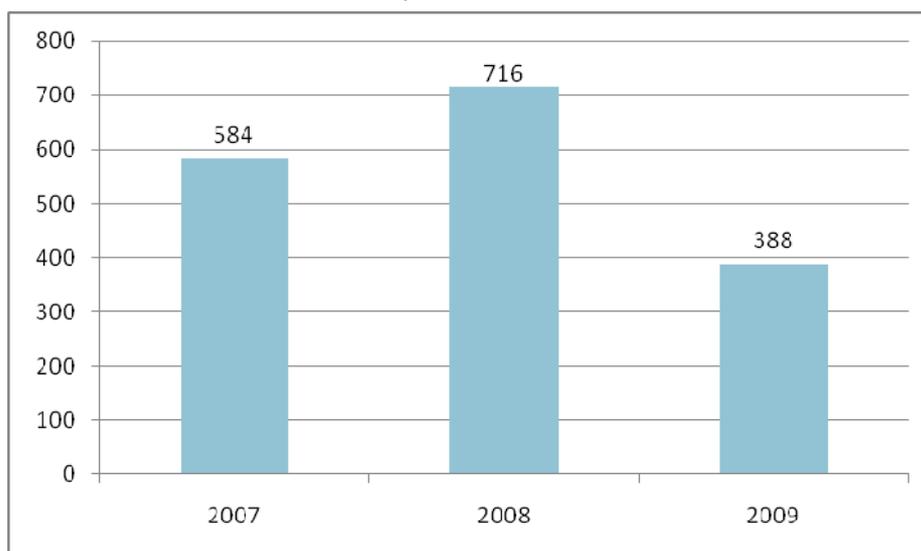
OBRAS PÚBLICAS

Compete à **Secretaria das Obras Públicas (SOP)** a padronização de projetos de engenharia e arquitetura de obras públicas, exceto as viárias, bem como sua execução, diretamente, mediante convênios ou acordos com outros órgãos da Administração, para construção, ampliação, conservação e recuperação do patrimônio público, além da fiscalização dos trabalhos. A execução das obras na área de recursos hídricos e assistência aos municípios, encaminhando e acompanhando as demandas de projetos, também estão entre as atribuições da pasta.

A Secretaria foi responsável por algumas obras de valor histórico para o Estado como: Palácio Piratini, quartel da Brigada Militar, Porto de Rio Grande, Arquivo Público, Biblioteca Pública do Estado, Colégio Estadual Júlio de Castilhos, Antiga Faculdade de Medicina, Museu de Artes do Rio Grande do Sul e Palácio da Justiça.

Na atual gestão, o perfil da SOP foi reformulado, em decorrência da implantação de reformas administrativas no Estado. As atividades finalísticas desempenhadas pela Secretaria concentram-se em duas áreas, recursos hídricos e gestão de obras públicas. Dentro dessa nova configuração, de 2007 até 2009, foram concluídas cerca de 1.700 obras.

Obras concluídas – comparativo entre 2007, 2008 e 2009



Fonte: Secretaria das Obras Públicas.

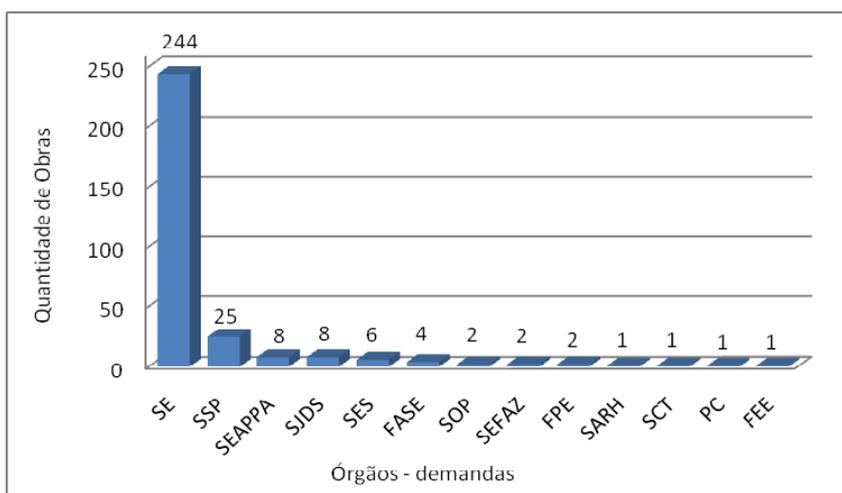
No que se refere à Gestão de Recursos Hídricos, a SOP elabora e executa projetos de serviços para desassoreamento de rios, riachos, córregos e sangas; de engenharia de solos e de obras de serviços geotécnicos, além da captação de recursos para financiamento de obras e serviços junto a órgãos federais e internacionais.

Quanto à Gestão de Obras Públicas, como prestadora de serviços, a SOP atende várias Secretarias de Estado. Na pasta de Educação estão concentrados aproximadamente 90% dos trabalhos, sendo os restantes distribuídos entre as diversas secretarias como: Segurança Pública, Agricultura, Saúde, Cultura, Irrigação, entre outras. São elaborados estudos e/ou projetos técnicos para a construção, conservação, ampliação, reforma e recuperação dos prédios públicos do Estado; promovida a execução dessas obras decorrentes de acordos e convênios firmados pelo Estado; e, como extensão dos trabalhos, realizada a fiscalização, supervisão, acompanhamento e avaliação, controle e recebimento das obras.

Outra atividade concerne à orientação aos municípios e entidades comunitárias para o encaminhando e acompanhamento das demandas de estudos e/ou projetos técnicos. Também à SOP compete ordenar, classificar, guardar, conservar e atualizar o acervo de documentos específicos.

Segundo levantamento realizado em dezembro de 2009, estão em andamento 307 obras, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Obras em andamento – 2009



Fonte: Secretaria das Obras Públicas.

CASA MILITAR E DEFESA CIVIL

A **Casa Militar (CM)** tem como competências a execução e administração dos recursos necessários às atividades de segurança militar e pessoal da Governadora do Estado e de seus familiares; o assessoramento em atividades de natureza militar; a recepção e segurança de autoridades em visita oficial ao Estado do Rio Grande do Sul; e, a coordenação, o planejamento e a execução das ações de defesa civil.

A CM, no âmbito do **Programa Estruturante Nossas Cidades**, Projeto Prefeitura Parceira, Ação Defesa Civil, adquiriu equipamentos de proteção individual para o Grupamento de Busca e Salvamento (GBS) da Brigada Militar, para atuação do efetivo em ocorrências e eventos adversos com necessidade de pronta-resposta e/ou emergência para assistência de vítimas, bem como oportunizando proteção aos operadores. Também houve aquisição de nove *pick-ups* especializadas para utilização dos Coordenadores Regionais de Defesa Civil (REDECs) e uma van de comando para a Subchefia de Defesa Civil. Cada viatura adquirida é destinada a uma Coordenadoria Regional de Defesa Civil, a qual possui responsabilidade territorial compatível com a respectiva Região Funcional.

Também no escopo do **Programa Estruturante Nossas Cidades**, visando reorganizar as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil, foi instalada a Regional de São Luiz Gonzaga.

Igualmente no âmbito do **Programa Estruturante Nossas Cidades**, a Defesa Civil está realizando o I Ciclo de Capacitação de Defesa Civil, para qualificar e capacitar as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs), com o escopo de ofertar a seus agentes cursos específicos de Defesa Civil, para fomentar o conhecimento inerente a esses

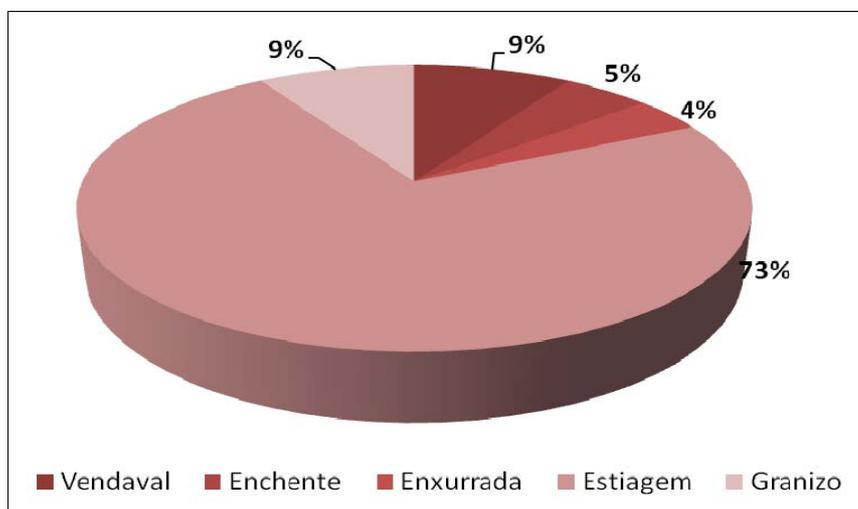
profissionais no desempenho de suas atividades. O Ciclo inclui 21 Cursos Operacionais de Defesa Civil, contemplando todos os municípios do Estado, realizados dentro da Regionais de Defesa Civil. Até agosto de 2009 já haviam sido realizados 14 cursos, capacitando um total de 520 técnicos de 288 municípios, estando previstos mais sete cursos a serem ministrados.

Ainda visando a Capacitação/Especialização dos Oficiais e Praças da Defesa Civil Estadual na busca da excelência na prestação das atividades desses operadores, no primeiro quadrimestre de 2009 efetuou-se a especialização de um Oficial em Curso de Especialização em Produtos Perigosos (PEQUIM), em Brasília; e de oito Oficiais da Subchefia de Defesa Civil e Subchefia Administrativa da Casa Militar, no Curso de Administração e Planejamento para Redução de Desastres (APRD), em Porto Alegre.

Está sendo realizada a ampliação e reestruturação do Centro de Operações de Defesa Civil I (CODEC), para atuação eminentemente preventiva, operacional e funcional. Para tanto, foram adquiridos equipamentos e realizadas reformas no espaço físico.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, implementou inúmeros esforços no sentido de minimizar os danos, prejuízos e sofrimento causados, em 2009, por uma série de eventos adversos (vendaval, granizo, precipitação intensa, enchentes, inundações e estiagem) que atingiram o Rio Grande do Sul.

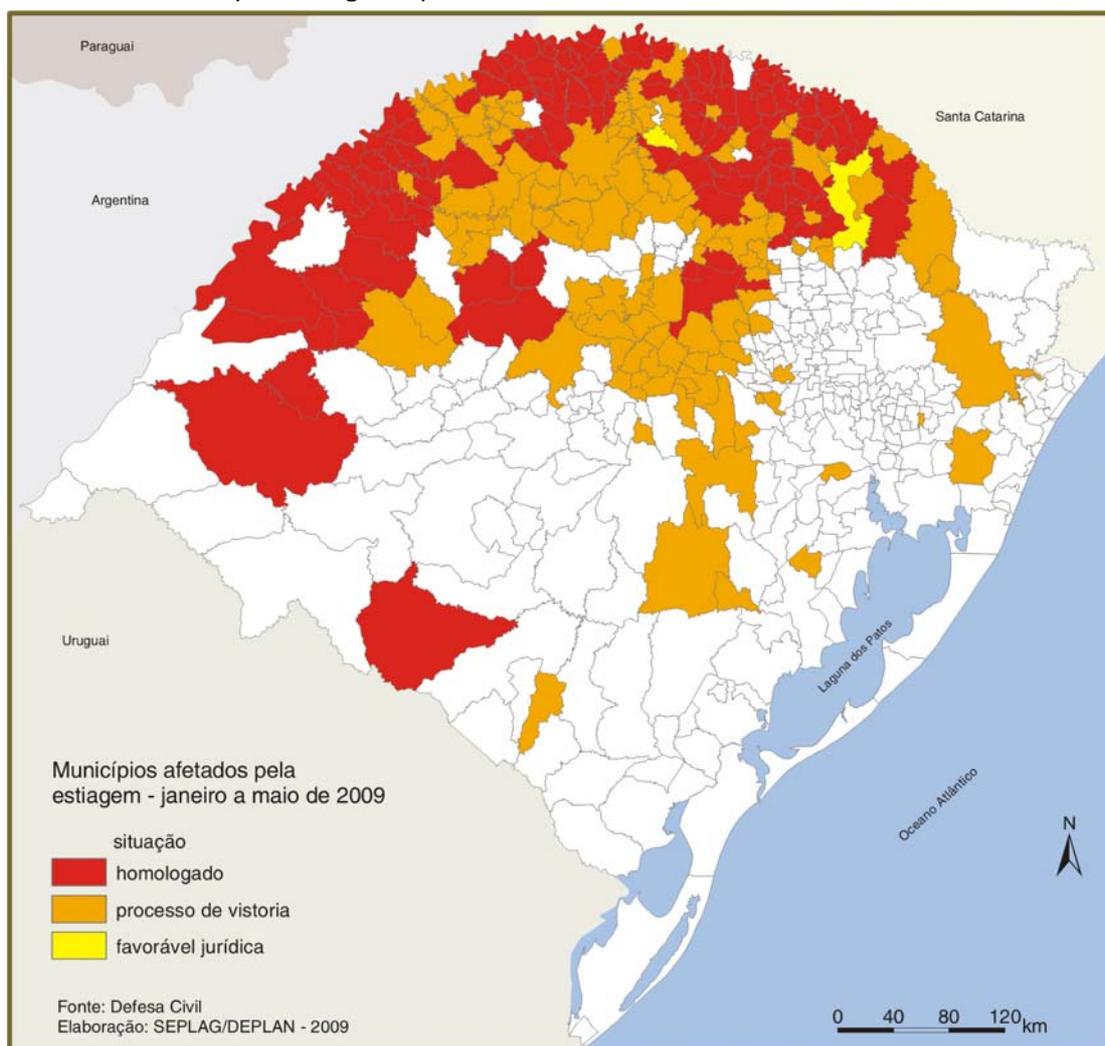
Eventos naturais 2009 – 1º semestre



Fonte: Defesa Civil do RS.

No primeiro semestre, o principal evento a afetar o RS foi uma forte estiagem. Para diminuir seus efeitos, a Defesa Civil cedeu pipas de vinil a diversos municípios em situação de emergência. As pipas, que têm capacidade para 4.500 litros d'água, são utilizadas para minimizar a escassez de água dos distritos mais longínquos, de modo equivalente aos caminhões-pipa, sendo que seu transporte até as localidades é feito por caminhões.

Municípios atingidos por eventos climáticos – 1º semestre 2009

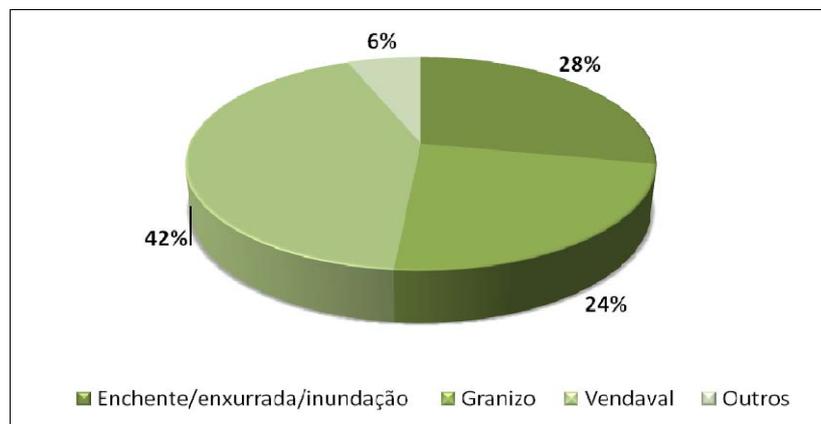


No segundo semestre de 2009, o fenômeno meteorológico ***El Niño***, que se caracteriza pelo aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial, provocando uma série de eventos atmosféricos capazes de alterar o clima em todo o mundo, passou a atingir fortemente o sul do Brasil. O principal efeito do *El Niño* é a ocorrência de grandes enchentes, resultado da precipitação acima da média, causada pela concentração de nuvens e umidade no Estado.

Além disso, o Rio Grande do Sul está situado na segunda região mais propícia a tornados no mundo.

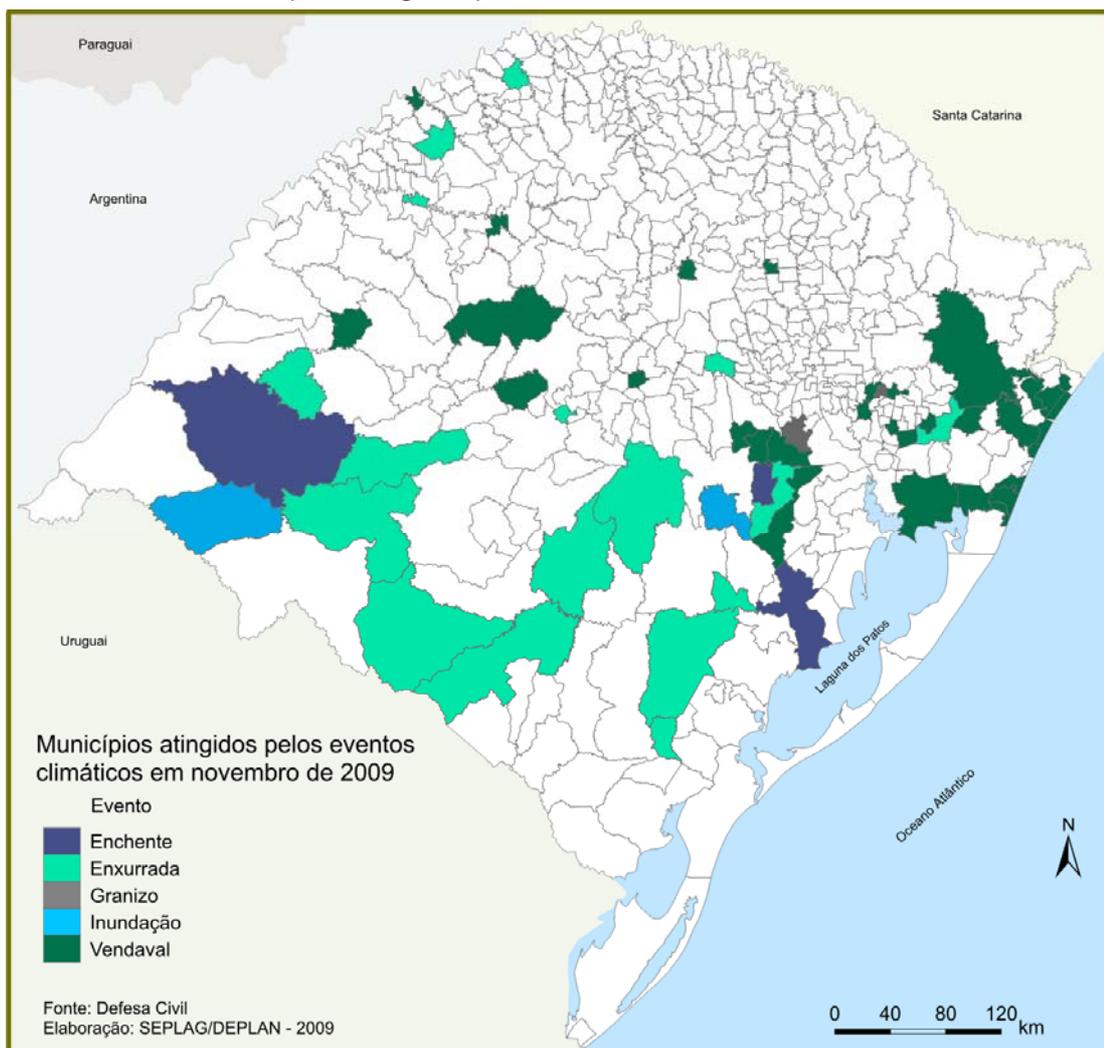
Nos últimos meses do ano foram registradas, no RS, precipitações bem acima da média, circunstância que potencializou desastres devido aos solos encharcados e aos rios com níveis elevados, oferecendo sérios riscos às comunidades.

Municípios em situação de emergência – 2º semestre 2009



Fonte: Defesa Civil do RS.

Municípios atingidos pelos eventos climáticos – nov/2009



Dentre os meses de setembro e novembro, a Defesa Civil do Estado apoiou as vítimas dos desastres naturais, por meio da entrega dos seguintes materiais:

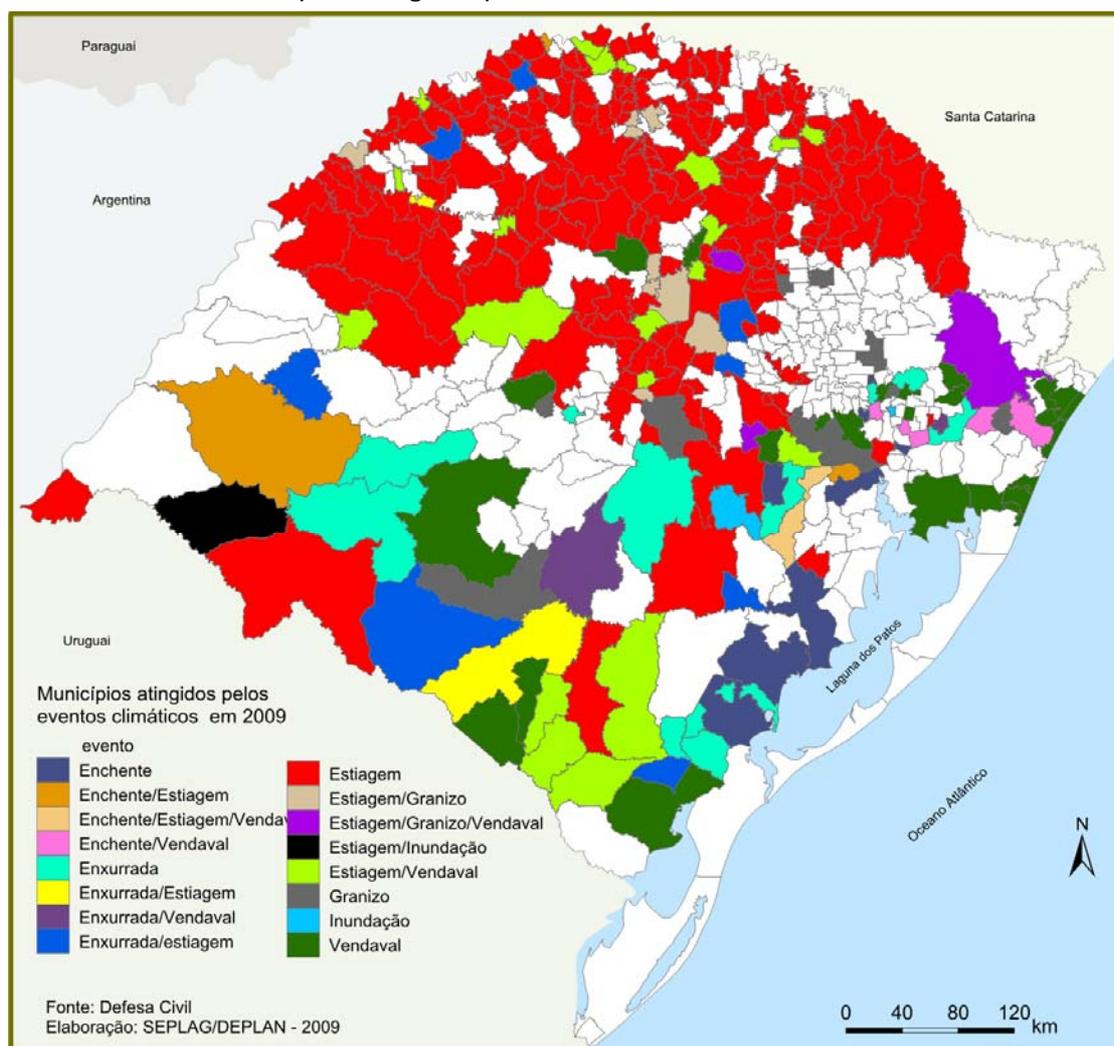
Materiais de Ajuda Humanitária Remetidos

Cestas Básicas	7.650
Kits Limpeza	1.672
Rolos de Lonas	57
Kits Colchão	4.670
Telhas	197.244

Fonte: Defesa Civil do RS.

Assim, o Rio Grande do Sul foi afetado, no ano de 2009, por 16 eventos climáticos de forte impacto, sendo que 10 ocorreram no mês de novembro. Esses eventos atingiram 448 municípios do RS, os quais decretaram situação de emergência.

Municípios atingidos pelos eventos climáticos em 2009



Foram atingidas, aproximadamente, 2 milhões de pessoas, com prejuízos econômicos calculados na ordem de 3,5 bilhões de reais, até o mês de outubro de 2009, conforme relatório de avaliação de danos dos municípios. Com os temporais ocorridos no mês de novembro, soma-se mais R\$ 1 bilhão de danos econômicos ao RS.

Importante destacar a sequência ininterrupta de eventos, bem como suas consequências desastrosas. Abaixo, quadro demonstrativo dos eventos adversos ocorridos no Estado no ano de 2009.

Ao fazermos uma comparação com os dois anos anteriores, verificamos que, em 2007 a **Defesa Civil do Estado** recebeu 213 comunicações de eventos adversos e, em 2008, 241, totalizando 454. Em 2009, até o mês de novembro, foram registradas 493 ocorrências.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

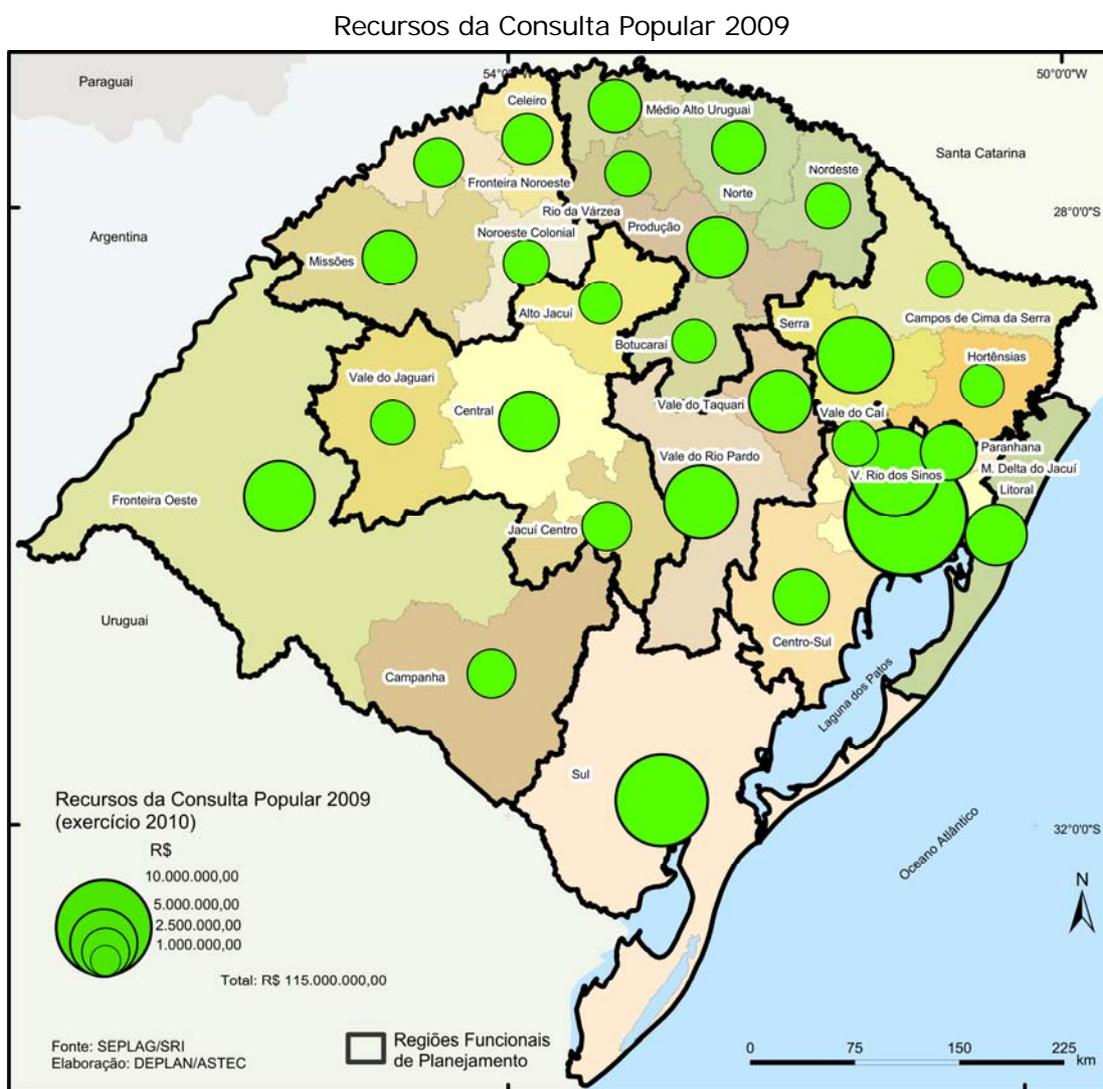
As atividades de apoio institucional aos municípios, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e demais instituições, são de responsabilidade **da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais (SRI)**. Competem, também, à SRI, as ações relativas ao cooperativismo e ao associativismo, destacando-se o cadastro geral das cooperativas, o assessoramento e atendimento às demandas e a realização de reuniões nessa área. Além disso, a Secretaria realiza a articulação entre o Governo e os municípios, participa de reuniões com prefeitos e representantes das instituições em audiências com os órgãos do Estado e realiza a Consulta Popular.

Projeto sob responsabilidade da SRI, o **Planejamento Regional Integrado** faz parte do Programa Estruturante **Nossas Cidades**, e tem como objetivo apoiar institucionalmente os 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), na implantação de planejamentos estratégicos, como um dos instrumentos para a gestão integrada dos municípios e parceiros locais. Atualmente, 21 COREDEs estão conveniados, elaborando o Plano Estratégico de Desenvolvimento de sua região, alguns em fase final da 1ª etapa.

Realizada em conjunto com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDEs), a **Consulta Popular** retoma o debate sobre as prioridades das 28 regiões, resgatando e valorizando a participação da sociedade nas decisões de Governo. Nas últimas duas Consultas, cerca de 1 milhão de gaúchos decidiram sobre os investimentos regionais que vêm tendo seus recursos liberados conforme o andamento dos projetos e obras.

Para sua organização no exercício 2009/2010, foram elaborados e executados convênios para repasse de recursos financeiros aos COREDEs. Foram realizadas Assembleias Regionais Preparatórias para a Consulta Popular 2009/2010 nos 28 COREDEs, com divulgação das ações estruturantes elegíveis e valores disponibilizados, além da prestação de contas dos compromissos assumidos.

A votação da Consulta Popular 2009/2010, realizada em agosto, com a participação de 950.077 eleitores, que representou 14,18% do eleitorado apto do Estado, apresentou um acréscimo de 99% em relação à participação da Consulta Popular 2008/2009.



Em parceria com a SEPLAG, SEFAZ e demais órgãos do Estado, a SRI buscou a liberação dos recursos orçamentários para a execução, no início do exercício de 2009, das ações eleitas na Consulta Popular 2008/2009, no valor total de R\$ 50 milhões.

O Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado e a Comissão Geral de Coordenação da Consulta Popular propiciou a continuidade da programação para o pagamento dos valores empenhados em 2008, referentes à segunda parcela, de R\$ 47,5 milhões.

Na **articulação com os municípios**, a Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais (SRI) vem atuando, em conjunto com os demais órgãos, em questões como o repasse de recursos voluntários. Em 2007 foram transferidos R\$ 105 milhões; em 2008, R\$ 212 milhões; e em 2009, somaram R\$ 248 milhões.

Em relação ao transporte escolar, o pagamento em dia do valor acordado, desde 2007, permitiu ao Governo encaminhar o Projeto de Lei que instituiu o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PEATE/RS). Construído em conjunto com as Prefeituras Municipais, através da FAMURS, e aprovado pela Assembleia Legislativa, resultou na Lei nº 12.882, de 3 de janeiro de 2008. O objetivo é transferir recursos financeiros diretamente aos municípios que realizam o transporte escolar de alunos da Educação Básica da Rede Pública Estadual, residentes no meio rural. Para fins de recebimento dos recursos, são considerados aqueles que estão a dois quilômetros de distância da escola pública mais próxima. Para participar do PEATE/RS, o Município deverá habilitar-se mediante a assinatura de um Termo de Adesão, sem necessidade de qualquer outro acordo, contrato ou convênio.

A SRI atua no assessoramento e apoio ao **cooperativismo e associativismo**. Nesse sentido já foram realizadas 72 assessorias e atendimento às demandas do cooperativismo no RS. Dentre as diversas atividades destacam-se:

- Cadastro geral das cooperativas – manutenção cadastral das 262 cooperativas cadastradas conforme Decreto nº 43.876/05. Renovação dos cadastros solicitados pelas cooperativas, cujos registros haviam expirado.
- Realização de palestras, cursos e reuniões: reuniões com os municípios da região Centro Serra, criação de agência regional; palestra para os componentes da Associação do Município de Ibarama; palestra sobre Cooperativismo em Dona Francisca; reuniões com a Coordenação do Programa RS Mulher, objetivando planejar e desenvolver projetos de cooperativismo para mulheres; reunião em Ivoti, com o objetivo de realização de palestras para o RS Mulher; reunião em Arroio do Tigre com o objetivo de organização de cooperativa de recicladores de lixo.
- Conselho Estadual do Cooperativismo (CECOOP) – reunião para a posse de 26 Conselheiros; discussão para a criação de Curso de Agronomia na sede do IDESC em Taquari.

Foram elaborados diferentes projetos voltados ao fortalecimento do cooperativismo gaúcho. Dentre eles, destaca-se o projeto de organização

de um empreendimento associativo na área de economia solidária, em parceria com o Programa Estruturante **Nossas Cidades** e RS Mulher, no Município de Arroio do Tigre – organização de uma cooperativa de costureiras.

Outra ação importante que está sendo desenvolvida é o Projeto de Capacitação em Associativismo e Cooperativismo, em parceria com a Prefeitura Municipal de Nova Petrópolis, Cooperativa Piá e EMATER local. Esse projeto também está em andamento em parceria com o Conselho de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (CODEMAU).

DEFESA DO ESTADO

A **Procuradoria-Geral do Estado (PGE)** tem como principais funções exercer a representação judicial do Estado, de suas autarquias e fundações de direito público; e prestar consultoria jurídica à administração pública estadual direta e indireta.

Dentre as ações de modernização realizadas no âmbito de **Programa Estruturante Governo de Resultados**, projeto Governo Eletrônico, é importante ressaltar a idealização e início do planejamento da Execução Invertida, que consiste na apresentação dos cálculos do processo, pela Procuradoria-Geral do Estado, no momento da liquidação da sentença. Essa nova maneira de trabalhar visa dar agilidade ao trâmite processual e está em fase de desenvolvimento em um trabalho conjunto com a Secretaria da Fazenda.

Destaca-se, ainda, o cadastro de todos os Procuradores do Estado no e-STJ. A transformação em arquivo digital de todos os processos em papel é a nova sistemática de trabalho do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Esse acervo pode ser consultado 24 horas por dia por advogados e partes cadastrados no sistema. O acesso aos autos, disponíveis no formato PDF, pode ser feito de qualquer computador, em qualquer local que tenha acesso à internet.

Além disso, através da aquisição de trinta coletoras de dados, leitoras óticas de códigos de barras utilizados na identificação de processos judiciais e expedientes administrativos, está sendo agilizado o manuseio e tramitação desses documentos.

A Procuradoria, a Secretaria Estadual da Segurança Pública e o Ministério Público Estadual firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em relação ao atendimento e recursos materiais do Instituto Psiquiátrico Forense. Está prevista no TAC a construção de casas de passagem, a contratação de médicos psiquiatras, técnicos de enfermagem,

médicos clínicos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais e farmacêutico.

No que concerne ao pagamento de precatórios, foi iniciada sua retomada no Tribunal de Justiça do Estado (TJE). Nos dias 14 e 15 de maio foram chamados os primeiros 25 precatórios. Até o final de outubro, 91 audiências resultaram em acordo, alcançando um valor de R\$ 28 milhões negociados em precatórios.

Ainda no tocante a precatórios, em 5 de maio de 2009, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e o Governo do Estado formalizaram acordo de pagamento de precatórios dos portuários de Rio Grande. As negociações foram feitas entre a PGE e o Sindicato dos Trabalhadores. O Estado depositou R\$ 28,5 milhões para quitar 42 precatórios de 1.063 portuários, gerando economia de R\$ 16 milhões aos cofres públicos.

No decorrer de 2009, a PGE empossou 223 novos servidores, os quais foram treinados e estão atuando no interior do Estado e na Capital.

Foi aberto o 12º Concurso Público de Títulos e Provas para o cargo de Procurador do Estado, através do qual serão preenchidas 16 vagas. Ainda no tocante a concursos, foi autorizado o concurso público para ingresso no cargo de Técnico Superior em Informática da PGE.

Em 2009, foi inaugurada a nova sede da 1ª Procuradoria Regional, localizada em Pelotas, localizada junto aos demais órgãos da Justiça.

Visando simplificar processos administrativos, em agosto de 2009, o Governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei que estabelece normas básicas para o processo administrativo da Administração Pública centralizada e descentralizada. Aprovado o projeto, o cidadão que pretende pedir ressarcimento por danos causados por agente público poderá requisitar a reparação diretamente à Procuradoria, evitando ingressar com processo na Justiça.

A Procuradoria-Geral do Estado obteve diversas vitórias processuais em 2009, dentre elas destacam-se, decisão favorável de 1º grau, que condenou laboratórios realizadores de pesquisas em seres humanos a indenizarem o Estado em mais de R\$ 70 mil. Conforme a sentença, os laboratórios realizadores de pesquisas em seres humanos são responsáveis pelo fornecimento ao paciente do medicamento desenvolvido, mesmo após o fim da pesquisa, enquanto o uso se fizer necessário.

Também, a PGE solicitou ao TJE a manutenção do corte de parte dos vencimentos que excedem ao valor do teto de R\$ 22.111,25 de servidores da Secretaria Estadual da Fazenda, que ingressaram na justiça contestando o ato do Governo do Estado. A solicitação da Procuradoria foi atendida.

A Procuradoria-Geral do Estado obteve vitória na Justiça gaúcha e recuperou para os cofres públicos mais de R\$ 4 milhões, em 23 de abril. O

valor é referente a processo judicial movido pela extinta Caixa Econômica Estadual contra um banco privado, em que a Caixa discute a diferença de correção monetária de uma aplicação.

No âmbito das ações trabalhistas, o Tribunal de Justiça do Estado confirmou a sentença que julgou improcedente a ação proposta pelo Sindicato dos Servidores do Ministério Público contra o Estado do RS, vitória obtida pela PGE. O Sindicato questionava a legalidade da cobrança de contribuição previdenciária suplementar pelo Estado, dos servidores públicos ativos e inativos, no valor correspondente a 2% sobre a remuneração líquida.

Além disso, a atuação da Procuradoria-Geral do Estado em três ações trabalhistas contra a FEPAM resultou na redução de mais de R\$ 4,5 milhões do valor cobrado do Estado. Os autores pediam a correção de diferenças salariais. Na primeira ação, houve redução de mais de R\$ 900 mil; na segunda, de R\$ 2 milhões; e na terceira a redução chegou a R\$ 1,7 milhão, totalizando uma economia para o Estado de R\$ 4,7 milhões.

O Supremo Tribunal Federal deferiu pedido da Procuradoria-Geral do Estado, para suspender a decisão do Tribunal de Justiça do Estado, e assim permitir ao DETRAN retomar a cobrança anual da taxa de serviços diversos a pessoas físicas que prestam serviço aos Centros de Formação de Condutores. A decisão representa o ingresso no caixa único do Estado de cerca de R\$ 2 milhões.

Ainda, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul (DAER) ficou isento da obrigação de indenizar construtora contratada para construir rodovia no Estado. O STJ deu provimento parcial ao recurso do DAER para reconhecer a prescrição do pedido feito pela construtora. No recurso ao STJ, a PGE alegou que o direito da empresa de pedir a compensação estava prescrito, pois o ato apontado como lesivo ocorreu em 1992 e a ação só foi proposta em 2000.

Também, foi concedida liminar no Mandado de Segurança impetrado pelo IPERGS, viabilizando alienações de imóveis da Autarquia Estadual. Em outra ação, foi concedida antecipação de tutela para permitir a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa em relação aos créditos do INSS embasados no credenciamento de médicos. Tal decisão viabilizou o repasse de valores federais à autarquia estadual.

O Estado do RS tem obtido junto ao STJ inúmeras e importantes decisões favoráveis à tese da impossibilidade de compensação de créditos oriundos de precatórios cedidos com débito junto ao Fisco Estadual, assim como no que tange à legitimidade da cobrança do diferencial de alíquota de ICMS por ocasião da entrada das mercadorias no Estado.

Na área fiscal, a PGE já arrecadou para os cofres públicos, em 2009, mais de R\$ 12 milhões em 325 acordos. Foram encaminhados à Secretaria da Fazenda 365 alvarás, totalizando mais de R\$ 10,9 milhões, sendo que a importância de R\$ 1,2 milhão foi apropriada a título de honorários advocatícios.

No total, são R\$ 70 milhões arrecadados pela PGE para os cofres públicos, em diversas ações judiciais.

A atuação da Procuradoria-Geral do Estado em uma ação judicial movida por empresa privada arrecadou para os cofres públicos R\$ 18,5 milhões. Na ação, ajuizada em 1996, o Tribunal de Justiça acolheu a tese da Procuradoria-Geral, no sentido de que a empresa deve recolher a diferença entre a alíquota interestadual e a interna na hipótese de transferência de ativo fixo da matriz, localizada em outro Estado, para a filial.

A PGE apropriou aos cofres públicos o valor de mais de R\$ 2,4 milhões, referente à execução fiscal movida em face de Massa Falida.

Ainda no âmbito tributário, um agravo regimental impetrado significou uma vitória de mais de R\$ 5,3 milhões, viabilizando a reforma do acórdão proferido pelo TJRS, o qual havia reduzido a multa tributária para 60%, com o fito de manter a multa no percentual fixado no auto de lançamento (120%), correspondente a aproximadamente R\$ 19,5 milhões.

A Procuradoria-Geral do Estado obteve vitória no TJE em ação movida pelo município de Porto Alegre contra a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC). O município cobrava valores referentes ao IPTU e à taxa de lixo, que alcançavam mais de R\$ 1,6 milhão. A PGE defendeu a imunidade constitucional recíproca, tese acolhida por unanimidade pelo TJE, que extinguiu a execução de cobrança.

Um acordo entre a Procuradoria-Geral do Estado e uma grande empresa do setor metal mecânico de Caxias do Sul resultou no pagamento de débito fiscal de mais de R\$ 32 milhões, e o valor aproximadamente R\$ 2,9 milhões em honorários advocatícios.

A PGE alcançou a apropriação de alvará referente a honorários advocatícios no valor superior a R\$ 700 mil, em 26 de maio de 2009. A apropriação é referente ao Processo de Execução de Sentença que o IPERGS move contra o INSS.

A Procuradoria-Geral do Estado obteve, junto à 2ª Vara Cível de Esteio, decisão judicial que viabiliza a desocupação de área desapropriada pelo Estado, localizada ao lado do Parque de Exposições Assis Brasil. O município de Esteio pretende que o Estado destine a área à instalação de um parque temático, que incluirá um Oceanário para fomentar a economia e o turismo local.

A Procuradoria, atuando na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual contra o Estado, o DETRAN e empresa privada, além de fazer a defesa judicial tanto do Estado quanto da Autarquia de Trânsito, tem atuado positivamente na busca de soluções para tentar resolver o problema específico da procura de uma área para transferência de veículos e, paralelamente, fazendo a intermediação entre todos os órgãos envolvidos no problema, Secretaria de Segurança Pública (Polícia

Civil), Instituto-Geral de Perícias, DETRAN e Poder Judiciário.

Dentre outras atividades, a PGE-RS está auxiliando o Estado de Alagoas no processo de negociação de financiamentos junto ao Banco Mundial, em função da bem sucedida operação que culminou na celebração, em 2008, do contrato de empréstimo de Política de Desenvolvimento, Sustentabilidade Fiscal para o crescimento e reestruturação da dívida estadual, no valor total de US\$ 1,1 bilhão.

ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

A **Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH)** tem como competências: a gestão da política de compras e a realização de procedimentos licitatórios; as políticas de gestão de recursos humanos; a gestão documental; a gestão de organização administrativa; a administração do patrimônio, do transporte oficial e do Centro Administrativo do Estado; a administração de serviços gráficos; o atendimento e administração de atividades de trânsito; a previdência e assistência social aos servidores e seus dependentes; bem como o desenvolvimento, qualificação, capacitação e formação de recursos humanos.

Fazem parte da estrutura da SARH as seguintes instituições vinculadas: a **Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG)**, que administra os serviços gráficos do Estado; a **Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos (FRDH)**, responsável pelo desenvolvimento, qualificação, capacitação e formação dos recursos humanos; o **Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)**, responsável pela previdência e assistência social ao servidor público e seus dependentes; e o **Departamento Estadual de Trânsito (DETRANRS)**, que realiza a prestação do atendimento e a administração das atividades de trânsito no Estado.

No **Projeto Estruturante Fazendo Mais com Menos**, a ação de Revisão de Estruturas e Processos de Trabalho, promoveu, na Central de Licitações, a reorganização das compras, cujo resultado foi a implementação da nova Central de Compras do Estado (CECOM/RS). A documentação inicial para a participação nos pregões foi simplificada, propiciando a agilização dos processos. A credibilidade do Governo, obtida pelo Ajuste Fiscal, refletiu-se diretamente no número de empresas cadastradas para participar de licitações. No final do ano de 2007, eram 1,2 mil e, em 2009, 10 mil fornecedores.

Pelo aumento dos investimentos, realização de obras e reestruturação de diversos setores do Estado, em 2009, foram realizadas 1.619 licitações, nas diferentes modalidades. Através da utilização do

Pregão Eletrônico, os procedimentos licitatórios movimentaram R\$ 56 milhões. Nessa modalidade, o custo das compras foi drasticamente reduzido: a economia gerada foi de R\$ 26,6 milhões. A utilização do Sistema de Registro de Preços propiciou, através dos ganhos de escala, redução dos custos de armazenagem e padronização nos processos de 1.870 itens contratados.

Ao todo, em 2009, a CECOM desenvolveu 2.700 processos, que totalizaram a movimentação de R\$ 100 milhões. Apenas a área de Comércio Exterior importou mais de R\$ 10,5 milhões em equipamentos e medicamentos. Entre outros, foram importados medicamentos que mantêm vivas 627 crianças vítimas de doenças raras, como a fibrose cística.

O Sistema de Compras (Sistema LIC) recebeu novos módulos e está sendo integrado ao sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE). Assim, em breve o empenho será automático, evitando o retrabalho e proporcionando agilidade às áreas de compras.

O Sistema de Compras Eletrônicas (COE), através do qual o Estado faz suas compras por pregão e dispensa eletrônica, está sendo modernizado em conjunto com o BANRISUL. Foi montado um comitê integrado pelos três poderes e o Ministério Público visando a transformação do COE no Sistema de Pregão Oficial do RS. Esse é o primeiro passo para que os três poderes façam suas compras em conjunto, o que permitirá buscar a certificação do sistema de compras segundo padrões internacionais.

Com relação ao programa de racionalização do patrimônio do Estado, foi liberado para venda o terreno da antiga sede da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC). O recurso financeiro, da ordem de R\$ 13,6 milhões, esperado com a operação, será empregado em melhorias, reformas ou aquisição de patrimônio, por meio do Fundo de Gestão Patrimonial (FEGEP).

Outro processo que tem apresentado resultados positivos na gestão do Estado é o que se refere ao leilão de bens inservíveis. Foram realizados, no exercício de 2009, 18 leilões que permitiram arrecadar R\$ 2,6 mil. E, através da CECOM, foram doados e ou redistribuídos 22.020 itens para as mais diversas entidades e prefeituras.

Foram treinados, em 2009, 788 servidores, de diversos órgãos, nas diferentes regiões do Estado, para utilizar os sistemas de compras. Na página da CECOM/RS, está disponível o treinamento, por Ensino a Distância (EAD), sobre o uso dos sistemas do Estado, o Sistema de Compras e Licitações (LIC) e o Sistema de Compras Eletrônicas do Estado (COE). Usuários das secretarias, fundações e autarquias podem acessar os treinamentos para tirar dúvidas onde e quando desejarem.

Visando o aprimoramento dos procedimentos administrativos, no âmbito do Poder Executivo Estadual, na Administração Direta e Indireta, foi criado o Fórum de Diretores Administrativos.

Na área administrativa, as ações executadas objetivaram a redução de custos. Na telefonia fixa e móvel, a ampliação da central telefônica do CAFF, a central do Palácio Piratini e a central do anexo Othelo Rosa estão sendo adquiridas e, depois de instaladas, a economia aos cofres públicos projetada é de aproximadamente R\$ 4 milhões/ano. Com relação aos custos de energia elétrica, foi instalado o Banco de Capacitores, em dezembro de 2009, sistema que deverá reduzir a carga reativa de energia excedente no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) projetando, a partir de janeiro de 2010, uma redução de aproximadamente 30% na fatura mensal, ou seja, R\$ 30 mil/mês. No projeto de Padronização do Mobiliário do Estado, a marcenaria confeccionou 1.609 peças, com economia de 300% comparando-se ao custo de mercado.

Foi implantado o novo Sistema de Manutenção de Frota de Veículos do Estado, que trará uma economia de R\$ 5 milhões aos cofres públicos. O gerenciamento dos gastos com combustíveis obteve redução na ordem de R\$ 6 milhões, se comparado com o mesmo período de 2008. Foram doados veículos e maquinários a 47 Municípios. Os bens da extinta Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA) beneficiaram 08 municípios. Na gestão de contratos (cujo recurso envolvido é da ordem de R\$ 1,5 milhão/mês), o sistema denominado GESCON foi mantido e aprimorado.

A SARH realizou a liberação da área do loteamento Nova Santa Marta, através da doação de terrenos para 25 mil moradores. Com a regularização, a área de 254 hectares passa a pertencer às 5 mil famílias que já ocupam o local. Aguardado há 17 anos, é o maior projeto de regularização fundiária da América Latina, que permitirá o reassentamento de comunidades que vivem em áreas de risco.

Na Gestão da Documentação Arquivística Pública, foram atendidos pelo **Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)** 9.662 cidadãos, 279 pesquisadores, 400 genealogistas e 559 alunos e visitantes nas visitas guiadas. Foram digitados 41.198 processos judiciais no Banco de Dados de Referência e disponibilizados no portal do APERS, 500 livros de certidões de nascimento, casamento e óbito, através do convênio firmado entre a SARH e a Sociedade Genealógica de Utah e 1.705 expedientes administrativos referentes às indenizações de ex-presos políticos.

Nas ações educativas destacam-se: as Oficinas de Educação Patrimonial, projeto desenvolvido em parceria com a UFRGS e Fundação de Apoio à Universidade Federal de São José João Del Rei, das quais participaram 1.440 alunos do ensino fundamental, a VII Mostra de Pesquisa *Produzindo História a Partir de Fontes Primárias* e o Curso *Experiências Traumáticas nas Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul*, em parceria com o Curso de História da UFRGS.

Ainda, no âmbito da Gestão da Documentação Arquivística Pública, visando à preservação do acervo, foram recuperados 5.646 processos judiciais. Com referência ao Projeto Documentos da Escravidão

no RS, do Catálogo Seletivo Inventários, foram analisados 38.178 processos, 16.136 verbetes produzidos com registro de 109.498 escravos.

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado/FDRH se efetiva como espaço para discussão da gestão pública e a troca de experiências entre servidores através da Escola de Governo (EG). Na condição de entidade de ensino e pesquisa, procura integrar-se a modernas técnicas de ensino e aprendizagem e fomenta a integração entre as boas práticas do setor público e privado criando interfaces e o enriquecimento de saberes.

Sua estrutura física, objeto de constantes melhoramentos, compreende 10 salas de aulas destinadas ao ensino presencial, 03 laboratórios de informática, um auditório para 110 pessoas, uma biblioteca com 7.216 volumes de livros e 144 treinamentos em DVD e fita. A área de treinamento da PROCERGS, na zona sul de Porto Alegre, também é utilizada para a realização de cursos.

A Escola de Governo (EG) atua prestando assessoria e consultorias na área de gestão. Constitui uma ação inovadora o registro dos cursos realizados pelos servidores do Estado na EG diretamente no sistema RHE, permitindo a atualização instantânea do Programa e da ficha funcional dos servidores. Além da capacitação de servidores públicos, a FDRH realiza concursos públicos e administra a demanda das Secretarias de Estado, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas por estagiários.

O curso de Gestão Pública Moderna, fundamental ao início da Escola de Governo, com carga de 120 horas aulas, deu início a uma jornada bem sucedida de ações de capacitação. Além desse, foram realizados, no período, dois seminários de Gestão Pública Moderna: a edição de Rio Grande reuniu 400 servidores da região sul e a edição de Tramandaí, no polo de Osório, reuniu 480 servidores do litoral norte. O seminário incluiu palestras sobre os temas: gestão por competências, trabalho em equipe, relações interpessoais e gestão de pessoas.

Novas estratégias utilizadas, como a divulgação dos cursos e vagas na *web*, propiciaram a otimização da ocupação das vagas, melhorando a procura pelos cursos, permitindo, inclusive, a participação de pessoas da comunidade. Em 2009, foram realizados 126 cursos, os quais capacitaram 8.234 servidores públicos.

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) consolidou a sua missão de Gestor dos Sistemas de Assistência à Saúde – IPE-Saúde, e de Gestor Único do Regime Próprio de Previdência Social – IPE-Previdência.

A população protegida por esse sistema de assistência e previdência abrange mais de 941 mil pessoas entre segurados, dependentes e pensionistas, movimentando, a partir de 2009, com a implantação do Regime Próprio de Previdência Social, recursos orçamentários superiores a R\$ 5,6 bilhões.

Em 2009, para atender às novas atribuições e à legislação, foram encaminhados projetos específicos de reestruturação da Autarquia, que compreendem a estrutura organizacional e administrativa da Instituição, bem como de seu quadro de pessoal.

Foram encaminhadas ações para a viabilização do pagamento de processos judiciais suspensos desde 1999 – precatórios e requisições de pequeno valor, gerados pela Central de Conciliação proposta pelo Governo. Foram liquidados e pagos mais de 75 precatórios, relativos ao ano de 1999, o que superou a quantia de R\$ 4,9 milhões, e foi iniciado o pagamento dos relativos ao ano de 2000. Por outro lado, também foi promovida a liquidação e o pagamento de mais de R\$ 41,1 milhões em Requisições de Pequeno Valor (RPV), encaminhadas pela Central de Negociação.

A renegociação dos contratos com as Prefeituras, Câmaras e outras entidades foi encaminhada nos termos da resolução do índice de sinistralidade, os quais, historicamente, causavam prejuízo ao IPE Saúde.

No âmbito do pagamento de pensões, as quais atingem a mais de 48.000 pensionistas, representando uma folha mensal superior a R\$ 95 milhões, as ações visaram à plena implantação do RPPS-RS. Para tanto, foi desenvolvido o Projeto de Estrutura Organizacional e Operacional de seus processos de trabalho, sob a coordenação da CAGE, que abrange as seguintes ações:

- Modificação da estrutura organizacional e alteração dos processos de trabalho, com o objetivo de agilizar e racionalizar as rotinas, de acordo com as novas demandas e processos de trabalho.
- Consolidação das normas e documentos relativos aos processos de concessão de benefícios, bem como sobre a regulamentação dos procedimentos para consignação de descontos em folha de pagamento de pensionistas.
- Implantação dos Processos Eletrônicos de concessão de pensão, informatizando os processos administrativos e judiciais, proporcionando simplificação, agilização e aperfeiçoamento do controle interno dos processos.
- Implantação da Suíte de Atendimento, com o objetivo de otimizar e melhorar o atendimento e agilizar o processo de concessão de pensão.
- Reformulação e sistematização da folha suplementar de pensionistas, com o objetivo de racionalizar e aperfeiçoar os controles sobre os referidos pagamentos suplementares.
- Projeto de Recadastramento Geral dos Servidores, já encaminhado à SARH, visando à formação de um banco de dados previdenciário atualizado e consistente, fundamental para a operacionalização do RPPS-RS.

- Planejamento das ações entre a Área de Previdência e a PROCERGS, para o aperfeiçoamento dos atuais sistemas, bem como o desenvolvimento de novos.

Em 2009, foi desenvolvido o **Projeto Gestão Eficiente do IPE-Saúde**, com destaque para as seguintes ações:

- Consolidação da situação financeira do IPE-Saúde, através de indicadores de avaliação do comprometimento da receita ordinária do sistema. Os gastos com a assistência médico-hospitalar estão limitados ao índice de sinistralidade financeira, que é de 85,0% (despesa sobre a receita), variando no máximo até 90,0%. Em vista do processo de recuperação da defasagem de remuneração dos prestadores, o IPE tem operado as negociações dentro desses limites.
- Cumprimento integral da meta de redução dos gastos (evitando desperdícios), através das inovações da gestão do sistema.
- Cumprimento integral do calendário de pagamento aos prestadores, o que atendeu uma reivindicação histórica dos prestadores de serviço. Os pagamentos ocorreram consolidando o processo de redução do prazo de pagamento de 77 dias, em 2006, para 32 dias, em 2009.
- Resgate das dívidas do IPE com os prestadores; a dívida atual é representada apenas pelos valores dos serviços prestados, na média, até 30 dias, exceto alguns resíduos de exercícios anteriores que estão sob análise.
- Conclusão do processo de transmissão eletrônica de contas dos prestadores para o IPE. Houve uma redução de 42 para 24 dias do prazo de apresentação das contas.
- Conclusão dos processos de pré-auditoria e auditoria eletrônica de contas. O primeiro divulga as regras e permite eliminar a maior parte dos erros que geram conflito contábil-financeiro entre o IPE e o prestador. O segundo permite eliminar cerca de 80% dos papéis que circulavam pelo IPE, através da aplicação de testes estatísticos.
- Reajuste de tabelas de remuneração dos prestadores, recuperando defasagens superiores há dez anos.
- Início da implantação da Máquina Leitora de Cartão Magnético do IPE-Saúde – PIN PAD, em parceria com o BANRISUL. Atualmente, estão instaladas 1.600 máquinas, sendo utilizadas por 2.000 credenciados. O PIN PAD é fundamental na agilização do processo de atendimento e pagamento dos serviços, e para a redução das possibilidades de fraude por uso indevido das senhas dos usuários.

- Elaboração do Projeto do Regulamento de Credenciamento de Prestadores, em conjunto com os representantes dos prestadores e sob coordenação da Setorial da PGE no IPE. O projeto prevê a implantação do credenciamento eletrônico, transparência e agilidade para recompor a oferta de serviços.
- Elaborado o Termo de Ajuste com o Grupo Paritário (Federação das Santas Casas, FEHOSUL, AHRGS, SIMERS, CREMERS e AMRIGS), estabelecendo o recadastramento de todos os médicos credenciados no IPE-Saúde, para fins de avaliação da oferta real de serviços. A ação visa definir o equilíbrio técnico entre a demanda e a oferta de serviços médicos aos usuários do sistema.
- Ampliação da rede de prestadores com o credenciamento de 256 médicos, 03 hospitais, 14 fisioterapeutas e 14 clínicas.
- Ampliação das coberturas assistenciais aos usuários do IPE-Saúde e atualização da tabela de procedimentos médicos do IPE, com base na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), que é instituída pelo Conselho Federal de Medicina e, além de estabelecer um padrão nacional de remuneração para os serviços médicos, indica a lista de procedimentos reconhecidos pela sociedade médica brasileira.
- A prestação de cerca de 12 milhões de atendimentos em saúde, por intermédio da rede credenciada, para um quadro de beneficiários em torno de 950 mil, foi estabelecida para o exercício de 2009.
- O Projeto Gestão Eficiente do IPE-Saúde, estruturado com base na tecnologia da informação, conta com a participação de outras instituições públicas das entidades representantes dos prestadores, além dos seus próprios servidores. A parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) resultou na premiação do Projeto de Auditoria Eletrônica de Contas Médico-Hospitalares, na categoria Administração Pública Eletrônica, com o Prêmio de Excelência em Governo Eletrônico.

Em 2009, a **Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG)** inaugurou a Unidade de Impressão de Segurança onde, através de contrato firmado com o DETRAN/RS, serão impressos os documentos de veículos – Certificados de Registro de Veículos Automotores (CRLVs) e Certificados de Registro de Veículos (CRVs).

A CORAG apoia a realização das provas práticas e teóricas em 274 Centros de Formação de Condutores, em 151 municípios, através da impressão das provas e digitalização da grade de respostas, administrando, semanalmente, 7 mil exames teóricos e 9,5 mil exames práticos. A

Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas é a primeira imprensa oficial do Brasil e empresa gráfica pública a realizar esse trabalho.

Através da aquisição da Unidade Automatizada Fábrica de Livros, foi lançada a CORAG Editora Expressa. O equipamento viabiliza a impressão de pequenas e médias tiragens, com rapidez e baixo custo, qualificando a posição da empresa no mercado editorial. A Fábrica de Livros representou o investimento de R\$ 1,85 milhão, realizado com recursos próprios da companhia, cujo retorno está previsto em 3 anos.

A implantação da Fábrica de Livros tornou possível a confecção das provas do DETRAN. Serão impressas 312 mil provas/ano para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), com custo unitário de R\$ 0,72. Os impressos realizados pela CORAG para o DETRAN produzirão uma economia de, aproximadamente, R\$ 1,3 milhão por ano, ao Estado.

Com o Projeto Caderno para Todos, realizado em parceria com a Secretaria de Educação, foram distribuídos um milhão de cadernos, a toda a Rede Estadual de Ensino, através das 30 Coordenadorias de Educação (CREs).

O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS) tem por objetivo gerenciar, fiscalizar, controlar e executar, em todo o território do Estado, as atividades de trânsito, nos termos de uma legislação própria, com status de entidade autárquica dotada de autonomia administrativa e financeira.

Os serviços, que vinham sendo realizados por servidores da Polícia Civil, passaram a ser exercidos por servidores concursados do quadro de pessoal do próprio Órgão. As antigas autoescolas tornaram-se Centros de Formação de Condutores (CFCs), e os serviços referentes a veículos, até então sob a responsabilidade das Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRANS), passaram a ser realizados pelos Centros de Registro de Veículos Automotores (CRVAs), que funcionam vinculados a Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais.

Os serviços de remoção e depósito de veículos passaram para a responsabilidade dos Centros de Remoção e Depósito (CRDs). Através da implantação de controle informatizado, as fábricas de placas e tarjetas vêm sendo credenciadas pelo DETRAN/RS de modo capilar para todos os municípios. A implantação do gerenciamento de informações contábeis e a informatização, apoiada pela PROCERGS, permitiram a revisão dos critérios de remuneração dos CFCs e avanços nos sistemas de habilitação de condutores e registro de veículos.

Paralelamente ao modelo de gestão descentralizado, ocorreu a redução dos valores relativos às remoções e depósitos dos veículos e dos serviços de trânsito, o que amenizou o aumento dos custos, produzido com o maior número de aulas práticas e teóricas determinadas pela União.

A realização do concurso público e a nomeação dos servidores, ocorrida em 2009, permitirá à Autarquia assumir a realização das provas

teóricas e práticas, o que resultará na redução do valor da CNH, a partir de 01 de janeiro de 2010.

Foi realizado o credenciamento de quatro novos Centros de Remoção e Depósitos, na Capital, para auxiliar na remoção e estadia de veículos, e credenciamento de novos leiloeiros oficiais, para aumentar o número de leilões administrativos dos veículos e sucatas apreendidos e recolhidos pela fiscalização de trânsito, por prazo superior a 90 dias.

A racionalização e atualização das ações nos CFCs foi priorizada através das seguintes ações: publicação e distribuição do Manual de Publicidade e Identidade Visual aos credenciados; regulamentação da acessibilidade dos deficientes físicos aos Centros credenciados e adoção de medidas de inclusão social no atendimento e prestação dos serviços aos usuários com deficiências; e revisão dos custos associados às taxas e aos critérios de remuneração nos Centros de Formação de Condutores.

Procedeu-se à revisão de todos os contratos, convênios e termos de adesão já firmados. Foi criada a Divisão de Fiscalização para acompanhamento e supervisão dos entes credenciados, propiciando o maior controle dos serviços dos prestadores, o que ocorreu através da exigência da troca de veículos de aprendizagem para categoria "D" (micro-ônibus e ônibus); da fiscalização no cadastramento e expedição de certificados de Transporte de Produtos Perigosos, de Transporte Escolar, de Emergências e de Transporte Coletivo. Da mesma forma, obteve-se maior segurança na transmissão de dados pelo Sistema "S" (SENAI, SENAT e SESI), visando à coibição de fraudes.

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) foi reformulada, objetivando a agilização do julgamento de processos infracionais e suspensão do direito de dirigir. Foram realizados eventos regionais para a integração das ações dessas Juntas e dos Órgãos de Trânsito – de fiscalização, sinalização, estatística e educação, visando a integração dos novos administradores municipais, para a redução dos índices infracionais e de acidentalidade e sinistralidade.

Para qualificar a fiscalização no trânsito, foram capacitados servidores, adquiridos equipamentos de informática, mobiliário e materiais para os setores envolvidos nas atividades de trânsito, e 66 viaturas para utilização operacional. Foram também licitados cursos especializados para formação de Examinadores de Trânsito, incluindo todos os servidores do DETRAN/RS.

Cumprindo com o planejamento, foram intensificados os leilões de veículos, sucatas e materiais inservíveis em todos os CRDs do Estado, buscando a redução dos impactos ambientais e objetivando a arrecadação de recursos.

Foi realizada a Assinatura do Acordo de Resultados, com a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e SARH, para maior controle, eficiência, eficácia, qualificação dos serviços, satisfação dos servidores, contenção de custos, racionalização das

atividades e busca da efetividade de resultados, que prevê, entre outras metas a ampliação em 35%, em 2010, do número de processos instaurados de suspensão do direito de dirigir.

AÇÕES PARA 2010

Programa	Ações
Gestão de Obras Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração, análise, aprovação e orçamentação de projetos • Execução de obras de macrodrenagem nos municípios do Estado • Execução e fiscalização de obras e serviços de engenharia, arquitetura e correlatos
Escola de Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação da Escola de Governo • Qualificação e capacitação dos servidores do Estado
Gestão de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico dos recursos humanos do Estado • Formulação e implementação de modelo de avaliação institucional • Informatização dos dados de RH • Modernização da gestão de estágios e concursos públicos
Gestão patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento de imóveis e móveis (manutenção e recuperação) • Alienação de imóveis inservíveis ao Estado
Modernização da Gestão Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Gestão de Compras Eletrônicas • Contratualização de resultados dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta • Gerenciamento do TudoFácil • Integração da rede de serviços ao cidadão – Governo de Resultados
Coordenação do Planejamento e do Orçamento	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização do Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão • Implementação do Ciclo de Planejamento, Orçamento e Gestão
Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas	<ul style="list-style-type: none"> • Realização das Pesquisas de Emprego e Desemprego na RMPA • Elaboração de indicadores e relatórios de pesquisa • Coordenação e manutenção da Biblioteca Virtual do Estado
Representação Judicial e Consultoria ao Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Informatização do processo judicial • Modernização institucional da PGE
Defesa Civil	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de veículos e equipamentos de proteção individual para a Defesa Civil do Estado • Atendimento a comunidades em caso de calamidade pública ou situação de emergência
Programa de Relações Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento • Articulação das Relações Estado/Municípios • Organização da Consulta Popular • Implementação das decisões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social • Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional
Articulação e Fomento ao Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação das políticas de apoio ao Cooperativismo e Associativismo • Organização, estruturação e desenvolvimento da economia solidária
Excelência na Gestão Fazendária	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do processo de contabilidade de custos no Estado
Equilíbrio Fiscal Estrutural e Geração de Capacidade de	<ul style="list-style-type: none"> • Maximização do ingresso de receitas próprias • Racionalização e qualificação do gasto público

Programa	Ações
Investimento e de Serviços	
Ampliação e Qualificação do Relacionamento da SEFAZ com a Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização fiscal • Sistema de Ouvidoria • Formação e capacitação continuada de servidores
RS Copa 2014	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação das ações visando garantir a disponibilidade da infraestrutura necessária à realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, em Porto Alegre
Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento para capital de giro, pagamento do ICMS, exportações, construção e aquisição de casa própria, educação, saúde, desenvolvimento econômico e social, modernização de infraestrutura municipal, custeio agropecuário, microcrédito, agricultura familiar e produção rural
Fomento à Estruturação Competitiva da Economia do Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento para energia, exportações, setores portadores de futuro, reestruturação de economias regionais e modernização de setores tradicionais
Financiamento ao Desenvolvimento Empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento à indústria, comércio e serviços e agropecuária

***4 A REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO
ESTADUAL DE 2009***

4 REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2009

4.1 Análise da Regionalização do Orçamento Estadual de 2009

Apresentamos neste capítulo, de forma inédita, a primeira regionalização da execução orçamentária da Administração Pública do Rio Grande do Sul.

O orçamento público é utilizado para gerenciar e controlar a aplicação dos recursos públicos (receitas oriundas da arrecadação de tributos) e monitorar as despesas (serviços e investimentos) realizadas pelo governo.

A regionalização do orçamento público está prevista na Constituição Estadual em seu artigo 149, § 8º: “Os orçamentos anuais e a lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o plano plurianual, deverão ser regionalizados e terão, entre suas finalidades, a de reduzir desigualdades sociais e regionais.” Portanto, a regionalização do orçamento, segundo os preceitos constitucionais, deve ser encarada como um instrumento de controle da distribuição de renda. Além disso, a equidade, ou a justa distribuição dos recursos públicos, deve ser o critério orientador mais valorizado para as ações públicas.

Dessa forma, a combinação de critérios de equidade e justiça é uma boa maneira de se programar métodos de distribuição dos recursos oriundos dos orçamentos públicos de forma a reduzir as desigualdades regionais existentes.

A regionalização das receitas e despesas do Orçamento Público Estadual de 2009 é apresentada por Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Trata-se de um nível de agregação regional que permite uma melhor análise da distribuição dos recursos. Assim, no caso de rubricas municipais (como IPVA, ICMS, CIDE), elas serão agrupadas por municípios que compõem os vinte e oito COREDEs, e a informação se referirá ao respectivo COREDE.

É importante salientar que nem todas as receitas ou despesas são passíveis de regionalização. Por exemplo, na receita, as transferências

constitucionais e as receitas de capital não têm uma origem identificável do ponto de vista da regionalização. Já na despesa, torna-se difícil identificar o destino do pagamento de algumas delas, como por exemplo, a dívida, uma vez que a maior parte dela encontra-se securitizada junto à União, sendo impossível identificar os recebedores diretos e indiretos, fruto de seu pagamento.

4.2 Receita

Em 2009, a receita total do Estado alcançou o valor de R\$ 28.565.477.079. De acordo com a Tabela Receitas Regionalizadas, desse total, foi possível regionalizar R\$ 18.705.001.815. Descontando-se R\$ 4.887.442.894 referentes aos valores das receitas correntes intraorçamentárias, foram regionalizados 79% da receita total, referentes ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre a Renda (IR) e Receita de Contribuições.

O ICMS e o IPVA foram regionalizados por meio dos seus índices de retorno aos municípios. Já o IR e a Receita de Contribuições foram distribuídos proporcionalmente às despesas de Pessoal em cada um dos municípios do Estado. Os valores dessas rubricas foram calculados para cada um dos 496 municípios gaúchos e, finalmente, agregados para os 28 COREDEs estaduais.

Não foi possível regionalizar R\$ 34.859.115 (R\$ 14.397.217 de IR e R\$ 20.461.899 da Receita de Contribuições) por se referirem ao total de pessoal não regionalizado, conforme a Tabela Despesas Regionalizadas.

Receitas Regionalizadas (R\$ 1,00)

COREDE	ICMS	IPVA	IR	Contribuições	Total
Alto da Serra do Botucarai	90.009.616	8.289.318	6.541.743	9.297.386	114.138.064
Alto Jacuí	241.802.052	20.551.608	10.617.264	15.089.680	288.060.604
Campanha	184.165.659	19.603.251	16.768.697	23.832.341	244.369.948
Campos de Cima da Serra	172.174.354	11.179.473	7.156.523	10.171.136	200.681.486
Celeiro	125.108.503	10.370.684	8.334.680	11.845.580	155.659.448
Central	334.682.163	51.474.551	37.765.815	53.674.283	477.596.812
Centro-Sul	289.595.685	19.913.544	12.748.849	18.119.173	340.377.251
Fronteira Noroeste	219.442.368	22.253.227	13.806.735	19.622.683	275.125.012
Fronteira Oeste	505.282.673	44.307.952	37.470.594	53.254.704	640.315.924
Hortênsias	144.150.121	20.298.330	6.200.591	8.812.528	179.461.569
Jacuí Centro	117.520.903	12.458.884	11.692.658	16.618.073	158.290.518
Litoral	479.277.642	30.701.989	22.227.185	31.590.163	563.796.980
Médio Alto Uruguai	107.743.922	12.835.851	10.546.862	14.989.621	146.116.256
Metropolitano Delta do Jacuí	4.013.082.117	419.850.587	394.691.987	560.952.006	5.388.576.697
Missões	206.715.235	23.353.133	18.981.015	26.976.576	276.025.959
Nordeste	164.800.583	15.593.041	8.101.337	11.513.943	200.008.904
Noroeste Colonial	219.742.090	20.919.859	10.119.971	14.382.907	265.164.828
Norte	366.211.136	30.911.628	15.459.212	21.971.249	434.553.225
Paranhana-Encosta da Serra	232.427.785	23.169.770	5.991.051	8.514.721	270.103.328
Produção	478.296.203	57.103.228	27.752.033	39.442.297	602.593.760

COREDE	ICMS	IPVA	IR	Contribuições	Total
Rio da Várzea	110.549.846	11.089.217	7.763.484	11.033.773	140.436.320
Serra	1.978.863.617	188.732.647	38.059.465	54.091.630	2.259.747.359
Sul	662.092.540	82.350.754	46.797.834	66.510.949	857.752.077
Vale do Caí	266.418.101	24.909.583	9.576.877	13.611.040	314.515.602
Vale do Jaguari	78.861.155	9.398.345	10.393.717	14.771.965	113.425.181
Vale do Rio dos Sinos	2.247.180.429	186.702.331	45.513.094	64.685.026	2.544.080.881
Vale do Rio Pardo	537.227.637	48.418.535	25.118.752	35.699.772	646.464.695
Vale do Taquari	513.246.837	50.592.034	18.058.623	25.665.635	607.563.129
Total Regionalizado	15.086.670.972	1.477.333.354	884.256.647	1.256.740.842	18.705.001.815
Total sem Regionalização	0	0	14.397.217	20.461.899	34.859.115
Total	15.086.670.972	1.477.333.354	898.653.864	1.277.202.741	18.739.860.931

Fonte: ASSTEC / Secretaria do Planejamento e Gestão

4.3 Despesa

Em relação ao grupo de despesas, em 2009, o gasto total do Estado atingiu a cifra de R\$ 28.555.085.110. De acordo com a Tabela Despesas Regionalizadas, foi possível regionalizar R\$ 21.310.994.019. Desconsiderando-se o valor da despesa intraorçamentária, R\$ 4.881.192.918, foi possível regionalizar 90% da despesa total. As rubricas passíveis de regionalização foram Despesa de Pessoal, transferências legais devidas de ICMS, IPVA, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), imposto sobre combustíveis e IPI Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados), além das transferências da Gestão Plena do SUS, Outras Despesas Correntes (ODC) e Investimentos Amplos.

Para a regionalização das Despesas Correntes com a manutenção dos órgãos, a distribuição entre os COREDEs foi proporcional à distribuição da Despesa de Pessoal. Os recursos do SUS foram regionalizados segundo sua efetiva aplicação, e as transferências constitucionais e legais (ICMS, IPVA, CIDE, IPI) foram distribuídas segundo os índices de repartição para os municípios.

Na rubrica Despesa de Pessoal, não foi possível regionalizar o montante de R\$ 193.033.653, devido ao fato de esse valor corresponder a servidores de fora do Estado (em sua maioria, inativos e pensionistas). Entretanto, esse fato demonstra que o orçamento estadual transfere, diretamente, renda para outros Estados em um valor significativo.

Também não foi possível regionalizar R\$ 56.440.011 da rubrica Outras Despesas Correntes (ODC), por se referirem à Despesa de Pessoal não regionalizada. E, ainda, não foram regionalizados R\$ 7.794 de Investimentos.

Os valores dos Investimentos referem-se exclusivamente às despesas de capital da administração direta – estão desconsiderados os valores das estatais.

Despesas Regionalizadas (R\$ 1,00)

COREDE	Pessoal	Transferências Legais	SUS	ODC	Investimentos	Total
Alto da Serra do Botucaraí	87.709.770	41.245.800	1.990.485	25.644.961	10.423.449	167.014.465
Alto Jacuí	142.353.161	80.234.103	14.428.829	41.621.831	8.360.032	286.997.956
Campanha	224.829.762	75.288.322	63.733.675	65.736.694	12.266.190	441.854.644
Campos de Cima da Serra	95.952.555	58.349.140	294.503	28.055.021	2.156.239	184.807.457
Celeiro	111.748.948	55.673.226	816.403	32.673.639	5.773.317	206.685.534
Central	506.352.958	127.878.526	65.769.529	148.049.659	10.488.618	858.539.291
Centro-Sul	170.932.823	94.057.789	14.955.649	49.978.075	16.600.552	346.524.887
Fronteira Noroeste	185.116.647	81.915.799	3.297.898	54.125.203	5.523.573	329.979.121
Fronteira Oeste	502.394.725	190.839.388	87.464.360	146.892.334	39.140.735	966.731.543
Hortênsias	83.135.705	52.705.098	5.864.044	24.307.576	2.284.283	168.296.705
Jacuí Centro	156.771.732	47.419.553	4.233.768	45.837.595	8.120.181	262.382.829
Litoral	298.015.576	126.005.270	63.122.294	87.135.078	33.410.825	607.689.044
Médio Alto Uruguai	141.409.230	53.405.000	4.015.556	41.345.840	7.853.777	248.029.404
Metr. Delta do Jacuí	5.291.914.301	1.063.228.657	26.546.451	1.547.272.704	299.783.702	8.228.745.815
Missões	254.491.879	91.138.676	15.183.068	74.409.432	4.280.907	439.503.962
Nordeste	108.620.345	65.321.651	3.152.325	31.758.884	3.621.726	212.474.931
Noroeste Colonial	135.685.606	72.645.940	16.805.264	39.672.342	4.164.170	268.973.321
Norte	207.272.577	123.671.755	12.202.186	60.603.249	11.749.599	415.499.366
Paranhana-Encosta da Serra	80.326.258	69.495.112	14.594.016	23.486.137	4.765.824	192.667.347
Produção	372.091.111	158.872.410	37.122.033	108.793.602	16.610.614	693.489.771
Rio da Várzea	104.090.513	47.060.387	837.352	30.434.433	3.236.595	185.659.280
Serra	510.290.128	541.972.337	35.628.759	149.200.826	14.628.748	1.251.720.798
Sul	627.451.616	250.748.300	46.520.292	183.457.007	22.517.940	1.130.695.156
Vale do Caí	128.403.961	92.494.339	3.343.992	37.543.303	13.925.496	275.711.092
Vale do Jaguari	139.355.901	41.346.833	23.309.691	40.745.479	6.689.214	251.447.118
Vale do Rio dos Sinos	610.226.207	571.980.869	107.501.588	178.420.568	42.013.974	1.510.143.207
Vale do Rio Pardo	336.784.849	173.770.218	14.339.920	98.470.605	32.037.096	655.402.687
Vale do Taquari	242.124.709	179.592.052	11.352.882	70.793.466	19.464.179	523.327.288
Total Regionalizado	11.855.853.555	4.628.356.553	698.426.812	3.466.465.544	661.891.556	21.310.994.019
Total Sem Regionalização	193.033.653	0	0	56.440.011	7.794	249.481.459
Total	12.048.887.208	4.628.356.553	698.426.812	3.522.905.555	661.899.350	21.560.475.478

Fonte: ASSTEC / Secretaria do Planejamento e Gestão

A Tabela Transferências Constitucionais e Legais apresenta a distribuição das transferências constitucionais e legais para cada um dos COREDES: ICMS, IPVA, CIDE e IPI Exportação. Esses valores foram calculados por meio dos índices de repartição para cada um dos municípios e, a seguir, agregados por COREDE.

Transferências Constitucionais e Legais (R\$1,00)

COREDE	ICMS	IPVA	CIDE	IPI	TOTAL
Alto da Serra do Botucaraí	36.002.951	4.259.644	213.422	769.783	41.245.800
Alto Jacuí	68.015.358	10.560.886	249.299	1.408.560	80.234.103
Campanha	63.476.291	10.073.553	253.629	1.484.849	75.288.322
Campos de Cima da Serra	51.399.654	5.744.813	164.867	1.039.806	58.349.140
Celeiro	49.072.922	5.329.199	277.909	993.196	55.673.226
Central	98.777.799	26.451.306	496.926	2.152.495	127.878.526
Centro Sul	81.569.986	10.233.003	361.493	1.893.307	94.057.789
Fronteira Noroeste	68.620.514	11.435.300	328.938	1.531.047	81.915.799
Fronteira Oeste	163.681.789	22.768.595	609.766	3.779.238	190.839.388
Hortênsias	41.170.030	10.430.734	179.833	924.501	52.705.098
Jacuí Centro	39.923.751	6.402.266	190.828	902.709	47.419.553
Litoral	108.098.759	15.776.878	427.070	1.702.564	126.005.270
Médio Alto Uruguai	45.542.905	6.595.978	294.885	971.231	53.405.000

COREDE	ICMS	IPVA	CIDE	IPI	TOTAL
Metropolitano Delta do Jacuí	826.559.680	215.749.262	2.647.047	18.272.667	1.063.228.657
Missões	77.154.249	12.000.510	406.682	1.577.234	91.138.676
Nordeste	55.909.645	8.012.820	250.432	1.148.754	65.321.651
Noroeste Colonial	60.406.408	10.750.120	231.374	1.258.037	72.645.940
Norte	105.134.920	15.884.606	425.136	2.227.093	123.671.755
Paranhán-Encosta da Serra	56.001.460	11.906.285	278.399	1.308.968	69.495.112
Produção	126.311.293	29.343.723	499.985	2.717.409	158.872.410
Rio da Várzea	40.319.793	5.698.433	225.128	817.033	47.060.387
Serra	434.047.814	96.984.334	962.142	9.978.048	541.972.337
Sul	203.122.919	42.317.708	948.629	4.359.045	250.748.300
Vale do Caí	77.526.170	12.800.325	286.714	1.881.130	92.494.339
Vale do Jaguarí	35.562.481	4.829.542	181.103	773.707	41.346.833
Vale do Rio dos Sinos	463.760.867	95.941.012	1.299.867	10.979.123	571.980.869
Vale do Rio Pardo	144.892.082	24.880.906	561.572	3.435.658	173.770.218
Vale do Taquari	149.605.257	25.997.806	562.496	3.426.494	179.592.052
Total Regionalizado	3.771.667.743	759.159.548	13.815.573	83.713.689	4.628.356.553
Total Sem Regionalização	0	0	0	0	0
Total	3.771.667.743	759.159.548	13.815.573	83.713.689	4.628.356.553

Fonte: ASSTEC / Secretaria do Planejamento e Gestão

4.4 Relação entre o Valor Retornado (VR) e o Valor Arrecadado (VA)

A análise da regionalização do orçamento parte do pressuposto de que, por uma razão de equidade e justiça, a distribuição dos recursos públicos deve favorecer as regiões menos desenvolvidas – nesse caso, os COREDEs.

Para medir-se o nível de desenvolvimento econômico de cada um dos COREDEs, utiliza-se o principal indicador da atividade econômica, o Produto Interno Bruto (PIB), que exprime o valor da produção realizada dentro da fronteira geográfica representada pelos COREDEs. Em outras palavras, o PIB sintetiza o resultado final da atividade produtiva, expressando monetariamente a produção, sem duplicações, de todos os produtores residentes nos limites geográficos dos COREDEs.

De forma a realizar a comparação adequada da riqueza entre os 28 COREDEs, lança-se mão do indicador PIB *per capita*, que informa a quantidade média em reais, de riquezas correspondentes, pelas quais cada habitante de determinado COREDE é responsável.

Na ausência do valor oficial para o PIB dos municípios gaúchos em 2009, a projeção do PIB municipal é realizada da seguinte maneira:

$$PIB \text{ municipal } 2009 = (PIB \text{ municipal } 2007 \times PIB \text{ Estadual de } 2009) / PIB \text{ Estadual de } 2007$$

Basicamente, a previsão do PIB municipal de 2009 equivale ao valor do PIB municipal de 2007, atualizado pelo valor do PIB estadual de 2009.

Para o cálculo do PIB *per capita* do COREDE, somou-se o PIB projetado de todos os municípios que o compõem e dividiu-se pela sua população, conforme valor estimado pelo IBGE para 2009.

Para a análise da equidade na distribuição dos recursos públicos do orçamento, os COREDEs foram ordenados em ordem decrescente em relação ao PIB *per capita* calculado para 2009 e separados em três terços de acordo com o PIB *per capita*: elevado, médio e baixo, conforme mostrado na Tabela Relação entre o valor arrecadado e o valor retornado nos COREDEs.

Relação entre o valor arrecadado e o valor retornado nos COREDEs

COREDE	PIB <i>per capita</i> (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	VA (% sobre Valor Arrecadado Total)	Valor Retornado (R\$)	VR - (% sobre Valor Retornado Total)	VR/VA
Serra	24.766	2.259.747.359	12,08	1.251.720.798	5,87	0,49
Metropolitano Delta do Jacuí	23.207	5.388.576.697	28,81	8.228.745.815	38,61	1,34
Vale do Rio dos Sinos	22.198	2.544.080.881	13,60	1.510.143.207	7,09	0,52
Alto Jacuí	21.767	288.060.604	1,54	286.997.956	1,35	0,87
Produção	19.739	602.593.760	3,22	693.489.771	3,25	1,01
Vale do Taquari	18.639	607.563.129	3,25	523.327.288	2,46	0,76
Noroeste Colonial	18.412	265.164.828	1,42	268.973.321	1,26	0,89
Norte	18.128	434.553.225	2,32	415.499.366	1,95	0,84
Vale do Rio Pardo	17.704	646.464.695	3,46	655.402.687	3,08	0,89
Fronteira Noroeste	17.559	275.125.012	1,47	329.979.121	1,55	1,05
Vale do Cai	17.304	314.515.602	1,68	275.711.092	1,29	0,77
Nordeste	16.556	200.008.904	1,07	212.474.931	1,00	0,93
Campos de Cima da Serra	16.556	200.681.486	1,07	184.807.457	0,87	0,81
Missões	15.730	276.025.959	1,48	439.503.962	2,06	1,40
Rio da Várzea	14.976	140.436.320	0,75	185.659.280	0,87	1,16
Fronteira Oeste	14.232	640.315.924	3,42	966.731.543	4,54	1,33
Sul	14.029	857.752.077	4,59	1.130.695.156	5,31	1,16
Central	13.650	477.596.812	2,55	858.539.291	4,03	1,58
Centro-Sul	13.637	340.377.251	1,82	346.524.887	1,63	0,89
Celeiro	12.957	155.659.448	0,83	206.685.534	0,97	1,17
Hortênsias	12.908	179.461.569	0,96	168.296.705	0,79	0,82
Campanha	12.411	244.369.948	1,31	441.854.644	2,07	1,59
Paranhana-Encosta da Serra	12.187	270.103.328	1,44	192.667.347	0,90	0,63
Alto da Serra do Botucaraí	12.069	114.138.064	0,61	167.014.465	0,78	1,28
Jacuí Centro	11.954	158.290.518	0,85	262.382.829	1,23	1,45
Médio Alto Uruguai	11.799	146.116.256	0,78	248.029.404	1,16	1,49
Vale do Jaguari	11.202	113.425.181	0,61	251.447.118	1,18	1,95
Litoral	10.732	563.796.980	3,01	607.689.044	2,85	0,95
Total		18.705.001.815	100,00	21.310.994.019	100,00	

Fonte: ASSTEC / Secretaria do Planejamento e Gestão

Assim, espera-se que a relação entre o percentual do valor retornado (serviços e investimentos) em relação à despesa total do Estado e o percentual sobre o valor arrecadado (impostos e contribuições) em relação à receita total do Estado, para os COREDEs que fazem parte do terço superior (elevado PIB *per capita*) seja inferior a um (1). Para os COREDEs do terço médio (médio PIB *per capita*), o valor esperado para aquela relação deve ser bastante próximo de um (1) e para os COREDEs do terço inferior (baixo PIB *per capita*), aquela relação deve ser maior do que um (1).

4.4.1 Análise do Terço Superior

A maioria dos COREDEs que compõem o terço superior, com elevado PIB *per capita* (Serra, Vale do Rio dos Sinos, Alto Jacuí, Vale do Taquari, Noroeste Colonial, Norte e Vale do Rio Pardo) apresenta a situação esperada. Tendo em vista o elevado PIB *per capita*, a relação entre os percentuais da despesa (retornado pelo Estado) e a receita (arrecadado pelo Estado) é inferior a um (1).

Por outro lado, os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí e Produção apresentam a relação VR/VA maior do que um (1), o que, do ponto de vista da equidade da distribuição dos recursos públicos do orçamento, não deveria ocorrer.

A análise individual permite concluir que o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí apresenta elevado retorno em Pessoal – quase 65% do retorno total. Essa situação ocorre devido ao fato de Porto Alegre, que faz parte desse COREDE, ser a sede administrativa do Estado e, conseqüentemente, reunir grande parte dos servidores públicos estaduais. Já o COREDE Produção apresenta elevados retornos em Pessoal e Transferências Legais e Constitucionais.

4.4.2 Análise do Terço Médio

No terço médio, os COREDEs Fronteira Noroeste, Nordeste, Rio da Várzea e Sul exibem relação VR/VA bastante próxima de um e encontram-se na situação esperada para os COREDEs desse intervalo.

Os COREDEs Vale do Caí, Campos de Cima da Serra e Centro Sul têm a relação VR/VA abaixo do esperado. Basicamente, esses três COREDEs se caracterizam por baixo retorno, tanto em pessoal, quanto em transferências legais. O COREDE Campos de Cima da Serra também apresenta baixo valor de retorno em Investimentos.

Por outro lado, os COREDEs Missões, Fronteira Oeste e Central apresentam a relação VR/VA maior do que um (1), basicamente, devido ao seu elevado retorno em Pessoal. O COREDE Fronteira Oeste também é ajudado, nesse caso, pelo seu elevado retorno na rubrica Investimentos.

4.4.3 Análise do Terço Inferior

Finalmente, dos COREDEs do terço inferior, que apresentam o PIB *per capita* mais baixo e deveriam apresentar a relação VR/VA maior do que um (1), apenas os COREDEs Hortênsias, Paranhana Encosta da Serra e Litoral não se encontram nessa situação.

Os COREDEs Hortênsias e Paranhana Encosta da Serra apresentam baixos retornos em Pessoal – ocupam as duas últimas posições nessa rubrica, enquanto que o COREDE Litoral possui baixo retorno de transferências legais e constitucionais, comparativamente ao arrecadado.

Vale salientar que, para os COREDEs Hortênsias e Paranhana Encosta da Serra, o valor na rubrica Investimentos é bastante baixo.

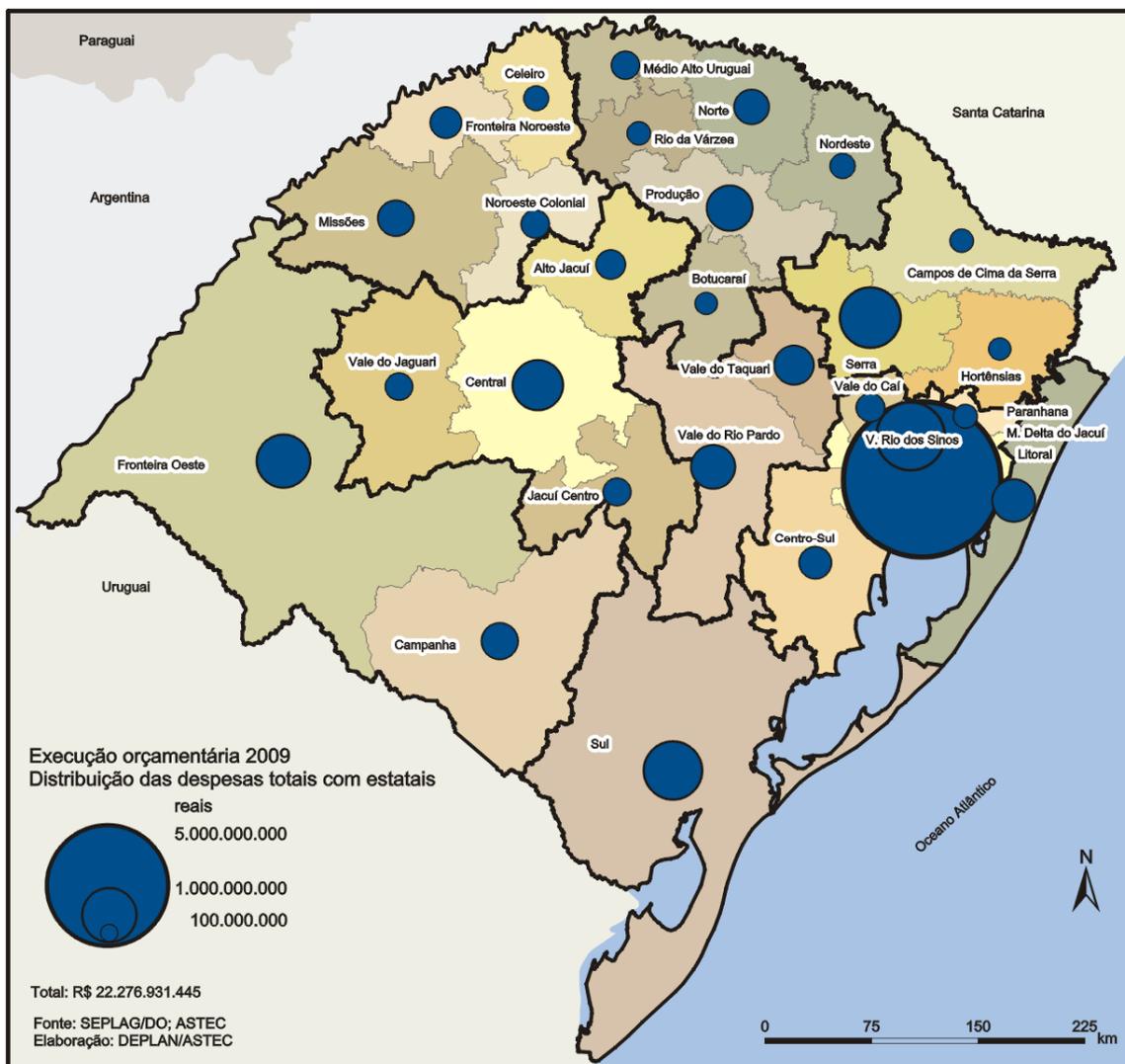
4.5 Conclusão

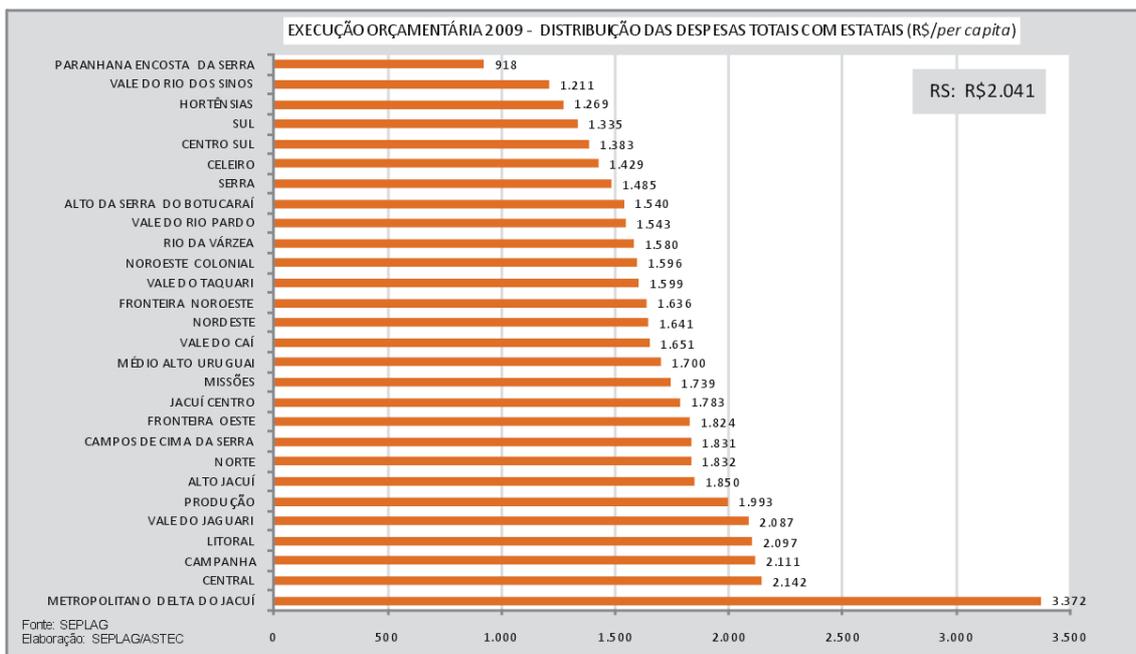
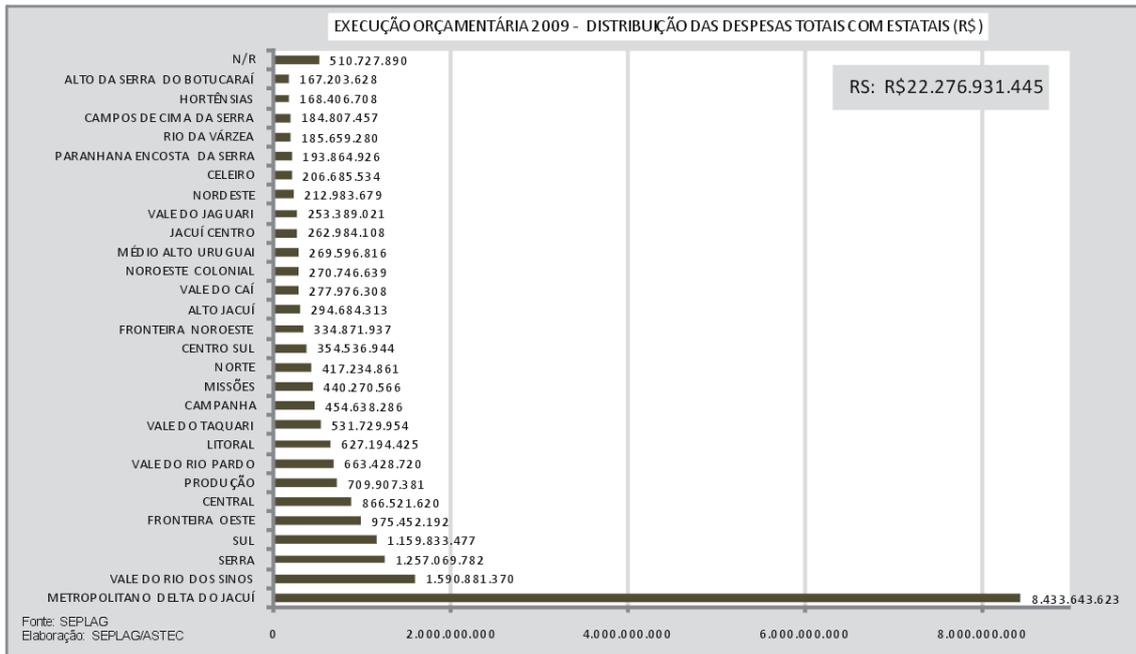
De acordo com as análises feitas, a partir da Tabela Relação entre o valor arrecadado e o valor retornado nos COREDEs, dezessete dos vinte e oito COREDEs se encontram na situação esperada, levando-se em consideração os pressupostos determinados em relação aos valores arrecadados e retornados estabelecidos para as condições de equidade na distribuição dos recursos públicos provenientes do Orçamento Público Estadual.

Portanto, é possível concluir que a equidade na distribuição dos recursos públicos ainda não foi completamente alcançada, devendo ser melhorada e tornar-se o principal critério na valorização das ações públicas na programação dos métodos de distribuição dos recursos oriundos dos orçamentos públicos.

4.6 Figuras e Mapas da Regionalização da Execução Orçamentária 2009

DESPESA TOTAL COM ESTATAIS





MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – 2010

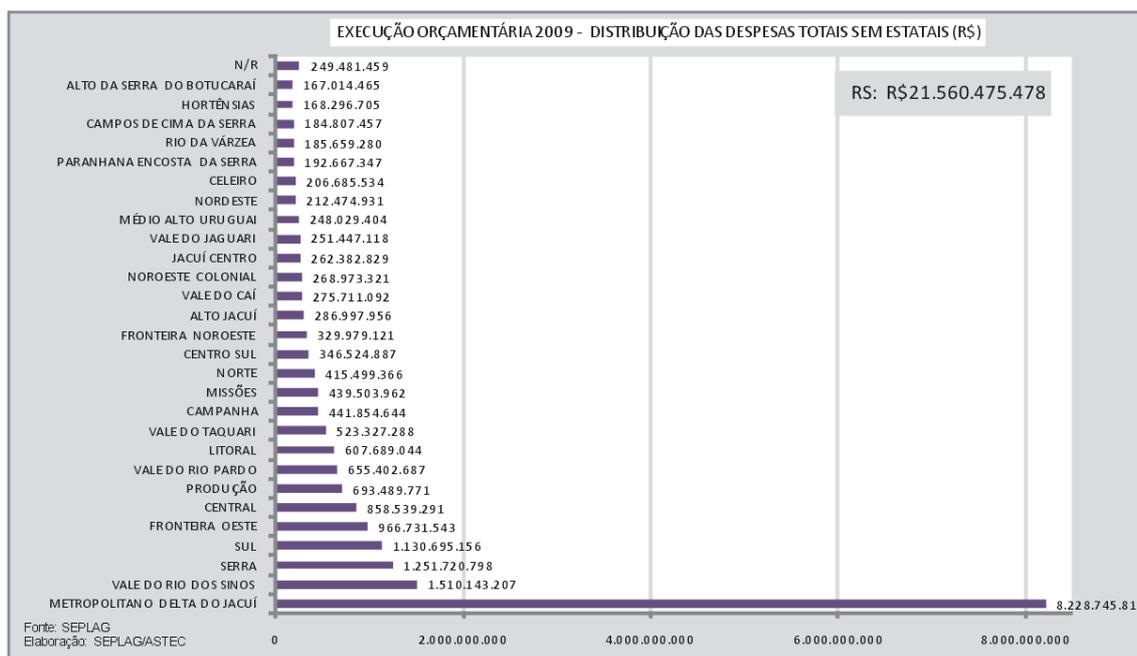
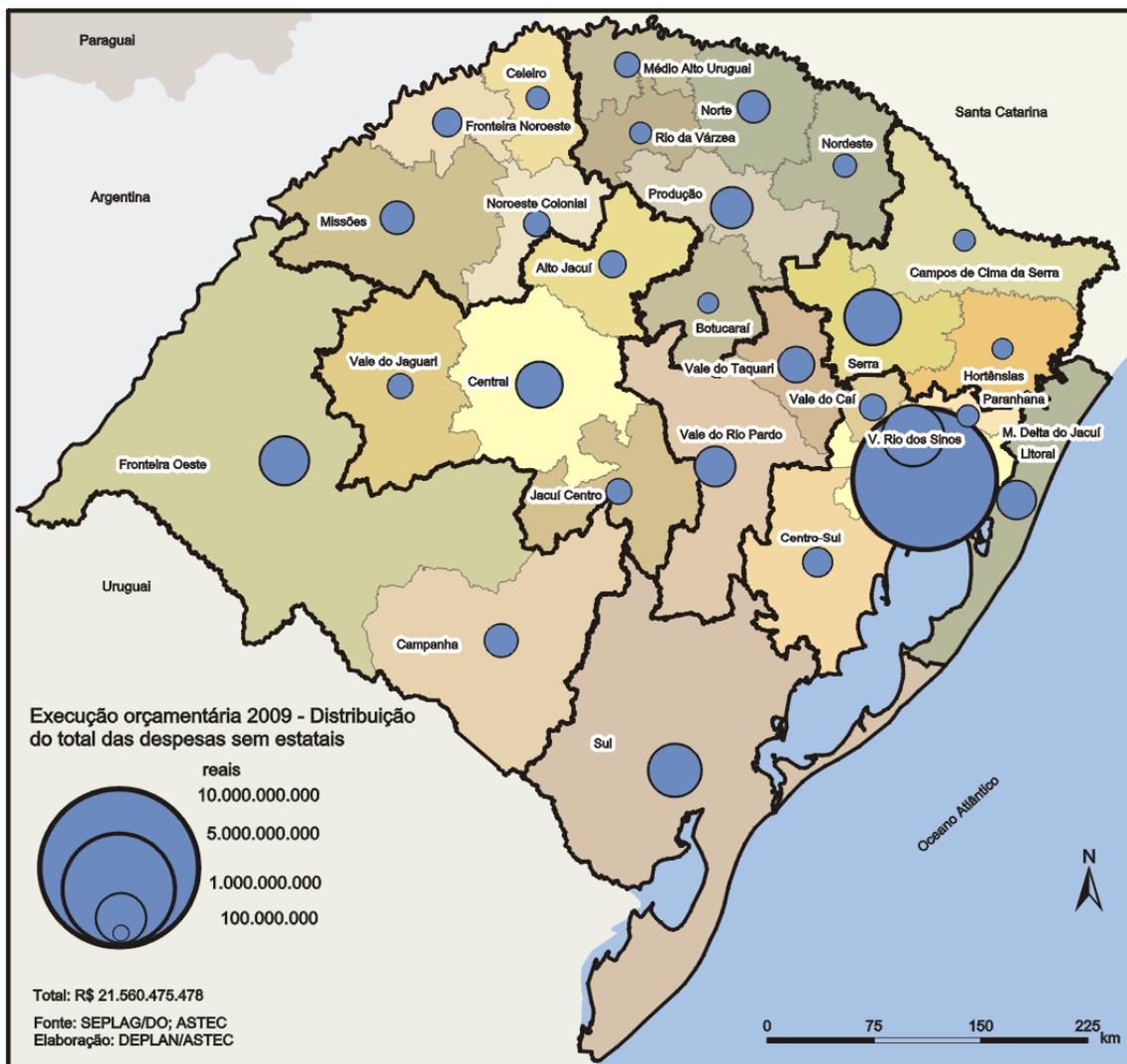
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS COM ESTATAIS				
RF	COREDE	POPULAÇÃO	TOTAL (R\$)	TOTAL (R\$/per capita)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	108.601	167.203.628	1.539,61
8	ALTO JACUÍ	159.285	294.684.313	1.850,04
6	CAMPANHA	215.342	454.638.286	2.111,24
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.925	184.807.457	1.831,14
7	CELEIRO	144.687	206.685.534	1.428,50
8	CENTRAL	404.510	866.521.620	2.142,15
1	CENTRO SUL	256.360	354.536.944	1.382,97
7	FRONTEIRA NOROESTE	204.726	334.871.937	1.635,71
6	FRONTEIRA OESTE	534.818	975.452.192	1.823,90
3	HORTÊNSIAS	132.661	168.406.708	1.269,45
8	JACUÍ CENTRO	147.472	262.984.108	1.783,28
4	LITORAL	299.046	627.194.425	2.097,32
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	158.557	269.596.816	1.700,31
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.500.968	8.433.643.623	3.372,15
7	MISSÕES	253.118	440.270.566	1.739,39
9	NORDESTE	129.797	212.983.679	1.640,90
7	NOROESTE COLONIAL	169.591	270.746.639	1.596,47
9	NORTE	227.735	417.234.861	1.832,11
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	211.133	193.864.926	918,21
9	PRODUÇÃO	356.244	709.907.381	1.992,76
9	RIO DA VÁRZEA	117.480	185.659.280	1.580,35
3	SERRA	846.454	1.257.069.782	1.485,10
5	SUL	868.926	1.159.833.477	1.334,79
1	VALE DO CAÍ	168.349	277.976.308	1.651,19
8	VALE DO JAGUARI	121.405	253.389.021	2.087,14
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.313.422	1.590.881.370	1.211,25
2	VALE DO RIO PARDO	430.062	663.428.720	1.542,64
2	VALE DO TAQUARI	332.454	531.729.954	1.599,41
TOTAL REGIONALIZADO		10.914.128	21.766.203.556	1.994,31
N/R			510.727.890	
TOTAL		10.914.128	22.276.931.445	2.041,11

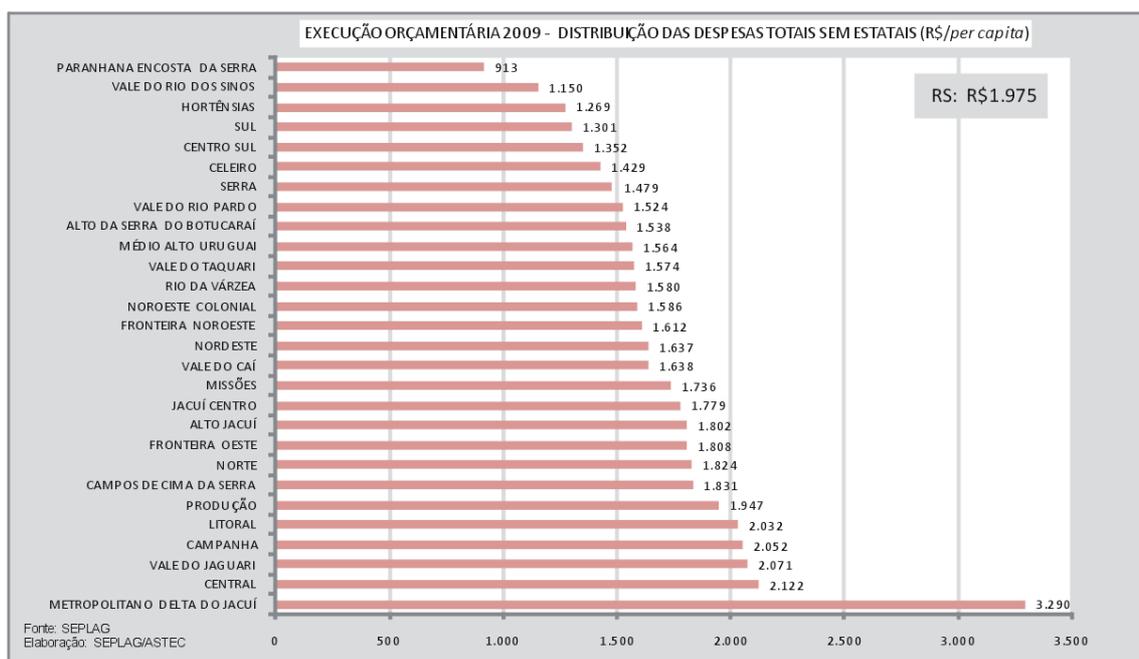
Fonte: SEPLAG

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS COM ESTATAIS (R\$)										
RF	COREDE	PESSOAL	ICMS	IPVA	CIDE	IPI	SUS	ODC	INVESTIMENTOS COM ESTATAIS	TOTAL
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	87.709.770	36.002.951	4.259.644	213.422	769.783	1.990.485	25.644.961	10.612.612	167.203.628
8	ALTO JACUÍ	142.353.161	68.015.358	10.560.886	249.299	1.408.560	14.428.829	41.621.831	16.046.389	294.684.313
6	CAMPANHA	224.829.762	63.476.291	10.073.553	253.629	1.484.849	63.733.675	65.736.694	25.049.833	454.638.286
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	95.962.555	51.399.654	5.744.813	164.867	1.039.806	294.503	28.055.021	2.156.239	184.807.457
7	CELEIRO	111.748.948	49.072.922	5.329.199	277.909	993.196	816.403	32.673.639	5.773.317	206.685.534
8	CENTRAL	506.352.958	98.777.799	26.451.306	496.926	2.152.495	65.769.529	148.049.659	18.470.948	866.521.620
1	CENTRO SUL	170.932.823	81.569.986	10.233.003	361.493	1.893.307	14.955.649	49.978.075	24.612.609	354.536.944
7	FRONTEIRA NOROESTE	185.116.647	68.620.514	11.435.300	328.938	1.531.047	3.297.898	54.125.203	10.416.390	334.871.937
3	FRONTEIRA OESTE	502.394.725	163.681.789	22.768.595	609.766	3.779.238	87.464.360	146.892.334	47.861.385	975.452.192
6	HORTÊNSIAS	83.135.705	41.170.030	10.430.734	179.833	924.501	5.864.044	24.307.576	2.394.286	168.406.708
8	JACUÍ CENTRO	156.771.732	39.923.751	6.402.266	190.828	902.709	4.233.768	45.837.595	8.721.460	262.984.108
4	LITORAL	298.015.576	108.098.759	15.776.878	427.070	1.702.564	63.122.294	87.135.078	52.916.207	627.194.425
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	141.409.230	45.542.905	6.595.978	294.885	971.231	4.015.556	41.345.840	29.421.189	269.596.816
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	5.291.914.301	826.559.680	215.749.262	2.647.047	18.272.667	26.546.451	1.547.272.704	504.681.510	8.433.643.623
7	MISSÕES	254.491.879	77.154.249	12.000.510	406.682	1.577.234	15.183.068	74.409.432	5.047.511	440.270.566
9	NORDESTE	108.620.345	55.909.645	8.012.820	250.432	1.148.754	3.152.325	31.758.884	4.130.474	212.983.679
7	NOROESTE COLONIAL	135.685.606	60.406.408	10.750.120	231.374	1.258.037	16.805.264	39.672.342	5.937.487	270.746.639
9	NORTE	207.272.577	105.134.920	15.884.606	425.136	2.227.093	12.202.186	60.603.249	13.485.094	417.234.861
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	80.326.258	56.001.460	11.906.285	278.399	1.308.968	14.594.016	23.486.137	5.963.403	193.864.926
9	PRODUÇÃO	372.091.111	126.311.293	29.343.723	499.985	2.717.409	37.122.033	108.793.602	33.028.224	709.907.381
9	RIO DA VÁRZEA	104.090.513	40.319.793	5.698.433	225.128	817.033	837.352	30.434.433	3.236.595	185.659.280
3	SERRA	510.290.128	434.047.814	96.984.334	962.142	9.978.048	35.628.759	149.200.826	19.977.731	1.257.069.782
5	SUL	627.451.616	203.122.919	42.317.708	948.629	4.359.045	46.520.292	183.457.007	51.656.262	1.159.833.477
1	VALE DO CAÍ	128.403.951	77.526.170	12.800.325	286.714	1.881.130	3.343.992	37.543.303	16.190.712	277.976.308
8	VALE DO JAGUARI	139.355.901	35.562.481	4.829.542	181.103	773.707	23.309.691	40.745.479	8.631.117	253.389.021
1	VALE DO RIO DOS SINOS	610.226.207	463.760.867	95.941.012	1.299.867	10.979.123	107.501.588	178.420.568	122.752.137	1.590.881.370
2	VALE DO RIO PARDO	336.784.849	144.892.082	24.880.906	561.572	3.435.658	14.339.920	98.470.605	40.063.128	663.428.720
2	VALE DO TAQUARI	242.124.709	149.605.257	25.997.806	562.496	3.426.494	11.352.882	70.793.466	27.866.844	531.729.954
TOTAL REGIONALIZADO		11.855.853.555	3.771.667.743	759.159.548	13.815.573	83.713.689	698.426.812	3.466.465.544	1.117.101.093	21.766.203.556
N/R		193.033.653						56.440.011	261.254.225	510.727.890
TOTAL		12.048.887.208	3.771.667.743	759.159.548	13.815.573	83.713.689	698.426.812	3.522.905.555	1.378.355.318	22.276.931.445

Fonte: SEPLAG

DESPESA TOTAL SEM ESTATAIS





EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS SEM ESTATAIS

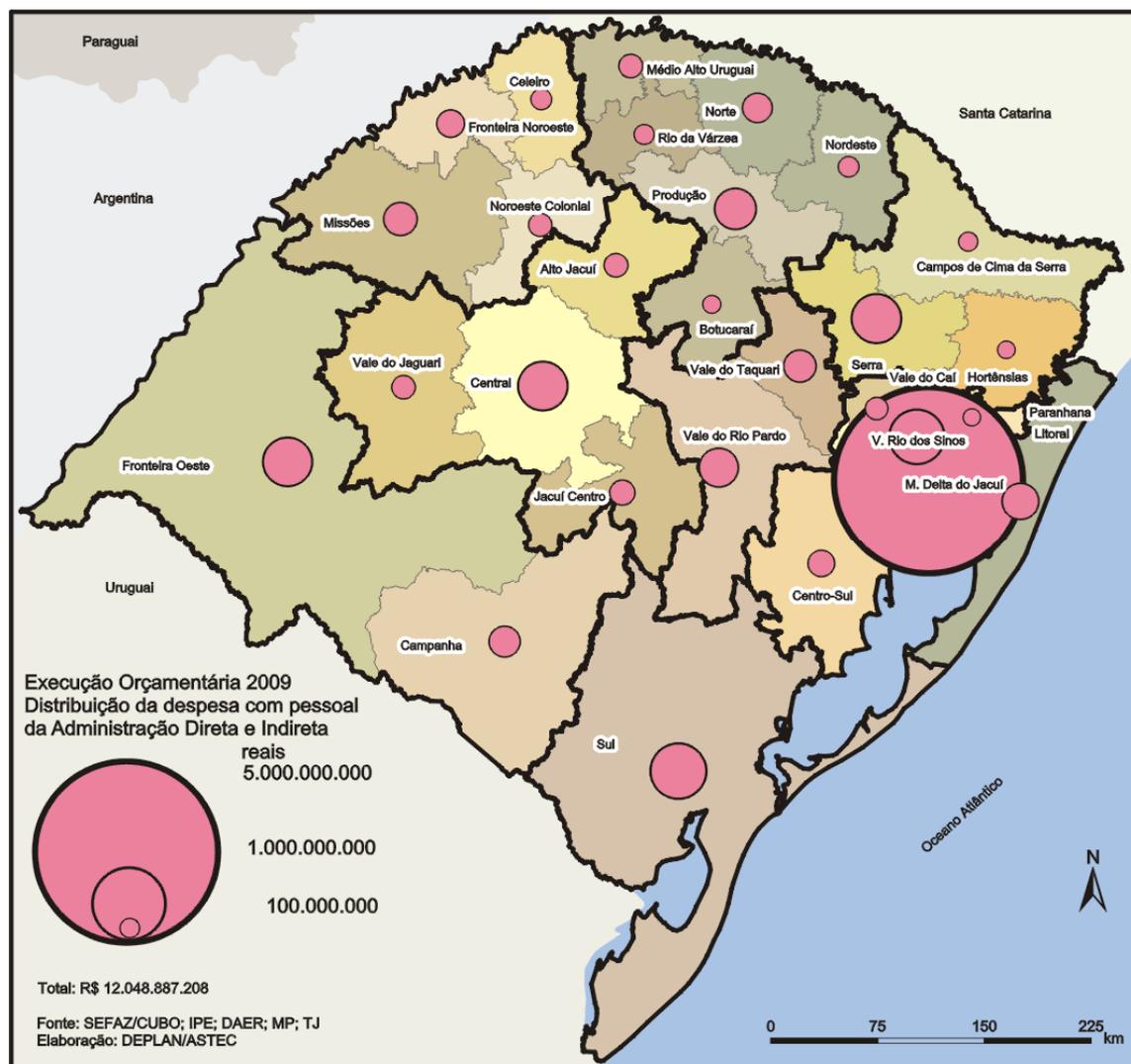
RF	COREDE	POPULAÇÃO	TOTAL (R\$)	TOTAL (R\$/per capita)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁ	108.601	167.014.465	1.537,87
8	ALTO JACUÍ	159.285	286.997.956	1.801,79
6	CAMPANHA	215.342	441.854.644	2.051,87
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.925	184.807.457	1.831,14
7	CELEIRO	144.687	206.685.534	1.428,50
8	CENTRAL	404.510	858.539.291	2.122,42
1	CENTRO SUL	256.360	346.524.887	1.351,71
7	FRONTEIRA NOROESTE	204.726	329.979.121	1.611,81
6	FRONTEIRA OESTE	534.818	966.731.543	1.807,59
3	HORTÊNSIAS	132.661	168.296.705	1.268,62
8	JACUÍ CENTRO	147.472	262.382.829	1.779,20
4	LITORAL	299.046	607.689.044	2.032,09
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	158.557	248.029.404	1.564,29
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.500.968	8.228.745.815	3.290,22
7	MISSÕES	253.118	439.503.962	1.736,36
9	NORDESTE	129.797	212.474.931	1.636,98
7	NOROESTE COLONIAL	169.591	268.973.321	1.586,01
9	NORTE	227.735	415.499.366	1.824,49
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	211.133	192.667.347	912,54
9	PRODUÇÃO	356.244	693.489.771	1.946,67
9	RIO DA VÁRZEA	117.480	185.659.280	1.580,35
3	SERRA	846.454	1.251.720.798	1.478,78
5	SUL	868.926	1.130.695.156	1.301,26
1	VALE DO CAÍ	168.349	275.711.092	1.637,74
8	VALE DO JAGUARI	121.405	251.447.118	2.071,14
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.313.422	1.510.143.207	1.149,78
2	VALE DO RIO PARDO	430.062	655.402.687	1.523,97
2	VALE DO TAQUARI	332.454	523.327.288	1.574,13
	TOTAL REGIONALIZADO	10.914.128	21.310.994.019	1.952,61
	N/R	-	249.481.459	-
	TOTAL	10.914.128	21.560.475.478	1.975,46

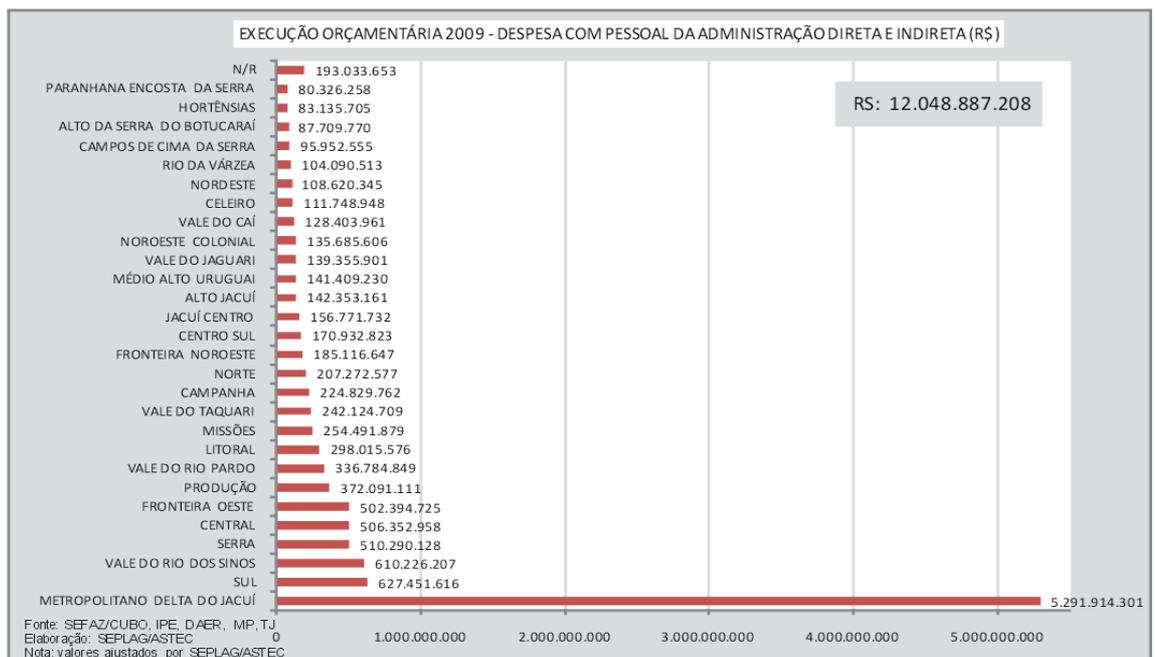
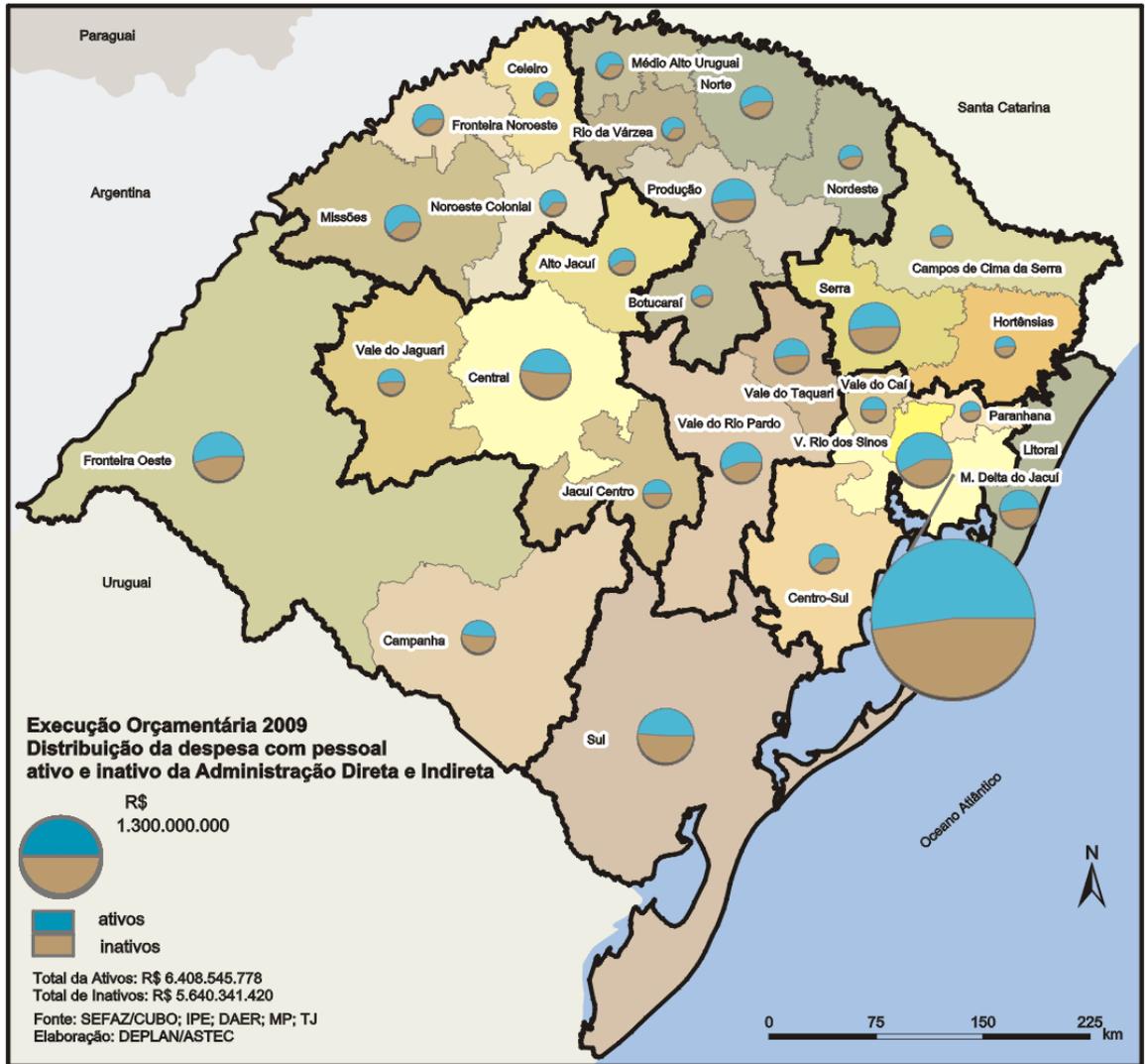
Fonte: SEPLAG

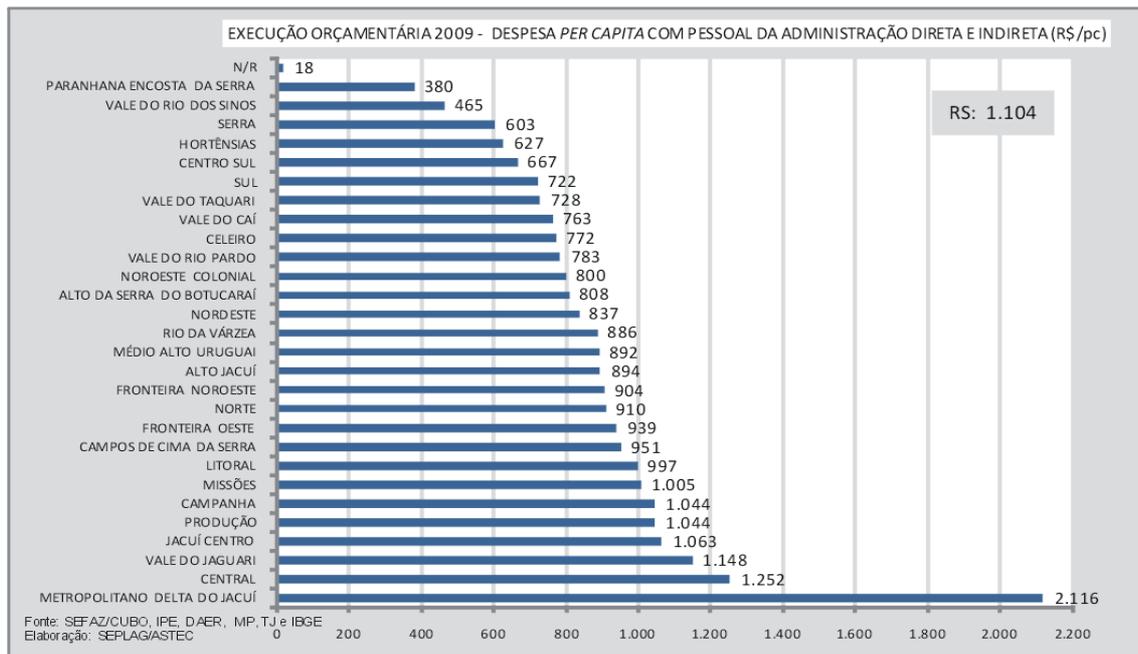
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS SEM ESTATAIS (R\$)										
RF	COEDE	PESSOAL	ICMS	IPVA	CIDE	IPI	SUS	ODC	INVESTIMENTOS SEM ESTATAIS	TOTAL
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI	87.709.770	36.002.951	4.259.644	213.422	769.783	1.990.485	25.644.961	10.423.449	167.014.465
8	ALTO JACUI	142.353.161	68.015.358	10.560.886	249.299	1.408.560	14.428.829	41.621.831	8.360.032	286.997.956
6	CAMPANHA	224.829.762	63.476.291	10.073.553	253.629	1.484.849	63.733.675	65.736.694	12.266.190	441.854.644
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	95.952.555	51.399.654	5.744.813	164.867	1.039.806	294.503	28.055.021	2.156.239	184.807.457
7	CELEIRO	111.748.948	49.072.922	5.329.199	277.909	993.196	816.403	32.673.639	5.773.317	206.685.534
8	CENTRAL	506.352.958	98.777.799	26.451.306	496.926	2.152.495	65.769.529	148.049.659	10.488.618	858.539.291
1	CENTRO SUL	170.932.823	81.569.986	10.233.003	361.493	1.893.307	14.955.649	49.978.075	16.600.552	346.524.887
7	FRONTEIRA NOROESTE	185.116.647	68.620.514	11.435.300	328.938	1.531.047	3.297.898	54.125.203	5.523.573	329.979.121
6	FRONTEIRA OESTE	502.394.725	163.681.789	22.768.595	609.766	3.779.238	87.464.360	146.892.334	39.140.735	966.731.543
3	HORTÊNSIAS	83.135.705	41.170.030	10.430.734	179.833	924.501	5.864.044	24.307.576	2.284.283	168.296.705
8	JACUI CENTRO	156.771.732	39.923.751	6.402.265	190.828	902.709	4.233.768	45.837.595	8.120.181	262.382.829
4	LITORAL	298.015.576	108.098.759	15.776.878	427.070	1.702.564	63.122.294	87.135.078	33.410.825	607.689.044
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	141.409.230	45.542.905	6.595.978	294.885	971.231	4.015.556	41.345.840	7.853.777	248.029.404
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUI	5.291.914.301	826.559.680	215.749.262	2.647.047	18.272.667	26.546.451	1.547.272.704	299.783.702	8.228.745.815
7	MISSÕES	254.491.879	77.154.249	12.000.510	406.682	1.577.234	15.183.068	74.409.432	4.280.907	439.503.962
9	NORDESTE	108.620.345	55.909.645	8.012.820	250.432	1.148.754	3.152.325	31.758.884	3.621.726	212.474.931
7	NOROESTE COLONIAL	135.685.606	60.406.408	10.750.120	231.374	1.258.037	16.805.264	39.672.342	4.164.170	268.973.321
9	NORTE	207.272.577	105.134.920	15.884.606	425.136	2.227.093	12.202.186	60.603.249	11.749.599	415.499.366
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	80.326.258	56.001.460	11.906.285	278.399	1.308.968	14.594.016	23.486.137	4.765.824	192.667.347
9	PRODUÇÃO	372.091.111	126.311.293	29.343.723	499.985	2.717.409	37.122.033	108.793.602	16.610.614	693.489.771
9	RIO DA VÁRZEA	104.090.513	40.319.793	5.698.433	225.128	817.033	837.352	30.434.433	3.236.595	185.659.280
3	SERRA	510.290.128	434.047.814	96.984.334	962.142	9.978.048	35.628.759	149.200.826	14.628.748	1.251.720.798
5	SUL	627.451.616	203.122.919	42.317.708	948.629	4.359.045	46.520.292	183.457.007	22.517.940	1.130.695.156
1	VALE DO CAÍ	128.403.951	77.526.170	12.800.325	286.714	1.881.130	3.343.992	37.543.303	13.925.496	275.711.092
8	VALE DO JAGUARI	139.355.901	35.562.481	4.829.542	181.103	773.707	23.309.691	40.745.479	6.689.214	251.447.118
1	VALE DO RIO DOS SINOS	610.226.207	463.760.867	95.941.012	1.299.867	10.979.123	107.501.588	178.420.568	42.013.974	1.510.143.207
2	VALE DO RIO PARDO	336.784.849	144.892.082	24.880.906	561.572	3.435.658	14.339.920	98.470.605	32.037.096	655.402.687
2	VALE DO TAQUARI	242.124.709	149.605.257	25.997.806	562.496	3.426.494	11.352.882	70.793.466	19.464.179	523.327.288
	TOTAL REGIONALIZADO	11.855.853.555	3.771.667.743	759.159.548	13.815.573	83.713.689	698.426.812	3.466.465.544	661.891.556	21.310.994.019
	N/R	193.033.653						56.440.011	7.794	249.481.459
	TOTAL	12.048.887.208	3.771.667.743	759.159.548	13.815.573	83.713.689	698.426.812	3.522.905.555	661.899.350	21.560.475.478

Fonte: SEPLAG

DESPESAS DE PESSOAL







EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL ATIVO E INATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (R\$)

REGIÃO FUNCIONAL	COREDE	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	50.535.312	37.174.458	87.709.770
8	ALTO JACUÍ	83.320.199	59.032.962	142.353.161
6	CAMPANHA	106.668.318	118.161.444	224.829.762
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	50.173.890	45.778.664	95.952.555
7	CELEIRO	70.205.745	41.543.203	111.748.948
8	CENTRAL	241.826.115	264.526.842	506.352.958
1	CENTRO SUL	105.642.819	65.290.004	170.932.823
7	FRONTEIRA NOROESTE	113.355.865	71.760.782	185.116.647
6	FRONTEIRA OESTE	271.456.906	230.937.818	502.394.725
3	HORTÊNSIAS	44.499.161	38.636.543	83.135.705
8	JACUÍ CENTRO	79.851.718	76.920.014	156.771.732
4	LITORAL	156.909.931	141.105.645	298.015.576
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	91.409.061	50.000.169	141.409.230
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.767.311.520	2.524.602.782	5.291.914.301
7	MISSÕES	157.059.481	97.432.397	254.491.879
9	NORDESTE	61.632.064	46.988.281	108.620.345
7	NOROESTE COLONIAL	86.883.619	48.801.987	135.685.606
9	NORTE	117.759.432	89.513.146	207.272.577
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	44.351.243	35.975.015	80.326.258
9	PRODUÇÃO	197.426.914	174.664.197	372.091.111
9	RIO DA VÁRZEA	67.809.062	36.281.451	104.090.513
3	SERRA	265.936.183	244.353.944	510.290.128
5	SUL	306.882.900	320.568.716	627.451.616
1	VALE DO CAÍ	64.683.276	63.720.686	128.403.961
8	VALE DO JAGUARI	71.898.562	67.457.340	139.355.901
1	VALE DO RIO DOS SINOS	351.838.074	258.388.133	610.226.207
2	VALE DO RIO PARDO	189.797.744	146.987.105	336.784.849
2	VALE DO TAQUARI	127.875.479	114.249.230	242.124.709
	TOTAL REGIONALIZADO	6.345.000.593	5.510.852.961	11.855.853.555
	N/R	63.545.194	129.488.459	193.033.653
	TOTAL	6.408.545.788	5.640.341.420	12.048.887.208

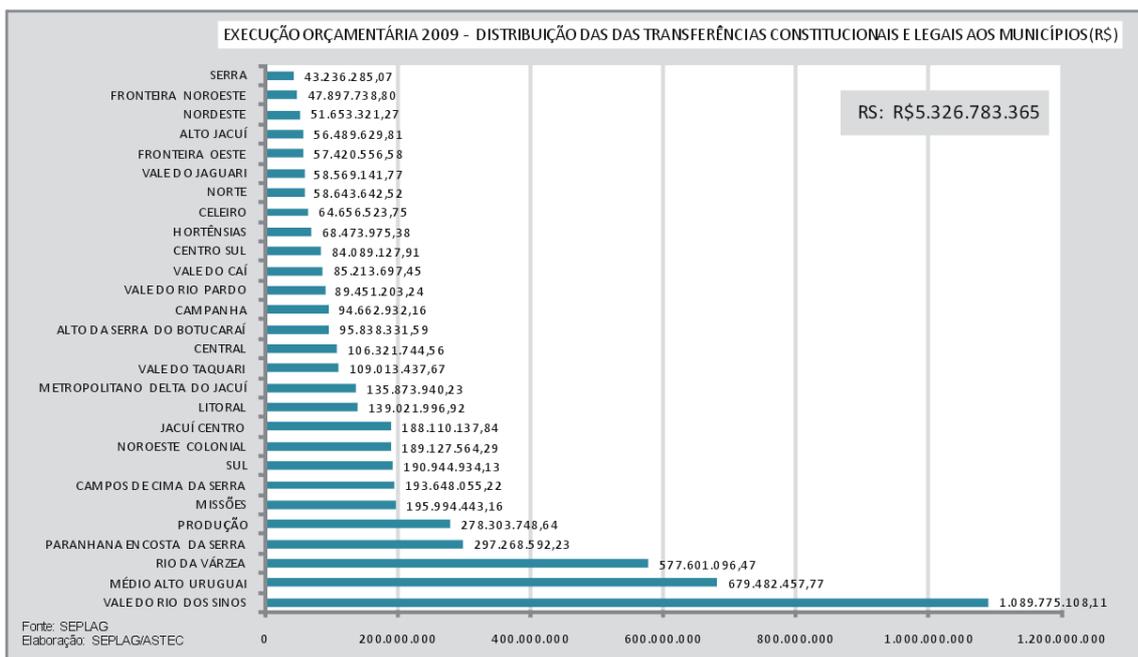
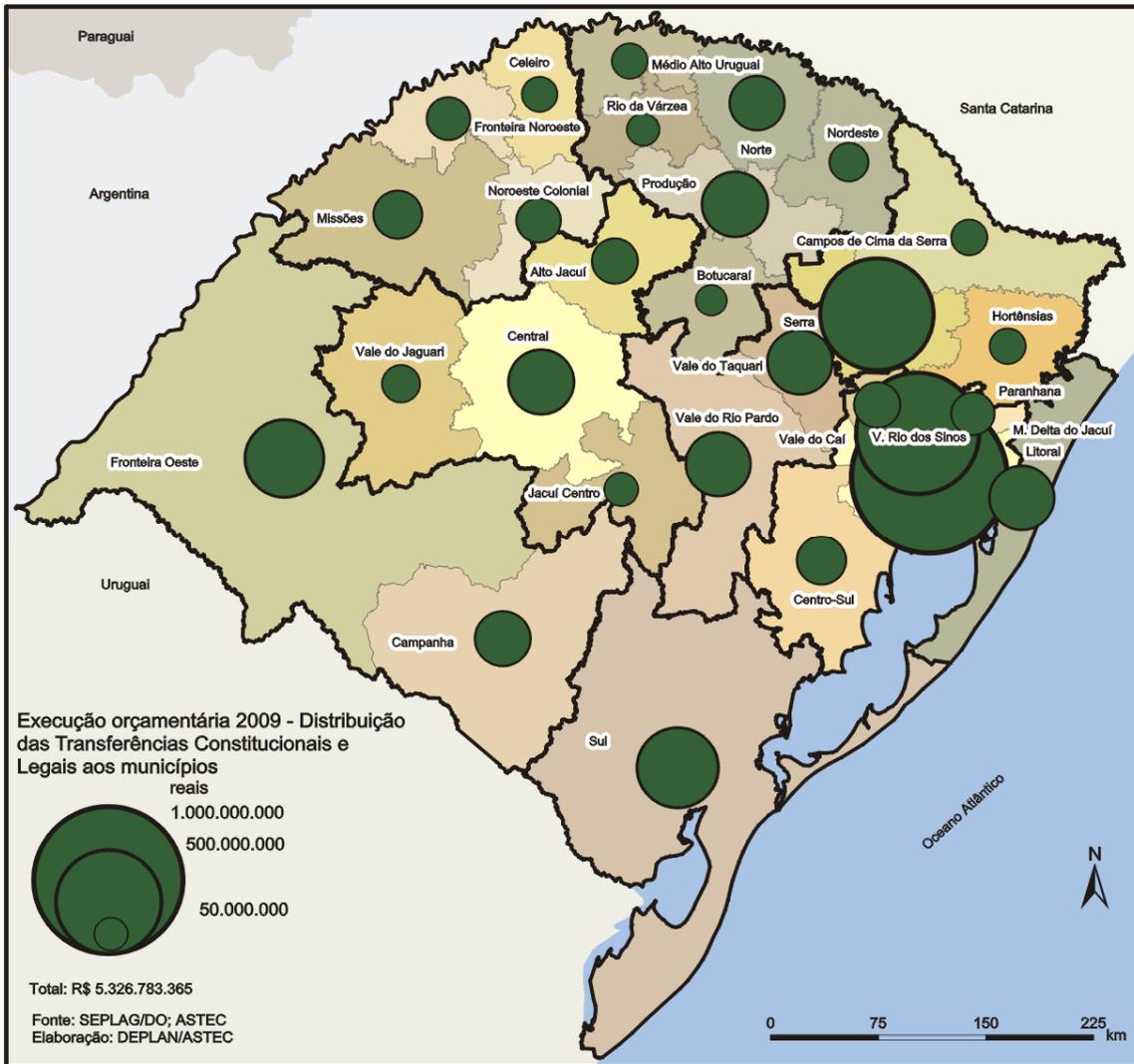
Fonte: SEFAZ/CUBO, IPE, DAER, MINISTÉRIO PÚBLICO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Nota: Os valores de despesa de pessoal, inclusive 13º salário foram ajustados por SEPLAG/ASTEC

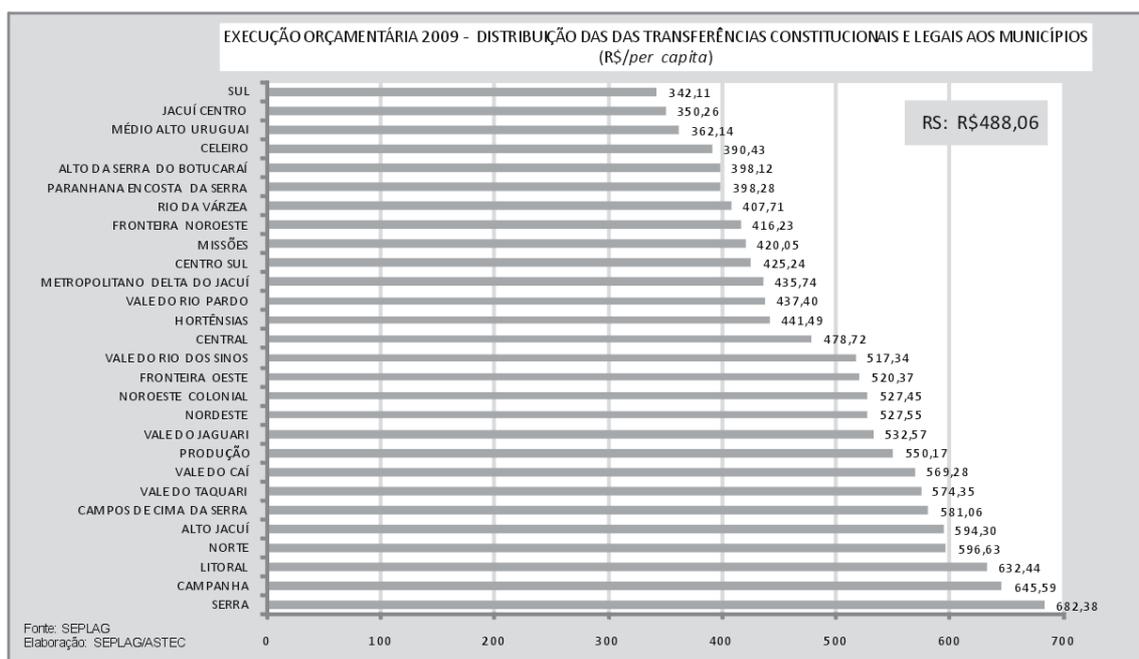
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DESPESA PER CAPITA COM PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA				
REGIÃO FUNCIONAL	COREDE	POPULAÇÃO	TOTAL DESPESA DE PESSOAL (R\$)	DESPESA DE PESSOAL (R\$/per capita)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI	108.601	87.709.770	808
8	ALTO JACUÍ	159.285	142.353.161	894
6	CAMPANHA	215.342	224.829.762	1.044
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.925	95.952.555	951
7	CELEIRO	144.687	111.748.948	772
8	CENTRAL	404.510	506.352.958	1.252
1	CENTRO SUL	256.360	170.932.823	667
7	FRONTEIRA NOROESTE	204.726	185.116.647	904
6	FRONTEIRA OESTE	534.818	502.394.725	939
3	HORTÊNSIAS	132.661	83.135.705	627
8	JACUÍ CENTRO	147.472	156.771.732	1.063
4	LITORAL	299.046	298.015.576	997
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	158.557	141.409.230	892
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.500.968	5.291.914.301	2.116
7	MISSÕES	253.118	254.491.879	1.005
9	NORDESTE	129.797	108.620.345	837
7	NOROESTE COLONIAL	169.591	135.685.606	800
9	NORTE	227.735	207.272.577	910
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	211.133	80.326.258	380
9	PRODUÇÃO	356.244	372.091.111	1.044
9	RIO DA VÁRZEA	117.480	104.090.513	886
3	SERRA	846.454	510.290.128	603
5	SUL	868.926	627.451.616	722
1	VALE DO CAÍ	168.349	128.403.961	763
8	VALE DO JAGUARI	121.405	139.355.901	1.148
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.313.422	610.226.207	465
2	VALE DO RIO PARDO	430.062	336.784.849	783
2	VALE DO TAQUARI	332.454	242.124.709	728
TOTAL REGIONALIZADO		10.914.128	11.855.853.555	1.086
N/R			193.033.653	18
TOTAL		10.914.128	12.048.887.208	1.104

Fonte: SEFAZ/CUBO, IPE, DAER, MINISTÉRIO PÚBLICO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Nota: Os valores de despesa de pessoal, inclusive 13º salário foram ajustados por SEPLAG/ASTEC

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS AOS MUNICÍPIOS





EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS AOS MUNICÍPIOS

RF	COREDE	POPULAÇÃO	TOTAL (R\$)	TOTAL (R\$/per capita)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	108.601	43.236.285	398,12
8	ALTO JACUÍ	159.285	94.662.932	594,30
6	CAMPANHA	215.342	139.021.997	645,59
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.925	58.643.643	581,06
7	CELEIRO	144.687	56.489.630	390,43
8	CENTRAL	404.510	193.648.055	478,72
1	CENTRO SUL	256.360	109.013.438	425,24
7	FRONTEIRA NOROESTE	204.726	85.213.697	416,23
6	FRONTEIRA OESTE	534.818	278.303.749	520,37
3	HORTÊNSIAS	132.661	58.569.142	441,49
8	JACUÍ CENTRO	147.472	51.653.321	350,26
4	LITORAL	299.046	189.127.564	632,44
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	158.557	57.420.557	362,14
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.500.968	1.089.775.108	435,74
7	MISSÕES	253.118	106.321.745	420,05
9	NORDESTE	129.797	68.473.975	527,55
7	NOROESTE COLONIAL	169.591	89.451.203	527,45
9	NORTE	227.735	135.873.940	596,63
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	211.133	84.089.128	398,28
9	PRODUÇÃO	356.244	195.994.443	550,17
9	RIO DA VÁRZEA	117.480	47.897.739	407,71
3	SERRA	846.454	577.601.096	682,38
5	SUL	868.926	297.268.592	342,11
1	VALE DO CAÍ	168.349	95.838.332	569,28
8	VALE DO JAGUARI	121.405	64.656.524	532,57
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.313.422	679.482.458	517,34
2	VALE DO RIO PARDO	430.062	188.110.138	437,40
2	VALE DO TAQUARI	332.454	190.944.934	574,35
	TOTAL REGIONALIZADO	10.914.128	5.326.783.365	488,06
	N/R			
	TOTAL	10.914.128	5.326.783.365	488,06

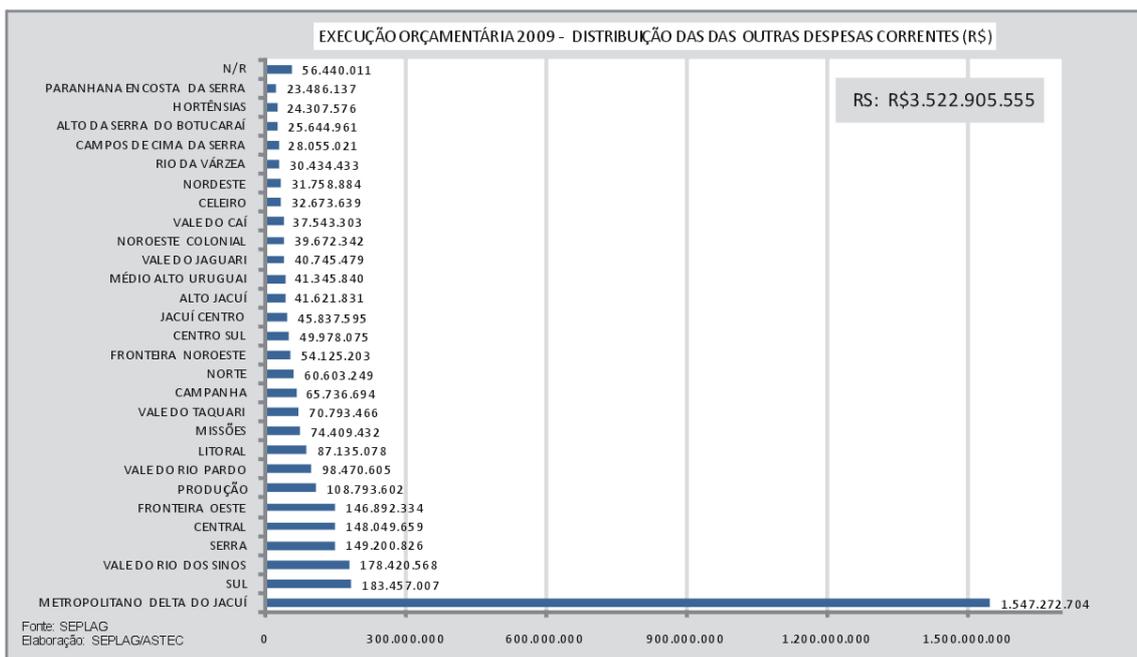
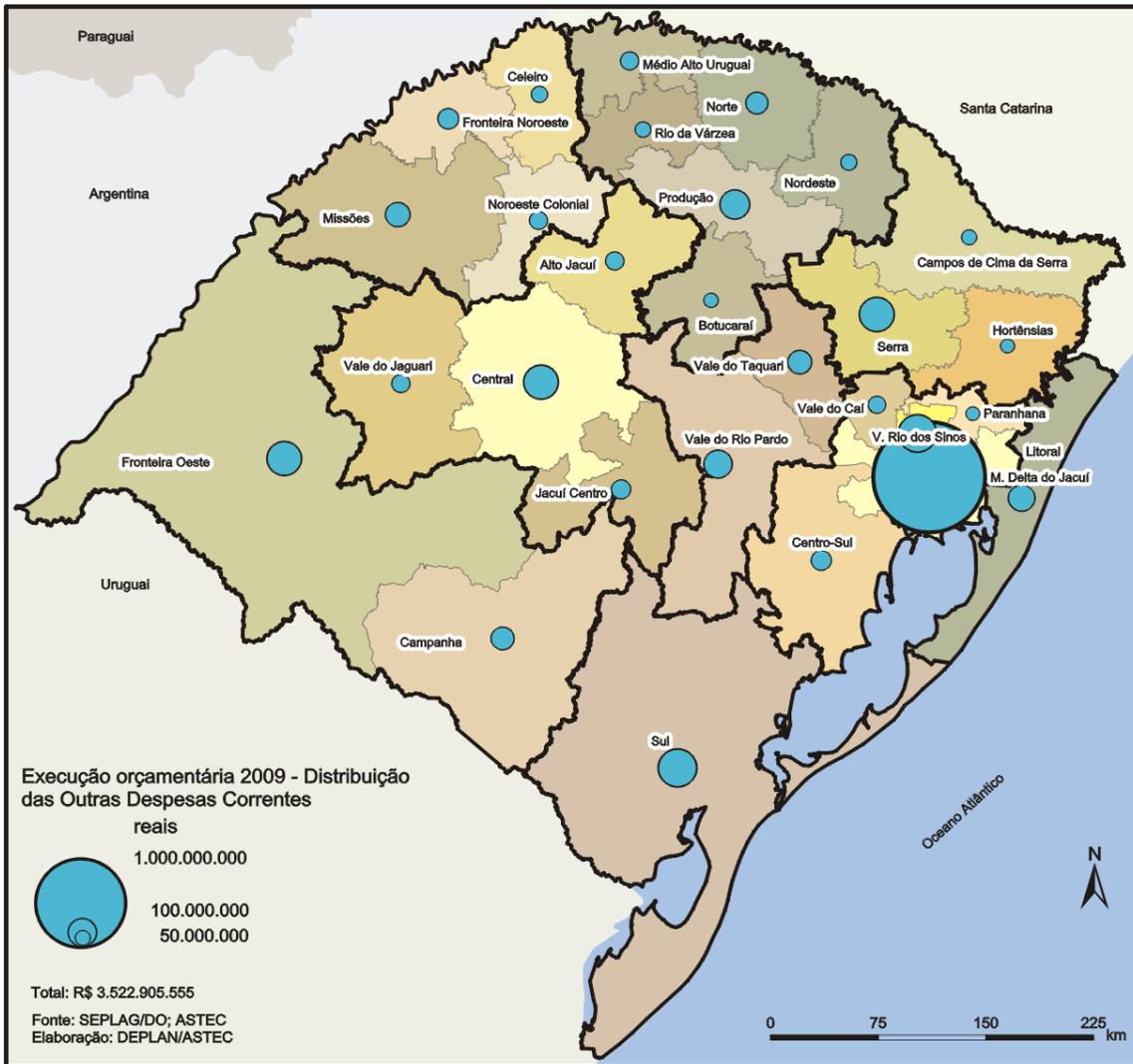
Fonte: SEPLAG

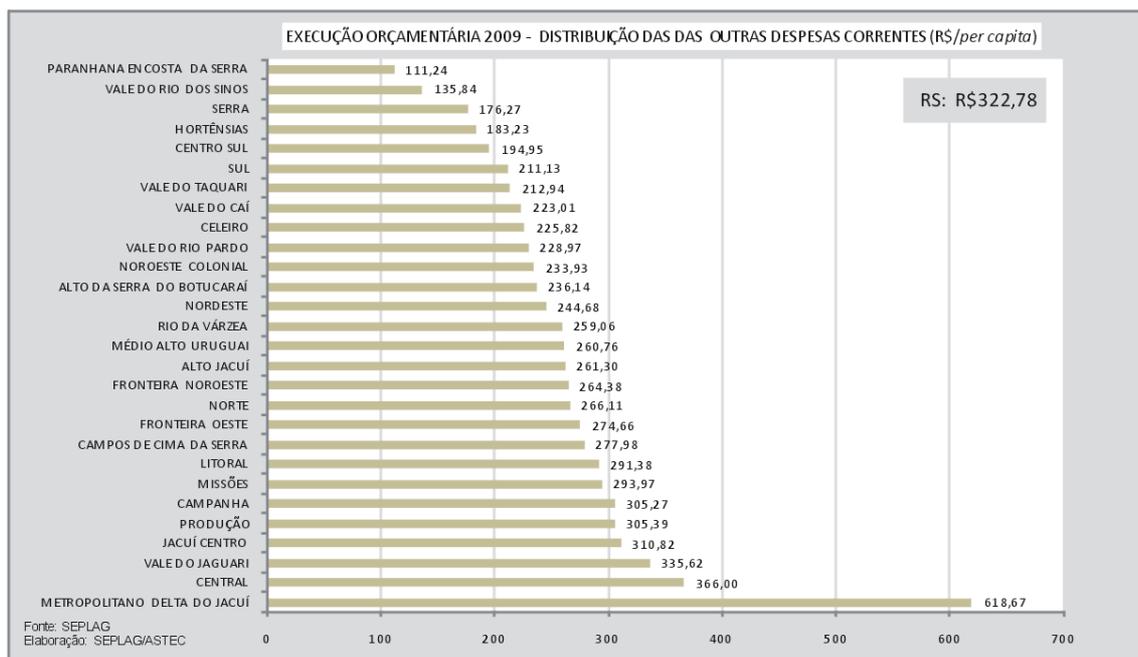
MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – 2010

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS AOS MUNICÍPIOS (R\$)							
RF	COREDE	ICMS	IPVA	CIDE	IPI	SUS	TOTAL
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	36.002.951	4.259.644	213.422	769.783	1.990.485	43.236.285
8	ALTO JACUÍ	68.015.358	10.560.886	249.299	1.408.560	14.428.829	94.662.932
6	CAMPANHA	63.476.291	10.073.553	253.629	1.484.849	63.733.675	139.021.997
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	51.399.654	5.744.813	164.867	1.039.806	294.503	58.643.643
7	CELEIRO	49.072.922	5.329.199	277.909	993.196	816.403	56.489.630
8	CENTRAL	98.777.799	26.451.306	496.926	2.152.495	65.769.529	193.648.055
1	CENTRO SUL	81.569.986	10.233.003	361.493	1.893.307	14.955.649	109.013.438
7	FRONTEIRA NOROESTE	68.620.514	11.435.300	328.938	1.531.047	3.297.898	85.213.697
6	FRONTEIRA OESTE	163.681.789	22.768.595	609.766	3.779.238	87.464.360	278.303.749
3	HORTÊNSIAS	41.170.030	10.430.734	179.833	924.501	5.864.044	58.569.142
8	JACUÍ CENTRO	39.923.751	6.402.266	190.828	902.709	4.233.768	51.653.321
4	LITORAL	108.098.759	15.776.878	427.070	1.702.564	63.122.294	189.127.564
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	45.542.905	6.595.978	294.885	971.231	4.015.556	57.420.557
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	826.559.680	215.749.262	2.647.047	18.272.667	26.546.451	1.089.775.108
7	MISSÕES	77.154.249	12.000.510	406.682	1.577.234	15.183.068	106.321.745
9	NORDESTE	55.909.645	8.012.820	250.432	1.148.754	3.152.325	68.473.975
7	NOROESTE COLONIAL	60.406.408	10.750.120	231.374	1.258.037	16.805.264	89.451.203
9	NORTE	105.134.920	15.884.606	425.136	2.227.093	12.202.186	135.873.940
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	56.001.460	11.906.285	278.399	1.308.968	14.594.016	84.089.128
9	PRODUÇÃO	126.311.293	29.343.723	499.985	2.717.409	37.122.033	195.994.443
9	RIO DA VÁRZEA	40.319.793	5.698.433	225.128	817.033	837.352	47.897.739
3	SERRA	434.047.814	96.984.334	962.142	9.978.048	35.628.759	577.601.096
5	SUL	203.122.919	42.317.708	948.629	4.359.045	46.520.292	297.268.592
1	VALE DO CAÍ	77.526.170	12.800.325	286.714	1.881.130	3.343.992	95.838.332
8	VALE DO JAGUARI	35.562.481	4.829.542	181.103	773.707	23.309.691	64.656.524
1	VALE DO RIO DOS SINOS	463.760.867	95.941.012	1.299.867	10.979.123	107.501.588	679.482.458
2	VALE DO RIO PARDO	144.892.082	24.880.906	561.572	3.435.658	14.339.920	188.110.138
2	VALE DO TAQUARI	149.605.257	25.997.806	562.496	3.426.494	11.352.882	190.944.934
	TOTAL REGIONALIZADO	3.771.667.743	759.159.548	13.815.573	83.713.689	698.426.812	5.326.783.365
	N/R						
	TOTAL	3.771.667.743	759.159.548	13.815.573	83.713.689	698.426.812	5.326.783.365

Fonte: SEPLAG

OUTRAS DESPESAS CORRENTES



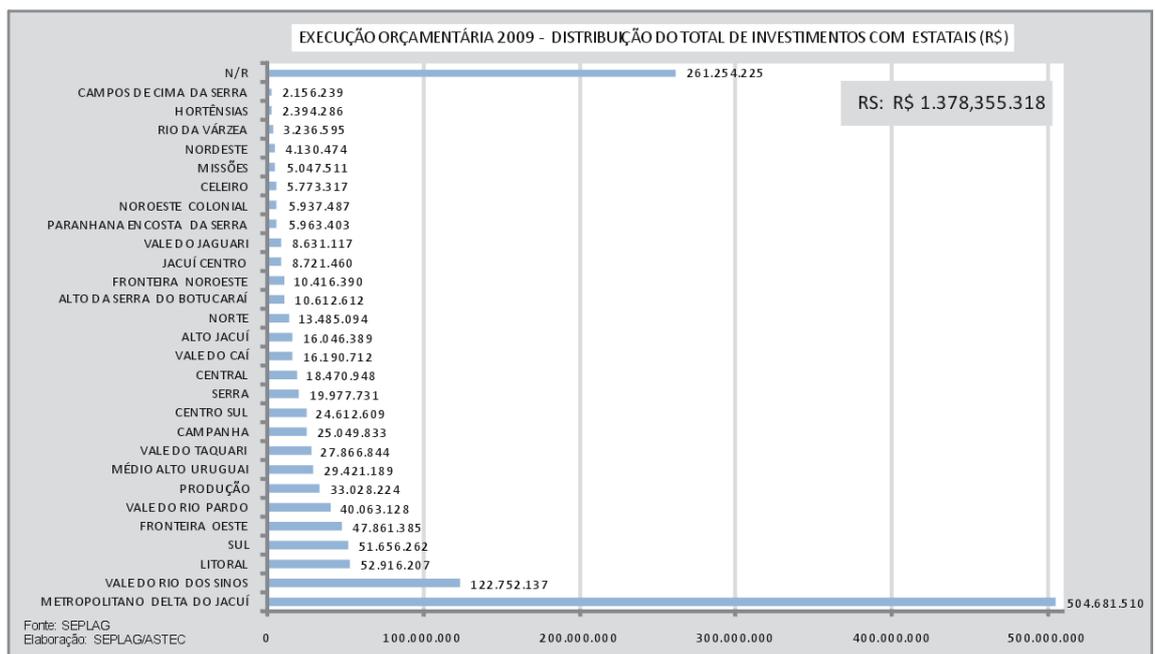
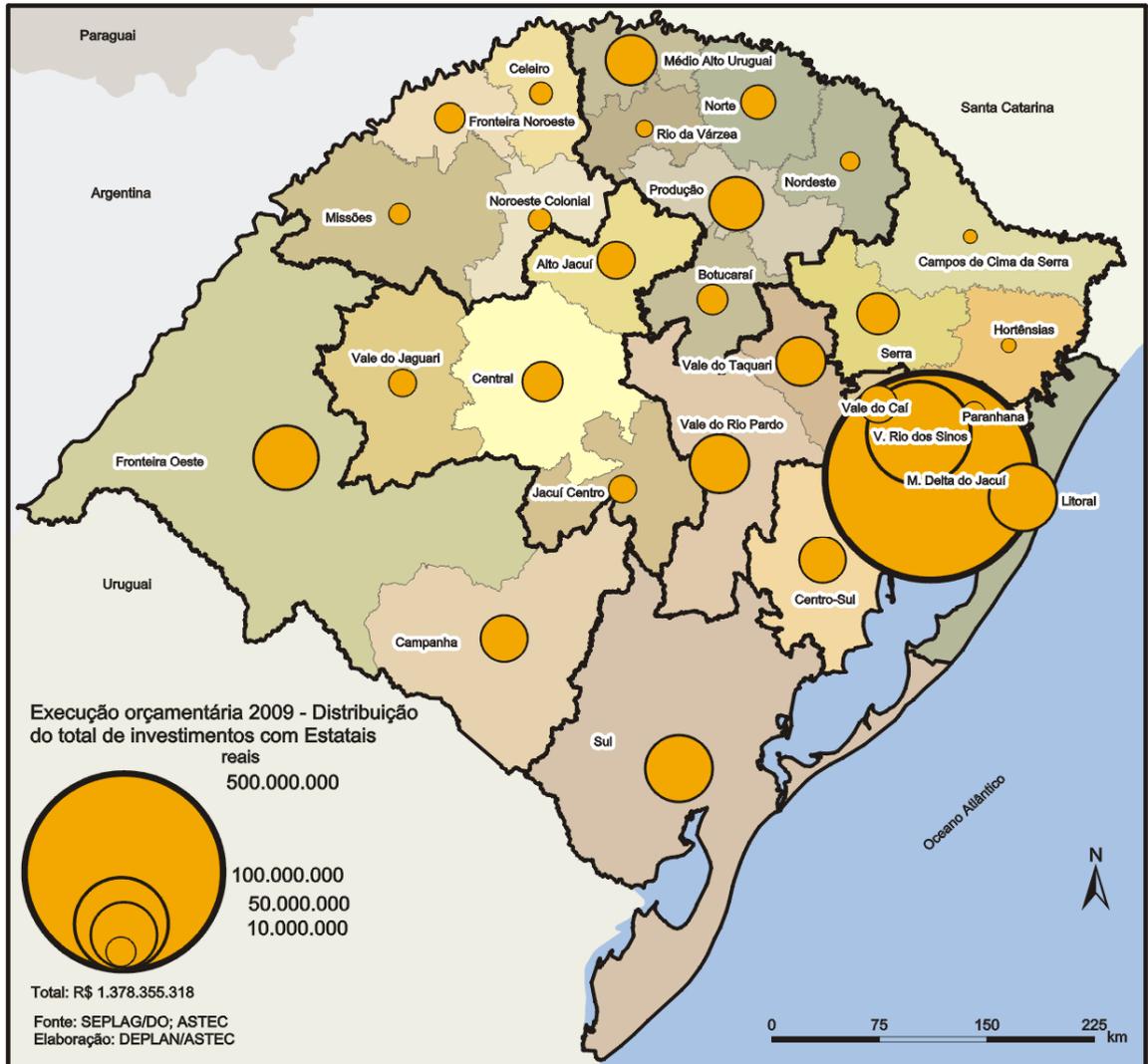


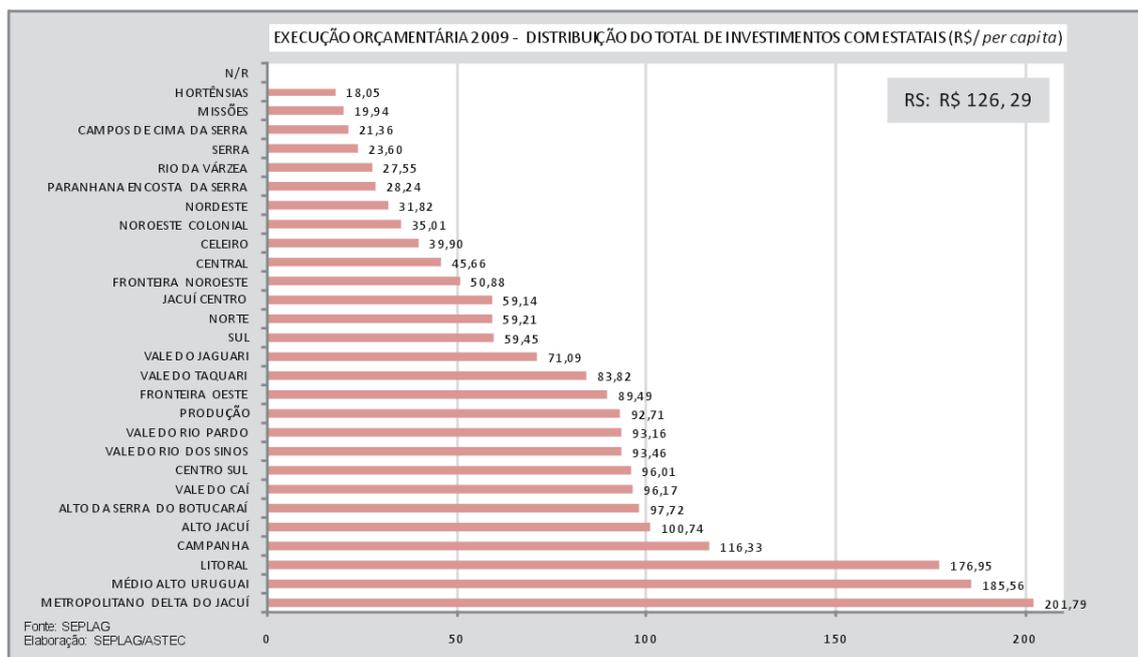
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES

RF	COREDE	POPULAÇÃO	ODC (R\$)	ODC (R\$/per capita)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI	108.601	25.644.961	236,14
8	ALTO JACUÍ	159.285	41.621.831	261,30
6	CAMPANHA	215.342	65.736.694	305,27
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.925	28.055.021	277,98
7	CELEIRO	144.687	32.673.639	225,82
8	CENTRAL	404.510	148.049.659	366,00
1	CENTRO SUL	256.360	49.978.075	194,95
7	FRONTEIRA NOROESTE	204.726	54.125.203	264,38
6	FRONTEIRA OESTE	534.818	146.892.334	274,66
3	HORTÊNSIAS	132.661	24.307.576	183,23
8	JACUÍ CENTRO	147.472	45.837.595	310,82
4	LITORAL	299.046	87.135.078	291,38
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	158.557	41.345.840	260,76
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.500.968	1.547.272.704	618,67
7	MISSÕES	253.118	74.409.432	293,97
9	NORDESTE	129.797	31.758.884	244,68
7	NOROESTE COLONIAL	169.591	39.672.342	233,93
9	NORTE	227.735	60.603.249	266,11
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	211.133	23.486.137	111,24
9	PRODUÇÃO	356.244	108.793.602	305,39
9	RIO DA VÁRZEA	117.480	30.434.433	259,06
3	SERRA	846.454	149.200.826	176,27
5	SUL	868.926	183.457.007	211,13
1	VALE DO CAÍ	168.349	37.543.303	223,01
8	VALE DO JAGUARI	121.405	40.745.479	335,62
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.313.422	178.420.568	135,84
2	VALE DO RIO PARDO	430.062	98.470.605	228,97
2	VALE DO TAQUARI	332.454	70.793.466	212,94
	TOTAL REGIONALIZADO	10.914.128	3.466.465.544	317,61
	N/R	-	56.440.011	-
	TOTAL	10.914.128	3.522.905.555	322,78

Fonte: SEPLAG

INVESTIMENTOS TOTAIS COM ESTATAIS



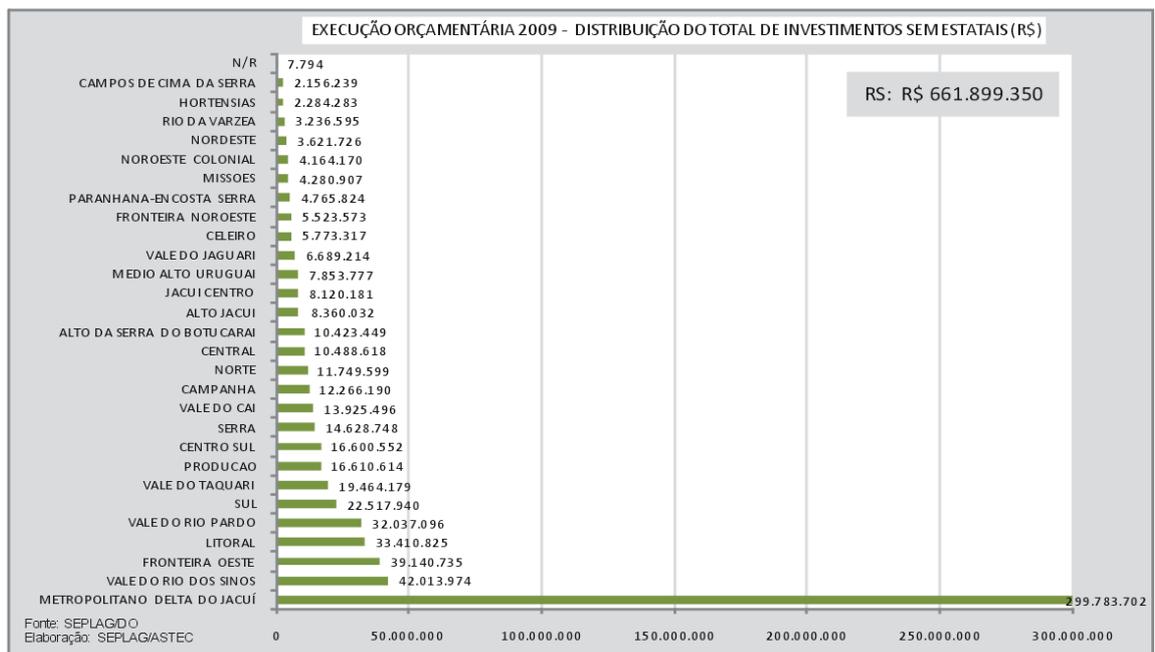
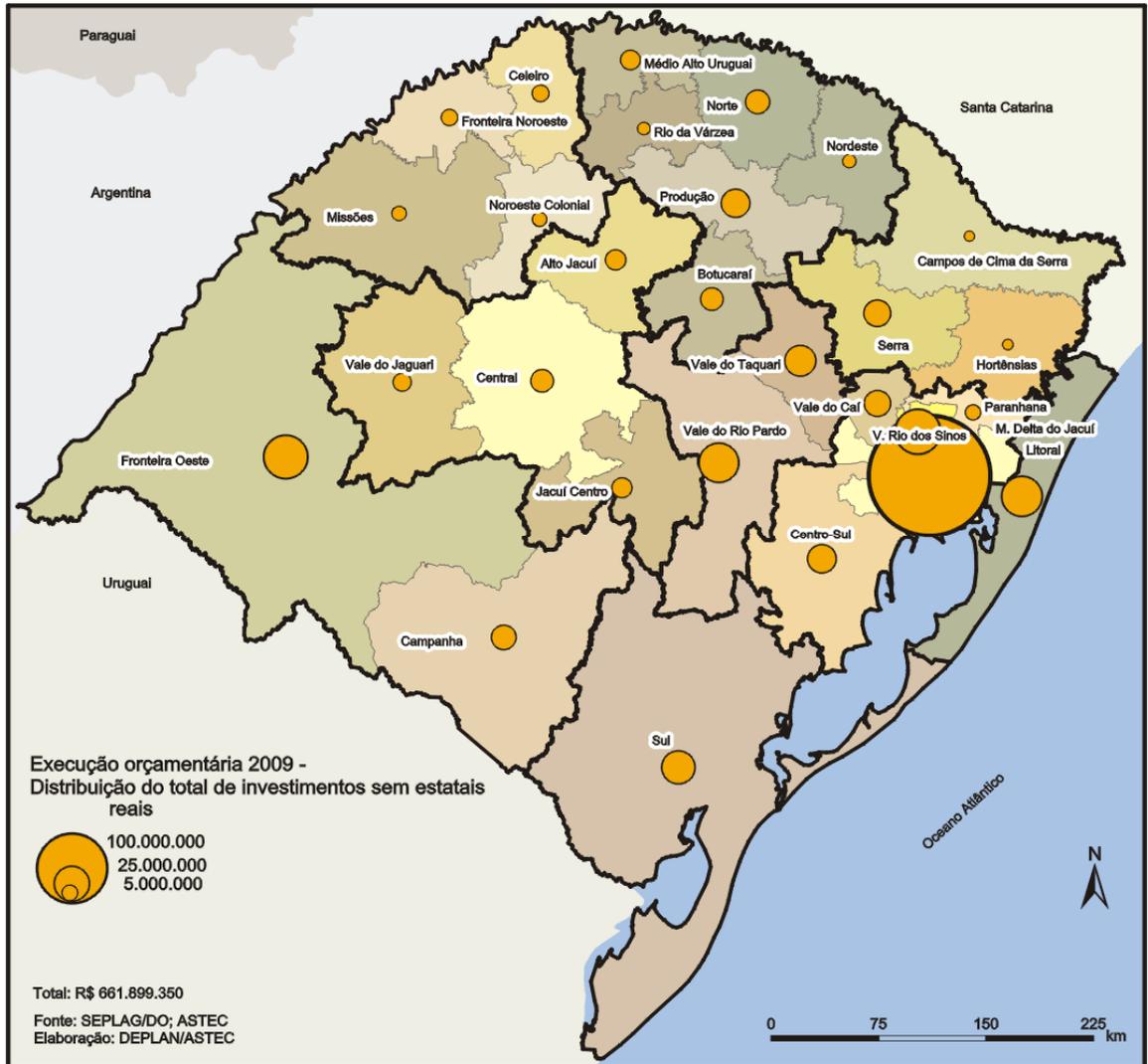


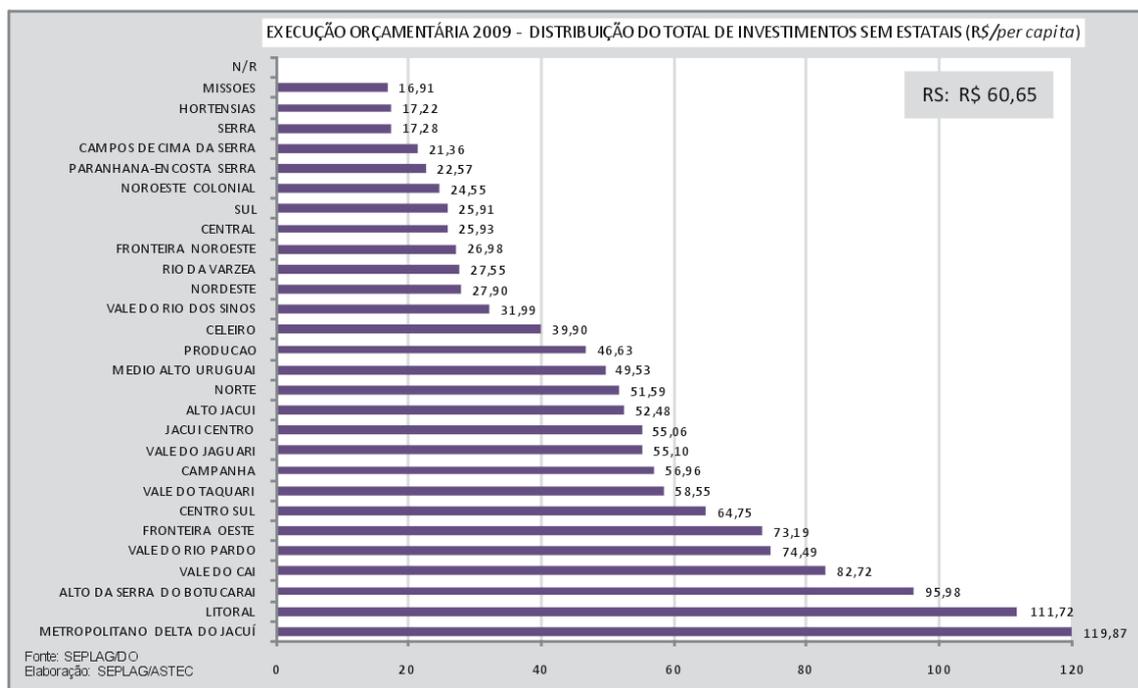
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS TOTAIS

RF	COREDE	POPULAÇÃO	TOTAL (R\$)	TOTAL (R\$/per capita)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI	108.601	10.612.612	97,72
8	ALTO JACUÍ	159.285	16.046.389	100,74
6	CAMPANHA	215.342	25.049.833	116,33
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.925	2.156.239	21,36
7	CELEIRO	144.687	5.773.317	39,90
8	CENTRAL	404.510	18.470.948	45,66
1	CENTRO SUL	256.360	24.612.609	96,01
7	FRONTEIRA NOROESTE	204.726	10.416.390	50,88
6	FRONTEIRA OESTE	534.818	47.861.385	89,49
3	HORTÊNSIAS	132.661	2.394.286	18,05
8	JACUÍ CENTRO	147.472	8.721.460	59,14
4	LITORAL	299.046	52.916.207	176,95
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	158.557	29.421.189	185,56
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.500.968	504.681.510	201,79
7	MISSÕES	253.118	5.047.511	19,94
9	NORDESTE	129.797	4.130.474	31,82
7	NOROESTE COLONIAL	169.591	5.937.487	35,01
9	NORTE	227.735	13.485.094	59,21
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	211.133	5.963.403	28,24
9	PRODUÇÃO	356.244	33.028.224	92,71
9	RIO DA VÁRZEA	117.480	3.236.595	27,55
3	SERRA	846.454	19.977.731	23,60
5	SUL	868.926	51.656.262	59,45
1	VALE DO CAÍ	168.349	16.190.712	96,17
8	VALE DO JAGUARI	121.405	8.631.117	71,09
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.313.422	122.752.137	93,46
2	VALE DO RIO PARDO	430.062	40.063.128	93,16
2	VALE DO TAQUARI	332.454	27.866.844	83,82
	TOTAL REGIONALIZADO	10.914.128	1.117.101.093	102,35
	N/R	-	261.254.225	-
	TOTAL	10.914.128	1.378.355.318	126,29

Fonte: SEPLAG

INVESTIMENTOS TOTAIS SEM ESTATAIS



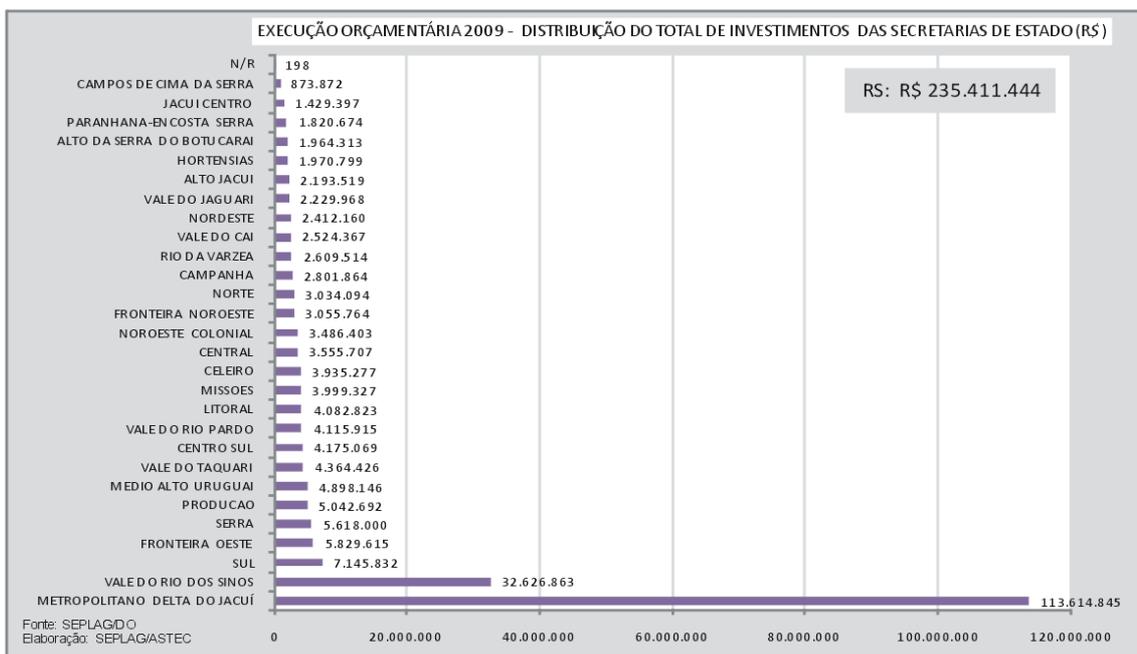
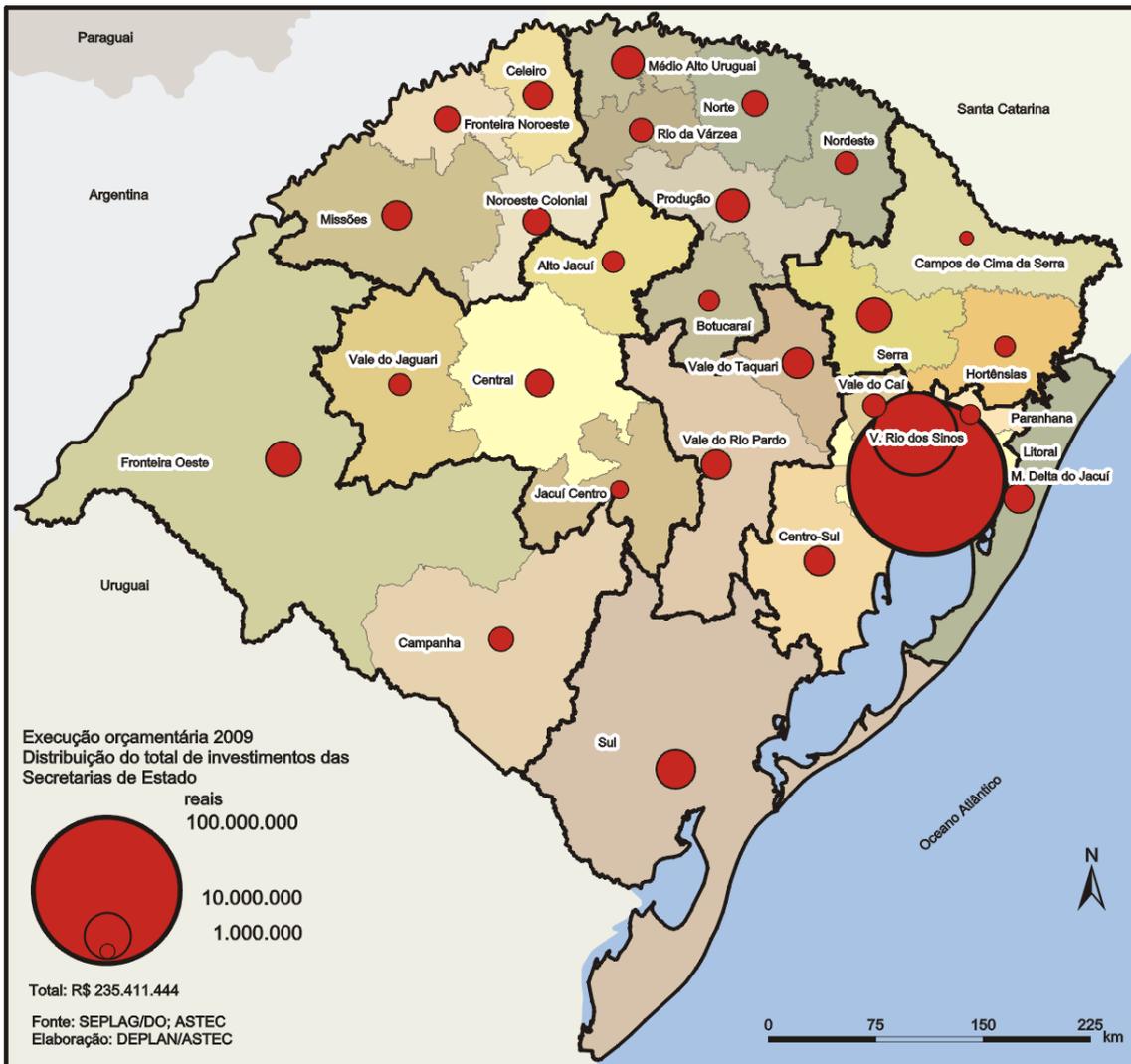


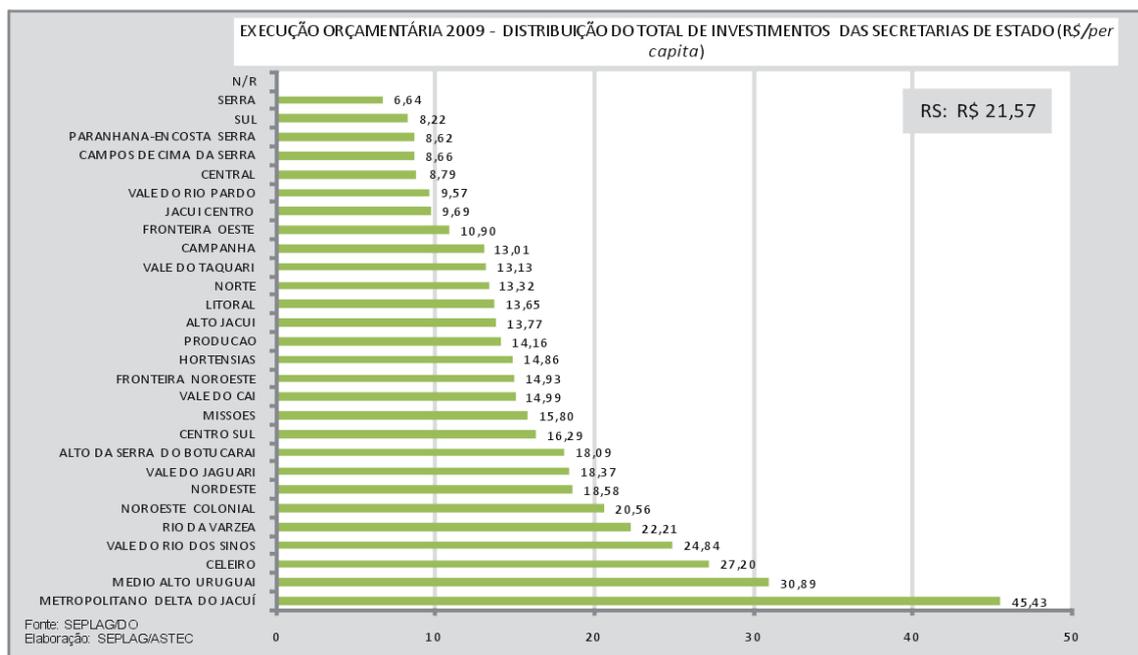
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE INVESTIMENTOS SEM ESTATAIS (R\$)

RF	COREDE	POPULAÇÃO	TOTAL	TOTAL (R\$/per capita)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI	108.601	10.423.449	95,98
8	ALTO JACUI	159.285	8.360.032	52,48
6	CAMPANHA	215.342	12.266.190	56,96
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.925	2.156.239	21,36
7	CELEIRO	144.687	5.773.317	39,90
8	CENTRAL	404.510	10.488.618	25,93
1	CENTRO SUL	256.360	16.600.552	64,75
7	FRONTEIRA NOROESTE	204.726	5.523.573	26,98
6	FRONTEIRA OESTE	534.818	39.140.735	73,19
3	HORTENSÍAS	132.661	2.284.283	17,22
8	JACUI CENTRO	147.472	8.120.181	55,06
4	LITORAL	299.046	33.410.825	111,72
9	MEDIO ALTO URUGUAI	158.557	7.853.777	49,53
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.500.968	299.783.702	119,87
9	MISSOES	253.118	4.280.907	16,91
9	NORDESTE	129.797	3.621.726	27,90
7	NOROESTE COLONIAL	169.591	4.164.170	24,55
9	NORTE	227.735	11.749.599	51,59
1	PARANHANA-ENCOSTA SERRA	211.133	4.765.824	22,57
9	PRODUCAO	356.244	16.610.614	46,63
9	RIO DA VARZEA	117.480	3.236.595	27,55
3	SERRA	846.454	14.628.748	17,28
5	SUL	868.926	22.517.940	25,91
1	VALE DO CAI	168.349	13.925.496	82,72
8	VALE DO JAGUARI	121.405	6.689.214	55,10
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.313.422	42.013.974	31,99
2	VALE DO RIO PARDO	430.062	32.037.096	74,49
2	VALE DO TAQUARI	332.454	19.464.179	58,55
	TOTAL REGIONALIZADO	10.914.128	661.891.556	60,65
	N/R	-	7.794	-
	TOTAL	10.914.128	661.899.350	60,65

Fonte: SEPLAG/DO

INVESTIMENTOS DAS SECRETARIAS DE ESTADO





EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE INVESTIMENTOS DAS SECRETARIAS DE ESTADO

RF	COREDE	POPULAÇÃO	TOTAL (R\$)	TOTAL (R\$/per capita)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI	108.601	1.964.313	18,09
8	ALTO JACUI	159.285	2.193.519	13,77
6	CAMPANHA	215.342	2.801.864	13,01
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.925	873.872	8,66
7	CELEIRO	144.687	3.935.277	27,20
8	CENTRAL	404.510	3.555.707	8,79
1	CENTRO SUL	256.360	4.175.069	16,29
7	FRONTEIRA NOROESTE	204.726	3.055.764	14,93
6	FRONTEIRA OESTE	534.818	5.829.615	10,90
3	HORTENSIAS	132.661	1.970.799	14,86
8	JACUI CENTRO	147.472	1.429.397	9,69
4	LITORAL	299.046	4.082.823	13,65
9	MEDIO ALTO URUGUAI	158.557	4.898.146	30,89
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUI	2.500.968	113.614.845	45,43
7	MISSOES	253.118	3.999.327	15,80
9	NORDESTE	129.797	2.412.160	18,58
7	NOROESTE COLONIAL	169.591	3.486.403	20,56
9	NORTE	227.735	3.034.094	13,32
1	PARANHANA-ENCOSTA SERRA	211.133	1.820.674	8,62
9	PRODUCAO	356.244	5.042.692	14,16
9	RIO DA VARZEA	117.480	2.609.514	22,21
3	SERRA	846.454	5.618.000	6,64
5	SUL	868.926	7.145.832	8,22
1	VALE DO CAI	168.349	2.524.367	14,99
8	VALE DO JAGUARI	121.405	2.229.968	18,37
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.313.422	32.626.863	24,84
2	VALE DO RIO PARDO	430.062	4.115.915	9,57
2	VALE DO TAQUARI	332.454	4.364.426	13,13
	TOTAL REGIONALIZADO	10.914.128	235.411.246	21,57
	N/R		198	
	TOTAL	10.914.128	235.411.444	21,57

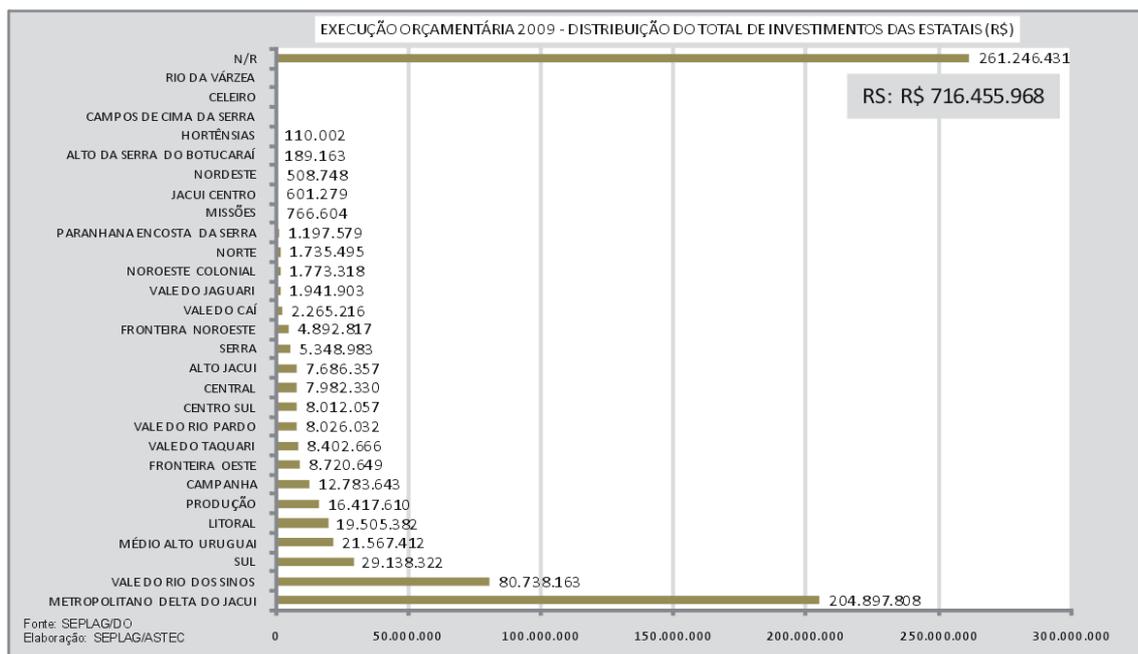
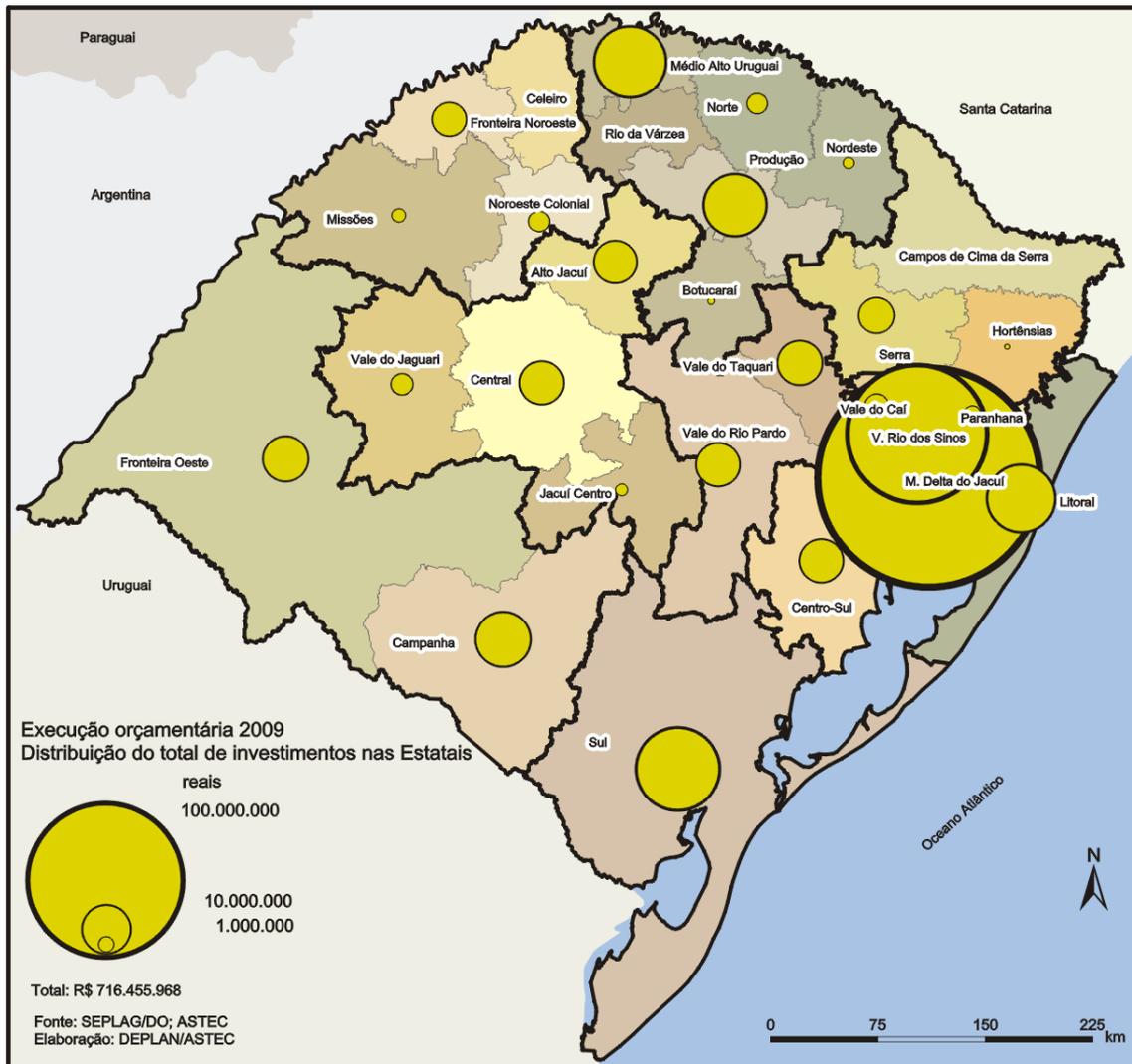
Fonte: SEPLAG

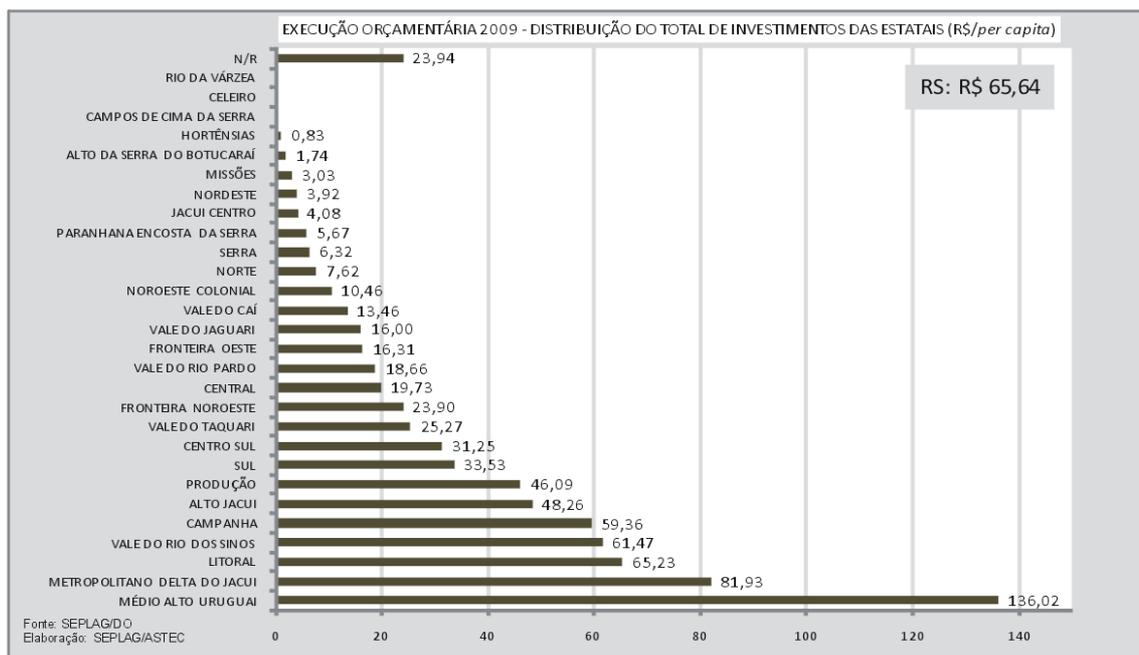
MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – 2010

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE INVESTIMENTOS DAS SECRETARIAS DE ESTADO (R\$)											
RF	COREDE	SEC. AGRIC.	SEC. CIÊNCIA TECNOL.	SEC. EDUCAÇÃO	SEC. HABIT. SANEAM. DESENV. URBANO	SEC. JUSTIÇA DESENV. SOCIAL	SEC. SAÚDE	SEC. SEGURANÇA PÚBLICA	SEC. OBRAS PÚBLICAS	TOTAL DEMAIS SECRETARIAS	TOTAL
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI	103.481		428.784	529.680	84.328	371.927	445.848	228	36	1.964.313
8	ALTO JACUI	96.007		784.722	504.548	61.130	506.740	239.947	230	195	2.193.519
6	CAMPANHA	16.768	245.338	940.398	86	63.395	436.163	1.097.273	1.187	1.257	2.801.864
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	3.867	193.278	321.164	4	71.335	194.971	89.148	94	12	873.872
7	CELEIRO	88.756		1.016.336	575.810	151.338	1.860.262	106.719	135.457	598	3.935.277
8	CENTRAL	54.738	56.417	1.520.004	142.794	128.352	124.291	1.511.853	16.822	436	3.555.707
1	CENTRO SUL	187.309		1.223.655	24	137.517	1.768.874	857.069	446	176	4.175.069
7	FRONTEIRA NOROESTE	11.311		994.014	134.014	154.853	1.598.928	133.444	54	29.146	3.055.764
6	FRONTEIRA OESTE	37.541		1.484.195	325.654	174.720	1.104.906	2.685.616	16.589	394	5.829.615
3	HORTENSÍAS	584		551.712	29	84.173	752.667	564.827	15.101	1.704	1.970.799
8	JACUI CENTRO	53.829		741.634	14.582	69.457	260.001	229.376	440	60.077	1.429.397
4	LITORAL	71.064	2.121	1.760.105	94.099	241.378	1.245.258	663.162	851	4.786	4.082.823
9	MEDIO ALTO URUGUAI	16.057		1.193.747	1.637.687	167.192	1.684.553	168.690	30.147	72	4.898.146
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	21.894.798	1.139.238	22.500.063	1.068.417	680.652	6.218.718	47.688.913	3.103.657	9.320.387	113.614.845
7	MISSOES	2.220		1.142.573	502.739	139.751	1.458.885	594.164	135.512	23.484	3.999.327
9	NORDESTE	11.019		423.153	276.022	83.950	935.759	681.536	71	650	2.412.160
7	NOROESTE COLONIAL	250.637	38.590	929.056	217.084	121.901	1.165.773	762.737	161	465	3.486.403
9	NORTE	476.935		874.996	290.926	152.072	590.004	631.197	15.500	2.464	3.034.094
1	PARANHANA-ENCOSTA SERRA	327		652.952	48.498	62.719	397.781	657.887	135	375	1.820.674
9	PRODUCAO	3.222	144.958	1.018.457	893.635	133.532	1.299.258	1.246.611	15.294	287.665	5.042.929
9	RIO DA VARZEA	18.292		739.975	545.248	107.800	1.168.876	29.026	226	71	2.609.514
3	SERRA	5.586		2.856.062	302.199	130.186	1.093.389	1.002.119	15.925	212.536	5.618.000
5	SUL	308.093	297.669	2.247.536	79.764	223.055	1.340.614	1.414.838	4.254	1.230.008	7.145.832
1	VALE DO CAI			869.797	47	97.214	397.021	1.156.097	3.808	384	2.524.367
8	VALE DO JAGUARI	13.102		519.823	350.172	80.199	742.336	234.163	75	290.098	2.229.968
1	VALE DO RIO DOS SINOS	2.156.369		4.040.077	22.326.139	350.689	899.323	2.730.673	115	123.477	32.626.863
2	VALE DO RIO PARDO	445.411		1.316.115	60	235.226	763.240	1.351.502	1.752	2.609	4.115.915
2	VALE DO TAQUARI	126.406	57.983	2.022.721	212.303	213.800	720.516	1.009.813	415	469	4.364.426
	TOTAL REGIONALIZADO	26.453.728	2.175.592	55.113.826	31.072.264	4.401.913	31.101.034	69.984.310	3.514.546	11.594.032	235.411.246
	N/R									198	198
	TOTAL	26.453.728	2.175.592	55.113.826	31.072.264	4.401.913	31.101.034	69.984.310	3.514.546	11.594.230	235.411.444

Fonte: SEPLAG/DO

INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS





RF	COREDE	POPULAÇÃO	TOTAL (R\$)	TOTAL (R\$/per capita)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	108.601	189.163	1,74
8	ALTO JACUI	159.285	7.686.357	48,26
6	CAMPANHA	215.342	12.783.643	59,36
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.925		
7	CELEIRO	144.687		
8	CENTRAL	404.510	7.982.330	19,73
1	CENTRO SUL	256.360	8.012.057	31,25
7	FRONTEIRA NOROESTE	204.726	4.892.817	23,90
6	FRONTEIRA OESTE	534.818	8.720.649	16,31
3	HORTÊNSIAS	132.661	110.002	0,83
8	JACUI CENTRO	147.472	601.279	4,08
4	LITORAL	299.046	19.505.382	65,23
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	158.557	21.567.412	136,02
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUI	2.500.968	204.897.808	81,93
7	MISSÕES	253.118	766.604	3,03
9	NORDESTE	129.797	508.748	3,92
7	NOROESTE COLONIAL	169.591	1.773.318	10,46
9	NORTE	227.735	1.735.495	7,62
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	211.133	1.197.579	5,67
9	PRODUÇÃO	356.244	16.417.610	46,09
9	RIO DA VÁRZEA	117.480		
3	SERRA	846.454	5.348.983	6,32
5	SUL	868.926	29.138.322	33,53
1	VALE DO CAÍ	168.349	2.265.216	13,46
8	VALE DO JAGUARI	121.405	1.941.903	16,00
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.313.422	80.738.163	61,47
2	VALE DO RIO PARDO	430.062	8.026.032	18,66
2	VALE DO TAQUARI	332.454	8.402.666	25,27
	TOTAL REGIONALIZADO	10.914.128	455.209.537	41,71
	N/R		261.246.431	23,94
	TOTAL	10.914.128	716.455.968	65,64

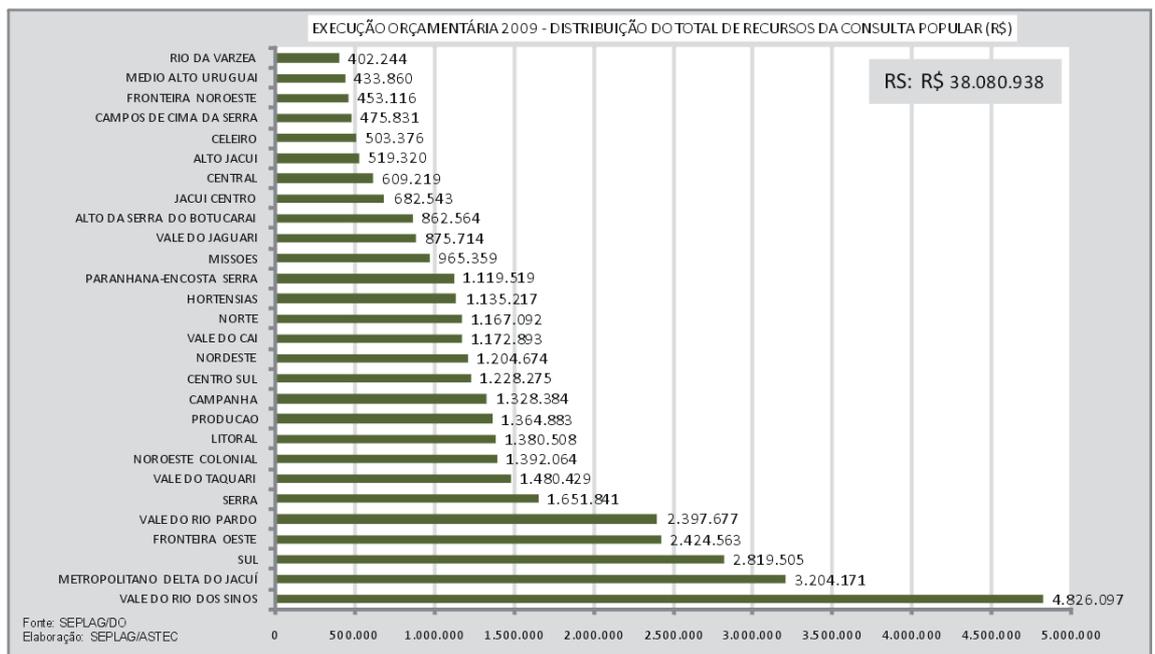
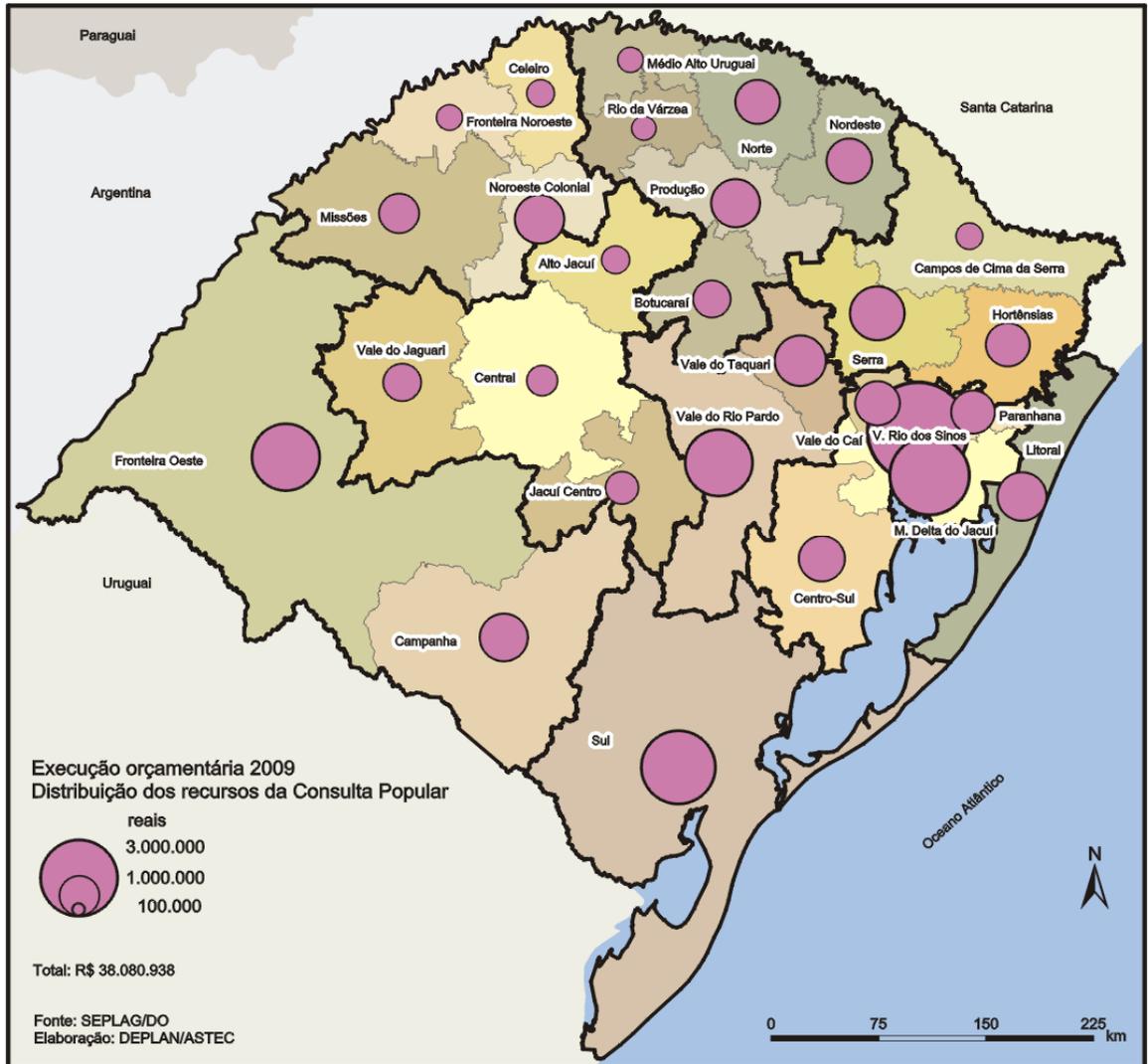
Fonte: SEIFonte: SEPLAG/DO

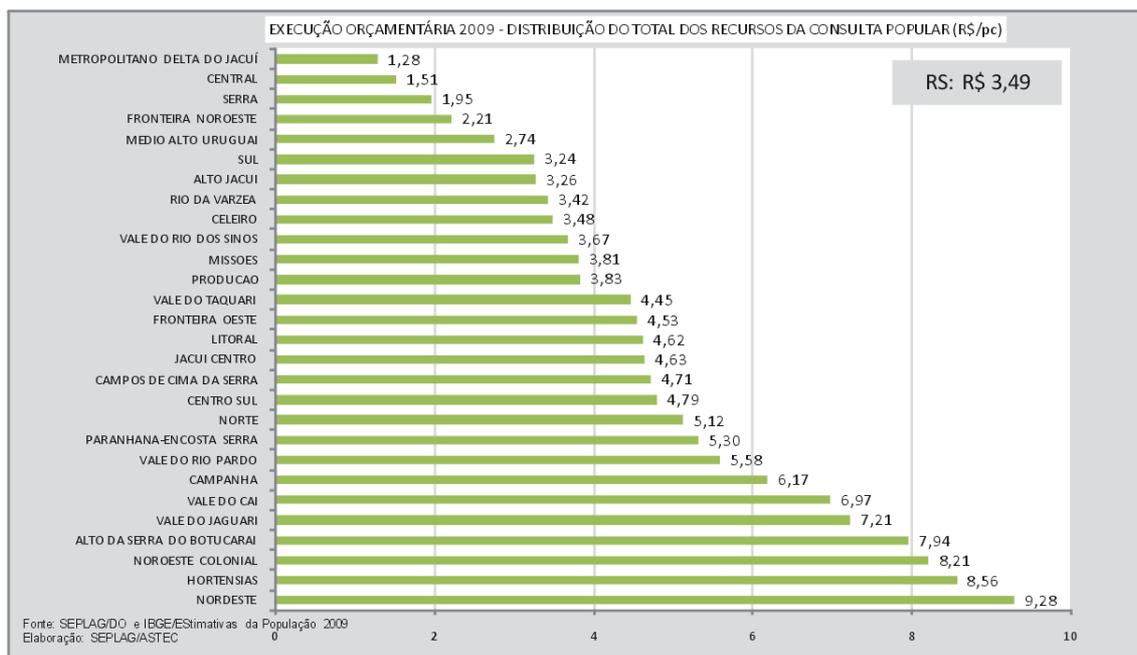
MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – 2010

RF	COREDE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS (R\$)										TOTAL	
		BANRISUL	CAIXA RS	CEAF	CEASA	CEEE	CORSAN	CRM	PROCERGS	SULGAS	CORAG		
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ						189.163						189.163
8	ALTO JACUI					7.322.652	363.705						7.686.357
6	CAMPANHIA					6.464.683	127.507	6.191.453					12.783.643
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA												
7	CELEIRO												
8	CENTRAL					590.958	7.391.371						7.982.330
1	CENTRO SUL					4.390.576	384.079	3.177.401		60.000			8.012.057
7	FRONTEIRA NOROESTE						140	4.892.677					4.892.817
6	FRONTEIRA OESTE					7.184.664	1.535.996						8.720.649
3	HORTÊNSIAS					64.295	45.707						110.002
8	JACUI CENTRO						601.279						601.279
4	LITORAL					2.838.556	16.666.825						19.505.382
9	MÉDIO ALTO URUGUAI					21.514.146	53.265						21.567.412
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUI				516.237	118.506.239	60.222.184		11.299.147	13.954.000			204.897.808
7	MISSÕES						766.604						766.604
9	NOROESTE						30	508.718					508.748
7	NOROESTE COLONIAL					349.640	1.423.678						1.773.318
9	NORTE					15.631	1.719.863						1.735.495
1	PARANHAMA ENCOSTA DA SERRA					24.648	1.172.931						1.197.579
9	PRODUÇÃO					6.222.386	10.195.224						16.417.610
9	RIO DA VÁRZEA									1.740.000			5.348.983
3	SERRA					2.090.799	1.518.184						3.608.983
5	SUL					15.808.779	13.329.542						29.138.322
1	VALE DO CAI						815.216			1.450.000			2.265.216
8	VALE DO JAGUARI						79						1.941.903
1	VALE DO RIO DOS SINOS					12.964.961	67.623.202			150.000			80.738.163
2	VALE DO RIO PARDO					4.786.983	3.239.050						8.026.033
2	VALE DO TAQUARI					5.262.721	3.139.944						8.402.666
	TOTAL REGIONALIZADO				516.237	216.803.568	199.867.730	9.368.854	11.299.147	17.354.000			455.209.537
	N/R	210.203.318	3.201.537	57.760			36.649.036				11.134.780		261.246.431
	TOTAL	210.203.318	3.201.537	57.760	516.237	216.803.568	236.516.767	9.368.854	11.299.147	17.354.000	11.134.780		716.455.968

Fonte: SEPLAG/DO

RECURSOS DA CONSULTA POPULAR





EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DOS INVESTIMENTOS DA CONSULTA POPULAR

RF	COREDE	POPULAÇÃO	TOTAL (R\$)	TOTAL (R\$/per capita)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI	108.601	862.564	7,94
8	ALTO JACUI	159.285	519.320	3,26
6	CAMPANHA	215.342	1.328.384	6,17
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.925	475.831	4,71
7	CELEIRO	144.687	503.376	3,48
8	CENTRAL	404.510	609.219	1,51
1	CENTRO SUL	256.360	1.228.275	4,79
7	FRONTEIRA NOROESTE	204.726	453.116	2,21
6	FRONTEIRA OESTE	534.818	2.424.563	4,53
3	HORTENSÍAS	132.661	1.135.217	8,56
8	JACUI CENTRO	147.472	682.543	4,63
4	LITORAL	299.046	1.380.508	4,62
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	158.557	433.860	2,74
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.500.968	3.204.171	1,28
7	MISSOES	253.118	965.359	3,81
9	NORDESTE	129.797	1.204.674	9,28
7	NOROESTE COLONIAL	169.591	1.392.064	8,21
9	NORTE	227.735	1.167.092	5,12
1	PARANHANA-ENCOSTA SERRA	211.133	1.119.519	5,30
9	PRODUCAO	356.244	1.364.883	3,83
9	RIO DA VARZEA	117.480	402.244	3,42
3	SERRA	846.454	1.651.841	1,95
5	SUL	868.926	2.819.505	3,24
1	VALE DO CAI	168.349	1.172.893	6,97
8	VALE DO JAGUARI	121.405	875.714	7,21
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.313.422	4.826.097	3,67
2	VALE DO RIO PARDO	430.062	2.397.677	5,58
2	VALE DO TAQUARI	332.454	1.480.429	4,45
	TOTAL	10.914.128	38.080.938	3,49

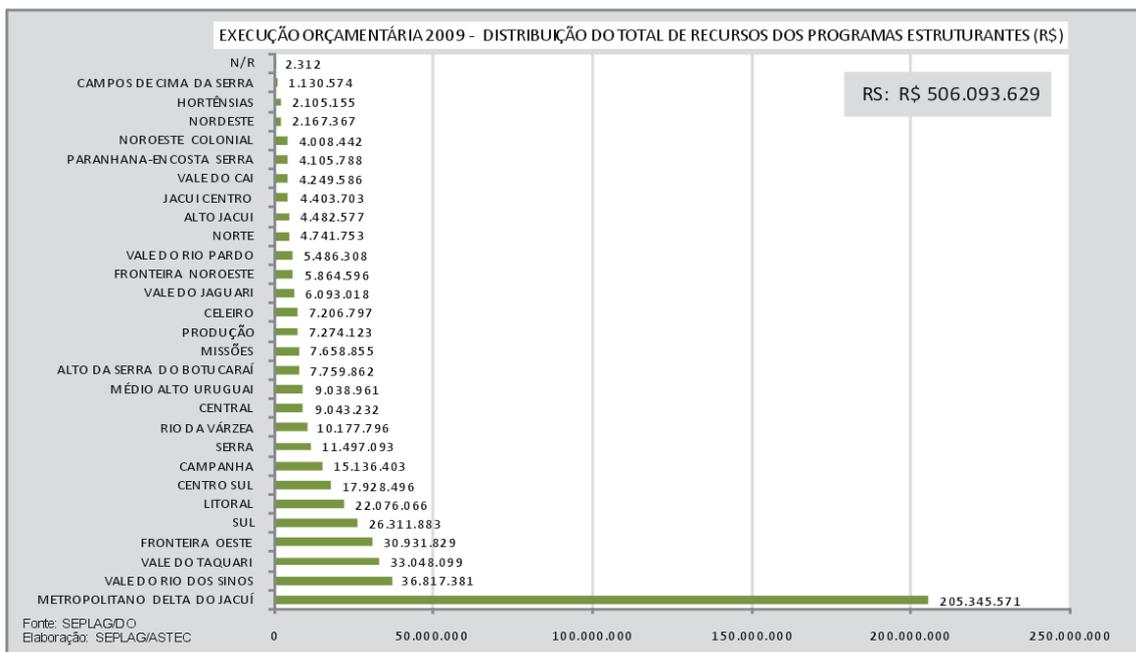
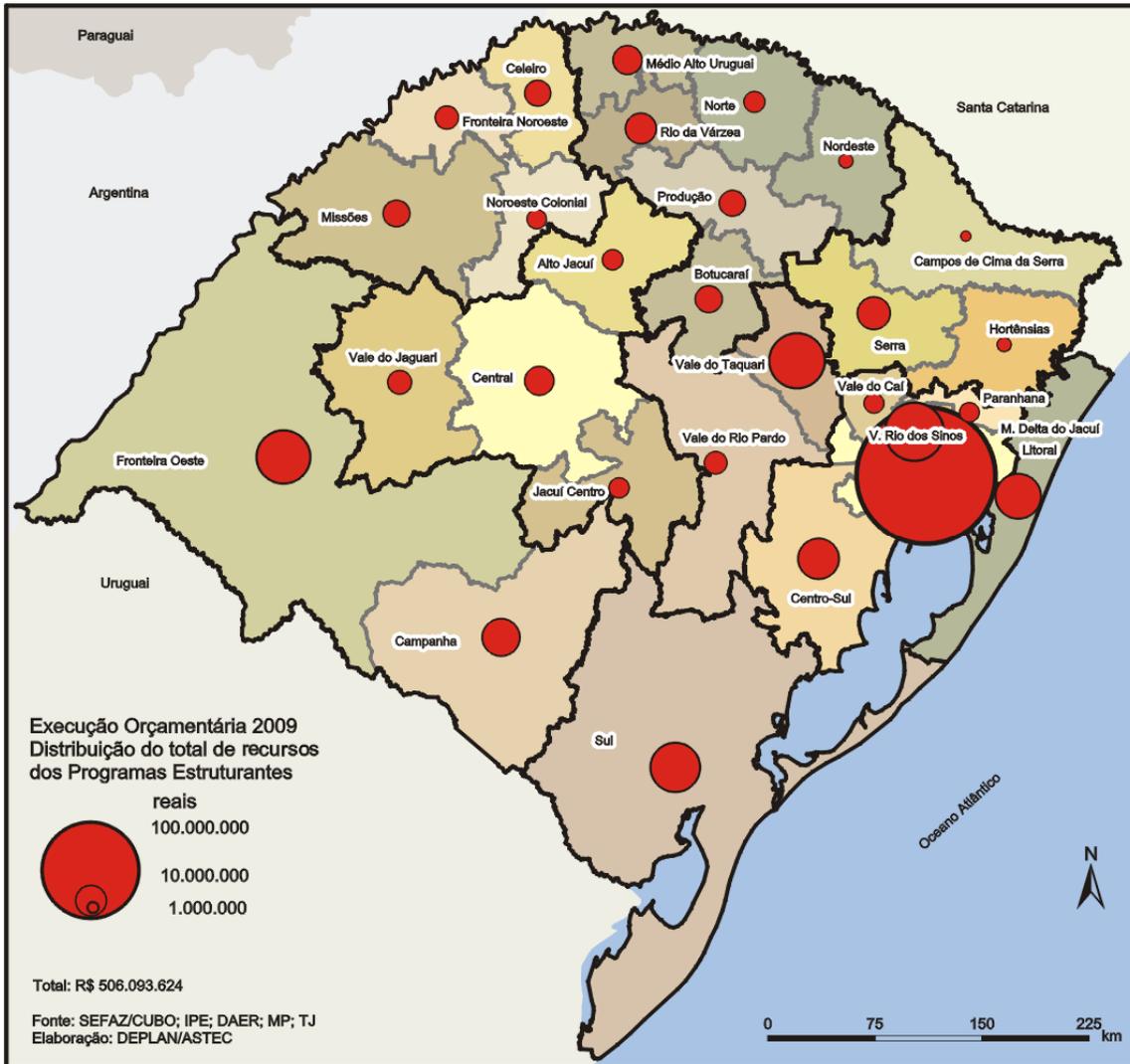
Fonte: SEPLAG/DO e IBGE/Estimativas da População 2009

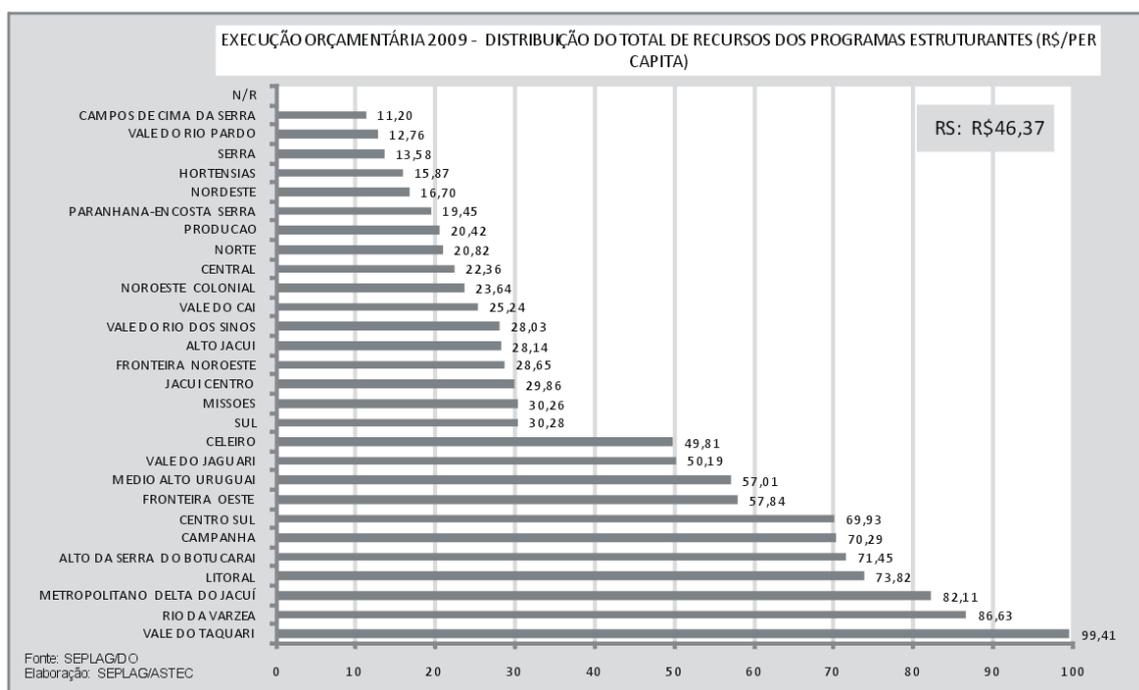
MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – 2010

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CONSULTA POPULAR (R\$)												
RF	COREDE	SEC. AGRIC. PEC. PESCA AGRONEG.	SEC. CIENCIA TECN.	SEC. EDUCAÇÃO	SEC. HABIT. SANEAM. DESENV. URB.	SEC. SAUDE	SEC. SEGURANCA PUBLICA	DEPTO AUTON. ESTRADAS RODAGEM	FUND. EST. PESQUISA AGROPEC.	FUND. EST. PLANEJAM. METROPOL.	GOVERNO DO ESTADO	TOTAL
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI	96.639		77.311	30.924	290.711	366.979					862.564
8	ALTO JACUI	92.803		85.500		111.013	230.004					519.320
6	CAMPANHA			191.309		55.084	1.081.991					1.328.384
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA		193.278	106.303		96.639	79.611					475.831
7	CELEIRO	67.647		115.975		214.538	105.216					503.376
8	CENTRAL	48.319	56.417	119.540			384.942					609.219
1	CENTRO SUL	176.849		215.865		507.819	256.486			71.256		1.228.275
7	FRONTEIRA NOROESTE					347.900	105.216					453.116
6	FRONTEIRA OESTE			163.860		294.916	1.965.787					2.424.563
3	HORTENSIAS					584.665	550.552					1.135.217
8	JACUI CENTRO	49.286		234.413		182.068	216.777					682.543
4	LITORAL			373.502		360.106	646.263					1.380.508
9	MEDIO ALTO URUGUAI			77.311	188.445		168.103					433.860
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUI		92.410	846.647		249.881	1.643.101			372.132		3.204.171
7	MISSOES			48.319		338.236	578.804					965.359
9	NORDESTE			37.147		490.210	677.317					1.204.674
7	NORDESTE COLONIAL	246.429	38.590	127.563		222.076	757.405					1.392.064
9	NORTE	472.323			14.496		551.319	128.955				1.167.092
1	PARANHANA-ENCOSTA SERRA			277.833		197.627	644.059					1.119.519
9	PRODUCAO		144.958	170.628		217.698	831.599					1.364.883
9	RIO DA VARZEA			43.873		329.539	28.832					402.244
3	SERRA						931.295	720.546				1.651.841
5	SUL	298.614		212.606	42.594	357.833	1.315.209		3.614	229.321	359.714	2.819.505
1	VALE DO CAI			106.747			1.066.146					1.172.893
8	VALE DO JAGUARI			159.567		509.770	206.377					875.714
1	VALE DO RIO DOS SINOS			989.582		743.488	2.370.643	677.491		44.892		4.826.097
2	VALE DO RIO PARDO	428.169		102.409		677.439	1.189.660					2.397.677
2	VALE DO TAQUARI	118.866	57.983	295.232			1.008.349					1.480.429
	TOTAL	2.095.944	583.637	5.179.042	277.097	7.379.255	19.958.042	1.526.992	3.614	717.601	359.714	38.080.938

Fonte: SEPLAG/DO

RECURSOS DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES





EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE RECURSOS DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES

REGIÃO FUNCIONAL	COREDES	POPULAÇÃO	TOTAL (R\$)	TOTAL (R\$/per capita)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	108.601	7.759.862	71,45
8	ALTO JACUI	159.285	4.482.577	28,14
6	CAMPANHA	215.342	15.136.403	70,29
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.925	1.130.574	11,20
7	CELEIRO	144.687	7.206.797	49,81
8	CENTRAL	404.510	9.043.232	22,36
1	CENTRO SUL	256.360	17.928.496	69,93
7	FRONTEIRA NOROESTE	204.726	5.864.596	28,65
6	FRONTEIRA OESTE	534.818	30.931.829	57,84
3	HORTENSÍAS	132.661	2.105.155	15,87
8	JACUI CENTRO	147.472	4.403.703	29,86
4	LITORAL	299.046	22.076.066	73,82
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	158.557	9.038.961	57,01
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.500.968	205.345.571	82,11
7	MISSOES	253.118	7.658.855	30,26
9	NORDESTE	129.797	2.167.367	16,70
7	NOROESTE COLONIAL	169.591	4.008.442	23,64
9	NORTE	227.735	4.741.753	20,82
1	PARANHANA-ENCOSTA SERRA	211.133	4.105.788	19,45
9	PRODUÇÃO	356.244	7.274.123	20,42
9	RIO DA VÁRZEA	117.480	10.177.796	86,63
3	SERRA	846.454	11.497.093	13,58
5	SUL	868.926	26.311.883	30,28
1	VALE DO CAÍ	168.349	4.249.586	25,24
8	VALE DO JAGUARI	121.405	6.093.018	50,19
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.313.422	36.817.381	28,03
2	VALE DO RIO PARDO	430.062	5.486.308	12,76
2	VALE DO TAQUARI	332.454	33.048.099	99,41
	TOTAL REGIONALIZADO	10.914.128	506.091.313	46,37
	N/R		2.312	-
	TOTAL	10.914.128	506.093.624	46,37

Fonte: SEPLAG/DO

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – 2010

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE RECURSOS DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES - 1ª parte											
RF	COREDE	SEC. AGRIC.	SEC. ADMIN. RECURSOS HUMANOS	SEC. CIENCIA TECNOL.	SEC. CULTURA	SEC. EDUCAÇÃO	SEC. FAZENDA	SEC. JUSTICA DESENV. SOCIAL	SEC. SAUDE	SEC. SEGURANCA PUBLICA	
1	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ					425.188		185.693	1.006.253	64.304	
2	ALTO JACUÍ					1.038.660		158.026	1.748.123	961.273	
3	CAMPANHA			297.773	5.300	873.175		163.665	3.110.976	639.080	
4	CAMPOS DE CIMA DA SERRA					178.638		162.871	789.937		
5	CELEIRO	25.472				1.297.904		325.824	4.100.266	836.831	
6	CENTRAL				2.200	1.826.279		292.991	2.904.353	212.280	
7	CENTRO SUL				7.700	1.383.986		348.811	2.920.131	1.283.361	
8	FRONTEIRA NOROESTE			280	2.000	1.150.063		364.766	3.865.104	32.371	
9	FRONTEIRA OESTE			12.500	1.019.439			409.397	5.098.162	2.462.201	
10	HORTÊNSIAS					707.294		185.189	1.050.803		
11	JACUÍ CENTRO			4.100	577.570			151.435	1.221.795	2.386.001	
12	LITORAL	134.093		5.815	46.400	2.021.921		532.931	5.908.010	786.331	
13	MÉDIO ALTO URUGUAI			280		1.597.568		381.770	4.793.667	124.001	
14	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	1.154.008	22.974	1.341.241	63.187	52.877.015	15.447.943	1.428.321	27.590.346	23.221.865	
15	MISSÕES			9.100	1.373.245			313.559	4.897.268	137.457	
16	NORDESTE			379	3.200	331.923		206.932	1.549.122		
17	NOROESTE COLONIAL					777.661	700	233.527	2.762.293		
18	NORTE					1.071.935		311.358	2.665.273	209.746	
19	PARANHANA-ENCOSTA SERRA					398.021		146.881	1.036.255		
20	PRODUÇÃO				2.312	794.988	4.915	346.441	4.416.156	472.204	
21	RIO DA VÁRZEA	22.878				846.823		214.054	2.606.801		
22	SERRA				4.512	4.126.107		226.330	4.775.746	587.173	
23	SUL			419.524	32.940	2.110.757		544.293	8.242.705	951.595	
24	VALE DO CAÍ				2.312	882.326		226.902	2.782.632	354.584	
25	VALE DO JAGUARI			280	2.000	344.567		169.571	1.788.481		
26	VALE DO RIO DOS SINOS				111.704	3.826.382	2.180	540.370	6.695.651	935.191	
27	VALE DO RIO PARDO				8.500	1.259.314		558.742	3.330.949	64.470	
28	VALE DO TAQUARI				4.600	2.403.163		451.029	3.061.849	79.186	
TOTAL REGIONALIZADO											
S/R											
TOTAL		1.336.451	22.974	2.065.573	326.877	87.521.914	15.455.738	9.581.680	116.718.208	36.801.506	

Fonte: SEPLAG/DO

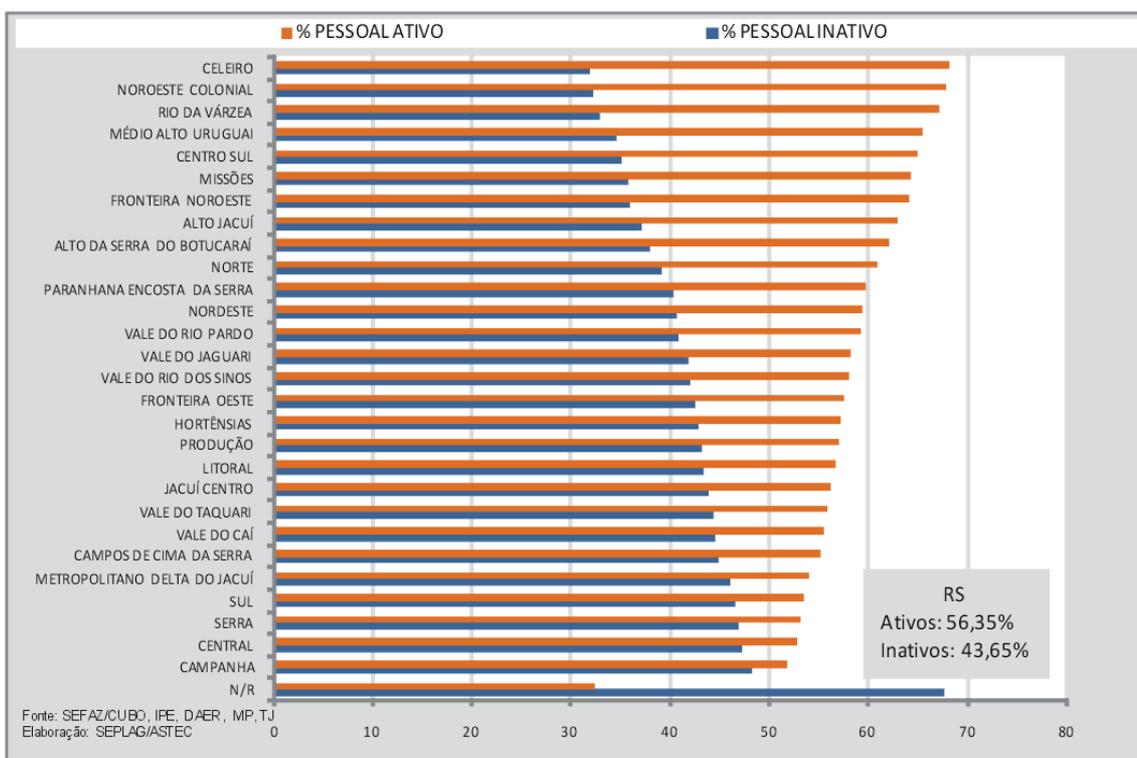
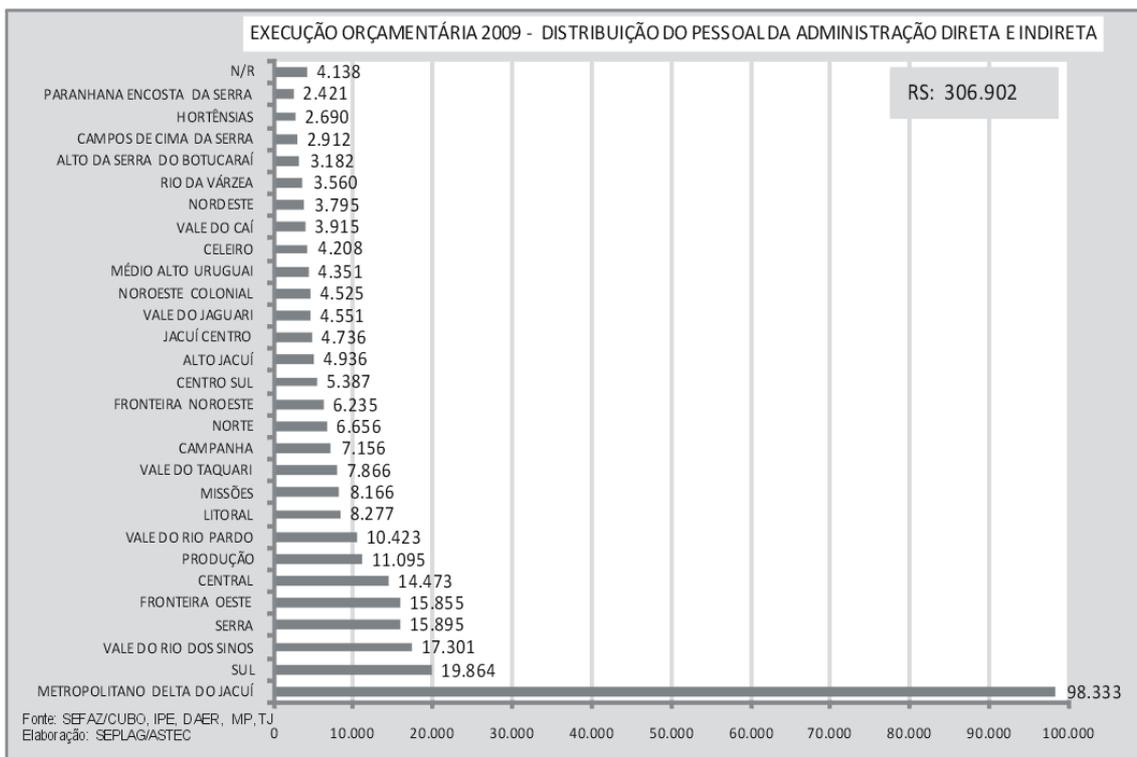
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE RECURSOS DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES - 2ª parte											
RF	COREDE	SEC. HABIT. SANEAM. DESENV. URBANO	SEC. INFRA. ESTRUTURA LOGISTICA	SEC. DESENV. ASSUNT. INTERNAC.	SEC. MEIO AMBIENTE	SEC. PLANEJ. GESTÃO	DEP. AUT. ESTRADAS RODAGEM	FUND. ART. DES. PUBL. PPD'S E PPFS	FUND. ATEND. SOCIO. EDUCATIVO	FUND. ECONOMIA ESTADISTICA	
1	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	558.000					5.520.424				
2	ALTO JACUÍ	490.000		363							
3	CAMPANHA	7.500		99			387.000				
4	CAMPOS DE CIMA DA SERRA										
5	CELEIRO	620.500									
6	CENTRAL	108.000		760				353.565			
7	CENTRO SUL	18.000						11.966.089			
8	FRONTEIRA NOROESTE	152.500	29.620	165						2.241	
9	FRONTEIRA OESTE	315.966		1.123			254	368.235			
10	HORTÊNSIAS			66				130.998		30.718	
11	JACUÍ CENTRO		62.157				271				
12	LITORAL	28.500		99		5.462	12.599.190				
13	MÉDIO ALTO URUGUAI	1.496.500		495		271					
14	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	3.649.824	216.136	3.705.460	5.314	1.082.213	58.722.883	4.949		30.730	
15	MISSÕES	609.500	24.206								
16	NORDESTE			264			271			36.999	
17	NOROESTE COLONIAL	231.750		2.510							
18	NORTE	435.021	390								
19	PARANHANA-ENCOSTA SERRA						2.418.272				
20	PRODUÇÃO	924.284	294.493	462		271	17.351				
21	RIO DA VÁRZEA			264			6.161.807				
22	SERRA	1.038.500	216.136	1.123			521.255				
23	SUL	124.000	1.271.864	495		3.429	6.775.050				
24	VALE DO CAÍ			33							
25	VALE DO JAGUARI	366.000	300.000				271	2.459.640			
26	VALE DO RIO DOS SINOS	23.125.711									
27	VALE DO RIO PARDO			462			263.699				
28	VALE DO TAQUARI	177.000		264	350		99	25.964.605			
TOTAL REGIONALIZADO											
S/R											
TOTAL		34.477.055	2.415.003	3.714.509	5.664	1.092.813	134.630.065	4.949	67.717	32.970	

Fonte: SEPLAG/DO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE RECURSOS DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES - 3ª parte											
RF	COREDE	FUND. ESPORTE LAZER	FUND. EST. PLANEJ. METROP. REG.	FUND. EST. PESQUISA AGROPEC.	FUNDO GAUCHA TRAB. AÇÃO SOCIAL	FUND. DESENV. RH	GABINETE GOVERNADOR	PROCURAD. GERAL ESTADO	SUPERINT. PORTOS HIDROVIAS	SUPERINT. PORTO RIO GRANDE	TOTAL
1	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ										7.759.862
2	ALTO JACUÍ				33		86.098				4.482.577
3	CAMPANHA						9.651.834				15.136.403
4	CAMPOS DE CIMA DA SERRA				28						1.130.574
5	CELEIRO										7.206.797
6	CENTRAL	100.000			66	5.400	3.237.338				9.043.232
7	CENTRO SUL				419						17.928.496
8	FRONTEIRA NOROESTE						265.486				5.864.596
9	FRONTEIRA OESTE						21.244.551				30.931.829
10	HORTÊNSIAS						87				2.105.155
11	JACUÍ CENTRO				66		307				4.403.703
12	LITORAL				165		7.149				22.076.066
13	MÉDIO ALTO URUGUAI				33		644.375				9.038.961
14	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	27.536	7.489.778		786.254	363.102	1.878.976	2.715.680	1.519.835		205.345.571
15	MISSÕES			97.467			197.053				7.658.855
16	NORDESTE						38.276				2.167.367
17	NOROESTE COLONIAL										4.008.442
18	NORTE						48.031				4.741.753
19	PARANHANA-ENCOSTA SERRA						106.359				4.105.788
20	PRODUÇÃO						244				7.274.123
21	RIO DA VÁRZEA						325.169				10.177.796
22	SERRA										11.497.093
23	SUL				133		287.971			5.547.126	26.311.883
24	VALE DO CAÍ				738		60				4.249.596
25	VALE DO JAGUARI						662.208				6.093.018
26	VALE DO RIO DOS SINOS				2.300		1.577.892				36.817.381
27	VALE DO RIO PARDO						172				5.486.308
28	VALE DO TAQUARI						905.952				33.048.059
TOTAL REGIONALIZADO											
S/R											
TOTAL		127.536	7.489.778	97.467	790.234	368.502	41.165.801	2.715.680	1.519.835	5.547.126	506.093.624

Fonte: SEPLAG/DO

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL ATIVO E INATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL ATIVO E INATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA				
REGIÃO FUNCIONAL	COREDE	ATIVOS	INATIVOS	TOTAL
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI	1.977	1.205	3.182
8	ALTO JACUÍ	3.101	1.835	4.936
6	CAMPANHA	3.707	3.449	7.156
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	1.607	1.305	2.912
7	CELEIRO	2.870	1.338	4.208
8	CENTRAL	7.641	6.832	14.473
1	CENTRO SUL	3.494	1.893	5.387
7	FRONTEIRA NOROESTE	3.995	2.240	6.235
6	FRONTEIRA OESTE	9.119	6.736	15.855
3	HORTÊNSIAS	1.539	1.151	2.690
8	JACUÍ CENTRO	2.660	2.076	4.736
4	LITORAL	4.695	3.582	8.277
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	2.849	1.502	4.351
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	53.077	45.256	98.333
7	MISSÕES	5.253	2.913	8.166
9	NORDESTE	2.251	1.544	3.795
7	NOROESTE COLONIAL	3.068	1.457	4.525
9	NORTE	4.047	2.609	6.656
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	1.444	977	2.421
9	PRODUÇÃO	6.315	4.780	11.095
9	RIO DA VÁRZEA	2.391	1.169	3.560
3	SERRA	8.452	7.443	15.895
5	SUL	10.630	9.234	19.864
1	VALE DO CAÍ	2.170	1.745	3.915
8	VALE DO JAGUARI	2.649	1.902	4.551
1	VALE DO RIO DOS SINOS	10.032	7.269	17.301
2	VALE DO RIO PARDO	6.172	4.251	10.423
2	VALE DO TAQUARI	4.384	3.482	7.866
TOTAL REGIONALIZADO		171.589	131.175	302.764
N/R		1.337	2.801	4.138
TOTAL		172.926	133.976	306.902

Fonte: SEFAZ/CUBO, IPE, DAER, MINISTÉRIO PÚBLICO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL ATIVO E INATIVO DAS SECRETARIAS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL DAS SECRETARIAS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA NO TOTAL DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

REGIÃO FUNCIONAL	COREDE	Nº PESSOAL					%			
		SEC. EDUCAÇÃO	SEC. SAÚDE	SEC. SEGURANÇA PÚBLICA	TOTAL	TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	SEC. EDUCAÇÃO	SEC. SAÚDE	SEC. SEGURANÇA PÚBLICA	TOTAL
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	2.607	45	294	2.946	3.182	81,93	1,41	9,24	92,58
8	ALTO JACUÍ	3.502	118	674	4.294	4.936	70,95	2,39	13,65	86,99
6	CAMPANHA	4.827	145	1.252	6.224	7.156	67,45	2,03	17,50	86,98
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	2.079	47	456	2.582	2.912	71,39	1,61	15,66	88,67
7	CELEIRO	3.363	45	551	3.959	4.208	79,92	1,07	13,09	94,08
8	CENTRAL	8.736	208	3.546	12.490	14.473	60,36	1,44	24,50	86,30
1	CENTRO SUL	3.411	94	1.405	4.910	5.387	63,32	1,74	26,08	91,15
7	FRONTEIRA NOROESTE	4.585	132	958	5.675	6.235	73,54	2,12	15,36	91,02
6	FRONTEIRA OESTE	10.949	254	3.015	14.218	15.855	69,06	1,60	19,02	89,68
3	HORTÊNSIAS	1.870	62	382	2.314	2.690	69,52	2,30	14,20	86,02
8	JACUÍ CENTRO	3.307	128	705	4.140	4.736	69,83	2,70	14,89	87,42
4	LITORAL	4.834	166	2.074	7.074	8.277	58,40	2,01	25,06	85,47
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	3.453	84	442	3.979	4.351	79,36	1,93	10,16	91,45
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	41.752	5.508	21.463	68.723	98.333	42,46	5,60	21,83	69,89
7	MISSÕES	5.852	164	1.490	7.506	8.166	71,66	2,01	18,25	91,92
9	NORDESTE	2.870	62	435	3.367	3.795	75,63	1,63	11,46	88,72
7	NOROESTE COLONIAL	3.368	77	682	4.127	4.525	74,43	1,70	15,07	91,20
9	NORTE	4.854	152	878	5.884	6.656	72,93	2,28	13,19	88,40
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	1.656	38	406	2.100	2.421	68,40	1,57	16,77	86,74
9	PRODUÇÃO	7.275	193	2.208	9.676	11.095	65,57	1,74	19,90	87,21
9	RIO DA VÁRZEA	2.797	82	357	3.236	3.560	78,57	2,30	10,03	90,90
3	SERRA	11.248	377	2.438	14.063	15.895	70,76	2,37	15,34	88,47
5	SUL	12.888	398	4.144	17.430	19.864	64,88	2,00	20,86	87,75
1	VALE DO CAÍ	2.430	49	969	3.468	3.915	62,07	1,25	25,26	88,58
8	VALE DO JAGUARI	2.929	63	963	3.955	4.551	64,36	1,38	21,16	86,90
1	VALE DO RIO DOS SINOS	10.687	314	3.882	14.883	17.301	61,77	1,81	22,44	86,02
2	VALE DO RIO PARDO	7.262	149	1.786	9.197	10.423	69,67	1,43	17,14	88,24
2	VALE DO TAQUARI	5.790	204	1.006	7.000	7.866	73,61	2,59	12,79	88,99
	TOTAL REGIONALIZADO	181.181	9.358	58.881	249.420	302.764	59,84	3,09	19,45	82,38
	N/R	1.873	94	836	2.803	4.138	45,26	2,27	20,20	67,74
	TOTAL	183.054	9.452	59.717	252.223	306.902	59,65	3,08	19,46	82,18

Fonte: SEFAZ/CUBO, IPE, DAER, MINISTÉRIO PÚBLICO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL ATIVO DAS SECRETARIAS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA POR 100.000 HABITANTES NOS COREDES

REGIÃO FUNCIONAL	COREDE	POPULAÇÃO	PESSOAL ATIVO			PESSOAL ATIVO/100.000 HAB.		
			SEC. EDUCAÇÃO	SEC. SAÚDE	SEC. SEGURANÇA PÚBLICA	SEC. EDUCAÇÃO	SEC. SAÚDE	SEC. SEGURANÇA PÚBLICA
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	108.601	1.631	15	177	15,02	0,14	1,63
8	ALTO JACUÍ	159.285	2.210	85	441	13,87	0,53	2,77
6	CAMPANHA	215.342	2.511	82	671	11,66	0,38	3,12
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	100.925	1.180	21	236	11,69	0,21	2,34
7	CELEIRO	144.687	2.369	17	317	16,37	0,12	2,19
8	CENTRAL	404.510	4.644	94	1.928	11,48	0,23	4,77
1	CENTRO SUL	256.360	2.171	32	1.022	8,47	0,12	3,99
7	FRONTEIRA NOROESTE	204.726	2.805	73	717	13,70	0,36	3,50
6	FRONTEIRA OESTE	534.818	6.336	102	1.751	11,85	0,19	3,27
3	HORTÊNSIAS	132.661	1.070	11	265	8,07	0,08	2,00
8	JACUÍ CENTRO	147.472	1.893	73	382	12,84	0,50	2,59
4	LITORAL	299.046	2.780	82	1.150	9,30	0,27	3,85
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	158.557	2.321	38	227	14,64	0,24	1,43
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.500.968	18.555	3.009	11.468	7,42	1,20	4,59
7	MISSÕES	253.118	3.660	104	1.003	14,46	0,41	3,96
9	NORDESTE	129.797	1.717	16	264	13,23	0,12	2,03
7	NOROESTE COLONIAL	169.591	2.243	44	503	13,23	0,26	2,97
9	NORTE	227.735	3.077	75	459	13,51	0,33	2,02
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	211.133	1.016	14	220	4,81	0,07	1,04
9	PRODUÇÃO	356.244	4.003	104	1.293	11,24	0,29	3,63
9	RIO DA VÁRZEA	117.480	1.901	47	213	16,18	0,40	1,81
3	SERRA	846.454	5.437	168	1.698	6,42	0,20	2,01
5	SUL	868.926	6.857	184	2.205	7,89	0,21	2,54
1	VALE DO CAÍ	168.349	1.395	14	575	8,29	0,08	3,42
8	VALE DO JAGUARI	121.405	1.883	23	443	15,51	0,19	3,65
1	VALE DO RIO DOS SINOS	1.313.422	5.852	117	2.448	4,46	0,09	1,86
2	VALE DO RIO PARDO	430.062	4.280	81	1.102	9,95	0,19	2,56
2	VALE DO TAQUARI	332.454	3.131	96	681	9,42	0,29	2,05
	TOTAL REGIONALIZADO	10.914.128	98.928	4.821	33.859	9,06	0,44	3,10
	N/R				457			
	TOTAL	10.914.128	98.928	4.821	34.316			

Fonte: SEFAZ/CUBO; IBGE/Estimativas da População 2009

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – 2010

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA COM PESSOAL DAS SECRETARIAS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA NO TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA										
REGIÃO FUNCIONAL	COREDE	DESPESA COM PESSOAL (R\$)				%				
		SEC. EDUCAÇÃO	SEC. SAÚDE	SEC. SEGURANÇA PÚBLICA	TOTAL	TOTAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	SEC. EDUCAÇÃO	SEC. SAÚDE	SEC. SEGURANÇA PÚBLICA	TOTAL
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI	61.515.786,75	1.575.469,36	12.445.947,40	75.537.203,50	87.709.770,17	70,14	1,80	14,19	86,12
8	ALTO JACUÍ	79.959.285,31	4.849.108,95	28.085.469,28	112.893.863,54	142.353.161,13	56,17	3,41	19,73	79,31
6	CAMPANHA	116.001.207,33	6.443.136,99	54.872.732,84	177.317.077,16	224.829.761,87	51,60	2,87	24,41	78,87
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	47.657.492,85	1.774.197,84	20.167.929,31	69.599.619,99	95.952.554,73	49,67	1,85	21,02	72,54
7	CELEIRO	72.810.914,51	1.169.235,98	22.144.916,16	96.125.066,65	111.748.948,20	65,16	1,05	19,82	86,02
8	CENTRAL	224.391.535,37	10.363.764,05	161.160.233,35	395.915.532,78	506.352.957,69	44,32	2,05	31,83	78,19
1	CENTRO SUL	74.232.072,34	3.446.701,07	63.107.650,87	140.786.424,28	170.932.822,88	43,43	2,02	36,92	82,36
7	FRONTEIRA NOROESTE	110.560.935,92	4.980.456,71	37.303.631,34	152.853.023,97	185.116.647,11	59,73	2,69	20,15	82,57
6	FRONTEIRA OESTE	273.352.814,58	10.483.443,16	124.506.069,42	408.341.317,16	502.394.724,86	54,41	2,09	24,78	81,28
3	HORTÊNSIAS	41.801.033,10	2.479.368,83	17.865.497,64	62.145.899,57	83.135.704,68	50,28	2,98	21,49	74,75
8	JACUÍ CENTRO	85.231.677,16	5.970.486,16	32.657.820,36	123.859.983,68	156.771.732,21	54,37	3,81	20,83	79,01
4	LITORAL	120.022.666,76	6.641.808,53	100.059.481,33	226.723.956,62	298.015.576,20	40,27	2,23	33,58	76,08
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	87.624.533,46	3.256.408,58	19.521.957,35	110.402.899,40	141.409.230,27	61,97	2,30	13,81	78,07
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	1.080.087.738,62	231.289.091,74	1.187.885.177,40	2.499.262.007,76	5.291.914.301,30	20,41	4,37	22,45	47,23
7	MISSÕES	138.574.300,06	6.612.880,86	59.993.311,03	205.180.491,95	254.491.878,52	54,45	2,60	23,57	80,62
9	NORDESTE	66.644.811,97	1.744.561,63	17.617.161,87	86.006.535,47	108.620.345,05	61,36	1,61	16,22	79,18
7	NORDESTE COLONIAL	75.754.452,46	3.301.548,54	28.593.045,23	107.649.046,23	135.685.606,24	55,83	2,43	21,07	79,34
9	NORTE	112.200.134,02	5.836.339,82	39.944.748,46	157.981.222,30	207.272.577,30	54,13	2,82	19,27	76,22
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	36.184.881,14	1.397.031,23	18.885.659,81	56.467.572,19	80.326.258,09	45,05	1,74	23,51	70,30
9	PRODUÇÃO	180.766.613,77	8.387.156,29	95.266.005,34	284.419.775,40	372.091.111,15	48,58	2,25	25,60	76,44
9	RIO DA VÁRZEA	69.211.961,41	3.300.339,27	14.192.937,80	86.705.238,49	104.090.513,37	66,49	3,17	13,64	83,30
3	SERRA	267.170.444,74	16.898.373,51	102.851.970,34	386.920.788,59	510.290.127,71	52,36	3,31	20,16	75,82
5	SUL	286.738.839,13	16.869.190,86	175.242.884,57	478.849.914,56	627.451.616,33	45,70	2,69	27,93	76,32
1	VALE DO CAÍ	56.424.227,83	2.031.070,92	43.725.368,16	102.180.666,90	128.403.961,27	43,94	1,58	34,05	79,58
8	VALE DO JAGUARI	72.117.830,79	2.633.963,79	41.505.566,16	116.257.360,75	139.355.901,50	51,75	1,89	29,78	83,42
1	VALE DO RIO DOS SINOS	247.099.192,14	11.794.714,72	166.390.876,90	425.284.783,76	610.226.206,98	40,49	1,93	27,27	69,69
2	VALE DO RIO PARDO	172.084.790,50	5.873.426,51	75.238.961,97	253.197.178,98	336.784.848,51	51,10	1,74	22,34	75,18
2	VALE DO TAQUARI	137.425.250,43	7.924.457,65	43.955.383,01	189.305.091,08	242.124.709,42	56,76	3,27	18,15	78,18
TOTAL REGIONALIZADO		4.393.647.424,46	389.334.733,55	2.805.187.384,70	7.588.169.542,71	11.855.853.554,74	37,06	3,28	23,66	64,00
N/R		49.882.052,03	3.799.802,50	46.825.076,58	100.504.931,11	193.033.653,26	25,84	1,97	24,26	52,07
TOTAL		4.443.529.476,49	393.134.536,05	2.852.010.461,27	7.688.674.473,82	12.048.887.208,00	36,88	3,26	23,67	63,81

Fonte: SEFAZ/CUBO, IPE, DAER, MINISTÉRIO PÚBLICO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Nota: Os valores de despesa de pessoal, inclusive 13º salário foram ajustados por SEPLAG/ASTE/C



ANEXOS



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento e Gestão
Assessoria Técnica



TRILHAS GAÚCHAS INDICADORES DO FUTURO

2009

Trilhas Gaúchas – Indicadores do Futuro.

É com satisfação que apresentamos o Trilhas Gaúchas – Indicadores do Futuro.

O aumento das demandas na área social do Rio Grande do Sul e no país torna indispensável o conhecimento sobre o perfil e a natureza das necessidades da sociedade a serem atendidas pela Administração Pública. Por outro lado, os gestores públicos carecem de indicadores que possibilitem o acompanhamento das ações de políticas públicas, tanto para sua implementação, como para a avaliação dos seus resultados e eventuais correções de rumo. Também há a necessidade de transparência e democratização dos resultados destas políticas à opinião pública.

O Trilhas Gaúchas é um instrumento elaborado pelo Governo do Estado que busca responder a essas questões. Trata-se de um conjunto de indicadores que procura refletir alguns aspectos da evolução da realidade socioeconômica gaúcha e que pode servir de subsídio para os processos de formulação de políticas públicas e como uma importante base de dados à disposição da sociedade.

A Secretaria do Planejamento e Gestão espera que esta publicação atinja os seus objetivos e qualifique a discussão sobre o futuro do Rio Grande.

Mateus Affonso Bandeira
Secretário do Planejamento e Gestão

TRILHAS GAÚCHAS – INDICADORES DO FUTURO

INTRODUÇÃO	4
GUIA DO USUÁRIO	5
PROPÓSITOS DE MELHORIA E INDICADORES	6
POPULAÇÃO E INFÂNCIA	
Visão Geral.....	9
Pobreza na Infância.....	10
Ambiente Familiar.....	12
Iniciação à Vida Escolar.....	16
Progresso na Vida Escolar.....	18
Saúde.....	21
COMUNIDADE E DEMOCRACIA	
Visão Geral.....	25
Segurança nas Comunidades.....	26
Inclusão de PPD's.....	29
Participação e Democracia.....	30
Eficiência Governamental.....	31
ECONOMIA	
Visão Geral.....	33
Crescimento Econômico Sustentável.....	34
Capacitação da Força de Trabalho.....	36
Padrão de Vida.....	37
Condições de Moradia.....	40
Viabilidade Econômica das Pequenas Comunidades.....	41
MEIO AMBIENTE	
Visão Geral.....	45
Conservação dos Recursos Naturais.....	46
Manutenção dos Ecossistemas.....	51
Qualidade do Solo, Ar e Água.....	54
SITUAÇÃO DOS PROPÓSITOS DE MELHORIA	58
BIBLIOGRAFIA	59

TRILHAS GAÚCHAS – INDICADORES DO FUTURO

INTRODUÇÃO

Utilização de indicadores na implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

A utilização da gestão por resultados, em que as ações do Estado são organizadas de forma a alcançar propósitos pré-definidos, fortalece a construção e o uso de indicadores que atendam tanto ao setor público, como à opinião pública. Assim, faz-se necessária a melhoria na harmonização dos registros já existentes com a incorporação de novos dados, buscando o constante aperfeiçoamento dos procedimentos referentes à coleta, tratamento, análise e disseminação de estatísticas e indicadores para instrumentalizar ações de implementação, monitoramento e avaliação dos programas de políticas públicas.

O que é o Trilhas Gaúchas?

O Trilhas Gaúchas é um trabalho que busca ser uma referência dos avanços da sociedade gaúcha em relação a aspectos-chave das suas condições de vida e bem-estar, sejam eles derivados de ações governamentais ou não. Este instrumento foi concebido para avaliar os progressos que a sociedade tem alcançado, através da utilização de propósitos de melhoria, que são medidos por indicadores de resultados.

A proposta é baseada na experiência de trabalho do Estado de Minnesota (EUA) chamado *Minnesota Milestones*, onde as ações do governo são monitoradas através de resultados, medidos por intermédio de indicadores, que procuram ir ao encontro das necessidades de seus cidadãos.

Este trabalho encontra-se disponível na página da Secretaria da Coordenação e Planejamento - <http://www.seplag.rs.gov.br>.

Por que indicadores do futuro?

O Rio Grande do Sul é um bom lugar para se viver, estudar, trabalhar e formar uma família. Sua população é amistosa, cordial, acredita que os valores éticos e morais são importantes e aprecia sua diversidade cultural e seu patrimônio natural. Os cidadãos do Rio Grande do Sul querem tornar o Estado ainda melhor para as próximas gerações, e sua visão de futuro tem os seguintes sentidos comuns:

- A proteção e o estímulo ao desenvolvimento de crianças e adolescentes.
- O incentivo à auto-estima, ao respeito, à solidariedade entre as pessoas e à participação na vida das comunidades.
- A capacitação dos seus cidadãos, de maneira que se distingam durante a vida escolar e acadêmica e, mais tarde, em suas atividades profissionais.
- A promoção do crescimento econômico sustentável do Estado, com geração de riqueza e prosperidade, de forma que sua população tenha um bom padrão de vida.
- A prestação de serviços eficientes e eficazes pelos governos municipais e estadual, de forma a atender às necessidades da população.
- A conservação e proteção dos recursos naturais do Estado, visando à manutenção de um ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida.

GUIA DO USUÁRIO DO TRILHAS GAÚCHAS - INDICADORES DO FUTURO

As definições, relacionados a seguir, têm o intuito de facilitar a compreensão do Trilhas Gaúchas pelo usuário, apresentando o marco conceitual do trabalho.

Propósito de melhoria: ou simplesmente propósito, é uma situação ideal que se almeja para a sociedade gaúcha.

Áreas: os propósitos de melhoria e seus respectivos indicadores de progresso foram agrupados em quatro grandes áreas: população; comunidade e democracia; economia e meio ambiente.

Indicador de resultado: é o instrumento utilizado para avaliar os progressos que o Rio Grande do Sul vem fazendo em relação a um determinado propósito de melhoria.

Visão geral: cada uma das quatro áreas inicia com uma visão geral, que apresenta as tendências em cada um dos propósitos, através da avaliação de seus indicadores. Relata, também, a situação atual, progressos e desafios do Rio Grande do Sul em relação a determinado propósito, levando, inclusive, em consideração comparações com outros estados ou o País.

Gráficos: têm a finalidade de fornecer uma rápida visualização do comportamento do indicador ao longo de um determinado intervalo de tempo.

Mapas: os mapas apresentam a distribuição espacial do indicador no último período de tempo, conforme a disponibilidade de informações em escala municipal.

Escala de informação: algumas informações podem ser apresentadas em escala de municípios, regiões do Estado - COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) ou municípios, dependendo da relevância da informação sobre o comportamento de determinado indicador.

Comparações: São estabelecidas comparações para melhor compreensão do desempenho do Rio Grande do Sul em relação ao País ou demais Estados da Federação.

Indicadores relacionados: Ao final de cada um dos propósitos de melhoria é apresentada uma lista de indicadores relevantes de outros propósitos do Trilhas Gaúchas, numerados conforme a página 6 – Propósitos de Melhoria e Indicadores. A intenção é fornecer maiores informações às pessoas interessadas em ampliar o conhecimento sobre aquele tema.

Fontes: Sempre são apresentadas as referências de origem de todas as informações relacionadas.

PROPÓSITOS DE MELHORIA E INDICADORES

A. População e Infância

As crianças gaúchas não viverão na pobreza.

1. Pobreza infantil
2. Crianças de baixa renda em idade escolar

As famílias proporcionarão um ambiente sadio e estável para as crianças.

3. Abandono escolar
4. Transferência escolar nos Ensinos Fundamental e Médio
5. Abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes
6. Gravidez na adolescência
7. Crianças e adolescentes desaparecidos
8. Mortalidade materna

Todas as crianças serão saudáveis e iniciarão a vida escolar aptas ao aprendizado.

9. Peso ao nascer
10. Cobertura de vacinação

Os estudantes se distinguirão nas atividades escolares básicas e avançadas.

11. Analfabetismo
12. Avaliação da educação básica - Ensino Fundamental
13. Avaliação da educação básica - Ensino Médio
14. Ingresso na Universidade
15. População com Ensino Médio

Os gaúchos serão saudáveis.

16. Mortalidade infantil
17. Expectativa de vida
18. Morte prematura
19. Doenças infecto-contagiosas
20. Mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio)

B. Comunidade e Democracia

Nossas comunidades serão seguras, amistosas e solidárias.

21. Violência e propensão ao crime
22. Crianças e adolescentes infratores
23. Mortalidade por acidentes de trânsito
24. Trabalho voluntário

As pessoas com deficiências físicas e/ou mentais estarão integradas à comunidade.

25. Emprego para pessoas portadoras de deficiência

A população do Rio Grande do Sul participará das decisões e políticas governamentais.

26. Abstenção eleitoral
27. Processo de Participação Popular

Os governos municipais e estadual prestarão um serviço eficiente e eficaz, atendendo as necessidades da população que o utiliza.

28. Preço do governo
29. Satisfação com os serviços do governo

C. Economia

O crescimento econômico do Rio Grande do Sul será contínuo e sustentável.

30. Crescimento do produto interno bruto
31. População economicamente ativa ocupada
32. Eficiência energética da economia

O Rio Grande do Sul será competitivo nos mercados nacional e internacional através da educação e capacitação dos trabalhadores.

33. Adultos com educação superior

Os gaúchos deverão ter condições econômicas para manter um bom padrão de vida.

34. Qualidade de vida
35. Renda familiar
36. Taxa de pobreza

Todos os cidadãos deverão ter uma moradia digna e recursos para provê-la.

37. Déficit habitacional
38. Casa própria

Pequenas comunidades serão economicamente viáveis, com boas condições de infraestrutura, emprego, educação e lazer.

39. Êxodo municipal
40. Demografia de empresas
41. Disparidades regionais na renda
42. Condições da malha viária
43. Acesso asfáltico às sedes municipais

D. Meio Ambiente

Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.

44. Consumo de energia *per capita*
45. Fontes renováveis de energia
46. Consumo dos veículos
47. Cobertura florestal
48. Volume de resíduos sólidos urbanos e reciclagem
49. Volume de água distribuída
50. Produção de madeira

Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade.

51. Vida silvestre
52. Áreas naturais protegidas
53. Mudanças no uso da terra

A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.

54. Poluição do ar urbano
55. Qualidade das águas
56. Acidentes com transporte de cargas perigosas
57. Erosão do solo – arenização
58. Balneabilidade

População e Infância

Visão Geral

Pobreza na Infância

Ambiente Familiar

Iniciação à Vida Escolar

Progresso na Vida Escolar

Saúde

VISÃO GERAL

Tendências em cada um dos propósitos.

As crianças gaúchas não viverão na pobreza.

Nos dois indicadores que procuram avaliar este propósito - a pobreza infantil e crianças de baixa renda em idade escolar - há uma tendência de piora. No período 2002 – 2004 houve certa estabilização na pobreza infantil, ainda que em patamares bastante elevados. Entretanto, no período 2005 – 2007, ainda que com leve melhora em 2007, quando comparado a 2006, o indicador de pobreza infantil voltou a piorar. Em relação ao indicador crianças de baixa renda em idade escolar, observa-se uma constante elevação no percentual de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família até 2007. No período 2007-2008 houve uma pequena redução percentual no número de famílias atendidas, mas voltando a crescer no período 2008-2009.

As famílias proporcionarão um ambiente sadio e estável para as crianças.

Os indicadores deste propósito estão dispersos, alguns com tendência de melhora e outros de piora. Dos seis indicadores que o compõem, os que apontam para uma piora são o abandono escolar no Ensino Médio; a transferência escolar nos Ensinos Fundamental e Médio e abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes. Por outro lado os indicadores de abandono escolar no Ensino Fundamental e gravidez na adolescência apresentam uma firme e constante tendência de melhora. Já os indicadores de crianças e adolescentes desaparecidos e mortalidade materna oscilam seus valores durante os períodos avaliados.

Todas as crianças serão saudáveis e iniciarão a vida escolar aptas ao aprendizado.

A tendência desse propósito é a de leve queda no indicador de cobertura das campanhas de vacinação e uma piora, ainda que pequena, no indicador de peso ao nascer. Este último num patamar ainda elevado, considerando a média nacional.

Os estudantes se distinguirão nas atividades acadêmicas básicas e avançadas.

Sob o ponto de vista quantitativo, a tendência é de certa estabilização nos indicadores desse propósito, exceto o analfabetismo e população com Ensino Médio, em que há melhora nos indicadores. Também, do ponto de vista qualitativo, os resultados dos indicadores de avaliação da educação básica nos Ensinos Fundamental e Médio, após uma queda inicial, indicam uma estabilização na proficiência dos alunos.

Os gaúchos serão saudáveis.

Há uma tendência de progresso para este propósito. O indicador de mortalidade infantil apresenta uma sensível melhora nos últimos anos. A expectativa de vida apresenta certa estabilidade desde 2000. Já os indicadores de morte prematura e mortalidade por doenças infecto-contagiosas permanecem relativamente estáveis, embora o coeficiente de mortalidade por AIDS se encontre em patamares elevados, havendo alternância de tendência no indicador de suicídio.

Situação Atual

Um adequado nível de saúde e educação da população, especialmente durante o período da infância, é considerado a base para o bem-estar dos habitantes e progresso de determinada região. Essa é a razão pela qual o Trilhas Gaúchas centrou um de seus focos nessas áreas. Apesar de haver melhorias em alguns propósitos, muitos desafios ainda permanecem especialmente na questão qualitativa dos Ensinos Fundamental e Médio. Quando comparados, os indicadores gaúchos na área de população e infância, com a situação nacional, pode-se afirmar que o Rio Grande do Sul está em situação um pouco mais favorável: são melhores os indicadores de pobreza infantil, abandono escolar, gravidez na adolescência, analfabetismo, mortalidade infantil e expectativa de vida. Na avaliação qualitativa da educação, o Rio Grande do Sul está, também, melhor em relação aos Ensinos Fundamental e Médio. Já nos indicadores de peso ao nascer, doenças infecto-contagiosas - AIDS e, principalmente, suicídio, a situação dos gaúchos é pior do que a nacional.

Progressos

Com relação aos indicadores de saúde na infância e adolescência, houve uma diminuição nas ocorrências de crianças e adolescentes desaparecidos no último ano do período observado e gravidez na adolescência, com notável redução a partir de 2000. Houve certa estabilidade no indicador de cobertura das campanhas de vacinação. Já em relação aos indicadores da educação básica, observa-se uma queda nos índices de analfabetismo e redução no abandono escolar referente ao Ensino Fundamental.

Com respeito à saúde da população adulta, ocorreu uma melhora na expectativa média de vida dos gaúchos ao longo do tempo e tendência de queda nos índices de mortalidade por tuberculose e uma estabilidade nos indicadores de morte prematura. Nos indicadores de educação da população adulta, houve um incremento percentual da população que conclui o Ensino Médio e ingressa no Ensino Superior, tanto nas universidades públicas, quanto nas particulares. É interessante observar que o aumento de matrículas nas universidades particulares foi bem maior que nas públicas.

Desafios

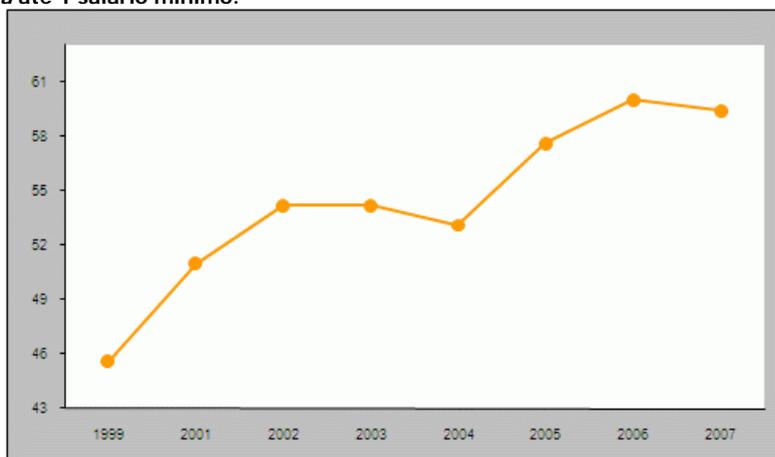
No que se referem aos cuidados com as crianças, alguns indicadores permanecem como grandes desafios: crianças de baixa renda em idade escolar, em que o número de famílias assistidas mais do que dobrou no período de janeiro de 2004 a outubro de 2007. Também o percentual de crianças com baixo peso ao nascer em que, apesar da redução no período 2003/2005, ainda permanece em patamares elevados, inclusive maiores que a média nacional. Já na questão da educação básica, um grande desafio que permanece é melhorar a qualidade do ensino no Rio Grande do Sul, já que os indicadores de avaliação da Educação Básica não apresentam grandes avanços. Aumentaram as ocorrências de abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes. Na população adulta, apesar de declínio no período 1999/2004, continuam elevados os coeficientes de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio).

PROPÓSITO: AS CRIANÇAS GAÚCHAS NÃO VIVERÃO NA POBREZA.

Um elevado grau de pobreza pode trazer danos irreversíveis ao desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças. Crianças que crescem sob níveis críticos de pobreza enfrentam sérios problemas em relação à sua alimentação, moradia e vestuário. Além disso, vivem em ambientes que as tornam mais vulneráveis à criminalidade e à violência. Elas têm baixíssima, ou nenhuma assistência médica no acompanhamento de seu estado geral de saúde e, como consequência, têm menos êxito na vida escolar.

.....

1. POBREZA INFANTIL: Percentual de famílias com crianças de 0 a 14 anos com rendimento médio mensal familiar *per capita* até 1 salário mínimo.



Fonte: IBGE/Síntese dos Indicadores Sociais

Sobre o indicador

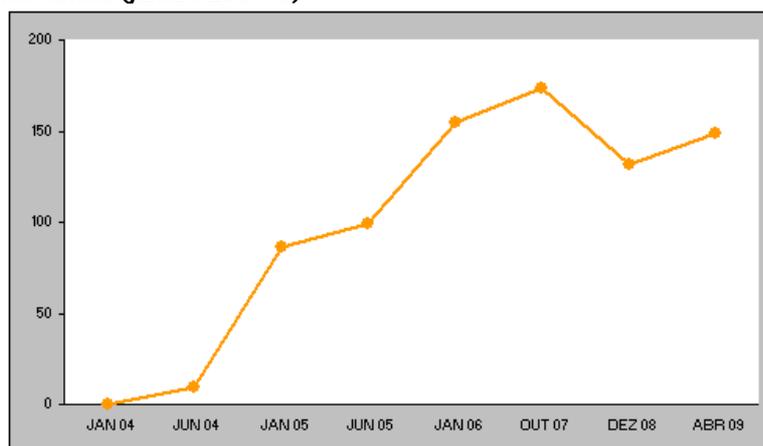
Normalmente, países em desenvolvimento, que estabelecem parâmetros de pobreza, utilizam o conceito da "pobreza alimentar". Estes parâmetros indicam insuficiência de recursos econômicos para satisfazer as necessidades básicas mínimas de alimentação.

Para comparação

Pode-se afirmar que a situação dos gaúchos é mais favorável que a nacional. Em 2007 o Rio Grande do Sul apresentava 59,4% de famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade com rendimento médio mensal familiar per capita de até um salário mínimo, enquanto o Brasil apresentava 67,1%.

.....

2. CRIANÇAS DE BAIXA RENDA EM IDADE ESCOLAR: Variação percentual do número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (janeiro 2004=0).



Fonte: Caixa Econômica Federal/Programa Bolsa Família

Sobre o indicador

As famílias atendidas pelo programa são compostas por aquelas em situação de extrema pobreza, com renda mensal *per capita* até R\$ 50,00 ou aquelas com crianças e jovens entre 0 e 16 anos incompletos, com renda mensal até R\$ 100,00 per capita.

Para comparação

Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, em outubro de 2007, em algumas unidades da federação:

UF	Número de Famílias Atendidas	Número de Municípios Atendidos
RS	393.819	496
SC	121.807	293
PR	384.013	399
SP	1.052.597	645
RJ	548.211	92
MG	1.029.117	853
BA	1.447.647	417
CE	900.371	184

Fonte: Caixa Econômica Federal/Programa Bolsa Família

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *As crianças gaúchas não viverão na pobreza.*

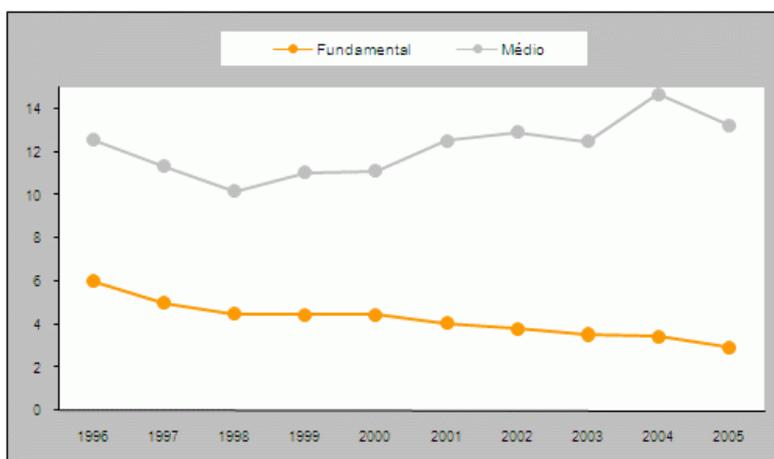
06. Gravidez na Adolescência

36. Taxa de Pobreza.

PROPÓSITO: AS FAMÍLIAS PROPORCIONARÃO UM AMBIENTE SADIO E ESTÁVEL PARA AS CRIANÇAS.

Um ambiente familiar saudável, baseado em um bom relacionamento, que apóie e estimule a criança e o adolescente em seu aprendizado, promove a sua segurança emocional e o seu desenvolvimento social, indo ao encontro das expectativas de sucesso na sua vida escolar e profissional.

3. ABANDONO ESCOLAR: Percentual de estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio que abandonaram a escola em relação à matrícula total.



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

Sobre o indicador

Abandono escolar corresponde ao conjunto de alunos que se afastou do estabelecimento de ensino sem a solicitação de transferência. O combate ao abandono escolar ou reiteração de faltas injustificadas dos alunos é uma forma de garantir o direito universal à Educação, garantido pela Constituição.

Para comparação

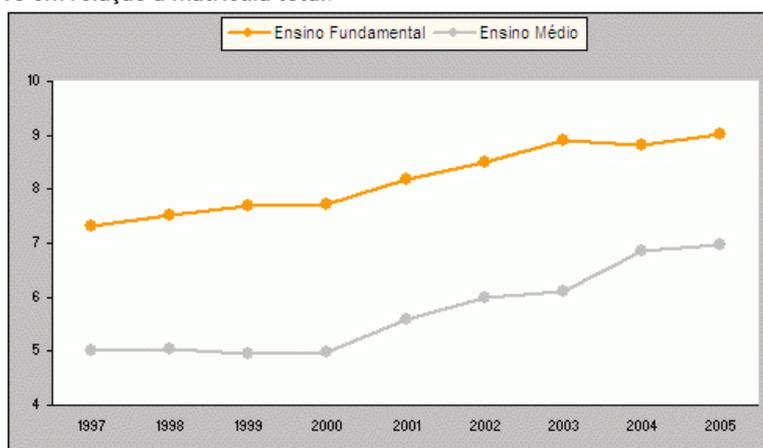
Em 2005, segundo o INEP, conforme quadros abaixo, a situação do abandono escolar no Rio Grande do Sul, em comparação com a do Brasil, foi melhor tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio.

Percentual de Abandono Escolar (2005)

	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Brasil	6,9%	14,3%
Rio Grande do Sul	2,9%	13,2%

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

4. TRANSFERÊNCIA ESCOLAR: Percentual de estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio transferidos durante o ano letivo em relação à matrícula total.



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

Sobre o indicador

Transferência escolar é a troca de instituição de ensino pelo estudante durante o ano letivo.

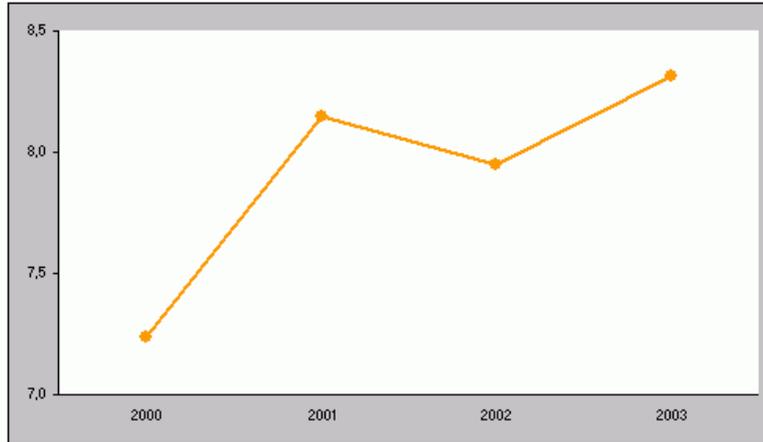
Para comparação

Em 2005, segundo o INEP, conforme o quadro abaixo, a taxa de transferência escolar no Rio Grande do Sul, em comparação com a do Brasil, foi superior no Ensino Fundamental e um pouco inferior no Ensino Médio.

	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Brasil	7,6%	7,3%
Rio Grande do Sul	9,0%	7,0%

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

5. ABUSO E MAUS-TRATOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Número de ocorrências criminais de abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes por 1.000 jovens com menos de 18 anos de idade.

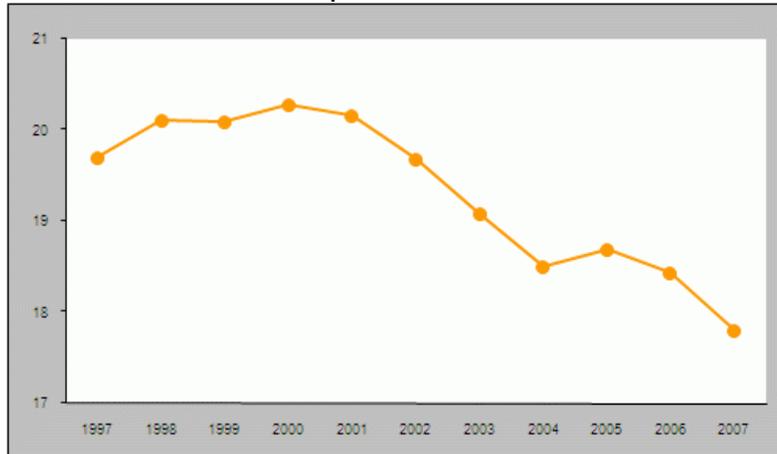


Fonte: Secretaria da Segurança Pública do RS/Delegacia da Criança e do Adolescente e Polícia Civil/Divisão de Planejamento e Coordenação - Serviço de Estatística; IBGE/Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

As conseqüências do abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes podem se manifestar de diversas formas, e em qualquer idade. Internamente podem aparecer como depressão, ansiedade, pensamentos suicidas ou estresse pós-traumático; podem, também, ser expressas como agressão, impulsividade, delinquência, hiper-atividade ou abuso de drogas.

6. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: Percentual de partos em mães com menos de 20 anos de idade.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

Sobre o indicador

A gravidez precoce é, freqüentemente, uma situação de risco para a saúde da mãe e do feto. Além disso, adolescentes grávidas, muitas vezes, não têm o apoio ou a presença do pai da criança, ocasionando dificuldades em prover um ambiente sadio e estável para o desenvolvimento da criança.

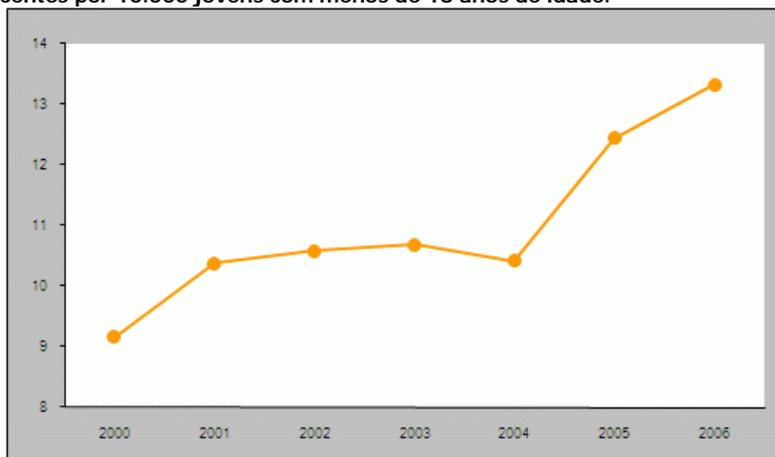
Para comparação

Segundo o Sistema de Informações de Atenção Básica do Ministério da Saúde, conforme o quadro abaixo, o percentual de gestantes com menos de 20 anos de idade, no Brasil em 2005 era de 24,68%, enquanto no Rio Grande do Sul este valor era de 21,57%.

Percentual de gestantes com menos de 20 anos de idade					
	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	25,5	25,0	24,7	24,4	23,8
Rio Grande do Sul	21,4	21,1	21,6	21,4	20,4

Fonte: Ministério da Saúde/ SIAB

7. CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS: Número de ocorrências criminais de desaparecimento de crianças e adolescentes por 10.000 jovens com menos de 18 anos de idade.

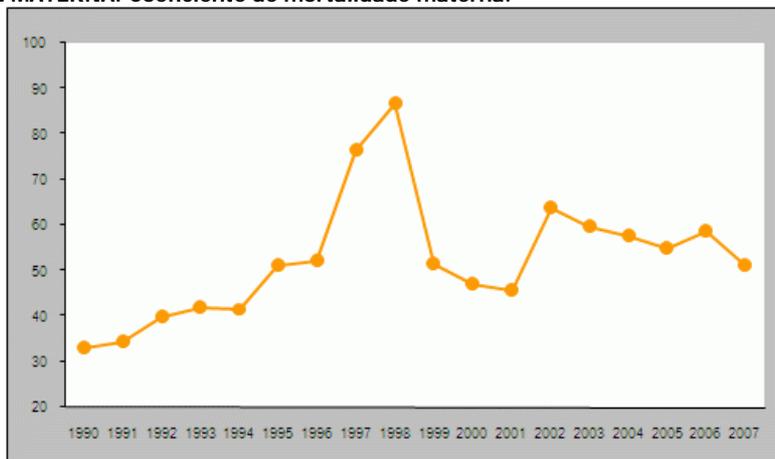


Fonte: Secretaria de Segurança Pública/DATASEG (grupo e subgrupo "outros fatos"); IBGE/Censo Demográfico e PNAD.

Sobre o indicador

Estima-se que um grande percentual de crianças e adolescentes desaparecidos são fugitivos, isto é, fogem de casa por vontade própria devido a maus-tratos, violência ou simplesmente para escapar da pobreza doméstica. Há, inclusive, os chamados "fugitivos crônicos", que escapam de uma situação que não podem manejar, voltam para casa, mas estão dispostos a fugir novamente.

8. MORTALIDADE MATERNA: Coeficiente de mortalidade materna.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

Sobre o indicador

Mortalidade materna é o número de mortes maternas durante a gestação, ou dentro de um período de 42 dias após o término da gestação, por 100.000 crianças nascidas vivas.

Este indicador avalia a efetividade e eficácia do acompanhamento pré-natal da gestante e o atendimento durante e pós-parto.

Para comparação

Segundo os indicadores de mortalidade do DATASUS do Ministério da Saúde, em 2005, a *razão de mortalidade materna* ou número estimado de óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos foi de 74,7 enquanto que no Rio Grande do Sul o valor observado foi de 55,7.

.....

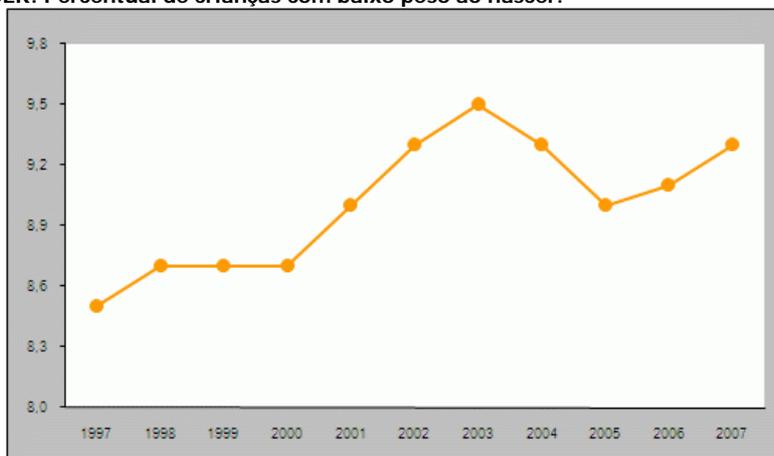
INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *As famílias proporcionarão um ambiente sadio e estável para as crianças.*

- 09. Peso ao nascer
- 16. Mortalidade infantil
- 22. Internação de adolescentes
- 36. Taxa de pobreza

PROPÓSITO: TODAS AS CRIANÇAS SERÃO SAUDÁVEIS E INICIARÃO A VIDA ESCOLAR APTAS AO APRENDIZADO.

Os primeiros anos da infância - do nascimento até a idade de cinco anos - são críticos para o crescimento e desenvolvimento da criança. O aprendizado deve ser precedido de uma combinação de boas saúde e alimentação. Este propósito reflete o entendimento de que um período de gravidez saudável e uma boa saúde na infância contribuem para o desenvolvimento intelectual da criança e, mais tarde, em um bom aproveitamento na vida escolar.

9. PESO AO NASCER: Percentual de crianças com baixo peso ao nascer.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

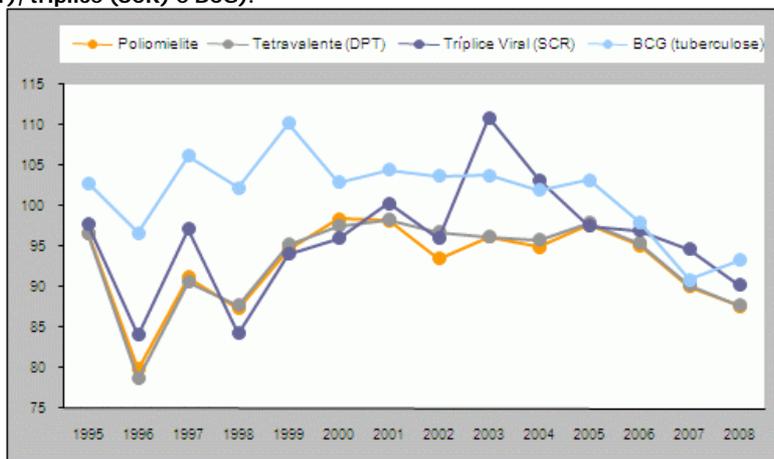
Sobre o indicador

O baixo peso ao nascer, definido pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como aquele inferior a 2.500g, está frequentemente associado a problemas de saúde e de desenvolvimento da criança.

Para comparação

Em 2006, segundo o Ministério da Saúde, a proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer no Brasil era de 8,1%. No Rio Grande do Sul, este valor era de 9,1%.

10. COBERTURA DE VACINAÇÃO: Percentual de crianças até um ano de idade vacinadas (poliomielite, tetravalente (DPT), tríplice (SCR) e BCG).



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS

Notas:

Nos casos em que o percentual supera os 100%, significa que o número de crianças vacinadas foi superior à meta, inicialmente, estimada.

A partir de 2003, a vacina contra sarampo foi substituída pela Tríplice Viral ou SCR - contra sarampo, caxumba e rubéola e a DPT foi substituída pela Tetravalente - contra difteria, coqueluche, tétano e influenza tipo B.

¹ Dados finais de 2005 atualizados até o mês de dezembro, sujeitos à revisão quando da atualização dos dados disponíveis de nascidos vivos - Banco SINASC.

Sobre o indicador

A vacinação é particularmente importante durante o primeiro ano de vida, quando as crianças estão mais vulneráveis a problemas de saúde em decorrência de doenças. A vacinação protege as crianças contra doenças que podem levá-las a

deficiências físicas e, inclusive, à morte. Além disso, este indicador revela se as crianças estão recebendo atenção médica regularmente.

Para comparação

Segundo o Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, em 2008, a cobertura vacinal no Brasil e no RS alcançou os seguintes percentuais:

	Poliomielite	Tetavalente	Tríplice	BCG
Brasil	98,7	97,1	99,2	107,1
Rio Grande do Sul	87,7	87,8	90,3	93,3

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Todas as crianças serão saudáveis e iniciarão a vida escolar aptas ao aprendizado.*

06. Gravidez na adolescência

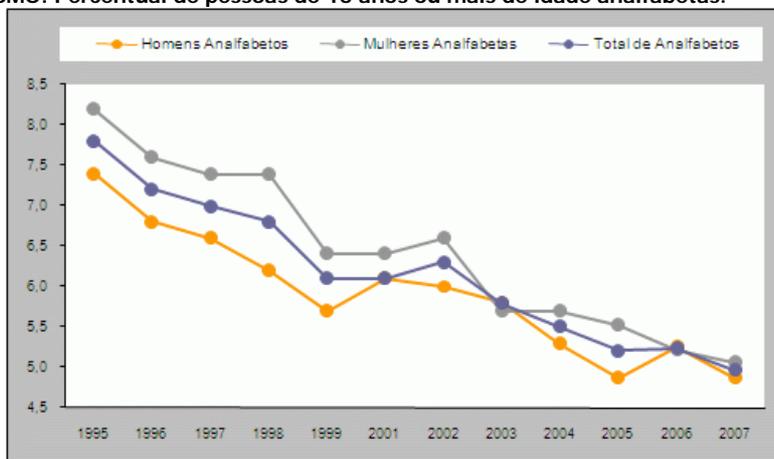
16. Mortalidade infantil

36. Taxa de pobreza

PROPÓSITO: OS ESTUDANTES SE DISTINGUIRÃO NAS ATIVIDADES ESCOLARES BÁSICAS E AVANÇADAS

Os gaúchos valorizam a educação, pois têm consciência de que uma população com um adequado nível de instrução está mais bem preparada para o mercado de trabalho e para participar da vida em comunidade com democracia, exercendo a cidadania em sua plenitude.

11. ANALFABETISMO: Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas.



Fonte: IPEADATA

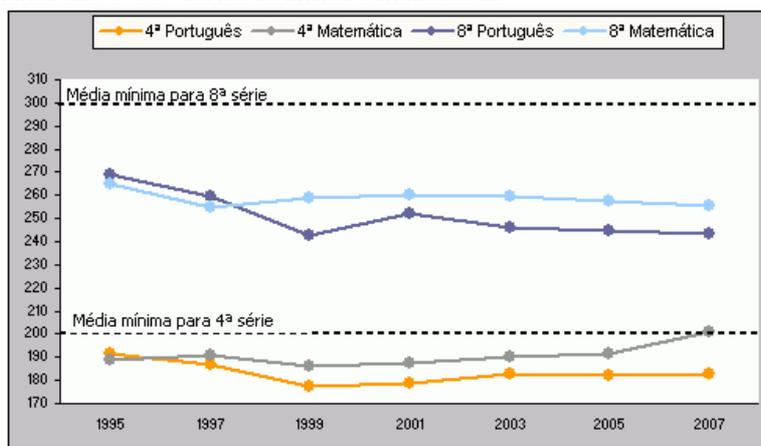
Sobre o indicador

Combater o analfabetismo é promover a inclusão social de segmentos da população que se encontram totalmente impedidos de participar, autonomamente, da vida democrática e do mercado de trabalho.

Para comparação

De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, em 2007, o percentual de analfabetos na população brasileira acima de 15 anos correspondia a 10%. Já no Rio Grande do Sul, este percentual era de 5%.

12. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL: Proficiência de língua portuguesa e matemática dos alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental.



Fonte: MEC/INEP

Nota: em 2005, as avaliações referem-se às escolas urbanas, sem federais.

Sobre o indicador

As médias do sistema de avaliação do ensino básico são apresentadas em uma escala de proficiência, que varia entre 0 e 500, capaz de descrever, em cada nível, as competências e as habilidades que os estudantes desses sistemas demonstram ter desenvolvido em língua portuguesa e matemática.

Para uma melhor interpretação dos dados, é preciso observar que, após quatro anos de escolarização, a média mínima satisfatória na escala do Sistema de Avaliação do Ensino Básico é da ordem de 200 pontos. Considera-se que os estudantes com proficiência próxima à média desenvolveram habilidades em português e matemática condizentes com uma alfabetização plena e conhecimento suficiente para garantir uma trajetória de sucesso ao longo dos anos subsequentes da escolarização básica. Para os concluintes do ensino fundamental o mínimo é de 300 pontos de proficiência em língua portuguesa e matemática.

Para comparação

Avaliação da educação básica - Ensino Fundamental: proficiência de língua portuguesa e matemática dos alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, em 2005 – Brasil x Rio Grande do Sul.

4ª Série do Ensino Fundamental

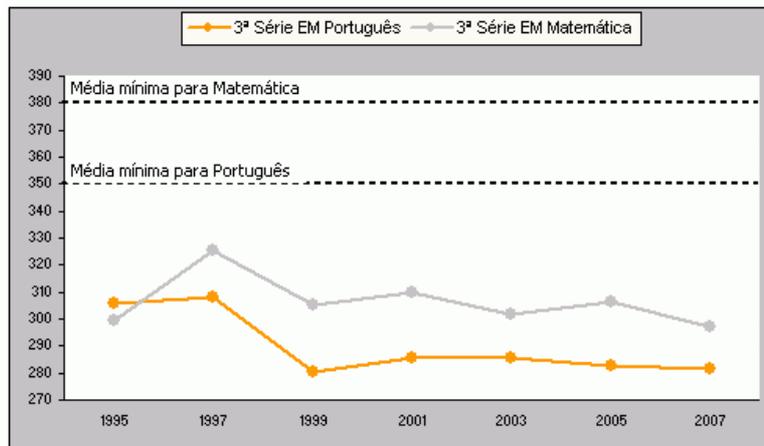
	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	175,8	193,5
Rio Grande do Sul	183,0	200,7

8ª Série do Ensino Fundamental

	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	234,6	247,3
Rio Grande do Sul	243,1	255,3

Fonte: MEC/INEP

13. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO MÉDIO: Proficiência de língua portuguesa e matemática dos alunos da 3ª série do Ensino Médio.



Fonte: MEC/INEP

Nota: em 2005, as avaliações referem-se às escolas urbanas, sem federais.

Sobre o indicador

A avaliação da assimilação dos conhecimentos alcançados no Ensino Médio é de grande importância para medir a capacidade do estudante em prosseguir sua vida acadêmica na universidade e/ou participar efetivamente do desenvolvimento da comunidade através do trabalho e das relações sociais.

As médias do sistema de avaliação do ensino básico são apresentadas em uma escala de proficiência, que varia entre 0 e 500, capaz de descrever, em cada nível, as competências e as habilidades que os estudantes desses sistemas demonstram ter desenvolvido em língua portuguesa e matemática.

Segundo o sistema de avaliação do ensino básico, o patamar mais apropriado e pedagogicamente condizente com a conclusão da educação básica situa-se, em torno de 350 pontos em português e 375 pontos em matemática. Nesse nível de proficiência os alunos dominam habilidades mais refinadas de leitura e matemática.

Para comparação

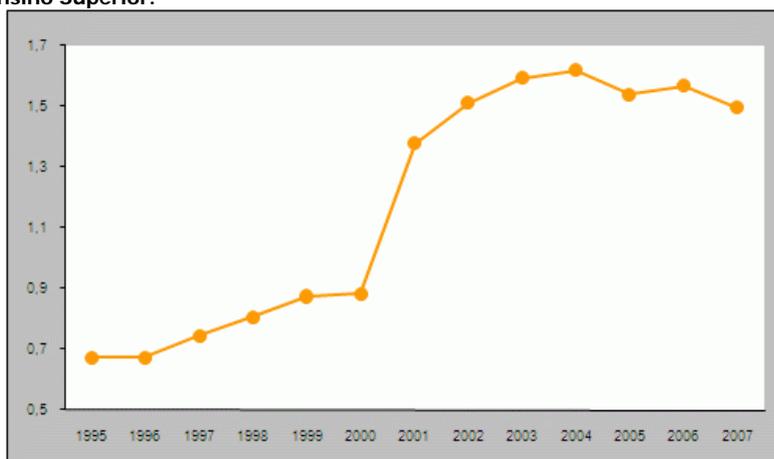
Avaliação da educação básica - Ensino Médio: proficiência de língua portuguesa e matemática dos alunos da 3ª série do Ensino Médio, em 2005 – Brasil x Rio Grande do Sul.

3ª Série do Ensino Médio

	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	261,4	272,9
Rio Grande do Sul	281,5	296,8

Fonte: MEC/INEP

14. INGRESSO NA UNIVERSIDADE: Percentual da população com mais de 18 anos de idade que ingressa anualmente no Ensino Superior.



Fonte: MEC/INEP/Censo da Educação Superior e IBGE/Censo 2000 e PNAD

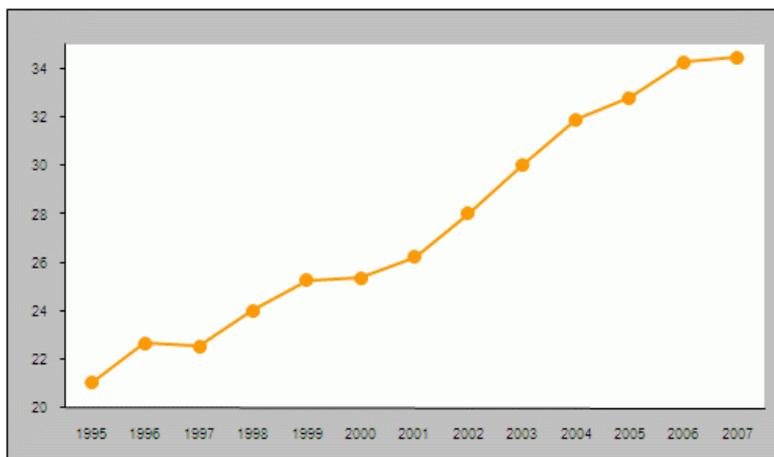
Sobre o indicador

Um número significativo de estudantes que acessam a Universidade pressupõe um bom aproveitamento no Ensino Médio e uma maior oferta no número de vagas no Ensino Superior.

Para comparação

No Brasil, 1,4% da população, acima de 18 anos ingressou na Universidade em 2007. No Rio Grande do Sul este percentual foi de 1,5%.

15. POPULAÇÃO COM ENSINO MÉDIO: Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com 11 anos ou mais de estudo.



Fonte: IBGE/Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

A conclusão do Ensino Médio é o requisito básico, tanto para o acesso ao Ensino Superior, como para a entrada no mercado de trabalho, cada vez mais exigente de um nível mínimo de qualificação.

Para comparação

Segundo dados do IBGE / PNAD, o percentual da população acima de 18 anos que havia concluído o Ensino Médio em 2007, no Brasil era de 34,41%, ao passo que, no Rio Grande do Sul, este valor era de 34,42%, idêntica à média nacional.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Os estudantes se distinguirão nas atividades acadêmicas básicas e avançadas.*

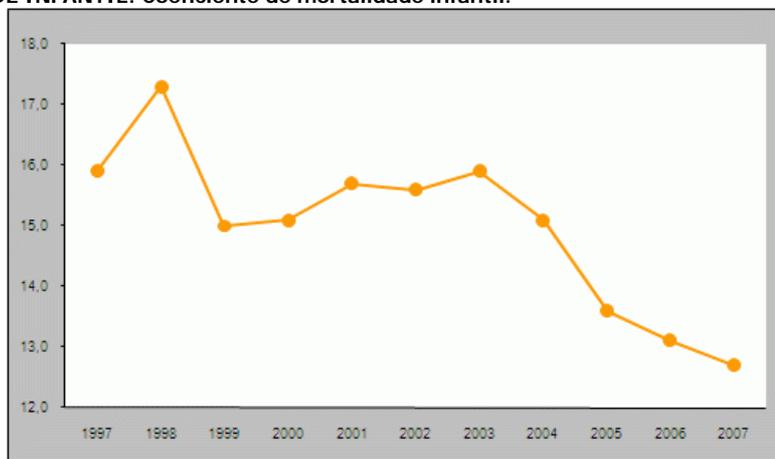
- 02. Crianças de baixa renda em idade escolar
- 03. Abandono escolar
- 04. Transferência escolar nos Ensinos Fundamental e Médio
- 33. Adultos com educação superior
- 34. Qualidade de vida
- 36. Taxa de pobreza

PROPÓSITO: OS GAÚCHOS SERÃO SAUDÁVEIS.

A preocupação com a saúde física e mental, de jovens e adultos, é uma realidade. Campanhas institucionais alertam a população que a prevenção é o melhor remédio. Uma boa alimentação, a prática freqüente de exercícios, exames periódicos preventivos e vacinações são instrumentos cada vez mais utilizados para manter uma boa saúde. Estes instrumentos servem, também, como indicadores das disparidades existentes entre as condições socioeconômicas de países e regiões.

.....

16. MORTALIDADE INFANTIL: Coeficiente de mortalidade infantil.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

Sobre o indicador

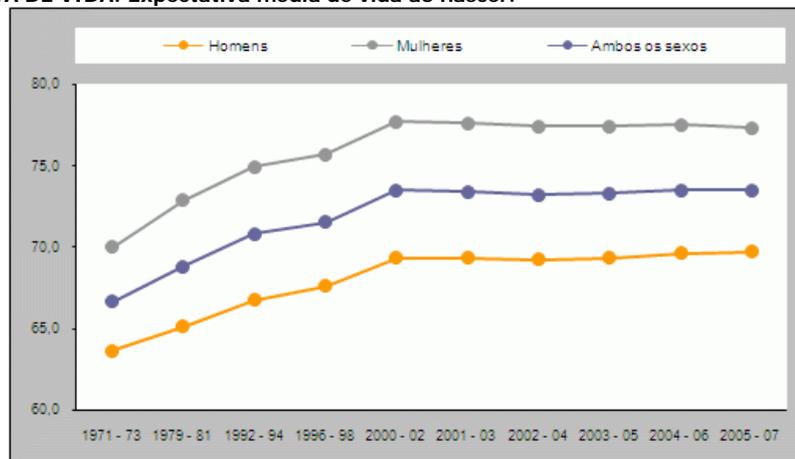
A mortalidade infantil corresponde ao número de mortes de crianças menores de 1 ano por 1.000 nascimentos. É um importante indicador, porque reflete a qualidade nos cuidados pré e pós-natal das crianças.

Para comparação

Segundo o DATASUS do Ministério da Saúde, em 2005, o coeficiente de mortalidade infantil estimado para o Brasil era de 21,2. Este mesmo coeficiente para o Rio Grande do Sul era de 13,7.

.....

17. EXPECTATIVA DE VIDA: Expectativa média de vida ao nascer.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

Sobre o indicador

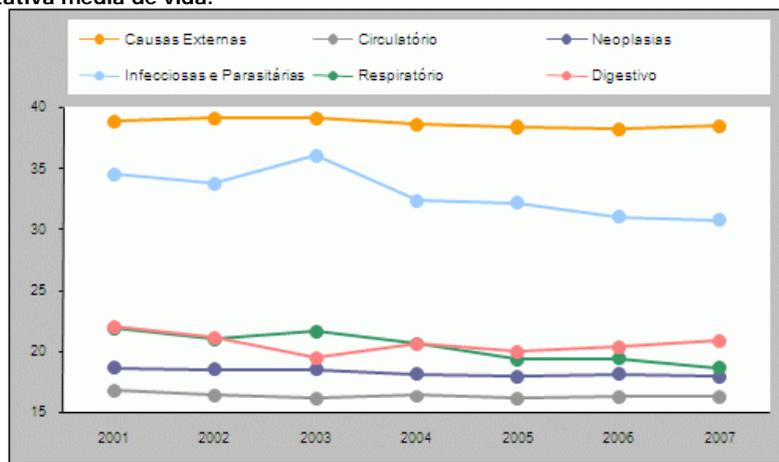
A expectativa de vida é um indicador da condição social de determinado país ou região, pois está intimamente relacionado com o nível de acesso ao sistema de saúde local e a adequação deste em responder às necessidades da população. A expectativa de vida, além de ser um indicador do nível de qualidade da saúde pública, retrata, por extensão, o *status* social e econômico de uma determinada população.

Para comparação

De acordo com os Indicadores e Dados Básicos de Saúde - IDB / 2007 do Ministério da Saúde, a expectativa de vida ao nascer em 2006, no Brasil, era de 72,3 anos. Para o Rio Grande do Sul, este valor era de 74,8 anos.

.....

18. MORTE PREMATURA: Média de anos de vida perdidos devido à morte por doenças, que ocorrem em idade abaixo da expectativa média de vida.

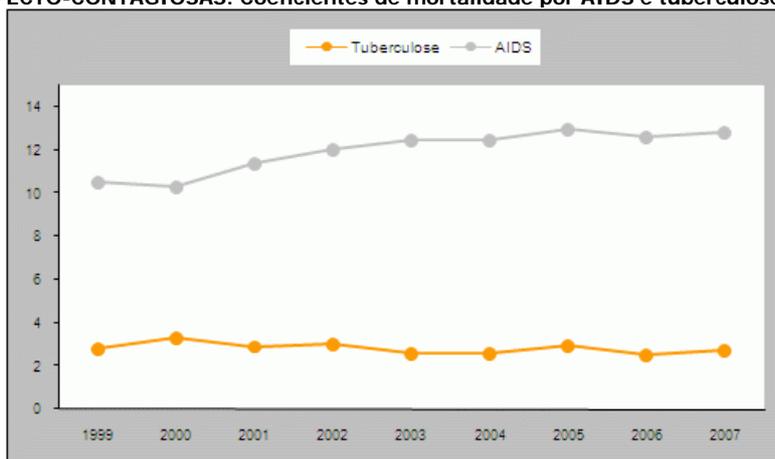


Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

Sobre o indicador

A morte, fora da faixa de expectativa de vida, sugere que o sistema de saúde é inadequado em responder às necessidades da população.

19. DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS: Coeficientes de mortalidade por AIDS e tuberculose.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

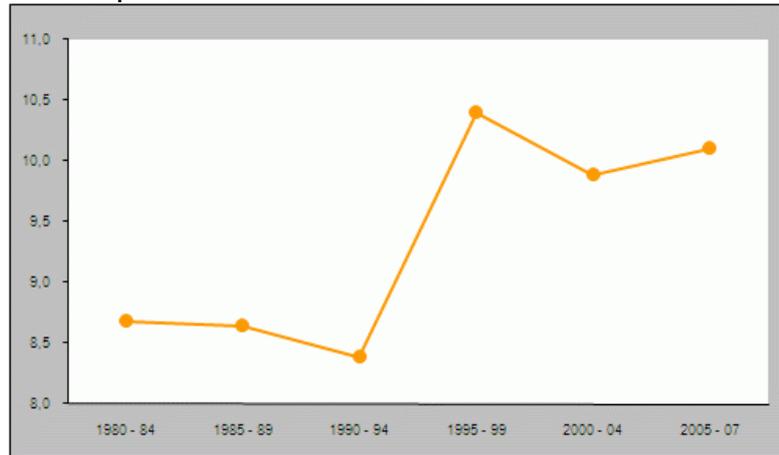
Sobre o indicador

Em conjunto com a educação, a saúde é um dos principais indicadores do desenvolvimento humano da população de uma determinada região e, por isso, normalmente, constitui-se em uma das áreas sociais prioritárias nos programas de desenvolvimento dos governos. Com relação às doenças infecto-contagiosas, o indicador é medido pela relação número de ocorrências de óbitos, devido à doença, por 100.000 habitantes.

Para comparação

Em 2005, segundo informações do DATASUS do Ministério da Saúde, o coeficiente de mortalidade por AIDS no Brasil era de 6,03 casos por 100.000 habitantes. No Rio Grande do Sul, no mesmo ano, este valor era de 13,1 casos por 100.000 habitantes. Já o coeficiente de mortalidade por tuberculose no Brasil em 2005 era de 2,57 óbitos por 100.000 habitantes, ao passo que no Rio Grande do Sul este valor era de 2,55.

20. MORTALIDADE POR LESÕES AUTOPROVOCADAS VOLUNTARIAMENTE (SUICÍDIO): Coeficiente de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde/NIS

Sobre o indicador

O coeficiente de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio) é o número de óbitos por 100.000 habitantes nesse tipo de ocorrência. É um importante indicador de saúde pública, pois, além de mensurar a prematuridade da ocorrência de óbitos, ele salienta a relevância a ser dada aos problemas de saúde mental, incluindo a depressão.

Para comparação

Segundo o Ministério da Saúde, em 2006, o coeficiente de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio) no Brasil era de 4,6 por grupo de 100.000 pessoas. No Rio Grande do Sul, este valor era de 10,5.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Os gaúchos serão saudáveis.*

- 01. Pobreza infantil
- 02. Crianças de baixa renda em idade escolar
- 05. Abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes
- 06. Gravidez na adolescência
- 09. Peso ao nascer
- 10. Cobertura das campanhas de vacinação
- 23. Mortalidade por acidentes de trânsito
- 34. Qualidade de vida
- 51. Poluição do ar urbano

Comunidade e Democracia

Visão Geral

Segurança nas Comunidades

Inclusão de PPDs

Participação e Democracia

Eficiência Governamental

VISÃO GERAL

Tendências em cada um dos propósitos.

Nossas comunidades serão seguras, amistosas e solidárias.

Os indicadores aqui utilizados apontam para algum progresso neste propósito. O indicador de trabalho voluntário, sob o *aspecto quantitativo*, apresenta crescimento, ainda que haja declínio sob o ponto de vista percentual. Em relação aos indicadores de criminalidade há uma tendência de redução no coeficiente de roubos, furtos e mortalidade por acidentes de trânsito. Já os indicadores de crianças e adolescentes infratores, bem como o de homicídios apresentam tendência de elevação.

As pessoas com deficiências físicas e/ou mentais estarão integradas à comunidade.

O indicador emprego para pessoas portadoras de deficiência oscila muito durante o período observado, não permitindo uma conclusão sobre sua tendência.

A população do Rio Grande do Sul participará das decisões e políticas governamentais.

O progresso nesse propósito é parcial, já que o indicador de abstenção eleitoral alterna seus valores, em especial nos primeiros turnos eleitorais, enquanto que, no processo de participação popular houve sensível queda no número de participantes durante o período 2006 - 2007. É interessante observar que, em relação ao indicador de abstenção eleitoral, o percentual de abstenção é sempre maior no 2º turno das eleições.

Os governos municipais e estadual prestarão um serviço eficiente e eficaz, atendendo às necessidades da população que o utiliza.

Apesar da oscilação dos dois indicadores que medem este propósito no período observado, verifica-se, nos últimos anos uma constante elevação no preço do governo e uma redução na satisfação com os serviços do governo na última pesquisa realizada, exceto no último período analisado, quando houve uma sensível melhora nesse indicador.

Situação Atual

Os propósitos dessa área referem-se à importância da participação popular e da segurança nas comunidades. Alguns aspectos da vida em comunidade, como coeficientes de criminalidade e abstenção eleitoral, são indicadores razoavelmente fáceis de serem medidos. Já indicadores que tratam da eficiência e satisfação com os serviços governamentais têm maior complexidade e, para tal, são efetuadas pesquisas de opinião que buscam avaliar a qualidade dos serviços públicos. Estas pesquisas apresentaram um maior grau de satisfação com os serviços do governo no período 2006/2008.

Com relação à segurança pública, percebe-se que, contrapondo-se ao elevado grau dos índices de criminalidade no Rio Grande do Sul nos últimos anos, há um aumento na participação e solidariedade entre as pessoas, conforme aponta o indicador de trabalho voluntário. Comparativamente à situação nacional, observa-se que, nos propósitos e indicadores dessa área, a situação do Rio Grande do Sul é melhor nos indicadores de coeficiente de homicídios e abstenção eleitoral. Já nos demais coeficientes de criminalidade, furtos e roubos, a situação no Rio Grande do Sul é pior que a média nacional.

Progressos

Houve pouco progresso em cada um dos propósitos. Além de uma significativa elevação no índice de satisfação com os serviços do governo, de acordo com a última pesquisa de opinião efetuada pelo governo estadual, observam-se o aumento no número de escolas, pessoas físicas e jurídicas que se cadastram em programas de trabalho voluntário. No quesito participação popular, apesar de ocorrerem flutuações nos percentuais de abstenção eleitoral, a obrigatoriedade do voto o torna pequeno, quando comparado a outros países. Na área de segurança pública houve uma pequena redução nos coeficientes de furto e roubo em 2008. É interessante observar que o indicador de mortalidade por acidentes de trânsito é sempre maior que os coeficientes de homicídio e irá se refletir na mortalidade por causas externas.

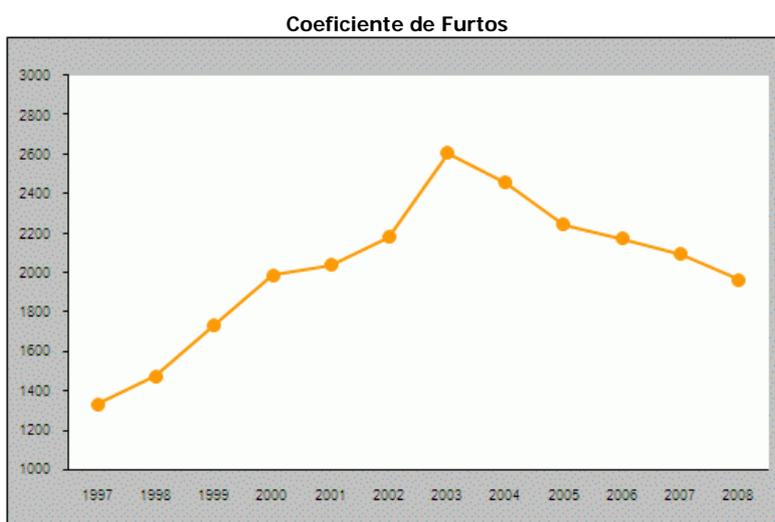
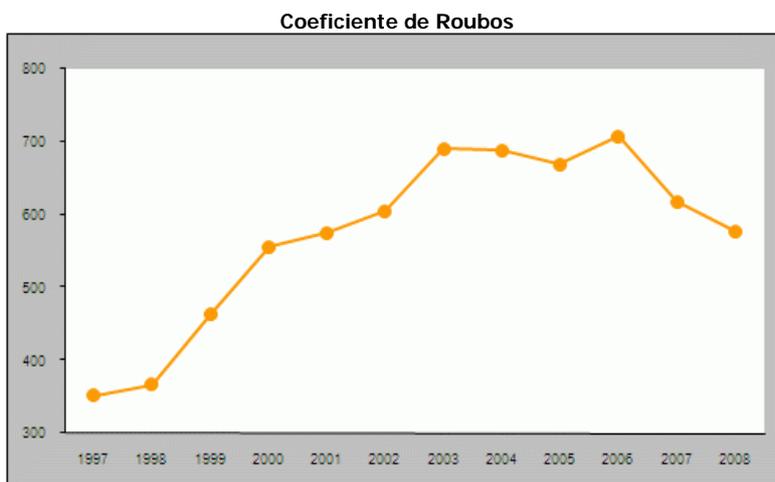
Desafios

Apesar de relativo progresso em alguns dos propósitos, muitos desafios permanecem e são preocupantes. Um deles é a baixa participação das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho formal. Outra grande preocupação são os elevados valores dos coeficientes de criminalidade. No Rio Grande do Sul, eles são maiores que a média nacional, exceto homicídios. Outro indicativo do aumento da criminalidade é o aumento de crimes cometidos por crianças e adolescentes. Também, o preço cobrado pelos governos municipais e do estado, para prestação dos serviços públicos, tiveram uma elevação nos últimos anos, além de encontrar-se em um patamar bastante elevado, quando comparado a seu menor valor histórico.

PROPÓSITO: NOSSAS COMUNIDADES SERÃO SEGURAS, AMISTOSAS E SOLIDÁRIAS.

As pessoas querem sentir-se confortáveis e seguras em suas comunidades. Quando estes sentimentos prevalecem, as pessoas tendem a ter um maior envolvimento com suas comunidades.

21. VIOLÊNCIA E PROPENSÃO AO CRIME: Coeficientes de homicídios, roubos e furtos.



Fonte: Secretaria da Justiça e Segurança do RS e IBGE/ Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

Os coeficientes de criminalidade são importantes aspectos em relação à segurança da comunidade e são medidos como o número de ocorrências nos delitos de homicídio, furto e roubo para cada grupo de 100.000 pessoas.

Para comparação

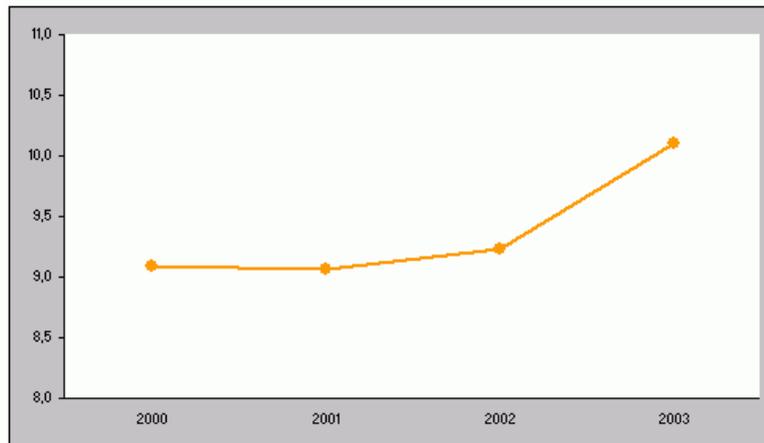
Coeficientes de criminalidade no Brasil e Rio Grande do Sul, em 2005.

	Homicídios	Roubos	Furtos
Brasil	22,2	519,4	1.163,1
Rio Grande do Sul	12,5	669,3	2.253,0

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública

Z'.....

22. CRIANÇAS E ADOLESCENTES INFRATORES: Coeficiente de ocorrências criminais por autoria de crianças e adolescentes.



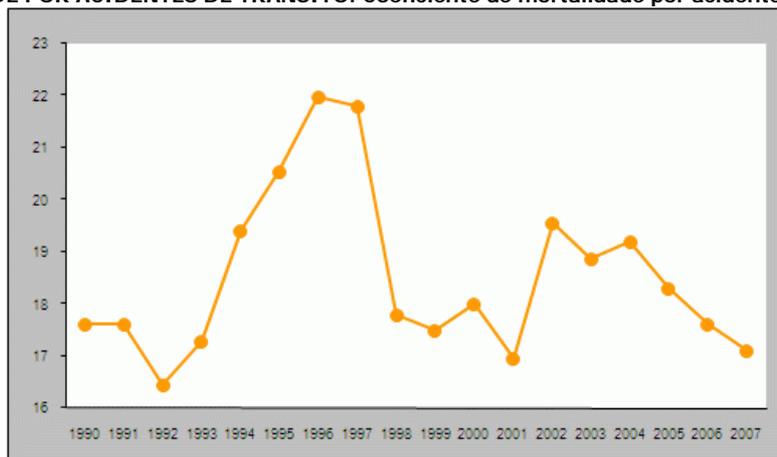
Fonte: Secretaria da Justiça e Segurança do RS /Delegacia da Criança e do Adolescente e Polícia Civil/Divisão de Planejamento e Coordenação - Serviço de Estatística; IBGE/Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

Este indicador mede o número de ocorrências criminais cometidos por crianças e adolescentes, por grupo de 1.000 habitantes com idade entre 10 e 17 anos. Os números da criminalidade infanto-juvenil são importantes fatores de segurança para a comunidade. Também é um indicador que, normalmente, retrata a qualidade no ambiente familiar da criança e do adolescente.

.....

23. MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRÂNSITO: Coeficiente de mortalidade por acidentes de trânsito



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde / NIS

Sobre o indicador

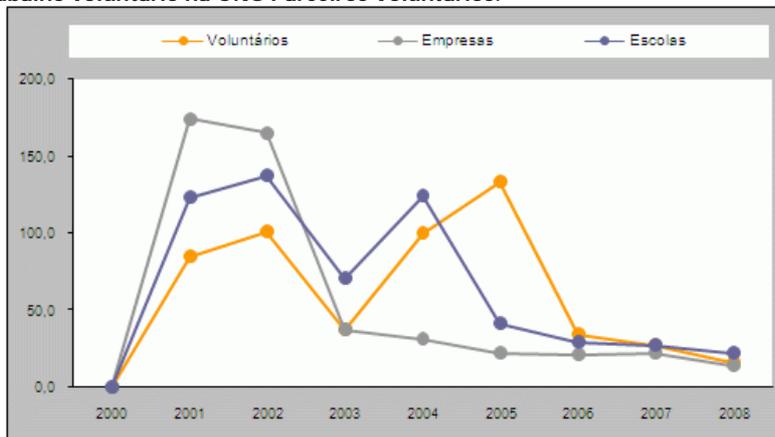
Coeficiente de mortalidade por acidentes de trânsito é o número de óbitos em uma comunidade, por 100.000 habitantes, neste tipo de ocorrência. Este indicador reflete o nível de compatibilidade entre o ambiente construído das cidades, o comportamento de motoristas e pedestres e a educação e fiscalização do trânsito. Além disso, também reflete o impacto

sobre o custo da saúde pública dos acidentados, sem contar os prejuízos causados às pessoas que adquirem deficiências físicas permanentes.

Para comparação

Segundo informações do DENATRAN, em 2006, o coeficiente de mortalidade por acidentes de trânsito no Brasil era de 10,6 ocorrências por 100.000 habitantes, enquanto que no Rio Grande do Sul esse valor era 16,6.

24. TRABALHO VOLUNTÁRIO: Variação percentual anual do número de pessoas, empresas e escolas envolvidas em trabalho voluntário na ONG Parceiros Voluntários.



Fonte: ONG Parceiros Voluntários

Sobre o indicador

O trabalho voluntário reflete o senso de comprometimento das pessoas com a sua comunidade, pois trata-se de trabalho não remunerado, prestado por pessoas em benefício da comunidade. O trabalho realizado é gerado pelo impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo, quanto às suas próprias motivações pessoais.

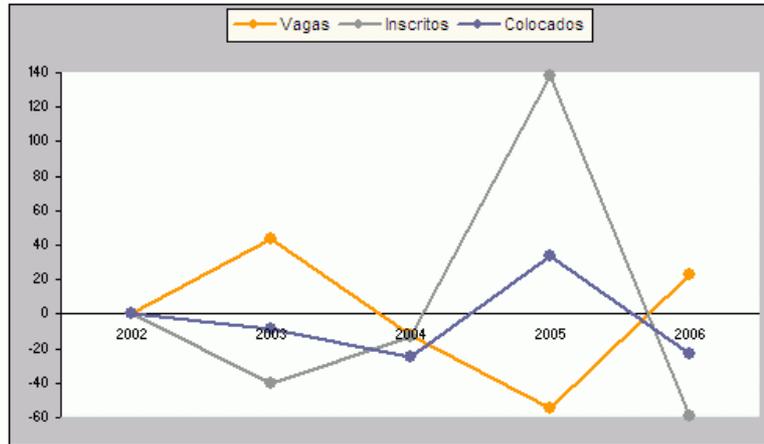
INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Nossas comunidades serão seguras, amistosas e solidárias.*

- 17. Expectativa de vida
- 18. Morte prematura

PROPÓSITO: AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA ESTARÃO INTEGRADAS À COMUNIDADE.

Este propósito reflete a luta pela inclusão, cidadania e equiparação de oportunidades a um importante segmento da população gaúcha: as pessoas portadoras de deficiência.

25. EMPREGO PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA: Variação percentual do número de vagas existentes para PPDs, de PPDs inscritos e de PPDs colocados no mercado formal de trabalho (2002 = 100).



Fonte: Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social/SINE

Sobre o indicador

O nível de emprego entre as pessoas portadoras de deficiência, é um importante indicativo da sua participação na vida da comunidade.

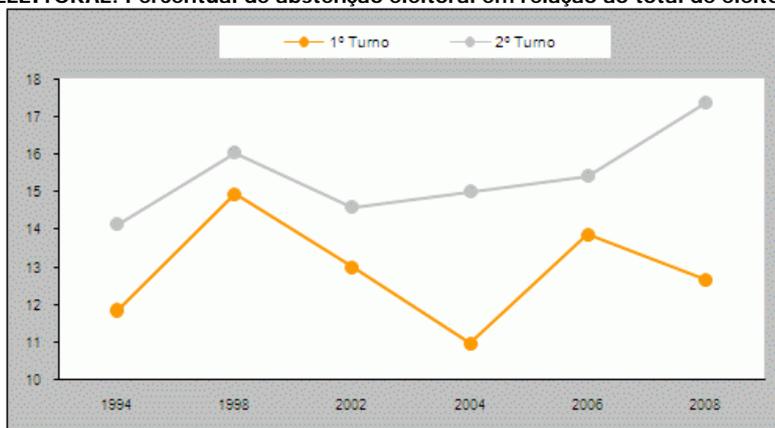
INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *As pessoas com deficiências físicas e/ou mentais estarão integradas à comunidade.*

31. Nível de ocupação da PEA

PROPÓSITO: A POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL PARTICIPARÁ DAS DECISÕES E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.

Este propósito reflete o desejo dos gaúchos em ter um governo representativo da sociedade e democrático, bem como acreditar que uma ampla participação dos cidadãos no processo político e nas decisões governamentais são sinais de uma democracia saudável.

26. ABSTENÇÃO ELEITORAL: Percentual de abstenção eleitoral em relação ao total de eleitores.



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

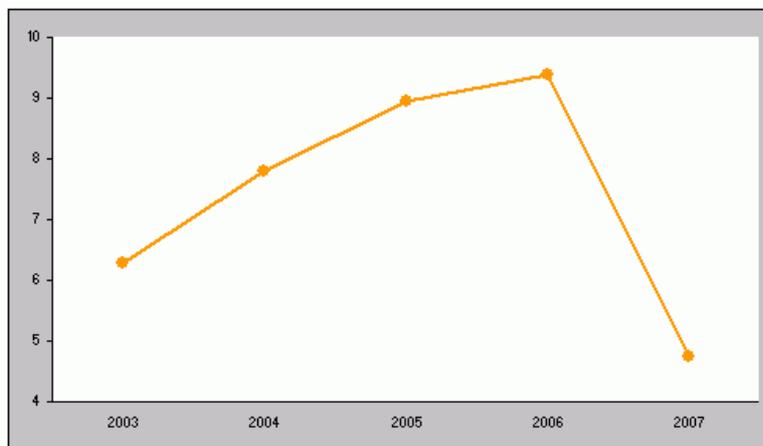
Sobre o indicador

Este é um indicador que demonstra o grau de interesse do cidadão no seu poder de interferir na condução da política governamental.

Para comparação

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, a abstenção eleitoral no 1º turno das eleições de 2008, no Brasil, foi de 14,53%. Já, no Rio Grande do Sul, este valor foi de 12,68%.

27. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR: Percentual de votantes no Processo de Participação Popular em relação ao total de eleitores.



Fonte: Gabinete da Vice-Governadoria do Rio Grande do Sul

Sobre o indicador

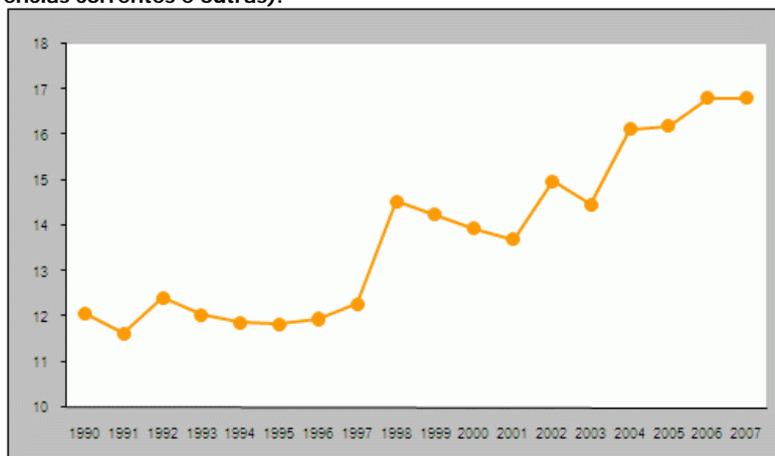
Este é um importante instrumento político, pois estimula o interesse do cidadão na participação da elaboração da peça orçamentária, bem como nas discussões das estratégias de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul amadureceu, ao longo da última década, diversas experiências de participação popular em busca da qualificação de sua política, preservando sua condição de vanguarda no cenário nacional. O Processo de Participação Popular é uma síntese daquilo que há de melhor em cada uma delas, integrando-se, definitivamente, como uma instituição na vida política do Estado. Desta forma, busca-se um salto, no sentido do aprofundamento da democracia e da consolidação da participação popular nas decisões de governo. É importante salientar que o seu sucesso depende, entretanto, da participação de cada cidadão.

PROPÓSITO: OS GOVERNOS MUNICIPAIS E ESTADUAL PRESTARÃO UM SERVIÇO EFICIENTE E EFICAZ, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO QUE O UTILIZA.

Este propósito procura avaliar se a contribuição dos gaúchos para a manutenção dos serviços públicos municipais e estaduais está em consonância com a qualidade dos serviços prestados.

28. PREÇO DO GOVERNO: Participação percentual das receitas correntes municipal e estadual na renda *per capita* da população (receitas correntes tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes e outras).



Fonte: SEFAZ/Contadoria e Auditoria-Geral do Estado/Balço Geral do Estado de 1986 a 2000; Tribunal de Contas/Contas Públicas; FEE.

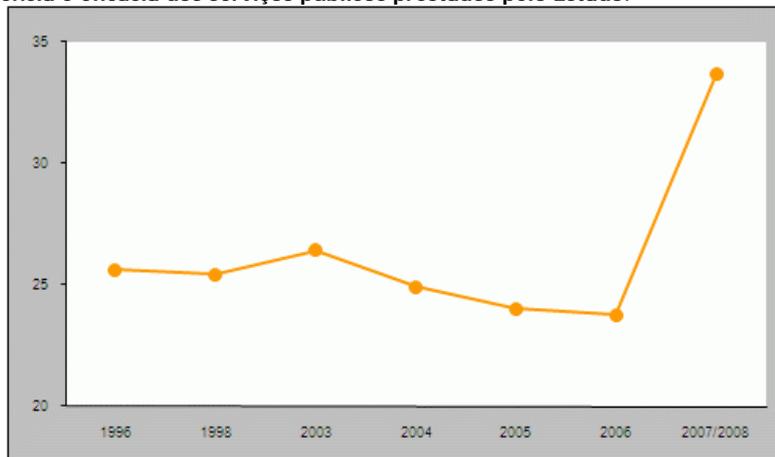
Sobre o indicador

Este indicador busca medir o custo, para o cidadão gaúcho, dos serviços prestados pelos governos municipais e estadual.

Para comparação

Segundo o IBGE / Sistema de Contas Nacionais a carga tributária bruta federal (impostos + taxas + contribuições) em relação ao PIB, nos anos de 2003 a 2006 foi respectivamente: 21,21%; 21,92%; 22,79% e 22,86%.

29. SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS DO GOVERNO: Percentual de usuários muito satisfeitos e satisfeitos com a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados pelo Estado.



Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão do RS

Sobre o indicador

A Lei Estadual 11.075/98 instituiu o Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos que busca níveis crescentes de universalização e qualidade dos serviços públicos e determina à Secretaria da Coordenação e Planejamento e à AGERGS a tarefa de acompanhar as metas, os indicadores e a opinião dos seus usuários através de pesquisas periódicas.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Os governos municipais e estadual prestarão um serviço eficiente e eficaz, atendendo às necessidades da população que o utiliza.*

30. Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado

Economia

Visão Geral

Crescimento Econômico Sustentável

Capacitação da Força de Trabalho

Padrão de Vida

Condições de Moradia

Viabilidade Econômica das Pequenas Comunidades

VISÃO GERAL

Tendências em cada um dos propósitos.

O crescimento econômico do Rio Grande do Sul será contínuo e sustentável.

A economia do Rio Grande do Sul, na última década, tem se alternado, de forma cíclica, entre períodos de maior e menor crescimento. Na maioria das vezes, isso ocorre devido à subordinação da economia gaúcha às políticas macroeconômicas (taxa de câmbio, taxa de juros etc.) do Governo Federal. A tendência atual é que esta situação permaneça. Deve-se salientar que o percentual de participação do PIB gaúcho no PIB brasileiro é declinante.

O Rio Grande do Sul será competitivo nos mercados nacional e internacional, através da educação e capacitação dos trabalhadores.

De acordo com o indicador que mede esse propósito, a tendência é de progresso em relação a esse aspecto.

Os gaúchos deverão ter condições econômicas para manter um bom padrão de vida.

Há progressos em relação a este propósito sem, entretanto, alcançar todos os gaúchos.

Todos os cidadãos deverão ter uma moradia digna e recursos para provê-la.

Pode-se dizer que não há progresso em relação a este propósito, pois, tanto o déficit habitacional, como o indicador de casa própria permanecem, mais ou menos, estáveis.

Pequenas comunidades serão economicamente viáveis, com boas condições de infra-estrutura, emprego, educação e lazer.

Pode-se afirmar que há pouco progresso nesse propósito, pois a tendência, de acordo com os indicadores de resultado utilizados, é que as localidades caracterizadas por pequenos municípios continuem a enfrentar grandes dificuldades para estimular seu desenvolvimento.

Situação Atual

Uma região ou localidade que almeja uma economia forte e saudável não deve se basear apenas nos propósitos referentes à situação das famílias ou de indivíduos, de forma isolada, mas deve levar em consideração outros fatores, tais como: qualidade da educação e proteção ao meio ambiente, que são as bases de uma economia sustentável. O Rio Grande do Sul sempre foi considerado um estado brasileiro com uma economia forte, além de oferecer um bom padrão de vida à sua população. Entretanto, observando-se os indicadores de resultado dos vários propósitos de melhoria, observa-se que são grandes os desafios, e que há muito por fazer, de forma a garantir um crescimento econômico constante e sustentável do Rio Grande do Sul. Confrontando esses propósitos com a situação nacional, observa-se que o Rio Grande do Sul está melhor no indicador de taxa de pobreza, levemente melhor no número de adultos com educação superior, média mensal da renda das famílias, casa própria e condições da malha viária. Com relação ao Produto Interno Bruto, em 2004 e 2005, o crescimento do PIB do Rio Grande do Sul foi menor que o nacional, embora o PIB *per capita* dos gaúchos seja maior que o nacional há vários anos.

Progressos

Na área de economia, houve algum progresso no indicador de qualidade de vida da população gaúcha, conforme é possível comprovar através do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), apesar de sua estabilização nos últimos anos, inclusive quando o índice é desdobrado por blocos. Também há uma tendência de crescimento no percentual de adultos com Educação Superior. E, de acordo com o Censo 2000 do IBGE, apenas quatro unidades da Federação têm renda média maior que a do Rio Grande do Sul: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, respectivamente. Também, os conceitos obtidos nas condições da malha viária melhoraram a partir de 2004, mantendo-se no mesmo patamar em 2005.

Desafios

Um grande desafio é obter condições para a economia gaúcha amenizar o efeito, às vezes perverso, das políticas do governo federal, sobre o crescimento do PIB do Rio Grande do Sul, especialmente devido à sua vocação de estado exportador.

Apesar de ter havido progressos nos indicadores de qualidade de vida da população do Rio Grande do Sul, esse sinal de prosperidade não alcançou a todos os gaúchos. Houve um aumento no percentual de pessoas com rendimento médio mensal de até 1 salário mínimo, e em relação à moradia, houve um acréscimo no *déficit* habitacional com tendência à estabilização e o percentual de famílias gaúchas com casa própria, apesar das oscilações, apresenta tendência de crescimento ao longo do período considerado.

Os maiores desafios, segundo a avaliação dos indicadores de resultado da área, são viabilizar economicamente as pequenas localidades urbanas e rurais. Praticamente a metade dos municípios gaúchos, localizados predominantemente no norte do Estado, teve decréscimo populacional entre 2001 e 2005 e, quase 20% deles, ainda não têm acesso asfáltico à sede municipal – dados de 2008. A maioria desses municípios é de pequeno porte, onde se registra, também, a diminuição do número de empresas.

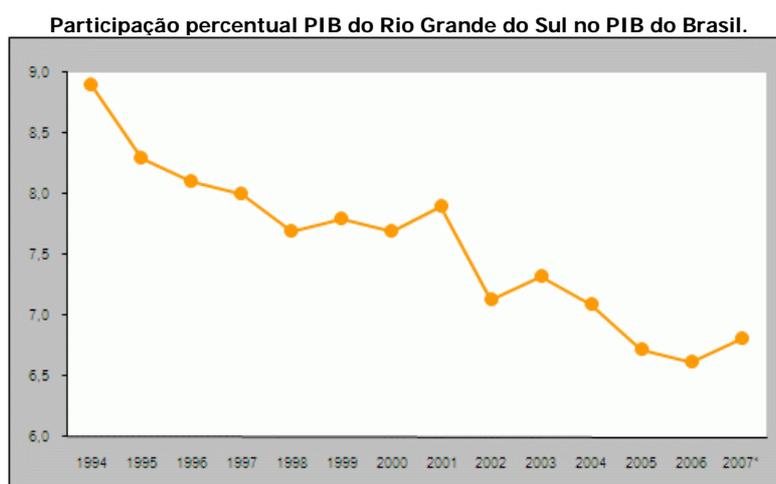
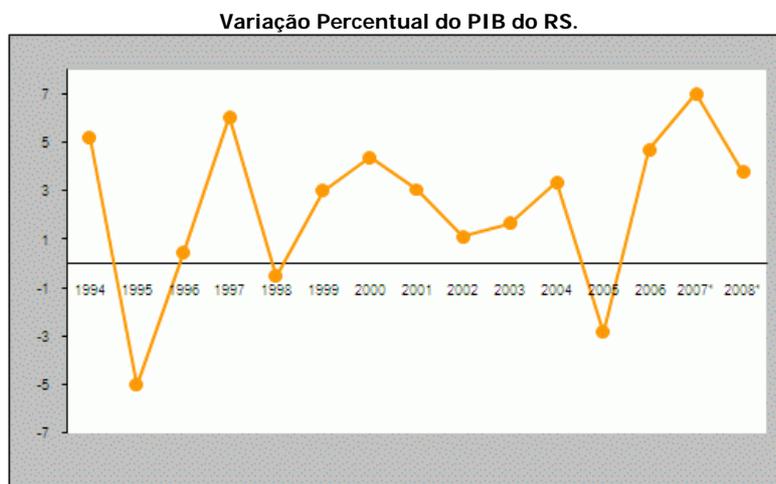
Por fim, em relação à renda, dos *vinte e dois*¹ Conselhos Regionais de Desenvolvimento, em apenas dois - no Metropolitano Delta do Jacuí e Serra, o rendimento médio do responsável pelo domicílio está acima do valor médio (R\$ 800,00) do Estado.

¹ À época dos levantamentos feitos, existiam 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Atualmente são 28 COREDES.

PROPÓSITO: O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL SERÁ CONTÍNUO E SUSTENTÁVEL.

O crescimento econômico é responsável pela criação de novos empregos e melhores oportunidades de trabalho, resultando em significativa melhoria do padrão de vida das pessoas. Entretanto, é importante que ele seja realizado de forma sustentável, através de ações de longo prazo que resultem em prosperidade econômica aliada à preservação dos recursos naturais.

30. CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO: Variação percentual do Produto Interno Bruto e Participação percentual PIB do Rio Grande do Sul no PIB do Brasil.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística do RS / Núcleo de Contabilidade Social e IBGE / Departamento de Contas Nacionais. A partir de 2002, nova metodologia para a série Contas Nacionais e Regionais do IBGE e FEE.

Sobre o indicador

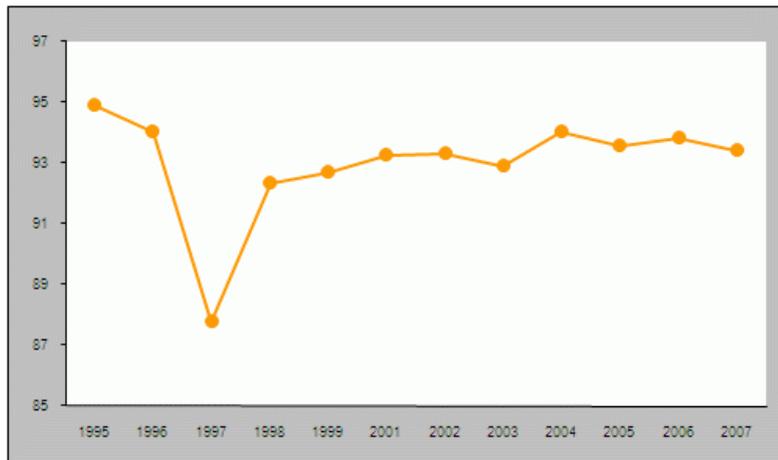
O Produto Interno Bruto – PIB é a medida mais comum do desempenho de uma economia. O crescimento contínuo do PIB é um indicador de economia saudável.

Para comparação

Variação anual do Produto Interno Bruto do Brasil, segundo o IBGE, e do Rio Grande do Sul, segundo a Fundação de Economia e Estatística:

	Variação anual do PIB		
	2003	2004	2005
Brasil	0,5	5,2	2,3
Rio Grande do Sul	1,7	3,4	-2,8

31. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA: Percentual da População Economicamente Ativa ocupada.



Fonte: IBGE/PNAD

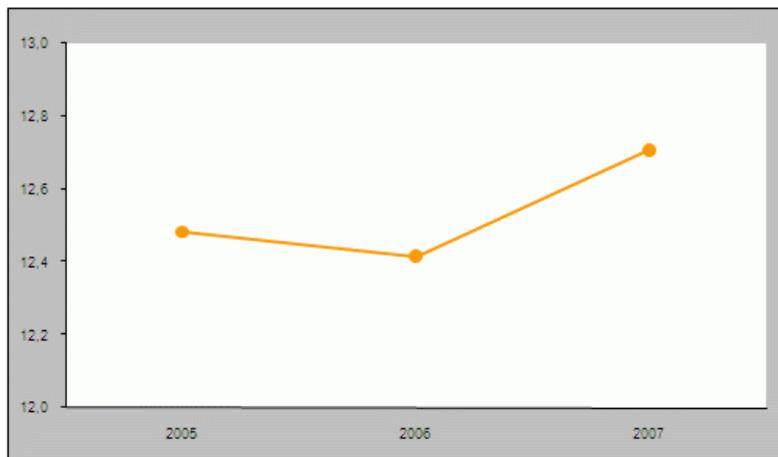
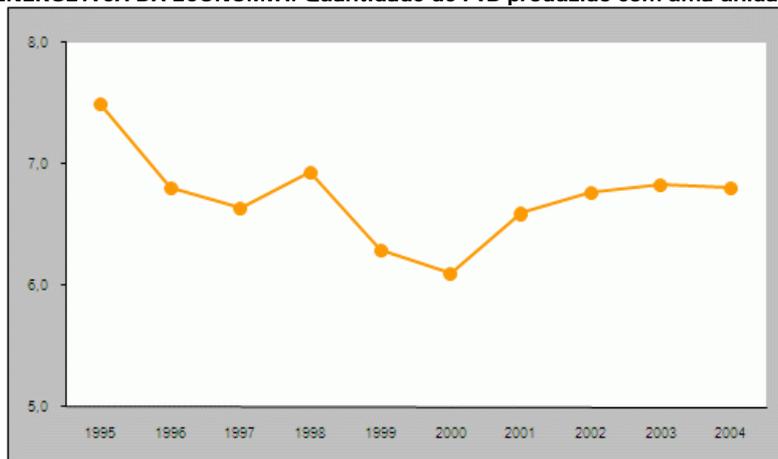
Sobre o indicador

Uma taxa elevada de ocupação da PEA é um indicativo de uma economia regional forte e sustentável.

Para comparação

Em 2006, segundo a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativas ocupadas na semana de referência da pesquisa era de 91,6% no Brasil, e no Rio Grande do Sul de 93,9%.

32. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DA ECONOMIA: Quantidade de PIB produzido com uma unidade de energia.



Fonte: SEMC/Balanco Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul – até 2004; CEEE / Balanco Energético do Estado do Rio Grande do Sul 2005/2006/2007 e FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

Notas:

Para efeito de cálculo foram considerados PIB, consumo de energia e a produtividade energética para 1994 = 100.

A partir de 2002, nova metodologia de cálculo do PIB Contas Regionais do IBGE.

Até 2004 o dado refere-se a demanda total de energia primária e secundária.

Em 2005 ocorre troca de metodologia do BERS - Balanço Energético do RS para compatibilização com o BEN - Balanço Energético Nacional e com o padrão internacional.

Sobre o indicador

A eficiência energética da economia é calculada dividindo-se o Produto Interno Bruto - PIB pelo consumo total de energia, no período de um ano. O resultado da divisão corresponde à quantidade de PIB produzida, em reais (R\$), com uma unidade de energia, medida em toneladas equivalentes em petróleo (tEP). Quanto maior o valor desta razão, mais eficiente será a economia em termos energéticos.

Para comparação

A quantidade de PIB, em reais, produzido por tonelada equivalente em petróleo - tEP, em 2000, no Brasil foi de R\$ 6.404,35. No Rio Grande do Sul este valor foi de R\$ 6.100,05. Fonte: MME. Balanço Energético Nacional 2004 e CEEE. Balanço Energético do RS 2005/2006/2007.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *O crescimento econômico do Rio Grande do Sul será contínuo e sustentável.*

35. Média da renda das famílias do Rio Grande do Sul comparada com a média da renda das famílias no Brasil

40. Demografia de empresas

41. Disparidades regionais na renda

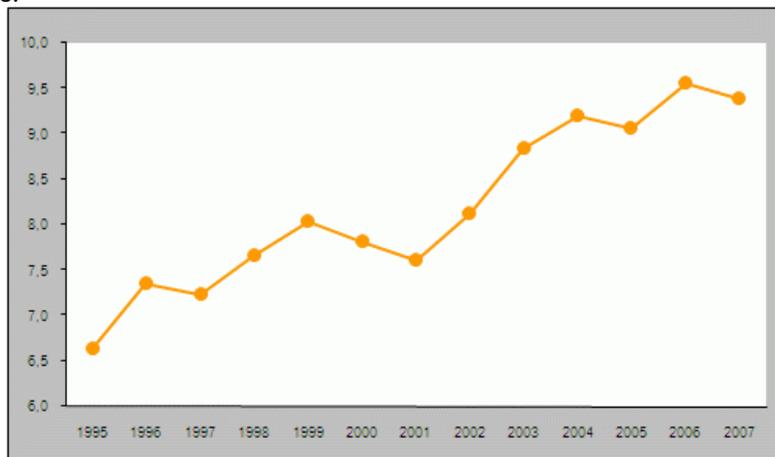
44. Consumo de energia *per capita*

45. Fontes renováveis de energia

PROPÓSITO: O RIO GRANDE DO SUL SERÁ COMPETITIVO NOS MERCADOS NACIONAL E INTERNACIONAL, ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SEUS TRABALHADORES.

Este propósito baseia-se na necessidade, cada vez maior, de uma força de trabalho qualificada, em termos de conhecimento e habilidades, para que a economia gaúcha se mantenha forte e competitiva.

33. ADULTOS COM EDUCAÇÃO SUPERIOR: Percentual da população de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo.



Fonte: IBGE/Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

Estados e regiões que têm a população adulta com elevado nível de educação tendem a ter economias mais fortes e saudáveis e, conseqüentemente, proporcionar um melhor padrão de vida em suas comunidades. Uma força de trabalho bem qualificada, em conhecimento e habilidades, especialmente em áreas tecnológicas, também é um importante fator para a atração de investimentos externos e novos empreendimentos.

Para comparação

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, em 2007, no Brasil, 9,6% da população de 25 anos ou mais de idade possuía educação de nível superior. No Rio Grande do Sul este valor correspondia a 9,4%.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *O Rio Grande do Sul será competitivo nos mercados nacional e internacional através da educação e capacitação dos trabalhadores*

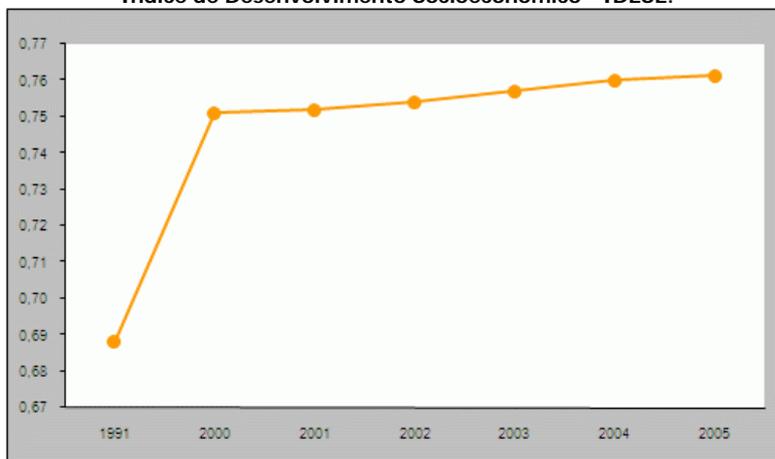
- 14. Ingresso na Universidade
- 15. Concluintes no Ensino Médio

PROPÓSITO: OS GAÚCHOS DEVERÃO TER CONDIÇÕES ECONÔMICAS PARA MANTER UM BOM PADRÃO DE VIDA.

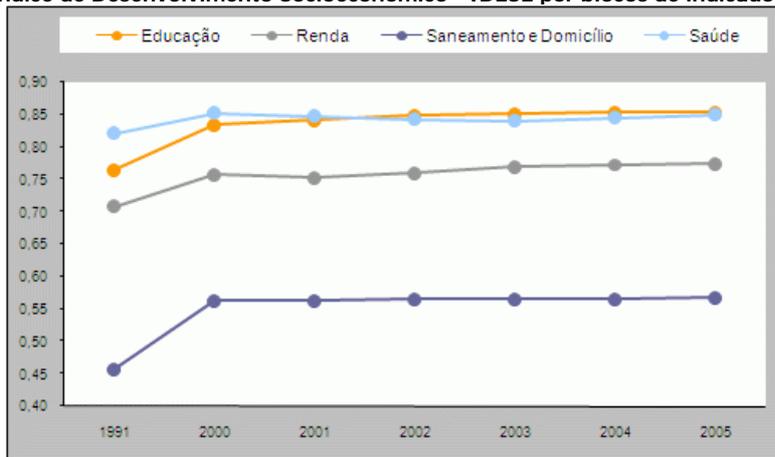
A avaliação periódica do nível da qualidade e do padrão de vida da população de um determinado estado ou região permite aumentar a eficiência e a eficácia da administração pública, contribuindo para o estabelecimento de metas e prioridades.

34. QUALIDADE DE VIDA:

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE.



Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE por blocos de indicadores



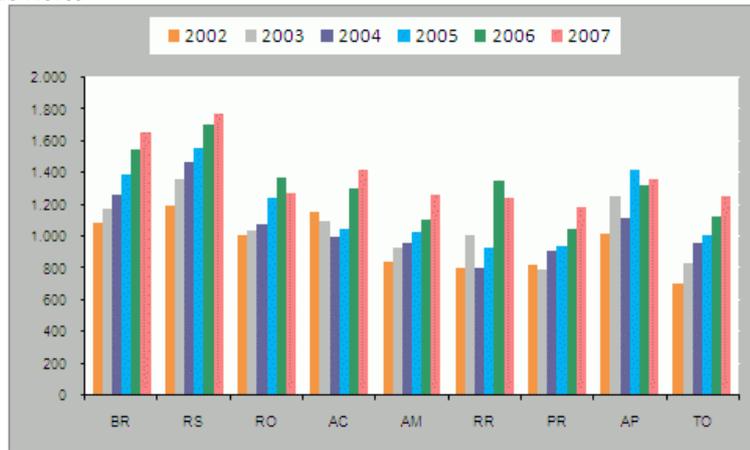
Fonte: Fundação de Economia e Estatística

Sobre o indicador

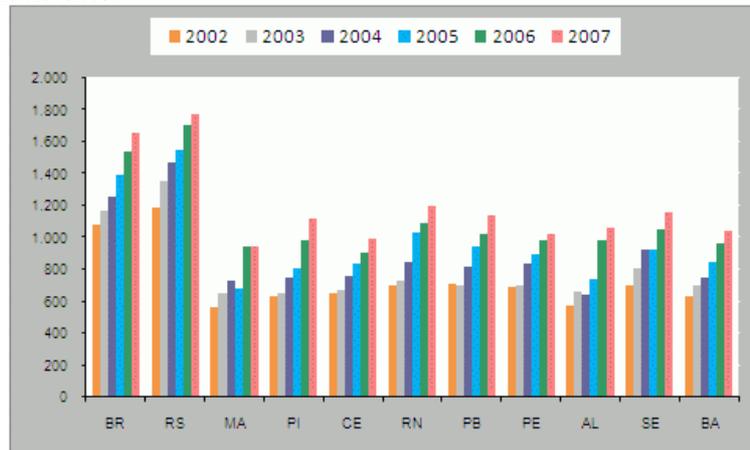
O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) é um índice sintético, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos com o objetivo de mensurar o grau de desenvolvimento dos municípios e do Estado. O IDESE é resultado da agregação, com a mesma ponderação, de quatro blocos de indicadores: Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda. Cada um dos blocos, por sua vez, resulta da agregação de diferentes variáveis. Os índices variam de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (desenvolvimento total). Localidades com índice até 0,499 têm desenvolvimento considerado baixo; localidades com índices entre 0,500 e 0,799 são consideradas de médio desenvolvimento e localidades com índices maiores do que 0,800 têm desenvolvimento considerado alto.

35. RENDA FAMILIAR: Valor do rendimento médio mensal domiciliar, em reais (R\$), no Rio Grande do Sul e nas demais unidades da federação.

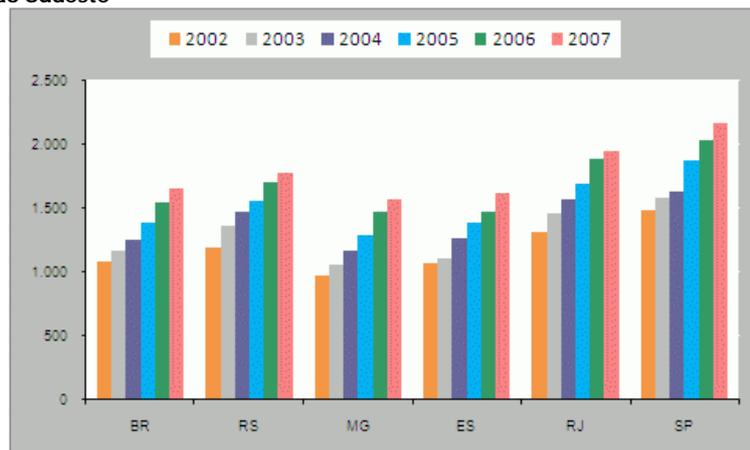
Brasil x RS x Região Norte



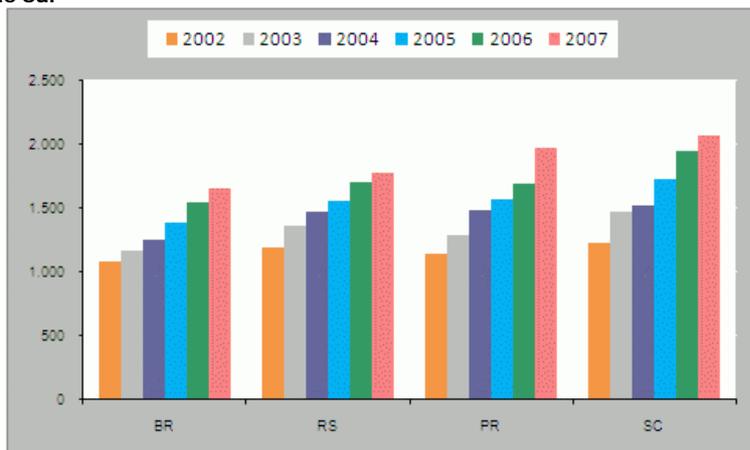
Brasil x RS x Região Nordeste



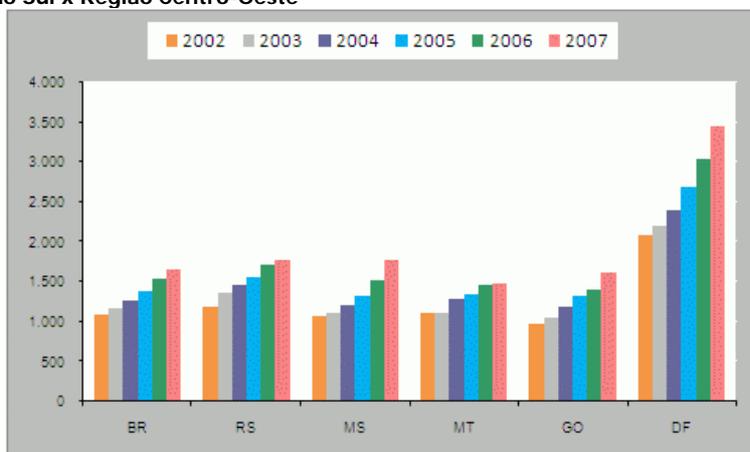
Brasil x RS x Região Sudeste



Brasil x RS x Região Sul



Brasil x RS x Região Sul x Região Centro-Oeste

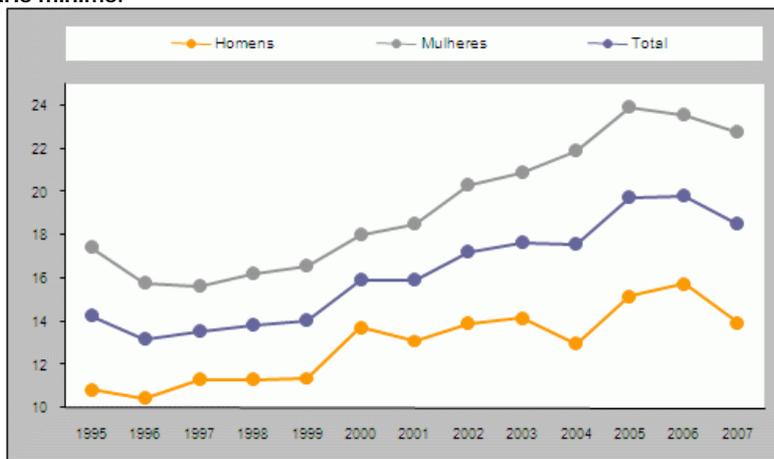


Fonte: IBGE/PNAD

Sobre o indicador

A comparação entre o rendimento médio das famílias no Rio Grande do Sul com o das famílias brasileiras fornece uma indicação da situação econômica das famílias que vivem no Estado em relação às famílias do restante do País.

36. TAXA DE POBREZA: Percentual da população de 10 anos ou mais de idade com rendimento médio mensal inferior a um salário mínimo.



Fonte: IBGE/PNAD e Censo 2000 – Resultados da Amostra

Sobre o indicador

O indicador mostra o percentual da população que não tem condições de manter um padrão mínimo aceitável de vida.

Para comparação

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, em 2007, 23,9% das pessoas de dez anos ou mais de idade no Brasil apresentavam rendimento médio mensal de até um salário mínimo, enquanto que no Rio Grande do Sul o valor era de 18,5%.

.....

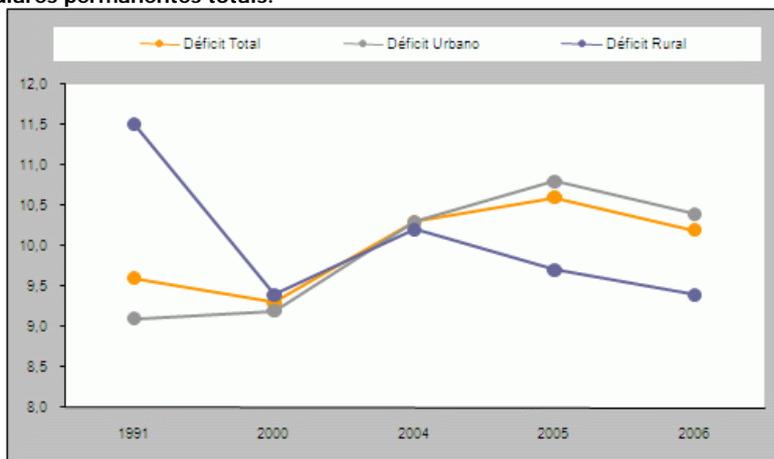
INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Os gaúchos deverão ter condições econômicas para manter um bom padrão de vida*

- 01. Pobreza infantil
- 02. Crianças de baixa renda em idade escolar
- 41. Disparidades regionais na renda

PROPÓSITO: TODOS OS CIDADÃOS DEVERÃO TER UMA MORADIA DIGNA E RECURSOS PARA PROVÊ-LA.

O dimensionamento das necessidades habitacionais torna-se um dos elementos de fundamental importância para o embasamento e tomadas de decisão de políticas de ações públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, uma comunidade com boa quantidade de famílias com casas próprias é um bom indicativo de que a economia local é próspera e saudável.

37. DÉFICIT HABITACIONAL: Estimativa percentual do déficit habitacional em relação ao número de domicílios particulares permanentes totais.



Fonte: Fundação João Pinheiro e IBGE/Censo Demográfico e PNAD

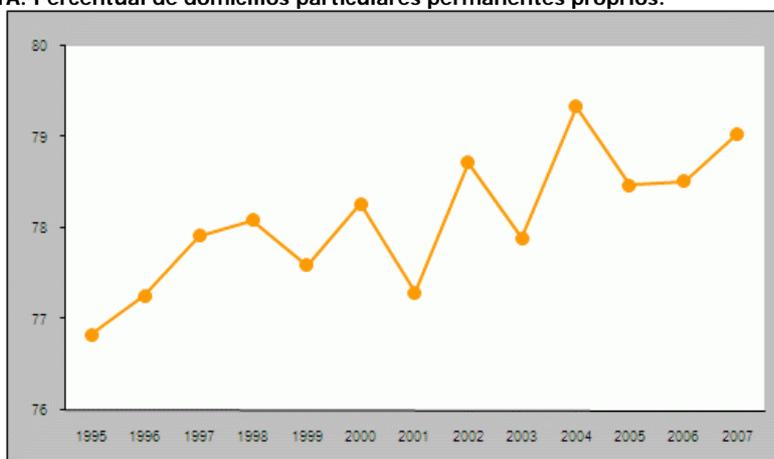
Sobre o indicador

Este indicador reflete o nível de carência de unidades habitacionais para abrigar pessoas ou famílias sem moradia ou com moradias consideradas inadequadas no Rio grande do Sul.

Para comparação

Segundo a Fundação João Pinheiro, em 2006 o déficit habitacional relativo do Brasil era de 14,5%, enquanto que no Rio Grande do Sul esse valor correspondia a 10,2%.

38. CASA PRÓPRIA: Percentual de domicílios particulares permanentes próprios.



Fonte: IBGE/Censo 2000 e PNAD

Sobre o indicador

Além da importância da casa própria na estabilidade de uma família, normalmente, ela é um indicativo das boas condições dessa habitação para se morar, e de um adequado padrão de vida do proprietário.

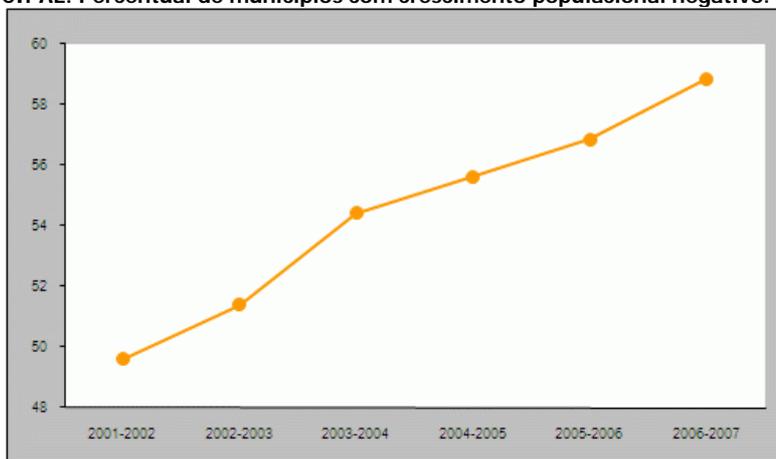
Para comparação

Segundo levantamento do IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, em 2007, no Brasil, 74% dos domicílios particulares permanentes eram próprios, enquanto no Rio Grande do Sul este valor correspondia a 79%.

PROPÓSITO: PEQUENAS COMUNIDADES SERÃO ECONOMICAMENTE VIÁVEIS, COM BOAS CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA, EMPREGO, EDUCAÇÃO E LAZER.

Os gaúchos valorizam a liberdade de escolher o lugar onde pretendem viver sem obrigar seus filhos a se afastarem em busca de melhores condições de vida. Este propósito está relacionado às condições de viabilidade econômica e de infraestrutura das pequenas comunidades gaúchas urbanas e rurais.

39. ÊXODO MUNICIPAL: Percentual de municípios com crescimento populacional negativo.

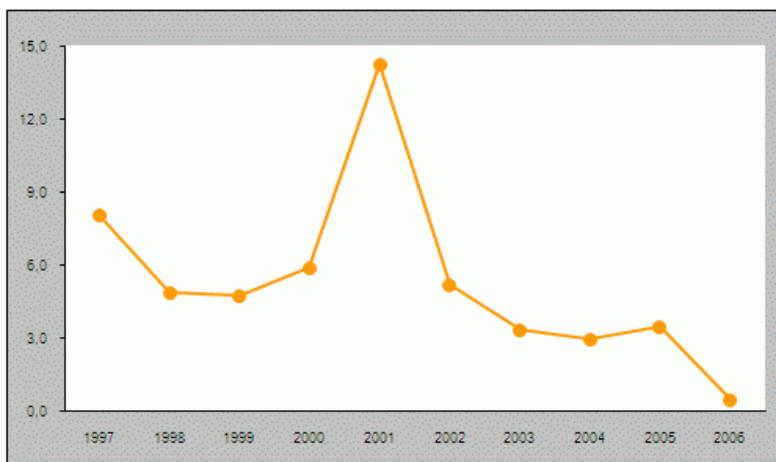


Fonte: Fundação de Economia e Estatística do RS

Sobre o indicador

Municípios que apresentam decréscimo populacional, normalmente, estão com sua economia estagnada ou em declínio, indicando um aumento nos índices de desemprego e pobreza.

40. DEMOGRAFIA DE EMPRESAS: Variação percentual do número de empresas no ano em relação ao ano anterior.



Fonte: IBGE/Cadastro Central de Empresas

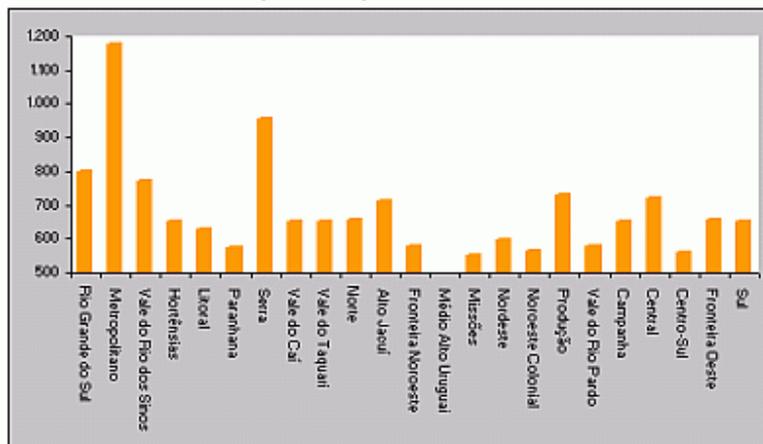
Sobre o indicador

A vitalidade econômica das comunidades depende da sua capacidade em manter e atrair novos empreendedores e negócios. Uma forma de medir esta vitalidade nos municípios do Rio Grande do Sul é através da demografia das empresas - a população de empresas, medida anualmente.

Para comparação

No Brasil, a variação no número de empresas, entre os anos de 2005 e 2006, segundo o Cadastro Central de Empresas do IBGE, foi de +1,11%. No Rio Grande do Sul este valor foi de +0,48%.

41. DISPARIDADES REGIONAIS NA RENDA: Rendimento médio (R\$) do responsável pelo domicílio nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) em 2000.

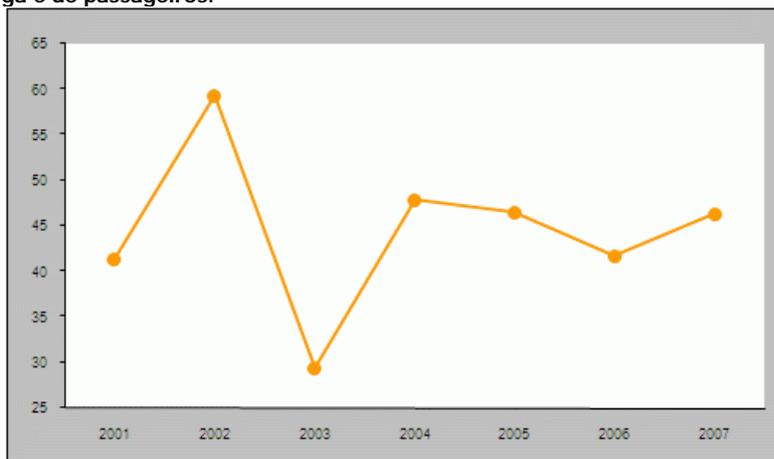


Fonte: IBGE/Censo 2000

Sobre o indicador

Este indicador aponta as diferenças de padrão e qualidade de vida entre as populações das várias regiões do Estado, através da medida do rendimento médio do responsável pelo domicílio.

42. CONDIÇÕES DA MALHA VIÁRIA: Percentual da malha rodoviária em boas condições de uso para o transporte de carga e de passageiros.



Fonte: Confederação Nacional do Transporte/Pesquisa Rodoviária²

Sobre o indicador

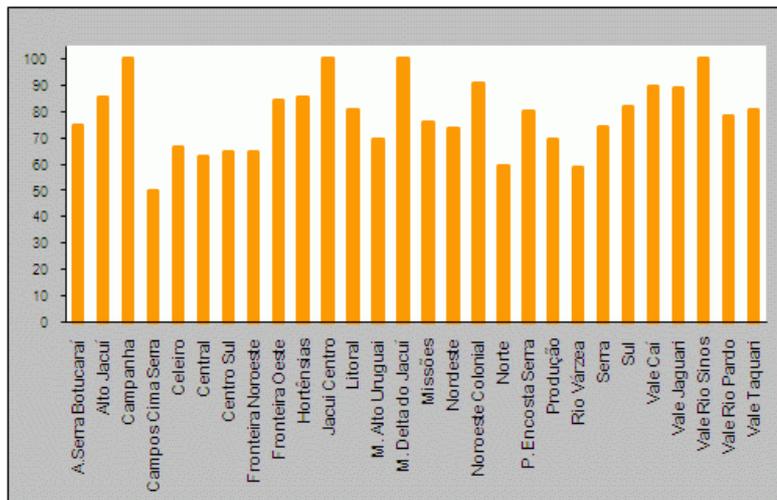
O estado de conservação da malha rodoviária apresenta reflexo direto na economia, uma vez que ela interfere diretamente na dinâmica do processo produtivo e de circulação de mercadorias, assim como no plano das garantias individuais como a acessibilidade, que assegura o direito dos cidadãos de se deslocarem.

Para comparação

Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes, no ano de 2007, o percentual das rodovias brasileiras em boas condições de uso (conceito ótimo e bom) foi de 26,1%. As rodovias gaúchas em boas condições totalizaram 46,4%.

² A Pesquisa Rodoviária da CNT, criada em 1995, avalia o estado geral de conservação da malha rodoviária federal pavimentada, das principais rodovias estaduais e também daquelas sob concessão. A metodologia amostral da Pesquisa Rodoviária CNT consolidou-se como um importante instrumento de avaliação das condições das rodovias em relação aos aspectos de pavimento, sinalização e engenharia.

43. ACESSO ASFÁLTICO ÀS SEDES MUNICIPAIS: Percentual de municípios com acesso asfáltico à sede nos COREDES.



Fonte: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (2003)

Sobre o indicador

Este indicador reconhece a necessidade das comunidades, em especial das pequenas, de ter acessos asfálticos em boas condições para permitir o escoamento da produção local, o deslocamento de seus habitantes e o acesso de visitantes. Em 2003 existiam 148 municípios gaúchos – 29,8%, sem acesso asfáltico à sede municipal.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Pequenas comunidades serão economicamente viáveis, com boas condições de infra-estrutura, emprego, educação e lazer*

- 30. Crescimento do produto interno bruto
- 31. Nível de ocupação da PEA - população economicamente ativa
- 41. Disparidades regionais na renda

Meio Ambiente

Visão Geral

Conservação dos Recursos Naturais

Manutenção dos Ecossistemas

Qualidade do Solo, Ar e Águas

VISÃO GERAL

Tendências em cada um dos propósitos

Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.

A movimentação dos indicadores em direção a esse propósito não é bastante clara, não permitindo uma melhor avaliação de seu progresso geral. A tendência é de crescimento no consumo de energia per capita, embora longe do consumo dos países industrializados. A partir de 2000 há um aumento na utilização de fontes renováveis de energia na composição da matriz energética gaúcha, até 2002, quando há uma tendência de estabilização. Com a nova metodologia utilizada para o balanço energético, a partir de 2005, houve uma redução na utilização de fontes renováveis de energia no período 2005-2006 e acréscimo no período seguinte. Inclusive, a utilização de álcool hidratado, que estava estável de 1998 a 2003, cresceu significativamente no período seguinte (2004-2007).

Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade.

Devido a natureza de alguns dos indicadores, os dados são gerados em períodos de tempo maiores, assim, não há como avaliar a tendência de progresso neste propósito. Fica a preocupação com espécies de flora e fauna em extinção, ou perigo de extinção. Mas é possível verificar um considerável aumento no número de áreas naturais protegidas – Unidades de Conservação (UCs) – desde 1940.

A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.

Para esse propósito a tendência é de leve melhoria, conforme se pode observar pelos indicadores de poluição do ar urbano, em queda, a partir de 2006 e qualidade das águas. Apesar do indicador de acidentes com transporte de cargas perigosas ter sofrido uma substancial redução a partir do ano de 2000, ele voltou a crescer no período 2004/2005 e novamente recuando no período 2005-2008. Em relação às áreas do Rio Grande do Sul que estão sofrendo o processo de arenização, no período observado (1989 – 2005) ocorreram poucas alterações. Por outro lado, apenas a região hidrográfica do Litoral Sul apresentou plenas condições de balneabilidade em dois dos cinco períodos analisados.

Situação Atual

Os propósitos de melhoria relacionados ao meio ambiente procuram demonstrar a adequação de uma economia forte e saudável à sustentabilidade ambiental. Observa-se uma preocupação crescente, por parte da sociedade, com a manutenção dos recursos naturais e ecossistemas através da redução da pressão exercida sobre eles pelo aumento populacional, consumo de energia e desenvolvimento econômico.

Progressos

A cobertura florestal do Estado apresentou um avanço significativo no período em que foi medida, 1983/2001, praticamente triplicando o seu valor, em percentual. Da mesma forma, entre 1990 e 2007, aumentou a produção de madeira em tora proveniente de florestas plantadas e diminuiu a de florestas nativas. Além disso, ocorreu um considerável aumento no número de áreas naturais protegidas. Por fim, o percentual de volume de resíduos sólidos coletados e conduzidos às unidades de triagem e compostagem é quase três vezes maior no Rio Grande do Sul do que a média do Brasil. Esses progressos indicam que há uma maior conscientização da população gaúcha referente às questões relacionadas ao meio ambiente.

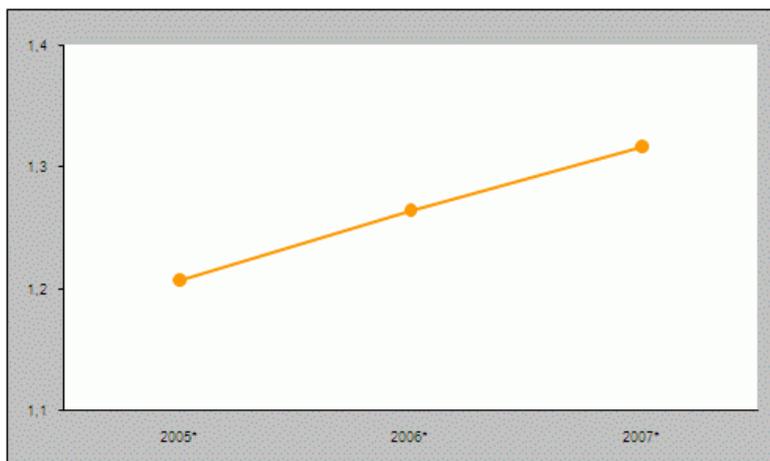
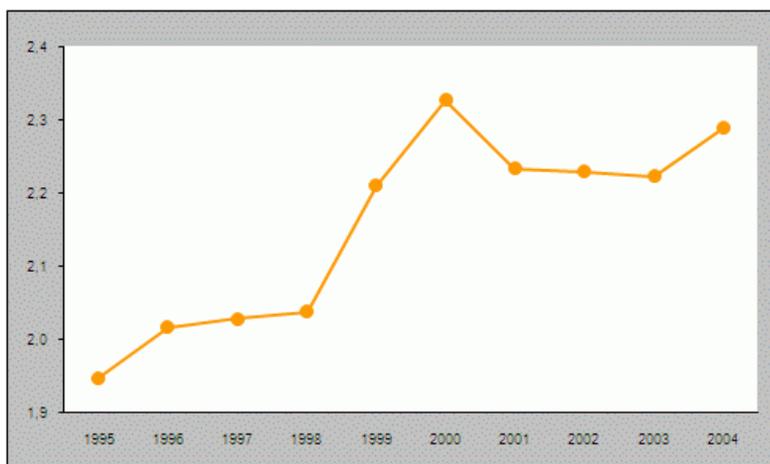
Desafios

Um importante desafio que surgiu no período 2003/2007 foi o aumento na utilização de combustível fóssil – óleo diesel. Esse fato dá-se devido à quase exclusiva utilização do modal rodoviário para o transporte de passageiros e de mercadorias no Rio Grande do Sul. E existem muitas espécies da flora e fauna gaúchas em extinção ou grande perigo de extinção.

PROPÓSITO: Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.

A conservação dos chamados recursos naturais tornou-se questão estratégica para a sociedade contemporânea, visto que a sua oferta é limitada e a demanda é crescente. Assim, algumas questões como a promoção da utilização de fontes renováveis de energia e seu uso racional; a minimização da geração de resíduos sólidos e a sua reutilização; a conservação dos recursos hídricos e a cobertura florestal possibilitam o desenvolvimento das atividades econômicas da sociedade sem degradar o ambiente e asseguram às próximas gerações as mesmas perspectivas de desenvolvimento.

44. CONSUMO PER CAPITA DE ENERGIA: Consumo per capita de energia em toneladas equivalentes de petróleo.



Fonte: SEMC - CEEE / Balanço Energético do Estado do Rio Grande do Sul e FEE.

Notas:

Até 2004 o dado refere-se a demanda total de energia primária e secundária.

De 2005 em diante o dado refere-se a consumo final de energia primária e secundária.

Sobre o indicador

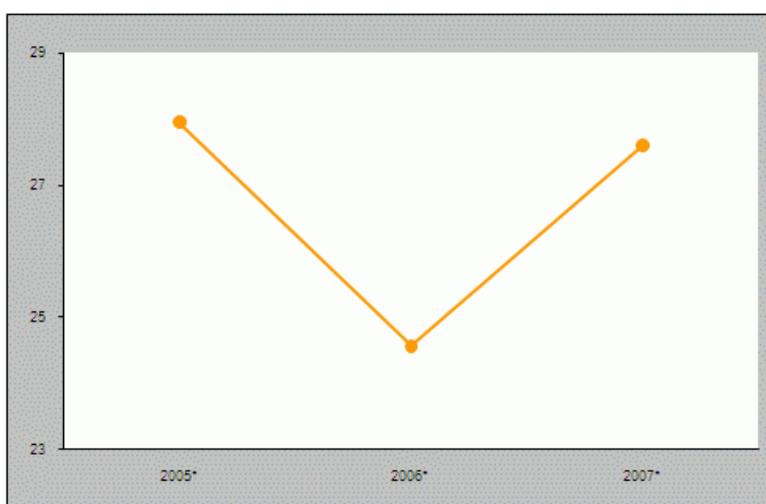
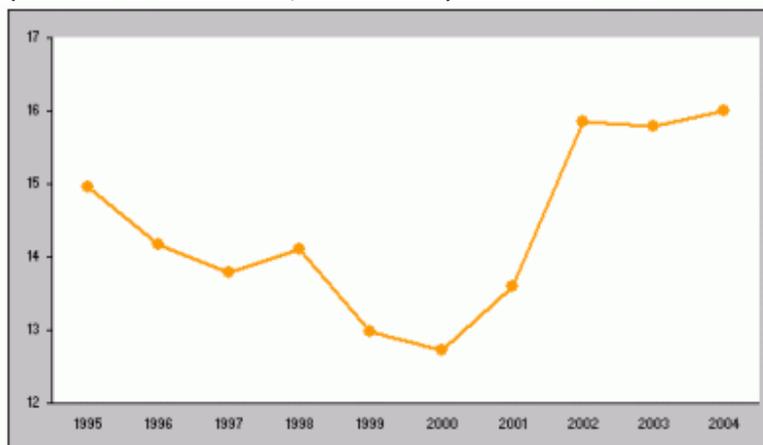
O consumo de energia é uma boa medida, tanto da saúde da economia, como da do meio ambiente, já que, praticamente, toda a atividade econômica requer a utilização de alguma forma de energia e, qualquer forma de produção e utilização de energia, causa impacto ao meio ambiente.

Para comparação

Nos países industrializados da União Européia, o consumo médio em 1998 era de 3,22 tEP per capita, enquanto a média mundial era de 1,66 tEP per capita. No Brasil, o consumo de energia em 1998 era de 1,3 tEP per capita e em 2000 caiu para 0,89 tEP per capita.

Fonte: Senador Osmar Dias. 1998. "Gasoduto Bolívia-Brasil" (artigo publicado no site do Senado Federal); Ministério das Minas e Energia / Balanço Energético Nacional, 2002.

45. FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA: Participação percentual de fontes renováveis na composição da matriz energética (fontes renováveis=hídrica, lenha e álcool).



Fonte: SEMC - CEEE / Balanço Energético do Estado do Rio Grande do Sul e FEE.

Notas:

Até 2004 o dado refere-se a demanda total de energia primária e secundária.

De 2005 em diante o dado refere-se a consumo final de energia primária e secundária.

Sobre o indicador

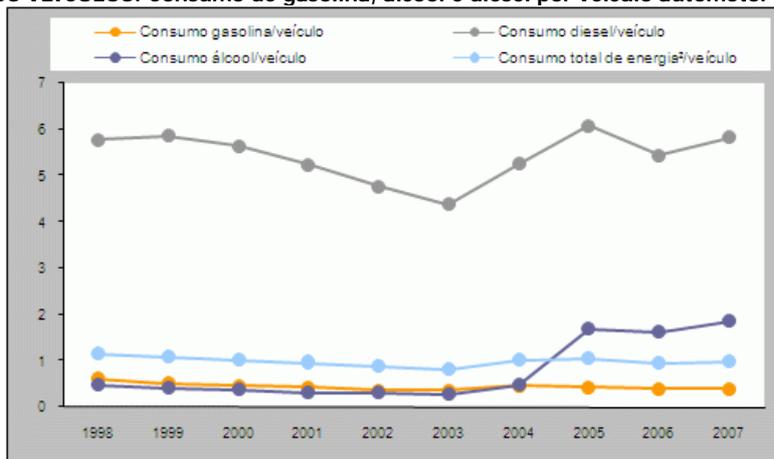
O uso de fontes renováveis na matriz energética afeta positivamente a estabilidade do meio ambiente, em curto e médio prazo e a economia em longo prazo. O impacto ambiental ocasionado pela queima de combustíveis oriundos de fontes renováveis é, reconhecidamente, menor que o ocasionado pelos combustíveis fósseis. O uso de tecnologias mais limpas, como aquelas que utilizam lenha e cana-de-açúcar, conforme a tipologia utilizada pelo Balanço Energético Nacional do Ministério das Minas e Energia, contribui para a diminuição dos níveis de CO² na atmosfera, impactando positivamente o meio ambiente.

Para comparação

Segundo o Balanço Energético do RS, o percentual de consumo de fontes renováveis de energia - hídrica, lenha, álcool e outros derivados de biomassa - no Brasil em 2000 foi de 37,47% enquanto que o Rio Grande do Sul apresentou um percentual de 12,69%. Já em 2006 o percentual de consumo de fontes renováveis no Brasil era de 41,24% e no RS era de 24,56%. Fonte: MME. Balanço Energético Nacional 2004 e CEEE. Balanço Energético do RS 2005/2006/2007.

.....

46. CONSUMO DOS VEÍCULOS: Consumo de gasolina, álcool e diesel por veículo automotor (tEP por veículo).



Fonte: CEEE/Balço Energético do Rio Grande do Sul 2005/2006/2007 e FEEDADOS

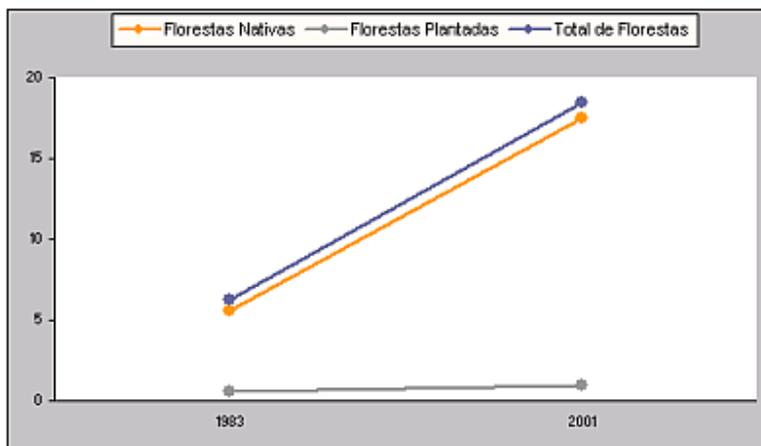
Sobre o indicador

A ampliação do uso de veículos automotores indica pressão sobre o meio ambiente, principalmente na poluição do ar e no aquecimento global.

Para comparação

De acordo com informações do DENATRAN, DETRAN e Balço Energético Nacional 2002 do Ministério de Minas e Energia, o consumo total de gasolina, álcool e diesel no Brasil foi de 47.806.000 tEP em 2000, e a frota de veículos no mesmo ano era de 29.503.503 unidades, o que determinou um consumo de 0,6 tEP/veículo. Já no Rio Grande do Sul, o consumo total foi de 3.401.000 tEP e a frota de veículos, no mesmo ano era de 2.525.378 unidades, o que determinou um consumo de 1,35 tEP/veículo. O consumo do RS representa 7,1% do total consumido no Brasil, além de deter 8,6% da frota total de veículos.

47. COBERTURA FLORESTAL: Percentual de área coberta por florestas nativas, plantadas e total em relação à área total do Estado.



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente do RS/Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul e FEE

Nota: os dados para florestas naturais incluem florestas em diferentes estágios de recuperação.

Sobre o indicador

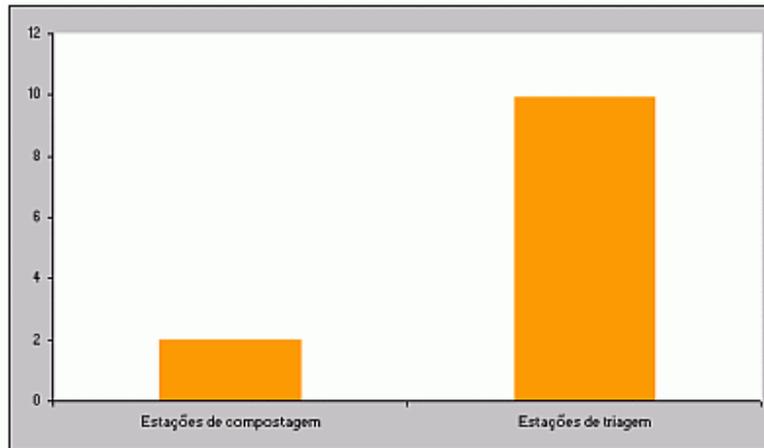
A ocupação crescente de terras para a exploração agrícola e o desmatamento para obtenção de madeira e lenha têm resultado, ao longo dos séculos de ocupação do solo gaúcho, em perdas de áreas de florestas naturais, alterando substancialmente o equilíbrio ambiental. O monitoramento do avanço do desmatamento ou da recuperação da cobertura florestal é um dos indicadores mundialmente aceitos para avaliar a saúde do meio ambiente, que tem reflexo direto sobre o balanço de gás carbônico atmosférico e sobre a manutenção da diversidade da flora e da fauna.

Para comparação

No Brasil, em 2000, a área total ocupada por florestas era de 543.905.000 ha, sendo 538.923.000 ha de florestas naturais e 4.982.000 ha de florestas plantadas. Ou seja, área coberta por florestas no Brasil em relação a área total era de 64,3%. No RS, em 2000, a área total ocupada por florestas era de 52.303.770 ha - 49.556.290 ha de florestas naturais e 2.747.480 ha de florestas plantadas. Deste modo, a proporção de área coberta por floresta no RS era de 18,50%.

Fonte: BNDES e SEMA

48. VOLUME DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E RECICLAGEM: Percentual do volume de resíduos sólidos urbanos coletados e conduzidos às unidades de compostagem e de triagem em 2000 (toneladas por dia).



Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000

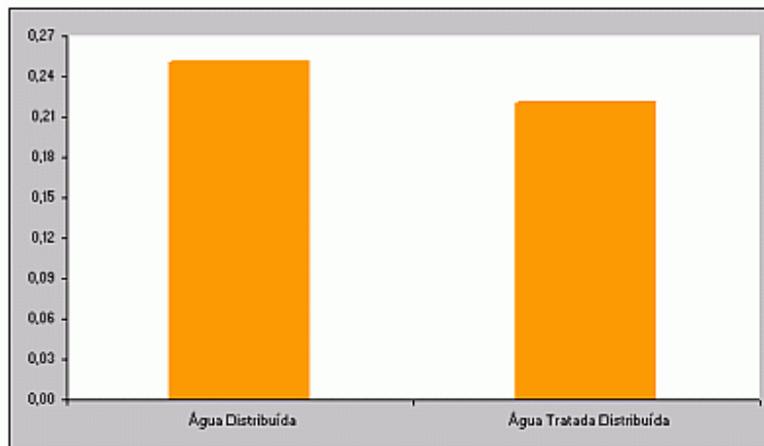
Sobre o indicador

A coleta de resíduos sólidos urbanos e a proporção que é conduzida às unidades de compostagem e de triagem é indicativo de melhoria no uso dos recursos naturais, pois está diretamente relacionado à existência de reciclagem de materiais e a diminuição do consumo de energia em uma economia. Também é indicativo de melhoria da qualidade ambiental, porque a existência de triagem antes da destinação final evita ou minimiza a degradação do solo, água e ar.

Para comparação

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000 do IBGE, o Brasil coletava, em 2000, 228.413 t/dia de lixo e 8.814,7t/dia (3,86%) eram conduzidos às estações de compostagem e de triagem. Entre os estados brasileiros, o Paraná é o que mais se aproxima do Rio Grande do Sul em termos de população total e volume de resíduos coletados, podendo ser a ele comparado. O Paraná coletava em 2000, 7.542,9 t/dia de lixo, mas deste total, somente 207 t/dia (2,7%) eram conduzidos às unidades de compostagem e de triagem.

49. VOLUME PER CAPITA DE ÁGUA DISTRIBUÍDA: Volume per capita de água distribuída total e tratada em 2000 (m³/per capita/dia).



Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000

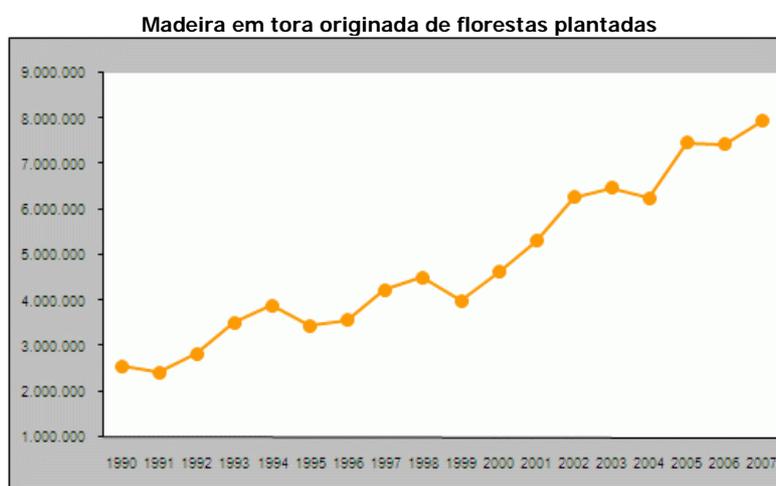
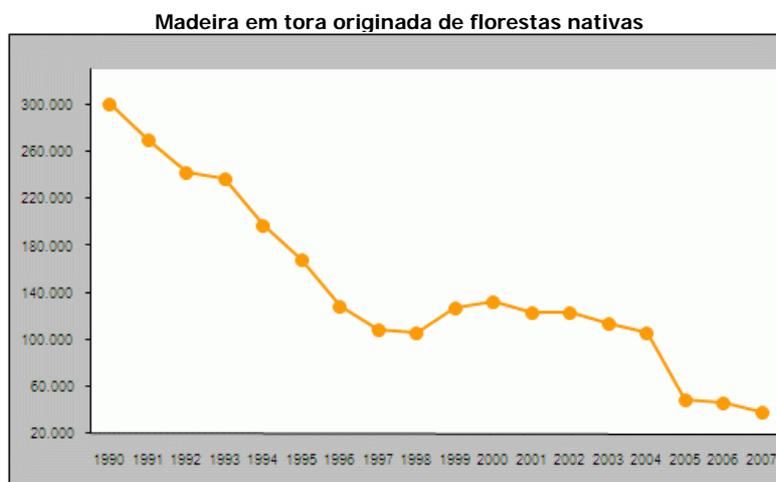
Sobre o indicador

A importância do indicador se refere ao fato de que a crescente escassez da água foi definida pela UNESCO como o problema ambiental mais grave deste século. A drenagem indiscriminada dos mananciais e a poluição dos recursos hídricos têm acentuado os conflitos pelos diversos usos deste recurso, tais como: abastecimento de populações e irrigação de lavouras; diluição de esgoto doméstico e industrial e pesca; geração de energia e lazer; entre outros.

Para comparação

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000 do IBGE, o Brasil apresentou, em 2000, um volume de água total distribuída de 0,26 m³/per capita/dia e volume de água tratada distribuída de 0,24 m³/per capita/dia. Neste mesmo ano o Rio Grande do Sul apresentou um volume total de 0,25 m³/per capita/dia e de água tratada de 0,22 m³/per capita/dia.

50. PRODUÇÃO DE MADEIRA: Quantidades produzidas de madeira em toras segundo a origem - florestas plantadas e florestas nativas (m³ por ano).



Fonte: IBGE/ Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e Silvicultura

Sobre o indicador

Segundo a Sociedade Brasileira de Silvicultura, o aumento da área de florestas plantadas no Rio Grande do Sul foi de apenas 2.910 ha. (1,16%) entre 1996 e 2000. No entanto, a região Sul está entre as maiores consumidoras de madeira do Brasil, por sediar atividades moveleiras de madeiras serradas e laminadas, de produção de papel e celulose, entre outras.

A indústria gaúcha tem utilizado quase exclusivamente matéria-prima originada de florestas plantadas. Mas, de acordo com as projeções de consumo de madeira industrial no Brasil, haverá falta do insumo no mercado em médio prazo, caso não haja estímulo ao plantio de novas florestas. Assim, para suprir as necessidades do mercado, uma das conseqüências mais comuns é o aumento do desmatamento irregular de áreas de florestas naturais.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.*

- 30. Crescimento do produto interno bruto
- 31. Nível de ocupação da PEA
- 32. Eficiência energética da economia
- 34. Qualidade de vida
- 51. Vida silvestre
- 52. Áreas naturais protegidas
- 53. Mudanças no uso da terra
- 54. Poluição do ar urbano
- 55. Qualidade das águas em rios, lagos e mar
- 57. Erosão do solo agrícola – arenização

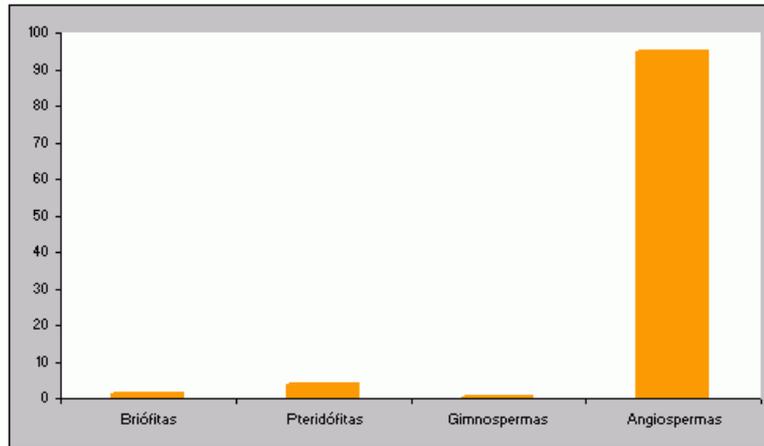
PROPÓSITO: Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade.

O impacto causado pela ocupação dos mais diversos ecossistemas pela sociedade industrial contemporânea, que produz, por exemplo, extensas redes de regiões urbanizadas e imensas áreas agrícolas monocultoras, tem levado a perdas crescentes da biodiversidade e afetado o equilíbrio de grande número de ecossistemas. Algumas ações, no entanto, podem assegurar a preservação destes ecossistemas e da fauna e flora a eles associadas, como a criação de áreas naturais protegidas, formas de proteção à vida silvestre e o monitoramento do uso da terra.

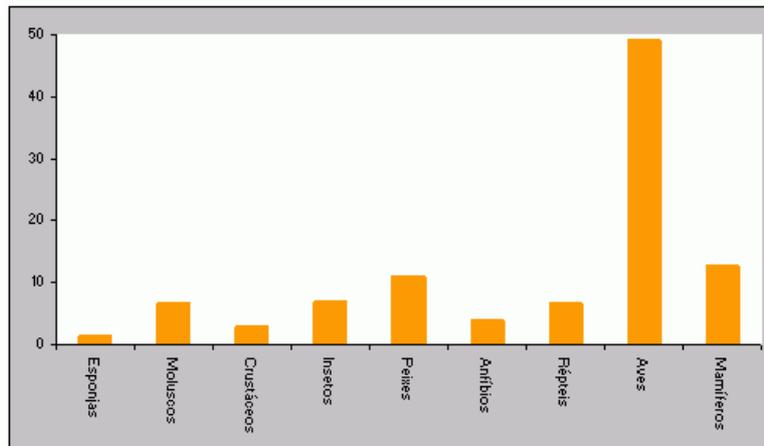
.....

51. VIDA SILVESTRE: Percentual do número de espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção em 2002.

Percentual do número de espécies da flora ameaçadas de extinção



Percentual do número de espécies da fauna ameaçadas de extinção



Fundação Zoobotânica do RS e Marques, A. A. B., M. Schneider, C. S. Fontana, G. A. Bencke, R. E. dos Reis & E. V. Martin (orgs.) 2002. Lista das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Secretaria Estadual de Meio Ambiente (do Estado do Rio Grande do Sul), Museu de Ciências e Tecnologia, PANGEA.

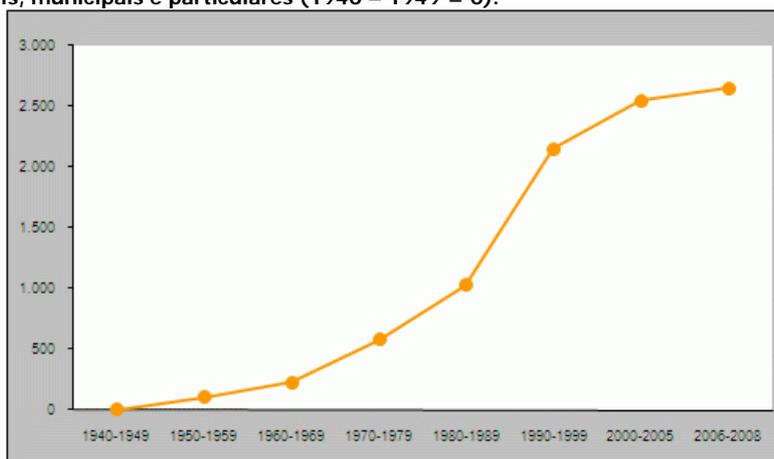
Nota: o percentual foi calculado em relação ao número total de espécies da flora ou da fauna ameaçadas de extinção.

Sobre o indicador

A existência de um ambiente saudável que dê suporte à sobrevivência da espécie humana inclui a manutenção da biodiversidade vegetal e animal.

.....

52. ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: Variação percentual do número de Unidades de Conservação - UCs federais, estaduais, municipais e particulares (1940 – 1949 = 0).



Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão RS / DEPLAN

Sobre o indicador

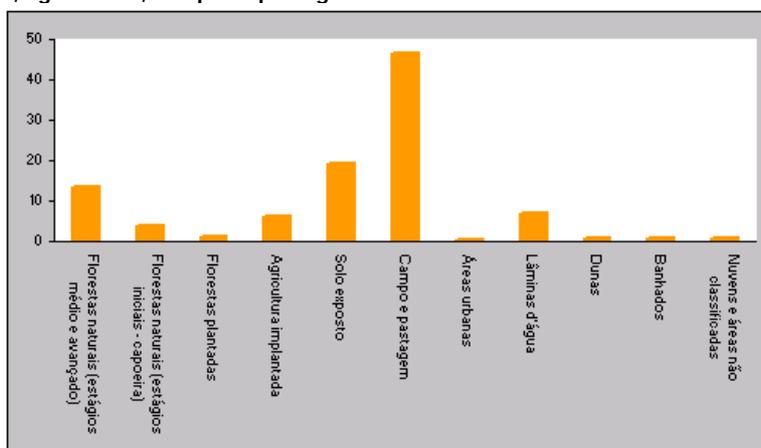
A criação de novas Unidades de Conservação colabora para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, estimula a preservação ambiental e a conservação da biodiversidade.

Para comparação

No Brasil, o número de Unidades de Conservação Federais existentes em 2002 era de 250, ocupando uma área total de 43.500.000 ha. No Rio Grande do Sul, o número de UCs Federais, no mesmo ano, era de 10, ocupando uma área de 414.175 ha. Assim, o RS conta com 4% do número total de UCs Federais e 0,95% de sua área.

Fonte: BNDES, IBAMA e FZB: OLIVEIRA, M.L.A.A. de. Conservação in situ do patrimônio natural do Estado do Rio Grande do Sul. In: Anais do 8º Congresso Florestal Estadual. Nova Prata, 2001. p. 204-213.

53. MUDANÇAS NO USO DA TERRA: Percentual da área total do estado ocupada por florestas naturais, florestas plantadas, agricultura, campos e pastagens e áreas urbanas em 2001.



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente / Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul

Sobre o indicador

Os movimentos de alteração no uso da terra são importantes indicadores das condições de manutenção da diversidade biológica e de *habitats* de uma região, pois interferem no equilíbrio ambiental de determinada área, e estão estreitamente relacionados com a dinâmica econômica e social. A ocupação crescente de terras pelas atividades agropecuárias, pela ocupação urbana ou produção de energia hidrelétrica, por exemplo, costumam resultar no aumento do desmatamento, e conseqüentemente, perda de diversidade biológica.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade*

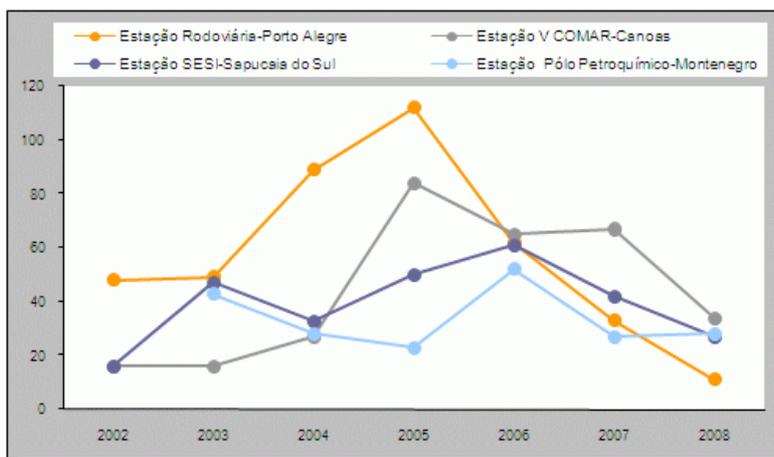
- 30. Crescimento do produto interno bruto
- 31. Nível de ocupação da PEA
- 32. Eficiência (produtividade) energética da economia
- 47. Cobertura florestal
- 48. Volume de resíduos sólidos urbanos e reciclagem
- 50. Florestas plantadas e consumo de madeira

- 54. Poluição do ar urbano
- 55. Qualidade das águas em rios, lagos e mar
- 57. Erosão do solo agrícola – arenização
- 58. Balneabilidade

PROPÓSITO: A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.

A qualidade de vida está associada às condições do ambiente onde as sociedades vivem e desenvolvem suas atividades. Mas, o crescimento da população, associado ao fenômeno da industrialização e urbanização, têm contribuído para a degradação crescente do solo, ar e água. Por outro lado, o reconhecimento de que o ambiente tem capacidade limitada para absorver os contaminantes gerados por essas atividades e que a sua recuperação é, geralmente, difícil e onerosa, deve estimular a adoção de formas de prevenção à poluição e de métodos de conservação do solo, ar e água.

54. POLUIÇÃO DO AR URBANO: Número de dias no ano em que a qualidade do ar variou de regular a crítico (IQAr > 50) nas estações da Rede Automática de Monitoramento do Ar da Região Metropolitana de Porto Alegre.



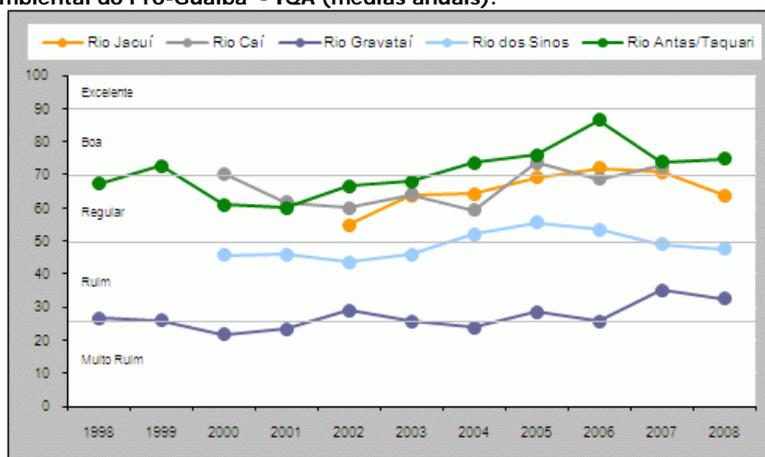
Fonte: Fundação Estadual de Proteção Ambiental/Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar

Sobre o indicador

Os níveis de poluição do ar na Região Metropolitana de Porto Alegre podem ser considerados indicadores de referência da qualidade do ar para o resto do Estado.

O número de dias em que a poluição excede o nível bom no período de um ano é indicador da qualidade do ar nas grandes concentrações urbanas. Se o número de dias for crescente é sinal de que a qualidade do ar está piorando, devendo-se tomar providências para que não haja reflexos na saúde da população e do meio ambiente.

55. QUALIDADE DAS ÁGUAS: Índice de Qualidade das Águas na foz dos rios monitorados pela Rede de Monitoramento Ambiental do Pró-Guaíba - IQA (médias anuais).



Fonte: Fundação Estadual de Proteção Ambiental

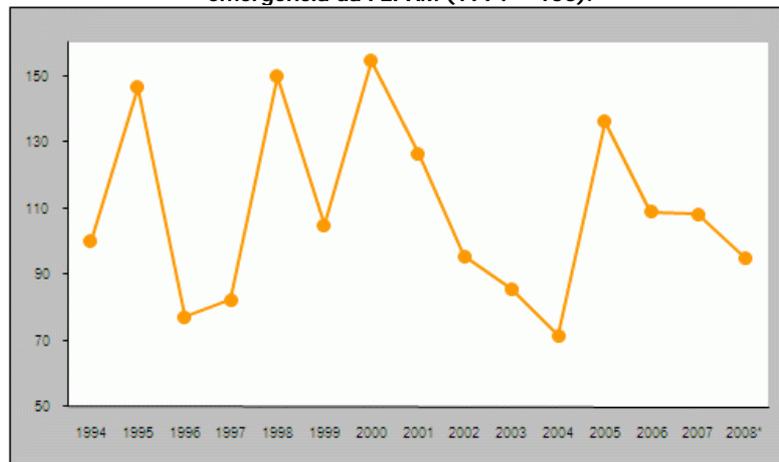
Sobre o indicador

A definição de rios, lagos e trechos da costa marítima considerados próprios para a preservação e proteção das comunidades aquáticas e para a recreação de contato primário é dada principalmente pelo nível de coliformes fecais, de metais pesados, de oxigênio dissolvido e demanda bioquímica de oxigênio.

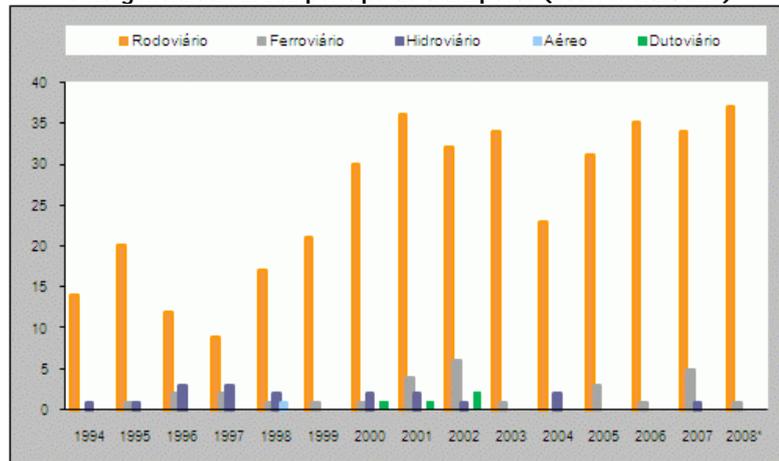
O cálculo do Índice de Qualidade da Água realizado pela FEPAM é anual, tendo por base as médias anuais de cada um dos parâmetros que compõe o índice.

56. ACIDENTES COM TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS

Variação percentual do número de acidentes com transporte de cargas perigosas atendidos pelo serviço de emergência da FEPAM (1994 = 100).



Número de ocorrências de acidentes com transporte de cargas perigosas atendidos pelo serviço de emergência da FEPAM por tipo de transporte (ocorrências/ano)

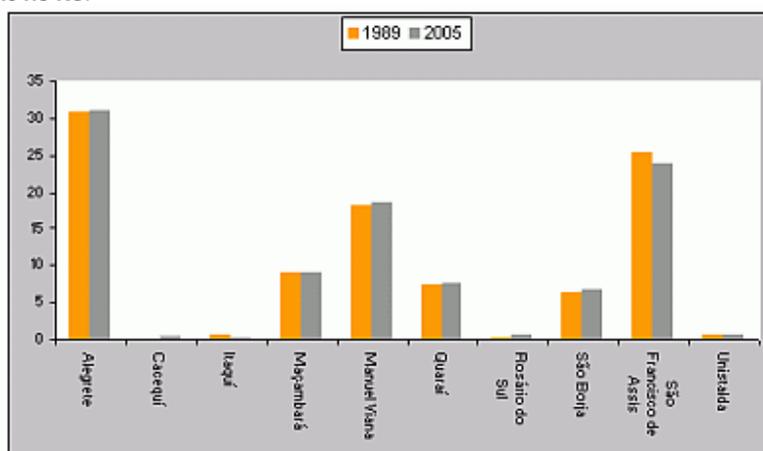


Fonte: FEPAM/Emergência Ambiental

Sobre o indicador

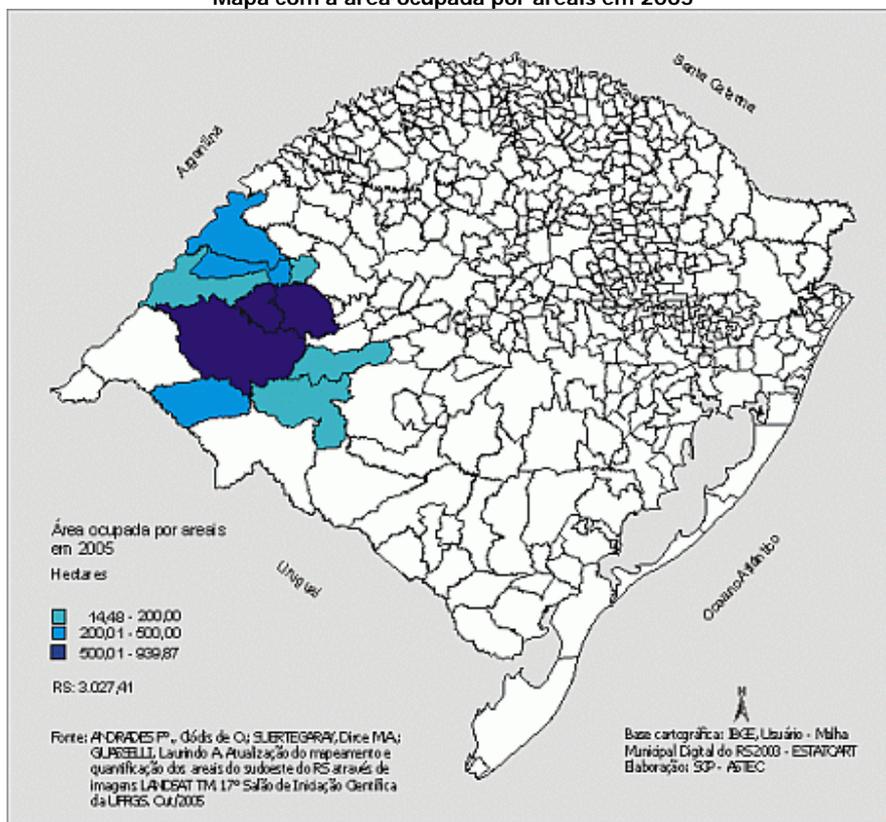
Os acidentes com transporte de cargas perigosas ocasionam riscos de contaminação do solo, água e ar, podendo, inclusive, resultar em prejuízos à saúde da população. O monitoramento do número de acidentes com cargas perigosas é importante no sentido de sinalizar a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de segurança que a ele se relacionam.

57. EROSIÃO DO SOLO - ARENIZAÇÃO: Percentual da área ocupada por areais nos municípios em relação à área total de areais no RS.



Fonte: ANDRADES F^o, CLÓDIS DE O.; SUERTEGARAY, DIRCE. M.A.; GUASSELLI, LAURINDO A. *Atualização do mapeamento e quantificação dos areais do sudoeste do RS através de imagens LANDSAT TM*. 17^o Salão de Iniciação Científica da UFRGS. Outubro/2005.

Mapa com a área ocupada por areais em 2005

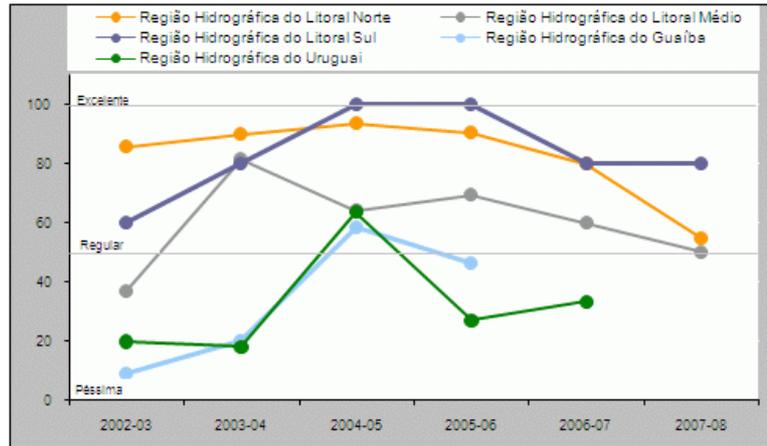


Fonte: ANDRADES F^o, CLÓDIS DE O.; SUERTEGARAY, DIRCE. M.A.; GUASSELLI, LAURINDO A. *Atualização do mapeamento e quantificação dos areais do sudoeste do RS através de imagens LANDSAT TM*. 17^o Salão de Iniciação Científica da UFRGS. Outubro/2005.

Sobre o indicador

Um dos processos mais intensos de degradação ambiental no Rio Grande do sul está associado à erosão do solo e arenização. Ocorre na área das bacias dos rios Ibicuí, Ibirapuitã e Quaraí, envolvendo 3.027,41 hectares de cerca de 10 municípios distribuídos em 678 áreas de areais e focos de arenização, chamadas de "áreas de reduzida biomassa". A sua ocorrência tem reflexos negativos, tanto em relação à perda de extensas áreas de solo potencialmente produtivas, quanto em relação ao assoreamento dos cursos de água da região. O conhecimento da dinâmica deste processo, sua localização e extensão possibilitam a elaboração de propostas de recuperação do solo e a conservação dos cursos de água da região.

58. BALNEABILIDADE: Percentual de balneários classificados como próprios para banho em 100% do período de monitoramento.



Fonte: Fundação Estadual de Proteção Ambiental/Projeto Balneabilidade

Sobre o indicador

A definição de rios, lagos e trechos da costa marítima considerados próprios para a recreação de contato primário é dada principalmente pelo nível de coliformes fecais presentes na água, oriundos do lançamento de esgotos domésticos sem tratamento nos corpos hídricos.

A Resolução nº. 274 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), classifica a água como imprópria para banho quando está contaminada por bactérias provenientes de esgoto (acima de 1.000 coliformes fecais por 100 ml de água ou 800 Escherichia Coli por 100 ml de água) em no mínimo duas amostras de cinco analisadas. Ou quando o valor obtido na última amostragem for superior a 2500 coliformes fecais ou 2000 Escherichia Coli.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) executa anualmente, no período do verão (segunda quinzena de novembro à primeira semana de março), o Projeto Balneabilidade. Ele monitora as condições das águas para banho nas praias e balneários do Rio Grande do Sul, com coletas de água para análises realizadas semanalmente nos dias de maior movimento de veranistas (sábado, domingo, segunda e terça-feira).

A FEPAM define a balneabilidade das praias de águas interiores e de mar como:

- Excelente - PRÓPRIAS em 100% do período monitorado;
- Regular - PRÓPRIAS em 50% até menos de 100% do período monitorado;
- Péssima - PRÓPRIAS em menos de 50% do período monitorado.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.*

30. Crescimento do produto interno
31. Nível de ocupação da PEA
32. Eficiência energética da economia
34. Qualidade de vida
40. Demografia de empresas
44. Consumo de energia per capita
45. Fontes renováveis de energia
46. Consumo dos veículos
47. Cobertura florestal
48. Volume de resíduos sólidos urbanos e reciclagem
50. Florestas plantadas e consumo de madeira
51. Vida silvestre
52. Áreas naturais protegidas
53. Mudanças no uso da terra

SITUAÇÃO DOS PROPÓSITOS DE MELHORIA

Propósitos que apresentam algum progresso - melhorias na maioria dos indicadores.

- Os estudantes se distinguirão nas atividades acadêmicas básicas e avançadas.
- O Rio Grande do Sul será competitivo nos mercados nacional e internacional, através da educação e capacitação dos trabalhadores.
- Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.

Propósitos sem possibilidade de avaliação - oscilação ou sem evolução dos indicadores

- As famílias proporcionarão um ambiente sadio e estável para as crianças.
- Todas as crianças serão saudáveis e iniciarão a vida escolar aptas ao aprendizado.
- Os gaúchos serão saudáveis.
- Nossas comunidades serão seguras, amistosas e solidárias.
- O crescimento econômico do Rio Grande do Sul será contínuo e sustentável.
- Todos os cidadãos deverão ter uma moradia digna e recursos para provê-la.
- As pessoas com deficiências físicas e/ou mentais estarão integradas à comunidade.
- Os gaúchos deverão ter condições econômicas para manter um bom padrão de vida.
- Pequenas comunidades serão economicamente viáveis, com boas condições de infra-estrutura, emprego, educação e lazer.
- Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade.
- A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.

Propósitos que apresentam algum retrocesso - pioras na maioria dos indicadores.

- A população do Rio Grande do Sul participará das decisões e políticas governamentais.
- As crianças gaúchas não viverão na pobreza.
- Os governos municipais e estadual prestarão um serviço eficiente e eficaz, atendendo às necessidades da população que o utiliza.

Bibliografia – Fontes e *sites* consultados

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – www.bndes.gov.br
Confederação Nacional do Transporte – CNT – www.cnt.org.br
DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva – www.datasus.gov.br
Delegacia da Criança e do Adolescente e Polícia Civil / RS – www.sjs.rs.gov.br
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER / RS – www.daer.rs.gov.br
Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – www.denatran.gov.br
Detran - Departamento de Trânsito / RS – www.detran.rs.gov.br
Dias, Osmar. Gasoduto Bolívia-Brasil, 1998
Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM / RS – www.fepam.rs.gov.br
Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE / RS – www.fase.rs.gov.br
Fundação de Economia e Estatística – FEE – www.fee.tche.br
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS / SINE – www.fgtas.rs.gov.br
Fundação João Pinheiro - Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS) – www.fjp.gov.br
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - FZB – www.fzb.rs.gov.br
Gabinete do Vice-Governador do RS – www.ppp.rs.gov.br
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – www.ibge.gov.br
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA – www.ibama.gov.br
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP – www.inep.gov.br
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – www.ipea.gov.br
Ministério das Minas e Energia / Balanço Energético Nacional – www.mme.gov.br
Ministério da Saúde – www.saude.gov.br
Minnesota Milestones Home Page - <http://www.mnplan.state.mn.us/mm/>
Parceiros Voluntários – www.parceirosvoluntarios.org.br
Programa Bolsa Família / Caixa Econômica Federal – www.caixa.gov.br
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – www.pnud.org.br
Secretaria da Justiça e da Segurança / RS – www.sjs.rs.gov.br
Secretaria da Saúde / RS - Coordenadoria de Informações em Saúde – www.saude.rs.gov.br
Secretaria da Fazenda / RS - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – www.sefaz.rs.gov.br
Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano / RS - www.habitacao.rs.gov.br
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações / RS – www.semc.rs.gov.br
Secretaria dos Transportes / RS – www.st.rs.gov.br
Secretaria do Meio Ambiente / RS – www.sema.rs.gov.br
Sociedade Brasileira de Silvicultura – www.sbs.org.br
Suertegaray e outros. Atlas da Arenização - Sudoeste do Rio Grande do Sul, 2001.
Tribunal de Contas do Estado / Contas Públicas – www.tce.rs.gov.br
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – www.tre-rs.gov.br
Tribunal Superior Eleitoral – www.tse.gov.br

SÉRIE DOCUMENTO



A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NA OPINIÃO DOS GAÚCHOS

PESQUISA DE SATISFAÇÃO 2009



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

YEDA RORATO CRUSIUS
Governadora do Estado

MATEUS AFFONSO BANDEIRA
Secretário de Estado do Planejamento e Gestão

ALEXANDRE ALVES PORSSE
Secretário Adjunto

KAREN MARIA GROSS LOPES
Diretora do Departamento de Modernização da Gestão Pública

Departamento de Modernização da Gestão Pública
Divisão de Monitoramento da Qualidade dos Serviços Públicos

Equipe Técnica
Angelina Sabino Bainy
Nilton Noal
Paula Raymundo Prux
Robson Diego Ferreira
Sílvia Maria Berwanger Profes

Colaboradores
Alba Conceição M. dos Santos
Antonio Paulo Cargnin
Irma Carina Brum Macolmes
Tiago Meireles Soares

Janeiro de 2010



Apresentação

Página 06



Ajuste Fiscal e
Gestão para a
Qualidade dos
Serviços Públicos

Página 08



O Código Estadual
da Qualidade dos
Serviços Públicos
(Lei nº 11.075/98)

Página 18



Educação Pública

Página 42



Infraestrutura

Página 48



Assistência Social

Página 54

3

Síntese dos
Resultados

Página 22

4

Segurança Pública

Página 30

5

Saúde Pública

Página 36

9

Meio Ambiente

Página 58

10

Metodologia
da Pesquisa de
Satisfação 2009

Página 62

11

Anexos

Página 70



APRESENTAÇÃO



Nesta publicação, o Governo do Estado, mediante a Secretaria do Planejamento e Gestão, está apresentando os resultados da Pesquisa de Satisfação sobre a Qualidade dos Serviços Públicos do Rio Grande do Sul – 2009, conforme prevê o Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos, instituído pela Lei nº 11.075/98. Trata-se de um instrumento fundamental na relação entre Estado e Cidadão, que busca contribuir para a melhoria da gestão das políticas públicas e para a crescente qualificação da prestação de serviços à sociedade.

Desde o início de 2007, o Governo do Estado tem trabalhado intensamente para resolver o problema histórico do déficit, que vinha corroendo a qualidade da prestação de serviços à população e prejudicando o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul. Foi definido que essa ação deveria ser acompanhada de um amplo processo de modernização da administração pública estadual. Assim, implantou-se uma gestão fortemente orientada para resultados, sustentada por arranjos institucionais e métodos de trabalho inovadores, como as Câmaras Setoriais, os Programas Estruturantes e a Contratualização de Resultados com os Órgãos e seus gestores. Isso trouxe mais ordem e eficiência ao processo de gestão da administração pública gaúcha.

Em menos de dois anos, foi possível alcançar o Déficit Zero, mediante um ajuste fiscal profundo e bem-sucedido. A cultura gerencial, disseminada em todo o Governo, preparou o caminho para a retomada dos investimentos públicos e sua execução com mais eficácia e foco no cidadão. Agora, por meio dessa Pesquisa, pode-se verificar como a população gaúcha tem avaliado os resultados da gestão governamental pela satisfação quanto aos serviços prestados.

Os resultados indicam uma melhoria na qualidade dos serviços públicos, conforme a avaliação dos respondentes, principalmente nas áreas sociais essenciais, como Saúde, Segurança e Educação entre 2006 e 2009. Por exemplo, o percentual de Satisfeitos e Muito Satisfeitos com os serviços na área de Segurança aumentou de 13,7%, em 2006, para 34,3%, em 2009. Na Saúde Pública, o percentual de Satisfeitos e Muito Satisfeitos aumentou de 17,8% para 36,7% no mesmo período. Já na Educação, 63,9% dos respondentes declararam estar Satisfeitos e Muito Satisfeitos com o Ensino Fundamental, enquanto no Ensino Médio esse percentual é de 59,8%. Comparativamente à satisfação do ensino como um todo em 2006, esses resultados também melhoraram.

A Pesquisa reflete ainda que a sociedade deseja mais e melhores serviços, notadamente nas áreas de Segurança, Saúde, Saneamento e Estradas. Contudo, a evolução positiva no percentual de satisfação sugere que a política de ajuste fiscal e de modernização do setor público gaúcho tem permitido melhorar a qualidade dos serviços públicos. Essa percepção constitui um fator de motivação para que o Governo continue seguindo o caminho da responsabilidade fiscal e da modernização da gestão.

Nesse sentido, é importante que os gestores e servidores, nos diversos Órgãos da Administração Pública, se apropriem dos resultados desta Pesquisa para buscar a melhoria de seu trabalho, a fim de que seja possível atender cada vez mais os anseios da sociedade gaúcha.

Por fim, convidamos os cidadãos gaúchos que queiram contribuir para ajudar na melhoria da qualidade dos serviços públicos a se cadastrarem como usuários voluntários da Pesquisa de Satisfação de 2010, acessando o site www.seplag.rs.gov.br/pesquisa.



Ajuste Fiscal e Gestão
para a Qualidade dos
Serviços Públicos



No início de 2007, os números das contas públicas mostravam que o Rio Grande do Sul apresentava déficit crescente, acumulado ao longo de 37 anos, e os investimentos tendiam a praticamente zero. Naquele momento, o quadro fiscal era crítico, com previsão de um déficit de R\$ 2,4 bilhões. A administração dos recursos públicos mostrara-se insuficiente em meios financeiros e materiais para responder aos anseios da sociedade. Muitas e importantes obras estavam paradas, os pagamentos aos fornecedores tinham atrasos de até 13 meses, o 13º salário do funcionalismo era pago mediante empréstimos feitos no Banrisul, havia risco de atrasar os salários dos servidores e acentuava-se o desencontro entre a demanda e a oferta de serviços públicos. O déficit público persistente havia corroído a qualidade da prestação de serviços do Estado tanto na área social (Segurança, Saúde e Educação) como também na Infraestrutura, setores fundamentais para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

O Governo do Estado decidiu mudar essa situação com coragem e responsabilidade. Para tanto, adotou o princípio do duplo planejamento – “hoje para o hoje” e “hoje para o amanhã” – postulado por Derek F. Abell. Desse modo, buscou desenvolver ações para garantir o funcionamento do setor público no curto prazo (hoje para o hoje), mesmo com a austeridade imposta pelo ajuste fiscal. De forma concomitante, preparou planos, programas e projetos e alinhou os gestores e órgãos para a fase de investimentos nas áreas social e de infraestrutura (hoje para o amanhã), os quais seriam ampliados como resultado do processo de ajuste fiscal.

Assim, o princípio do duplo planejamento orientou a definição do eixo estratégico Finanças e Gestão Pública, o qual compreende um conjunto de ações voltadas ao ajuste fiscal e à modernização do setor público. De um lado, foi implementado um forte programa de ajuste fiscal, tendo como premissa o realismo orçamentário e como metas a eliminação do déficit e o aumento gradativo dos investimentos públicos. De outro lado, no campo da modernização do setor público, foi construído um modelo de gestão orientado para resultados, o qual tem inovações institucionais importantes, como a criação das Câmaras Setoriais, o gerenciamento intensivo de uma carteira de Programas Estruturantes e o aperfeiçoamento e a ampliação de instrumentos de contratualização de resultados firmados com os Órgãos da Administração Pública e seus gestores, destacando-se: Acordos de Resultados, Contratos de Gestão, Termos de Compromisso com Resultados e Termos de Parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Esse processo de modernização do setor público tem sido importante para garantir a efetividade do planejamento estratégico governamental e o aumento da eficiência e da produtividade do setor público como um todo. Não obstante, foi essencial para permitir a realização do ajuste fiscal sem comprometimento do nível e da qualidade da prestação de serviços à população.

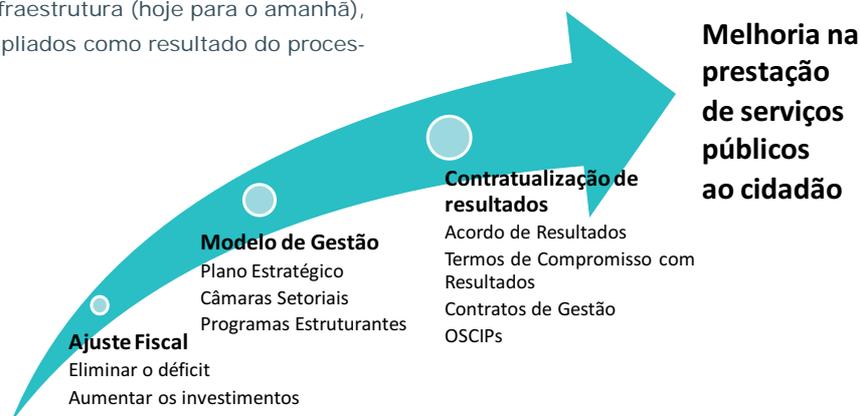


Figura 1: Eixos estratégicos do Governo de Resultados
Fonte: SEPLAG.

1.1 Ajuste Fiscal

A política de ajuste fiscal foi executada de forma intensa e ampla, mudando o paradigma gradualista que caracterizava a política fiscal vigente até então e que não havia demonstrado resultados satisfatórios para equacionar estruturalmente o problema do déficit.

A estratégia foi atacar todos os fatores que influenciavam a composição do déficit público, buscando aproximar a receita e a despesa. A tática de aumento da receita foi implementada com base no aperfeiçoamento da gestão da arrecadação e do combate à sonegação, tendo como instrumentos o Gerenciamento Matricial da Receita (GMR), o Programa de Avaliação do Contribuinte (PAC Inteligente) e a ampliação do mecanismo de substituição tributária. Já no caso da despesa, houve uma estratégia de contenção da sua expansão, especialmente com racionalização da despesa de custo e reestruturação da dívida extralimite.

Como resultado, em 2008, o Governo conseguiu alcançar o Déficit Zero, anunciando que todas as suas contas estavam em dia e que o 13º salário dos servidores seria pago antecipadamente com recursos do Tesouro Estadual, sem necessidade de recorrer a empréstimos no Banrisul. A partir desse momento, o Déficit Zero passa a ser referência para a retomada dos investimentos e para a qualificação dos serviços públicos.

1.1.1 Principais ações no lado da receita

Gerenciamento Matricial da Receita: Trata-se de um sistema de acompanhamento das metas de combate à sonegação e de aumento da arrecadação, instalado em 14 Delegacias e 44 Agências da Receita Estadual, com metas de fiscalização e auditorias para 14 setores.

Substituição Tributária: Em dezembro de 2007, os Governos dos Estados do Rio Grande do Sul e

de São Paulo firmaram Termo de Cooperação para aumentar a troca de informações tributárias. A partir de 2008, os segmentos de autopeças, rações pet, arroz beneficiado, celulares, colchões, perfumaria, cosméticos e higiene pessoal passaram a ser tributados por Substituição Tributária. Com a medida, o ICMS é tributado na indústria ou no atacado e não nos pontos de venda. Esse sistema de tributação garante um maior controle do Fisco sobre a arrecadação. Um exemplo é o combustível, que tem o tributo recolhido na refinaria e não nos postos de combustível. Em 2009, novos setores foram sendo abrangidos pela Substituição Tributária, como sucos e bebidas não alcoólicas. Além disso, 12 novos setores estão sendo incluídos pelo protocolo assinado entre os Governos dos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, envolvendo material de construção; elétrico e ferramentas; vinhos e bebidas quentes; bicicletas; brinquedos; material de limpeza; produtos alimentícios; artefatos de uso doméstico; instrumentos musicais; artigos de papelaria; e produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

PAC Inteligente: Programa de Avaliação do Contribuinte – 61 indicadores estatísticos combinados para identificar oportunidades de recuperação de receita com base em 106 mil contribuintes.

Ampliação da Nota Fiscal Eletrônica: O Rio Grande do Sul é considerado o Estado pioneiro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica em todo o País. Desde o início da obrigatoriedade, em abril de 2008, o Estado dobrou de 20 para aproximadamente 40 mil empresas de diferentes segmentos econômicos, que foram aderindo ao longo de 2008 e 2009. A Nota Fiscal Eletrônica representa um grande marco para a modernização da arrecadação do Estado.

Capitalização do Banrisul: O Estado realizou a maior operação de colocação de ações de um banco da América Latina em 2007. Com a venda das ações sem direito a voto, foram captados recursos de R\$ 800 milhões para investimentos no Banco. O Tesouro do Estado recebeu outros recursos, no valor de R\$ 1,2 bilhão, com os quais constituiu dois fundos pre-

videnciários para os servidores, pela Lei nº 13.113, de 23 de dezembro de 2008.

Transparência nas desonerações fiscais: O Governo vem detalhando, desde 2007, o montante das desonerações fiscais no Rio Grande do Sul que, em 2008, atingiu R\$ 10,081 bilhões, sendo R\$ 9,671 bilhões de ICMS (96%), R\$ 387 milhões de IPVA (3,8%) e 23,2 milhões relativas ao ITCD (0,2%). A inclusão do levantamento detalhado das desonerações existentes no Estado segue o princípio de transparência que o Governo vem adotando no debate sobre as finanças públicas. Os benefícios fiscais foram concedidos ao longo de décadas para ampliar a competitividade e consolidar determinados setores na economia gaúcha, além de estimular a diversificação do parque produtivo estadual.

1.1.2 Principais ações no lado da despesa

Decreto de Contingenciamento dos 100 dias: As mudanças para a racionalização dos gastos públicos iniciaram já em 17 de janeiro de 2007, com a publicação do Decreto nº 44.867, que determinou o contingenciamento, por 100 dias, dos gastos da Administração Estadual, adotando medidas de contenção de despesas para serem observadas pelos Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado.

Programa Fazendo Mais com Menos: Para reduzir gastos sem prejudicar a prestação de serviços, em 04 de outubro de 2007, foi criado o Programa Fazendo Mais com Menos, pelo Decreto nº 45.273. De 1995 a 2006, as despesas de custeio do Estado cresciam em média 12% ao ano. Com o Fazendo Mais com Menos, essa trajetória foi contida e houve redução de cerca de 30% das despesas discricionárias de custeio no primeiro ano. Desde então, essa economia vem sendo mantida.

Gerenciamento Matricial da Despesa: Trabalho nas principais rubricas, especialmente as de gastos corporativos (água, luz, telefonia, etc.) dos maio-

res Órgãos, abrangendo 80% dos valores do custeio gerenciáveis. Em parceria com o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade – PGQP, foram identificadas e corrigidas as ineficiências nessas despesas.

Regularização de pagamentos: No início de 2007, o atraso de pagamento dos fornecedores chegava a 13 meses. Agora, todos os pagamentos estão em dia, resultando na redução média de preços em cerca de 30% e na duplicação do número de fornecedores nas licitações. Para iniciar esse processo, primeiro houve o pagamento de 1.221 credores de pequeno valor e de serviços essenciais. Posteriormente, foram realizados Leilões de Dívidas, viabilizados a partir da aprovação da Lei nº 12.742, de 05 de julho de 2007, no seu anexo 6.5.

Reestruturação da dívida com o Banco Mundial: O Estado conseguiu contratar o maior financiamento já feito a um Estado subnacional na história do Banco Mundial. Com US\$ 1,1 bilhão, foram antecipadas dívidas, como as da Fundação Banrisul e do Programa de Financiamento à Exportação – Proex. Nessa reestruturação, o Estado trocou uma dívida mais cara por outra mais barata e os ganhos já estão auxiliando a ampliar a capacidade de investimento e fomento às políticas públicas. A reestruturação da dívida extralimite do Rio Grande do Sul já é referência e está sendo buscada por vários outros Estados.

Aplicação do teto salarial do Poder Executivo: Foi determinado o corte dos salários do Poder Executivo que estavam acima do teto constitucional de R\$ 22.111,25. A medida seguiu a determinação expressa contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, ou seja, a necessidade de aplicação do teto. A mesma iniciativa também foi adotada pelo Instituto de Previdência do Estado, onde estavam sendo pagas 82 pensões acima do teto. Desde então, o Executivo não vem mais pagando salários acima desse valor, conforme estabelece a Emenda nº 57, de 21 de maio de 2008, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

Portal da Transparência RS: Para garantir maior transparência às contas públicas, foi lançado o

Portal Transparência RS, elaborado pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. A partir desse Portal, todo cidadão pode acompanhar, em tempo real, a evolução das receitas e despesas dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público e do Tribunal de Contas, além de recursos que o Estado repassa para Prefeituras, cidadãos e organizações da sociedade civil.

1.2 Modelo de Gestão

Entre as questões evidentes a todos os que participavam da construção do Plano de Governo, no ano de 2006, destacava-se um fato: o Rio Grande do Sul convivia com graves problemas de gestão. Essa dificuldade afetava a qualidade e o custo dos serviços públicos. Para agravar o cenário, conforme foi identificado naqueles meses, o conservadorismo, que com as suas rotinas engessa as organizações, havia se estabilizado como cultura administrativa no Estado. Era preciso modernizar a gestão pública, mudando as estruturas rígidas consolidadas nas instituições e avançando na prática de uma cultura voltada à administração gerencial, mais flexível e orientada fundamentalmente para resultados finalísticos em prol do bem-estar dos cidadãos gaúchos.

Uma das mudanças mais importantes, rumo à modernização do setor público, foi realizada já na reorganização administrativa das estruturas do Governo. A antiga Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP) passou a denominar-se Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG). Essa mudança propiciou que a gestão assumisse um papel mais proeminente nos demais processos finalísticos da SEPLAG (planejamento, orçamento e captação de recursos).

A SEPLAG passou a atuar no planejamento e monitoramento intensivo da gestão da carteira de Programas Estruturantes, por meio do Departamento de Monitoramento de Projetos – DEPROJ, como também qualificou e ampliou a utilização de instrumentos de contratualização de resultados nos Órgãos do Governo, pelo Departamento de Modernização da Gestão Pública – DEGESP.

Outra mudança relevante para o aperfeiçoamento do processo de gestão foi a criação da Secretaria Geral de Governo – SGG. A Secretaria atua de forma articulada com a SEPLAG, tendo como objetivo primordial a promoção da articulação das ações estratégicas dos órgãos e entidades da Administração Estadual, visando à uniformidade e à eficiência na promoção de políticas públicas, em especial dos Programas Estruturantes que formam a carteira dos investimentos prioritários do Governo. Cabe à SGG o acompanhamento e a gestão das ações de caráter transversal entre os diversos órgãos da Administração por intermédio da gestão das Câmaras Setoriais.

Até serem implementadas as Câmaras Setoriais e os Programas Estruturantes, a gestão do Governo correspondia ao somatório das políticas implementadas pelos Secretários Estaduais. No entanto, a dispersão de esforços, a superposição de competências e a disputa por retalhos do orçamento estadual dissipavam energias, prejudicando a unidade e a eficiência das ações.

As Câmaras Setoriais reorientaram os rumos dessa relação. A política do Governo passou a ser integralmente assumida por toda a Administração Direta e Indireta. No lugar da dispersão, veio a convergência de esforços e de recursos. No lugar da superposição, instalou-se a definição das competências em cada programa e projeto. Em lugar da disputa por retalhos do orçamento, veio a justa adequação dos meios aos fins.

A nova organização do Governo, com reflexo nas atividades e na redefinição das Secretarias de Estado, agilizou o processo de planejamento em cada uma de suas três fases: Planejamento Estratégico, Planejamento Tático e Planejamento Operacional.

1.2.1 Câmaras setoriais

As Câmaras Setoriais são um espaço de coordenação da ação do Governo do Estado, as quais bus-

cam romper com a visão segmentada de Secretarias e Órgãos públicos. Introduz o conceito de transversalidade na Administração, ou seja, as políticas públicas que demandam ações de diversas Secretarias precisam ser compartilhadas e coordenadas.

Presididas pelo Secretário-Geral de Governo e compostas por secretários de Estado, Secretaria Executiva das Câmaras Setoriais e pelo Grupo Especial de Assessoramento, as Câmaras Setoriais são fóruns de definição das políticas públicas do Governo do Estado sempre com enfoque na geração de resultados para os cidadãos.

As Câmaras Setoriais, criadas pelo Poder Executivo, por meio do Decreto 44.895, de 15 de fevereiro de 2007, têm as seguintes atribuições:

- I. Discussão, definição e orientação das políticas, estratégias e diretrizes da Administração Estadual.
- II. Viabilização da ação coordenada do Poder Executivo, de modo a garantir a execução das políticas públicas setoriais.
- III. Identificação das restrições à execução dos programas governamentais, propondo medidas necessárias à sua viabilização.

- IV. Deliberação sobre atos normativos relativos aos programas multissetoriais, por intermédio de resoluções.
- V. Estruturação de grupos executivos para o cumprimento das determinações emanadas das Câmaras Setoriais.
- VI. Coordenação da articulação e integração dos programas e demais iniciativas nos diversos órgãos e entidades da Administração estadual relativos à área de atuação da Câmara Setorial.
- VII. Avaliação periódica dos resultados dos programas governamentais multissetoriais sob sua supervisão, determinando medidas para o seu aperfeiçoamento.

Atualmente, existem seis (6) Câmaras Setoriais, agrupadas de acordo com os três eixos do programa estratégico do Governo do Estado conforme apresentado na Tabela 01 abaixo.

No âmbito interno das Secretarias, as Câmaras Setoriais são apoiadas pelos Secretários Adjuntos, pelas Assessorias de Gestão e pelos gerentes de projeto, com destaque para a Unidade de Apoio ao Gerenciamento de Projetos (DEPROJ), instalada na Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tabela 1: Câmaras Setoriais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

EIXO ESTRATÉGICO	CÂMARA SETORIAL
Desenvolvimento Econômico Sustentável	Desenvolvimento Econômico e Inovação
	Irrigação e Usos Múltiplos da Água
	Infraestrutura e Logística
Desenvolvimento Social	Desenvolvimento Social
	Segurança e Prevenção da Violência
Finanças e Gestão Pública	Finanças e Gestão Pública

Fonte: SEPLAG.

1.2.2 Programas Estruturantes

O Estado do Rio Grande do Sul possui, na estrutura da Secretaria do Planejamento e Gestão, o Departamento de Monitoramento de Projetos (DEPROJ), que conduziu, juntamente com outras esferas do Governo e as Câmaras Setoriais, a formação da Carteira dos Programas Estruturantes, submetida a gerenciamento intensivo e com ciclos permanentes de acompanhamento na busca das respectivas realizações.

O DEPROJ, por meio de seus monitores, planeja, em conjunto com as Secretarias, todos os programas, projetos e ações estratégicas do Governo. Após o planejamento, esse Departamento acompanha permanentemente o andamento desses planos de trabalho. Na linguagem da iniciativa privada, o RS possui um “escritório de projetos” em funcionamento e está colocando em prática os princípios do Project Management Institute – PMI, por intermédio de uma metodologia que foi trazida para melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações de Governo. A estruturação do DEPROJ também foi viabilizada a partir de parceria com o PGQP e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial – INDG.

Assim, o Governo trabalha com metodologias consolidadas, num ciclo de acompanhamentos, que se desenvolve para que os Programas Estruturantes e suas ações sejam executados e sigam os cronogramas planejados, cujos resultados são verificados pelas Câmaras Setoriais e, pessoalmente, pela Governadora.

Hoje, existem 12 Programas Estruturantes e 62 Projetos organizados nos três eixos estratégicos do Governo. Estes serão apresentados a seguir:

Eixo Desenvolvimento Social

Programa: **Saúde Perto de Você**

- Regionalização da Saúde
- Primeira Infância Melhor
- Estratégia da Saúde da Família
- Tecnologia da Informação para Integração da Atenção à Saúde
- Telessaúde

Programa: **Boa Escola para Todos**

- SAERS - Sistema de Avaliação Educacional do RS
- Professor Nota 10 - Valorização do Magistério
- Sala de Aula Digital - Tecnologia de Informação nas Escolas Estaduais
- Escola Legal - Manutenção e Ampliação dos Espaços Escolares
- Centros de Referência na Educação Profissional

Programa: **Emancipar - Todo Mundo é Cidadão**

- Proteção Social
- Habitação Popular
- Educação e Qualificação Profissional
- Empreendedorismo e Acesso ao Crédito
- Valorização das Pessoas
- Trabalho e Renda

Programa: **Saneamento em Ação**

- Revitalização dos Rios dos Sinos e Gravataí
- Projetos e Obras de Saneamento em Áreas Urbanas do Estado
- Ampliação do Abastecimento de Água

Programa: **Cidadão Seguro**

- Recomposição do Efetivo
- Renovação de Frota
- Ampliação de Vagas Prisionais
- Construção e Revitalização dos Espaços Físicos
- Modernização e Integração do Sistema de Inteligência

Programa: **Nossas Cidades**

- Habitação Popular
- Comitê de Ação Solidária
- Cidade Amiga da Mulher
- RS Amigo do Idoso
- Prefeitura Parceira
- Recomeçar
- Projeto da Prevenção da Violência
- Pensando a Cidade
- Copa 2014
- Caminhos do Turismo
- Cais Mauá
- Planejamento Regional Integrado

Eixo Desenvolvimento Econômico Sustentável

Programa: Terra Grande do Sul

- Certificação e Rastreabilidade de Produtos Agropecuários
- Modernização da Defesa Sanitária Animal e Vegetal
- Laboratório de Biossegurança

Programa: Mais Trabalho. Mais Futuro.

- Polo Estadual para Integração de Parques Tecnológicos e Unidades Regionais
- Tecnologia da Informação e Comunicação e Redes de Convergência
- Setores Portadores de Futuro
- Inovação de Setores Tradicionais
- Qualificação e Emprego
- Modernização da Junta Comercial

Programa: Irrigação é a Solução

- Construção das Barragens Jaguarí e Taquarembó
- Acumulação de Água para Usos Múltiplos
- Planejamento Estratégico dos Usos Múltiplos da Água
- Capacitação de Agricultores

Programa: Duplica RS

- Acessos Municipais
- Aeroportos
- Hidrovias
- Rodovias

Eixo Finanças e Gestão Pública

Programa: Ajuste Fiscal

- “Receita para Crescer” - Modernização da Receita
- “Fazendo Mais com Menos” - Racionalização da Despesa
- Transparência RS

Programa: Governo de Resultados

- Gestão Pública por Resultados
- Gestão de Pessoas
- Escola de Governo
- Ouvidoria
- Governo Eletrônico
- Modernização da Rede Integrada de Atendimento ao Cidadão - TUDOFÁCIL

1.3 Contratualização de Resultados

A contratualização de resultados consiste na utilização de modernos instrumentos de gestão, nos quais as Secretarias, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais se comprometem, com o Governo Estadual, a qualificar os seus serviços para melhor atender à população gaúcha. Além disso, a qualificação dos serviços poderá ser atingida com a participação na área pública de Organizações Sociais de Interesse Público – OSCIPs – e da execução dos Programas Estruturantes de Governo.

Por meio do uso de práticas modernas de gestão e da transparência, esses instrumentos representam o compromisso com resultados e a eficiência nas ações que serão desenvolvidas até o final do exercício de 2010.

Quais são os ganhos?

O principal ganho do Governo Estadual, em adotar essa forma de trabalhar, é permitir que todos os envolvidos saibam, claramente, quais os resultados que pretende alcançar para melhor atender à população.

Além disso, a maior eficiência na prestação de serviços com redução dos custos para o Estado será viabilizada com a revisão de processos de trabalho, investimentos em inovação, tecnologia, capacitação das pessoas e responsabilidade socioambiental.

Com esse foco, são utilizadas ferramentas modernas de gestão, escapando da burocracia e da falta de flexibilidade que muitas vezes atrapalham o setor público.

1.3.1 Tipos de instrumentos de contratualização

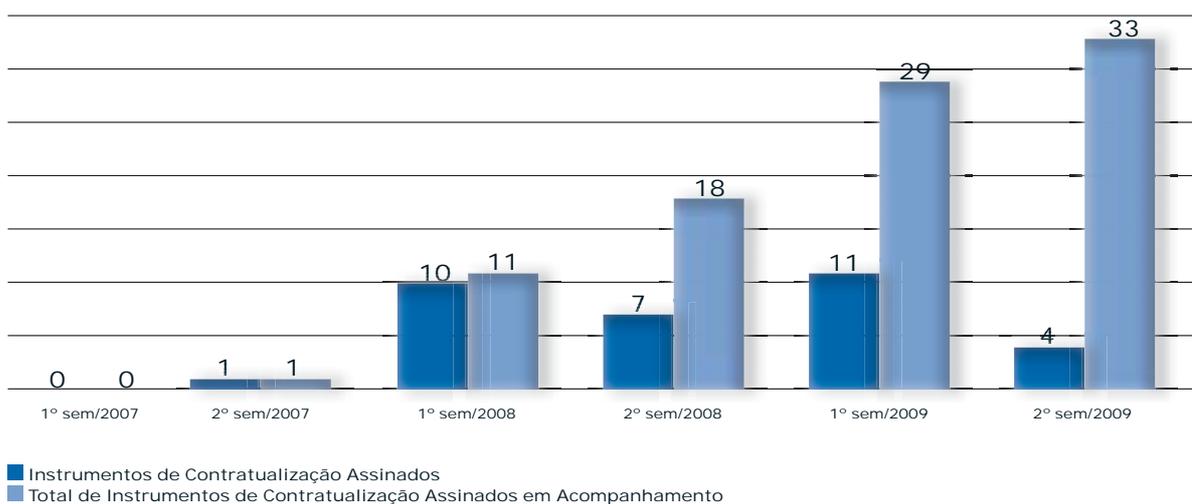
Neste Governo, houve uma grande evolução na utilização dos instrumentos de contratualização, nitidamente, voltados à busca da melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade, conforme se evidencia na tabela e no gráfico a seguir.

Tabela 2: Instrumentos de contratualização na Administração Pública Estadual

TIPOS DE INSTRUMENTO	O QUE SÃO	QUEM ASSINA
Acordo de Resultados	Instrumento de gestão nos quais os órgãos/ entidades se comprometem, com o Governo Estadual, a qualificar os seus serviços para melhor atender à população gaúcha	Secretarias, Autarquias e Fundações
Contrato de Gestão		Empresas Estatais
Termo de Parceria	Instrumento destinado à formação de vínculo de cooperação entre a Administração Pública Estadual e as entidades sem fins lucrativos, qualificadas como OSCIPs para o fomento e a execução de atividades de interesse público.	OSCIPs
Termo de Compromisso com Resultados	Instrumento destinado ao gerenciamento intensivo de programas e projetos estruturantes (estratégicos) e a pactuação de seus resultados, com vistas ao desenvolvimento do RS.	Programas Estruturantes

Fonte: SEPLAG/DEGESP.

Gráfico 1: Evolução da quantidade de contratualizações



Fonte: SEPLAG/DEGESP.

1.3.2 Acordos de resultados

Desde o início desta gestão, em 2007, já foram assinados 13 Acordos de Resultados, com a definição de metas de desempenho a serem atingidas em cada um dos órgãos ou entidades que se comprometeram em qualificar os serviços à população gaúcha.

Foram assinados Acordos com a Junta Comercial do RS (JUCERGS); Secretaria da Saúde (SES); Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social

(SIDS); Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio (SEAPPA); Secretaria da Segurança Pública (SSP); Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH); Fundação de Economia e Estatística (FEE); Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO); Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS (FAPERGS); Fundação Estadual e Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS); Fundação Zoológica (FZB) e Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS).

1.3.3 Contratos de gestão

A utilização dos Contratos, amplamente negociados entre as Empresas Estatais e as Secretarias, às quais estão vinculadas com a interveniência da Secretaria do Planejamento e Gestão, objetiva alinhar o planejamento dessas empresas às estratégias definidas para o desenvolvimento do Estado. Nos contratos são estabelecidas metas para a expansão de investimentos, desenvolvimento gerencial, qualificação de recursos humanos, desempenho econômico-financeiro, eficiência e indicadores específicos da área de negócio de cada empresa.

O Governo, com essa forma de gestão, cobra resultados e oferece autonomia gerencial aos gestores e suas equipes, a fim de que consigam perseguir suas metas. No entanto, as empresas passam a se comprometer com as melhores práticas de governança corporativa, de gestão de pessoas, inovação, redução de custos, responsabilidade socioambiental, além de indicadores de qualidade dos serviços que poderão ser acompanhados por todos. Com a utilização de novas práticas, o Governo compromete-se a inovar na administração, instituindo valores transparentes, e a reafirmar os compromissos de consolidação de uma nova consciência nas organizações. Trata-se de uma mudança corajosa e profunda na cultura da administração pública.

Foram assinados Contratos de Gestão com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE); Companhia Riograndense de Mineração (CRM); Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS); Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN); Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG); Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA); e Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS). Inserido nesse processo de qualificação da gestão, foi instituído, pelo Decreto nº 45.273/07, o Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais – CGCE. O Comitê é composto pelos Secretários de Estado do Planejamento e Gestão, da Fazenda, da Administração e dos Recursos Humanos, pelo Procurador-Geral do Estado, pelo Chefe

da Casa Civil e por dois representantes indicados pela Governadora, dentre os quais, um da sociedade civil. Tem por finalidade assegurar boas práticas de gestão, transparência, equidade de tratamento e prestação de contas das empresas estatais. O Comitê reúne seus integrantes bimestralmente, analisa o desempenho das empresas estatais que têm contrato de gestão vigente e emite orientações com vistas à promoção da eficiência na gestão e à adoção das melhores práticas de governança corporativa nas empresas estatais.

1.3.4 Termos de parceria

Os Termos de Parceria são contratualizações realizadas entre o Governo do Estado e uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, visando à execução de serviços. Os Termos, instituídos pela Lei Estadual nº 12.901/08 e regulamentados pelo Decreto nº 45.541/08, possibilitam que pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, constituídas há pelo menos dois anos, possam requerer sua qualificação como OSCIP e, posteriormente, participar de processos de seleção de projetos para futura parcerização com o Estado. Em dezembro de 2009, o Estado do Rio Grande do Sul celebrou o seu primeiro Termo de Parceria com uma OSCIP. A partir de janeiro de 2010, a Organização executará os serviços prestados pelo Centro Infanto-Juvenil Zona Sul, situado na Rua Capivari, 20, na Vila Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre. Outros editais estão sendo produzidos e deverão ser lançados em breve.

1.3.5 Termos de compromisso com resultados

O Governo do Estado, em busca do desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul, vem implementando uma série de Programas Estruturantes, os quais têm seus resultados contratualizados pelo Termo de Compromisso com Resultados, no qual participam todas as instâncias que contribuem para os objetivos dos Programas. Foram assinados, desde março de 2008, 12 Termos de Compromisso com Resultados, envolvendo todos os Programas Estruturantes.



O Código Estadual
da Qualidade dos Serviços
Públicos (Lei nº 11.075/98)



O Estado tem buscado a satisfação dos usuários por meio da compatibilização da oferta dos serviços públicos com as expectativas da população. Assim, quando a população se envolve e é chamada a participar, através das consultas e pesquisas, o processo de gestão se torna mais transparente e efetivo no sentido de melhorar a qualidade dos serviços públicos. Dentro dessa perspectiva, foi promulgada, em janeiro de 1998, a Lei Estadual nº 11.075 – Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos, que institucionalizou a participação da população no processo de avaliação dos serviços públicos prestados pelo Estado.

Essa lei estabelece os padrões mínimos para os serviços públicos, buscando sua adequação ao uso e à satisfação dos usuários. Para auxiliar na fiscalização, a Lei instituiu o papel de “usuário voluntário”, que deverá ser pessoa física, maior de idade e residente no Rio Grande do Sul. Esses usuários compõem uma base denominada Cadastro de Usuários Voluntários – CUV, que permite a comunicação entre o Estado e os cidadãos. As pessoas cadastradas recebem periodicamente informações sobre os trabalhos e prestam informações sobre a validade dos serviços de que são usuários, com direito a todas as informações referentes aos indicadores a serem acompanhados. Atualmente, o CUV tem 19.338 pessoas cadastradas.

Por esse preceito legal, o acompanhamento dos serviços públicos estaduais e o levantamento sistemático da opinião dos usuários, em um processo de constante avaliação, devem balizar as ações de governo, assumindo um papel importante na gestão estadual. No Art. 4º, a referida Lei determina à Secretaria da Coordenação e Planejamento, atual Secretaria do Planejamento e Gestão, a tarefa de acompanhar

os indicadores e as metas que propiciarão medir e avaliar a evolução dos serviços. Define, ainda, a incorporação da opinião dos seus usuários por meio de pesquisas periódicas. Tal atribuição é realizada por intermédio das Pesquisas de Opinião sobre os serviços essenciais.

Portanto, o CUV consiste na nominata de cidadãos usuários dos serviços públicos, base de dados a partir da qual se realiza periodicamente a pesquisa de satisfação.

Um dos pontos que compõe a Modernização da Gestão Pública é a realização de consultas e pesquisas à população, que assume cada vez mais importância na gestão estadual, proporcionando aos prestadores de serviços uma avaliação sistemática da população. Nesse sentido, o Estado deve oferecer serviços públicos de qualidade aos cidadãos e compatibilizar a oferta com as suas necessidades. Também é dever do Estado acompanhar, de forma permanente, a evolução da universalização e da qualificação desses serviços.

Anualmente, os técnicos da Secretaria do Planejamento e Gestão reúnem-se com os técnicos das áreas de Segurança, Saúde e Educação com o objetivo de pactuar metas para seus indicadores em cada serviço. A partir do ano de 2009, também foram inseridos, neste trabalho, os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente e da Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social. Tais metas envolvem níveis crescentes de universalização e continuidade dos serviços públicos, melhoria da qualidade do ambiente e de vida da população. As metas são definidas para um período de quatro anos, sendo efetuada a análise das realizações dos três últimos anos.



É dever do Estado acompanhar, de forma permanente, a evolução da universalização e da qualificação dos Serviços Públicos.

2.1 Histórico

Antes mesmo da criação da Lei nº 11.075/98, foram realizadas pesquisas para auferir a opinião do cidadão gaúcho. A primeira Pesquisa de Satisfação ocorreu em 1995, envolvendo usuários de 38 municípios. A Pesquisa foi realizada por telefone com 661 entrevistados. Em dezembro do mesmo ano, houve uma nova Pesquisa com 1.183 entrevistas, combinando três formas de consulta: via telefone, correspondência e entrevistas pessoais.

Em 1996, aumentou o número de entrevistas feitas exclusivamente por meio de correspondência. Essas entrevistas integram a Pesquisa sobre a área de infraestrutura básica – abastecimento de água, esgoto, telefonia e energia elétrica. Para tanto, foram enviados aproximadamente 20 mil questionários a 336 municípios do Estado, contendo o mapeamento das expectativas da população e do seu grau de satisfação. Os resultados da Pesquisa tornaram-se importantes instrumentos de avaliação, implementação, ajuste e melhoria dos planos do Governo. O retorno foi de 26% da correspondência válida.

Em outubro de 1997, foi realizada uma Pesquisa específica sobre a Escola Pública Estadual, na qual os pais de alunos dessas escolas responderam aos questionários. A distribuição e a devolução dos instrumentos foram realizadas com o auxílio da Associação dos Círculos de Pais e Mestres – ACPM e das Delegacias de Educação, com retorno expressivo de 52%.

Em fevereiro de 1998, foi realizada nova Pesquisa de Satisfação, com 30 mil questionários enviados a 442 municípios do Estado. Nessa Pesquisa foram sondadas as áreas de infraestrutura: abastecimento de água, esgoto sanitário, energia elétrica, telefonia, estradas, além das áreas da Educação, Saúde e Segurança Pública. O retorno foi de aproximadamente 22%.

No período de 1999 a 2002, as Pesquisas não foram realizadas.

A avaliação dos serviços públicos estaduais, pelos seus usuários, retornou em 2003, tendo no final desse ano sido enviados 35 mil questionários. O critério adotado foi o endereçamento aos usuários cadastrados a partir de um banco de dados obtido nas concessionárias de energia elétrica no Estado – CEEE, AES Sul e RGE – e de tratamento e abastecimento de água – CORSAN, correspondendo, de forma aleatória, a 1% de seus consumidores. Para tanto, do referido banco de dados, o então Departamento de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho do Setor Público – DADE, que deu origem ao atual Departamento de Modernização da Gestão Pública – DEGESP, fez um sorteio, selecionando o número de correspondências a serem enviadas aos 497 municípios de acordo com amostra estabelecida. A taxa de retorno foi de 15,2%.

Em 2004, a Pesquisa foi enviada para destinatários sorteados no banco de dados das empresas concessionárias de energia elétrica – CEEE, AES Sul e RGE – e de tratamento e abastecimento de água – CORSAN, num total de 35 mil destinatários, e para 17 mil integrantes do Cadastro de Usuários Voluntários – CUV, da Secretaria da Coordenação e Planejamento, atual Secretaria do Planejamento e Gestão, totalizando 52 mil questionários enviados. No retorno, os questionários válidos atingiram 20,4%, sendo que 15,4% na Pesquisa Geral e 30,6% na Pesquisa com o Cadastro de Usuários Voluntários.

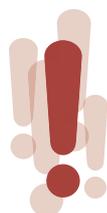
Em dezembro de 2005, uma nova Pesquisa foi realizada abrangendo 35 mil destinatários sorteados do banco de dados das concessionárias de energia elétrica e de água, com retorno de 14,4%.

Em dezembro de 2006, foi realizada Pesquisa de Satisfação somente com os Usuários Cadastrados do CUV, devido à dificuldade de obtenção do banco de dados das concessionárias de energia elétrica para a realização de sorteio da amostra para a Pesquisa Geral. Foram enviados 20.500 formulários de Pesquisa, acompanhados da Cédula de Votação de Metas, tendo em vista a redução dos custos de postagem.

Devido à racionalização de recursos no âmbito do processo de ajuste fiscal, foi realizada uma única pesquisa de Satisfação para os anos de 2007 e 2008. Essa pesquisa foi realizada com uma amostra de aproximadamente 50% de integrantes do CUV, estatisticamente definida, tendo como critério a representatividade de todas as regiões do Estado. Do total de 19.604 usuários dos serviços públicos pertencentes ao Cadastro em 2007, foi definida uma amostra de 11.340 cadastrados pela Fundação de Economia e Estatística – FEE, representando 57,8% do universo. Foram acrescentados à amostra 107 novos inscritos, totalizando 11.447 pesquisados em todo o território estadual. Conforme a avaliação técnica da FEE, essa amostra era representativa para captar a opinião dos usuários e seria espera-

do um retorno de 1.700 instrumentos de Pesquisa, se mantido o percentual de retorno de 2006. Tal estimativa confirmou-se, tendo regressado 1.778 questionários, com um retorno de 15,5%.

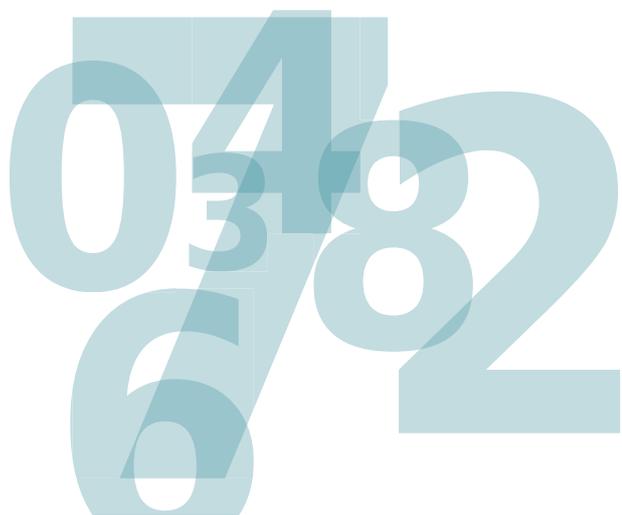
Em 2009, com o objetivo de avaliar a percepção dos usuários dos Serviços Públicos nas áreas de Assistência Social e Meio Ambiente, essas foram inseridas às áreas já pesquisadas de Educação, Saúde e Segurança. Nesse ano, os questionários da Pesquisa foram enviados a uma amostra de 19.338 inscritos no CUV, com um retorno válido de 2.056 formulários. Uma inovação nesse ano foi a realização da primeira experiência de Pesquisa via Correio Eletrônico, com o envio de 3.649 formulários por e-mail.



No ano de 2009 realizou-se a primeira experiência de Pesquisa por Correio Eletrônico, com o envio de 3.649 formulários por e-mail.



Síntese dos Resultados



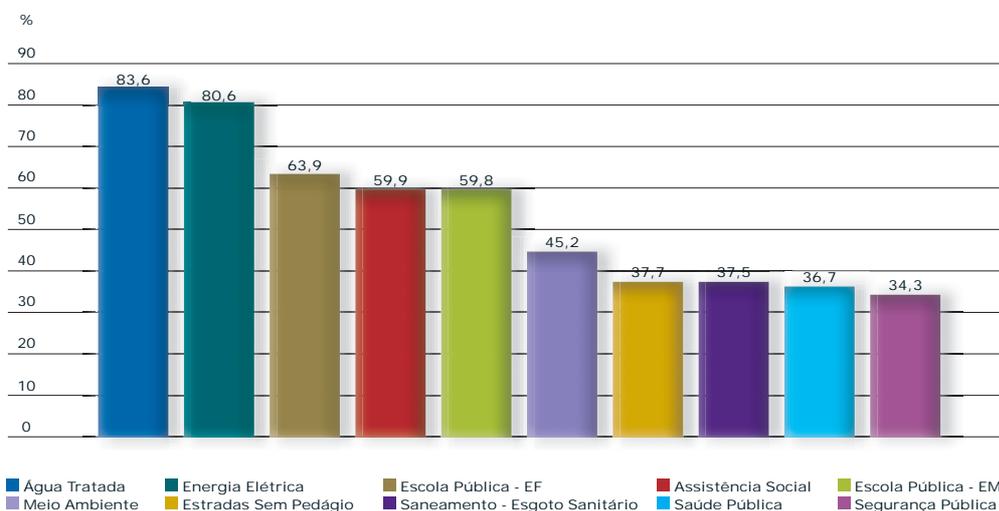
Esse capítulo apresenta a síntese dos resultados obtidos com a realização da Pesquisa de 2009, envolvendo os graus de satisfação e as notas auferidas aos serviços públicos na opinião dos cidadãos pesquisados. Um detalhamento maior dos resultados é apresentado nos capítulos seguintes, especificados por área. No capítulo 10, são apresentadas as informações sobre o processo metodológico da Pesquisa, assim como os dados do perfil da amostra em 2009.

Nessa síntese, são destacados o grau de satisfação e as notas por área pesquisada. Quanto ao grau de satisfação, são quatro as opções de respostas aos participantes da Pesquisa: Muito Satisfeito, Satisfeito, Insatisfeito e Muito Insatisfeito. Inicialmente, são apresentados os resultados do grau de satisfação para todas as áreas em 2009, considerando a soma das respostas Muito Satisfeito e Satisfeito. Em seguida, são reportados os resultados para o período de 2003 a 2009, possibilitando uma avaliação comparativa e a verificação das mudanças na opinião dos usuários ao longo do tempo.

3.1 Grau de Satisfação e Nota por Área em 2009

O Gráfico 2 apresenta os resultados em relação à Água Tratada, demonstrando que 83,6% dos respondentes estão satisfeitos, seguido da Energia Elétrica com 80,6%. A Segurança Pública apresentou o menor índice de usuários pesquisados satisfeitos, com 34,3%.

Gráfico 2: Grau de Satisfação por Área (%) – 2009



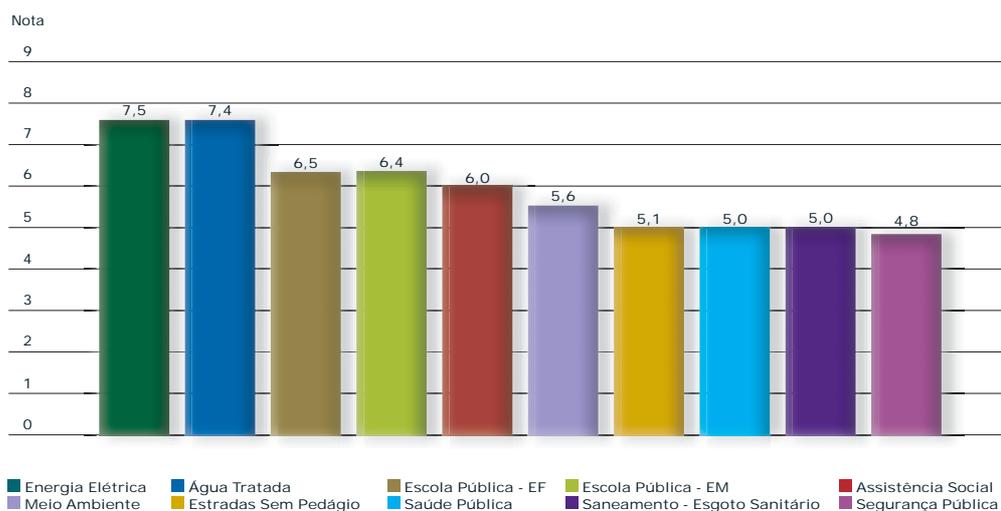
Fonte: SEPLAG/DEGESP.

Nota: Esses resultados se referem à soma dos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito.

EF = Ensino Fundamental. EM = Ensino Médio

O Gráfico 3 apresenta as notas das áreas pesquisadas no ano de 2009. A melhor nota da Pesquisa é a da Energia Elétrica, com média 7,5, acompanhada da Água Tratada com 7,4. Por sua vez, a Segurança Pública apresentou a menor nota com 4,8. Em geral, observa-se uma correlação positiva entre o grau de satisfação e a nota atribuída aos serviços.

Gráfico 3: Notas por Área – 2009



Nota: EF = Ensino Fundamental. EM = Ensino Médio
Fonte: SEPLAG/DEGESP.

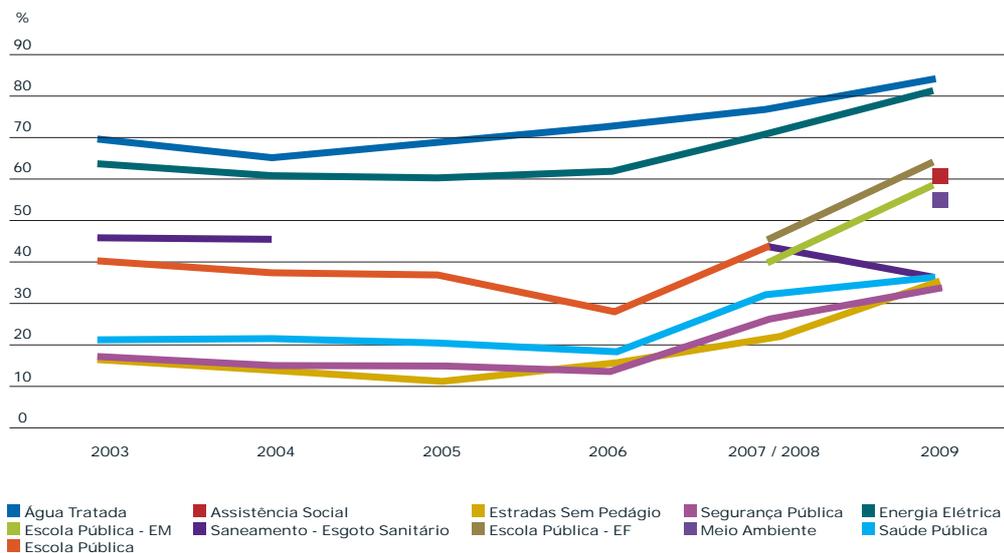
3.2 Evolução do Grau de Satisfação e da Nota no Período 2003-2009

A satisfação dos usuários dos serviços públicos, tendo como parâmetro o somatório dos graus Muito Satisfeito e Satisfeito, apresentou evolução bastante significativa, no período de 2006 a 2009, na quase totalidade dos serviços (Gráfico 4). A exceção reside no serviço de Saneamento – Esgoto Sanitário, o qual apresentou redução no grau de satisfação. O Meio Ambiente e a Assistência Social participaram pela primeira vez da Pesquisa de Satisfação em 2009, de modo que não existe informação para uma análise temporal.

Outra forma de avaliar a satisfação dos usuários é por meio de notas atribuídas pelos pesquisados. Nesse caso, também se verifica um aumento das notas, notadamente entre 2007/2008 e 2009 (Tabela 3). A exceção fica a cargo do Saneamento – Esgoto Sanitário, que obteve grau inferior ao período anterior. A Saúde Pública continua no mesmo patamar, com nota próxima à da Pesquisa anterior.

A seguir, é apresentada uma descrição da evolução da quantidade de respondentes satisfeitos em cada serviço.

Gráfico 4: Evolução do Grau de Satisfação – 2003 a 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.

Nota: Esses resultados se referem à soma dos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito.

EF = Ensino Fundamental, EM = Ensino Médio

Tabela 3: Evolução da Nota dos Serviços Públicos no Período – 2003 a 2009

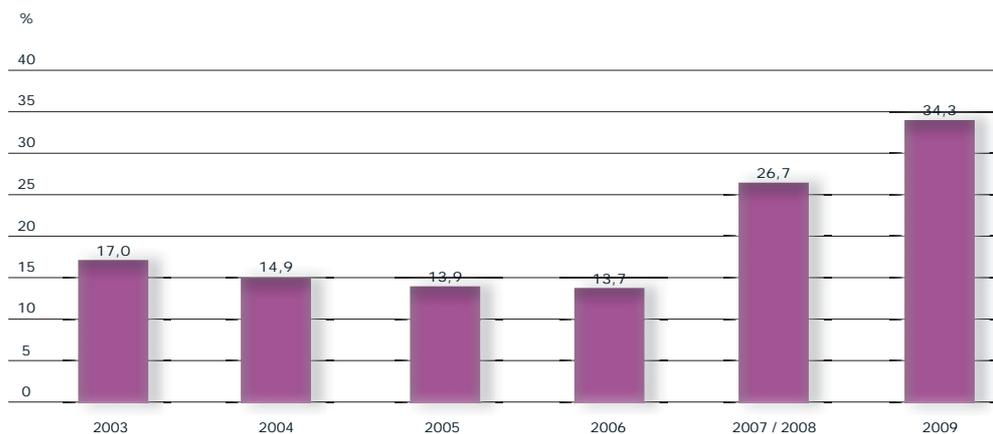
SERVIÇOS	2003	2004	2005	2006	2007/2008	2009
Água Tratada	7,6	7,1	7,3	7,7	7,2	7,4
Assistência Social	-	-	-	-	-	6,0
Energia Elétrica	7,5	7,3	7,2	7,3	7,0	7,5
Escola Pública Estadual – Ensino Fundamental	6,7	6,5	6,5	6,3	6,0	6,5
Escola Pública Estadual – Ensino Médio	6,5	6,4	6,3	6,2	5,9	6,4
Estradas Estaduais sem Pedágio	4,8	4,4	4,1	4,8	4,5	5,1
Meio Ambiente	-	-	-	-	-	5,6
Saneamento - Esgoto Sanitário	5,5	5,1	-	-	5,3	5,0
Saúde Pública	4,7	4,8	4,6	5,0	4,9	5,0
Segurança Pública	4,5	4,2	4,1	-	4,5	4,8

Fonte: SEPLAG/DEGESP.

3.2.1 Segurança Pública

Em 2009, 34,3% dos respondentes da Pesquisa revelaram-se satisfeitos com a Segurança Pública, havendo um crescimento dessa taxa em relação a 2007/2008. Comparando-se o resultado de 2009 com o de 2006, constata-se um incremento de 150,4% nesse índice.

Gráfico 5: Evolução do Grau de Satisfação da Área de Segurança Pública – 2003 a 2009



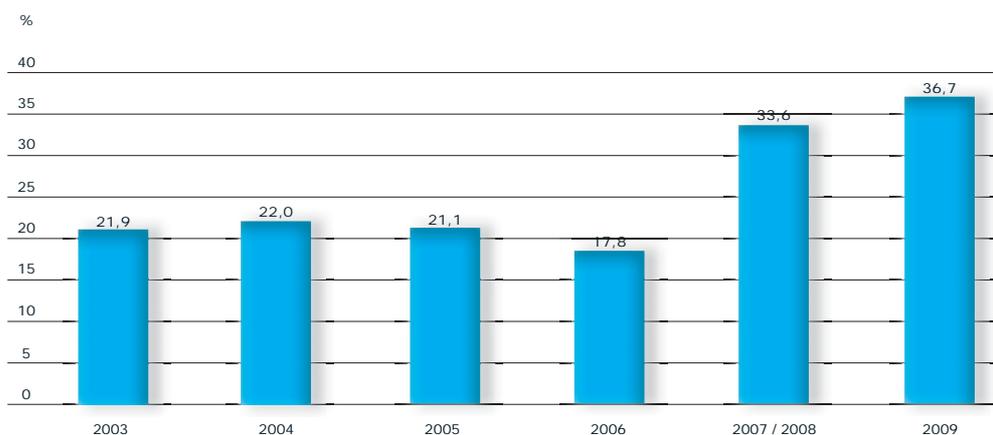
Fonte: SEPLAG/DEGESP.

Nota: Esses resultados se referem à soma dos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito.

3.2.2 Saúde Pública

Dos participantes da Pesquisa em 2009, 36,7% afirmaram estar satisfeitos com os serviços de Saúde. Constata-se um crescimento em relação a 2007/2008 e um incremento de 106,2% em relação a 2006.

Gráfico 6: Evolução do Grau de Satisfação da Área de Saúde – 2003 a 2009



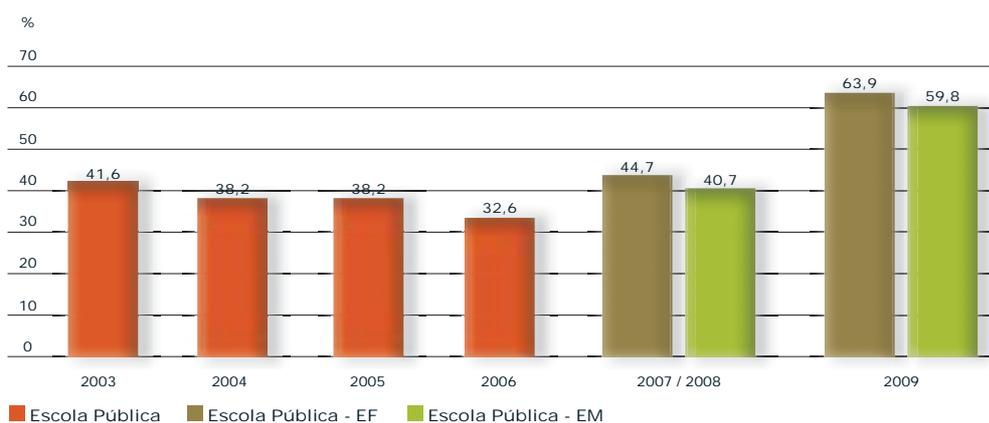
Fonte: SEPLAG/DEGESP.

Nota: Esses resultados se referem à soma dos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito.

3.2.3 Educação Pública

Em 2009, 63,9% dos respondentes revelaram-se satisfeitos com os serviços da Escola Pública de Ensino Fundamental e 59,8% com a de Ensino Médio. Comparativamente a 2007/2008, houve um incremento de 42,9% e 46,9% na Escola Pública de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, respectivamente.

Gráfico 7: Evolução do Grau de Satisfação da Área de Educação – 2003 a 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.

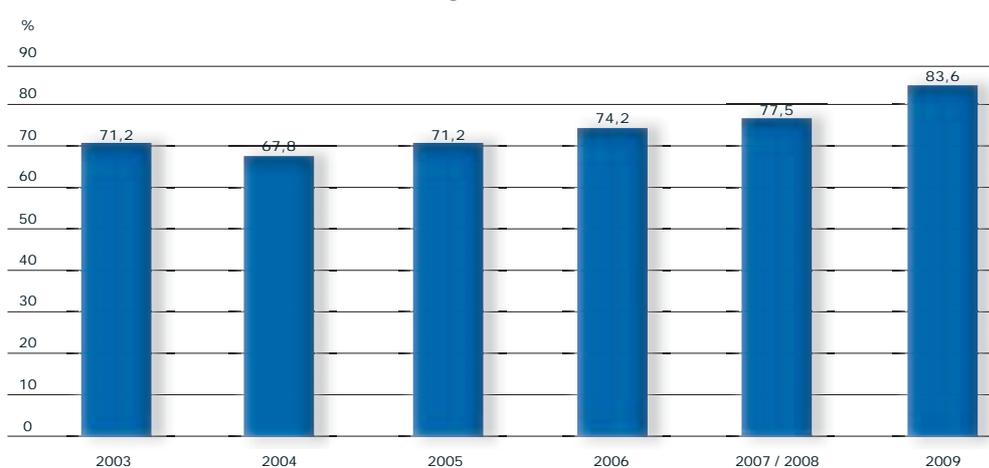
Nota 1: Esses resultados se referem à soma dos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito.

Nota 2: A partir de 2007/2008 a pesquisa da área de Educação foi desdobrada em Escola Pública – Ensino Fundamental e Escola Pública – Ensino Médio.

3.2.4 Água Tratada

Em relação aos serviços de Água Tratada, em 2009, 83,6% dos respondentes afirmaram estar satisfeitos. Observa-se uma evolução constante e positiva, com incremento de 12,7%, se comparado a 2006.

Gráfico 8: Evolução do Grau de Satisfação da Água Tratada – 2003 a 2009



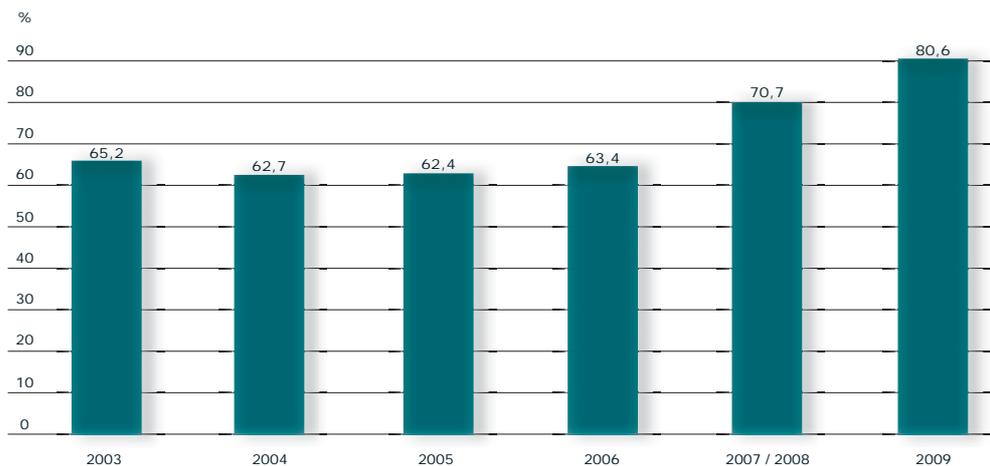
Fonte: SEPLAG/DEGESP.

Nota: Esses resultados se referem à soma dos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito.

3.2.5 Energia Elétrica

A prestação de serviços da Energia Elétrica, em 2009, atendeu às expectativas de 80,6% dos respondentes. Houve um aumento em comparação a 2007/2008 e um incremento de 27,1% em relação a 2006.

Gráfico 9: Evolução do Grau de Satisfação da Energia Elétrica – 2003 a 2009

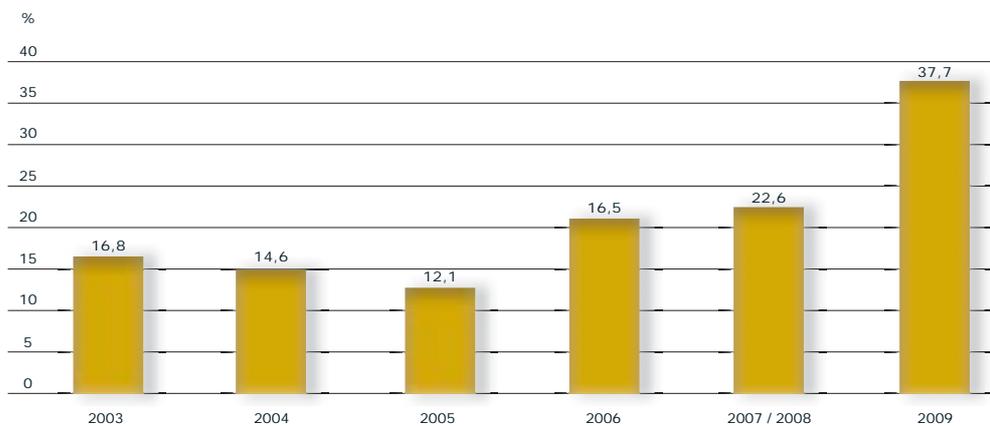


Fonte: SEPLAG/DEGESP.
Nota: Esses resultados se referem à soma dos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito.

3.2.6 Estradas Estaduais sem Pedágio

Dos participantes da Pesquisa em 2009, 37,7% demonstraram-se satisfeitos com Estradas Estaduais sem Pedágio, constatando-se crescimento em relação à 2007/2008 e um incremento de 128,5% em relação a 2006.

Gráfico 10: Evolução do Grau de Satisfação das Estradas Estaduais sem Pedágio – 2003 a 2009



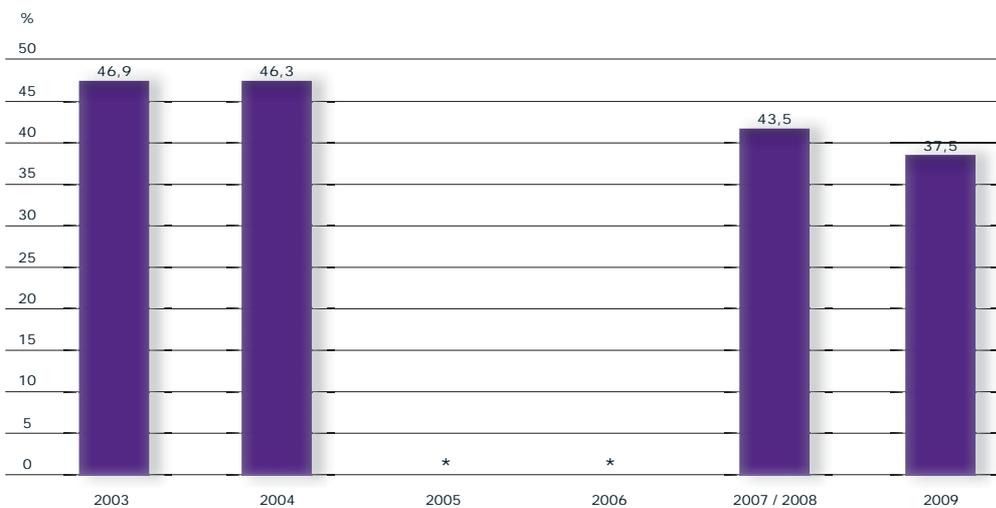
Fonte: SEPLAG/DEGESP.
Nota: Esses resultados se referem à soma dos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito.

3.2.7 Saneamento - Esgoto Sanitário

Dos participantes da Pesquisa em 2009, 37,5% afirmaram estar satisfeitos com os serviços de Saneamento - Esgoto Sanitário. Houve uma taxa negativa de incremento de 13,8% em relação a 2007/2008.

Esse foi o único serviço que apresentou redução na satisfação entre 2007/2008 e 2009. Observa-se que nos exercícios de 2005 e 2006 não houve medição desse serviço pela Pesquisa.

Gráfico 11: Evolução do Grau de Satisfação do Saneamento – Esgoto Sanitário 2003 a 2009



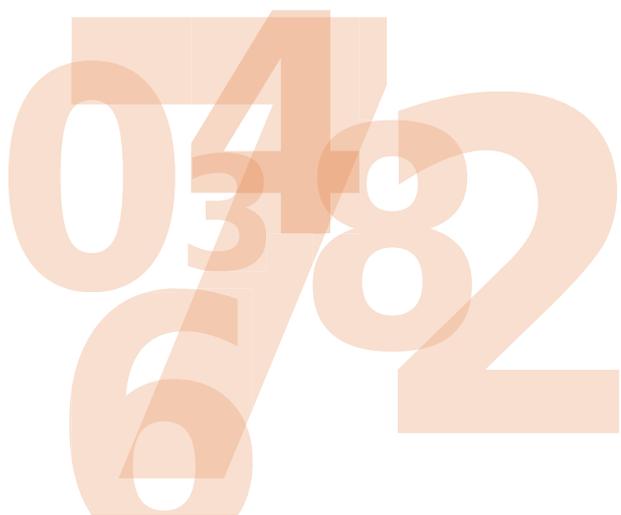
Fonte: SEPLAG/DEGESP.

Nota 1: Esses resultados referem-se à soma dos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito.

Nota 2: * Período sem pesquisa na área de Saneamento.



Segurança Pública



O objetivo desta Pesquisa, na área da Segurança, é a avaliação dos serviços de Segurança Pública Estadual na visão do usuário.

Para melhor percepção das atividades de segurança em âmbito estadual, citam-se a seguir as competências da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a Lei nº 12.697/07:

- garantia da ordem pública, preservação das prerrogativas da cidadania, bem como da incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- redução dos índices de violência e criminalidade;
- administração do serviço penitenciário; e
- integração das ações constitucionalmente atribuídas aos órgãos de segurança pública: Polícia Civil, Brigada Militar e Instituto Geral de Perícias, e de serviços penitenciários.

Essa consulta mede, em termos gerais, a percepção dos pesquisados em relação à execução da política prevista nas competências citadas anteriormente.

Tabela 4: Respondentes que foram vítimas de ocorrência – 2009

VITIMIZAÇÃO	%
Sim	24,1
Não	75,9

Fonte: SEPLAG/DEGESP.



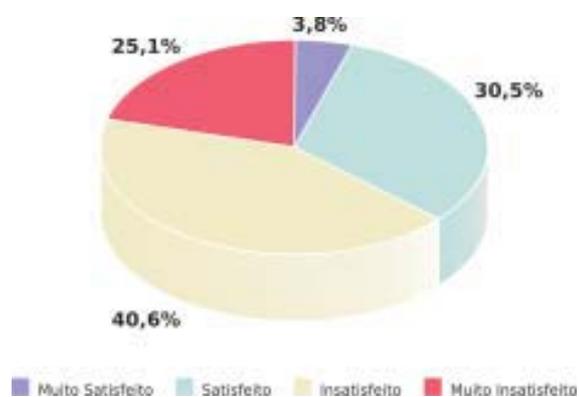
A satisfação dos usuários dos Serviços Públicos na área da Segurança apresenta evolução significativa no período de 2006 a 2009.

4.1 Grau de Satisfação com os Serviços da Segurança Pública

No ano de 2009, a Segurança Pública apresentou 34,3% de respondentes satisfeitos, na soma de Muito Satisfeito e Satisfeito, com taxa inferior à soma de Muito Insatisfeito e Insatisfeito, que foi de 65,7%.

Embora o item Insatisfeito seja o mais representativo, cabe ressaltar que ele vem diminuindo em relação aos anos anteriores.

Gráfico 12: Grau de Satisfação na Área de Segurança Pública – 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.

A tabela a seguir apresenta a taxa de cidadãos respondentes da Pesquisa que se declararam vítimas dos diversos tipos de ocorrência. O item que apresenta maior taxa de vítimas foi o furto (sem agressão) com 38,7%.

Tabela 5: Respondentes por tipo de ocorrência – 2009

OCORRÊNCIAS	%
Furto (sem agressão)	38,7
Outra	22,9
Arrombamento	22,7
Acidente de trânsito	19,2
Furto de veículo (sem motorista)	8,0
Roubo (com agressão)	6,9
Roubo de veículo	5,8
Sequestro	0,6

Fonte: SEPLAG/DEGESP.

4.2 Grau de Satisfação por Órgão da Segurança Pública

Na Segurança Pública Estadual, os órgãos com maior índice de satisfação foram Brigada Militar e Instituto Geral de Perícias – IGP, alcançando 63,8% e 60,2%, respectivamente, na soma de Muito Satisfeito e Satisfeito.

Na junção dos mesmos conceitos, a Brigada Militar foi considerada satisfatória por 59,7% dos respondentes. Já a Superintendência de Serviços Penitenciários – SUSEPE – recebeu a pior avaliação, somando 50,1% nos conceitos Muito Insatisfeito e Insatisfeito.

Tabela 6: Grau de Satisfação por Órgão da Segurança Pública (%) – 2009

ÓRGÃOS	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
Brigada Militar	11,7	52,1	27,8	8,4
Polícia Civil	7,5	52,2	31,0	9,3
Instituto Geral de Perícias – IGP	4,7	55,5	29,3	10,5
Superintendência de Serviços Penitenciários – SUSEPE	4,1	45,8	34,8	15,3

Fonte: SEPLAG/DEGESP.



4.3 Grau de Satisfação por Tipo de Serviço da Segurança Pública

Em relação aos serviços da Segurança Pública, os itens com maiores índices de satisfação são Bombeiros, Departamento de Identificação e Departamento Médico Legal, que totalizam, respectivamente, 85,0%, 70,8% e 63,3% nos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito. A Estrutura do Sistema Prisional recebeu 77,7% na soma entre Muito Insatisfeito e Insatisfeito. O Combate ao tráfico de drogas recebeu 65,7% na soma dos mesmos conceitos.

Tabela 7: Grau de Satisfação com os Serviços da Segurança Pública (%) – 2009

SERVIÇOS	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
Policimento ostensivo nas ruas	5,6	35,2	44,1	15,1
Policimento nas Estradas Estaduais	5,6	53,8	33,3	7,3
Bombeiros	25,9	59,1	10,4	4,6
Andamento de processos criminais na Polícia Civil	3,5	37,2	43,5	15,8
Combate ao crime organizado	7,0	31,8	40,9	20,3
Combate ao tráfico de drogas	8,4	25,9	39,1	26,6
Integração entre Polícia Civil e Brigada Militar	5,9	43,7	36,6	13,8
Departamento Médico Legal	5,1	58,2	28,4	8,3
Departamento de Criminalística	4,1	55,8	32,1	8,0
Departamento de Identificação	8,7	62,1	22,5	6,7
Estrutura do sistema prisional	3,4	18,9	36,3	41,4

Fonte: SEPLAG/DEGESP.



4.4 Votação de Metas da Segurança Pública

A segurança pública estadual, de uma forma geral, apresenta um equilíbrio entre aprovação e reprovação dos usuários, em relação às metas correspondentes aos seus indicadores, exceção feita ao indicador Acidentados com lesões em ocorrências de trânsito, no qual a maioria aprovou a meta estabelecida. É importante destacar que os resultados têm comportamento distinto dos demais serviços, revelando que a população aspira melhores resultados na área de Segurança Pública.

Tabela 8: Avaliação das Metas para os Indicadores de Segurança Pública – 2009

INDICADORES DE SEGURANÇA	Unidade	Sentido da Melhora	Realizado			Metas propostas				Votação	
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	SIM	NÃO
Homicídios	p/100 mil habitantes	↓	12,68	14,50	15,12	14,42	13,75	12,94	12,35	47,5%	52,5%
Roubos	p/100 mil habitantes	↓	723,51	738,19	690,85	625,38	566,28	505,49	457,83	44,3%	55,7%
Arrombamentos	p/100 mil habitantes	↓	384,04	344,58	317,59	311,64	305,89	295,98	290,59	44,6%	55,4%
Acidentes de trânsito com vítimas fatais	p/100 mil habitantes	↓	11,38	10,72	10,87	10,72	10,58	10,29	10,15	53,0%	47,0%
Acidentados com lesões em ocorrências de trânsito*	p/100 mil habitantes	↓	309,99	315,12	281,31	251,19	224,36	197,55	176,49	60,5%	39,5%

Fonte: SEPLAG/DEGESP e SSP – maio de 2009.
Nota: *. Acidentados com lesões tem seus valores projetados a partir de 2008.





Saúde Pública



Na área de saúde, o escopo desta Pesquisa é a avaliação dos serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, na visão do cidadão usuário.

Para melhor percepção dos serviços de saúde, em âmbito estadual, citam-se a seguir as competências da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul de acordo com a Lei nº 12.697/07:

- política de saúde no Estado;
- financiamento da saúde em âmbito estadual;
- promoção, proteção e atenção à saúde;
- vigilância em saúde;
- pesquisa científica, tecnológica e inovação em saúde;
- regulação da gestão do trabalho em saúde;
- produção, distribuição e controle de insumos críticos para a saúde, em especial os produtos farmacêuticos, sangue e hemoderivados;
- informação em saúde;
- formação profissional em saúde.

Essa consulta mede resultados principalmente dos itens promoção, proteção e atenção à saúde, vigilância em saúde, produção, distribuição e controle de insumos críticos para a saúde, em especial os produtos farmacêuticos e política de saúde no Estado.

Tabela 9: Utilização do Sistema Único de Saúde – 2009

USO NO ÚLTIMO ANO	%
Sim	65,9
Não	34,1

Fonte: SEPLAG/DEGESP.

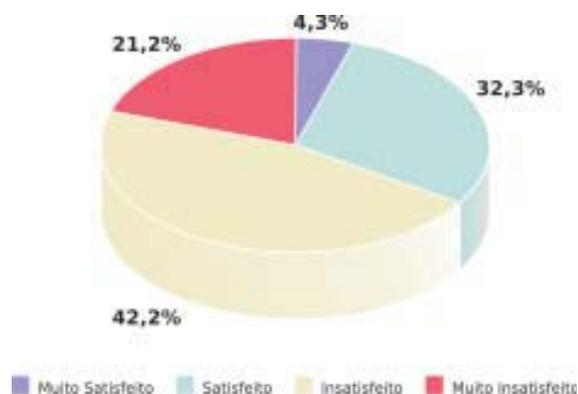
5.1 Grau de Satisfação com os serviços de Saúde

No ano de 2009, a Saúde apresentou 36,7% de respondentes satisfeitos, na soma de Muito Satisfeito e Satisfeito, com taxa inferior à soma de Muito Insatisfeito e Insatisfeito, que é de 63,3%.

Embora o item Insatisfeito seja o mais representativo, cabe ressaltar que ele vem diminuindo em relação aos anos anteriores.

É importante salientar que, em 2009, houve um incremento de 106% no grau de satisfação em relação ao ano de 2006.

Gráfico 13: Grau de Satisfação na Área de Saúde Pública – 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.

5.1.1 Grau de Satisfação por Tempo de Espera para Atendimento nos Serviços de Saúde do SUS

Na Saúde Pública, os itens com maiores índices de satisfação são Vacinação, Consulta Médica – Clínica Geral e Exames Laboratoriais (sangue e outros) quanto ao Tempo de Espera, totalizando 83,2%, 57,5% e 53,8%, respectivamente, nos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito.

Em relação ao Tempo de Espera, os itens Consulta Médica – Especialistas e Exames de maior complexidade somaram, respectivamente, 46,4% e 44% na junção entre Muito Insatisfeito e Insatisfeito. Os maiores percentuais, nos diversos serviços pesquisados, localizaram-se no conceito Satisfeito.

Tabela 10: Grau de Satisfação com o Tempo de Espera para Atendimento nos Serviços de Saúde do SUS (%) – 2009

SERVIÇOS	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Não Utilizei
Consulta médica - Clínica Geral	9,5	48,0	22,9	11,2	8,4
Consulta médica - Odontologia	5,7	28,7	22,7	12,9	30,0
Consulta médica - Especialistas	6,3	24,7	26,4	20,0	22,6
Vacinação	28,1	55,1	4,6	2,5	9,7
Exames laboratoriais (sangue e outros)	12,0	41,8	20,1	8,2	17,9
Exames de maior complexidade (raio X, tomografia, ecografia e outros)	7,4	26,1	26,8	17,2	22,5
Equipe de Saúde de Família – PSF	7,8	34,9	19,0	10,1	28,2
Equipe de Saúde Mental	4,6	24,2	15,8	10,1	45,3
Emergência	8,8	31,4	20,5	12,8	26,5
Internação/Baixa Hospitalar	7,0	27,1	19,7	10,5	35,7
Distribuição de Medicamentos	9,5	35,5	25,3	16,1	13,6

Fonte: SEPLAG/DEGESP.

5.1.2 Grau de Satisfação com a Qualidade do Atendimento nos Serviços de Saúde do SUS

Na Saúde Pública, os itens com maiores índices de satisfação são Vacinação, Consulta Médica - Clínica Geral e Exames Laboratoriais (sangue e outros), no quesito Qualidade do Atendimento. Os três somam a maioria dos pesquisados nos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito e correspondem a 81,6%, 61,8% e 57,3%, respectivamente.

Em relação à Qualidade do Atendimento, os itens com maiores índices de insatisfação foram Consulta médica - Especialistas e Distribuição de Medicamentos. Observa-se que o primeiro alcançou 40,3% e o segundo 38,5%, na soma dos conceitos Muito Insatisfeito e Insatisfeito.

A Equipe de Saúde Mental é o serviço do SUS menos utilizado pelos respondentes, correspondendo a 46,8%, conforme tabela a seguir.

Constata-se que os maiores percentuais, nos diversos serviços pesquisados, estão no conceito Satisfeito.

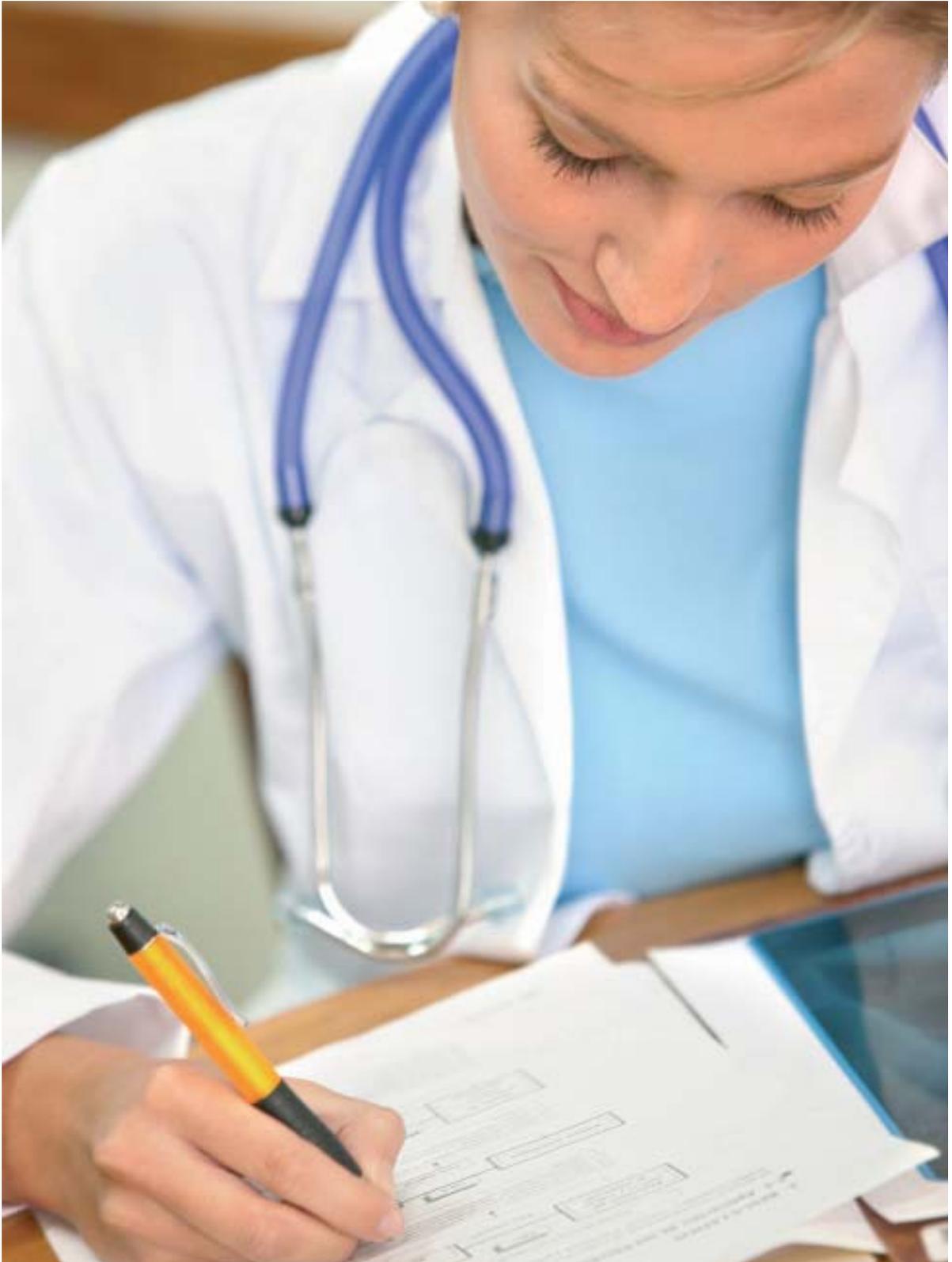
Tabela 11: Grau de Satisfação com a Qualidade de Atendimento nos Serviços de Saúde do SUS (%) – 2009

SERVIÇOS	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Não Utilizei
Consulta médica - Clínica Geral	12,8	49,1	20,3	8,4	9,4
Consulta médica - Odontologia	7,7	31,0	20,5	9,0	31,8
Consulta médica - Especialistas	8,4	28,0	25,0	15,3	23,3
Vacinação	29,6	52,0	4,8	2,3	11,3
Exames laboratoriais (sangue e outros)	12,1	45,1	15,9	7,5	19,4
Exames de maior complexidade (raio X, tomografia, ecografia e outros)	8,3	30,5	24,2	13,1	23,9
Equipe de Saúde de Família – PSF	8,0	35,0	17,6	9,6	29,8
Equipe de Saúde Mental	5,6	23,4	16,2	8,0	46,8
Emergência	9,4	32,6	19,6	11,3	27,1
Internação/Baixa Hospitalar	7,0	27,7	18,4	9,2	37,7
Distribuição de Medicamentos	10,3	36,0	23,5	15,0	15,2

Fonte: SEPLAG/DEGESP.



A Vacinação, a Consulta Médica - Clínica Geral e os Exames Laboratoriais detêm o maior índice de satisfação entre os serviços de Saúde Pública.



5.2 Votação de Metas da Saúde

Os resultados da Votação de Metas em relação à Saúde demonstram que o ritmo de melhor proposto foi aprovado pela maioria dos Pesquisados.

Destaque para o indicador Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal, com 83,6% de aprovação, e também os indicadores de Vacinação, que obtiveram de 81,4% a 78,1% na opção "Sim".

Tabela 12: Avaliação das metas para indicadores de Saúde Pública – 2009

INDICADORES DE SAÚDE	Unidade	Sentido da Melhora	Realizado			Metas Propostas				Votação	
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	SIM	NÃO
Mortalidade Infantil até 1 ano - nascidos vivos	p/ mil hab	↓	13,10	12,74	12,75	11,20	9,90	8,90	*	76,9%	23,1%
Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal	%	↑	68,70	70,60	71,32	72,00	74,00	87,70	*	83,6%	16,4%
Taxa de internações por Infecção Respiratória Aguda em menores de 5 anos de idade	%	↓	33,90	31,80	35,60	34,50	33,00	29,00	*	66,8%	33,2%
Expectativa Média de Vida (longevidade em anos)	anos	↑	73,50	73,50	73,50	74,00	74,50	74,50	*	78,8%	21,2%
População coberta pela Estratégia da Saúde da Família	%	↑	34,00	36,00	43,00	53,00	60,00	73,00	*	74,6%	25,4%
Crianças vacinadas até 1 ano de idade contra Hepatite B*	%	↑	95,20	90,40	90,29	95,00	95,00	95,00	*	81,4%	18,6%
Crianças vacinadas até 1 ano de idade com vacina Tetravalente*	%	↑	96,22	94,13	92,65	95,00	95,00	95,00	*	80,2%	19,8%
Crianças vacinadas de 1 ano de idade com vacina Triplice Viral (12m a 23m e 29d)*	%	↑	97,30	98,68	96,17	95,00	95,00	95,00	*	78,1%	21,9%

Fonte: SEPLAG/DEGESP e SES.

Nota 1: *. Metas planejadas.

Nota 2: *. Taxas calculadas com base nos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

O Rio Grande do Sul vem superando a meta nacional fixada em 95% de vacinados.



Os resultados da Votação de Metas da Saúde Pública demonstram que o ritmo de melhora proposto foi aprovado pela maioria dos respondentes da Pesquisa.



Educação Pública



O escopo da Pesquisa, na área educacional, engloba a avaliação da escola pública estadual no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na visão do cidadão usuário dos serviços.

Para melhor percepção das atividades educacionais em âmbito estadual citam-se a seguir as competências da Secretaria Estadual da Educação de acordo com a Lei nº 12.697/07:

- educação básica;
- educação profissional;
- educação especial;
- educação superior em caráter suplementar;
- educação rural;
- educação indígena;
- educação afrodescendente; e
- assistência ao educando.

Essa consulta mensura os resultados que envolvem, principalmente, o item Educação Básica, o qual atinge a Educação Rural, a Educação Especial, a Educação Afrodescendente e Assistência ao Educando.

Do total dos entrevistados que responderam à Pesquisa, 36,4% são pais ou responsáveis por alunos na escola pública estadual. Apenas 6,0% são alunos, o que é explicado pela limitação da idade mínima para participação na Pesquisa, cujos cadastrados devem ser maiores de idade.

Tabela 13: Vínculo dos Respondentes com a Escola Pública Estadual – 2009

VÍNCULO	%
Pai ou Responsável	36,4
Aluno	6,0
Outro	25,8
Nenhum	31,8

Fonte: SEPLAG/DEGESP.

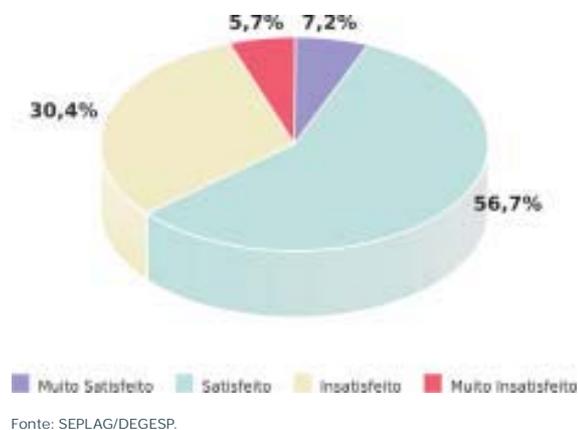
6.1 Grau de Satisfação com os Serviços da Educação

6.1.1 Grau de Satisfação - Escola Pública Estadual - Ensino Fundamental

No ano de 2009, 63,9% dos respondentes consideraram-se satisfeitos com os serviços da Escola Pública Estadual de Ensino Fundamental, na soma de Muito Satisfeito e Satisfeito, com taxa inferior à soma de Muito Insatisfeito e Insatisfeito, com índice de 36,1%.

Em 2009 houve um incremento de 42,8% no grau de satisfação em relação ao ano de 2007/2008.

Gráfico 14: Grau de Satisfação com a Escola Pública no Ensino Fundamental – 2009

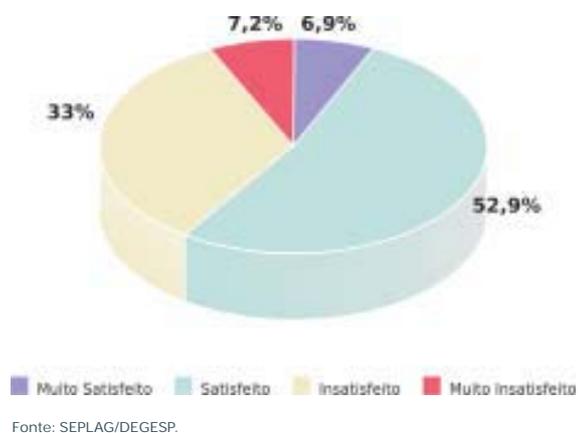


6.1.2 Grau de Satisfação – Escola Pública Estadual – Ensino Médio

Verifica-se que a satisfação, em relação à Escola Pública Estadual de Ensino Médio, no período do ano de 2009, na soma dos graus Muito Satisfeito e Satisfeito, apresentou taxa de 59,8%; saldo superior à soma de Muito Insatisfeito e Insatisfeito, que alcançou de 40,2%.

Salienta-se que, em 2009, houve um incremento de 46,7% no grau de satisfação em relação ao ano de 2007/2008.

Gráfico 15: Grau de Satisfação com a Escola Pública no Ensino Médio – 2009



6.1.3 Grau de Satisfação na Comunidade Escolar/Qualidade de Ensino

De um modo geral, os índices de Muito Satisfeito e Satisfeito apresentam preponderância em relação ao Muito Insatisfeito e Insatisfeito, demonstrando a existência de taxa considerável de respondentes satisfeitos com o Ensino Público Estadual.

Ao responder sobre o item Capacidade dos Professores, 53,4% enfatizaram estarem Satisfeitos, chegando a 63,0% na soma entre Muito Satisfeito e Satisfeito.

Já a atuação da Direção Escolar é considerada o atributo com a melhor avaliação – 58,1% dos cidadãos demonstraram-se satisfeitos, chegando a 69,8% na soma entre Muito Satisfeito e Satisfeito. Esses percentuais indicam aprovação da maioria dos respondentes em relação à Direção e ao corpo docente da Escola Pública Estadual.

A Qualidade do Ensino Fundamental recebeu avaliação um pouco superior à do Ensino Médio. Da amostra pesquisada, 56,7% aprovaram a qualidade do Ensino Fundamental, enquanto que 54,5% consideraram positiva a qualidade do Ensino Médio – na soma dos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito.

Já o item Interesse e Participação dos Pais na Vida escolar do Aluno recebeu 60,3% na soma de Muito Insatisfeito e Insatisfeito, o que demonstra uma autocrítica dos pais em seu envolvimento na vida escolar dos alunos.

Tabela 14: Grau de Satisfação com a Escola Pública Estadual em relação à Comunidade Escolar/Qualidade do Ensino (%) – 2009

COMUNIDADE ESCOLAR/ QUALIDADE DO ENSINO	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
Interesse e Capacidade dos professores	9,6	53,4	31,4	5,6
Interesse dos alunos pela escola	3,9	39,0	47,8	9,3
Interesse e participação dos pais na vida escolar do aluno	4,9	34,8	49,6	10,7
Atuação da Direção Escolar	11,7	58,1	24,1	6,1
Qualidade do Ensino Fundamental	6,8	49,9	34,3	9,0
Qualidade do Ensino Médio	5,7	48,8	35,1	10,4

Fonte: SEPLAG/DEGESP.

6.1.4 Grau de Satisfação por Competências/Serviços

O serviço com melhor aprovação foi a Qualidade da Merenda, o qual recebeu 74,1% na soma de Muito Satisfeito e Satisfeito. Do mesmo modo, a Biblioteca, a Limpeza e Manutenção também foram bem avaliadas, somando, respectivamente, 66,3% e 65,0% na junção dos mesmos conceitos.

Os Laboratórios, a Segurança e os Equipamentos e materiais esportivos igualmente foram reprovados pela maioria dos respondentes. Esses itens receberam, respectivamente, 67,0%, 66,0% e 59,4% no somatório dos conceitos Muito Insatisfeito e Insatisfeito.

Tabela 15: Grau de Satisfação com a Escola Pública Estadual em relação às Competências/Serviços (%) – 2009

COMPETÊNCIAS/SERVIÇOS	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
Biblioteca	10,2	56,1	27,8	5,9
Conservação dos prédios escolares	6,3	44,1	37,9	11,7
Equipamentos e materiais esportivos	3,6	37,0	48,0	11,4
Laboratórios	3,4	29,6	50,6	16,4
Limpeza e Manutenção	6,5	58,5	28,3	6,7
Mobiliário	4,8	49,9	37,7	7,6
Número de professores	5,4	37,1	45,3	12,2
Oferta de vagas	7,2	51,3	33,2	8,3
Qualidade da merenda	12,0	62,1	19,6	6,3
Recursos audiovisuais	4,5	41,9	44,1	9,5
Recursos de Informática	6,7	37,2	41,9	14,2
Segurança	5,1	28,9	43,7	22,3

Fonte: SEPLAG/DEGESP.



6.2 Votação de Metas da Educação

A Educação Pública Estadual, de uma forma geral, apresenta boa aceitação dos usuários, em relação às metas correspondentes aos indicadores de educação.

Tabela 16: Avaliação das Metas para os Indicadores de Educação Pública – 2009

INDICADORES DE EDUCAÇÃO	Unidade	Sentido da Melhora	Realizado			Metas Propostas				Votação	
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	SIM	NÃO
Taxa de atendimento educacional de crianças e jovens de 7 a 14 anos no Sistema Estadual	%	↑	98,40	97,90	*	*	*	98,0	*	81,1%	18,9%
Taxa de atendimento educacional de crianças e jovens de 15 a 17 anos no Sistema Estadual	%	↑	80,60	80,00	*	*	*	85,0	*	78,4%	21,6%
Abandono no Ensino Fundamental	%	↓	3,00	2,60	*	*	*	1,9	*	69,1%	30,9%
Abandono no Ensino Médio	%	↓	15,40	14,60	*	*	*	13,2	*	56,5%	43,5%
Reprovação no Ensino Fundamental	%	↓	18,00	16,90	*	*	*	14,0	*	64,1%	35,9%
Reprovação no Ensino Médio	%	↓	21,20	20,70	*	*	*	18,7	*	61,2%	38,8%
Média Estadual no SAEB** para Português - 4ª série do Ensino Fundamental	pontos	↑	#	182,96	#	*	#	190,0	#	79,0%	21,0%
Média Estadual no SAEB para Português - 8ª série do Ensino Fundamental	pontos	↑	#	240,85	#	*	#	245,0	#	78,0%	22,0%
Média Estadual no SAEB para Português - 3ª série do Ensino Médio	pontos	↑	#	274,74	#	*	#	285,0	#	79,8%	20,2%
Média Estadual no SAEB para Matemática - 4ª série do Ensino Fundamental	pontos	↑	#	200,49	#	*	#	205,0	#	76,2%	23,8%
Média Estadual no SAEB para Matemática - 8ª série do Ensino Fundamental	pontos	↑	#	253,00	#	*	#	265,00	#	79,7%	20,3%
Média Estadual no SAEB para Matemática - 3ª série do Ensino Médio	pontos	↑	#	287,02	#	*	#	315,00	#	80,3%	19,7%

Fonte: SEPLAG/DEGESP, MEC/INEP e IBGE.

Nota 1: *. Dados não publicados pelo MEC.

Nota 2: *. Metas não projetadas. A Secretaria de Educação adota com meta única para 2011.

Nota 3: **. Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Nota 4: #. A prova de avaliação do SAEB é realizada a cada 2 anos.



Infraestructura



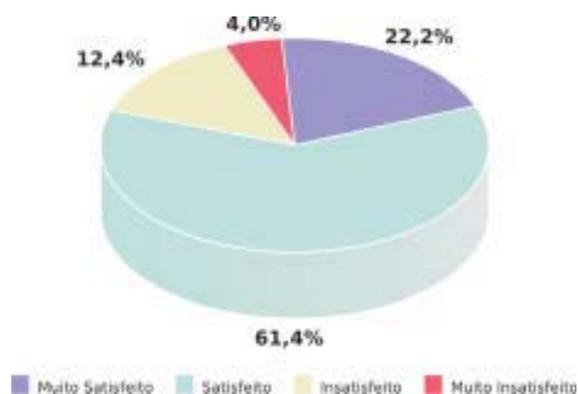
O escopo da Pesquisa, na área de infraestrutura, engloba a avaliação dos serviços de Energia Elétrica, Água Tratada, Saneamento - Esgoto Sanitário e Estradas sem Pedágio, na visão do cidadão usuário dos serviços.

7.1 Grau de Satisfação com Serviços de Água Tratada

No ano de 2009, a satisfação dos usuários com os serviços de Água Tratada atingiu, na soma de Muito Satisfeito e Satisfeito, o índice de 83,6%, taxa bastante superior à soma dos Muito Insatisfeito e Insatisfeito, que é de 16,4%.

Deve-se ressaltar que, em 2009, houve um acréscimo de 12,6% no nível de satisfação em relação ao ano de 2006.

Gráfico 16: Grau de Satisfação com a Água Tratada – 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.



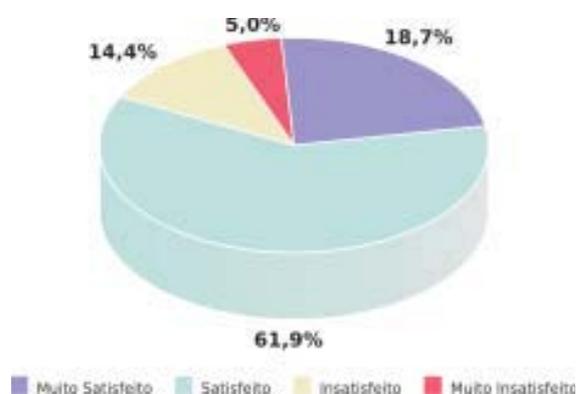


7.2 Grau de Satisfação com Serviços de Energia Elétrica

A satisfação em relação à Energia Elétrica atingiu, na soma de Muito Satisfeito e Satisfeito, o percentual de 80,6%, índice bastante superior à soma de Muito Insatisfeito e Insatisfeito, que é de 19,4%.

Em 2009, houve um acréscimo de 27,1% no nível de satisfação em relação ao ano de 2006.

Gráfico 17: Grau de Satisfação com Área de Energia Elétrica – 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.



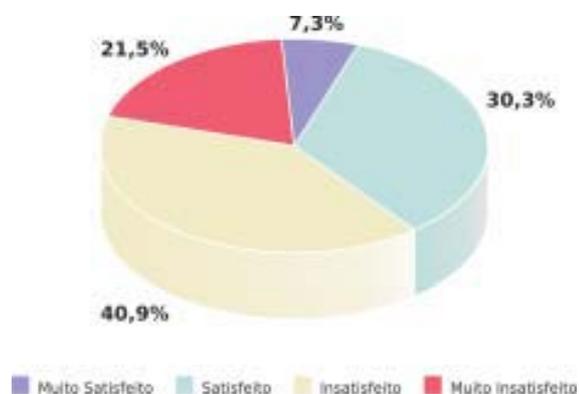
A prestação de serviços de Energia Elétrica atendeu as expectativas de 80,6% dos respondentes da Pesquisa.

7.3 Grau de Satisfação com Serviços de Estradas Estaduais sem Pedágio

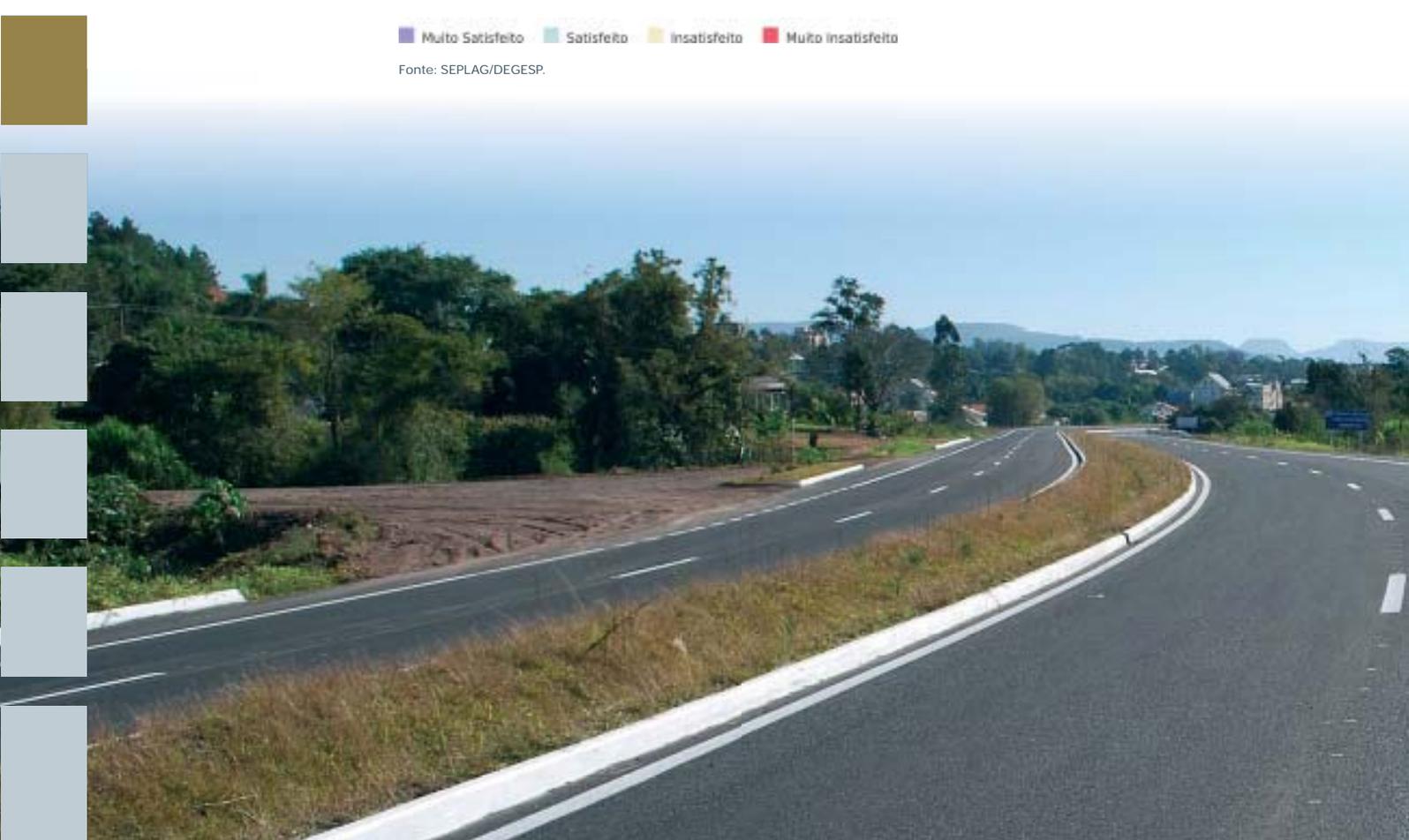
No ano de 2009, 37,6% dos respondentes da pesquisa afirmaram estar Muito Satisfeito e Satisfeito em relação às Estradas Estaduais sem Pedágio, taxa inferior à soma de Muito Insatisfeito e Insatisfeito, que foi de 62,4%.

É importante salientar que, em 2009, houve um incremento de 128% no índice de satisfação em relação ao ano de 2006.

Gráfico 18: Grau de Satisfação em Estradas sem Pedágio – 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.

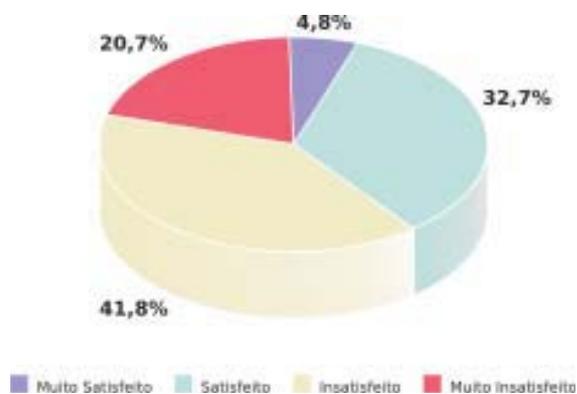


7.4 Grau de Satisfação com Serviços de Saneamento - Esgoto Sanitário

No ano de 2009, 37,5% dos respondentes da pesquisa afirmaram estar Muito Satisfeito e Satisfeito em relação às Saneamento-Esgoto Sanitário, taxa inferior à soma de Muito Insatisfeito e Insatisfeito, que foi de 62,5%.

Com relação à taxa de incremento, em 2009, houve uma redução de 13,8% na satisfação em relação ao ano de 2006.

Gráfico 19: Grau de Satisfação com Esgoto Sanitário – 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.





Assistência Social



O escopo da Pesquisa, na área de Assistência Social, engloba a avaliação dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, na visão do cidadão usuário dos serviços.

Para melhor percepção das atividades assistenciais em âmbito estadual, citam-se a seguir as competências da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, de acordo com a Lei nº 12.697/07:

- articulação de políticas de justiça, mediante interlocução com a sociedade civil, com as agências internacionais e com os demais Poderes e esferas da Federação;
- políticas públicas de garantia dos direitos difusos, direitos humanos, acesso à justiça e ao desenvolvimento social;
- políticas públicas para adolescentes em medidas socioeducativas;
- políticas voltadas à família, juventude, mulher e pessoa idosa;
- políticas públicas para a assistência social;
- políticas públicas voltadas à promoção da igualdade étnica e racial;
- políticas públicas de trabalho, emprego e renda;
- fomento ao empreendedorismo comunitário e ao capital humano;
- desenvolvimento de políticas de segurança alimentar e nutricional;
- assistência e profissionalização do menor abandonado e carente;
- qualificação de mão de obra para o mercado;
- estímulo à formação de cooperativas de trabalho;
- políticas de proteção ao consumidor; e
- políticas públicas para pessoas com deficiências e pessoas com altas habilidades.

Essa consulta mensura resultados, sobretudo, os relativos às políticas públicas para adolescentes em medidas socioeducativas; políticas voltadas à família, juventude, mulher e pessoa idosa; políticas públicas para assistência social; políticas públicas voltadas à promoção da igualdade étnica e racial.

A partir do ano de 2009, a Assistência Social, passou a integrar a Pesquisa de Satisfação, em cumprimento à Lei nº 11.075/1998 – Lei da Qualidade dos Serviços Públicos, juntamente com a área do Meio Ambiente.

Com a inserção da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social foram definidos os serviços e ações de Assistência Social a serem avaliados pelo cadastrado respondente da Pesquisa.

Tabela 17: Conhecimento ou utilização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – pelo pesquisado – 2009

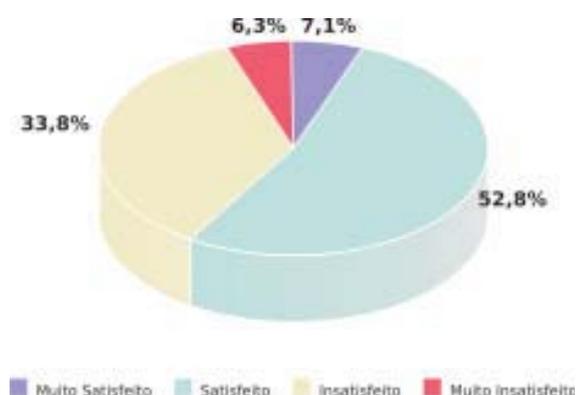
CONHECIMENTO OU UTILIZAÇÃO	%
Sim	44,4
Não	55,6

Fonte: SEPLAG/DEGESP.

8.1 Grau de Satisfação com Serviços da Assistência Social

Na soma de Muito Satisfeito e Satisfeito, 59,9% dos respondentes, no período do ano de 2009, consideraram a Assistência Social satisfatória. Esse resultado é superior à soma de Muito Insatisfeito e Insatisfeito, que é de 40,1%.

Gráfico 20: Grau de Satisfação com a Área de Assistência Social – 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.

Na Assistência Social, os itens com maiores índices de satisfação são o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e a Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais. Ambos somam, nos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito, 51,1% e 46,2%, respectivamente.

As ações de garantia dos direitos humanos para crianças e adolescentes, pessoas com necessidades especiais, negros, quilombolas e mulheres obtiveram também uma boa avaliação por parte dos pesquisados, totalizando 39,8%, na soma dos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito.

A assistência e o acolhimento a pessoas em situação de rua recebeu a avaliação mais crítica, com 54,6% na junção entre Muito Insatisfeito e Insatisfeito. A Proteção social às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social alcançou 51,6% na soma dos mesmos itens.

Entretanto, aproximadamente 20% dos entrevistados informaram não conhecer os serviços de assistência e acolhimento a pessoas em situação de rua.

Tabela 18: Grau de Satisfação com os Serviços de Assistência Social (%) - 2009

SERVIÇOS	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Não Conheço
Assistência a pessoas com necessidades especiais	5,9	40,3	28,8	7,3	17,7
Assistência e abrigo a idosos	3,4	30,6	35,7	10,9	19,4
Assistência e abrigo a crianças e adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto	3,5	29,6	36,2	12,0	18,7
Assistência e acolhimento a pessoas em situação de rua	3,5	22,2	39,4	15,2	19,7
Programa de combate à violência sexual a crianças e adolescentes	6,1	30,2	35,4	15,4	12,9
Programa de combate ao trabalho infantil	7,4	43,7	26,2	9,3	13,4
Proteção social às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social	3,9	27,7	38,9	12,7	16,8
Ações de garantia dos Direitos Humanos para crianças e adolescentes, pessoas com necessidades especiais, negros, quilombolas e mulheres	5,3	34,5	30,6	11,8	17,8

Fonte: SEPLAG/DEGESP.





Meio Ambiente



O escopo da Pesquisa, na área de Meio Ambiente, engloba a avaliação dos serviços de proteção, conservação, qualidade e monitoramento, fiscalização e educação ambiental na visão do cidadão usuário dos serviços.

Em 2009, a área de Meio Ambiente passa a integrar a Pesquisa de Satisfação, em cumprimento à Lei nº 11.075/1998 – Lei da Qualidade dos Serviços Públicos, juntamente com a área de Assistência Social.

Com a inserção da Secretaria do Meio Ambiente, foram definidos os serviços e ações na área ambiental, a serem avaliados pelo cadastrado respondente da Pesquisa.

Para melhor percepção das atividades de meio ambiente em âmbito estadual, citam-se a seguir as competências da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul de acordo com a Lei 12.697/07:

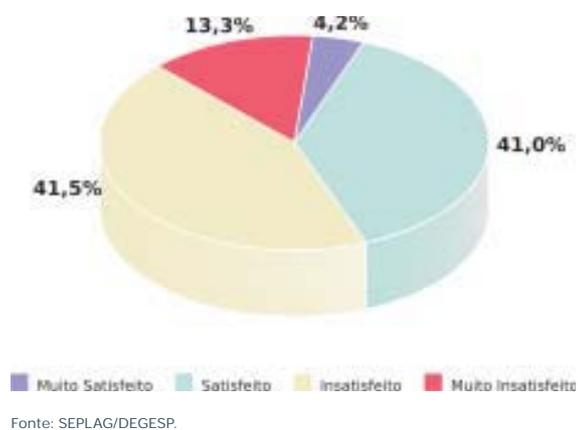
- atuação como órgão central do Sistema de Proteção Ambiental do Estado;
- recuperação, proteção e preservação ambiental no âmbito das ações do Governo do Estado;
- monitoramento da qualidade do meio ambiente e gerenciamento adequado dos recursos ambientais;
- atuação como órgão de integração do Sistema de Recursos Hídricos do Estado;
- política estadual de saneamento ambiental, entendendo-se como tal o conjunto de ações que conservam e melhoram as condições do meio ambiente;
- políticas de preservação e conservação de biodiversidade e de valorização das comunidades tradicionais;
- normatização, fiscalização e licenciamento das atividades e/ou empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental, de forma direta ou indireta;
- participação no desenvolvimento da política estadual de biotecnologia, engenharia genética e substâncias perigosas, com vistas a evitar impactos ambientais;
- política de educação ambiental;
- política florestal do Estado, como órgão florestal; e
- desenvolvimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

Esta Pesquisa mede resultados nos itens: recuperação, proteção e preservação ambiental no âmbito das ações do Governo do Estado; monitoramento da qualidade do meio ambiente e gerenciamento adequado dos recursos ambientais; atuação como órgão de integração do Sistema de Recursos Hídricos do Estado; política estadual de saneamento ambiental, entendendo-se como tal o conjunto de ações que conservam e melhoram as condições do meio ambiente; políticas de preservação e conservação de biodiversidade e de valorização das comunidades tradicionais.

9.1 Grau de Satisfação com os Serviços de Meio Ambiente

Em 2009, o índice de satisfação em relação aos serviços públicos do Meio Ambiente apresentou 45,2%, na soma de Muito Satisfeito e Satisfeito, grau inferior à soma de Muito Insatisfeito e Insatisfeito, que foi de 54,8%.

Gráfico 21: Grau de Satisfação com a Área do Meio Ambiente – 2009



Os itens com maiores índices de satisfação são Atendimento por coleta de lixo orgânico, Atendimento por coleta de lixo sólido e Qualidade do ar; somam a maioria dos respondentes nos conceitos Muito Satisfeito e Satisfeito com 63,2%, 58,8% e 55,7%, respectivamente.

A Qualidade da água de córregos, rios e lagos recebeu a avaliação mais crítica, com 73,4% na junção entre Muito Insatisfeito e Insatisfeito. O Destino do esgoto sanitário e a recuperação de áreas degradadas e Mata Ciliar (margens de cursos de água) igualmente foram reprovados pelos pesquisados, alcançando 63,6% e 61,3% na soma de ambos os conceitos relacionados à insatisfação.

Da amostra pesquisada, 21,3% afirmou não conhecer o item Divulgação de Relatórios e Boletins de Monitoramento Ambiental.

Tabela 19: Grau de Satisfação com os Serviços e Ações na Área Ambiental (%) – 2009

SERVIÇOS/AÇÕES	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Não conheço
Atendimento por coleta de lixo orgânico	11,9	51,3	21,1	10,3	5,4
Atendimento por coleta de lixo sólido (papel, vidro, plástico e outros)	10,8	48,0	24,1	12,0	5,1
Destino do esgoto sanitário	4,2	25,8	39,1	24,5	6,4
Proteção e conservação de áreas verdes naturais e florestas	5,2	37,2	37,3	16,7	3,6
Qualidade da água de córregos, rios e lagos	2,8	21,3	47,1	26,3	2,5
Qualidade do ar	6,8	48,9	31,3	10,6	2,4
Licenciamento e fiscalização ambiental dos Municípios	4,0	35,0	36,0	15,0	10,0
Recuperação de áreas degradadas e Mata Ciliar (margens de cursos de água)	2,5	24,8	39,6	21,7	11,4
Divulgação de Relatórios e Boletins de Monitoramento Ambiental	2,5	24,3	36,1	15,8	21,3
Participação em ações/projetos de Programas de Educação Ambiental	4,0	33,5	33,5	11,7	17,3

Fonte: SEPLAG/DEGESP.



0 8 6 5
2 1 0 7
7 3 4 5

Metodologia da
Pesquisa de Satisfação
2009

0 4 3 8 2
6 7

10.1 Áreas da Pesquisa

A Pesquisa de Satisfação avalia os serviços públicos nas áreas de Saúde, Educação, Segurança, Energia Elétrica, Água, Saneamento - Esgoto Sanitário, Estradas Estaduais sem Pedágio, Meio Ambiente e Assistência Social. As duas últimas áreas foram incluídas na Pesquisa, pela primeira vez, em 2009.

As questões são formuladas em conjunto com o Departamento de Modernização da Gestão Pública da Secretaria do Planejamento e Gestão e demais Secretarias responsáveis por cada área, as quais destacam os serviços a serem auferidos pelo cidadão participante. Os instrumentos utilizados na Pesquisa são o Formulário de Pesquisa de Satisfação dos Serviços Públicos e a Cédula de Votação de Metas, apresentados nos anexos I e II deste relatório.

O grau de satisfação e as notas (de 1 a 10), que são questões recorrentes em toda a série histórica da Pesquisa, são avaliados para todas as áreas. Essas são formas de coletar a opinião do usuário de forma geral, a fim de medir sua satisfação com os serviços públicos. Assim, é possível avaliar a mudança do grau de satisfação dos usuários ao longo do tempo. Especialmente nas áreas de Saúde, Educação, Segurança, Meio Ambiente e Assistência Social, há um maior detalhamento com perguntas específicas sobre os serviços (vide anexos I e II).

Após preencher o formulário, o respondente pode manifestar suas críticas, elogios, demandas, denúncias, sugestões em uma questão aberta, o que facilita sua interação com o Governo. Esse espaço é utilizado para que o cidadão tenha a oportunidade de dar um depoimento e relatar sua experiência ao utilizar os serviços públicos estaduais. Assim, além de obter a percepção do usuário, é possível buscar novas ideias e formas de atender às demandas da sociedade, podendo o Governo ser transformado de fora para dentro. Assim, é possível exercitar uma cooperação mútua entre o Governo e a população, visando à melhoria da prestação dos serviços públicos.

Juntamente com a Pesquisa de Satisfação, os cidadãos cadastrados recebem a Cédula de Votação de Metas, instrumento que permite que os respondentes possam manifestar sua opinião quanto à concordância ou não com as metas projetadas nas áreas de Educação, Saúde e Segurança (vide anexo II). O conteúdo desse instrumento é construído em conjunto com o Departamento de Modernização da Gestão Pública da Secretaria do Planejamento e Gestão e demais Secretarias, com base no Plano Plurianual – PPA. Futuramente, pretende-se expandir a Votação de Metas para outras áreas, como Assistência Social e Meio Ambiente, assim como foi realizado com a Pesquisa de 2009.

10.2 Demonstrativo da Amostra 2009

A Pesquisa de Satisfação 2009 foi enviada para a totalidade dos inscritos no Cadastro de Usuários Voluntários – CUV, o que resultou em uma amostra de 19.338 cidadãos. Nesse ano, além dos 15.689 formulários enviados pelos Correios, foi realizada uma primeira experiência via correio eletrônico, com o envio de 3.649 formulários por e-mail. Do total enviado, 85,1%

chegou ao seu destino; destes, 2.056 questionários retornaram preenchidos à SEPLAG, totalizando 12,5% de retorno válido.

A Pesquisa de Satisfação e a Votação de Metas 2009 foram enviadas em 06 de agosto pelo Correio e, em 03 de setembro de 2009, via internet.

Tabela 20: Demonstrativo da Amostra Pesquisada – CUV 2009

Número de Questionários	Pesquisa 2009					
	Correio		e-mail		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total enviado	15.689	81,3	3.649	18,9	19.338	100
Devolvidos/Não recebidos	1.079	6,9	1.795	49,2	2.874	14,9
Total líquido enviado	14.610	93,1	1.854	50,8	16.464	85,1
Retorno válido	1.900	13,0	156	8,4	2.056	12,5

Fonte: SEPLAG/DEGESP.

10.3 Evolução da Amostra

Em comparação com 2006 e 2007/2008, observa-se que o retorno da Pesquisa de Satisfação teve um decréscimo em 2009. Esse fato foi influenciado pelo volume elevado de e-mails desatualizados, resultando em 14,9% de devoluções. Tal minoração revela a necessidade de atualização do Cadastro de Usuários Voluntários – CUV. O percentual de retorno da Pesquisa (12,5%) é considerado válido e representativo da amostra pesquisada.

Convém destacar, novamente, que foi realizada uma única pesquisa para os anos 2007 e 2008, devido à racionalização de recursos no âmbito do processo de ajuste fiscal, sendo que a Pesquisa foi enviada para 58,4% da amostra, totalizando 11.447 dos cadastrados. A redução da amostra foi avaliada pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul – FEE – e considerada válida para captar a opinião dos usuários. Para fins deste relatório, foi utilizada a denominação “2007/2008” para indicar essa Pesquisa.

Tabela 21: Evolução da Amostra Pesquisada – CUV 2006/2009

Número de Questionários	Pesquisa 2006		Pesquisa 2007/2008		Pesquisa 2009	
	Correio		Correio		Correio e e-mail	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total enviado	20.592	100	11.447	58,4	19.338	100
Devolvidos/Não recebidos	1.120	5,4	435	3,8	2.874	14,9
Total líquido enviado	19.472	94,6	11.012	96,2	16.464	85,1
Retorno válido	3.430	17,6	1.778	15,5	2.056	12,5

Fonte: SEPLAG/DEGESP.

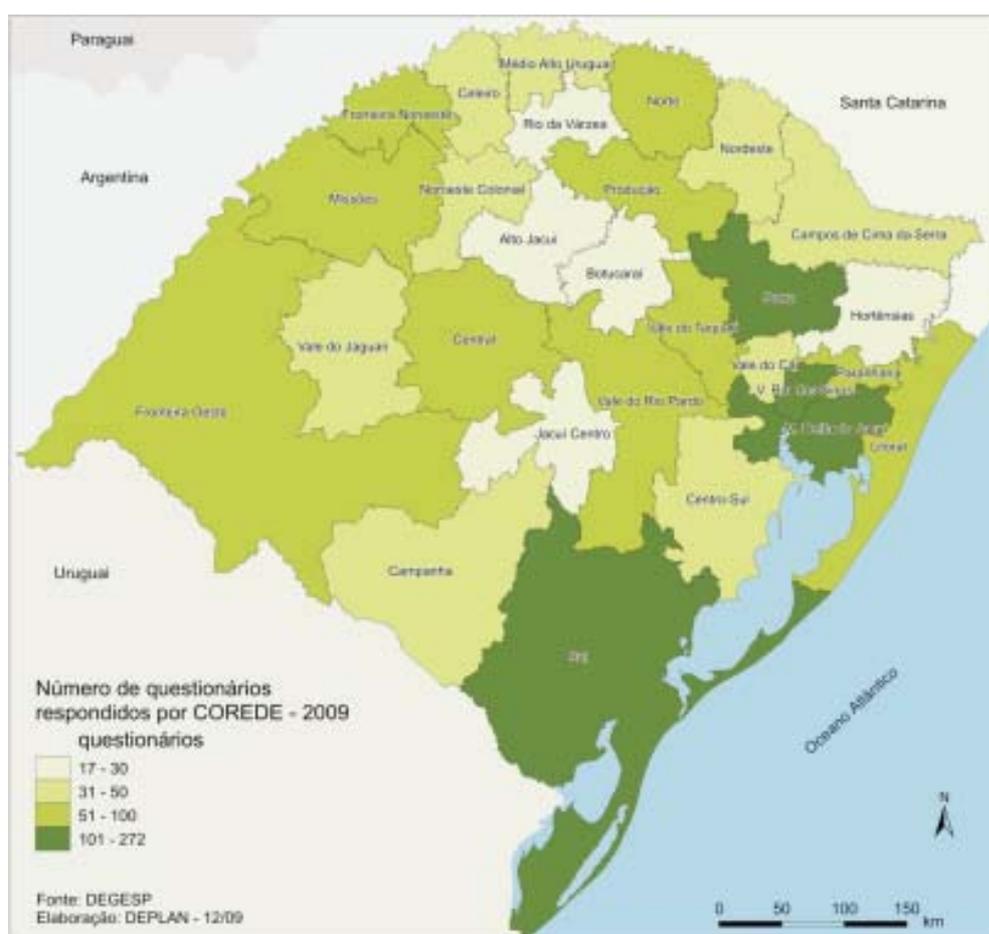
10.4 Nível de Participação e Taxa de Retorno por COREDES

A pesquisa 2009 contou com a participação de respondentes de 329 municípios gaúchos, representando a totalidade dos 28 COREDES.

O mapa abaixo apresenta a distribuição da participação, em números absolutos, dos respondentes por Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES.

Os COREDES Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Serra e Sul, apresentaram o maior número de participantes, totalizando 269, 221, 197 e 171 questionários respondidos, respectivamente.

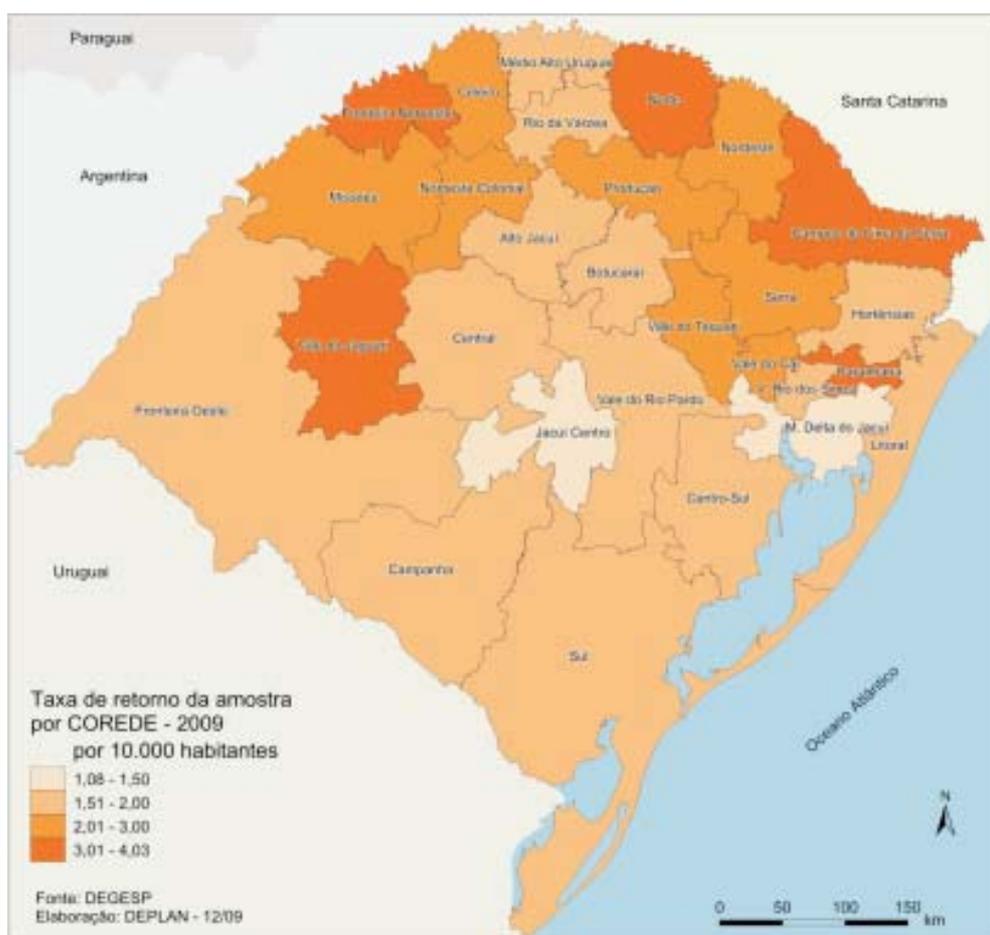
Mapa 1: Quantidade de Respondentes por COREDE – 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.

No mapa a seguir, é apresentada a taxa de retorno da amostra, que se refere ao número de questionários válidos por 10.000 habitantes. Os COREDEs com maior taxa de retorno são: Norte (3,7), Campos de Cima da Serra (3,5), Paranhana (3,4), Encosta da Serra (3,3) e Fronteira Noroeste (2,0). Em contrapartida, as taxas de retorno mais baixas ocorreram nos COREDEs Jacuí Centro e Metropolitano Delta do Jacuí, ambos com taxa de 1,1.

Mapa 2: Taxa de Retorno da Amostra por COREDE - 2009

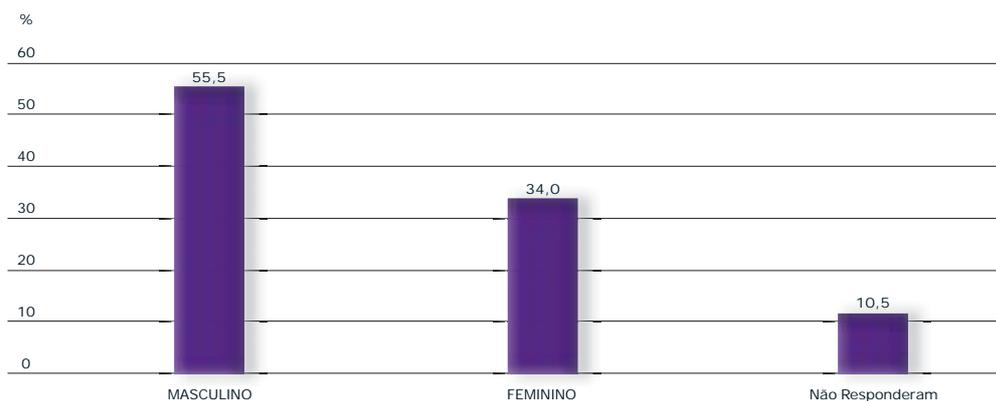


Fonte: SEPLAG/DEGESP.

10.5 Perfil da Amostra 2009

Na amostra pesquisada, os homens predominam, representando 55,5% dos entrevistados. Entre os cadastrados do CUV, constata-se uma predominância de chefes de domicílio, com maioria pertencente ao sexo masculino, justificando a preponderância desse público.

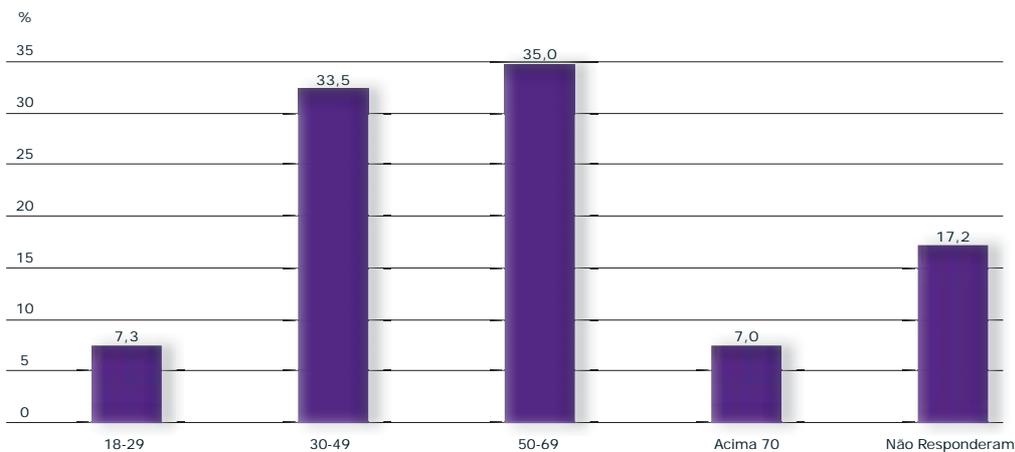
Gráfico 22: Distribuição dos Respondentes por Sexo (%) – 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.

Quanto às faixas etárias, há um discreto predomínio no intervalo de 50 a 69 anos, com 35,0%. Destaque também para a faixa de 30 a 49 anos, com 33,5%. Convém ressaltar que a idade média dos respondentes tem aumentado nos últimos anos. Isso ocorre porque o cadastro da Pesquisa vem se mantendo com as mesmas pessoas cadastradas, com baixa inclusão de novos inscritos. De um lado, isso aponta para a necessidade de renovar o cadastro. Por outro lado, significa que os serviços estão sendo avaliados por um conjunto relativamente fixo de usuários, o que favorece a comparação quanto às mudanças na qualidade dos serviços.

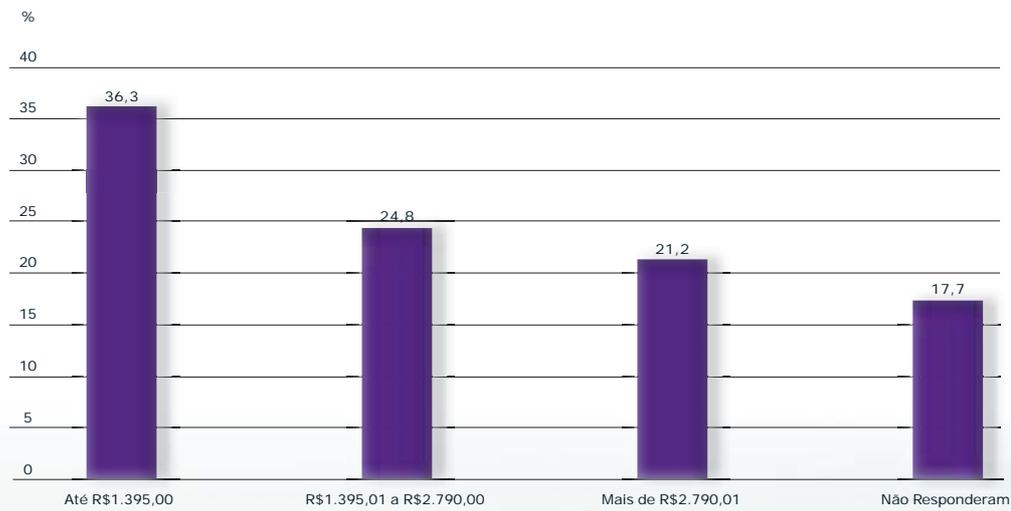
Gráfico 23: Distribuição dos Respondentes por Idade (%) – 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.

Na distribuição dos entrevistados pelos extratos de renda familiar, 36,3% declararam ganhar até R\$ 1.395,00. Do total de respondentes, 46,0% têm renda superior e 17,7% não responderam.

Gráfico 24: Distribuição dos Respondentes por Renda Familiar (%) – 2009

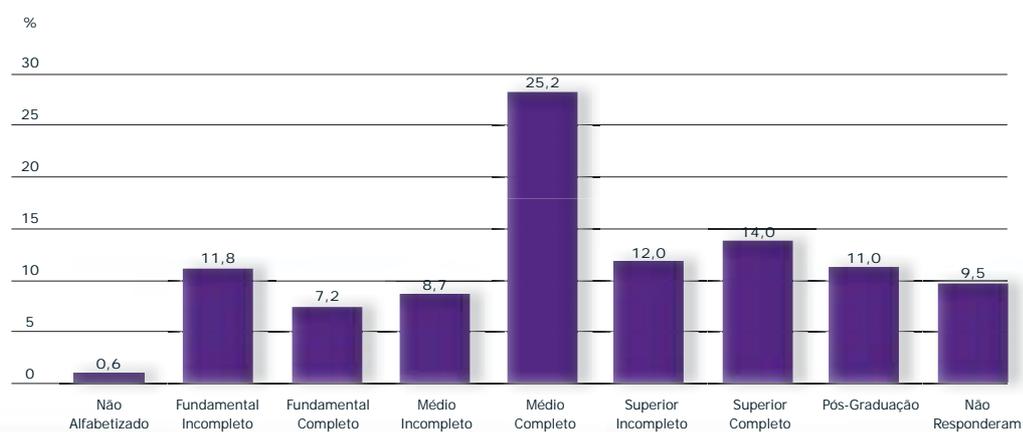


Fonte: SEPLAG/DEGESP.



Quanto ao grau de escolaridade, destacam-se os respondentes com Ensino Médio Completo, com 25,2% de participação no total da amostra. Consta-se que os respondentes com Ensino Médio Completo, Ensino Superior Completo e Incompleto e Pós-Graduação são maioria, totalizando 62,2%.

Gráfico 25: Distribuição dos Respondentes por Grau de Escolaridade (%) – 2009



Fonte: SEPLAG/DEGESP.





Anexos



Anexo I – Formulário de Pesquisa de Satisfação dos Serviços Públicos – 2009

PESQUISA DE OPINIÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS – 2009

ASSISTÊNCIA SOCIAL

1) Você conhece ou já utilizou o SUAS, Sistema Único de Assistência Social?

1 - () Sim 2 - () Não

2) Assinale seu grau de satisfação com os serviços de Assistência Social:

SERVIÇOS	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Não Conheço
1 - Assistência a pessoas com necessidades especiais					
2 - Assistência e abrigo a idosos					
3 - Assistência e abrigo a crianças e adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto					
4 - Assistência e acolhimento a pessoas em situação de rua					
5 - Programa de combate à violência sexual a crianças e adolescentes					
6 - Programa de combate ao trabalho infantil					
7 - Proteção social às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social					
8 - Ações de garantia dos Direitos Humanos para crianças e adolescentes, pessoas com necessidades especiais, negros, quilombolas e mulheres					

EDUCAÇÃO

3) Assinale seu vínculo com a Escola Pública Estadual:

1 - () Pai ou Responsável 2 - () Aluno 3 - () Outro 4 - () Nenhum

Se a resposta anterior foi "nenhum", não responda às questões 4 e 5. Passe para a questão 6.

4) Assinale seu grau de satisfação com a Escola Pública Estadual em relação a :

Comunidade Escolar/Qualidade do Ensino	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
1 - Interesse e Capacidade dos professores				
2 - Interesse dos alunos pela escola				
3 - Interesse e participação dos pais na vida escolar do aluno				
4 - Atuação da Direção escolar				
5 - Qualidade do Ensino Fundamental				
6 - Qualidade do Ensino Médio				

5) Assinale seu grau de satisfação com a Escola Pública Estadual em relação a :

COMPETÊNCIAS/SERVIÇOS	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
1 - Biblioteca				
2 - Conservação dos prédios escolares				
3 - Equipamentos e materiais esportivos				
4 - Laboratórios				
5 - Limpeza e Manutenção				
6 - Mobiliário				
7 - Número de professores				
8 - Oferta de vagas				
9 - Qualidade da merenda				
10 - Recursos audiovisuais				
11 - Recursos de Informática				
12 - Segurança				

MEIO AMBIENTE

6) Assinale seu grau de satisfação com os serviços públicos e ações na área do Meio Ambiente:

SERVIÇOS/AÇÕES	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Não conheço
1 - Atendimento por coleta de lixo orgânico					
2 - Atendimento por coleta de lixo sólido (papel, vidro, plástico e outros)					
3 - Destino do esgoto sanitário					
4 - Proteção e conservação de áreas verdes naturais e florestas					
5 - Qualidade da água de córregos, rios e lagos					
6 - Qualidade do ar					
7 - Licenciamento e fiscalização ambiental dos Municípios					
8 - Recuperação de áreas degradadas e Mata Ciliar (margens de cursos de água)					
9 - Divulgação de Relatórios e Boletins de Monitoramento Ambiental					
10 - Participação em ações/projetos de Programas de Educação Ambiental					

SAÚDE PÚBLICA

7) Você utilizou os serviços de Saúde do SUS neste ano?

1 - () Sim

2 - () Não

Se a resposta anterior foi "não", não responda às questões 8 e 9. Passe para a questão 10.

8) Assinale seu grau de satisfação com o TEMPO DE ESPERA nos serviços de Saúde do SUS:

SERVIÇOS	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Não Utilizei
1 - Consulta médica - Clínica Geral					
2 - Consulta médica - Odontologia					
3 - Consulta médica - Especialistas					
4 - Vacinação					
5 - Exames laboratoriais (sangue e outros)					
6 - Exames de maior complexidade (raio X, tomografia, ecografia e outros)					
7 - Equipe de Saúde de Família – PSF					
8 - Equipe de Saúde Mental					
9 - Emergência					
10 - Internação/Baixa Hospitalar					
11 - Distribuição de Medicamentos					

9) Assinale seu grau de satisfação com a QUALIDADE DO ATENDIMENTO nos serviços de Saúde do SUS que você afirmou utilizar (questão 8):

SERVIÇOS	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Não Utilizei
1 - Consulta médica - Clínica Geral					
2 - Consulta médica - Odontologia					
3 - Consulta médica - Especialistas					
4 - Vacinação					
5 - Exames laboratoriais (sangue e outros)					
6 - Exames de maior complexidade (raio X, tomografia, ecografia e outros)					
7 - Equipe de Saúde de Família – PSF					
8 - Equipe de Saúde Mental					
9 - Emergência					
10 - Internação/Baixa Hospitalar					
11 - Distribuição de Medicamentos					

SEGURANÇA PÚBLICA

10) Você foi vítima de alguma ocorrência neste ano?

1 - () Sim

2 - () Não

11) Se você respondeu "sim" (sofreu alguma ocorrência), especifique qual foi:

OCORRÊNCIAS			
1 - ()	Acidente de trânsito	5 - ()	Furto de veículo (sem motorista)
2 - ()	Arrombamento	6 - ()	Roubo de veículo
3 - ()	Roubo (com agressão)	7 - ()	Sequestro
4 - ()	Furto (sem agressão)	8 - ()	Outro

12) Assinale seu grau de satisfação com os órgãos da Segurança Pública Estadual:

ÓRGÃOS DA SEGURANÇA PÚBLICA	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
1 - Brigada Militar				
2 - Polícia Civil				
3 - Instituto Geral de Perícias - IGP				
4 - Superintendência de Serviços Penitenciários - SUSEPE				

13) Assinale seu grau de satisfação com os serviços da Segurança Pública Estadual:

SERVIÇOS	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
1 - Policiamento ostensivo nas ruas				
2 - Policiamento nas Estradas Estaduais				
3 - Bombeiros				
4 - Andamento de processos criminais na Polícia Civil				
5 - Combate ao crime organizado				
6 - Combate ao tráfico de drogas				
7 - Integração entre Polícia Civil e Brigada Militar				
8 - Departamento Médico Legal				
9 - Departamento de Criminalística				
10 - Departamento de Identificação				
11 - Estrutura do sistema prisional				

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM GERAL

14) Assinale seu grau de satisfação com os serviços públicos:

SERVIÇOS	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito
1 - Água Tratada				
2 - Assistência Social				
3 - Energia Elétrica				
4 - Escola Pública Estadual - Ensino Fundamental				
5 - Escola Pública Estadual - Ensino Médio				
6 - Estradas Estaduais sem Pedágio				
7 - Meio Ambiente				
8 - Saneamento - Esgoto Sanitário				
9 - Saúde Pública				
10 - Segurança Pública				

15) Dê notas (de 1 a 10) para os serviços públicos:

SERVIÇOS	Notas									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 - Água Tratada										
2 - Assistência Social										
3 - Energia Elétrica										
4 - Escola Pública Estadual - Ensino Fundamental										
5 - Escola Pública Estadual - Ensino Médio										
6 - Estradas Estaduais sem Pedágio										
7 - Meio Ambiente										
8 - Saneamento - Esgoto Sanitário										
9 - Saúde Pública										
10 - Segurança Pública										

16) Registre suas sugestões, comentários e críticas:

IDENTIFICAÇÃO

Nome (Opcional): _____ Email: _____

Município: _____ Telefone: _____ Idade: _____ anos

Escolaridade: 1 - () Não Alfabetizado
2 - () Fundamental Incompleto
3 - () Fundamental Completo
4 - () Médio Incompleto
5 - () Médio Completo
6 - () Superior Incompleto
7 - () Superior Completo
8 - () Pós-Graduação

Ocupação: 1 - () Empregado da iniciativa privada
2 - () Empresário
3 - () Estudante
4 - () Profissional Liberal
5 - () Servidor Público
6 - () Aposentado
7 - () Desempregado
8 - () Outro

Renda familiar: 1 - () até R\$ 1.395,00
2 - () De R\$ 1.395,01 a R\$ 2.790,00
3 - () Mais de R\$ 2.790,00

Sexo: 1 - () Feminino
2 - () Masculino

Anexo II – Votação de Metas – 2009

Orientações para preenchimento da Cédula de Votação de Metas

TEXTO EXPLICATIVO

Os indicadores permitem medir o desempenho dos serviços públicos, tornando possível o acompanhamento dos resultados e o estabelecimento do quanto se deseja melhorar. Alguns indicadores apresentam melhora quando seus valores aumentam (↑) como, por exemplo, a expectativa de vida e a vacinação, e outros, quando seus valores diminuem (↓), como a reprovação e os acidentes de trânsito.

INDICADORES DE EDUCAÇÃO PÚBLICA

Taxa de atendimento educacional de crianças e jovens no Sistema Estadual: é o percentual da população em idade escolar que frequenta a escola, independentemente de nível ou modalidade de ensino, nas faixas de 7 a 14 e de 15 a 17 anos.

Abandono: é o percentual de alunos que abandonaram a escola em relação ao número total de alunos matriculados.

Reprovação: é o percentual de alunos que não passaram de ano em relação ao número total de alunos matriculados.

Nota do SAEB: O Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB – é uma Prova aplicada pelo MEC a cada dois anos, nas 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, nas disciplinas de Português e Matemática. As notas variam de 0 a 500 pontos para se tornarem comparáveis com as avaliações internacionais. Em Português, a pontuação que demonstra domínio total de conteúdos na série é a seguinte: 4ª série do Ensino Fundamental – 300 pontos; 8ª série do Ensino Fundamental – 325 pontos; 3ª série do Ensino Médio – 500 pontos. Em Matemática, o número de pontos desejáveis para o completo domínio de conteúdo é: 4ª série do Ensino Fundamental – 300 pontos; 8ª série do Ensino Fundamental – 375 pontos; 3ª série do Ensino Médio – 500 pontos.

INDICADORES DE SAÚDE PÚBLICA

A Gestão do SUS define atribuições dos três entes federados: União, Estados e Municípios. Aos Municípios, cabe prestar atendimento à população residente em seu território, especialmente no que se refere à atenção básica em saúde. Ao Estado, compete monitorar e avaliar as ações desenvolvidas, definir políticas de saúde, realizar a regulação dos serviços especializados, entre outras atribuições. À União cabe, definir as políticas nacionais e acompanhar os indicadores de caráter nacional. O financiamento do SUS deve ser realizado de forma compartilhada pelas três esferas de Governo.

Considerando essa realidade, o Estado do Rio Grande do Sul definiu como indicadores prioritários para a avaliação da saúde da população gaúcha:

Mortalidade Infantil: número de óbitos de crianças até 1 ano de idade em relação a cada mil nascidos vivos.

Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal: este indicador avalia o acesso aos serviços de saúde/pré-natal pelo conjunto de gestantes do Estado do Rio Grande do Sul.

Taxa de internações por Infecção Respiratória Aguda em menores de 5 anos de idade: menor número de internações hospitalares de crianças por infecção respiratória significa maior acesso aos serviços de saúde, através de ações de prevenção, acompanhamento e assistência.

Expectativa Média de Vida: é o número médio de anos de vida que uma pessoa tem ao nascer.

População coberta pelo PSF: é o percentual da população que é atendida pela Estratégia da Saúde da Família em relação à população total do Estado.

Vacinação: atividade realizada para prevenir um grupo de doenças transmissíveis através da aplicação de vacinas em crianças, como: Hepatite B;

Tetravalente: contra difteria, tétano, coqueluche e haemophilus B; Tríplice Viral: contra sarampo, rubéola e caxumba.

INDICADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Homicídios: número de pessoas assassinadas por 100 mil habitantes.

Roubos: número de apropriações de bens alheios, com ameaça e/ou violência, por 100 mil habitantes.

Arrombamentos: número de delitos "Furto/Arrombamento", "Furto/Arrombamento a caixa eletrônico", "Furto /Arrombamento a estabelecimento de ensino", "Furto/Arrombamento de residência", "Furto/Arrombamento de estabelecimento bancário" e "Furto/Arrombamento de estabelecimento comercial" por 100 mil habitantes.

Acidentes de trânsito com vítimas fatais: número de acidentes, envolvendo os delitos "Homicídio culposo na direção de veículo automotor", "Homicídio de trânsito" e "Lesão corporal de trânsito seguida de morte" por 100 mil habitantes.

Acidentados com lesões em ocorrências de trânsito: número de pessoas lesionadas em atropelamento de pedestres e ciclistas e acidentes com veículos automotores por 100 mil habitantes.



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria do Planejamento e Gestão
Departamento de Modernização da Gestão Pública

CÉDULA DE VOTAÇÃO DE METAS - 2009

Leia com atenção o Texto Explicativo e dê a sua opinião sobre as metas propostas para os indicadores das áreas da Educação, Saúde e Segurança no Estado do Rio Grande do Sul, assinalando com X, SIM ou NÃO, ao lado de cada um dos indicadores.

1-O(A) Senhor(a) concorda com o ritmo de melhora proposto para os seguintes indicadores de EDUCAÇÃO PÚBLICA?

INDICADORES DE EDUCAÇÃO	Unidade	Sentido da Melhora	REALIZADO			METAS PROPOSTAS				VOTAÇÃO	
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	SIM	NÃO
1-Taxa de atendimento educacional de crianças e jovens de 7 a 14 anos no Sistema Estadual	%	↑	98,40	97,90	*	"	"	98,00	"		
2-Taxa de atendimento educacional de crianças e jovens de 15 a 17 anos no Sistema Estadual	%	↑	80,60	80,00	*	"	"	85,00	"		
3-Abandono no Ensino Fundamental	%	↓	3,00	2,60	*	"	"	1,90	"		
4-Abandono no Ensino Médio	%	↓	15,40	14,60	*	"	"	13,20	"		
5-Reprovação no Ensino Fundamental	%	↓	18,00	16,90	*	"	"	14,00	"		
6-Reprovação no Ensino Médio	%	↓	21,20	20,70	*	"	"	18,70	"		
7-Média Estadual no SAEB** para Português - 4ª série do Ensino Fundamental	pontos	↑	#	182,96	#	"	#	190,00	#		
8-Média Estadual no SAEB para Português - 8ª série do Ensino Fundamental	pontos	↑	#	240,85	#	"	#	245,00	#		
9-Média Estadual no SAEB para Português - 3ª série do Ensino Médio	pontos	↑	#	274,74	#	"	#	285,00	#		
10-Média Estadual no SAEB para Matemática - 4ª série do Ensino Fundamental	pontos	↑	#	200,49	#	"	#	205,00	#		
11-Média Estadual no SAEB para Matemática - 8ª série do Ensino Fundamental	pontos	↑	#	253,00	#	"	#	265,00	#		
12-Média Estadual no SAEB para Matemática - 3ª série do Ensino Médio	pontos	↑	#	287,02	#	"	#	315,00	#		

Fonte: MEC/INEP e IBGE.

* Dados não publicados pelo MEC.

A Prova de Avaliação do SAEB é realizada a cada 2 anos.

** Metas não projetadas. A SE trabalha com meta única para 2011.

** Sistema de Avaliação da Educação Básica.

2-O(A) Senhor(a) concorda com o ritmo de melhora proposto para os seguintes indicadores de SAÚDE PÚBLICA?

INDICADORES DE SAÚDE	Unidade	Sentido da Melhora	REALIZADO			METAS PROPOSTAS				VOTAÇÃO	
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	SIM	NÃO
13-Mortalidade Infantil até 1 ano - nascidos vivos	p/ mil hab	↓	13,10	12,74	12,75	11,20	9,90	8,90	"		
14-Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal	%	↑	68,70	70,60	71,32	72,00	74,00	87,70	"		
15-Taxa de internações por Infecção Respiratória Aguda em menores de 5 anos de idade	%	↓	33,90	31,80	35,60	34,50	33,00	29,00	"		
16-Expectativa Média de Vida (longevidade em anos)	anos	↑	73,50	73,50	73,50	74,00	74,50	74,50	"		
17-População coberta pela Estratégia da Saúde da Família	%	↑	34,00	36,00	43,00	53,00	60,00	73,00	"		
18-Crianças vacinadas até 1 ano de idade contra Hepatite B**	%	↑	95,20	90,40	90,29	95,00	95,00	95,00	"		
19-Crianças vacinadas até 1 ano de idade com vacina Tetravalente**	%	↑	96,22	94,13	92,65	95,00	95,00	95,00	"		
20-Crianças vacinadas de 1 ano de idade com vacina Tríplice Viral (12m a 23m e 29d)**	%	↑	97,30	98,68	96,17	95,00	95,00	95,00	"		

Fonte: SES/RS - maio de 2009.

** Metas não projetadas.

** Taxas calculadas com base nos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC.

O Rio Grande do Sul vem superando a meta nacional fixada em 95% de vacinados.

3- O (A) Senhor (a) concorda com o ritmo de melhora apresentado para os seguintes indicadores de SEGURANÇA PÚBLICA?

INDICADORES DE SEGURANÇA	Unidade	Sentido da Melhora	REALIZADO			METAS PROPOSTAS				VOTAÇÃO	
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	SIM	NÃO
21-Homicídios	p/100 mil habitantes	↓	12,68	14,50	15,12	14,42	13,75	12,94	12,35		
22-Roubos	p/100 mil habitantes	↓	723,51	738,19	690,85	625,38	566,28	505,49	457,83		
23-Arrombamentos	p/100 mil habitantes	↓	384,04	344,58	317,59	311,64	305,89	295,98	290,59		
24-Acidentes de trânsito com vítimas fatais	p/100 mil habitantes	↓	11,38	10,72	10,87	10,72	10,58	10,29	10,15		
25-Acidentados com lesões em ocorrências de trânsito*	p/100 mil habitantes	↓	309,99	315,12	281,31	251,19	224,36	197,55	176,49		

Fonte: SSP/RS - maio de 2009.

* Acidentados com lesões tem seus valores projetados a partir de 2008, visto que o DETRAN-RS ainda não fechou os dados deste ano.